UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE DIREITO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Mudanças Aparentes?
A Comunicação Social na Constituição de 1988: os debates na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Doutorando: Joanir Fernando Rigo

Brasília

2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE DIREITO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Mudanças Aparentes?
A Comunicação Social na Constituição de 1988: os debates na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Doutorando: Joanir Fernando Rigo

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de doutor.
Orientador: Prof. Dr. Airton Cerqueira-Leite Seelaender

Brasília, 2024

RESUMO

A Constituição de 1988 trouxe significativas modificações no tratamento dado à radiodifusão, em comparação com Constituições anteriores. Apesar disso, boa parte dos "novos" dispositivos ainda não foi regulamentado, o que induz à pergunta maior do presente trabalho: foram as mudanças constitucionais meramente aparentes para a radiodifusão? Como trabalho de História do Direito, a tese expõe como foi o processo de debate na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação em torno do tema Comunicação Social e demonstra que a Constituição reafirmou a natureza de serviço públicos da radiodifusão. A fonte principal para a realização da pesquisa foram as atas e notas taquigráficas das Comissões, sobretudo as da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. O contexto histórico e político da época também foi analisado, bem como fontes secundárias e os principais atores envolvidos no processo. Além da conclusão de que a Constituição consagrou a informação como um bem público e um direito fundamental, sendo a radiodifusão uma ferramenta para se garantir esse direito, a tese demonstra que a possível existência de um monopólio de empresa setor a partir da década de 1960 apenas foi possível com auxílio estatal. Tal monopólio, entretanto, é incompatível com a Constituição de 1988.

PALAVRAS-CHAVE: História do Direito; Constituinte; Comunicação Social; Radiodifusão; Serviço Público

ABSTRACT

The 1988 Constitution brought significant changes to the treatment of broadcasting compared to previous Constitutions. Although many of the "new" provisions have not been regulated, raising the central question of this study: were the constitutional changes in the broadcasting sector merely superficial? As a contribution to the field of Legal History, this thesis examines the deliberative process within the Subcommittee on Science, Technology, and Communication concerning the topic of Social Communication. It establishes that the Constitution reaffirmed the characterization of broadcasting as a public service. The primary sources for this research were the minutes and stenographic records of the Committees, particularly those of the Subcommittee on Science, Technology, and Communication. The historical and political context of the period was also analyzed, in addition to secondary sources and the key actors involved in the process. This thesis concludes that the Constitution enshrined information as a public good and a fundamental right, positioning broadcasting as a key instrument to uphold this right. Furthermore, it demonstrates that the emergence of a sector monopoly from the 1960s onward was made possible only through state support. However, such a monopoly is incompatible with the 1988 Constitution.

KEYWORDS: Legal History; Constituent Assembly; Social Communication; Broadcasting; Public Service

AGRADECIMENTOS

O processo de conclusão do mestrado, em 2018, foi intenso e exaustivo para entregar a dissertação após a redução dos prazos na UnB. Após a defesa, embora tivesse recebido apoio de diversas pessoas, o cansaço e os desafios do emprego novo fizeram com que eu tenha depositado a versão final sem "os agradecimentos". Não os fiz e até hoje preciso me desculpar, vez ou outra, com a Idiany Molon, que muito apoiou naquele processo e passou a me julgar ingrato desde então.

Dessa vez não cometerei o mesmo erro. Não sou muito apegado a astrologia. Sei, contudo, que em função do mês e dia em que nasci sou sagitariano. No caminho do mestrado e doutorado fiz amigos e amigas que fizeram meu mapa astral, o qual me descreve como um sagitariano com várias casas em sagitário e um não sei o quê em escorpião. Segundo VINAGRE (Jade), 2021, STAUD (Renata), 2019, e RIGO (Gabi), 2020, meu mapa astral diz que sou, supostamente, "zoeiro", faço piadas com tudo e tenho muitos amigos.

Cito astrologia para já, de antemão, me desculpar e justificar caso eu tenha esquecido o nome de alguém. Como comprovei acima, com as devidas referências, tenho muitos amigos, então, se eventualmente esqueci do seu nome: desculpa, "sou muito sagitariano", mas muito obrigado pela sua contribuição!

Começo com meus pais, Joacir e Mônica. Agradeço por tudo o que fizeram por mim nesses anos todos, especialmente para que eu pudesse ter a formação que não tiveram. Meus pais não puderam estudar, mas certamente estão entre as pessoas mais inteligentes e determinadas que conheço. Aprendi com eles a importância dos estudos, do trabalho e da honestidade, três coisas que, certamente, bastariam para uma vida digna. Muito obrigado, pai e mãe, tenho enorme amor e admiração por vocês.

À Idiany Molon. Agradecer à Idy é algo fácil e ao mesmo tempo difícil. É fácil porque, ao olhar para trás, vejo o quanto seu amor, suporte, paciência e dedicação foram e são importantes para que eu pudesse, ao longo dos anos, evoluir e me tornar uma pessoa melhor, em todos os aspectos. Ao mesmo tempo é difícil por que não há nada que eu escreva aqui que possa descrever com precisão o quanto seu auxílio foi importante e essencial nos últimos 5 anos. Nos últimos meses, seu apoio e suporte foram determinantes para a conclusão da tese e para que eu pudesse dar conta do trabalho sem enlouquecer. Muito obrigado, inclusive, pelas noites em claro para revisar meu texto. Amo você e sou grato ter te encontrado!

Em tempo, agradeço à família toda que veio com a Idy, Kelcia (minha sogra querida), Dona Ida, Seu Leno, Kuga, Junior, Lely, Joseph, Tayná, Davi, Romeuzinho, Fer, Gui, Dona

Ana, Alexandro, Marcos, Ana Luiza ... eita família grande, certeza que esqueci de alguém, foi mal, sou sagitário.

À minha irmã, pela confiança que me passa e pela empolgação que sempre demonstrou com o doutorado, pequeno detalhe que faz toda diferença para quem se dedica à vida acadêmica. Agradeço ao seu combo familiar: Arthur, que em seus apenas 9 meses já é parte indispensável na minha vida e que contribuiu, com a leveza de seu sorriso, no período mais difícil para a tese (o do desapego da "tese das ideias"), e ao meu cunhado, Ken.

Professor Airton, meu agradecimento especial por esses anos todos de orientação. Vejo o quanto pude evoluir, intelectual e profissionalmente, com você. Agradeço por me incentivar a buscar o meu melhor todos os dias. Obrigado pelo exemplo de retidão e condução da vida no geral. Sou grato e feliz por ter sido seu orientando nesse tempo todo e muito grato por ser seu amigo.

Estendo o agradecimento também Professora Jeanine Nicolazzi Phillippi, que foi muito importante na minha formação.

Agradeço aos meus amigos e amigas Bruno Hoccheim, Gustavo Zatelli, Patrícia Soster Bortolotto, Nathaly Ordenes e Fernando Nagib. Vocês são parte desse trabalho e da minha formação. Tenho enorme admiração por vocês e agradeço por tudo que aprendi com vocês ao longo dos anos e que sigo aprendendo todos os dias. Agradeço pela ajuda para rever o texto e realizar as correções. Ao Nagib, meu muito obrigado por participar da banca de qualificação e pelas ideias e sugestões indicadas ali.

À Patrícia Bortolotto, a quem enxergo como parte da minha família. Muito obrigado, Pati, pela parceria de sempre, pela confiança que você me passa e por todas a ideias e hipóteses de pesquisa que pude amadurecer ao conversar contigo.

Às amigas Ana Beatriz Mayr (Bia) e à Amanda Melotto (Dinha), as quais sempre incentivaram na permanência na Academia. Sinto a falta de vocês, espero que a vida nos leve para perto novamente. Agradeço também ao Luiz Mayr e à Fátima pelas boas conversas e também incentivo para finalizar o doutorado – Luiz é o pai de amiga mais massa que existe.

Ao amigo José Augusto Medeiros, pelas inúmeras conversas e pelos textos compartilhados nesses anos todos.

Iury, grande amigo e agora compadre. Obrigado pela amizade, boas risadas, bons conselhos e inspiração para a vida. Agradeço também à Nati e a família linda que vocês formaram. Obrigado pela Sofia e obrigado à Sofia, é uma alegria indescritível ser seu padrinho.

Ao grupo Percursos, na pessoa do Professor Cristiano Paixão. Sou grato pela inclusão no grupo, pela circulação de ideias no período do doutorado e por tudo que pude aprender com

vocês. Agradeço também ao Professor Douglas Pinheiro, que fez parte da banca de qualificação.

Aos amigos Marcus Bastos, Ramiro Barroso, Vanessa Barroso, Jordano Barroso, Pablo Malheiros, Stela Barroso e José Carlos Barroso. Faltam palavras para agradecer a enorme contribuição de todos vocês, sempre aprendo coisas novas em todas as nossas conversas. Agradeço em especial sr. José Carlos, por ter oportunizado uma entrevista com jornalista que participou do processo constituinte; ao Marcus Bastos, companheiro de entrevistas com alguns dos constituintes; à Stela, José Caros e Jordano, por me abrigar, vez ou outra, quando vou a Brasília.

Agradeço também amigos e colegas do Escritório Caputo Bastos e Serra. Agradeço à Vanessa Barroso, Cecília Cabral, Francisco Caputo e Gustavo Caputo pela confiança depositada em mim e pela oportunidade de integrar esse time fantástico. Também, agradeço aos amigos e colegas que acompanharam a transmissão da banca, André Braga (Andrezão), Vanessa Aquino e Ramiro Barroso. Em especial à equipe trabalhista que tão bem me acolheu e foram notórios incentivadores para a finalização desse trabalho: Vanessa, Cecília (Ceci, Celícia, Ceclícia, Célia, Letícia ... e as diversas variações de seu nome), Erick, Luíza, M. Gabi, João, Carol, Babi, Alisson, Kárytha, Débora e Marcelo. Aproveitando, um agradecimento especial à Lu, por ter ficado com os prazos no dia da minha defesa (sei que não foi fácil).

Aos demais amigos que, de uma forma ou outra, contribuíram no curso do trabalho.

Ao sempre elegante Henrique Porto e à Julia Parissa Shishechi.

Ao grupo do PinCade 2020 - em especial à Jade, Patrícia, Lucas e Olavo (Olavo que auxiliou com livros que, assim com a cerveja Polar, só se encontram no Rio Grande do Sul). Incluo aqui o agradecimento ao amigo do CADE (ex-CADE) Ademir Picanço;

À Lindy, por ter ser a responsável por melhorar meu inglês;

À Geórgia Zilli, Soraia Tesoiro e Louise Zilli;

À querida Renata Staud, que fez um dos meus mapas astrais;

Aos amigos João Pedro Uczai, Kaiser Mafra, Bruno Starke, amigos do Clube de Xadrez de Florianópolis.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB, esta que já considero a minha casa. Agradeço aos excelentes professores que tive no curso do doutorado, na pessoa dos Professores Airton Seelaender, Menelick de Carvalho Netto e Cristiano Paixão. Agradeço aos servidores do programa, em especial ao Valgmar, Euzilene e Rosa Glória.

Muito obrigado aos membros de banca, Professores Drs. Gilberto Bercovici, Sebastian Martín, João Costa Neto e Thiago Hansen. Muito obrigado pela leitura atenta do meu trabalho e pelas inúmeras sugestões de melhoria.

Muito obrigado também ao Professor Dr. Arno Wehlig, por oportunizar entrevista com Bernardo Cabral.

Muito obrigado às pessoas que aceitaram conversar sobre o objeto desse trabalho, em especial, ao Dr. Bernardo Cabral, pela conversa de quase duas horas sobre a Constituinte;

Muito obrigado aos Ex-Deputados constituintes Dr. Joaci Góes, Dr. Antônio Gaspar, Dr. Antônio Britto, por terem aceitado conversar sobre o período e sobre os debates travados na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão.

Também agradeço ao jornalista Armando Rollemberg e à escritora Tereza Cruvinel, autora da biografia da Cristina Tavares, por também terem me recebido para conversar sobre a Constituinte.

Agradeço à CAPES, por ter oportunizado uma bolsa de pesquisa por um ano, a qual foi essencial para avançar na pesquisa.

Agradeço aos servidores do Arquivo da Câmara dos Deputados, local onde fui muito bem recebido e pude encontrar arquivos e documentos relevantes para a tese.

Muito obrigado aos servidores da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, os quais sempre foram extremamente solícitos comigo.

Agradeço também aos meus gatos, Lucky e Padmé, os quais também foram grandes incentivadores para a conclusão do trabalho. Agradeço imensamente pela ajuda para a diminuição da tensão mediante sessões de ronronar e pela tentativa de ajuda para escrever o texto, quando um ou outro (ou ambos) passavam com as patinhas sobre o teclado do computador.

Por fim, agradeço a Deus pela minha capacidade de pensar, pelas oportunidades que me dá e pelas pessoas maravilhosas que coloca em meu caminho.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 14

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA 14
1.2 OBJETIVOS E PROBLEMAS DE PESQUISA 16
1.3 FONTES 18
1.4 MÉTODOS ADOTADOS 23
2. O SISTEMA BRASILEIRO DE COMUNICAÇÕES ATÉ A CONSTITUIÇÃO DE 1988 25
2.1 O CASO GLOBO - TIME-LIFE; O OCASO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS E AS MUDANÇAS LEGAIS. 29
2.2 O DECRETO 267/67: DO "CÓDIGO DA LIBERDADE" AO CONTROLE PELO REGIME 69
2.3 A MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NO REGIME MILITAR E A POSSIBILIDADE DE SURGIMENTO DE REDES NACIONAIS. UM MONOPÓLIO PRODUTO NOSSO? 72

3. ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE 76

3.1 A CONSTITUINTE E SEU REGIMENTO INTERNO 76
3.2 O PERFIL DA SUBCOMISSÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO 84
3.2.1 OS "PMDBS" E SEUS MEMBROS NA SUBCOMISSÃO 84
3.2.1.1 – CRISTINA TAVARES 87
3.2.1.2 ALOÍSIO VASCONCELOS 94
3.2.1.3 ANTÔNIO GASPAR 95
3.2.1.4 - FERNANDO CUNHA JUNIOR 96
3.2.1.5 – JOACI FONSECA DE GÓES (JOACI GÓES) 100
3.2.1.6 - JOSÉ CARLOS MARTINEZ 104
3.2.1.7 - KOYU IHA 109
3.2.1.8 - MENDES RIBEIRO 109
3.2.1.9 - ONOFRE CORRÊA 114
3.2.1.10 - POMPEU DE SOUSA 115
3.2.1.11 - ROBERTO VITAL 117
3.2.2 – A BANCADA DO PFL 119
3.2.2.1 ÂNGELO MAGALHÃES 121
3.2.2.2 - AROLDE DE OLIVEIRA 125
3.2.2.3 - FAUSTO ROCHA 132
3.2.2.4 - PAULO MARQUES 136
3.2.2.5 - RITA FURTADO 137
3.2.3 – OS MEMBROS DO PDS 142
3.2.3.1 - ARNOLD FIORAVANTE 142
3.2.3.2 - FRANCISCO DIÓGENES 145
3.2.4 – O PTB ACABOU NA DITADURA: O PTB DA CONSTITUINTE E O PARTIDO DE LEONEL BRIZOLA, OS MEMBROS DE PDT E PTB NA ASSEMBLEIA 146
3.2.4.1 – "VI UM HOMEM CHORAR": O PARTIDO DE BRIZOLA É AGORA O PDT 147
3.2.4.2 – JOSÉ ELIAS REPRESENTA O PTB 149
3.2.5 – O PT E SEU REPRESENTANTE: OLÍVIO DUTRA. 150

4. OS DEBATES NA SUBCOMISSÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO. 151

4.1 OS PRIMEIROS TRABALHOS DA SUBCOMISSÃO: A DEFINIÇÃO DA MESA E DA PAUTA 151

4.2 AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NA SUBCOMISSÃO 163
4.2.1 AUDIÊNCIA DIA 22/04/1987: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS, COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS (COBRA) E SOCIEDADE BRASILEIRO PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC) 163
4.2.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA 28/04/1987: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, FEDERAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS E ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EDITORES DE REVISTAS 170
4.2.2.1 A POSIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS 170
4.2.2.2 A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS 180
4.2.2.3 – ROBERTO CIVITA REPRESENTA A ANER 187
4.2.3 – AUDIÊNCIA (EXTRAORDINÁRIA) DIA 28/04/1987 192
4.2.4 AUDIÊNCIA PÚBLICA 29/04/1987 – A ABERT NA SUBCOMISSÃO 200
4.2.4.1 A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS RADIALISTAS 200
4.2.4.2 A ABERT NA SUBCOMISSÃO 205
4.2.5 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 29/04/1987 – MINISTRO DAS CIÊNCIA E TECNOLOGIA. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ); FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP); INSTITUTO DE PESQUISA ESPACIAIS (INPE). INPA – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZÔNIA; E SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA (SEI) 224
4.2.6 – 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA COM ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS COMUNICADORES CRISTÃOS; CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL; E ORDEM DOS MINISTROS EVANGÉLICOS. 227
4.2.6.1 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS COMUNICADORES CRISTÃOS 250
4.2.6.2 A ORDEM DOS MINISTROS EVANGÉLICOS DO BRASIL 255
4.2.7 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA SETORES LIGADOS À INDÚSTRIA FARMACÊUTICA. 259
4.2.8 12ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO – AUDIÊNCIA PÚBLICA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (APPD), UNIÃO BRASILEIRA DE INFORMÁTICA (UBIP), SOCIEDADE DOS USUÁRIOS DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS SUBSIDIÁRIOS (SUCESU), E FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES (FITEL). 266

4.3 O RELATÓRIO, AS EMENDAS E OS ANTEPROJETOS: UMA SUBCOMISSÃO DIVIDA EM DUAS. 269

4.3.1 O ANTEPROJETO DE CRISTINA TAVARES E A PROPOSTA DESENVOLVIMENTISTA 269
4.3.2 AS EMENDAS E AS REAÇÕES AO PROJETO 285
4.3.3 A METADE MAIS UM: UMA SUBCOMISSÃO DIVIDIDA. 303

5. A COMISSÃO DE FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO: O EMPATE PERPÉTUO. 334

5.1 O ANTEPROJETO DO RELATOR VS A "VONTADE DA MAIORIA": O XEQUE PERPÉTUO 348
5.2 O LOBBY, A VONTADE DOS GRUPOS DE INTERESSE E OS TEMORES COM AS ELEIÇÕES. 355
6. CONCLUSÃO: O TEXTO FINAL: MUDANÇAS APARENTES? 370

REFERÊNCIAS 375

7.1 FONTES 375
7.2 LIVROS E ARTIGOS 376
7.3 JORNAIS E REVISTAS 389
7.4 OUTRAS PUBLICAÇÕES: PROJETOS DE LEI E LEIS 391

7.5 VERBETES CPDOC **396**
7.6 ENTREVISTAS AUDIOVISUAIS E MÚSICAS **398**
7.7 DISCURSOS PARLAMENTARES **398**

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

A Constituição de 1988 trouxe inovações para a comunicação social, especialmente para a radiodifusão, quando comparada ao regime militar e à Constituição de 1946, que vigorou antes da ditadura.

Tal qual as legislações anteriores, a Constituinte de 1988 atribuiu competência à União para a) exploração direta ou mediante autorização, concessão ou permissão de radiodifusão (art. 21, XII "a"); e b) legislar sobre esse tema (art. Art. 22, IV), sendo incumbência do Congresso Nacional dispor de tal matéria (cf. art. 48, XII). Indo além disso, a Constituição também criou um capítulo próprio, dentro do título VIII – Da Ordem Social, para a Comunicação Social (Capítulo V).

Uma das principais modificações em relação às constituições, cartas, decretos e leis anteriores se deu na forma da outorga e renovação das concessões, as quais antes eram facultadas ao Chefe do Poder Executivo, mas a partir de outubro de 1988 deveriam contar com a participação do Congresso Federal para apreciar o ato (cf. art. 223). A importância do Congresso nessa matéria foi reforçada, inclusive, nas hipóteses de não renovação de concessões, ato que passou a depender de aprovação do Congresso, com quórum mínimo de dois quintos, em votação nominal (art. 223. Par. 2º) – na legislação anterior o ato de não renovação inseria-se na discricionariedade do Chefe do Poder Executivo.

Várias outras modificações surgiram para o tema na CFRB/88, como exemplos: a) a determinação de que as emissoras de rádio e televisão i) almejassem finalidades artísticas, culturais e educativas na produção e programação que iria ao ar; ii) promovessem ii.i) a cultura nacional e regional, estimulando a produção independente que objetivasse sua divulgação; ii.ii) a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; e ii.iii) o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (art. 221, I a IV); b) a inserção do princípio da complementariedade ao texto constitucional (art. 223), que estabeleceu a necessidade de coexistência dos sistemas privado, público e estatal, para atingir a finalidade maior de prestação do serviço público[1]; c) a vedação expressa à formação de monopólio e oligopólio no setor (art. 221, par. 5º) - algo até então não discutido

[1] Sobre as funções do princípio da complementariedade ver SEELAENDER, Airton. Quatro Teses Sobre o Regime Constitucional da Radiodifusão. In: SEELAENDER, Airton (Org.). Direito à Informação e Radiodifusão. Brasília: Voz de Brasília, 2018 (páginas 98-137), especialmente páginas 120 a 126.

no país e, de certo modo, surpreendentemente inovador se considerado o cenário em que esse dispositivo foi concebido; d) a permissão para que brasileiros naturalizados há mais de 10 (dez) anos também fossem proprietários de veículos de comunicação social[2] – antes permitidas apenas a brasileiros natos (cf. art. 222, caput); e e) a vedação à censura prévia (art. 220).

Embora a comunicação social tenha recebido capítulo próprio, outros dispositivos sobre o tema foram alçados a direitos fundamentais, notadamente em incisos do art. 5º: IX (é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação independente de censura ou licença); XIV (é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional); e, ampliando-se um pouco o escopo de comunicação[3], o inciso XXXIII, que consagrou o *Habeas Data* ("todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado").

A Constituição previu a criação do Conselho de Comunicação Social, proposta que causou grandes e acalorados debates na ANC durante os trabalhos. Tal Conselho, todavia, saiu um pouco distinto do que fora inicialmente proposto, havendo indícios de que, na prática, teria sido sistematicamente sabotado após a promulgação da Constituição e se afastado do projeto original[4].

Some-se a todos esses dispositivos outro que teria, ou melhor, poderia ter, implicações diretas no setor de radiodifusão: o artigo 54, I, "a", que vedava que deputados e senadores mantivessem contratos com pessoa jurídica de direito público, autarquias, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público desde a expedição do diploma.

Apesar das mudanças legais, grande parte dos novos dispositivos envelheceram sem qualquer regulamento e sem terem sido postos em prática, ante a inércia do Poder Legislativo e a ausência de vontade política[5]. Tal fato permite-nos questionar se tais mudanças foram reais

---

[2] A respeito dessa modificação será comentado em capítulos posteriores.

[3] Este direito hoje não é compreendido em todo o seu potencial. Sobre o direito a ser informado ver SEELAENDER, Airton. "O Direito a Ser Informado – base do paradigma moderno do direito de informação". Revista de Direito Público, 99 (1991): pp.146-159. Do mesmo autor SEELAENDER, Airton. Democratização pelos 'mass media'??: O direito de ser informado e os limites fáticos à sua plena eficácia". In: LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto; ALBURQUERQUE, Paulo Antonio de Menezes (orgs). Democracia, Direito e Política. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 57-82.

[4] Sobre o tema ver BIGLIAZZI, Renato. A Constituição domada: democracia e o conselho de comunicação social. 2007. 86 f. Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

[5] Sobre esse tema, ver SEELAENDER, Airton; RIGO, Joanir Fernando; BORTOLOTTO, Patrícia Soster. Um tema (cada vez mais) necessário: O regime constitucional da radiodifusão. In: SEELAENDER, Airton (Org.).

ou meramente aparentes: o texto constitucional mudou, mas a estrutura de poder permaneceu inalterada no seu cerne. De qualquer modo, a Constituinte significou um marco para a discussão franca e aberta sobre o direito de ser informado e sobre as finalidades dos serviços de comunicação social. No âmbito legislativo, nem mesmo quando o Código de Telecomunicações foi debatido no Congresso Nacional ocorreram discussões tão aprofundadas quanto as da ANC.

O maior dos debates quanto à radiofusão na Assembleia Nacional Constituinte ocorreu na Subcomissão de Ciência e Tecnologia. A redação final, consagrada na Constituição, todavia, é bastante distinta daquela que constou dos anteprojetos da Subcomissão, tendo havido muitas alterações e influências no caminho.

Foi na Subcomissão que foi debatido com maior afinco o tema "Comunicação Social" e que foram apresentadas as distintas visões sobre como deveria ser tal capítulo na Constituição. Foram ouvidos nas audiências públicas da Subcomissão diversos especialistas das mais renomadas áreas, representantes de empresas, sindicatos, entidades de classe, professores, políticos, etc. Dessa forma, a análise da Subcomissão e da Comissão a que esta se vinculava (a Comissão da Família, da Educação, cultura e esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação), auxilia a compreender como os debates ocorreram.

A Subcomissão talvez refletisse o próprio Congresso do período, uma vez que reunia vozes dos mais variados grupos: representantes do governo e das empresas de radiodifusão; evangélicos; sindicalistas, sociais-democratas, conservadores e progressistas. Ainda que no início da Constituinte não houvesse ainda se formado o chamado "Centrão", na Subcomissão houve junção de parlamentares, de diferentes agremiações partidárias, a maior parte dos quais viriam posteriormente a integrar tal grupo.

De certo modo, o anteprojeto originado na Subcomissão, ou pelo menos a sua estrutura, pautou os trabalhos sobre o tema na Constituinte. Assim, compreender a Subcomissão auxilia a entender o próprio processo constituinte, além de externalizar quais eram as preocupações e os grandes debates em torno do assunto.

1.2 Objetivos e Problemas de Pesquisa

O presente trabalho pretende responder à pergunta maior a respeito de como foram formados o capítulo da Comunicação Social e os artigos sobre o mesmo tema na Constituição de 1988. O foco principal, dentro do tema geral, será a radiodifusão. Analisaram-se, sobretudo,

---

Direito à informação e radiodifusão: mídia e pluralismo na constituição democrática. Brasília: Voz de Brasília, 2018. p. 5-8.

as notas taquigráficas das sessões dos debates nas Comissão de Família Subcomissão da Ciência e Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Mas outras fontes – inclusive entrevistas com atores daquele momento histórico – também foram utilizadas.

A principal pergunta norteadora da pesquisa é a que se encontra no título: foram as mudanças introduzidas pela Constituição de 1988, no tocante à radiodifusão, meramente aparentes ou não?

Em comparação com suas antecessoras, a Constituição de 1988 apresentou significativas modificações no tratamento dado à radiodifusão. Apesar disso, boa parte das inovações ainda hoje não são totalmente aplicadas.

Dentre todas as mudanças, talvez a mais marcante tenha sido o *deslocamento do foco da regulamentação do setor*: da proteção das empresas que atuavam na área (com a preocupação adicional de se evitar o uso da radiodifusão para fins políticos), para a ênfase na própria finalidade dos serviços, tratando-se a informação como direito básico e fundamental, inclusive no cidadão-receptor.

Para a execução do trabalho, buscamos: 1) estudar as atas e notas taquigráficas das comissões, sobretudo as da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e as das demais comissões que poderiam ter elaborado artigos sobre o tema a ser pesquisado (inserindo-as, todas, no contexto de formação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88); 2) investigar quem eram os constituintes designados para debater os artigos relacionados à radiodifusão (seus vínculos, partidos e possíveis interesses); 3) verificar eventuais indícios, nessa fase do processo constitucional, da participação de grupos de empresários com interesses no setor de radiodifusão; 4) estudar a atuação desses grupos na ditadura militar e no governo de transição, para apontar possíveis ligações com o regime; e 5) apontar as possíveis dificuldades (e suas causas) para a aplicação dos artigos relacionados à radiodifusão após a Constituição Federal de 1988.

Buscando testá-las ao longo do trabalho, a tese teve como ponto de partida as seguintes hipóteses: i) houve uma tentativa de correlacionar os direitos à informação com a liberdade de imprensa, especialmente por parte dos empresários; ii) desde o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte a radiodifusão foi tratada com enfoque nos direitos fundamentais – principalmente os diretos à informação e a ser informado; iii) a mudança do enfoque vinha, em grande medida, pelos traumas deixados pela ditadura, especialmente no tocante à sonegação e distorção de informações por parte da imprensa, durante o regime militar (por exemplo, no Caso Proconsult e na cobertura das "Diretas Já"); iv) em virtude do apoio que

haviam dado à ditadura militar, as maiores empresas do setor não pretendiam chamar tanta atenção para si, para evitar possíveis alterações bruscas no sistema e a eventual perda das concessões que haviam recebido; v) havia preocupação, no empresariado, com as modificações que poderia ter a radiodifusão na Constituinte, tendo-se buscado inserir no texto remessas à legislação infraconstitucional e/ou trechos com interpretações ambíguas; vi) os próprios parlamentares que detinham concessões de rádio e televisão poderiam atuar para inviabilizar as mudanças trazidas pela Constituição; vi) o Congresso buscou para si parte dos poderes inerentes às comunicações.

1.3 FONTES

Deu-se preferência, no trabalho, às fontes primárias. As principais para a realização da pesquisa foram a) as notas taquigráficas das reuniões da a1) da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação; a2) da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; e a3) do Plenário da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988; b) as diferentes versões dos anteprojetos originais da b1) Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação; e b2) da Comissão de Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; e c) as emendas ao anteprojeto da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Para compreender melhor a subcomissão, foi realizada uma pequena biografia de cada um dos parlamentares que a integraram. A elaboração dessas biografias, a princípio, serviria apenas para consulta do próprio doutorando. Todavia, viu-se logo que esse material poderia até auxiliar o teste das hipóteses principais.

Foram consultados a) biografias já publicadas na imprensa – tanto autobiografias, quanto aquelas escritas por terceiros; b) projetos de leis, textos em jornais, e livros de autoria dos parlamentares; c) livros e textos de jornais, que demonstravam posicionamento políticos desses políticos.

Material secundário, como textos sobre a Constituinte, também foram empregados para melhor compreender o contexto e verificar o que já havia sido escrito sobre a Constituinte e sobre o tema do trabalho. Considerando-se que se estava diante de uma transição, buscou-se em obras de Direito Constitucional, especialmente em José Afonso da Silva, uma explicação acerca de conceitos que foram trabalhados na Constituinte, como o da "comunicação como um bem social". Desse modo, analisaram-se todas as edições publicadas, até 1989, do Curso de Direito Constitucional Positivo, escrito pelo autor. A escolha de José Afonso se justifica, uma vez que, na Comissão Afonso Arinos, o jurista influenciou a formação dos artigos referentes à

radiodifusão, juntamente com Hélio Jaguaribe. Na Constituinte, por sua vez, o jurista atuou como assessor de Mário Covas.

Buscou-se em José Afonso alguma pista sobre se teria havido influência sua ou não na formação do conceito de "informação como um bem social". Apesar de o autor tratar do direito à informação, o autor o faz ao abordar a "função social da imprensa", tema apresentado no volume II, do Curso de Direito Constitucional Positivo[6]", em 1984. No livro, no título IV, Direitos Individuais, Capítulo IV, Direito de Liberdade, item IV, continha descrição de direitos relacionados à liberdade do pensamento[7].

Ao tratar da liberdade de imprensa, José Afonso destacava que esta seria composta pela liberdade daquele que exerce o trabalho na imprensa e, principalmente, pela liberdade de informação, que configuraria, na sua opinião, a finalidade principal desse serviço. A liberdade de imprensa seria uma liberdade/dever, porquanto iria além da faculdade de informar, para abranger a liberdade de ser informado do indivíduo e a obrigação do dono de empresa jornalística de prestar essa informação adequadamente, sem distorções, alterações da verdade ou esvaziamento de sentido[8]. Em função de a imprensa, "escrita, falada e televisada (...)[9]" constituir "poderoso instrumento de formação da opinião pública"[10], José Afonso afirmava que seria adotada a ideia de que ela representaria uma função social, "voltada para a coletividade inteira e não a indivíduos e grupos"[11].

A função social, prosseguia o autor, "consiste, em primeiro lugar, em 'exprimir às autoridades constituídas o pensamento e a vontade popular, colocando-se, quase como um quarto poder, ao lado do Legislativo, do Executivo e do jurisdicional'"[12] – a citação contida na referência é do texto do autor italiano Albino Greco[13], o qual parece mesmo ter grande influência nas ideias trazidas por José Afonso, porquanto é citado em sucessivas passagens. José Afonso também atribuía à função social da liberdade de imprensa uma defesa contra todo o excesso de poder e controle político/administrativo das atividades públicas, ao mesmo tempo que asseguraria "a expansão da liberdade humana"[14]. Por tais motivos, José Afonso, ainda no mesmo texto, criticava toda a qualquer censura, prévia ou não.

[6] No volume I da primeira edição, datada de 1976 o tema não constava. A explicação para tanto era que um volume II, no qual deveria analisar os elementos "limitativos e sócio-ideológicos" (com o subtítulo Da Declaração Constitucional de Direitos), seria lançado na sequência, o que não ocorreu até 1984. Tal explicação está contida em página não numerada, situada entre a folha de rosto e o sumário, do livro SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 2ª Ed. revista e ampliada. São Paulo: RT, 1984.
[7] Em breve síntese, o item era dividido em sete subtítulos, notadamente: a) conceito e forma de expressão; b) Liberdade de Opinião; c) Liberdade Religiosa; d) Liberdade de Informação em Geral; e) Liberdade de Imprensa; f) Liberdade de manifestação artística; g) Liberdade de comunicação de conhecimento. SILVA, 1984, op. cit., p. XXV.
[8] SILVA, op. cit., p. 471.
[9] Ibidem.
[10] Ibidem.
[11] Ibidem.
[12] Ibidem.
[13] GRECO, Albino. La Libertà di Stampa nell'Ordinamento Giuridico Italiano. Roma: Bulzioni Editores, 1974.
[14] Ibidem.

José Afonso não falava, portanto, na informação como um bem social, mas trazia para o Brasil um debate importante sobre a função social da imprensa e o dever de informar. A informação, como visto, era tratada como um direito do indivíduo.

As edições seguintes da mesma obra – notadamente a 3ª[15] e a 4ª[16] (publicadas, respectivamente, em 1985 e 1987) –, seguem com o texto praticamente inalterado em relação à informação. As mudanças mais significativas na obra surgem com a publicação da 5ª edição, em 1989, a qual descreve a matéria à luz da Constituição de 1988, acrescentando ao texto anterior que a liberdade de informação jornalística que descreve a Constituição não se resumiria mais na "simples liberdade de imprensa (...), a informação jornalística alcança qualquer forma de difusão de notícias, comentários e opiniões por qualquer veículo de comunicação social[17]".

Como fontes secundárias, sobre o processo constituinte em si e sobre a atuação de políticos no tema Comunicação Social, foram também consultados livros com entrevistas. Um deles é o livro de Luiz Maklouf Carvalho, "1988: Segredos da Constituinte", contendo uma série de entrevistas com pessoas que participaram do processo de elaboração da Constituição e atuaram nas mais variadas comissões e subcomissões. Em especial, destacamos para a tese as entrevistas com Antônio Britto, à época deputado federal pelo PMDB, e Fernando Ernesto Corrêa, um dos lobistas da ABERT escalado para defender os interesses da instituição. Na primeira entrevista, a de Britto, este afirma que o artigo 223 da Constituição teria sido fruto de um arranjo que teria contado com a sua participação. Na entrevista com Fernando Ernesto, por sua vez, há menção mais explícita à atuação de Britto, chegando o lobista a afirmar que o capítulo da Comunicação Social teria sido "praticamente escrito a quatro mãos", as de Britto e as do próprio Fernando Ernesto. O lobista traz ainda mais detalhes sobre a atuação e as pretensões da ABERT na Constituinte, indicando especialmente os mecanismos para persuadir políticos e os principais focos de atuação.

Informações semelhantes estão em outros textos de Fernando Ernesto ou feitos com a sua participação direta. Um destes é a biografia do advogado, empresário e lobista, "O Lobista: Fernando Ernesto Corrêa: negócios, político e jornalismo", escrita por Márcio Pinheiro. No livro, composto basicamente de entrevistas de Fernando Ernesto a Pinheiro, o biografado relata, além da própria atuação na Constituinte, sua trajetória pessoal no jornalismo. Destaca

[15] SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 1985, especialmente p. 462-474.
[16] SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 1987, p. 462-474.
[17] SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 5ª ed. revista e ampliada de acordo com a nova Constituição. São Paulo: RT, 1989.

especialmente suas relações com a Rede Brasil Sul (RBS-TV), na qual chegou a desempenhar cargos elevados. O livro descreve bastidores da Constituinte na perspectiva daqueles que exerciam o lobby. Narra quem foram os principais personagens e apresenta como era a atuação das empresas de mídia. Por fim, o livro explica que tanto a ANJ (Associação Nacional dos Jornais) quanto a ABERT eram, no fundo, instituições com cúpulas compostas pelos mesmos grupos, com interesses comuns. A principal diferença entre as duas instituições estaria no fato da ANJ ser mais "exclusiva", por ser representada pelos próprios proprietários de jornais, enquanto a ABERT seria representada por prepostos destes. Em texto de Fernando Ernesto, denominado "Liberdade de Expressão", o autor comenta a Constituinte e, uma vez mais, reforça a parceria que teria tido com Antônio Britto.

Também como fontes secundárias, foram empregados trabalhos que abordavam o campo temático da tese – como os de Venício A. Lima. No livro "Regulação das Comunicações: História, poder e direitos"[18], com trabalhos do autor de diferentes épocas, há um texto de meados de 1987, discutindo o contexto da Constituinte. O artigo descreve os trabalhos da ANC no tema comunicação social até o momento em que o texto foi escrito. Já teriam sido, então, finalizadas as etapas de debates nas Comissões e Subcomissões, tendo os anteprojetos sido remetidos à Comissão de Sistematização. Lima indica os focos principais de tensão entre os diferentes grupos, além de descrever quem seriam os principais políticos envolvidos nas disputas com a Relatora, tais como Arolde de Oliveira, José Carlos Martinez, Rita Furtado (e seu esposo Rômulo Furtado), Antônio Carlos Magalhães (por intermédio de seu irmão, Ângelo Magalhães). O artigo também aborda as mesmas tensões vivenciadas posteriormente na Comissão temática, sob a relatoria de Artur da Távola. A conclusão do autor é que "os velhos interesses" (descritos como os interesses dos grandes proprietários da mídia e dos políticos titulares de concessões) estariam predominando na Constituinte. Embora contenha algumas imprecisões – tal como atribuir a José Carlos Martinez a responsabilidade pela ideia de que a cassação das concessões dependeria de decisão judicial, quando o projeto original da relatora já continha tal dispositivo –, o texto traz um panorama útil para a tese, seja para reforçar ideias obtidas também por outras fontes, seja por indicar caminhos outros para a pesquisa. O artigo, contudo, não apresenta os trabalhos até o final da Constituinte, tampouco o livro contém algum outro texto que aborde tal contexto.

[18] LIMA, Venício Artur. Regulação das Comunicações: história, poder e direitos. São Paulo: Paulos, 2011. O livro é uma coletânea com artigos do autor. Dentre os artigos, destacamos, em especial, o de folhas 51-66, intitulado "Comunicação na Constituinte de 1987-1988: a defesa de velhos interesses", o qual descreve o contexto da Constituinte.

Em outra obra do Professor Venício, "Mídia: Crise Política e Poder no Brasil"[19], o autor lança hipóteses sobre o poder da rede Globo no Brasil. O livro também aborda o episódio das eleições para governador do Rio de Janeiro, de 1982, quando houve uma tentativa frustrada de fraude eleitoral para que o candidato do PDT, Leonel Brizola, não se sagrasse vitorioso. Ainda do mesmo autor, "Liberdade de Expressão x Liberdade de Imprensa" – com título que já adianta o conteúdo da obra –, analisa criticamente o argumento do empresariado, de que tais conceitos seriam sinônimos, estando as empresas amparadas por uma liberdade de expressão que praticamente tudo permitiria. O texto, a despeito de ter sido publicado em 2010 e debater assuntos daquele período, também será útil à tese, porquanto a posição do empresariado na Constituinte se assemelha à exposta por Venício e, aparentemente, não mudou muito ao longo dos anos. No nosso trabalho, todavia, faremos outro paralelo utilizado pelas empresas: uma possível confusão entre liberdade de imprensa e direito à informação, como se sinônimos fossem.

Há ainda um outro trabalho do mesmo autor com parte relevante para a tese. No livro "Política de Comunicações: um balanço dos governos Lula [2003-2010]", Venício demonstra como o empresariado estaria tentando vender a ideia de que a radiodifusão privada não estaria limitada nem necessitaria cumprir as finalidades constitucionais, que seriam obrigação apenas das emissoras estatais e públicas. Além disso, frisa Lima que há normas constitucionais para o setor ainda carentes de regulação específica, tais como a referente ao monopólio e a concernente ao percentual de programação regional. O debate interessa sobremaneira à presente tese, porquanto pode ser um indício a confirmar uma das hipóteses de trabalho: a de que o empresariado tentaria controlar a radiodifusão por meio de remessa dos assuntos à legislação infraconstitucional. O outro debate (sobre se estaria ou não a radiodifusão privada obrigada a atender as finalidades constitucionais para os serviços) também será importante para a tese, pois pretendemos demonstrar a natureza jurídica dos serviços de radiodifusão, à vista das disputas em torno desse assunto já na Constituinte.

As obras do Professor Venício, portanto, são contribuições para o tema "Comunicação Social" e serão empregadas, em alguma medida, na tese. É preciso ponderar, todavia, que por vezes tais textos descrevem as posições pessoais do autor e parecem não preencher certos critérios típicos da história do direito. Embora não haja nada de errado nisso, o emprego dessas obras no trabalho terá de ser, pois, apenas acessório.

---

[19] LIMA, Venício A. de. Mídia: Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

No decorrer da pesquisa nos deparamos com o livro de Paulino Motter, "A Batalha Invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil"[20]. O livro, publicado em 2019, é, na verdade, fruto da dissertação de mestrado do autor no Departamento de Comunicação Social da UnB (1994). Da literatura secundária, o texto de Motter é a mais completa das obras, tendo o autor trilhado caminho parecido com o que havíamos planejado para a tese. Paulino Motter também trabalhou com diversas fontes primárias que utilizamos, mas nosso trabalho também inclui outras fontes inéditas. Além disso, difere do de Motter por ir mais profundamente em pontos que consideramos relevantes para a História do Direito. No episódio envolvendo Globo Time-Life, por exemplo, Motter utiliza como fonte principal a obra de Herz e chega a mencionar as mudanças legislativas posteriores, sem indicar, contudo, as razões da modificação e os principais impactos. Já o nosso trabalho contém hipóteses próprias acerca desse episódio e sugere impactos não apenas entre os que dominavam as comunicações no país, mas no próprio modelo de dominação e monopólios.

Em nossa tese, também pudemos contar com fontes próprias, decorrentes de entrevistas feitas com o doutorando com atores da ANC. Destacamos aqui as entrevistas concedidas por Joaci Góes, Antônio Britto, Bernardo Cabral e Antônio Gaspar[21].

Por fim, para complementar o quadro de fontes, ressaltamos que muitos textos de outros períodos e temas foram empregados no trabalho, especialmente para a correta compreensão das distinções: direito a ser informado x liberdade de imprensa, complementariedade x subsidiariedade, desenvolvimentismo x modernização, etc. Para tanto, foram empregadas, principalmente, as obras de Airton Seelaender, Gilberto Bercovici e Celso Furtado.

Para a compreensão de alguns processos históricos, principalmente do episódio envolvendo a Globo e o grupo Time-Life, foram empregados os documentos originais da CPI no Congresso Nacional e do processo administrativo instaurado para apurar o caso.

1.4 MÉTODOS ADOTADOS

[20] MOTTER, Paulino. A Batalha Invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil [recurso eletrônico] / Paulino Motter; Editor: Rodrigo Murtinho. – Rio de Janeiro: Fiocruz: Edições Livres, 2019.

[21] As entrevistas com Joaci Góes e Antônio Gaspar foram feitas em parceria com o também pesquisador Marcus Vinicius Bastos, para um projeto paralelo de pesquisa.

Pela proposta do trabalho e sua amplitude, o emprego de apenas uma única metodologia de pesquisa não seria suficiente. Dessa forma, resolveu-se ver a metodologia como um conjunto de ferramentas combináveis a fim de obter o resultado desejado.

De início, pode-se citar como referência, aqui, a obra de Antônio Manuel Hespanha, "Cultura Jurídica Europeia, Síntese de Um Milênio". No capítulo 3, item 3.2 da citada obra, Hespanha descreve o cuidado que deve ter o historiador ao analisar as fontes. Em especial, fazer uma leitura densa, evitando a projeção de categorias do presente para interpretar o passado. Hespanha alerta no texto sobre o equívoco do historiador ao tentar apontar origens de determinados direitos e pensamentos em fatos históricos do passado, os quais, muitas vezes, nada dizem acerca das situações que se busca comprovar. O passado não é necessariamente um espelho do agora, e com a obra de Hespanha há ensinamentos de, principalmente, respeitar as fontes e analisá-las no contexto em que foram produzidas. O "sentido superficial", diz Hespanha, "tem que ser afastado para deixar lugar às camadas sucessivas de sentidos subjacentes"[22]. Também de Hespanha será empregada a ideia de que não há sempre um progresso histórico fluindo, marcado só pelas rupturas. Tampouco há um "conhecimento verdadeiro", uma vez que história é "uma permanente construção e reconstrução dos seus objetos pelo olhar do historiador"[23].

Empregando Koselleck[24], esperava-se buscar eventuais camadas de significados em alguns conceitos. Tal tentativa não foi tão bem-sucedida ao longo da tese, especialmente porque verificou-se que as disputas nem sempre ocorriam pelo significado em si de determinado termo, mas para a incorporação de conceitos distintos. Não se estava, portanto, alterando o significado de conceitos de longa duração. Por vezes, quando um mesmo conceito era empregado, como o de Comunicação como um "Bem Social", havia interpretações distintas, as quais não são possíveis de esclarecer apenas com o emprego do método de Koselleck.

Ainda assim, a utilização, ou melhor, o conhecimento da obra do autor permitiu a formulação de reflexões no decorrer do trabalho sobre uso distintos da mesma palavra para defender ideias igualmente distintas. "Pluralismo", por exemplo, no decorrer dos debates da Subcomissão mudava de significado a depender do grupo que o utilizava.

---

[22] HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Européia*: Síntese de um Milênio. Florianópolis: Boiteux, 2005, p. 79.
[23] Ibid., p. 90.
[24] KOSELLECK, Reinhart. *História de Conceitos*: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

2. O Sistema Brasileiro de Comunicações até a Constituição de 1988

Inserida no tema maior "Comunicação Social" ou "Comunicação de Massa", tal qual os demais meios de telecomunicações, a radiodifusão, aspecto central para o presente trabalho, cresceu no país sob o olhar e controle estatal (pelo menos controle legal). Desde a década de 1910, com as primeiras experiências com o rádio (radiofonia), sem que houvesse a presença de uma estação de rádio no país, a atividade era controlada pela mesma legislação que cuidava do telégrafo[25]. A partir de, pelo menos, 1924 é possível encontrar a expressão "radio difusão", acompanhada por "broadcasting", na legislação nacional, com a determinação de que a exploração da atividade teria finalidades educativas no Brasil e dependeria de autorização estatal[26].

A regulamentação da radiodifusão no Brasil teve, ao longo dos anos, finalidades variadas. Com Getúlio Vargas, na década de 1930, o rádio serviu também como uma ferramenta de uso político[27]. No mesmo governo, foram editadas normas mais sofisticadas e detalhadas, em comparação às anteriores, sobre o tema, notadamente os Decretos 20.047, em 1930, e 21.111, em 1932. Também foi no primeiro Governo Vargas que a radiodifusão foi incorporada ao texto constitucional[28].

Tal legislação da década de 1930 apenas seria significativamente modificada no país em 1962, quando o Código Brasileiro de Telecomunicações foi promulgado – Lei n. 4.117/1962.

---

[25] Nesse sentido, ver VIANNA, Gaspar Luiz Grani. Direito de Telecomunicações. Rio de Janeiro: Editora Rio – Sociedade Cultural Ltda., 1976. Ver também RIGO, Joanir Fernando. Radiodifusão no Brasil: períodos, modelos e funções. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

[26] RIGO, 2018, op. cit.

[27] Nesse sentido ver GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 53-72, especialmente páginas 64 e seguintes, nas quais a autora afirma que o rádio e a música popular teriam sido instrumentos valiosos na estratégia política estado-novista. A autora também comenta a instituição da Voz do Brasil (posteriormente chamada de A Hora do Brasil) em 1934, em que se transmitia programação centrada nas realizações políticas do governo. Ver também (CAPELATO, 1999) em especial, páginas 176 e seguintes, nas quais a autora afirma que o uso político do rádio durante o Estado Novo esteve voltado à reprodução de discursos, mensagens e notícias oficiais. Em sentido semelhante, ver também RIGO, 2018, op. cit., p. 54 e seguintes.

[28] Muitos fatos importantes para a radiodifusão ocorreram entre os anos de 1930 até 1962. Já tivemos a oportunidade de analisar o período em trabalho anterior, ao qual remetemos o leito (RIGO, Joanir Fernando. Radiodifusão no Brasil: períodos, modelos e funções., op. cit.). Na dissertação demonstramos como o emprego da radiodifusão foi sendo alterado ao longo dos anos e como serviu de instrumento para manutenção da estatalidade durante o governo Vargas. Nos anos posteriores, demonstramos que houve maior atuação profissional das empresas, visando à redução do poder estatal nesse campo. Há trabalhos com análises distintas para o mesmo período, como em CHAGAS, Genira. Radiodifusão no Brasil: Poder, política, prestígio e influência. São Paulo: Atlas, 2012. No trabalho a autora descreve a opção legal dos anos 1930 de atribuir à União a responsabilidade pelas concessões e exploração da radiodifusão como uma forma de o Estado utilizar-se desses serviços como um braço de Poder. Temos divergências profundas quanto à interpretação, especialmente em função dos aspectos relacionados à segurança nacional e serviço público, ao nosso ver, inerentes à radiodifusão.

O CTB foi concebido como uma vitória de empresários do setor, especialmente após sua pressão ter contribuído para que os 52 vetos opostos por Jango ao projeto original fossem derrubados[29]. Tais empresários eram encabeçados por João Calmon e pela recém-criada, por este mesmo empresário, juntamente com Roberto Marinho (proprietário, à época, do jornal O Globo e da Rádio Globo) e Nascimento Brito (Rádio Jornal do Brasil), Associação Brasileira dos Empresários de Rádio e Televisão (ABERT)[30]. Ainda na década de 1960, Calmon,

[29] No cenário nacional há explicações distintas para os vetos e para a sua derrubada. Há quem defenda ter havido no período uma batalha entre o Estado e as empresas, para definir, em linhas gerais, quem controlaria quem (nesse sentido ver RIGO, op. cit., especialmente páginas 111 a 186). Gilberto Bercovici defende que os vetos opostos estariam em sintonia com o programa de Reforma de Bases, por meio dos quais se "tentou impedir a oligarquização do regime democrático e fomentar o pluralismo na mídia" BERCOVICI, Gilberto. As Reformas de Base e o debate sobre o Código Brasileiro de Telecomunicações. In SEELAENDER, Airton Cerqueira Leite (org). Direito à Informação e Radiodifusão – Mídia e pluralismo na Constituição democrática. Brasília/DF: Editora Voz de Brasília, 2018, fls. 49. Em sentido um pouco distinto, Cesar Bolaño afirma que a aprovação do Código teria sido fruto de uma "longa batalha entre o governo, por um lado, e os empresários do setor de informações por outro". A luta entre tais setores, prossegue o autor, não seria novidade no país e remontaria "no mínimo, ao segundo governo Vargas, que pretendeu reduzir a três anos o prazo da concessão de emissoras". BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Mercado Brasileiro de Televisão. São Paulo/Aracajú: Editora EDUC e Editora-ufs, 2004, p. 122.
Somos de opinião um pouco distinta da defendida por Bolaño. Não nos parece que a batalha em torno do CTB tenha sido longa, desde o lançamento dos vetos até a sua derrubada foram poucos meses e, em duas noites, todas as oposições impostas por Jango caíram com estrondosa maioria de votos - inclusive, com votos dos membros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual pertencia o Presidente. Tal fato demonstra que possivelmente não houve articulação ou empenho político para a manutenção dos vetos (nesse sentido ver RIGO, op. cit.). Quanto à afirmação sobre o segundo governo Vargas, esta não nos parece precisa. Em 1951 Vargas editou o Decreto n. 29.783, para tratar de radiodifusão. É importante pontuar que o Decreto diferencia concessão e permissão, sendo que as concessões teriam prazo de 10 (dez) anos (art. 4º), renováveis a juízo do governo, enquanto as permissões seriam dadas precariamente, com revisões a cada 3 (três) anos. O decreto não reduziu, portanto, o prazo de concessões para 3 anos, como sugere Bolaño. Além disso, a animosidade entre Vargas e os veículos de comunicação também era anterior ao decreto – possivelmente vinha desde os primeiros anos do Governo iniciado em 1930, ou, pelo menos, desde a implantação do Estado Novo e aumento da censura. Vargas sofreu muita resistência desses meios já durante a campanha presidencial para os anos 1950. Ademais, há diversas publicações que abordam tal decreto, a maior parte delas o analisa com muita má vontade ou superficialmente. Talvez o impacto maior que o decreto poderia ter para as emissoras viesse do seu artigo 9º : "Art. 9º A contar da data da publicação dêste decreto e independentemente de qualquer outro ato declaratório do Govêrno, consideram-se automáticamente caducas as concessões e cassadas as permissões relativas a tôdos os serviços de radiodifusão e radiocomunicação das entidades privadas que, até esta data, não hajam cumprido, dentro dos prazos regulamentares, as estipulações constantes, respectivamente, das letras g, h, i, e l do art. 16 e das letras e, r, s e t, do art. 18 do regulamento aprovado pelo Decreto nº 21.111, de 1 de março de 1932, sem prejuízo dos demais casos de caducidade e de cassação que o Govêrno ainda possa examinar, com fundamento noutros dispositivos regulamentares". Conforme tal artigo, seriam declaradas caducas as empresas que não tivessem cumprido burocracias exigidas pelo Decreto n. 21.111/32 até aquele momento. Embora parecesse inofensivo num primeiro momento, porquanto tais condições eram mais gerais, cumpre destacar que a alínea "l" do artigo 16 do referido decreto impedia a transferência indireta da concessão. Tal transferência ocorreria quando eram vendidas todas ou a maioria das ações das estações e estas passassem a ter novo proprietário, sem, contudo, se realizar nova concessão – fato bastante comum no período. Em 1965 a Rádio Mayrink Veiga, durante o regime militar, foi declarada caduca com base na alínea "l" do artigo 16 do Decreto n. 21.111/32, sob o argumento de que teria havido transferência indireta da concessão ao ter havido a venda de ações da emissora. Nesse sentido, caso o governo fosse a fundo e investigasse as transferências de ações entre os concessionários, poderia deixar algumas empresas em apuros. Além disso, o decreto lançado por Vargas em 1950 apenas ressaltava poderes já concebidos ao Chefe do Poder Executivo por legislação anterior ainda em vigor. O decreto da década de 1950 inovou menos do que alguns dos autores que escrevem sobre ele querem enxergar.

[30] Tal Associação, inclusive, teria criada justamente para a derrubada dos vetos de Jango contra o CTB. Nesse sentido, ver ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO (ABERT). QUEM SOMOS. Disponível em: https://www.abert.org.br/web/quem-somos/historiamob.html. Acesso em: 20 mai. 2022.

integrante do alto escalão dos Diários Associados, chegou a fazer campanha aberta pela derrubada do governo Goulart e a favor do golpe militar de 1964, apresentando-se como o idealizador da "Rede da Democracia"[31], lançada pelos Diários para a deposição de Jango[32].

A despeito de o Código ter sido recebido como um baluarte da defesa da liberdade dos veículos de comunicação, este não passou no teste do regime militar[33]. Numa das primeiras vezes em que foi posto à prova, no julgamento da Rádio Mayrink Veiga, em 1965, o Código foi afastado pelo Poder Executivo para que fosse aplicada a legislação da década de 1930, sob o argumento de que os fatos que levaram à caducidade da rádio haviam ocorrido durante a vigência dessa legislação. Tal argumento veio a ser confirmado posteriormente pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Mandado de Segurança n.16132/65, quando se negou a Segurança pleiteada pela Mayrink Veiga[34], apesar dos votos divergentes de Victor Nunes Leal[35] e Evandro Lins.

---

[31] Calmon dá mais detalhes acerca da "Rede da Democracia", a qual pregava a derrubada do presidente João Goulart, no livro "Duas Invasões – A Invasão Vermelha". Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1966, especialmente nas páginas 93 e seguintes. O livro dá a entender que a inspiração para a criação da intitulada "rede democrática" teria vindo da "Campanha da Legalidade", encabeçada pelo "nêmesis" do capixaba, Leonel Brizola, em 1961, em um movimento que envolveu diversas estações de rádio do país e visava a garantir a posse de João Goulart como presidente após a renúncia de Jânio Quadros. Sobre a Campanha da Legalidade de Leonel Brizola ver TAVARES, Flávio. 1961: O Golpe Derrotado. Luzes e sombras do movimento da legalidade. Porto Alegre: L&PM, 2012. SILVA, Juremir Machado da. Vozes da Legalidade – Política e imaginário na Era do Rádio. Porto Alegre: Sulina, 2014. RIGO, Joanir Fernando. Radiodifusão no Brasil: períodos, modelos e funções. Versão distinta, todavia, para a criação da autodenominada "Rede da Democracia" é apresentada na biografia de Chateaubriand, escrita por Fernando Morais. Na obra, Novais afirma que a autointitulada "Cadeia da Democracia" estaria sendo planejada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o qual teria investido "5 (cinco) milhões de dólares no financiamento de campanhas de deputados anticomunistas nas eleições de 1962". Na mesma passagem, Morais afirma que Chateaubriant teria dado ordens para que João Calmon "se preparasse para ajudar na organização e, no momento oportuno", colocasse "todas as Associadas à disposição da 'Cadeia da Democracia'". NOVAIS, Fernando. Chatô, o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 532.

[32] Em linhas gerais, a ideia da "rede da democracia" seria a utilização das centenas de estações pertencentes aos Diários Associados para pregar contra o governo de João Goulart e supostamente defender a "democracia" mediante a deposição do governo.

[33] Destacamos a opinião de Gaspar Vianna, o qual afirmou que o principal "mérito do Código, nas disposições referentes à radiodifusão, é o de assegurar o pleno exercício da liberdade de manifestação do pensamento, inscrita na Constituição Federal. *Sem tal direito, garantindo a livre pregação democrática, certamente não teríamos, em março de 1964, a vitória fulminante da Revolução*, sem sacrifício de vidas humanas" (g.n.). O mesmo autor, contudo, seis páginas depois, ao comentar o Decreto-lei n. 236/67, afirmou que *"o extremo liberalismo do Código de 1962 já causara diversos problemas ao sistema*, violentando o equilíbrio necessário e permitindo práticas abusivas, especialmente de uma concessionária de televisão que se submetera econômica, financeira e administrativamente a um grupo estrangeiro" (g.n.). In: VIANNA, op. cit., p. 143 e 149.

[34] Temos artigo pronto, ainda não publicado, analisando o caso, especialmente o contexto político/jurídico da época e o julgamento do processo no STF. Acerca do julgamento no STF, não encontramos outros trabalhos para descrever, além do próprio processo.

[35] Victor Nunes Leal foi voz destoante à Ditadura no STF. Sua atuação rendeu uma aposentadoria compulsória em 1969. Há importante biografia jurídica de Victor Nunes, na qual, além da descrição detalhada da carreira do jurista, descreve-se também o contexto em que o Ministro atuou. Ver HOCHHEIM, Bruno Arthur. *Democracia e Intervenção Estatal*: Victor Nunes Leal e seu tempo. 2023. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

Após o julgamento do caso envolvendo a Mayrink Veiga, ainda durante a ditadura militar ocorreram alterações em parte da legislação referente à comunicação social, inclusive no CTB. Em 9 de fevereiro de 1967, foi promulgada a Lei n. 5.250, a qual visava a regular a "liberdade do pensamento[36]" – Lei de Imprensa[37]. A citada lei, assinada pelo Presidente Castello Branco e por Carlos Medeiros Silva[38], continha dispositivos que pareciam contradizer ou "re-regulamentar" a matéria já constante no Código de Telecomunicações e Constituição Federal. Havia uma equiparação entre empresas jornalísticas e de radiodifusão, estas últimas consideradas também empresas jornalísticas (art. 3º, § 4º).

Destacamos os artigos 4º, 5º e 6º da referida lei. O artigo 4º determinava que a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa dos serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas caberiam exclusivamente a brasileiros natos. No parágrafo primeiro desse mesmo artigo havia vedação às empresas de radiodifusão de manterem contrato de assistência técnica com empresas ou organizações estrangeiras que pudessem intervir ou ter conhecimento da "vida administrativa ou da orientação da empresa". Havia a ressalva, contudo, para contratos estritamente técnicos ou artísticos e para o aparelhamento da empresa (art. 4º, §2º).

O artigo 5º estabelecia que as proibições constantes no artigo 4º e seus parágrafos não alcançariam contratos de assistência técnica de até seis meses de duração, firmados com empresa ou organização estrangeira, destinados exclusivamente à fase de instalação e início de funcionamento de equipamento, máquinas e aparelhos técnicos. Por fim, o artigo 6º previa a dependência de autorização do CONTEL para qualquer contrato de empresas de radiodifusão com empresas ou organizações estrangeiras que pudessem, "de qualquer forma, ferir o espírito das disposições dos artigos 3º e 4º (...)". A sequência do artigo vedava que empresas ou organizações estrangeiras participassem dos lucros de empresas jornalísticas ou de radiodifusão brasileiras.

Os artigos citados reforçavam a legislação já em vigor, em especial o Código de Telecomunicações, inovando e aprofundando em alguns pontos bem específicos. As proibições de contratos de assistência técnica com organizações estrangeiras que a) pudessem impactar na

[36] BRASIL, Lei n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Ementa: "Regula a Liberdade de Manifestação do Pensamento e de informação". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm. Acesso em 24/05/2022.
[37] A lei de imprensa foi alvo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 130 (ADPF n. 130), em 2009, tendo sido declarada, pelo Supremo Tribunal Federal, não recepcionada pela Constituição de 1988.
[38] Em consulta aos dados da referida Lei, verificou-se que esta teve origem a partir do Projeto de Lei Ordinária (PLN) (Ressaltamos que a sigla que consta no site do Senado Federal se escreve com "N" ao invés de "O") n. 23 de 1966. Na mesma página consta autoria da referida norma como sendo da Presidência da República. Cf. CONGRESSO NACIONAL. Projeto de Lei do Congresso Nacional n. 23, de 1966. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/107650. Acesso em: 24 mai. 2022.

orientação intelectual e administrativa dos serviços de comunicações; b) viessem a intervir e ter conhecimento da administração das empresas brasileiras de comunicações; e c) previssem participação nos lucros das empresas nacionais, tiveram origem possivelmente no episódio que havia colocado em conflito o Grupo Globo e os Diários Associados, notadamente, o caso Time-Life.

2.1 O Caso Globo - Time-Life; o ocaso dos Diários Associados e as mudanças legais.

No Brasil do começo dos anos 1960, a televisão era apenas o embrião do poderoso instrumento de comunicação que viria a se tornar no futuro. Apesar de alguns grupos econômicos serem proprietários de canais em diferentes locais do país, não havia estrutura e tecnologia para a comunicação em rede. Com isso, mesmo que as linhas editoriais fossem mantidas, as emissoras, de modo geral, funcionavam como células autônomas, com programações distintas.

O modelo de exploração comercial para a televisão ainda não havia alcançado seu apogeu em termos de lucratividade. A publicidade vinha basicamente de empresas do mesmo local onde as emissoras estavam, com a venda de programas inteiros a patrocinadores e longos intervalos comerciais. Nesse sistema, apesar da existência dos lucros, a tendência era de que estes fossem limitados em função da dependência do capital local, da eventual facilidade para barganha nos valores dos anúncios e das flutuações econômicas regionais.

Sobre a programação, seria possível supor que a existência de várias emissoras resultaria em maior diversidade cultural no conteúdo nas transmissões das distintas regiões país. Não foi o que aconteceu, contudo. Além dos elevados custos para a contratação de artistas, os programas de televisão eram ao vivo, podendo ser exibidos uma única vez. Na prática, o que poderia corresponder a uma maior representatividade cultural culminava com o preenchimento dos horários com atrações de baixo custo e de qualidade duvidosa, tais como filmes importados (“enlatados”).

A respeito do controle da informação, é importante mencionar que a televisão não era o principal veículo de comunicação naquele início de década, de modo que as rádios e os jornais eram elementos muito mais poderosos. A falta de integração plena entre as emissoras também gerava impactos, porquanto a programação era muito mais direcionada para um público local e a direção e equipe técnica nem sempre eram as mesmas. Há que se ressaltar, todavia, que os donos de emissoras eram, geralmente, proprietários de jornais e estações de rádio, de modo que,

apesar de a televisão não ser o instrumento mais poderoso, a informação já estava concentrada em poucas mãos.

Um ponto de inflexão para a radiodifusão nacional, especialmente para a televisão, foi a chegada da tecnologia de videoteipe, a qual permitia a gravação, edição e reutilização de programas. Tal fato abriu caminhos para que a televisão pudesse enxugar custos e circular seus programas nas diferentes regiões, com a possibilidade de transmissão sincronizada, inclusive. Além disso, com a gravação dos programas, começava uma nova etapa em que a produção não seria mais descentralizada, mas reunida em um só local para, posteriormente, ser distribuída ou comercializada com outras emissoras.

No início da década de 1960, estava em vigor a Constituição Federal de 1946, a qual tratava do tema em dois momentos. No primeiro, o artigo 5º, XII estabelecia a competência da União para explorar diretamente, ou mediante concessão ou autorização, os serviços de radiodifusão – inciso em que se albergavam os demais serviços de telecomunicações. No segundo, dentro do título "Da Ordem Econômica e Social", o art. 160 vedava a propriedade de empresas jornalísticas, assim como de radiodifusão, a estrangeiros. Tal artigo vedava, inclusive, que estrangeiros fossem acionistas de sociedades anônimas proprietárias de tais empresas, deixando expresso caber a brasileiros natos a responsabilidade intelectual e administrativa de tais empresas.

No plano infraconstitucional, a radiodifusão ainda era majoritariamente regulamentada pelos decretos editados no Governo Provisório de Getúlio Vargas, notadamente os Decretos 21.111/32 e 20.047/1931.

Tal regulamentação despertava controvérsias com empresários. Primeiro, Jânio Quadros tentou reduzir a publicidade, através do Decreto n. 50.450/1961. Conforme o artigo 9º do citado decreto, os intervalos comerciais não poderiam ultrapassar três minutos entre um programo e outro. Tal medida, na opinião de Walter Clark, teria feito com que os proprietários de emissoras tivessem que repensar seus modelos de negócio e profissionalizar ainda mais suas emissoras, para melhor aproveitamento do tempo. Na opinião de pessoas que atuaram no meio, a formação da ABERT e a ênfase para que fosse finalizado o Código de Telecomunicações teriam se acelerado em virtude de tal Decreto[39]. Posteriormente, foi promulgado o Código de Telecomunicações Brasileiro (Lei n. 4.117/1962), que, na prática, trouxe vitórias significativas aos empresários, especialmente na derrubada dos vetos opostos por João Goulart.

[39] Conforme descreve Walter Clark, em sua biografia. CLARK, Walter (com Gabriel Priolli). O Campeão de Audiência: uma autobiografia. São Paulo: Summus, 2015, p. 99.

Em expansão, com a ampla maioria das pessoas ainda sem televisores em suas casas, o mercado televisivo nacional poderia ser bastante atrativo para empresas já consolidadas no segmento, especialmente as estrangeiras. Some-se a isso o fato de que as emissoras nacionais não usufruíam de recursos para investir em instrumentos modernos e mais tecnológicos para equipar as estações. A principal emissora do país, a TUPY, já estava afundada em dívidas e a saúde de seu proprietário, Assis Chateaubriand, igualmente ia mal[40].

Foi com esse pano de fundo que os contratos foram firmados pela TV-Globo e o grupo norte-americano Time-Life, durante a primeira metade da década de 1960. A parceria entre as duas empresas e o possível ingresso de outras empresas de comunicação estrangeiras no mercado nacional já eram noticiados pela imprensa desde, pelo menos, 1963. Na Tribuna da Imprensa foi publicada, em 28/03/1963, uma entrevista com João Batista do Amaral Filho, um dos executivos da TV-Rio e filho do seu dono. Nesta ocasião, o empresário foi questionado se "a penetração dos grandes grupos econômicos ('Time' e 'Life' e ABC-CBS-NBS) nas (...) televisões brasileiras, como a TV-Globo e a Excelsior", prejudicaria ou não as empresas brasileiras[41]. O empresário, apesar de dizer que isso não impactaria a TV-Rio, teria afirmado que a interferência não seria outra "coisa que uma maneira de burlar a lei", a qual estabeleceria a "obrigatoriedade de serem brasileiros natos os concessionários das emissoras de rádio e televisão"[42].

Já conhecidos há mais tempo no país, os negócios entre as empresas tão somente no final de 1964, após denúncias de Carlos Lacerda, Assis Chateaubriand e João Calmon, gerou debate mais intenso a respeito de sua legalidade. Tais políticos/jornalistas denunciavam ter havido uma possível transferência de propriedade e administração de empresa de comunicação nacional a estrangeiros, o que seria vedado pelo artigo 160 da Constituição em vigor.

O caso já foi amplamente debatido pela literatura nacional, tendo recebido explicações as mais variadas: a) aquelas com pretensões de crítica à emissora[43]; b) as que faziam a defesa

---

[40] MORAIS, op. cit.; PIERANTI, Octavio Penna. A pioneira se despede: o último mês da TV Tupi, segundo o Serviço Nacional de Informações (SNI). *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 28, p.1-11, jan.-dez. 2021.

[41] ALBERTO, Carlos. Preto no Branco: Entrevista com João. Rio de Janeiro, Tribuna da Imprensa, 28/03/1963, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_02/12808. Acesso em: 28 nov. 2023.

[42] Todas as citações do parágrafo foram extraídas de ALBERTO, Carlos. Preto no Branco: Entrevista com João. Rio de Janeiro, Tribuna da Imprensa, 28/03/1963, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_02/12808. Acesso em: 28 nov. 2023.

[43] Para uma análise crítica e com pretensões científicas acerca dos acordos e da ascensão da Globo, a obra mais citada é a de HERZ, Daniel. A História Secreta da Rede Globo. Porto Alegre: Tchê!, 1987. No livro, o autor se propõe a revelar como a Globo se tornou tão poderosa, sugerindo que os caminhos adotados pela emissora nem sempre teriam sido vinculados à legalidade. Herz traz muitos detalhes do caso Time-Life, da CPI instaurada para investigar esse acordo e de outro processo administrativo em torno do mesmo caso, expondo as suas conclusões acerca do assunto. O livro, escrito em 1987, época em que a Globo era o veículo de comunicação mais poderoso

da Globo, sustentando que os contratos eram constitucionais[44]; ou c) as com pretensões acadêmicas, de suposta imparcialidade[45]. Uma análise com foco nos processos

do país, serve para verificar como uma parcela dos autores enxergava o poder da emissora e o caso que supostamente a auxiliou a chegar aonde chegou. Também é possível citar aqui o primeiro livro que tratou do tema, o de João Calmon: CALMON, João. O Livro Negro da Invasão Branca: segundo volume de Duas Invasões. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966, o qual foi escrito justamente para reportar o caso e a suposta invasão de capital estrangeiro no setor de comunicações brasileiro. Sobre a obra Calmon, é importante pontuar que não se poderia esperar dela distanciamento acadêmico, afinal de contas, o político era também empresário do setor e tinha interesses econômicos diretos no assunto, porquanto pertencia aos Diários Associados, empresa que presenciava seu destronamento. A respeito da obra de Herz, todavia, apesar de o autor ter ido a fundo em alguns pontos e trazer dados de arquivo, pareceu-nos que, em muitos momentos, comprou como certos os discursos de João Calmon, sem ponderar que este último era empresário do setor e atuava naquela rede que, por anos, ocupou o posto que a Globo viria a ocupar no cenário nacional. Isso fica evidente especialmente nas passagens das páginas 90 e seguintes, nas quais há uma descrição do que fora exposto por Calmon em seu livro sem qualquer tipo de questionamento acerca da posição da qual falava o político. Não é difícil compreender as razões das críticas mais exaltadas à Globo, especialmente em função da posição que a emissora mantinha e de um alegado posicionamento próximo ao governo militar. A conivência de Herz com Calmon e com os Diários, por outro lado, é mais difícil de analisar. Poderia ocorrer por um saudosismo pelo fechamento da Tupy, primeira emissora de Televisão do País – de mais a mais, essa é uma hipótese de difícil comprovação.

[44] Análises mais favoráveis à emissora são encontradas em biografias de ex-funcionários ou na do próprio Roberto Marinho. Nas memórias da Globo, há afirmação de que os acordos com Time-Life eram lícitos. Também se afirma que, quando os contratos foram celebrados, supostamente, não haveria qualquer impedimento para a sua feitura daquela maneira. A página também traz as ligações de Calmon com os Diários Associados, dando ênfase ao fato de as emissoras de Chateaubriand estarem sendo superadas em audiência – sugerindo que essa talvez fosse a motivação principal das denúncias. Tais memórias ficam em página na internet, na aba descrita como "Acusações Falsas" – ver GLOBO. Memórias Globo – Acusações Falsas: O Caso Time-Life. 28/10/2021. Disponível em: https://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas/caso-time-life/noticia/caso-time-life.ghtml. Acesso em: 13 dez. 2022.

A biografia de Roberto Marinho, escrita por Pedro Bial, também descreve o caso, reforçando o que consta da página de memórias da emissora. Importante destacar que, como afirma o próprio autor, o livro não é obra historiográfica, de modo que o caso Time-Life é descrito sem qualquer crítica à emissora – não que fosse esperada coisa distinta de uma biografia do dono da Globo escrita por alguém "da casa". Apesar do tom empregado pelo autor (um misto de louvor a Roberto Marinho e dramaticidade de apresentador do programa Big Brother Brasil), o valor acadêmico da análise ainda remanesce, porquanto o texto serve para verificar como pessoas da emissora descrevem figuras próximas e até a narrativa histórica que estas carregam ou tentam emplacar. Veja, por exemplo, o relato acerca do caso Time-Life feito por Bial. Esta passagem do livro vem junto com a descrição de um episódio em que Roberto Marinho supostamente teria saído de casa armado, decidido a ir à casa de Carlos Lacerda assassiná-lo, em reação a supostas investidas virulentas contra si do jornalista carioca. O caso Time-Life, dizia Bial, acolhendo as afirmações do ex-patrão, era uma oportunidade para que os opositores de O Globo se juntassem contra as organizações e praticassem xenofobia com estrangeiros, tendo arrematado da seguinte forma: "ainda estava muito fresca na memória de todos a campanha feroz de Carlos Lacerda contra a Última Hora, na década de 1950" (p. 211). É curioso Bial ter tocado nesse ponto para criticar Lacerda, pois na campanha contra o Última Hora, segundo parte da literatura, Lacerda teria se valido também dos microfones da Rádio Globo – o que demonstra que essa não foi uma atuação individual do político, mas fomentada por diversos veículos de comunicação da época, inclusive pela Globo (ver, por exemplo, LIRA, Neto. Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 247). De qualquer modo, Bial faz uma defesa efusiva da legalidade dos acordos no caso Time-Life, atribuindo as investigações às disputas concorrenciais entre os Diários Associados e a TV-Globo (BIAL, Pedro. Roberto Marinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 208-213).

[45] Há, por fim, outro grupo de autores, dentre os quais podemos citar César Bolaño, o qual, embora pareça carregar um tom crítico à Globo (ao citar os relatórios da CPI instaurada para investigar o caso), faz análises com ênfase em aspectos econômicos e concorrenciais. Bolaño fala sobre o caso, afirmando que a junção entre Time-Life e Globo permitiu a criação no Brasil de uma grande empresa de televisão com padrões internacionais, modificando, sobretudo, o sistema de publicidade (BOLAÑO, Mercado Brasileiro de Televisão. Cit., p. 110 a 115). Na biografia de Walter Clark, contudo, há afirmação de que esse modelo de publicidade já havia sido implementado antes, na

político/administrativos que julgaram as transações, situando os principais personagens nos seus contextos e com distanciamento ideológico e/ou pessoal, todavia, ainda nos parece ausente na literatura. Do mesmo modo, sem ignorar a relevante contribuição desses autores para o tema, ainda há espaço para aprofundamento. Com a presente pesquisa, pretendemos discutir quais foram as consequências para a comunicação nacional após a exposição pública do assunto – como a "necessidade" de uma modificação legal; a possiblidade da existência de um projeto maior por parte do regime militar de utilizar a radiodifusão para sua autossustentação; e como a atuação estatal pode ter contribuído para a formação de um monopólio no setor.

Sobre os acordos, os documentos analisados revelam que teriam sido firmados três contratos ao todo, apesar de a defesa da Globo ter sustentado que apenas dois deles teriam entrado em vigor. Assinado em 1962, o primeiro contrato, chamado de "contrato principal", seria um contrato em conta de participação por meio do qual, supostamente, haveria empréstimo de dinheiro de Time-Life para a Globo para a montagem da emissora e compra de aparelhos, com o pagamento a ser realizado em percentual fixo dos lucros futuros. Segundo alegado, tal contrato não teria entrado em vigor, porquanto fora substituído por um outro de compra e venda da propriedade das instalações da Televisão Globo ao grupo Time-Life, com posterior aluguel dessas mesmas instalações à Globo, através do pagamento de parte dos lucros da Globo à Time-Life.

O último contrato seria o de "assistência técnica", a ser prestada pelos norte-americanos aos brasileiros. Tinha a vigência de 10 (dez) anos, prazo que poderia ser renovado automática e indeterminadamente. Ainda segundo esse contrato, o Time-Life enviaria pessoal ao Brasil, para assessorar a recém-inaugurada emissora brasileira em diferentes setores, tais como publicidade, programação, gestão comercial, noticiário e contabilidade.

As cláusulas da assistência técnica estavam elaboradas de forma a assegurar que as restrições contidas no artigo 160 da Constituição não fossem violadas ou para que, pelo menos,

---

TV-Rio – nesse sentido ver CLARK, Walter (com Gabriel Priolli). O Campeão de Audiência: uma autobiografia. São Paulo: Summus, 2015.

Há também o trabalho de CAPARELLI, Sérgio. Comunicação de Massa sem massa. São Paulo: Summus, 1986, p. 11-13, o qual faz breve comentário sobre o caso, apenas para indicar que o acordo entre as duas empresas foi um importante momento de transição na televisão brasileira, entre uma primeira fase (da televisão nacional dominada pelos Diários Associados e com programação mais parecida com a do rádio) e uma segunda fase (com a televisão se aproximando de um modelo empresarial capitalista, que implicou até mesmo transformações na forma de comercialização de publicidade por esse meio). Novamente, a conclusão pode ser confrontada com a biografia de Walter Clark, já citada acima. Há, além desses, uma biografia mais recente de Roberto Marinho, escrita por Eugênio Bucci, de estilo literário e ensaístico. A despeito de proporcionar uma agradável leitura, assim como as demais obras do mesmo autor, nas passagens em que trata do caso Time-Life, o texto desconsidera algumas fontes, a nosso ver essenciais, e carrega algumas imprecisões – tais como a de ter afirmado que a CPI teria declarado a vitória da Globo no assunto Time-Life, quando o resultado da CPI foi exatamente o oposto. Ainda assim, o texto traz dados acerca de Roberto Marinho e pode servir para algumas reflexões.

se desse a impressão de atuação em um limbo constitucional. Em determinados momentos do contrato original de assistência técnica, algumas cláusulas com possíveis efeitos legais mais sensíveis apareciam riscadas e com novas redações à caneta. Assim ocorreu, por exemplo, na cláusula em que era estipulado que Time-Life enviaria à TV-Globo profissionais com "habilitações necessárias para trabalhar como Gerente Geral de uma estação de televisão"[46]. Nessa frase, estavam riscadas as palavras "necessárias para trabalhar como" e sobre estas foi escrito "habilitações equivalentes às de um Gerente Geral de uma estação de televisão"[47]. A mudança era sutil, mas se poderia argumentar que, se a Constituição vedava aos estrangeiros trabalharem como "gerente geral" em emissora de televisão, não os impedia de terem "habilitação equivalente às de um gerente-geral"[48]. Tais pontos foram, posteriormente, debatidos pelas autoridades, conforme será visto abaixo. O contrato também previa que a Globo deveria enviar, periodicamente, informações financeiras preparadas por empresa de contabilidade (já definida em contrato) para a Time-Life.

Carlos Lacerda, no final de 1964 – desde, pelo menos, primeiro de dezembro daquele ano –, passaria a utilizar sua Tribuna da Imprensa para denunciar os "Negócios de 'O Globo'", em um pequeno artigo, no qual afirmava que o apoio obtido pelo Globo junto à Time-Life violaria a Constituição.

Mesmo diante da força política de Lacerda, o tema alcançou maior repercussão pública e ares de batalha através dos Diários Associados, especialmente com João Calmon, que dedicou o seu segundo livro da série "Duas Invasões" para denunciar aquela que o político chamou de "invasão branca"[49]. O livro continha um compilado de denúncias e pronunciamentos de Calmon na imprensa (rádios, televisão e jornais) contra os negócios de Roberto Marinho. Na opinião do político, não se estava diante de meros contratos de arrendamento e de assistência técnica, mas sim diante de um financiamento de milhões de dólares, que colocaria a empresa norte-americana com poder de decisão, comando e orientação técnica e intelectual de empresa de comunicação brasileira.

[46] Obtivemos acesso ao contrato após consulta ao acervo online do Arquivo Nacional. ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST. 339 – Dossiê. Documentos Sigilosos Diversos: dossiê de documentos sigilosos da secretaria geral do CSN (SG/CSN) expedidos entre 1966 e 1969, com uma orientação para aplicação de sanções previstas no AI-5 a funcionários públicos e detentores de mandato. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1115354&v_aba=1. Acesso em: 18 fev. 2024.
[47] Ibidem.
[48] Ibidem.
[49] CALMON, João. Duas Invasões – O livro negro da invasão branca. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1966.

A cruzada do representante dos Associados contra o capital estrangeiro contemplava também o seu possível ingresso na imprensa escrita[50]. Calmon denunciava que algumas revistas estrangeiras estariam sendo distribuídas gratuitamente no território nacional, o que geraria desvantagens competitivas às brasileiras, as quais tinham um custo para os leitores e, com a circulação reduzida, também perderiam a competição por anúncios[51]. Entre as diversas empresas citadas por Calmon estavam os grupos "Visão" e "Abril[52]", este último fundando por Victor Civita, o qual era brasileiro naturalizado.

Os efeitos disso para o cenário nacional, brandava Calmon, seriam sentidos nos mais variados âmbitos. Um deles era o econômico, dada a impossibilidade de concorrência das empresas nacionais com periódicos gratuitos aos consumidores ou com empresas que recebiam milhões de dólares em financiamento.

No caso específico da Globo, dizia o parlamentar que as demais empresas do setor estariam em franca desvantagem na disputa pela audiência, em virtude do poderio financeiro da emissora após a assinatura dos contratos. Além da assistência técnica e dos modernos equipamentos comprados com recursos oriundos desses acordos, a Globo estaria conseguindo atrair os melhores profissionais da área com ofertas de trabalho mais vantajosas do que as das emissoras de origem[53]. Some-se a isso o fato de que a Globo, supostamente, recebia do grupo

[50] A redundância aqui se explica porque a legislação equiparava, por vezes, imprensa escrita e radiodifusão.

[51] A narrativa de Calmon lembra um pouco a empregada pelos Diários Associados e Carlos Lacerda contra Getúlio Vargas e os empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil ao jornal Última Hora. Quando questionava tais empréstimos, um dos argumentos da campanha era o de que Samuel Wainer não seria brasileiro. Além disso, convém registrar que a distribuição gratuita de revistas por um determinado período, segundo Inimá Simões, teria sido uma das estratégias comerciais adotadas por Chateaubriand no final da década de 1920 em São Paulo, com intuito de atrair leitores. A mesma autora também comenta os episódios envolvendo o Última Hora, especialmente as acusações na Imprensa de favorecimento, tendo destacado que os Diários Associados teriam recebido mais dinheiro de instituições públicas no mesmo período do que o periódico de Samuel Wainer (COSTA, Alcir Henrique da; SIMÕES, Inimá Ferreira; KEHL, Maria Rita. Um País no Ar: história da tv brasileira em 3 canais. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 16-17).

[52] Destacamos que, embora tenha nutrido grande antipatia por Leonel Brizola – este seria possivelmente a "nêmesis" de João Calmon –, as críticas ao grupo Abril, especialmente focadas na nacionalidade dos seus proprietários, era algo que o capixaba tinha em comum com o gaúcho. Brizola nunca escondeu sua aversão ao grupo Abril, tendo manifestado publicamente mais de uma vez seu descontentamento, especialmente pelo fato de os fundadores do grupo terem nascido no exterior e por, supostamente, terem mais de um passaporte (RODA VIVA. Leonel Brizola, 1987. YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q8-vawm_apM. Acesso em 16 jun. 2022 – cf. especialmente o começo da entrevista).

[53] CALMON, João. Duas Invasões – O livro negro da invasão branca. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1966, p. 57. Na autobiografia de Walter Clark, encontrou-se justificativa um pouco distinta da apresentada por Calmon. Clark foi um dos diretores que chegaram à emissora em 1965, juntamente com outro profissional de cargo elevado da TV Rio. Clark relata que aceitou o convite da Globo em função de divergências insustentáveis que passara a ter com o dono da TV Rio, seu ex-empregador. O colega de Clark que também foi para a Globo, inclusive, teria passado a receber menos na nova emissora do que recebia pela TV-Rio. Após o episódio, alguns funcionários da TV-Rio, em função da proximidade com Clark, foram demitidos pelo dono da emissora e, posteriormente, teriam sido contratados pela Globo com vencimentos até menores do que auferiam na emissora de origem. Foi tal episódio, especialmente a sua transferência para a Globo, segundo Clark, que teria municiado Calmon dos

estrangeiro diversos filmes de longa metragem, os quais superariam a casa de U$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares) por ano, segundo Calmon[54]. Juntando todos os fatores, João Calmon denunciava a ocorrência de um massacre dos demais "órgãos de divulgação" do país[55], diante da incapacidade destes de competição técnica e financeira.

Embora tenha falado dos efeitos econômicos, Calmon, assim como Carlos Lacerda, colocava argumentos de cunho nacionalista no cerne do debate, com ênfase nas alegadas ameaças à soberania nacional que a "invasão" de capital e empresas estrangeiras poderia trazer, através da desnacionalização da imprensa brasileira.

Não iremos afirmar aqui a constitucionalidade ou não dos acordos. Tampouco será ignorado que contratos do gênero, na época em que ocorreram, poderiam, em tese, ter impacto na segurança, no desenvolvimento econômico nacional e no controle da informação. Convém, contudo, situar os denunciantes em seus contextos, para compreendermos as possíveis razões que levavam pessoas até então parceiras[56] a denunciarem práticas que, aparentemente, poderiam ser comuns no meio – a despeito da Constituição. Além disso, não devemos incorrer no risco (ou ingenuidade) de atribuir a determinados sujeitos motivações nem sempre existentes por detrás de seus atos, até mesmo fantasiando a existência de heróis.

Primeiro, vejamos João Calmon. O político era diretor dos Diários Associados, conglomerado que chegou a ter centenas de jornais e de estações de rádio e televisão pelo país. João Calmon era, ao mesmo tempo, o segundo nome mais poderoso dos Diários Associados, Deputado Federal e presidente da ABERT, detendo, portanto, enorme poder político em suas

---

argumentos de que a Globo estaria recebendo fortunas de Time-Life e tirando profissionais de outras empresas. Ainda na mesma biografia, Clark sustenta que a situação na Globo, naqueles idos de 1965, era muito distinta da apresentada por Calmon, e que "o Time-Life ajudou, mas não teve a mais remota responsabilidade, direta ou indireta, pelo que foi construído" na TV Globo, o que seria, prossegue o autobiografado, "resultado do talento e esforço de seus profissionais". (CLARK, Walter (com Gabriel Priolli). O Campeão de Audiência: uma autobiografia. São Paulo: Summus, 2015 – o trecho citado está na página 157. As demais referências da nota foram extraídas das páginas 148 a 157).

[54] CALMON, João. Duas Invasões – O livro negro da invasão branca. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1966, p. 167-168.

[55] Ibid., p. 168. Além de serem partes do livro de João Calmon já citado, as mesmas passagens podem ser encontradas no depoimento do autor à CPI criada para investigar o caso (Resolução n. 185, de 1966), especialmente nas páginas 8 a 15 do Relatório (CONGRESSO NACIONAL – Câmara dos Deputados. Projeto de Resolução n. 190 de 1966 – Aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos relacionados com a organização Rádio TV e Jornal "O Globo" com as empresas estrangeiras dirigentes das revistas "Time" e "Life". Diário Oficial, Seção I, Suplemento (B) AO nº 6. Departamento de Imprensa Nacional: Brasília-DF, 12 de janeiro de 1967, p. 15-18).

[56] Calmon e Marinho foram, em conjunto, fundadores da ABERT. Lacerda escreveu por muitos anos para o jornal de Marinho – inclusive nos anos em que esteve exilado no exterior após tentar golpe contra Juscelino Kubitschek –, tendo também recebido espaço nos microfones da rádio Globo. Além disso, O Globo fez defesa pública de Lacerda no episódio da "Carta Brandi", tendo retratado o jornalista, nas palavras de Dulles, "como pessoa que sentia repulsa à corrupção, vivia modestamente e arriscava seu único bem material, seu jornal, em combates extremados" (DULLES, John. W. F.. Carlos Lacerda: A Vida de um Lutador (Volume 1: 1914-1960). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 218-219).

mãos. Os Diários foram um poderoso instrumento de comunicação e influência política, especialmente nas décadas de 1940, 1950 e início dos anos 1960. Seus integrantes não eram conhecidos por aceitar candidamente novos competidores – pelo contrário, até fizeram barreiras à entrada do Jornal Última Hora. Tampouco eram isentos politicamente, pois usavam seus veículos para combater opositores, como ocorreu em 1954, no episódio que culminou no suicídio de Getúlio Vargas; em 1962 – com a derrubada de vetos ao Código de Telecomunicações Brasileiro e criação da ABERT; e, especialmente, em 1964, com a junção dos jornais do grupo em torno de uma autodeclarada "rede da democracia", que atuou decisivamente para a implantação da ditadura militar[57].

Em meados dos anos 60, todavia, o império sangrava com dívidas e definhava ante a condição frágil de saúde de Chateaubriand. Na ocasião das denúncias, os Diários viam sua posição ameaçada e seus poderes migrando para outras mãos. É importante frisar que "O Globo" não era o principal veículo de comunicação do país à época, talvez nem fosse o principal competidor dos Diários, mas é possível que Calmon temesse, justamente, as inovações vindas com a parceria e, por isso, desejasse retirar a concorrente do mercado, fazendo os Diários resistir por mais alguns anos.

É claro que as dívidas e o desejo de eliminar adversários não desvalorizam as preocupações nacionalistas de Calmon, tampouco invalidam seus argumentos em relação ao mercado concorrencial, se procedentes as denúncias. Há quem afirme, contudo, que as práticas ilegais reportadas por Calmon poderiam já ter sido feitas ou tentadas pelos Diários antes. Na biografia de Chateaubriand escrita por Fernando Morais, por exemplo, há afirmação de que ao menos um dos diretores dos Diários Associados, Edmundo Monteiro, teria tentado, sem sucesso, com a anuência de Chateaubriand, firmar um contrato similar ao realizado pela Globo com empresa estrangeira. Ainda segundo Morais, Gilberto Chateaubriand teria afirmado que o próprio Calmon supostamente teria buscado, antes da cruzada contra a Globo, a obtenção de recursos no exterior[58].

Desse modo, não que Calmon não tivesse razão em sua batalha, mas os motivos pelo qual combatia talvez revelassem "um bastião da Constituição" menos preocupado com a constituição e segurança nacional do que com a sobrevivência dos Diários Associados. Além

[57] Conforme já citado acima, CALMON, João. Duas Invasões – A Invasão Vermelha. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966, especialmente nas páginas 93 e seguintes. Nesse mesmo sentido, ver FERREIRA, Jorge. João Goulart – Uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, em especial p. 172, onde o autor afirma que Calmon, Roberto Marinho e Nascimento Brito teriam feito um acordo para unificar suas rádios e criar a "Rede da Democracia".

[58] MORAES, Fernando. Chatô, o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 553-555.

disso, é forçoso enxergar nos Diários Associados da década de 1960 uma defesa democrática dos interesses nacionais, porquanto, como já mencionado, foram eles também protagonistas de diversas crises políticas no país e articuladores do Golpe de 1964.

Carlos Lacerda, apesar de também empregar argumentos nacionalistas, de defesa da Constituição e do CTB contra a influência de estrangeiros na radiodifusão nacional, aparentemente fazia a defesa de uma "legalidade instrumental" para o setor. O político foi parceiro de Roberto Marinho em momentos anteriores, na década de 1950, quando se uniu ao empresário contra Getúlio Vargas[59]. Na biografia de Walter Clark[60], há a sugestão de que Roberto Marinho, supostamente, teria se tornado "sócio do Time-Life por indicação de Carlos Lacerda, que era amigo de Andrew Heiskell, *chairman* do grupo Time"[61].

Lacerda é figura complexa para análise, por outro lado. A literatura que se ocupa do político vai de um extremo ao outro ao apresentar sua personalidade. O político andou por muitos caminhos, foi comunista na década de 1930, depois migrou para a UDN, colecionou opositores e desafetos ao longo da vida e assumiu posturas por vezes contraditórias. Em parte dos trabalhos acadêmicos, Lacerda é apresentado como adepto de golpismos políticos[62]. Outros enxergavam no político facetas democráticas, nutrindo simpatias pela sua figura[63].

A fama de golpista não seria fundamentada no vazio. Lacerda foi protagonista de muitas crises políticas no país e talvez um dos responsáveis pelo suicídio de Vargas. Em julho de 1955, após o revés político inesperado com o ato do ex-presidente e a sua carta-testamento, antevendo uma possível derrota nas urnas, Lacerda propôs um regime de "emergência transitória", pelo

[59] O próprio Lacerda comenta isso no livro com seus "depoimentos" acerca de diversos acontecimentos históricos: LACERDA, Carlos. Depoimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, especialmente p. 148-149.
[60] Temos plena convicção de que tal obra não é fonte científica totalmente confiável para trabalhos acadêmicos, sendo necessária a adoção de uma postura crítica ao realizar sua análise. Ainda assim, é preciso mencioná-la, porque Clark foi um dos pivôs da crise envolvendo tais contratos, após ter trocado a TV-Rio pela Globo, em 1964.
[61] CLARK, Walter (com Gabriel Priolli). O Campeão de Audiência: uma autobiografia. São Paulo: Summus, 2015, p. 158.
[62] Nesse sentido SKIDMORE, Thomas E. Brasil de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, especialmente p. 160-161, 185-186, 188-189 e 191-197, nas quais são descritas, respectivamente, tentativas de Lacerda de que a Constituição fosse afastada para que Getúlio Vargas não assumisse a presidência em 1951; para que Juscelino e Jango não assumissem a presidência em 1955, etc.; Um pouco mais sutil, FAUSTO, Boris. Getúlio Vargas: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, especialmente p. 166 e seguintes, na qual se limita a transcrever frases de Lacerda de que Getúlio não poderia assumir o cargo caso vencesse as eleições em 1950; FERREIRA, Jorge. João Goulart – Uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 158, quando descreve a tentativa golpista, liderada por Lacerda, para impedir a posse de Juscelino e Jango. Ver também CARVALHO, Claudia Paiva. Presidencialismo e democracia no Brasil (1946-1956): sistema de governo, legalidade e crise política. 2019. 251 f.. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019, especialmente p. 171 e seguintes sobre a sucessão presidencial em 1955.
[63] É o caso, por exemplo, de Dulles, que no prólogo de seu livro descreve dois "Lacerdas" distintos: um impiedoso jornalista, monstruoso por detrás de sua máquina de escrever; e um Carlos Lacerda agradável e compreensivo.

qual "o Executivo tivesse plenos poderes para realizar as reformas necessárias para preparar o país para a prática de uma democracia 'autêntica'"[64].

A justificativa para a sugestão mostrava a facilidade de Lacerda em desapegar-se de certos princípios. Isso porque o político tentava desacreditar a legalidade da Constituição de 1946, a qual, segundo dizia, era produto de um golpe de Estado que derrubara um presidente – curiosamente, presidente que ele mesmo combatera durante o Estado Novo. A legalidade do país à época, ainda segundo Lacerda, era nada mais do que uma sucessão de golpes interrompidos pelo desejo de manter "a todo preço uma experiência ao menos, um começo, ou um projeto de legalidade democrática no país"[65]. Os golpes sucessivos, afirmava, interrompiam a educação do povo para a democracia e isso fazia com que as pessoas, de um modo geral, fossem enganadas pela propaganda de grupos oligárquicos que se mantinham no poder – na expressão de Lacerda: a população utilizava os "votos contra ela própria". A crítica de Lacerda era direcionada aos partidos, os quais não teriam surgido das correntes de ideias, mas das antigas oligarquias estratificadas e "das máquinas estatais, das máquinas da propaganda que lhes asseguraram maiorias sólidas". Naturalmente, ao afirmar isso, a língua afiada de Lacerda cortava mais o PSD e o PTB do que a UDN, partido do qual era membro. Com plenos poderes temporários, o Poder Executivo deveria promover reformas eleitorais, as quais o Poder Legislativo não conseguiria fazer em causa própria. Nas palavras de Lacerda

> uma lei que permita a criação e o funcionamento de partidos autênticos do Brasil, para a criação de um corpo eleitoral expurgado dos vícios que atualmente o deformam, de tal modo que se acabe com os currais eleitorais e se dê voto é pior que a ausência dele porque a consagração da desonestidade.

A sugestão não foi acatada pelo Congresso. Com as vitórias de Juscelino e Jango, Lacerda defendeu a tese de que a eleição para a presidência deveria ser por maioria absoluta dos votos. Como nem Juscelino nem Jango teriam obtido tal votação, defendeu um golpe de Estado, o qual fracassou e levou o político a um autoexílio na embaixada cubana[66].

Em 1961, mesmo que Jânio Quadros tenha sido eleito pela UDN, Lacerda desagradou-se do governo e passou a fazer oposição, tendo afirmado que a política econômica externa de

---

[64] CARVALHO, op. cit., p. 173. A defesa desse "regime de emergência", citado pela autora, ocorreu em discurso proferido na Câmara dos Deputados, na sessão de em 4 de julho de 1965 - "Considerações gerais em torno da situação política nacional, bem como sobre a concessão de plenos poderes ao executivo". A cópia que utilizamos está contida no livro LACERDA, Carlos. Discursos Parlamentares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 57-74.

[65] LACERDA, Carlos. Discursos Parlamentares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 57-74.

[66] DULLES, John. W. F.. Carlos Lacerda: A Vida de um Lutador (Volume 1: 1914-1960). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 222 a 237. Note-se que o regime cubano, à época, não era o castrista, mas sim um próximo aos EUA.

Quadros era mais voltada à esquerda. Ainda em 1961, Lacerda passou a denunciar uma suposta trama de Jânio para que fosse aplicado um golpe de Estado e afastado o Poder Legislativo[67].

Com a queda de Jânio, Lacerda não tardou a iniciar sua feroz oposição a Jango – a quem enxergava como sucessor de Vargas. Os métodos utilizados para tanto eram semelhantes aos empregados em 1954 contra Getúlio, com escaladas constantes e por vezes fundamentadas em fatos inexistentes. Lacerda, embora tivesse afirmado não ter conspirado para o Golpe de 64, foi proeminente agitador e combustível para indispor Jango perante a sociedade e as forças armadas.

Lacerda era próximo de setores militares e é possível que o político acreditasse que a ditadura militar fosse o regime de "exceção temporária" por ele proposto em 1955 e supostamente por ele rejeitado em 1961. Também é plenamente possível que Lacerda cresse que, após os expurgos e "limpezas políticas necessárias", o poder seria, assim como ocorreu em 1945/46, restituído aos civis para que estes nomeassem um presidente verdadeiramente em condições de realizar o trabalho que se apresentava à frente. Nesse cenário, não é segredo para ninguém que o político enxergava a si mesmo como o candidato natural à sucessão presidencial[68].

Com o passar dos meses, alguns fatos foram desagradando Lacerda, como a nomeação de Roberto Campos para o cargo de Ministro do Planejamento. Carlos Lacerda associava Campos a Jango e às esquerdas, além de fazer duras críticas à condução da política exterior pelo ministro. Nesse ponto, há outra aparente mudança de posição de Lacerda em relação às suas próprias ideias. Se em 1950 Carlos Lacerda não via nenhum problema com o ingresso do capital estrangeiro no país, em 1964 passou a criticar a entrada de empresas estrangeiras e a denunciar um suposto entreguismo do governo, especialmente de Roberto Campos.

Sempre que fazia críticas mais duras a Campos, este último encontrava páginas abertas em jornais, como "O Globo" e "Jornal Globo", para suas manifestações e defesas. Ainda em 1964, após ter sido, aparentemente, criticado pelo "Estado de São Paulo" – de cujos donos Lacerda era amigo – o político fluminense escreveu carta para expor seu descontentamento,

[67] Sobre o episódio, Cláudio Lacerda, sobrinho do ex-governador da Guanabara, afirma que este teria, em 1961, evitado o golpe que foi aplicado em 1964 (LACERDA, Cláudio. Carlos Lacerda: 10 anos depois. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, p. 15 e seguintes). A tese é um tanto laudatória, tendo em vista que, em 1964, Carlos Lacerda não fez nenhuma oposição ao golpe militar e era até enxergado como a "imagem civil" do regime.

[68] Conforme escreve John Dulles, no início da ditadura, Lacerda teria sido escalado para uma viagem de esclarecimento à Europa e aos Estados Unidos, para explicar o que seria a "revolução" (DULLES, John W. F.. Castello Branco: O Presidente Reformador. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 39-41). Nos Estados Unidos, ainda segundo o mesmo autor, Lacerda teria classificado o afastamento de Juscelino como uma "medida corajosa de Castello Branco" (...), 'como poderia uma revolução punir os subordinados e não os chefes?'", teria questionado Lacerda, segundo Dulles (ibid., p. 41).

explicar suas posições em relação ao capital estrangeiro e afirmar que as matérias em defesa de Campos eram compradas. A indisposição de Lacerda com Roberto Marinho era muito mais direcionada a Campos do que a Marinho, portanto.

Além de não obter o respaldo que desejava na imprensa, Lacerda não conseguiu fazer o seu sucessor nas eleições estaduais da Guanabara[69]. Em meados de 1964, poucos meses após ter defendido a ditadura como "revolução", o político já vislumbrava sinais de que a "transitoriedade" do regime duraria mais do que alguns meses e de que dificilmente conseguiria disputar eleições presidenciais em 1965. Diante das reformas políticas propostas por Castello, para que o presidente fosse eleito com maioria absoluta dos votos, Lacerda fez críticas, afirmando que ele próprio, no passado, quando defendera tal tese de maioria absoluta, o fizera apenas para se opor a Juscelino. Por fim, o político também passou a ter certas dificuldades para o exercício de determinados direitos na "democracia" de 1964, especialmente o de criticar livremente o Chefe do Poder Executivo. Após passar a militar na oposição ao governo militar, buscou no exterior adversários políticos, como Jango e Juscelino, para tentar construir uma frente ampla contra o regime[70].

Embora não seja a função da presente tese traçar um perfil político de Lacerda, não podemos ignorar certas características que dificultam uma classificação categórica quanto à sua personalidade. Lacerda foi uma figura complexa. Não se aproxima do tipo ideal de jurista/político "adaptável", como Francisco Campos[71]. Tampouco foi mero golpista, porquanto teve lampejos democráticos em que defendeu a Constituição, ainda que para obtenção de benefícios próprios. O político nem sempre foi um genuíno "carreirista da traição" – apesar de ter traído e entrado em divergências com alguns aliados, suas motivações remanesceram inalteradas: foi fiel a uma ideia maior e foi modificando os métodos ao longo do caminho para alcançar as suas finalidades. Defendeu a democracia, nem por isso, contudo, foi um completo democrata, patriota ou tantos outros adjetivos com que é descrito por seus admiradores. Lacerda foi um político de idas e vindas, um político não adaptável e parecia que, na expressão de Dulles, "não podia seguir a vida conforme a 'regra sufocante' do mundo – regra que parecia 'engolir a alma, como moenda que tritura a cana'". Poderia ser um "adaptador", que buscava

[69] Nesse sentido, ver LACERDA, Cláudio. Carlos Lacerda: 10 anos depois. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, p. 157-159.
[70] D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In FERREIRA, Jorge/ DELGADO, Lucilia de Almeida (org). O Brasil Republicano. O tempo do Regime Autoritário: ditadura militar e redemocratização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 11-40.
[71] Para uma leitura de Francisco Campos como um jurisconsulto adaptável, divergindo da caracterização deste como permanentemente autoritário, cf. SEELAENDER, Airton. Francisco Campos (1891-1968) - Uma releitura. In: FONSECA, Ricardo M. (Org.). *As formas do direito*: ordem, razão e decisão. Curitiba: Juruá, 2013, p. 491-525.

encaixar, ainda que à força, a Constituição, a política e o Estado às suas ideias e, a partir de determinado momento, extirpar o getulismo.

No contexto do presente trabalho, não se pode ignorar que, quando Lacerda denunciava os "negócios de O Globo", talvez não o fizesse por patriotismo, mas em função do ressentimento pela falta de apoio de Marinho e ausência de reconhecimento dos governos militares a sua pessoa. Não somos capazes de avaliar qual foi o cálculo que Lacerda fez ao iniciar as denúncias – todavia, no livro com seus "depoimentos", a mágoa e críticas eram muito mais a Roberto Campos e a Castello Branco do que a Globo. É possível que Lacerda buscasse indispor o governo com outras alas da Forças Armadas e com a opinião pública, apostando em seu próprio prestígio junto a esses dois setores. Lacerda ressaltava que Campos estaria fracassando em políticas econômicas e entregando o país a grupos estrangeiros.

Esse era o cenário em que estavam envoltos os denunciantes do Caso Globo Time-Life, João Calmon e Carlos Lacerda. Mesmo que estes talvez não servissem para heróis da pátria, as suas denúncias não eram de todo infundadas, como será visto abaixo.

Antes de aprofundar a análise dos processos que foram instaurados para apurar o caso, convém destacar que parte da grande imprensa nacional também reagiu aos acordos com um editorial coletivo como forma de denúncia. O editorial, intitulado "Manifesto à Nação", foi assinado e publicado nos jornais "Folha de São Paulo", "O Estado de São Paulo", "Diário de São Paulo", "A Gazeta", "A Gazeta Esportiva", "Diário da Noite", "Diário Popular", "Última Hora", "Notícias Populares", "Tribuna de Santos", "O Diário de Santos", "Notícias Alemãs" e "Jornal da Tarde". No citado manifesto, os jornais afirmavam a proibição Constitucional para que estrangeiros fossem proprietários de veículos de comunicação no país. Segundo o editorial, seria fácil compreender o propósito nas citadas restrições:

> assegurar à imprensa a legitimidade do seu papel de reflexo da opinião pública nacional, de intérprete das aspirações brasileiras e de orientadora do pensamento do povo de conformidade com os mais altos interesses da comunhão que pertencemos. E o que se diz da imprensa, se diz, igualmente, da televisão e do rádio[72].

A crítica dessas empresas era não apenas em relação aos contratos entre Globo e Time-Life, mas também quanto à alegada invasão de capital estrangeiro na imprensa escrita, de um modo geral. No final do editorial, pedia-se a atuação do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional de Telecomunicações, com a afirmação de que o CADE não estaria "meditando" sobre o problema.

[72] Encontramos os editoriais em diversos jornais citados. Na "Folha de São Paulo", por exemplo, a publicação ocorreu em 23 de janeiro de 1966, um domingo, e foi publicada na página 5. Para fins acadêmicos e para facilitar a citação, usaremos a reprodução contida no livro de João Calmon – CALMON, João. O Livro Negro da Invasão Branca: segundo volume de Duas Invasões. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966, p. 246-247.

A crítica e preocupação das mencionadas empresas com o ingresso de capital estrangeiro na imprensa nacional possivelmente decorreria da entrada de novas empresas no setor e da necessidade de competição direta, ponto que será melhor explorado abaixo. Chamam atenção a visão e a consciência que tais empresas tinham delas mesmas, como "intérpretes das aspirações brasileiras e orientadoras do pensamento do povo".

Como dito acima, foram instaurados processos administrativos e uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o caso.

Os processos administrativos tramitaram no Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) e no Ministério da Justiça. Tais processos foram tratados como sigilosos – o que foi duramente criticado por João Calmon[73].

O pedido de formação de uma Comissão Parlamentar foi formulado pelo deputado Eurico Oliveira (MDB-RJ), em outubro de 1965. Antes de que a CPI fosse instaurada, todavia, em 15/10/1965, o "Jornal do Brasil" trazia matéria com denúncias de Eurico Oliveira de que estariam ocorrendo pressões e dificuldades para que a CPI não fosse adiante[74].

Mesmo com as alegadas pressões, em 28/10/1965 foram reunidas as assinaturas necessárias e, em janeiro de 1966, por meio da resolução n. 85-65[75], instaurou-se a CPI com 15 (quinze) membros para apurar os "fatos relacionados com a organização Rádio, TV e Jornal 'O Globo' com as empresas estrangeiras dirigentes das revistas 'Life' e 'Time'", especialmente para verificar se os contratos violariam ou não o disposto no artigo 160 da Constituição em vigor.

---

[73] Nas palavras de Calmon, esses contratos teriam "tratamento secreto de um acordo atômico" (ibid., p. 88). Sem ter acesso aos acordos firmados, Calmon fazia das entrevistas concedidas por Roberto Marinho um verdadeiro quebra-cabeça para descobrir o conteúdo desses contratos. Mais tarde, quando o conteúdo já era sabido (ou imaginado), o capixaba, com ironia e lançando suspeitas, questionava qual seria "o aluguel desse edifício que dá ao grupo Time-Life no Brasil a condição de empresa imobiliária, que ele não tem em nenhuma outra parte do mundo? Quantos milhares de dólares ou milhões de cruzeiros paga de aluguel a TV-Globo ao grupo Time-Life. Como ainda não li os contratos sigilosos que estão sendo examinados pelo CONTEL e pelo Banco Central da República, tentei descobrir a resposta na entrevista concedida pelo Sr. Roberto Marinho a um matutino carioca no dia 30 de janeiro último e reproduzida no dia seguinte pelo seu vespertino. Pergunta ele 'se as televisões brasileiras podem vender seus edifícios a uma organização estrangeira e depois arrendá-los mediante pagamento de percentual de lucros'. Como veem, é um estranho contrato de arrendamento para substituir o anterior, de financiamento. O aluguel a ser pago fica na dependência do lucro da empresa inquilina do imóvel. Se não houver lucro, não haverá pagamento de aluguel o investimento imobiliário do Time-Life no Brasil não terá, nessa hipótese, nenhum rendimento. Quanto espírito de renúncia! Quanto desapego ao dinheiro!" (CALMON, João. Duas Invasões – O livro negro da invasão branca. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1966, p. 87). A respeito do contrato de Assistência Técnica, Calmon afirmava que consistia numa "grosseira tentativa de burlar a proibição constitucional" para que estrangeiros mantivessem empresas de radiodifusão no país. As suspeitas do político eram de que não seria apenas assistência técnica a ser prestada, mas a própria organização e orientação intelectual da emissora, o que era vedado pela constituição em vigor (CALMON, op. cit., p. 86-87).

[74] Jornal do Brasil. Denúncia de Pressão Contra a CPI sobre as ligações de "O Globo" agitou a Câmara. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15/10/1965. Na denúncia, havia informação de que parlamentares estariam, suposta e estranhamente, retirando os nomes da lista para a abertura da CPI.

[75] CONGRESSO NACIONAL, 12/01/1967, op. cit.

Ao longo dos trabalhos, foram chamados a depor, além do deputado Eurico Oliveira, João Calmon, Roberto Marinho, Carlos Lacerda, Joe Wallach, Walter Clark, Euclides Quandt.

Em seu depoimento, prestado em 19/04/1966, Eurico de Oliveira confidenciou que teria fundamentado o pedido de abertura de CPI nas denúncias de Carlos Lacerda (de quem o político dizia ser adversário), feitas pela televisão do Rio de Janeiro[76]. Declarou não dispor de qualquer elemento de prova contra a Globo ou Time-Life, mas solicitava que o ex-Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, fosse ouvido para que as provas fossem apresentadas à Comissão[77]. No decorrer do depoimento, Oliveira assumiu posições ambíguas e, por vezes, contraditórias. Por um lado, afirmava não ter feito qualquer denúncia contra a emissora, mas, tão somente, requerido que a CPI investigasse os fatos, para verificar se estes teriam ocorrido conforme as denúncias de Lacerda e Calmon[78]. Por outro lado, dizia que o que motivava a instauração da CPI não seria apenas a

> infração grosseira à (...) Constituição; é, principalmente, a defesa de nosso país, não só na realidade da formação das correntes intelectuais e culturais que nele devam preponderar, como a constituição mesmo das influências decisivas que hajam de concorrer para as decisões da opinião pública e do Governo. No campo econômico-financeiro, a preparação e a evolução da opinião nacional constituem fatores de magna importância. Representa um conjunto de danos imprevisíveis a interferência não ocasional, mas permanente, contínua e incessante de interesses e pontos externos expostos e defendidos por todas as modalidades de propaganda escrita e falada, acionadas e orientadas por grupos ou pessoas domiciliadas no estrangeiro[79].

Ou seja, embora afirmasse não ter feito acusações, as falas transmitiam a ideia de que o político estaria convencido dos fatos que reportava – a despeito de dizer que não teria as provas. Ao mesmo tempo, as suavizações que fazia em benefício da Globo transmitiam a impressão de que Eurico não gostaria de se indispor, ou até temia pelas consequências de seus atos contra o adversário que se apresentava à frente. Na data de seu depoimento na CPI, Eurico pediu para ler o texto que trouxera pronto, o que gerou debate acerca possibilidade ou não de proferir depoimento dessa forma, encontrando resistências na Comissão. A justificativa para tal pedido era que o político se encontrava muito enfermo, com problemas emocionais – afirmação que repetiu sucessivas vezes –, e quase no final da vida (Eurico contava com pouco mais de 50 anos de idade na época e viveu até 1998[80]). Eurico disse que, caso não pudesse ler o seu depoimento, terminaria ali o seu relato, porquanto não teria muito mais a dizer.

---

[76] CONGRESSO NACIONAL, 12/01/1976, op. cit.
[77] CONGRESSO NACIONAL, 12/01/1967, op. cit., p. 15-18.
[78] CONGRESSO NACIONAL, 12/01/1976, op. cit.
[79] CONGRESSO NACIONAL, 12/01/1967, op. cit., p. 16.
[80] Eurico de Oliveira nasceu em 28/09/1903. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Eurico Garcia Alves de Oliveira. In: CPDOC. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eurico-garcia-alves-de-oliveira. Acesso em: 24 ago. 2022.

A postura aparentemente vacilante de Oliveira também foi demonstrada em outros momentos ao longo da CPI. Durante o depoimento de Carlos Lacerda, em 11 de agosto de 1966, Eurico, filiado ao MDB, partido de oposição ao governo[81], saiu em defesa do então Presidente da República, Marechal Castello Branco. Protestou, na ocasião, contra afirmações feitas por Carlos Lacerda, as quais sugeriam que Castello já estaria ciente dos fatos envolvendo Globo e Time-Life, mas nada fizera a respeito. Em sua fala, Eurico afirmava ser da oposição ao Governo, todavia, não poderia aceitar que "a majestade de um Presidente da República" fosse atacada daquela maneira[82]. Posteriormente, Eurico disse que o seu Jornal, "A Noite", teria sido fechado em 3 de abril[83], para na sequência afirmar não ter relação pessoal com Castello Branco.

É possível que Oliveira estivesse mesmo sob pressões[84] e preocupado com os respingos daquela "cruzada" no seu próprio paletó, por ter sido o autor do pedido de abertura da CPI. Se até a (possivelmente) figura de maior expressão da UDN (àquela altura extinta legenda) e o segundo nome dos Diários Associados, ambos apoiadores de primeira hora do regime, estavam encontrando dificuldades, o que dizer de Eurico, ex-integrante do PTB, sem uma base sólida de votos e com pouco relevo político. Por essa razão, apesar de absolutamente envolvido no assunto, Oliveira talvez almejasse se distanciar das acusações mais duras de Lacerda contra o Chefe do Executivo, para não experimentar a vingança do governo militar ou da própria Globo.

Tal qual ocorria na imprensa falada e escrita, no Congresso as denúncias ecoavam na voz de João Calmon. O político não era membro efetivo da CPI, mas participou ativamente dos

---

[81] A trajetória política de Oliveira não era tão extensa. O político integrou os quadros do PTB, PTN, tendo sido eleito, apenas, para duas suplências na Câmara dos Deputados, uma na década de 1950, outra em 1962. Em 1964, assumiu o mandato como Deputado Federal, ocupando uma das cadeiras vagas em virtude das cassações do AI-1. Com a extinção dos partidos políticos, Eurico passou a integrar o MDB, colocando-se como oposição ao governo. Exerceu o mandato até 1967, após não ter obtido êxito nas eleições de 1966. Sobre a Biografia de Eurico, ver CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Eurico Garcia Alves de Oliveira. In: CPDOC. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eurico-garcia-alves-de-oliveira. Acesso em: 24 ago. 2022.

[82] Após fala de Lacerda, Eurico afirmou que estava se referindo à majestade que o cargo de presidente representaria, não necessariamente a Castelo Branco. Ver: CONGRESSO NACIONAL, 12/01/1976, op. cit., p. 71 e 72.

[83] Em consulta à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional encontramos exemplares de "A Noite" somente até novembro de 1964. A fala de Oliveira na CPI, em que ele defendia a "majestade" do cargo de presidente, ocorreu em 1966. É possível que político tenha trocado as datas ao falar ou tenha se referido a algum outro jornal. No Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, há a informação de que o periódico "A Noite", do Rio de Janeiro, teria sido extinto em 1956, mas a informação não é correta, porquanto, como dito, há exemplares do jornal na Hemeroteca Digital até novembro de 1964; FERREIRA, Marieta de Morais. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noite-a. Acesso em: 24 ago. 2022.

[84] Conforme JORNAL DO BRASIL. Denúncia de Pressão Contra a CPI sobre as ligações de "O Globo" agitou a Câmara. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15/10/1965.

debates, inquiriu testemunhas, dentre elas o próprio Roberto Marinho, e repetiu os argumentos já expostos anteriormente.

Carlos Lacerda foi rígido na CPI, fazendo duras críticas e acusações de prevaricação a Castello Branco, ao dizer que o presidente teria recebido duas cartas suas expondo a situação e lhe teria prometido atuar[85]. Após a promessa, todavia, o chefe do Poder Executivo, segundo Lacerda, teria passado a "jantar com frequência com o Chanceler da Ordem Nacional do Mérito[86]" (em referência a Roberto Marinho) e o caso não chegou a ter um desfecho[87].

Roberto Marinho sustentou a legalidade dos acordos e afirmou que estes haviam sido submetidos a apreciação pública na data em que foram assinados, tendo um deles, inclusive, sido firmado ainda durante o governo João Goulart. Marinho questionou a veemência de João Calmon ao denunciar tais transações, lançando suspeitas de que suas intenções não fossem genuínas, mas motivadas pelo fato de a Globo estar superando, em audiência televisiva, as emissoras dos Diários. Contra as afirmações de financiamento, o representante da Globo afirmou que até mesmo Chateaubriand admitira anteriormente ter obtido financiamento de grupos estrangeiros.

Mesmo com a defesa do grupo Globo, o relatório aprovado da CPI concluiu que seriam ilegais os contratos por ofensa ao artigo 160 da Constituição, "porque uma empresa estrangeira não pode participar da orientação intelectual e administrativa de sociedade concessionária de canal de televisão", tendo sido sugerida a aplicação das medidas legais cabíveis.

As conclusões desfavoráveis ficaram restritas ao relatório da CPI, sem que tenha havido qualquer sanção à Globo. Paralelamente à CPI, dois processos administrativos foram instaurados para apurar o caso – os quais foram citados, sem maiores aprofundamentos, mais de uma vez por João Calmon no livro em que critica os acordos, e por Daniel Herz.

No Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), um processo administrativo foi iniciado em 1965, a partir de a) denúncias contidas em ofício enviado por Carlos Lacerda, na ocasião governador do estado da Guanabara, ao Ministro da Justiça; e b) pedido da Presidência da República para que fossem apuradas tais denúncias. No ofício de Lacerda, além

[85] Um pouco da relação entre Lacerda e Castello é descrita no livro LACERDA, Carlos. Depoimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, assim como em DULLES, John W. F.. Castello Branco: o caminho para a presidência. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979; e DULLES, John W. F.. Carlos Lacerda: A Vida de um Lutador (Volume 1: 1914-1960). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
[86] CONGRESSO NACIONAL, 12/01/1976, op. cit., p. 68.
[87] A relação entre Marinho e Castello vinha, segundo Dulles, desde antes deste último assumir a presidência. Conforme escreve o autor, já em fevereiro de 1964 os dois frequentemente conversavam, na ocasião em que o militar pedia ao jornalista para "alertar a opinião pública" de um possível golpe de Jango e ajudasse "a criar ambiente favorável a uma possível reação legalista dos militares" (DULLES, John W. F.. Castello Branco: o caminho para a presidência. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979, p. 303).

do depoimento de Alberto Catá, funcionário da Time-Life detido no Rio de Janeiro naquele ano, o governador apresentava uma série de denúncias contra a Globo e a Time-Life sobre a utilização de supostos subterfúgios para mascarar ilegalidades dos contratos entre as empresas. Lacerda afirmava que os acordos eram parte de planos maiores de Time-Life para expansão dos negócios para a América Latina, tendo apresentado como evidências alguns trechos de revistas contendo supostas declarações de proprietários da empresa norte-americana neste sentido. Os acordos, segundo Lacerda, eram manobras "oblíquas" para que a empresa estrangeira pudesse, mediante a injeção de "alguns bilhões de cruzeiros no Brasil, e pelo controle sobre a opinião pública", contornar a proibição constitucional do artigo 160. Lacerda acusava que essa mesma manobra já havia sido tentada antes pela empresa "junto a outras personalidades" brasileiras – embora o político/jornalista não tenha indicado quais seriam tais personalidades, em outras ocasiões chegou-se a afirmar que o jornal Estadão teria sido procurado, mas rejeitara a proposta.

Lacerda mandaria ainda outros ofícios ao Ministério da Justiça para tratar do caso. Num destes, em tom provocador, o Governador, após registrar a "concordância tácita das autoridades" brasileiras (as quais, até aquele momento, "nenhuma providência tomaram em relação" às operações denunciadas), perguntava se poderia responder afirmativamente a supostas "consultas recebidas dos Estados Unidos sobre possibilidade de compra de emissoras brasileiras por outras e também poderosas empresas". O governador salientava que poderia "adotar as mesmas condições que regulam a operação do grupo TV-Globo-Roberto Marinho-Time & Life Broadcast Inc. ou outras quaisquer"[88].

O processo circulou por instâncias distintas no CONTEL. Inicialmente foi solicitado parecer da divisão jurídica interna do próprio órgão. No parecer jurídico, foram indicadas supostas irregularidades formais no contrato de assistência técnica, tais como "riscos, cotas interlineares, trechos sublinhados (...), com a numeração manuscrita e rubricada da parte superior de suas onze folhas em completa divergência com a existente na parte inferior das mesmas, inserta datilogràficamente"[89]. Na sequência, havia a conclusão de que supostamente haveria obrigações recíprocas entre as partes – a despeito de o contrato ser uma assistência técnica – e "total entrelaçamento do pessoal das partes contratantes para o funcionamento da

[88] ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST. 331 – Dossiê. CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações). Processo n. 090/69 – Capital Estrangeiro na Imprensa, p. 19-20. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1114892&v_aba=1. Acesso em: 10 jan. 2024.
[89] Ibid., p. 39.

TV-Globo"[90]. Além disso, destacava-se, no parecer, que tal contrato teria tal nível de minúcias que supostamente não seria possível suscitar

> quaisquer dúvidas, mesmo a um leigo, de que entre TIME LIFE BROADCAST INTERNATIONAL INC. e sua afiliada TIME, de um lado, e a TV-Globo, e o Dr. Roberto Marinho (não sabemos se por sí, como pessoa física ou representando a TV-Globo Ltda. Concessionária do serviço de radiodifusão) foi efetuado não um contrato de assistência técnica, mas sim um verdadeiro contrato social.[91]

O parecer abordou a obrigatoriedade do repasse de informações financeiras da Globo, por firma previamente indicada em contrato. Também foi feita análise do documento trazido ao processo por Carlos Lacerda, contendo uma suposta conferência com um representante do alto escalão da Time-Life, editada pelo Hudson Institute. Nesta conferência, haveria um detalhamento de como a empresa poderia atuar em países da América Latina:

> 1) o grupo norte americano necessariamente tem posição minoritária, em termos de oportunidade de investimento, devido às leis dos respectivos países sobre telecomunicações.
> 2) Em todos os casos é indispensável ter sócios locais, o que é importante; e eles têm provado ser dignos de confiança.
> 3) A programação das estações é uma operação conjunta norte e latino-americana.
> 4) A política adotada mostra que a TV educativa diurna é importante para o êxito comercial e poderosamente eficaz e popular, quanto tentada. O [...] considera que o Governo norte-americano pode e deve interessar-se por esse tipo de expansão por parte de grupos norte-americanos como um meio de atingir o povo. E apesar dos problemas que surgem, a TV se tornará para todo latino-americano tal qual como para todo norte-americano, em futuro bem próximo[92].

Após detalhar inúmeras cláusulas do citado contrato, o parecer fez análise das normas vigentes, tendo concluído que a vedação constitucional para estrangeiros serem proprietários de empresas de radiodifusão no Brasil teria sido violada pelas empresas:

> O descumprimento está exaustivamente provado nos parágrafos anteriores, pois, muito mais do que ter admitido um técnico ou um sócio estrangeiro, a concessionária brasileira foi mais além: associou-se a grupo de sociedades comerciais norte-americanas, estabelecendo completa interligação - da parte técnica, contábil, financeira, administrativa, artística, num cipoal que leva à indubitável convicção de que os seus associados norte-americanos assumiram, também, a efetiva direção da emprêsa brasileira[93].

O parecer entendia cabíveis as penalidades de multa, suspensão e cassação da concessão, esta última por suposta ofensa ao artigo 160 da Constituição de 1946 e ao art. 122, XXVIII, do Decreto 52.795/63. É importante destacar, todavia, que no parecer apenas foi feita análise do contrato de assistência técnica, porquanto o contrato principal, conforme informado

---

[90] Ibid., p. 43.
[91] Ibid., p. 46.
[92] ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST. 331 – Dossiê. CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações). Processo n. 090/69 – Capital Estrangeiro na Imprensa, p. 51. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1114892&v_aba=1. Acesso em: 10 jan. 2024.
[93] Ibid., p. 53.

por quem assina o parecer, não teria sido recebido na ocasião pelo CONTEL. Esse é um dado relevante para a análise do caso porque, ao que tudo indica, no parecer foram feitas suposições acerca do que seria o contrato principal, para concluir se tratar de uma sociedade empresarial. Além disso, aparentemente, a análise também desconsiderou os trechos reescritos à caneta, tendo sido feita interpretação a partir do texto riscado das cláusulas.

Os dois "detalhes" citados acima não passaram despercebidos pelos Conselheiros. O relator do caso no CONTEL teceu críticas ao parecer da divisão jurídica e ressaltou que a maior parte da interpretação realizada no citado documento foi feita com base em ilações, sem que uma cópia do contrato principal tivesse sido analisada. Além disso, destacava o relator, que em determinada parte do relatório teria sido

> truncado um trecho do contrato de assistência técnica ignorando aquele Diretor ter sido uma parte riscada bem como, as emendas feitas na entrelinha, as quais não se referiu e procurou reproduzir o trecho com a primitiva versão, pretendendo fazer crer, talvez inadvertidamente, que a pessôa viria para a emprêsa como Gerente Geral, e não que se procuraria enviar uma pessôa como consultor e com as habilitações equivalentes as de um Gerente Geral.[94]

O relator expôs as diferenças entre uma sociedade em conta de participação e uma sociedade empresarial. A seguir, buscou demonstrar que nem mesmo o contrato de sociedade em conta de participação - embora tal contrato não tivesse chegado a viger - violaria o artigo 160 da Constituição. O raciocínio era o de que "embora o direito brasileiro dê à participação a denominação de sociedade o certo é que lhe falta qualquer característica de sociedade: não tem personalidade jurídica, não tem patrimônio, não tem capital próprio". Em outro trecho, o relator afirmava que a

> participação não altera o capital da sociedade; não lhe modifica a natureza; não confere poderes de gestão a administradores diversos; não dá ao participante o mínimo direito de dirigir a sociedade o delimitar a ação dos seus diretores: não altera a essência do contrato a que se aplica[95].

O relator, ao citar Pontes de Miranda, dizia que

> o que a Constituição procura vedar através do artigo 160 é que estrangeiros tenham ingerência na vida administrativa e na direção intelectual da empresa. Por isso entende que não está vedada a propriedade de empresas jornalísticas ou de radiodifusão a sociedade em comandita por ações ao portador, quando doutrina no volume citado, a pg. 71 o seguinte: 'os sócios comanditários de regra, não têm interferência na vida administrativa e na direção intelectual da empresa, se é jornalística, salvo se o contrato ou os estatutos lhes dão tal faculdade; de modo que a questão deixaria de ser questão de direito, para ser questão de fato'.[96]

---

[94]Ibid., p. 151-152; Os trechos estavam sublinhados no original citado.
[95] ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST. 331 – Dossiê. CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações). Processo n. 090/69 – Capital Estrangeiro na Imprensa, p. 154. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1114892&v_aba=1. Acesso em: 10 jan. 2024.
[96] Ibid., p. 155.

A conclusão do relator era que nenhuma sanção deveria ser aplicada à emissora, em virtude de entender não ter havido qualquer violação grave ao texto constitucional – ainda que devesse haver, na sua opinião, uma advertência, em função de o CONTEL não ter sido cientificado de antemão acerca dos acordos e dos funcionários estrangeiros atuando na parte técnica da empresa.

Apesar do voto favorável, o processo recebeu novas diligências, juntadas de documentos e esclarecimentos. A partir disso, um complemento ao voto foi apresentado pelo relator, no qual este entendia que, embora fosse lícito o contrato principal (de arrendamento e locação) com estipulação do pagamento em percentual fixo dos lucros, a cláusula acessória a esse contrato "que impõe uma auditoria à empresa locatária", poderia ser extravagante e desvirtuar a natureza de tal contrato. O argumento era que a Constituição e a Lei n. 4.117/62 visavam a vedar a

> participação de estrangeiros na administração ou no capital das empresas brasileiras, e não policiar ou tutelar os interesses meramente financeiros dessas empresas. (...) Se temos essa preliminar como boa, se essa premissa é verdadeira – e como ninguém de boa fé poderá discordar – também é verdadeiro que não deva o contrato de locação conter cláusula cujo sentido possa, ainda que indiretamente, desnaturar-lhe a tipicidade, e apresentar uma fórmula que possa significar não só um controle dos negócios do locatário maior do que seja admissível ordinariamente, bem como uma ingerência em sua orientação intelectual e administrativa.[97]

O voto era cauteloso nas palavras, mas sugeria a revisão das cláusulas contratuais que impunham à emissora brasileira a contratação de determinada firma de auditoria. Também "julgava" que deveria ser excluído do contrato "o parágrafo final da cláusula 11ª segundo o qual qualquer ação judicial de vulto" apenas seria movida com "a aprovação do advogado brasileiro da T.L.B.L.". Tais cláusulas, prosseguia o voto, não seriam em si "mesmas descaracterizadoras da natureza locativa do contrato, mas podem induzir um contrôle por parte do locador, indevido e inusitado"[98].

Tratando a radiodifusão como serviço público, o relator também fazia análise do histórico constitucional da matéria, tendo concluído que as Constituições de 1934 e 1937 teriam sido mais liberais ao prever que estrangeiros "poderiam participar da administração das empresas de radiodifusão e mais ainda que essas poderiam ser estrangeiras desde que delegassem poderes de gerência a brasileiros"[99]. Somente na Constituinte de 1946, prosseguia o relator,

---

[97] ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST. 331 – Dossiê. CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações). Processo n. 090/69 – Capital Estrangeiro na Imprensa. p. 338. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1114892&v_aba=1. Acesso em: 10 jan. 2024.
[98] Ibid., p. 339.
[99] Ibid., p. 344.

> o legislador resolveu estender a Radiodifusão as restrições que vinham sendo estabelecidas para imprensa e tratando pela primeira vez em um só artigo – 160 – deixou claro, que os estrangeiros e pessoas jurídicas por ações ao portador não podem:
> a) ser proprietárias de emprêsas jornalísticas ou de radiodifusão;
> b) ser acionistas de tais emprêsas;
> c) exercer sua direção, bem como sua orientação intelectual e administrativa.[100]

Por fim, o voto chegava a uma conclusão inusitada. Em princípio, declarava ser clara a "cláusula que estabelece a inalienabilidade das cotas e da direção intelectual e administrativa da empresa". Contudo, dizia ter sido verificado que

> diversas formas de retribuição por serviços prestados – nos contratos de assistência técnica ou na locação do imóvel, muito embora caracterizado no interesse econômico do empreendimento, poderiam vir a ser inconvenientes, a ponto de tornar frágeis os artigos da Constituição e da lei que pretendem impedir a ingerência estrangeira a ponto de impor a orientação intelectual e administrativa de empresas de radiodifusão.[101]

Apesar de ter mencionado tal risco, o relator também afirmava que, segundo o princípio da legalidade, "o que a lei não proíbe é legítimo e legal". Desse modo, seria necessária

> uma elaboração legislativa cujos textos de lei vedem expressamente as empresas que explorem serviços de radiodifusão, quer sonora ou de imagens o seguinte:
> a – firmar contrato de assistência técnica, quer com pessoa física ou jurídica, cuja retribuição pelos serviços recebidos seja por meio de uma determinada porcentagem da receita ou do lucro;
> b – contratar técnicos estrangeiros para assessoramento de administração e contabilidade;
> c – celebrar contratos de financiamento em proporções excessivas ao capital social e recursos fornecidos pelos próprios acionistas, proporção esta a ser fixada pelo CONTEL em ato regulamentar. (Entendendo-se por financiamento, não só o puro e simples, como ainda o aleatório como a participação em lucros, a sociedade em conta de participação ou qualquer outra forma negocial com participação em lucros);
> d – estabelecer cláusula contratual de locação do imóvel ou equipamento cujo aluguel seja expresso em uma participação na receita ou lucro;
> e – qualquer espécie de convênio, acordo, ajuste ou contrato, com empresas estrangeiras, relacionadas com a administração, operação e programação da estação;
> f – programação que não seja preparada pelas próprias emissoras ou por firmas nacionais cujos cotistas, acionistas, diretores, gerentes e administradores sejam brasileiros natos;
> g – a exibição de programas de origem estrangeira que ultrapassem a proporção máxima de 30% do horário da programação;[102]

O voto também previa um prazo de 90 (noventa) dias para que as concessionárias ou permissionárias se adequassem à nova lei.

Em setembro de 1966, o CONTEL, por meio de seu presidente, proferiu um parecer para o caso, sugerindo-se três resoluções:

---

[100] Ibid., p. 345-346.
[101] Ibid., p. 346.
[102] ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST. 331 – Dossiê. CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações). Processo n. 090/69 – Capital Estrangeiro na Imprensa, p. 346-347. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1114892&v_aba=1. Acesso em: 10 jan. 2024.

> 1º - que muito embora existam nos contratos cláusulas que declaram, expressamente, a obediência à legislação brasileira, a soma de fatos até aquí citados, mostra uma gama de compromissos econômicos e administrativos, como ressaltou o Relator: de tal ordem, que impedem a afirmação de que – TIME LIFE não esteja participando, mesmo de maneira indireta, da orientação e administração da TV GLOBO.
> Desta forma, os contratos celebrados entre TIME LIFE E TV GLOBO, tal como estão, não poderão ser aceitos pelo CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES; há necessidade de uma revisão geral dos mesmos, de maneira a ajustá-los, inequivocamente à letra e ao espírito do Art 160 da Constituição Federal e legislação vigente. Para isso, opinamos no sentido de se conceder a TV GLOBO, o prazo máximo de 90 (noventa) dias.
> 2º - que tal medida não impedirá que o assunto venha a ser reexaminado, caso os resultados das investigações que se desenvolvem, através da Comissão Especial, tragam a luz novos documentos, cujo teor indique a necessidade de tal reexame.
> 3º - que, por outro lado, sentimos todos, a necessidade de que lei ordinária venha a regulamentar, com a precisão que se impõe, o artigo 160 da nossa Carta Magna (...).[103]

As conclusões do CONTEL foram, portanto, modificadas com o passar dos meses. O primeiro voto do relator contradizia integralmente o parecer do departamento jurídico do mesmo órgão. O complemento do voto, feito em outra ocasião, apesar das suavizações, entendia haver ajustes a serem feitos, para que os contratos não violassem o espírito da Constituição, tratando dos fatos por meio de um novo conceito jurídico: a *inconveniência face à Constituição*.

Além da CPI e da investigação no CONTEL, uma Comissão de Investigação foi nomeada pela Portaria n. 22-B, do Ministério da Justiça, composta por três membros: Celso Luiz Silva, Gildo Ferraz, e o Tenente Rubens Mário Brum Negreiros, com o intuito de investigar o caso. Em 3 de agosto de 1966, encaminhou-se ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Carlos Medeiros Silva, um relatório contendo a conclusão da Comissão[104]. No documento, além de encontrar-se cópia integral de todos os contratos, concluía-se que estes eram lícitos, que a emissora nacional teria feito as devidas comunicações, às autoridades brasileiras, sobre os acordos e que Time-Life não exerceria qualquer influência administrativa na Globo.

O parecer do presidente do CONTEL, contudo, foi mais explícito ao afirmar que os acordos deveriam ser revistos e que lei ordinária deveria ser editada para evitar que novos negócios como os que foram realizados fossem celebrados.

Tendo sido fixado prazo para que a emissora ajustasse seus contratos, houve recurso da própria Globo ao Presidente da República. A emissora, na fundamentação do seu recurso, indicou trecho de discurso de Castello Branco na Universidade de Juiz de Fora, quando recebeu o título de Doutor Honoris Causa:

---

[103] Ibid., p. 350.
[104] ARQUIVO NACIONAL. Processo n 090/69. Capital Estrangeiro na Imprensa. Arquivo Nacional: Código de Referência BR DFANBSB N8.0.PSN, EST. 332.

> Sòmente um país fraco ou dirigido por homens fracos poderá ter os seus passos limitados ou constrangidos pelo receio de qualquer influência estrangeira" (do Discurso de V. Exa., proferido em Juiz de Fora, ao receber o título de Doutor Honoris Causa da Universidade daquela cidade mineira)[105].

Nas razões do recurso, sustentou-se que a decisão do CONTEL teria sido tomada sem que tivesse havido participação da emissora e sem que esta tivesse exercido seu direito à ampla defesa. Também foi alegada a licitude dos acordos, tendo sido afirmado que os empréstimos obtidos de Time-Life poderiam ter vindo de qualquer instituição bancária. No tocante à assistência técnica, o recurso dizia que a empresa americana prestaria serviços em caráter meramente assistencial, nunca de decisão ou operação, tendo sido destacado, inclusive, que a Time-Life não seria proprietária de qualquer ação da emissora.

Ao comentar o contrato de arrendamento, o recurso dizia que o CONTEL nada poderia interferir nesse acordo. Curiosamente, o recurso atacava a decisão do CONTEL afirmando que o órgão teria se insurgido contra o "empréstimo" tomado pela empresa nacional com o grupo Time-Life. A rigor, a decisão do CONTEL era em relação ao contrato de arrendamento, que foi a forma como a emissora apresentara o negócio às autoridades brasileiras.

O cerne do argumento empregado pela emissora vinha a partir dos parágrafos 28 e 29 do documento. Nestes, ao tratar do artigo 160 da Constituição, buscava-se demonstrar que a preocupação desta era com empresas jornalísticas e de radiodifusão. A alegação era de que a Constituição, no citado artigo, não falaria em "televisão" e que uma estação de televisão muito mais se aproximaria de um cinema do que de um jornal:

> Uma estação de televisão mais se aproxima de um cinema do que de um jornal. Suas novelas, músicas e demais programas artísticos e culturais ocupam a maior parte do seu tempo e são o maior atrativo da assistência. A parte noticiosa e política é, nela, acessória, exigindo a lei, tão só, um mínimo de 5% (cinco por cento) de seu tempo para a transmissão de serviço noticioso, a fim de cumprir sua finalidade informativa (art. 38, alínea h, da Lei 4117, de 28/08/1976). A política, salvo, talvez, em épocas de eleição, é normalmente desprezada pelos seus departamentos de venda, por sua baixa rentabilidade. Não há, portanto, motivo para exigir-se mais quanto à televisão do que quanto aos jornais.[106]

A comissão formada no CONTEL para colaborar na elaboração de nova legislação sobre o tema também foi mencionada pela Globo, especialmente para argumentar que, se havia necessidade de criação de lei para regulamentar o tema, era porque até então não seria proibido.

---

[105] ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST. 339 – Dossiê. Documentos Sigilosos Diversos: dossiê de documentos sigilosos da secretaria geral do CSN (SG/CSN) expedidos entre 1966 e 1969, com uma orientação para aplicação de sanções previstas no AI-5 a funcionários públicos e detentores de mandato, p. 952. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1115354&v_aba=1. Acesso em: 18 fev. 2024.

[106] Ibid. p. 966.

Após citar mais uma vez o trecho de Castello Branco ao receber o título de doutor Honoris Causa, o recurso também trouxe opinião de Carlos Lacerda, supostamente publicada em recente artigo de jornal, para demonstrar a contradição do jornalista "'...com toda pessoa de bom senso, a necessidade do apoio complementar do capital e da técnica vindos de fora ...'"[107]. Por fim, alegava-se a incompetência do CONTEL para a intromissão em negócios privados de empresas e para apontar "inconveniências" supostamente inexistentes "nessa ou naquela cláusula dos contratos assinados, sem dizer o que seria conveniente, inclusive no que diz respeito ao preço combinado"[108].

Havia também trecho citando Pontes de Miranda, no qual alegava-se que o que a Constituição vedava em seu artigo 160 "é que estrangeiros tenham ingerência na vida administrativa e na direção intelectual da empresa, mas, nunca, em sua assistência técnica"[109]. Por fim, após debater todos os pontos da decisão do CONTEL, o recurso alegava o direito da emissora para manutenção dos contratos, em virtude de serem lícitos à época em que haviam sido assinados[110].

O recurso foi remetido ao CONTEL, para posterior encaminhamento ao Presidente. No órgão, debateu-se a matéria em plenário. Antes, contudo, houve voto do representante do DCT, alegando que, na ocasião do debate acerca do tema no CONTEL, não teria podido assessorar-se devidamente de conselheiros jurídicos para formar seu convencimento – em função do "caráter secreto com que o Processo tramitou no Conselho[111]". Afirmou ter levado suas dúvidas ao plenário e retirado, naquela ocasião, seu voto, por ter compreendido "as razões pela Presidência desta Casa, da urgência que o assunto merecia e também porque o Parecer tornado Decisão (...) lhe pareceu deixar margem para o reestudo"[112]. A seguir, após ter listado algumas preliminares afirmando a competência do CONTEL para apreciar a matéria, o representante do DCT trouxe uma série de pontos sobre os quais considerava ainda haver dúvidas acerca dos contratos firmado, notadamente

> (1) a existência de um contrato principal que revela a existência de uma sociedade em conta de participação seria condenada pelo espírito do artigo l60 da Constituição Federal?
> Sua rescisão seria suficiente para apagar uma possível violação?
> (2) a venda inexplicável do imóvel, que deixa dúvidas se na verdade sempre tivesse pertencido ao grupo estrangeiro;

[107] Ibid., p. 968, parágrafo 33. Não foi possível localizar o texto de Carlos Lacerda mencionado no recurso, de modo que não foi possível verificar se a frase foi ou não retirada de contexto.
[108] ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST. 339, op. cit., p. 969, parágrafo 38.
[109] Ibid. p. 972, parágrafos 48-49.
[110] Ibid., p. 981-982.
[111] Ibid., p. 992.
[112] Ibid., p. 992.

> (3) a extensão dessa "assistência técnica" não representaria a gerência total da própria estação de televisão?
> (4) a inusitada forma de estabelecimento de um "aluguel" que representa, e é assim mencionado, como *45%* dos lucros da emprêsa, não seria uma forma associativa?
> (5) seria lícito em Direito Comercial, primeiramente, a 15 de janeiro de 1965, a TV-GLOBO assinar contrato de arrendamento pelo qual passaria à qualidade de locatária de TIME-LIFE e posteriormente, em 11 de fevereiro de 1965, quase um mês depois, é que se realizaria a lavratura da escritura de promessa de venda dos imóveis que até essa data eram de presumir-se pertencerem à TV-GLOBO?
> (6) Como interpretar, face ao artigo 305 do Código Comercial Brasileiro, o acôrdo, igual a contrato, igual a convênio, o mesmo que convenção, assinado entre TV-GLOBO e TIME-LIFE pela existência de um gerente geral que a segunda pagou e manteve na TV-GLOBO, conforme suas declarações no DOPS da Guanabara?
> (7) Como interpretar que o próprio advogado da TV-GLOBO tem que ser indicado por TIME-LIFE?
> (8) E o pagamento de mais 55% de despesas especificadas era contrato e mais 3% das receitas brutas da emissora, como parte da remuneração da assistência técnica?
> (9) Teriam êstes aspectos todos somados a característica de uma sociedade dissimulada?
> (10) Se o objetivo fôsse apenas o financiamento, não seria - suficiente um contrato de financiamento, como o de venda com reserva de domínio, do tipo que a TV-GLOBO fez com a RCA para compra do equipamento?
> (11) Mesmo neste último caso, não seria obrigatória a manifestação prévia do CONTEL como expressamente dispõe o Contrato de outorga de concessão registrado no Tribunal de Contas?[113]

Nem todos no CONTEL estavam, portanto, totalmente convencidos da solução anteriormente encontrada pelo órgão, conforme se pode observar no voto do representante do DCT. Apesar disso, o CONTEL, em voto condutor do Conselheiro Hugo Dourado, decidiu conhecer do recurso e encaminhá-lo diretamente ao Presidente da República.

O processo teve outra parada antes de chegar ao gabinete presidencial. Gildo Ferraz, presidente da Comissão de investigação instituída pela Portaria n. 22-B, de 24 de janeiro de 1966, encaminhou relatório, também dirigido ao Presidente da República, com as suas considerações acerca da matéria.

Chamam atenção as duas afirmações expressas de que as conclusões ali assumidas seriam de responsabilidade exclusiva de Gildo Ferraz. Ao final da página do ofício ao Presidente, havia a afirmação de que os demais membros da Comissão teriam concluído que a decisão do CONTEL os desoneraria da apresentação do relatório parcial e que desejavam mais tempo para melhor estudar o assunto. Por estar supostamente preocupado "com as delongas que tal opção acarretaria, mormente em face da delicadeza do tema, que envolve, inclusive, problema de segurança naciona [sic]", Gildo enviava relatório "de sua exclusiva autoria". Mais adiante, havia encaminhamento de Carlos Medeiros Silva, então Ministro da Justiça, do citado

[113] Ibid, p. 999-1000..

parecer ao CONTEL, com a informação de que as conclusões do Presidente da citada Comissão, Gildo Ferraz, divergiriam das dos demais membros[114].

O relatório continha as conclusões mais duras de um órgão público a respeito dos contratos. Em sua análise, nos parágrafos iniciais, havia fórmula para afastar os argumentos "legalistas e formalistas"[115], com a afirmação de que a gravidade do caso mereceria certo abandono das regras formais:

> Em se tratando de investigação de amplitude irrestrita, em tôrno de fatos de suma gravidade, e não de simples sindicância ou inquérito definido, os poderes de iniciativa outorgados pela Autoridade competente transcenderiam às normas formalísticas de realização dêsses dois últimos tipos de procedimento[116].

Gildo expôs detalhadamente como foram conduzidas as investigações pela Comissão, tendo sido ouvidos empresários, tais como: Octavio Frias de Oliveira (Folha de São Paulo), Victor Civita (Editora Abril), Miguel Leuzzi (Rede Piratininga), Samuel Vilmar (Revista Visão), Maurício Sirotsky Sobrinho (Rádio e Televisão Gaúcha), Júlio Mesquita Filho (Estadão), Nascimento Brito (Jornal do Brasil), dentre outros. Também foram analisados os contratos (de assistência técnica e de sociedade em conta de participação), e a escritura de cessão de direitos e promessa de compra e venda do prédio da TV-Globo, e o contrato de arrendamento.

O relatório descrevia alguns infortúnios com parte dos documentos

> De posse dêsses elementos passamos à coleta de outros junto ao Banco Central da República, Departamento Nacional de Registro de Comércio, Serviço de Registro Estrangeiros. Na Junta de Registro de Comércio apuramos o extravio do processo da "TV-Globo Ltda", que lá deveria se encontrar arquivado, o mesmo ocorrendo no 11º Ofício de Notas, onde nos certificamos do desaparecimento da folha correspondente ao instrumento de escritura da cessão de direito e promessa de compra e venda do prédio da TV, sendo instaurado o competente inquérito.[117]

Na sequência, passava a listar supostas contradições nos depoimentos de Roberto Marinho, especialmente acerca da vigência do contrato de financiamento, i.e., se este teria vigido ou não no Brasil. A conclusão de Gildo a esse respeito era a de que teria havido sonegação de informações por parte de Marinho à CPI, porque se teria concretizado o negócio. Após confrontar os termos do contrato, as datas de remessa de dinheiro com as datas da integralização do capital social da sociedade, Gildo dizia que o ingresso de Marinho no negócio teria ocorrido com capital estrangeiro[118].

---

[114] Ibid., p. 1006-1007, para a citação de Gildo Ferraz; e p. 1139-1140 para o encaminhamento de Carlos Medeiros.
[115] Colocamos a expressão entre aspas porquanto, apesar de ter argumentado direito adquirido e ausência de normas acerca do tema, essa era a interpretação que a emissora fazia das normas, não significando, todavia, que estivesse necessariamente correta ou totalmente escorada pela Constituição.
[116] Ibid., p. 1008.
[117] Ibid., p. 1013.
[118] Ibid.

Ainda no mesmo parecer, Gildo dizia que o contrato de financiamento permitiria à Time-Life passar à sócia da empresa, através de testas de ferro, "participando da orientação e administração, ao consentir na conversão de seu crédito em capital pela transferência a um ou mais brasileiros natos", aprovação essa que não poderia "ser negada arbitrariamente por Roberto Marinho". Gildo também destacava haver previsão de rescisão contratual, caso o governo brasileiro tomasse qualquer medida adversa ao investimento estrangeiro[119]. O parecer prosseguia debatendo as passagens do contrato em que se dizia que a Time-Life enviaria à Globo pessoa com "habilitação equivalentes às de um gerente geral", para concluir que seria impossível impedir tal pessoa, com todas as atribuições estipuladas em contrato, de se imiscuir "na orientação intelectual e administrativa da empresa, mormente tendo em conta a ascendência financeira do assessor, representante geral de Time-Life no Brasil". A conclusão de Gildo era no sentido de que Time-Life tomaria parte "integrante, através do assessor, na vida da empresa, dando orientação na programação e no noticiário, com a técnica especializada, podendo exercer influência espiritual perigosíssima"[120]. Gildo trazia argumentos para demonstrar que os assessores enviados por Time-Life, tais como Joseph Wallach, atuavam com funções executivas na empresa, o que seria "irretorquivelmente, a ingerência de estrangeiros num setor proibido".

No parecer também se pretendia demonstrar que a sociedade em conta de participação teria vigido desde o começo, a despeito das afirmações em sentido contrário. Como prova, Gildo argumentava que o valor investido por Time-Life, ainda em 1962, seria superior ao capital integralizado pelos sócios da emissora e que o contrato em conta de participação determinava que fosse adquirido terreno e construídas as instalações da emissora, com a "descrição pormenorizada" sobre como o prédio deveria ser construído, no contrato. Tal prédio passou, posteriormente, para a Time-Life e gerou o contrato de arrendamento.

---

[119] A análise consta dos seguintes parágrafos do documento: "A cláusula 18, à sua vez, 'TV-GLOBO' permite que 'Time-Life' passe à sócia da emprêsa, através de 'testas de ferro', participando da orientação e administração, ao consentir na conversão de seu crédito em capital pela transferência a um ou mais brasileiros natos, 'aprovação essa que não poderá ser negada arbitràriamente' por Roberto Marinho. Repare-se, ademais, que a alínea b da cláusula 13, à qual se reporta a 18, prevê essa rescisão se 'o Governo do Brasil tomar qualquer medida adversa a este INVESTIMENTO ESTRANGEIRO', reconhecendo, assim, a insegurança quanto à aceitação do presente instrumento, dado seu objetivo precípuo. Aliás, a intenção de 'Time-Life' nos é revelada pelo próprio Sr. Roberto Marinho, quando afirmou em seu depoimento: 'Se êles tivessem chegado em outro país que as leis permitissem propriedade êles teriam preferido ser co-proprietários da televisão, mas êles não tiveram dúvida nenhuma em se adaptarem a êste país e fazerem o que era possível de acôrdo com a lei do país'[...]" (ibid., p. 1023).
[119]Ibid., p. 1023.
[120] Ibid., p. 1037.

O parecer era longo e a conclusão era de que se tratava de "um negócio simulado, com a intenção de facultar o estabelecimento de 'Time' no país, servindo a organização como 'longa manu', 'cabeça de ponte', ou 'testa de ferro' daqueles interesses"[121].

Gildo concluiu, portanto, que o contrato de financiamento já teria vigorado, a despeito do que afirmava Roberto Marinho, e que os contratos teriam sido "eufemismos" para se burlar a legislação. O parecer tratava, inclusive, de aspectos tributários, tendo apurado possíveis irregularidades nos balanços da empresa, porquanto o imóvel que teria sido alienado a Time-Life continuaria a figurar nos balanços da empresa brasileira, como se ainda fosse propriedade desta.

As últimas páginas do parecer, destinadas a considerações gerais, continha explanação acerca da importância dos veículos de comunicação para a segurança nacional. A formação e a orientação da opinião pública, afirmava Gildo Ferraz, deveriam constituir atividades permanentes dos Estados, "valendo-se para isso, através de processo adequado, dos poderosos meios de difusão que a evolução tecnológica" vinha apresentando ao mundo. A opinião pública desempenharia, ainda conforme o parecer, "um papel preponderante porque constitui uma limitação ao arbítrio do dirigente no tocante ao uso dos poderes públicos, contendo e emoldurando a sua ação governamental". Nos países totalitários, prosseguia,

> onde o Govêrno representa, apenas, instrumento de um domínio absoluto, por delegação do Partido Único, é a pessoa humana destituída de qualquer valor intrínseco e considerado mesmo um zero político, na condução dos negócios do Estado. A opinião pública, em consequência, é ali enformada segundo padrões dirigidos de comportamento político, de maneira a fortalecer o Poder Central em seu arbítrio incontrolado visando não só à segurança externa, - as mais das vêzes com objetivo de expansão ideológica ou física a outros espaços geográficos, fora de sua área de determinação – como, principalmente, a segurança interna através da manutenção do statu-quo[122].

Para Gildo, em ambas as formas de regime, democrático ou totalitário, haveria interesse estatal em

> considerar o Poder sôbre a Opinião – 'Power over Opinion' – como um dos elementos mais decisivos na dinâmica, situando-o sociológicamente, no mesmo plano de eqüivalência do Poder Militar e do Poder Executivo, como instrumentos fundamentais da Estrategia Nacional, na consecução ou salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos reais ou potenciais[123].

Por essas razões, prosseguia o parecer, todos os países estariam conciliando a liberdade de imprensa "com um mínimo de defesa do Estado, que, mantendo-a na mais completa integridade, permita a realização do interêsse público"[124].

---

[121] Ibid., p. 1072.
[122] Ibid., p. 1104-1105.
[123] Ibid., p. 1104-1105.
[124] Ibid., p. 1106.

A continuação do parecer continha passagem importante para a análise da influência do capital estrangeiro na imprensa brasileira. Gildo afirmava que há anos organismos internacionais estariam "lançando tentáculos, sobrepticiamente", no país, através de "órgãos de divulgação", com o objetivo de participarem da orientação pública nacional. Citando o caso envolvendo Shell e Esso investigado por Comissão Parlamentar de Inquérito, Gildo dizia que o controle da imprensa teria ocorrido no Brasil pela via indireta, no bojo de empresas de publicidade. No citado caso, Gildo afirmava que a CPI teria concluído que a publicidade, nem sempre, se limitava a "propalar a qualidade do produto, mas se enveredava na seara política, propugnando por interêsses conflitantes com o da Nação"[125].

A interferência de capital estrangeiro, segundo Gildo Ferraz, não estaria restrita à imprensa, mas afetaria institutos como IBAD e políticos brasileiros, os quais, supostamente, "assinavam cartas de princípios no sentido de seguir determinada orientação ideológica, em troca de auxílio monetário para entrevero eleitoral". Não menos duvidosa, prosseguia, seria a "proveniência de somas vultosas, dispendidas pela Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em suas campanhas de cunho extremistas. A origem dos fundos utilizados por ocasião do "Plebiscito" ainda permanece incógnita"[126] – possivelmente se referindo ao plebiscito que decidiu o retorno ao presidencialismo em 1962.

Gildo defendia a natureza de serviço público da radiodifusão. Citava Caio Mário da Silva Pereira, para dizer que se deveria investigar a essência da vontade legislativa, e Pontes de Miranda, para afirmar que, na interpretação das regras gerais da Constituição, dever-se-ia buscar, de antemão, observar qual seria o interesse que o texto visava a proteger[127]. O objeto dessa proteção estava claro para Gildo: seria a vontade do legislador afastar o capital estrangeiro da radiodifusão nacional.

Por esses motivos, o parecer concluía afirmando a necessidade de exame da questão como um todo, com resolução enérgica, para que fossem sustadas "de vez, novas injeções de capital estrangeiro na veia jugular da independência do país e da sua própria segurança". Para Gildo, não haveria dúvidas de que a emissora estivesse sob controle de fato do capital de giro fornecido por Time-Life. A solução proposta seria, além da tomada de medidas de caráter repressivo, a modificação das leis vigentes, para coibir, "de modo mais drástico, a invasão de capitais estrangeiros no setor das emprêsas jornalísticas e de emissôras de rádio e televisão"[128].

[125] Ibid., p. 1106-1107.
[126] Ibid., p. 1107-1108.
[127] Ibid., p. 1109.
[128] Ibid., p. 1123.

Dentre as modificações listadas no parecer como necessárias, estavam a de "redação do artigo 160, da Carta Magna, de modo a deixar expresso o espírito da norma, para que nos entrosaremos com os ilustres juristas que a compõem". Como sugestão, Gildo indicava

> imperiosa necessidade de inserção de dispositivos rígidos na Lei de Segurança Nacional (Lei n. 1.802, de 11953), que capitulem entre os crimes contra o Estado e sua ordem política, jurídica e social, a utilização de capital estrangeiro, a qualquer título nos setores vetados pela Lei Maior; estabelecer-se-iam as mesmas penas para aqueles que facultassem a ingerência, sob qualquer forma, de pessoas que não as expressamente cogitadas no art. 160; e, num parágrafo, prescrever-se-iam as desvinculações, num prazo não superior a noventa dias, das pessoas ou firmas que hajam assumido esses compromissos, ficando os responsáveis sujeitos às sanções do 'caput'.[129]

Apenas pela estrita obediência ao artigo 160 da Constituição seria possível

> salvaguardar a segurança do País (considerada esta não só como o conjunto dos interêsses nacionais como de tudo que possa constituir a grandeza e a própria Vida da Nação – quer no âmbito interno, quer no campo externo, a despeito de pressões contrárias de qualquer natureza), contra as ações solertes, insidiosas e sempre pertinazes de caráter psico-sociais que possam, direta ou indiretamente, abalar o moral nacional e conduzir a opinião pública à formação de uma consciência permeável às ideologias totalitárias, a ameaçar o modo de vida de seu povo ou mesmo favorecer interesses de potências ainda que democráticas, porém não coincidentes com as aspirações nacionais.[130]

A conclusão do parecer era desfavorável à Globo. Os contratos não apenas teriam vigido, todos eles, como também feriam o direito nacional, especialmente o artigo 160 da Constituição.

Embora Calmon e Lacerda tivessem feito alertas no tocante à segurança nacional, o parecer de Gildo Ferraz ia além da discussão em torno da Globo, focando no ingresso de capital externo em empresas de comunicação nacionais.

A busca de capital externo para a imprensa (escrita ou de radiodifusão) não seria uma novidade no Brasil, como bem ressaltou o parecer, apesar das vedações legais. A entrada desses recursos era frequente, conforme revela parte da bibliografia nacional, e nem sempre ocorria com financiamentos ou pretensas sociedades, como era o caso das investigações em torno dos contratos do grupo Globo, mas por meio de uma alternativa lícita: publicidade de produtos de multinacionais.

A despeito de que não houvesse vedação legal para tais financiamentos, há severas críticas de parte da bibliografia da área. Nelson Werneck Sodré afirmava que, por meio dos contratos de publicidade, empresas e interesses estrangeiros mantinham o controle da imprensa

[129] Ibid., p. 1124-1125.
[130] Ibid., p. 1125-1126.

brasileira, com o financiamento de campanhas contra os interesses nacionais[131]. Levando às últimas consequências o raciocínio de Sodré e Gildo Ferraz, as interferências na programação por meio de contratos de publicidade estrangeira configurariam uma espécie de burla às intenções do artigo 160 da Constituição Federal de 1946, porquanto representaria a transferência prática do controle da linha editorial de veículos de comunicação nacional a pessoas não autorizadas constitucionalmente. Isso teria se evidenciado à época da campanha "O Petróleo é Nosso", a qual teria sido sabotada pela imprensa nacional para satisfazer aos interesses estrangeiros financiadores da publicidade nas emissoras de rádio e televisão e nos jornais[132].

No Caso Time-Life, as preocupações em torno dessa matéria seriam, supostamente, voltadas a uma possível desnacionalização dos órgãos de comunicação nacional e às potenciais consequências econômicas, militares e culturais disso. Com isso em mente, talvez a única novidade sobre o tema tenha sido um grande veículo de comunicação ter noticiado tal prática.

Diferentemente de Gildo Ferraz, os outros dois membros da Comissão nomeada pela Portaria 22-B do Ministério da Justiça chegaram à conclusão de que os contratos seriam lícitos. Em novo parecer do CONTEL, desta vez para reafirmar o anterior, afirmava-se que:

> Do confronto das conclusões acima transcritas, verifica-se que o Doutor GILDO CORRÊA FERRAZ, em seu relatório, alega a existência de irregularidades nas relações – 'TV-GLOBO' – 'TIME-LIFE' sem, entretanto, objetificar qualquer medida tendente a saná-las.
> Em contrário, em forma e conteúdo, é a conclusão dos demais membros que, em igual trabalho, consideraram perfeitamente legais as referidas relações, achando, tão sòmente, que a multiplicidade delas 'poderá criar, no futuro, situações que, desde já, devem ser evitadas', razão pela qual – finalizam com a sugestão de que no ante-projeto de lei a ser elaborado 'se estabeleçam normas que evitem vinculações tão estreitas entre um mesmo empresário nacional e uma mesma entidade estrangeira', significando dizer que não são as vinculações desta natureza o que importa, mas sim, o conjunto.[133]

Na última parada antes de chegar à Presidência, o caso recebeu o parecer do Consultor Geral da República, Adroaldo Mesquita, que concluiu pela licitude dos contratos. No parecer do Consultor, além de fazer a referência ao processo e à decisão do CONTEL, também abordava-se, brevemente, a CPI, afirmando que não teria tomado conhecimento das suas

---

[131] Nesse sentido ver: SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, páginas 391 a 449.

[132] Conforme afirma Sodré, as principais clientes dessas agências de publicidade eram empresas do setor de petróleo, como a Standard Oil Company, chamada no Brasil de "Esso Standard do Brasil". Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 407 e nota de rodapé n. 339.

[133] ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST. 339 – Dossiê. Documentos Sigilosos Diversos: dossiê de documentos sigilosos da secretaria geral do CSN (SG/CSN) expedidos entre 1966 e 1969, com uma orientação para aplicação de sanções previstas no AI-5 a funcionários públicos e detentores de mandato, p. 1169-1170. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1115354&v_aba=1. Acesso em: 18 fev. 2024.

conclusões e que do processo apenas constaria a "alegação da parte interessada" de que a CPI não teria "'chegado a nenhum resultado definitivo legítimo, tais as ilegalidades ocorridas na sua conclusão, denunciadas de público pelo eminente Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes (...) Não o levaram, por isso, ao conhecimento do plenário da Câmara dos Deputados'"[134].

As conclusões do parecer eram no sentido de que os contratos não feririam o art. 160 da Constituição Federal, tampouco a exigência, contida no mesmo dispositivo, de que a orientação intelectual, política e administrativa de empresas de radiodifusão fosse exercida por brasileiros natos. Uma das poucas objeções encontradas pelo Consultor a esse dispositivo era a constante "dos «*consideranda*» da decisão do CONTEL, *verbis*: «*que, mais de uma vez, é citado um elemento de Time-Life com atribuições equivalentes a um Gerente-Geral*»"[135].

Se fosse da maneira como era citada pelo CONTEL, haveria, na opinião do Consultor, violação ao texto constitucional. Todavia, este enxergava no referido contrato

> Coisa (...) bem diversa, sic: «Com referência a essa assistência, Time enviará à TV-Globo do Rio de Janeiro na capacidade de consultor, pelo prazo de que TV-Globo desejar uma pessoa com habilitações equivalentes às de um Gerente-Geral de uma estação de televisão». Atribuições e habilitações, bem se vê, não são a mesma coisa. Deve-se *atribuir* a quem tenha *habilitações*, mas pode alguém ter habilitações sem ter as atribuições, e isso é comum nos casos de assistência técnica, assessoria, consultoria etc., como o que de se trata"[136].

O Consultor alegou que, com o advento do Decreto-Lei n. 236/67, contratos como os que haviam sido celebrados pela emissora com a Time-Life estavam proibidos. Esse decreto-lei, todavia, não poderia retroagir para ser aplicado ao caso em discussão. O parecer, portanto, concluía pela legalidade dos acordos quando foram firmados e permitia a interpretação de que estes pudessem ser mantidos, mesmo com o advento da nova norma[137].

As modificações legais, citadas pela emissora e pelo próprio Parecer do Consultor Geral da República, são as contidas na Lei de Imprensa, listadas acima, e o Decreto 236/1967. Estas, embora fossem orientadas aparentemente na mesma direção reclamada por membros dos Diários, podem ter servido, justamente, para favorecer a rival.

---

[134] COSTA, Adroaldo Mesquita da. Pareceres da Consultoria-Geral da República – Janeiro a Dezembro de 1967. Consultoria-Geral de República. Departamento de Imprensa Nacional, 1968, p. 146.
[135] Ibid., p. 154.
[136] Ibid., p. 153-154.
[137] Foi essa leitura que fez Roberto Marinho, em artigo publicado em 08/07/1971, quando o jornalista afirmou que, mesmo amparado juridicamente para a manutenção dos acordos, supostamente não desejava "usufruir de uma situação" que constituiria "uma verdadeira exceção, ante a modificação posterior da legislação". Diante disso, o texto anunciava que Roberto Marinho e a própria Globo teriam assumido "a totalidade da posição financeira que o grupo Time-Life tinha no empreendimento, havendo adquirido todos os direitos patrimoniais e creditórios que cabiam à empresa americana". Todas as citações do parágrafo foram retiradas da obra: MARINHO, Roberto. Roberto Marinho: Uma trajetória liberal. Rio de Janeiro: Topbooks, 1992, p. 198-199.

Como destacado pelo parecer do Consultor Geral, a lei expressamente proibia, a partir daquele momento, os contratos de parceria, fato que inviabilizaria outras empresas nacionais a recorrer ao exterior à procura de "assistência técnica" ou "financiamentos" semelhantes aos que já teriam sido obtidos pela Globo. Além disso, o parecer criava uma zona cinzenta, permitindo a interpretação da Constituição e das demais normas no sentido de que a) antes da entrada em vigor da referida lei e decreto-lei, seriam permitidas parcerias iguais às da Globo e Time-Life; e b) caso não fossem permitidas, haveria, pelo menos, dúvida real acerca de sua legalidade ou não, o que poderia servir para evitar a punição de empresas que tivessem celebrado tais contratos.

Há que se ponderar, contudo, que os dispositivos constitucionais sobre o assunto, à época dos acordos, não haviam sido alterados pelo regime militar, mantendo-se a redação do artigo 160 a mesma desde 1946. O artigo 160 da Constituição Federal impedia, recordemos, a orientação intelectual e administrativa de empresas de radiodifusão por estrangeiros[138].

Do mesmo modo que a Constituição, o Código de Telecomunicações (Lei n. 4.117/62) e o Decreto n. 53.795/63, que regulamentava tal lei, mantinham inalterada a regra de que a administração de empresas de radiodifusão fosse exercida por brasileiros natos. Conforme determinava o artigo 38, "a", da Lei n. 4.117/62, diretores e gerentes de empresas de radiodifusão deveriam ser brasileiros natos, sendo possível a estrangeiros, desde que autorizados pelo CONTEL, operar equipamentos transmissores. O mesmo diploma vedava a concessão ou autorização de serviços de radiodifusão a sociedades por ações ao portador ou a empresas que não fossem "constituídas exclusivamente dos brasileiros" referidos nos incisos I e II do art. 129 da Constituição de 1946[139]. Quanto ao Decreto 53.795/63, este estabelecia a) a competência para a execução dos serviços de radiodifusão "exclusivamente por brasileiros natos" (art. 7º, "e"); e b) a obrigatoriedade de que empresas de radiodifusão tivessem brasileiros natos como "diretores e gerentes"[140].

---

[138] "Art 160 - É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas Jurídicas, excetuados os Partidos Políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, nº s I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa" BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 9 out. 2023.

[139] "Art 129 - São brasileiros: I - os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, não residindo estes a serviço do seu país; II - os filhos de brasileiro ou brasileira, nascidos no estrangeiro, se os pais estiverem a serviço do Brasil, ou, não o estando, se vierem residir no País. Neste caso, atingida a maioridade, deverão, para conservar a nacionalidade brasileira, optar por ela, dentro em quatro anos" (ibid.).

[140] BRASIL. Decreto n. 52.795, de 31 de outubro de 1963. Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão: "Art. 7º São Competentes para a execução dos serviços de radiodifusão: [...] e) sociedades nacionais por ações

João Calmon argumentava que a Time-Life não era empresa imobiliária, que comprava imóveis para locação, mas sim empresa de telecomunicações. Esse item em específico é de se ressaltar, não para afirmar a ilegalidade dos acordos – a respeito dos quais, como já dito acima, não tomaremos partido –, mas para chamar a atenção para um outro fator: o país estava sob uma ditadura militar, em que adversários eram cassados e/ou perseguidos com argumentos juridicamente muito mais frágeis. Destacamos esse fato não para apontar dedos à Globo, mas apenas para contextualizar o regime e demonstrar que eventuais dúvidas acerca do ocorrido ainda podem ser levantadas.

Tais dúvidas não ficam menos nebulosas ao analisar relatos de ex-funcionários da própria Globo. Joe Wallach – no livro que fez especialmente para apresentar a sua versão sobre a sua trajetória na emissora –, aborda o Caso Time-Life, descrevendo a sua vinda ao Brasil. Conforme as páginas iniciais do livro, a Time-Life teria interesse em expandir os negócios para a América Latina:

> Como já mencionei, o chairman do Conselho da Time-Life era Andrew Heiskell, o mentor da entrada da empresa na América Latina. (...) Lembro-me de várias viagens que fez ao Rio para se encontrar com o Dr. Roberto. Acho que eles começaram a trabalhar no acordo desde que a licença foi conseguida. Foram necessários alguns anos para organizar as primeiras estruturas e colocar as coisas no lugar.
> A parceria da Time-Life com Roberto Marinho no Brasil tinha limites. Como a lei determinava que estrangeiros não podiam ser proprietários, nem parciais, de companhias de radiodifusão, a saída foi um acordo que não dava nenhum direito de direção ou de propriedade à Time-Life, apenas participando dos lucros e prejuízos[141].

Em outro trecho do livro, Wallach apresenta detalhes do acordo, tendo afirmado que a Time-Life receberia valores mensais, "correspondentes a 45% dos lucros da estação do Rio de Janeiro, mais 3% das receitas como pagamentos pela assistência técnica, desde que o total não excedesse 49%"[142]. Também falou, segundo o seu ponto de vista, da CPI instaurada para investigar o caso, tendo focado na atuação de João Calmon.

Wallach descreveu muitos atritos na relação entre Globo e Time-Life nos primeiros anos de atividade, especialmente em função: a) da constante necessidade de injeção de dinheiro por parte dos norte-americanos; b) da emissão de novas e modificação constante de notas promissórias em virtude da desvalorização da moeda brasileira e inflação; e c) dos alegados prejuízos que a nova emissora tinha em seu início. Chama a atenção que algumas passagens do livro poderiam contradizer a narrativa oficial da emissora em sua página de memórias,

---

nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada, desde que ambas, ações ou cotas, sejam subscritas exclusivamente por brasileiros natos; Art. 8º As empresas que executam serviços de radiodifusão terão, obrigatoriamente, diretores e gerentes brasileiros natos".

[141] WALLACH, Joe. Meu Capítulo na TV Globo. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011, p. 27.

[142] Ibid., p. 28.

afirmações anteriores de Roberto Marinho ou até mesmo lançar dúvidas em relação à completa legalidade do negócio à época, embora tenha sido esta a conclusão das autoridades. Na página 47, por exemplo, quando Wallach narra o período final da parceria entre as empresas, o autor afirma que, no final de 1969, teria pensado na possibilidade de

> a Globo comprar a participação da Time-Life. Levantei o assunto com Dr. Roberto mas não tínhamos dinheiro algum. Ele gastara boa quantia bem no início, para comprar equipamentos, e o dinheiro à disposição era o que vinha da Time-Life. Dr. Roberto me disse: 'Joe, não sei. Talvez haja uma saída. Se você ficar ao meu lado e trabalhar comigo, podemos tentar. Vou providenciar para que valha a pena para você. Vamos ver se compramos'". [...] Começou assim o processo. Heiskell disse que tinha interesse em vender a participação. [...] A par de auxiliar na coordenação das operações da rede, participei ativamente dos arranjos da compra.
> Finalmente, ainda em 1969, a negociação foi concluída: Roberto Marinho compraria a participação da Time-Life por 3,85 milhões de dólares, com entrada de 500 mil dólares e o saldo amortizado em quatro anos [...][143].

Roberto Marinho, em artigo publicado em 1971, afirmou que recorreu ao grupo Time-Life para a obtenção de "um financiamento externo", que teria sido obtido após a negociação de "um empréstimo com (...) o grupo"[144]. A declaração foi semelhante à apresentada à CPI que investigou o caso. Chama a atenção o texto de Joe Wallach, primeiro porque o autor é insuspeito de qualquer tendência contrária à Globo, segundo porque, pelo teor da narrativa, tem-se a impressão de que a Globo teria comprado uma parte de uma sociedade junto à empresa Time-Life, a qual seria, portanto, sócia no negócio, ao invés de simples credora de um empréstimo. É possível, contudo, que Wallach estivesse se referindo às propriedades adquiridas por Time-Life e locadas à Globo, o que não fica claro no livro. Ademais, caso tivesse sido mencionada a compra da propriedade, não haveria a necessidade de novas injeções de dinheiro e elaboração de notas promissórias.

Em outra passagem, Wallach detalha a sua própria atuação na emissora após o desfecho do negócio e de como permaneceu "à sombra" em função das vedações contidas na legislação nacional:

> Dr. Roberto também conversou com a direção da Time-Life para me liberar para continuar no Brasil e ajudá-lo no gerenciamento da TV Globo. E assim foi. Decisão nada difícil: eu estava muito envolvido com as atividades da TV, minha vida era no Brasil, e eu tinha consciência de que ajudaria a construir alguma coisa importante, visto que, até aquele momento, a expansão da Globo vinha sendo emperrada pelo contrato com a Time-Life. (...) Tornei-me cidadão brasileiro em 1971 e continuo até hoje nessa condição. Segundo a Constituição brasileira, para o desempenho de funções como as minhas era imperioso que eu fosse nascido no Brasil, e eu era apenas cidadão naturalizado. Por causa disso, mantive-me relativamente à sombra, mas continuei trabalhando. Mais tarde, com Walter Clark, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho e outros diretores, tornei-me superintendente executivo da Globo e membro do seu Conselho de Administração[145].

[143] Ibid., p. 47-48.
[144] MARINHO, Roberto. Roberto Marinho: Uma trajetória liberal. Rio de Janeiro: Topbooks, 1992, p. 197.
[145] WALLACH, Joe. Meu Capítulo na TV Globo. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011, p. 49-50.

Independentemente das conclusões a que chegaram as autoridades da época, o que importa para o presente trabalho é que, na prática, a exposição pública do caso serviu para impulsionar a mudança da legislação, ao mesmo tempo em que consolidava aquela que foi apontada como a maior beneficiária desses contratos como a mais forte empresa do setor.

O imbróglio também trouxe um racha na ABERT, dominada até então pelos Diários Associados.

A saída encontrada pelo órgão, considerando o contexto político do país à época, desperta especial atenção. No caso envolvendo a Rádio Mayrink Veiga, por exemplo, o CONTEL, em 1965, declarou a concessão caduca por ter supostamente havido a transferência de ações sem autorização prévia no ano de 1961.

A apuração do caso da Mayrink, contudo, iniciou-se em 1965, quando o CTB já estava em vigor e a penalidade para a transferência irregular da concessão era o desfazimento do negócio. O "detalhe" do caso da Mayrink é que a legislação aplicada para a tomada dessa decisão havia sido o Decreto 21.111/31, o qual não estava mais em vigor em 1965, ano em que se iniciou o julgamento da Rádio, por já ter sido revogado pelo Código de Telecomunicações Brasileiro. O CTB não previa a caducidade para a transferência de ações e havia renovado, automaticamente, todas as concessões em vigor quando foi promulgado.

Ainda assim, em um certo contraste com o Caso Globo/Time-Life, optou-se por aplicar a legislação mais dura à Mayrink. É claro, porém, que os casos não são de todo comparáveis, porquanto um trata de transferência de ações e o outro de possível controle por estrangeiros.

A Mayrink Veiga havia sido o principal meio de comunicação utilizado por Leonel Brizola nos meses que precederam ao Golpe de 1964, sendo difícil dissociar a estação da imagem e das campanhas do político gaúcho. Também foi a Mayrink uma das poucas estações a denunciarem o golpe em 1964. Some-se a tudo isso o fato de que, caso fosse anulado o negócio que transferira as ações entre os proprietários, a Mayrink Veiga deveria retornar a Assis Chateaubriand e aos Diários Associados, porquanto estes constavam entre os proprietários da Rádio quando a emissora fora vendida em 1961.

As relações entre Globo e Time-Life, por sua vez, estavam inseridas em um delicado contexto para o regime e o chefe do Poder Executivo. Por um lado, havia as possíveis mágoas de Castello com Chateaubriand e João Calmon. Tendo a crise escalonado a tal ponto, seria difícil imaginar que pudesse ser interessante ao Presidente retroceder, dando razão aos Diários Associados. Essa situação poderia enfraquecer demasiadamente a autoridade da presidência e conferir mais poderes aos Diários Associados ante a opinião pública. Além disso, dar passos

atrás representaria reconhecer que Carlos Lacerda estaria certo – sendo que, naquela altura, o político já havia enveredado por caminhos irreconciliáveis com o regime.

Além disso, havia um grupo estrangeiro envolvido e com grande poder de comunicação no exterior. Naturalmente, comprar briga com tal grupo poderia colocar o governo e a situação brasileira sob os holofotes da imprensa internacional, o que poderia não ser "conveniente", para usar o termo vindo do CONTEL, para o regime militar – especialmente em função de denúncias de torturas que já pipocavam em alguns jornais.

Some-se a esses fatos um terceiro. Roberto Marinho não era Assis Chateaubriand e a Globo ainda não tinha o poder que passaria a ter anos mais tarde. Não estamos afirmando ter havido um alinhamento total entre as posições da emissora Globo com os governos militares – contudo, insinuações nesse sentido são comumente encontradas em textos que se ocupam do assunto. Assim, a decisão do CONTEL e as nuances do regime militar tornavam as decisões e a resolução do caso Time-Life precárias para os seus envolvidos, o que poderia ser um trunfo para o regime militar. A situação jurídica desses acordos poderia ser, como ficou comprovado no Caso Mayrink Veiga, revista em qualquer momento, bastando uma simples mudança de orientação ou de interpretação da Lei de Segurança Nacional – comumente empregada pelo regime para fundamentar qualquer coisa. Nesse contexto, para a emissora, sua dependência da boa vontade do Governo podia representar um caminho só de ida, como aquela dos animais que ingressavam na toca do Leão Velho, da fábula de Esopo.

O fato é que a Globo teve um julgamento mais brando do que aquele que legislação facultaria. Sua usualmente mencionada contribuição com o regime pode ter resultado de escolhas sem a possibilidade de retorno: a Globo dependia e seguiu dependendo – em um regime ditatorial sem respeito total a atos jurídicos perfeitos – da manutenção da decisão que recebera; o regime, por sua vez, dependia também de meios para a divulgação e auto-promoção.

Na página de "memórias da Globo" disponível na internet, há a informação de que houve "conclusões desfavoráveis" na CPI, todavia, há indicação de que houve mudança na legislação, vedando a realização de empréstimos e de parcerias técnicas que durassem mais de seis meses. Como os fatos ocorreram antes da modificação da legislação não haveria ilegalidade, conforme defende a emissora, fundamentada em um Parecer do Consultor Geral da República em 1967.

Independentemente das conclusões a que se chegaram as autoridades da época, importa para o presente trabalho é que, na prática, a exposição pública do caso serviu para a mudança da legislação, ao mesmo tempo em que permitiu consolidar a mais forte empresa do setor.

Se, por um lado, o caso serve para observar as causas da modificação legal, por outro revelou um tratamento muito distinto de empresas, de acordo com suas relações com o regime. No caso da Mayrink, os processos administrativos e jurídicos foram empregados apenas como formalismos para impor a um inimigo político a condenação. Quanto à Globo, a legislação foi sendo adaptada e reinterpretada para emprestar licitude, ou melhor, uma aparência maior de licitude, aos atos praticados. Houve, portanto, uma atuação de instituições do Estado para respaldar uma conduta talvez inconstitucional, a qual, como a própria mudança na legislação confirmou, era reputada prejudicial ao país.

Essa mesma atuação do Estado, com a mudança nas normas, serviu de escudo e de vantagem jurídica e econômica à Globo. Ainda que se afirme, como consta da obra de Walter Clark, que o dinheiro não era tanto quanto João Calmon denunciava; ou que o crescimento da emissora teria sido apenas produto da competência de seus líderes, a influência e o suporte financeiro vindos da Time-Life foram cruciais para a emissora, até mesmo para que contratasse os bons profissionais que contratou. A empresa de Roberto Marinho estava em clara vantagem concorrencial: com a modificação nas normas, prevaleceu a interpretação de que à Globo seria facultado manter os acordos com a Time-Life, como se houvesse um direito adquirido, enquanto as concorrentes não poderiam buscar recursos do tipo no exterior.

Essas vantagens inaugurais não vieram da qualidade dos serviços, os quais inexistiriam sem os recursos e capacitação recebidos dos acordos, mas sim da atuação estatal orientada para favorecer determinada empresa. Será comum em anos posteriores, e este trabalho bem demonstrará, a defesa, até membros por parte do Poder Executivo, de um "monopólio pela qualidade" no setor de radiodifusão – diante do qual o Estado atuaria apenas subsidiariamente[146] nesse campo.

Não se pode ignorar, contudo, que a "qualidade" que se passou a defender nos anos 1980 não teria surgido sem a intervenção do Estado nos anos de 1960, primeiro, adotando juridicamente solução mais branda face a atos heterodoxos de uma empresa de comunicação e, posteriormente, impondo legislação que impedia seus concorrentes nacionais de buscarem as mesmas condições fora do país. Aliás, conforme também será visto, a qualidade defendida tampouco existiria sem que o Estado houvesse implementado a infraestrutura necessária para a sua difusão em rede nacional.

[146] Esse princípio da atuação subsidiária será melhor exposto abaixo em outros tópicos. Para ver como o regime militar se serviu desse conceito, ver BERCOVICI, Gilberto. "O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece": a persistência da estrutura administrativa de 1967. In: TELES, Edson/ SAFATLE, Vladmir (org). O Que Resta da Ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 77-90.

Por fim, convém aqui lançar uma outra hipótese, a qual não foi possível esgotar. O Caso Time-Life deixava a própria Globo numa situação de certa vulnerabilidade jurídica e na dependência do regime. Mesmo com os processos administrativos chegando a conclusões favoráveis, todos os direitos com efeitos políticos estavam alicerçados em terreno movediço. Devemos considerar aqui as peculiaridades do direito na época da Ditadura Militar, em que a previsibilidade jurídica dependia do ânimo de punir e a segurança do "direito adquirido" era relativa.

Dessa forma, nos anos seguintes a emissora teria de "andar na linha", o que implicaria ter que aderir mais abertamente aos comandos vindos do regime[147]. Hipótese não totalmente descartável, o *caminho sem volta da aliança* parece ter-se evidenciado por décadas. Roberto Marinho permaneceu na defesa da "Revolução", mesmo em 1990, quando admitiu a aderência ao movimento de 1964 sem que tivesse recebido nada em troca, mas por supostamente estar "identificado com os anseios nacionais de preservação das instituições"[148].

2.2 O Decreto 267/67: do "Código da Liberdade" ao controle pelo Regime

[147] Quanto a isso, é possível encontrar também queixas de pessoas ligadas à emissora acerca do regime militar. No livro que narra como o Jornal Nacional foi pensado e construído para ser o principal telejornal brasileiro, há o depoimento de Álvaro Pereira, um dos repórteres que atuou na emissora a partir da década de 1970. Pereira afirmou que até a sua chegada, o "JN não dedicava muito espaço à política. A ditadura não dava abertura: as liberdades eram cerceadas, não havia possibilidade de crítica e opinião". In MEMÓRIA GLOBO. Jornal Nacional: 50 anos de telejornalismo/ organização Memória Globo. 1 – ed. – Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019, p. 110. No livro Dossiê Geisel, há a revelação de que Walter Clark teria se sentido perseguido pelo Ministro das Comunicações, Euclides Quandt, após este ter, supostamente, negado uma concessão à emissora em João Pessoa: A concessão de um canal de televisão para João Pessoa teria tido quatro candidatos, e um deles era a Rede Globo, representada por um dos filhos de Roberto Marinho. O ministro ter-se-ia mostrado contrário à outorga à TV Globo porque isso significaria aumentar o monopólio da emissora. Recomendou que a concessão fosse dada ao grupo local Televisão Arapuan S.A., que detinha uma estação de rádio (III-3) e tinha o apoio do governador: "o grupo é correto e apóia o governo" (III-6).
A postura do ministro Quandt de Oliveira em relação à TV Globo provocou reações por parte de Roberto Marinho e de diretores da emissora. O ministro relatou ao presidente Geisel, em 15-4-1975 (III-8), um encontro com Walter Clark em que este "tentou esclarecer um sentimento existente entre os dirigentes da Globo de que estavam sendo perseguidos pelo ministro". Em outros despachos o ministro apresentou as reivindicações da Rede Globo e a sua posição em relação à expansão dessa empresa (VII-13). Em 14-3-1978 (VIII-1), mostrou que Roberto Marinho detinha diretamente, ou através de seus filhos ou prepostos, o controle societário de várias emissoras de TV (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Recife e Bauru), 11 estações de rádio em onda curta em diversas cidades do país, cinco estações de FM, duas estações em onda curta e uma em onda tropical. A partir desse levantamento, considerou que, de acordo com o Decreto-lei nº 236, Roberto Marinho poderia chegar ao monopólio da opinião pública; logo, não deveria receber novas concessões. Mas Marinho insistiu na expansão da empresa e pediu a concessão da TV de Curitiba e de estações de rádio em onda média em Brasília e Salvador. Diante da posição do ministro, o empresário procurou apoio junto a Golbery do Couto e Silva, Nascimento Silva, Armando Falcão, Francelino Pereira e Ney Braga." ABREU, Alzira Alves de. As Telecomunicações no Brasil sob a ótica do Governo Geisel. in CASTRO, Celso/ D'ARAUJO (Org.) Dossiê Geisel. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, fls. 153-154.

[148] Conforme texto publicado por Roberto Marinho em 20/01/1990 em O Globo. MARINHO, Roberto. Roberto Marinho: Uma trajetória liberal. Rio de Janeiro: Topbooks, 1992, p. 228-229.

A Constituição Federal de 1967 também se ocupou da radiodifusão, que passou a ser contida no Capítulo III – da Ordem Econômica e Social –, art. 166, que estabelecia ser restrita a brasileiros natos a propriedade de empresas de rádio e televisão.

No período, as modificações legais mais sensíveis para a radiodifusão vieram, todavia, especialmente, com o Decreto-Lei n. 236/1967[149]. Dentre as mudanças trazidas pelo decreto, houve a inclusão de uma alínea "l" ao artigo 53 do CTB, para constar como abuso no exercício da radiodifusão "colaborar na prática de rebeldia, desordens ou manifestações proibidas"[150].

A partir da nova legislação ficaria "mais fácil" a aplicação da pena de cassação em casos de infrações. Tal penalidade competia, pela redação anterior do CTB, ao Ministro da Justiça, mediante representação do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), e teria vez nos casos de a) reincidência em expedientes anteriormente punidos com suspensão; interrupção de funcionamento por mais de 30 (trinta) dias consecutivos – excetuados casos autorizados ou suspensos por justa causa; c) superveniência de incapacidade técnica, legal ou econômica para a execução dos serviços; e d) não ter havido a correção de irregularidades anteriormente apontadas pelo Ministro da Justiça que tenham motivado eventual suspensão anteriormente imposta[151]. Nas hipóteses de cassação, a legislação anterior concedia o prazo de 15 (quinze) dias[152], para o exercício ao direito de defesa.

Além das hipóteses anteriormente previstas, a cassação ocorreria, conforme a redação dada pelo Decreto-Lei 236/67, se houvesse violação à alínea "l" do art. 53 do Código[153]. Ou seja, poderia haver a cassação direta da concessão ou permissão, sem a necessidade de aplicação de qualquer medida prévia, caso se entendesse que alguma emissora tivesse ultrajado "a honra nacional[154]", ou colaborado "na prática de rebeldia, desordens ou manifestações proibidas[155]". A mesma punição receberia quem incidisse em qualquer outra alínea do referido artigo, as quais eram normas abertas e - no contexto de regime militar que o país vivia na época – poderiam

[149] BRASIL. Decreto-lei n. 236/1967- Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Brasília, 28/02/1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm. Acesso em: 21 mai. 2022.
[150] Ibid., art. 53, alínea, "l".
[151] BRASIL. Lei n. 4.117 – Código Brasileiro de Telecomunicações (publicação original). Brasília, 27 de agosto de 1962. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4117-27-agosto-1962-353835-publicacaooriginal-22620-pl.html. Acesso em: 21 mai. 2022, art. 74.
[152] Ibid., art. 74. Par. 1º.
[153] Ibid., art. 64.
[154] Ibid., art. 53, "c".
[155] Ibid., art. 53, "l".

comportar e significar qualquer coisa para fundamentar a punição[156]. A competência para a aplicação da sanção administrativa, pela redação nova, seria do Presidente da República, ouvido o CONTEL[157]. Aos eventuais interessados em recorrer de alguma punição, o prazo estabelecido pela nova regra seria de 5 (cinco) dias – e na prática ainda menor se houvesse feriados ou finais de semana no meio do caminho.

Houve, portanto, o embrutecimento da legislação, tornando-se o Código mais rígido e os concessionários mais suscetíveis à punição. Chama a atenção o fato de, aparentemente, não ter havido então a defesa da "liberdade" das empresas, como ocorrera durante a derrubada dos vetos de João Goulart ao Código, a despeito do maior rigor das normas agora estabelecidas. É necessário considerar, no entanto, que o período não era dos mais favoráveis à contestação pública de decisões governamentais – haveria, em tese, um risco alto para qualquer concessionário, se protestasse contra as normas editadas.

Tal risco, contudo, poderia talvez ser mitigado para os idealizadores da derrubada dos vetos de outrora, especialmente ao se considerar que o país vivia a suposta "democracia" que parte dessas pessoas havia batalhado para ver implantada.

Por fim, o Decreto também continha limitação ao número de emissoras que cada entidade poderia receber:

> Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:
> I) Estações radiodifusoras de som:
> a - Locais:
> Ondas médias - 4
> Frequência modulada - 6
> b - Regionais:
> Ondas médias - 3
> Ondas tropicais - 3
> sendo no máximo 2 por Estados
> c - Nacionais:
> Ondas médias - 2

[156] Embora o tema possa ser um pouco distinto, destacamos como exemplo das interpretações abertas o caso da censura da peça teatral "Calabar – O Elogio da Traição", escrita por Chico Buarque e Ruy Guerra. Na referida peça, a história de Domingos Fernandes Calabar é contada não como a de um traidor, mas como um herói de resistência que lutava por um ideal. Tal peça foi censurada pelos órgãos oficiais e teve, posteriormente, a censura confirmada pelo Tribunal Federal de Recursos. Um dos argumentos para a censura era o de que a peça feriria a honra nacional, embora os documentos administrativos dos órgãos de censura revelem que a peça teria sido censurada pelas implicações políticas que poderia ter à época. Interpretando as reais razões da censura, ver BORTOLOTTO, Patrícia Soster; RIGO, Joanir Fernando. O Caso Calabar e a Censura à Liberdade de Expressão – Análise da atuação do Tribunal Federal de Recursos. *Captura Críptica* – Direito, política e atualidade, Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, v. 4, n. 2, 2015. Sobre a peça, ver de HOLLANDA, Chico Buarque de; GUERRA, Ruy. *Calabar*: O elogio da Traição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

[157] BRASIL, Lei n. 4.117 – Código Brasileiro de Telecomunicações. Brasília, 27 de agosto de 1962. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4117-27-agosto-1962-353835-publicacaooriginal-22620-pl.html. Acesso em: 21 mai. 2022, arts. 66, e 60, "b".

Ondas curtas - 2 [158]

Não era segredo para ninguém que os Diários Associados tinham centenas de emissoras de rádio e televisão distribuídas pelo país. O dispositivo em questão poderia obrigá-los a se desfazerem de algumas.

2.3 A MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NO REGIME MILITAR E A POSSIBILIDADE DE SURGIMENTO DE REDES NACIONAIS. UM MONOPÓLIO PRODUTO NOSSO?

Não se pode responsabilizar, de todo, a inovação tecnológica implementada pelo Estado por ter se criado um modelo monopolista de exploração para os serviços de radiodifusão no Brasil. As circunstâncias históricas e a atuação da ditadura militar nesse campo precisam ser analisadas em conjunto, para termos uma correta compreensão do caso brasileiro.

Como exposto acima, uma nova empresa de televisão nacional foi originada a partir do quase nada, com investimentos estrangeiros e com o próprio envio de profissionais para a instrução dos trabalhos. Os processos em torno do Caso Globo Time-Life revelam uma possível situação de favorecimento no julgamento das denúncias envolvendo a empresa nacional. Tão logo foi julgado o caso, modificou-se a legislação, para evitar acordos semelhantes aos celebrados entre a Globo e a Time-Life, por parte de outras emissoras, uma vez que estes seriam "inconvenientes em face da Constituição". Ao mesmo tempo em que se modificava a legislação, reconheceu-se um *direito adquirido* da emissora nacional de manter o contrato "inconveniente" e ilícito para as demais empresas.

Ou seja, a partir da atuação privada/estatal criou-se uma situação de desequilíbrio técnico e financeiro, que veio a ressoar ainda mais retumbante o melhoramento da infraestrutura para as telecomunicações. Até meados dos anos 1960, os Diários Associados eram a maior empresa de comunicações do país. Apesar de seu alcance nacional, o grupo não operava em cadeia, de modo que cada uma das suas centenas de emissoras de rádio e televisão tecnicamente funcionava, na prática, como uma emissora autônoma, apesar do controle pela mesma empresa e grupo.

O cenário para o funcionamento em rede das emissoras surge com o regime militar, após a modernização da infraestrutura para a transmissão de sinais de radiodifusão. Euclides Quandt de Oliveira, Presidente do Contel na década de 1960, Ministro das Comunicações no Governo

[158] BRASIL. Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. BRASÍLIA, BRASIL, 28 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm. Acesso em: 1 dez. 2022.

Geisel e Presidente da Telebras, detalha como foi o processo de construção de um sistema de troncos micro-ondas para a televisão no Brasil. Quandt relata a forma precária como as emissoras de televisão pertencentes a um mesmo grupo, na década de 1960, trocavam seus programas em fitas cinematográficas. O ex-Ministro diz que as "geradoras de televisão não se interessavam em modificar esse procedimento, por considerá-lo mais econômico"[159].

O processo de modernização e implantação do sistema de micro-ondas foi realizado pelo Estado, com recursos públicos, concomitantemente com a ampliação do sistema de telefonia. Quandt relata que os custos não teriam sido elevados para inclusão da radiodifusão no processo, uma vez que dependeriam "apenas da instalação de centros de distribuição de TV nas cidades a serem servidas"[160].

Num primeiro momento, em 1968, houve licitação e projetos para instalação dos centros em 27 cidades. Os primeiros munícipios atendidos foram Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília, Goiânia, Salvador, Recife e Fortaleza. Segundo Quandt, o sistema de transmissão da Embratel

> e seus centros de TV possibilitaram a criação de redes verdadeiramente nacionais, com melhor qualidade e custos mais baixos. As emissoras passaram a utilizar o serviço desses centros e, em pouco tempo, abandonaram os seus próprios circuitos e passaram a propugnar pela ampliação da cobertura em todo o país. A Embratel teve de aumentar o número de canais dedicados à transmissão de televisão, não mais usando os de reserva, e em pouco tempo tornou-se praticamente nacional a transmissão de sinais de televisão pela Rede Nacional de Telecomunicações[161].

As falas de Quandt demonstram que apenas a partir do fomento do Estado, correndo os riscos de instalação da infraestrutura, ocorreu a modernização do setor, ante a ausência de interesse da iniciativa privada.

Sergio Caparelli afirma que, a partir da 1968, a ditadura teria se esforçado para "enquadrar os meios de comunicação e, em especial, a televisão dentro dos objetivos nacionais"[162]. Sergio Mattos também descreve uma preocupação dos militares com a doutrina da Segurança Nacional, de modo que um dos objetivos do regime seria a adoção de políticas desenvolvimentistas e "a construção de um espírito nacional, baseado na preservação das crenças, cultura e valores brasileiros"[163]. Nesse contexto, ainda conforme Mattos, a televisão

[159] OLIVEIRA, Euclides Quandt. Renascem as Telecomunicações. Construção e Operação do Sistema. São Paulo: Editora Landscape, 2006. p. 69.
[160] Ibid.
[161] Ibid., p. 70.
[162] CAPARELLI, Sérgio. Comunicação de Massa sem massa. São Paulo: Summus, 1986, p. 27.
[163] MATTOS, Sergio. História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Editora, Vozes, 2000, p. 38-39.

teria sido vista pelos militares como um meio eficaz para a divulgação das ideias e concretização desses objetivos[164].

A partir da estruturação em rede, surge no país o conceito de *emissora afiliada*, a qual transmite a maior parte da programação de uma *emissora matriz*, conservando uma pequena parte da programação para assuntos locais. Daí surgem severas críticas na doutrina nacional, especialmente porque a programação local geralmente é ditada pela matriz[165], situação que escapa do controle legal até os dias atuais, uma vez que ainda não foram definidos limites mínios para programação local[166].

Além de não se ter criado uma vedação legal específica para o chamado "monopólio pela audiência"[167], os limites estipulados pela legislação, notadamente pelo Decreto 236/1967, seriam incoerentes por ignorarem a possibilidade de que, caso uma mesma pessoa receba concessões para as principais cidades, poderia haver uma concentração excessiva de poder a depender do tamanho desta. O mesmo autor destaca que a legislação não afetava os limites estruturais existentes no plano vertical[168], no qual tradicionalmente a emissora que produzia o conteúdo determinava e orientava as afiliadas.

A tática da atuação em rede, no entanto, não era de todo desconhecida. Conforme relata Tim Wu sobre a AT&T nos Estados Unidos, as indústrias Bell, a partir da década de 1910, passaram a utilizar a conectividade para atrair concorrentes e fomentar fusões. Aos produtores independentes, interessados em participar do sistema Bell, eram impostas as exigências de que estes passassem a adotar os "padrões e equipamentos da Bell". Ainda segundo Wu, a proposta da Bell, nesses casos, era como "o ultimato que tornara Gênghis Kahn famoso: entre para a rede, divida as riquezas ou encare a aniquilação"[169].

Guardadas as devidas diferenças do contexto brasileiro, as novas emissoras atuando em conjunto com alguma grande produtora, cortariam custos e reduziriam os riscos de concorrência.

Dados da Revista "Coleções Extra", listando em dezembro de 1976 os 11 programas de maior audiência, continha a Globo nas 10 primeiras posições, com uma audiência que variava

---

[164] Ibidem.
[165] Há críticas ao modelo vindas de COMPARATO, Fábio Konder. É Possível Democratizar a Televisão? In: NOVAES, Adauto (org.). *Rede Imaginária de Televisão*. Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1991, p. 300-308.
[166] Conforme dados apresentados por Sergio Caparelli, em 1986 cerca de 80% da programação das emissoras locais eram repetições vindas das matrizes. CAPARELLI, Sergio. Comunicação de Massa Sem Massa. Cit., p. 20.
[167] Como anota Alexandre Faraco.
[168] FARACO, Alexandre Ditzel. Democracia e regulação, das redes eletrônicas de comunicação: rádio televisão e internet. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 170-172.
[169] Conforme WU, Tim. Impérios da Comunicação. Do Telefone à internet, da AT&T ao Google. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 67.

entre 44% e 67%. A edição destacava o novo formato e investimento do "Jornal Nacional", que se propunha a integrar o país e levava cerca de 30 milhões de pessoas, diariamente, a se debruçarem em frente ao televisor[170]. A matéria dizia que o "Jornal Nacional" custava o preço de três novelas, mas devolveria a compensação em 5 minutos de publicidade, com o preço "mais alto da televisão brasileira"[171].

Na década de 1980, segundo Venício Lima, a audiência chegava a alcançar de 75% em determinados horários, período em que a emissora teve "6 emissoras geradoras, 36 afiliadas e mais 5 estações repetidoras"[172], totalizando 47. Naturalmente, com a maior audiência, o bolo arrecadado de publicidade também seria maior[173].

A afirmação de que há monopólios e oligopólios no setor de radiodifusão fundamenta-se nessa óbvia concentração de audiência e no grande número de emissoras dependentes da "rede" – emissoras que não têm meios (ou poder) para realizar a própria programação. Vê-se que, no caso específico da emissora citada, uma fatia de 75% do mercado relevante era ocupada com uma única programação.

Conforme destacado por E. Quandt, foi necessária a atuação estatal para modernizar e permitir que as emissoras pudessem ter eficiência e cortar custos na distribuição de seus produtos. Vê-se que a melhor técnica não partiu do meio empresarial, parte do qual, segundo o próprio Ministro, não teria demonstrado interesse no tema. Analisando a matéria pelo lado puramente técnico, apenas foi possível o crescimento econômico das empresas a partir do investimento estatal em melhoria de infraestrutura.

A atuação estatal para a consolidar a empresa que viraria a líder de mercado não ocorreu apenas no campo técnico – uma vez que tais melhorias poderiam ser utilizadas por todas as emissoras – mas também nos campos jurídico e legal (pensemos na *flexibilização do direito vigente* pelo Caso Time-Life, ou na modificação legal introduzida a partir do caso, vedando a outras empresas contratos de assistência técnica e financiamento com grupos estrangeiros).

A atuação estatal foi, portanto, operada em múltiplas frentes, possibilitando que jurídica e tecnicamente a maior empresa do segmento fosse criada. Dessa forma, mesmo que se considere que os serviços prestados tenham sido melhores do que os das outras emissoras, não

[170] ALMEIDA FILHO, Milton [et. Al.]. O Ópio do Povo: o sonho e a realidade. São Paulo: Ed. Símbolo. Ed. EXTRA, 1976, p. 26-27.
[171] Ibid.
[172] LIMA, Venício A. de. Mídia: crise política e poder no Brasil. Editora Fundação Perseu, 2006, p. 80.
[173] CAPARELLI, Sergio. Comunicação de Massa Sem Massa. Cit., p. 20, afirma que a fatia da publicidade da emissora seria, na década de 80, 80% da publicidade nacional para radiodifusão. Venício Lima, por seu turno, afirma que no mesmo período seria de 75%. LIMA, Venício A. de. Mídia: crise política e poder no Brasil, p. 81.

se pode perder de vista que houve, nesse começo, uma situação de desequilíbrio, criada dentro do Estado e partir do próprio Estado.

3. ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

3.1 A CONSTITUINTE E SEU REGIMENTO INTERNO

Em março de 1987, foi aprovado o Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, após um processo de tramitação menos tranquilo do que se teria imaginado[174].

O Regimento Interno inicial – falamos inicial porquanto ele viria a ser alterado em 1988, após a formação do grupo chamado "Centrão" – continha o detalhamento de como deveria ser o funcionamento da ANC até a promulgação da nova Constituição. Foram definidas 8 (oito) Comissões Temáticas, integradas por 63 (sessenta e três) membros titulares, com igual número de suplentes[175]. A elas incumbiria a tarefa de elaborar o anteprojeto de artigos, dentro do tema designado. A Comissão que aqui nos interessa é a "Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações"[176].

Cada uma das 8 (oito) Comissões seria dividida em 3 (três) Subcomissões, totalizando, portanto, 24 (vinte e quatro) Subcomissões Temáticas. Era nas Subcomissões que, após debate, com a realização de audiências públicas, um primeiro esboço dos artigos seria elaborado. Ao final do prazo definido para os trabalhos, as Subcomissões deveriam enviar seu anteprojeto para a respectiva Comissão a que se vinculavam, a fim de ser elaborado, por esta última, o Anteprojeto que seria remetido à Comissão de Sistematização.

Conforme disposição expressa do Regimento Interno, os membros de cada Comissão seriam indicados pelas lideranças partidárias, devendo-se respeitar, tanto quanto fosse possível,

---

[174] A elaboração do Regimento Interno da ANC demorou quase dois meses. Entre os muitos pontos de divergência estavam questões relacionadas aos limites da Assembleia e à participação ou não de senadores eleitos em 1982 (ou dos senadores biônicos, indicados pelo regime militar). Havia também outros pontos de tensão em torno das interferências e atuação do próprio Presidente da República, José Sarney, no processo constituinte. Ver: PILATTI, Adriano. A Constituinte de 1987-1988: Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, esp. p. 19-40. Marcus Bastos também comenta a demora da ANC em finalizar seu Regimento, concluindo que esse fato seria por si próprio revelador, porquanto os constituintes teriam percebido que "o procedimento de elaboração do texto constitucional seria determinante na definição de seu conteúdo – e seria quase tão relevante quanto o próprio texto da nova Constituição para a aferição do significado do processo constituinte como um todo" (BASTOS, Marcus. Comissão Afonso Arinos, Assembleia Nacional Constituinte e a Elaboração do Texto da Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p. 76).

[175] Congresso Nacional – Assembleia Nacional Constituinte. Resolução n. 2/1987 – Dispõe Sobre o Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, art. 13.

[176] Ibid., art. 15.

a proporcionalidade partidária. Esta também deveria ser observada aos cargos de Presidentes, Vice-Presidentes e Relatores, inclusive na Comissão de Sistematização. Cada parlamentar poderia integrar apenas uma Comissão como titular e outra como suplente, todavia, não havia vedação de que estes participassem dos debates em outras Subcomissões, desde que sem direito a voto[177].

O prazo de trabalho definido pelo Regimento era ambicioso para o desafio que se tinha à frente: 65 (sessenta e cinco) dias para encaminhar o anteprojeto temático à Comissão de Sistematização (art. 14, p. 3º). Destes, 45 (quarenta e cinco) dias seriam destinados para os debates nas Subcomissões – já contando com as audiências públicas em número entre 5 e 8 (cinco e oito) –, e os outros 20 (vinte) dias para as Comissões debaterem os anteprojetos recebidos, elaborarem emendas e substitutivos[178] e finalizarem seus anteprojetos, com votação interna e envio à Comissão de Sistematização.

Considerando-se apenas os prazos previstos no Regimento Interno – os já citados acima e os demais previstos para o andamento dos debates –, seriam pelo menos 180 (cento e oitenta) dias para que a nova Constituição fosse finalizada[179] – o que, na prática, não se concretizou, porquanto a promulgação da Constituição ocorreu somente em outubro de 1988, mais de um ano após o início da Constituinte.

Havia uma lacuna no Regimento acerca dos limites (ou falta deles) na atuação da Comissão de Sistematização: não estava claro se a Comissão deveria apenas "sistematizar" os textos recebidos pelas Comissões ou se poderia interpretá-los e fazer alterações. Na prática, a Comissão de Sistematização ficou incumbida da redação final, tornando-se, portanto, a Comissão mais poderosa de todas, haja vista que teria amplos poderes para atuar em todas as matérias e definir, de certo modo, os rumos que a nova Constituição tomaria[180]. Tal Comissão seria composta por: a) 49 (quarenta e nove membros), indicados proporcionalmente pelos

[177] Os parlamentares tinham certa liberdade para escolher a Comissão que desejassem integrar, informação que nos foi repassada e confirmada em conversas com ex-parlamentares que participaram da Constituinte. Todos eles afirmaram ter tido a possibilidade de escolha para integrar a subcomissão que desejassem.

[178] Substitutivo era a denominação dada à emenda que substituísse integralmente a proposição original. CONGRESSO FEDERAL, ANC – Regimento Interno, art. 59, §6.

[179] Os demais artigos do Regimento que definiam algum tipo de prazo de trabalho eram os de número: 14. § 3º, 19, 22, 25, §2º, 26, §§ 2ºe 3º, 27 e 28, 29, caput e § 2º. Concluímos que o prazo seria de, pelo menos, 180 (cento e oitenta) dias após a soma de todos os prazos previstos (alguns estabelecidos em horas, inclusive).

[180] A Comissão de Sistematização foi descrita por alguns autores como "A Poderosa Sistematização" (COELHO, João Gilberto Lucas. O Processo Constituinte. In: GURAN, Milton. O Processo Constituinte 1987/1988: Documentação fotográfica [sobre] a nova Constituição. Brasília: AGIL, 1988, p. 51. O mesmo autor também comenta que teriam sido justamente esses amplos poderes que fomentaram a formação do grupo conhecido como "Centrão" em 1988, fato que levou à mudança no Regimento Interno da ANC e à extinção da Comissão de Sistematização, para dar lugar à Comissão de Redação, composta por menos parlamentares).

partidos; e b) relatores e presidentes das demais comissões, totalizando, portanto, 65 (sessenta e cinco) membros (cf. art. 13, par. 1º).

Também era possível o recebimento de emendas da sociedade civil, conquanto a proposta estivesse subscrita por, pelo menos, 30.000 (trinta mil) eleitores brasileiros, em lista organizadas por, no mínimo, 3 (três) entidades associativas legalmente constituídas (art. 24). As propostas seriam recebidas pela Comissão de Sistematização, que teria competência para avaliá-las e decidir pela denegação ou recebimento. Caso a proposta vinda da sociedade civil não fosse de antemão rejeitada pela referida Comissão, ela teria tramitação, debate e votação da mesma forma que as propostas feitas pelos próprios parlamentares, facultando-se, inclusive, a um dos signatários fazer uso da palavra no Congresso, por até 20 (vinte) minutos, para defender a emenda (art. 24, IV, VI). Cada eleitor poderia subscrever, no máximo, 3 (três) propostas (art. 24, VIII).

Ainda conforme o Regimento Interno, junto à Mesa da ANC seria criado o Serviço de Divulgação, cuja finalidade era promover a divulgação dos trabalhos das atividades da ANC, através dos Meios de Comunicação Social (art. 75). As emissoras de rádio e televisão deveriam, conforme previsão do artigo 76 do Regimento, ceder espaço de dois horários de cinco minutos diários (entre doze e quatorze horas e dezenove e vinte e uma horas para as emissoras de televisão; e entre sete e nove horas; e doze e quatorze horas, para as emissoras de rádio) ao Serviço de Divulgação, para a apresentação de programa a ser produzido pela Empresa Brasileira de Notícias (EBN) e pela Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIOBRAS).

A inclusão desse dispositivo no Regimento Interno foi sugestão de Cristina Tavares, que viria, posteriormente, a ser designada relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Na justificativa da proposta, a parlamentar afirmou ser o direito à informação "um dos mais elementares direitos da cidadania[181]". A consagração desse direito no Regimento Interno, destacava Cristina, em nada afrontaria "à liberdade que também é essencial. Ao contrário. O direito à informação é a contrapartida do cidadão e da sociedade à liberdade de expressão que devem ter as empresas de comunicação[182]".

Ao expor a sua sugestão em plenário, Cristina Tavares destacou que as emissoras de rádio e televisão eram concessões públicas e a Constituinte deveria ter canais próprios para a divulgação de seus trabalhos. Justificando a proposta, Tavares fez uma calorosa defesa do direito de ser informado, destacando a sua importância para a sociedade como um todo e,

[181] CONGRESSO NACIONAL - ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, 5 fev. 1987. Proposta de Emenda n. 68, p. 111.
[182] Ibid.

especialmente, diferenciando-o do direito à liberdade de expressão. Tais direitos, conforme destacou a deputada, não seriam

> excludentes nem incompatíveis. Pelo contrário, ambos se complementam e se entrelaçam na consolidação do regime democrático que permite, de um lado, a empresa expor e defender seus interesses, pontos de vista e ideologia, mas garante, de outro, que a sociedade como um todo se inteira dos assuntos que lhe dizem respeito. Todo jornal, toda emissora de rádio e televisão tem a liberdade de traduzir o mundo segundo sua própria visão. Mas todo cidadão tem também o direito de informação, a liberdade de expressão pode descambar, perigosamente, para a transformação de conveniências pessoas e empresariais em interesse público. Sob o pretexto de liberdade de expressão, não se pode permitir a instauração da ditadura da informação que nada mais é do que a conversão da perspectiva individual em verdade coletiva[183].

Ainda na justificativa de seu projeto, Cristina defendeu que a população não deveria curvar-se à manipulação da opinião pública, supostamente perpetuada pelos meios de comunicação da época, que teriam noticiado de maneira distorcida e parcial fatos recentes da história do país – inclusive a campanha pelas Diretas Já, que teria sido

> sistematicamente boicotada, em seus primeiros passos, por algumas redes nacionais de televisão. Uma das mais destacadas redes de TV, reduziu o comício de um milhão de pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, em favor das Diretas, a um show de artistas populares em comemoração ao aniversário da cidade. Os conflitos pela posse da terra, em muitas regiões, ainda hoje desaparecem inteiramente ou são minimizados. O país amadurecido não pode se submeter a esses tutores da consciência nacional, que se julgam acionistas majoritários da verdade. O país não pode se ver através das câmeras desfocadas dos donos de TV, por mais honestos que fossem seus propósitos, e por mais patriótica que fosse sua postura[184].

Pela proposta, Cristina dizia que não se negava o direito dessas empresas de "fantasiar a verdade", mas exigia que a sociedade tivesse meios de "se inteirar sobre os fatos que acontecem no dia a dia do País". Não se pretendia estatizar a informação, dizia a deputada constituinte, mas "assegurar o direito da maioria a ter acesso ao debate nacional, sobre os destinos do País",[185] que se desencadearia na ANC. Ainda na sua justificativa, Cristina também afirmava ser dever do Estado garantir tal direito à maioria, o qual seria um direito da própria cidadania – "absurdamente esquecido em nossa política de comunicação"[186]. A garantia desse direito, finalizava Cristina, poderia

> Significar um balizamento para a própria Assembleia – o de que essa Constituinte se instala e pretende guiar-se pela defesa de direitos secularmente preteridos e esmagados. Só assim essa Constituinte que foi anseio de luta de 20 anos poderá transformar-se em esperança efetiva de toda uma geração de brasileiros[187].

---

[183] CONGRESSO NACIONAL - ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, 5 fev. 1987. Proposta de Emenda n. 68, p. 111.
[184] Ibid., p. 111-112.
[185] Ibid., p. 112.
[186] Ibid., p. 112.
[187] Ibid.

Nos dias seguintes à apresentação da proposta, Cristina voltaria ao Plenário da ANC para proferir novo discurso a respeito de uma emenda à sua proposta, que estava em discussão. Cristina iniciou sua fala ironizando o fato de que, na proposta de regimento, a reserva de horário para a transmissão do boletim da Constituinte seria para o período entre "23 horas e 30 minutos e 24 horas e 30 minutos". Disse não saber até aquele momento que a Assembleia Nacional Constituinte teria o poder de *estender as horas do dia;* tal prerrogativa extra a teria deixado satisfeita.

Na sequência, o tom de ironia foi substituído por linguagem mais séria, para defender que a transmissão do boletim ocorresse nos horários de maior audiência. Cristina dizia ter sido informada por Mário Covas, dois dias antes, de um fato que teria sido presenciado pelo Senador no aeroporto de São Paulo, em que, supostamente, um membro da ABERT teria feito, a um outro Senador, ameaças de boicote à ANC se projetos como o que ali se estavam debatendo fossem votados e aprovados[188]. Tavares argumentou que a transmissão pelos veículos de comunicação dos trabalhos da Constituinte seria essencial para que o povo pudesse acompanhar o processo. Os meios comunicação social, lembrou a parlamentar, eram concessões do Poder Executivo e este, como um poder concessionário, teria o poder de requisitar essa concessão. Tavares fez uma crítica contundente ao que pareceu ser a forma como estaria ocorrendo a cobertura da ANC pela imprensa no país, a qual, conforme discurso de Cristina, aparentemente estaria prestigiando o registro de dias com sessões mais vazias no Congresso[189]. Para Tavares, temas importantes do debate da ANC, como a "questão da tecnologia nacional, da mulher", da

[188] Faremos citação integral do trecho para manter-nos fiéis à fala de Cristina Tavares: "Sr. Presidente, o nobre Senador Mário Covas, há dois dias, contava-me que tinha encontrado no aeroporto de São Paulo o Presidente da ABERT, que é a Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão, que de forma muito irritada e prepotente se dirigia a um Senador da República, a um membro da Assembleia Nacional Constituinte, ameaçando que as empresas privadas fariam um boicote à Assembleia Nacional Constituinte se projetos deste tipo fossem votados e aprovados." (CONGRESSO NACIONAL - ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, 11 fev. 1987, p. 213).

[189] Conforme trecho do discurso de Cristina: "O Regimento Interno aprovou três horas de trabalho, onde haverá comunicações de liderança, ou comunicação parlamentares e evidentemente nessas três horas é desnecessário que a Assembleia Nacional Constituinte esteja com a plenitude de seus membros. Não estamos em fase de votação, de Ordem do Dia ou de discussões, e, no entanto, a grande imprensa, essa que sempre combateu a Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana; essa imprensa que tem medo da soberania, esses jornalistas que têm medo da mudança, tentam afastar a população; tentam quebrar a credibilidade dos novos constituintes através dessas imagens já gastas, de um plenário vazio, de parlamentares que recebem jetons, de parlamentares que não frequentam, de parlamentares que estão brincando de Assembleia Nacional Constituinte. As fontes são as mesmas, mas mesmas da grande imprensa, as mesmas de jornalistas famosos que legitimaram o regime militar; as mesmas fontes que têm medo da mudança. Portanto, é preciso que a Assembleia Nacional Constituinte, através da sua Mesa, ouse desafiar o poder, o cartel, o monopólio da informação deste País, para que haja uma visão da Assembleia Nacional Constituinte para o povo." (CONGRESSO NACIONAL - ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, 11 fev. 1987, p. 213).

"reforma agrária", deveriam ser transmitidos para que a população pudesse fazer "a única pressão legítima, a pressão popular"[190].

Já no final de sua fala, Cristina advertiu que já sabia do "lobby da ABERT", que teria feito, inclusive, "pressões e ameaças" ao líder "do PMDB no Senado, Líder do Governo no Senado e Relator do Projeto de Regimento Interno[191]", Fernando Henrique Cardoso. "É intolerável", finalizava a deputada, "para essa Assembleia Nacional Constituinte, intolerável mais ainda, intolerável um momento em que se deseja cercear a soberania da decisão[192]".

O inteiro teor da proposta e os argumentos utilizados por Cristina não seduziram a todos os constituintes. Em fala imediatamente posterior à de Tavares, também em 11 de fevereiro de 1987, o Constituinte Maurílio Ferreira Lima (PMDB – PE) disse ser favorável ao boletim diário, mas julgava que com 90 (noventa) minutos, como havia proposto Cristina, seria muito difícil manter a audiência e o interesse da população, tendo proposto uma redução para 5 (cinco) minutos[193].

Houve notas mais contidas em jornais do período comentando a proposta. Muitas vezes, apenas descreviam o que fora proposto por Tavares, dando ênfase à rejeição das lideranças. Era o caso da Folha da Tarde, que, em edição de 11/02/1987, publicou matéria afirmando que os líderes estariam "contra a transmissão dos trabalhos pelo rádio e TV por 1h30 diárias[194]". Embora na manchete da notícia tenha se falado em "os líderes", no corpo da informação apenas eram citadas as lideranças do PDT, PDS e PTB como contrárias, além de parlamentares esparsos do PMDB e PFL. O corpo do texto, todavia, expunha o trabalho de bastidores da ABERT, que estaria empenhada em visitar os gabinetes de senadores e deputados para que a proposta fosse alterada. Em determinada passagem, o jornal dizia que a proposta assumida pelo presidente da ABERT era a transformação da Voz do Brasil na "Voz da Constituinte", além de atribuir ao Presidente da Associação as frases seguintes: "'o que queremos é a liberdade de informar' (...) 'mesmo que a obrigatoriedade de transmissão seja de apenas dois minutos, será pior do que ter 30 ou quatro minutos de programação livre[195]'".

No Correio Brasiliense de 10/02/1987, matéria assinada por Rejane Oliveira afirmava que a reserva de horário para a retransmissão dos trabalhos da Constituinte teria sido o assunto

[190] CONGRESSO NACIONAL - ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, 11 fev. 1987, p. 213.
[191] Ibid.
[192] Ibid.
[193] Ibid., p. 213-214.
[194] Folha da Tarde. Imprensa: consenso pela liberdade. Jornal da Tarde, São Paulo, nº 6506, 11 fev. 1987, p. 9.
[195] Ibid.

mais polêmico dos debates em torno do regimento[196]. A reportagem dizia que o relator do Regimento Interno, Fernando Henrique Cardoso, também teria sido visitado em seu gabinete pelo presidente da ABERT. O político enxergaria como exagerado o tempo de uma hora para boletins diárias e defenderia uma solução negociada, "para evitar imposições". A matéria citava, ainda, protestos do presidente da ABERT, o qual teria afirmado que o governo já disporia de "uma hora diária nas rádios, para a transmissão da Voz do Brasil, além do tempo destinado ao Projeto Minerva". A televisão, prosseguia o comentário, já precisava "ceder três horas por ano, em horário nobre, a cada partido político", o que seria "demais", a seu ver.

Ao final, foi aprovada a proposta de dois boletins diários, de 5 (cinco) minutos cada, em rádio e televisão, em horário com boa audiência. Ainda que tenha havido redução substancial no tempo sugerido por Cristina, a inclusão desse dispositivo no Regimento Interno pode ser considerada uma vitória da ala favorável ao direito à informação, ao mesmo tempo em que revela as tensões e pressões por que passaria a Constituinte nessa matéria. Caso as ameaças reportadas por Tavares tenham realmente existido, a situação seria semelhante à ocorrida em 1962, quando o embate em torno do Código de Telecomunicações reuniu empresas para pressionar deputados.

Para a Constituinte – e especialmente para aqueles que não eram nem "situação" (como os membros do PMDB opositores a Sarney) nem egressos do regime anterior – ter garantida a divulgação dos trabalhos em programa elaborado pela própria ANC implicaria ter um canal aberto de comunicação com a população sem a interferência dos grandes veículos de comunicação, para "trabalhar a informação" ou filtrar o que seria repassado. Esse canal poderia, especialmente para os chamados "anjinhos" da Constituinte, ser uma vitrine para exposição das suas ideias e uma forma de disputar espaço com políticos mais antigos, os quais teriam mais experiência e, possivelmente, melhor trânsito com repórteres.

Também por meio desse dispositivo seria possível reportar eventuais pressões, tentativas de controle ou direcionamento da Constituinte, como fez Ulysses Guimarães, em 27/07/1988, para rebater críticas do então Presidente José Sarney contra a Constituinte e a respeito do seu receio de que esta deixaria o país ingovernável[197]. Em linhas gerais, a existência

[196] OLIVEIRA, Rejane de. Espaço na TV é o Tema Mais Polêmico. Correio Braziliense, Brasília, nº 8708, 10 fev. 1987, p. 2. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/116055/1987_09%20a%2014%20de%20Fevereiro_018a.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 6 out. 2024.

[197] Nesse sentido, ver: COELHO, João Gilberto Lucas. O Processo Constituinte. In: GURAN, Milton. O Processo Constituinte 1987/1988: Documentação fotográfica [sobre] a nova Constituição. Brasília: AGIL, 1988, p. 54; BASTOS, Marcus Vinicius Fernandes. Comissão Afonso Arinos, Assembleia Nacional Constituinte e a Elaboração do Texto da Constituição de 1988: Construção, Procedimento e Legitimidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p. 93.

de tal programa poderia mesmo ser um fator de transparência e até um convite à população para participar.

É preciso pontuar, todavia, que a redução do tempo pretendido por Cristina foi uma vitória da própria ABERT, que ali representava, com muito empenho, o interesse de seus associados. Do ponto de vista empresarial, destinar 90 (noventa) minutos diários para a divulgação dos trabalhos poderia implicar perdas consideráveis de recursos, especialmente de publicidade.

Ao fim, chegou-se a uma solução negociada, conforme havia previsto o relator. Ainda assim, esse primeiro embate colocou em conflito duas visões distintas para a radiodifusão brasileira. Uma delas priorizava o lado econômico da atividade e os eventuais prejuízos a serem suportados pelos empresários. Tal postura, adotada pela ABERT, buscava menos interferência estatal e priorizava o lucro de seus membros em primeiro lugar. A outra, priorizava a função constitucional de informar desses veículos, por vezes parecendo esquecer ou ignorar o interesse de proprietários de emissoras e de que seria preciso manter a audiência. De fato, boletins maiores poderiam ter efeito inverso do pretendido, afastando o interesse do telespectador, especialmente em função do ritmo dos trabalhos – por vezes um tanto lento – ou dos assuntos debatidos – que poderiam ser, aos olhos "comuns", menos chamativos do que as telenovelas do período.

Como serviço público, a radiodifusão é, no Brasil, atividade econômica em sentido amplo, de modo que, embora possa ser explorada pela iniciativa privada, ainda está sob o domínio do direito público e deve cumprir as finalidades previstas em lei, bem como prestar os seus serviços principais: informar, entreter e educar. Nem por isso, todavia, o Estado, personificado na vontade de um governante ou grupo de passagem, poderia se apropriar das estações, utilizando-as da maneira e nos horários que bem entendesse. Certo é que, assim como as empresas do setor precisavam do Estado para garantir as concessões, a infraestrutura e, não raro, até recursos por meio de publicidade e empréstimos, o próprio Estado necessitava das concessionárias para a prestação desse serviço público.

Não se julgará, no presente trabalho, como corretas ou erradas, as posições da Constituinte. Todavia, é preciso ressaltar que ambos os interesses precisariam ser acomodados.

3.2 O Perfil da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

É importante frisar, desde já, que a redação final do anteprojeto da Subcomissão não foi a mesma consagrada pela Constituição. Ocorreram diversas mudanças e embates ao longo do caminho. O presente tópico servirá para apresentar os membros da Subcomissão[198] e expor as reuniões e audiências públicas realizadas. Integraram a Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação um total de 21 (vinte e um) parlamentares, entre senadores e deputados, representando 6 (seis) partidos, notadamente, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Democrático Social (PDS), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido dos Trabalhadores (PT).

3.2.1 Os "PMDBs" e seus membros na Subcomissão

O PMDB era o partido com maior número de representantes na Constituinte, com 298 (duzentos e noventa e oito) parlamentares de um total de 559 (quinhentos e cinquenta e nove), mais da metade, portanto. Conforme Leôncio Rodrigues, o PMDB seria, "tomando como critério a importância eleitoral do partido e a distribuição de sua força nos Estados e Territórios, o único partido verdadeiramente nacional [...] (embora, proporcionalmente" fosse "mais forte

[198] Com a eleição dos parlamentares que viriam a compor a Assembleia Nacional Constituinte, algumas publicações surgiram no cenário nacional para tentar traçar um perfil ideológico de cada um dos representantes eleitos. O jornal Folha de São Paulo foi um desses veículos, ao editar a matéria "Os Eleitos – Quem é Quem na Constituinte", na qual classificava cada um dos parlamentares entre esquerda, direita, centro, centro direita e centro esquerda, sendo citada nos trabalhos que analisam a Constituinte. Todavia, pelo teor da publicação, não estava muito claro se a atribuição entre direta, esquerda ou centro foi feita pelo jornal ou se foi autoatribuição. Optamos por não utilizar esse material na análise, porquanto foram identificadas na pesquisa diversas inconsistências. Um exemplo disso, conforme será visto abaixo, vem do perfil do então deputado Mendes Ribeiro, identificado como centro-esquerda, a despeito de ter pertencido aos quadros da UDN e assumir posicionamentos destoantes de um perfil de esquerda. A reportagem, em determinado trecho, dava a entender que a definição havia sido influenciada pelos próprios parlamentares: "É claro que a classificação adotada pela Folha carrega uma inevitável dose de subjetividade, decorrente, em especial, do fato de que a grande maioria dos políticos atribui, a si própria, uma rotulagem ideológica que nem sempre corresponde àquela com a qual a opinião pública, de modo geral, a vê. Além disso, as constantes trocas de partidos e até de atitudes frente aos grandes temas políticos nacionais dificultam uma classificação mais rigorosa. De qualquer forma, a Folha preferiu correr o risco de imperfeições na classificação dos constituintes a permitir que eles próprios se autoatribuíssem o rótulo ideológico que imaginam carregar" (FOLHA DE SÃO PAULO. Os Eleitos: Quem é Quem na Constituinte. Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Especial, 19 jan. 1987, p. b6).
Há também a obra do Jornal da Tarde, muito citada por aqueles que estudam a Constituinte – RODRIGUES, Leôncio Martins. Quem é Quem na Constituinte. Uma análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987. Trata-se de livro com análise preliminar do perfil dos partidos e deputados que compuseram a Assembleia. O material é bastante útil para uma primeira impressão, especialmente, para analisar as migrações partidárias e se obter mais informações acerca de deputados menos conhecidos.

no Sul e Sudeste)"[199]. Rodrigues também demostra em seu trabalho que, a despeito de existirem 12 (doze) partidos representados na Constituinte, apenas seis deles teriam alguma expressão, notadamente PMDB, PFL, PDS, PDT, PTB e PT, uma vez que as agremiações contavam com um número bastante reduzido de integrantes[200].

Seguindo a lógica, poder-se-ia supor que os posicionamentos do PMDB como bloco fossem dominar e conduzir as votações e as pautas dos trabalhos, haja vista que o partido detinha mais de 50% dos votos na Subcomissão. Na prática, porém, havia bem menos unidade de pensamento no PMDB do que os números sugerem. É possível dizer que o PMDB era, na verdade, "vários PMDBs[201]", os quais representavam, na opinião de David Fleischer, 6 (seis) orientações distintas dentro do partido, sem, contudo, haver linha ideológica própria[202].

A fragmentação citada por Fleischer teria sido impulsionada por duas ondas distintas de penetração, entre os anos de 1979 a 1983 e em 1986, com o ingresso de diversas pessoas vindas de outras siglas, dentre elas ARENA e PDS, além de novos integrantes sem orientação política prévia. A elas se juntariam pessoas vindas do próprio MDB, inclusive do grupo mais "autêntico"[203]. Segundo Fleischer, os ingressos seguiram a seguinte genealogia: a) "ARENA-PDS-PMDB (penetrantes de última hora, em 1986)"[204], 30 (trinta) no total[205]; b) "ARENA-PMDB-PMDB (penetrantes de penúltima hora, em 1982)"[206], 42 (quarenta e dois) políticos[207]; c) "MDB-PMDB-PMDB (PMDB mais autêntico)"[208], com 137 (centro e trinta e sete) representantes; d) "Sem-PMDB-PMDB (militância a partir de 1982)"[209], totalizando 47 (quarenta e sete)[210]; e) "Outras sequências (incluem 10 via PDS em 1982)"[211], grupo formado por 14 (quatorze) membros[212]; e f) "Sem-Sem-PMDB (militância nova só em 1986)"[213], somando 28 (vinte e oito)[214].

---

[199] RODRIGUES, op. cit., p. 25 e 28.
[200] Ibid., p. 31.
[201] FLEISCHER, David. Perfil Sócio-Econômico e Político da Constituinte. In: GURAN, Milton (coord.). O Processo Constituinte 1987-1988: Documentação fotográfica a nova Constituição. Brasília: AGIL, 1988, p. 37.
[202] Ibid.
[203] Nesse ponto em específico não se está referindo ao grupo denominado "Autênticos do MDB".
[204] FLEISCHER, David. Perfil Sócio-Econômico e Político da Constituinte. In: GURAN, Milton (coord.). op. cit., p. 37.
[205] Ibid.
[206] Ibid.
[207] Ibid.
[208] Ibid.
[209] Ibid.
[210] Ibid.
[211] Ibid.
[212] Ibid.
[213] Ibid.
[214] Ibid.

Aos 6 (seis) PMDBs listados acima poderia ser agregado mais um: o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), o qual viria a ser formado oficialmente só em 1988, por dissidentes do PMDB, entre eles, Cristina Tavares, Mario Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Geraldo Alckmin, Koyu Iha, Pompeu de Souza, Artúr da Távola e Joaci Góes[215].

As divergências dentro do PMDB eram latentes e sentidas desde o início dos trabalhos da Constituinte, quando Luiz Henrique da Silveira, candidato de Ulysses Guimarães, foi derrotado por Mário Covas[216] na disputa pela liderança do partido no Congresso.

Dentre os membros do PMDB que integravam a Subcomissão, Cristina Tavares, que viria a ser designada Relatora, tinha um perfil mais alinhado às pautas da esquerda desenvolvimentista, conforme detalharemos melhor abaixo. Já José Carlos Martinez trazia uma bagagem distante de tais pautas. Ambos, a despeito de pertencerem ao "mesmo partido", carregavam opiniões políticas distintas e viriam, posteriormente, a rivalizar dentro da Subcomissão.

Com isso, vê-se que, ao avaliar o PMDB, não se verificava a mesma convergência de ideias que se encontrava no PFL ou PDS. Esses partidos tinham uma base (conservadora) mais sólida – a maioria dos membros havia passado pela ARENA, ou até pela antiga UDN, fato que levava a uma maior convergência política[217]. O sistema político nacional, portanto, embora

---

[215] Sobre a fundação do PSDB, ver: SANCHEZ, Raul Christiano. De Volta ao Começo! Raízes de um PSDB militante, que nasceu na oposição. São Paulo: Geração Editorial; Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003. O autor destaca que o PSDB foi formado por representantes vindos, em sua maior parte, do PMDB, por descontentamento com os rumos que esta legenda havia tomado, especialmente durante a Constituinte. Também havia parlamentares dissidentes do PFL – Afonso Arinos, Saulo Queiroz, Maria de Lourdes Abadia –, do PDT – Moema São Thiago e Jayme Santana –, do PSB – Beth Azize – e do PTB – Dirce Tutu (SANCHEZ, op. cit., p. 141-142). O partido foi formalmente constituído em 1988 (o registro definitivo apenas ocorreu em 1989). As movimentações e discussões para a sua formação, todavia, teriam, segundo o mesmo autor, se iniciado, pelo menos, desde 1987 – embora o desejo de Fernando Henrique Cardoso de formação de um partido fosse muito anterior à referida data. Ainda segundo Sanchez, o programa social provisório do novo partido "além de defender a justiça social, a distribuição de renda e a reforma agrária, [...] propunha o parlamentarismo como sistema de governo". O autor também afirma que os fundadores do PSDB teriam sido "unânimes" na afirmação de que o partido teria "espaço ideológico e doutrinário composto de quatro correntes: os liberais progressistas, os democratas-cristãos, os socialdemocratas e os socialistas democráticos." (SANCHEZ, Raul Christiano. De Volta ao Começo! Raízes de um PSDB militante, que nasceu na oposição. São Paulo: Geração Editorial; Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003, p. 138).

[216] João Gilberto Coelho expõe o conflito no PMDB para a definição da liderança da bancada. Conforme afirma o autor, das bancadas partidárias "organizadas sob lideranças, estas formadas por líder e vice-líderes conforme o número de constituintes de cada bancada, passou-se ao evento político de definir os líderes. A maioria dos partidos atribuiu a função de 'líder na Constituinte' para um de seus líderes na Câmara ou no Senado. No PMDB, no entanto, houve preferência pela escolha de uma liderança específica, o que motivou a disputa entre o Senador Mário Covas e o Deputado Luiz Henrique. A vitória do primeiro, contestando o comando partidário, tornou-se um fato político significativo para todo o processo." (COELHO, op. cit., p. 41). Adriano Pilatti acrescenta que Luiz Henrique era líder do PMDB na Câmara e, até então, Líder do partido na ANC, além de ser ligado a Ulysses Guimarães (PILATTI, op. cit., p. 53-54).

[217] Conforme David Fleischer, as bancadas do PFL e do PDS eram mais coerentes se comparadas à do PMDB. O PFL contava com 133 parlamentares no Congresso, dos quais 94 (noventa e quatro) políticos da egressos da sequência "ARENA-PDS-PFL, mais três da sequência ARENA-Outros-PFL, 18 da sequência Sem-PDS-PFL, e

contasse com um partido maior em relação aos demais, era na prática fragmentado, de modo que a dominância era por vezes aparente ou circunstancial.

3.2.1.1– CRISTINA TAVARES

Maria Teresa Cristina Tavares Correia, relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, tem biografia extensa e marcante. Na Câmara dos Deputados, exerceu três mandatos consecutivos como deputada federal, desde 1979 até 1991. Como ex-deputada, foi homenageada em 2016 com o lançamento de sua biografia para a coleção "Perfis Parlamentares"[218].

Nascida em Pernambuco, em 1936, vinha de família "culta, tradicional e influente[219]". O pai de Cristina era médico e dono de um estabelecimento de saúde, o qual foi, posteriormente, transformado no hotel "Tavares Correia", em Garanhuns, Pernambuco[220]. Cristina, assim como os irmãos, recebeu educação "refinada para os padrões da época"[221]: cursou a Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, com formação em "Línguas Neolatinas"[222].

A despeito de tal formação universitária, Cristina Tavares fez carreira no jornalismo antes de entrar para a política. Ainda em Pernambuco, atuou no "Jornal do Comércio". Em 1975, mudou-se para Brasília e, no dia seguinte à sua chegada, conseguiu emprego no "Jornal de Brasília" como jornalista política, cuja função seria a de setorista do MDB[223], cobrindo o dia a dia do partido no Congresso Nacional. Foi ao exercer tal trabalho que Cristina se aproximou de Ulysses Guimarães, tendo sido encorajada por este a disputar as eleições para deputada

finalmente 11 'anjinhos' da sequência Sem-Sem-PFL, totalizando 126 elementos mais confiáveis. Na sua bancada o PDS teve 31 elementos ARENA-PDS-PDS, seis SEM-PDS-PDS, e um solitário ARENA-PDT-PDS - dos três maiores partidos, a bancada mais 'confiável'." (FLEISCHER, David. Perfil Sócio-Econômico e Político da Constituinte. In: GURAN, Milton (coord.). O Processo Constituinte 1987-1988: Documentação fotográfica a nova Constituição. Brasília: AGIL, 1988, p. 31).

[218] CRUVINEL, Tereza. Cristina Tavares – Perfis Parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.

[219] CRUVINEL, op. cit., p. 17.

[220] CRUVINEL, op. cit., p. 17. O Hotel foi declarado Patrimônio Histórico do Estado de Pernambuco, conforme Decreto n. 48.740 de 28 de fevereiro de 2020 do Governo do Estado de Pernambuco. DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO. Estado de Pernambuco. Poder Executivo, 29 fev. 2020, p. 8.

[221] CRUVINEL, op. cit., p. 17.

[222] Ibid.

[223] Ibid., p. 29.

federal do ano de 1978[224]. Outro político que contribuiu e apoiou o ingresso de Cristina Tavares para a política teria sido Fernando Lyra[225], à época deputado pelo MDB[226].

Cristina Tavares foi eleita deputada em 1978, tendo recebido pouco mais de 22 (vinte e dois) mil votos no estado de Pernambuco[227]. Antes da eleição, Tavares publicou um livro para a campanha, contendo entrevistas que havia realizado ao longo de sua carreira como repórter e artigos seus em jornais[228]. Entre os entrevistados pela repórter Cristina estavam nomes como Dom Hélder Câmara, realizada para o Pasquim em 1970, Orestes Quércia, Ulysses Guimarães e Paulo Brossard. Além desses trabalhos, há, também, uma entrevista com o filósofo francês Jean Paul Sartre (1975) e um texto sobre ele (1973)[229]. Ali encontramos, ainda, uma entrevista com a filósofa francesa Simone de Beauvoir[230], ocorrida em dezembro de 1972. A entrevista com Dom Helder chama a atenção pelo período em que foi realizada, sob a vigência do AI-5 e forte repressão da ditadura, justamente quando parte dos membros da Igreja Católica também já sentia os efeitos da ditadura militar.

Embora tenha sido eleita Deputada Federal, Cristina Tavares não abandou totalmente o jornalismo. Em 1979, publicou, juntamente com Fernando Mendonça, um livro de entrevistas

---

[224] Conforme escreve Tereza Cruvinel, Cristina Tavares e Ulysses Guimarães criaram uma relação pessoal de amizade nas dezenas de viagens em que a então jornalista teria acompanhado o parlamentar, juntamente com repórteres de outros jornais, para realizar a cobertura política. Teria sido de Ulysses a sugestão para que Cristina Tavares disputasse as eleições de 1978 (CRUVINEL, op. cit., p. 29-30). Tal proximidade é observável, também, quando Ulysses Guimarães, por conta do falecimento de Cristina Tavares em 1992, publicou artigo no Correio Brasiliense, no qual, além de enaltecê-la, chamava-a por "irmã". Conforme GUTEMBERG, Luiz. Ulysses Guimarães – Perfis Parlamentares – Edição Comemorativa Centenário de nascimento. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016, p. 514.

[225] Conforme publicação do Senado Federal, Fernando Lyra pertencera, inicialmente, ao grupo dos chamados "autênticos" no MDB, tendo, posteriormente, aderido ao grupo dos "moderados". Também foi Ministro no Governo Sarney.

[226] No livro contando o "Perfil Parlamentar" de Tavares, há a informação de que Lyra teria apoiado a candidatura de Cristina a deputada federal porque ele próprio concorreria ao Senado nas eleições de 1978 (CRUVINEL, op. cit., p. 31-33). Todavia, conforme consta na biografia de Lyra, no site da Câmara dos Deputados, este foi reeleito em 1978 para o cargo de deputado federal, cf. CAMARA DOS DEPUTADOS. Fernando Lyra – Biografia. Brasília, DF. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/74418/biografia. Acesso em: 2 mai. 2022.

[227] CRUVINEL, Tereza. Cristina Tavares – Perfis Parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016, p. 31.

[228] CORREIA, Maria Cristina Tavares. Repórter. Edição da Autora, impressão Itinerário Ltda. Recife, Campanha eleitoral de 1978.

[229] O texto sobre Sartre continha comentários acerca da visita do filósofo e de Simone de Beauvoir a Portugal em 1973, trazendo os pensamentos do autor sobre as eleições que ocorreriam naquele país. Em especial, o texto trazia críticas de Sartre ao modelo de democracia fundamentada essencialmente no voto, especialmente porque, segundo citação atribuída ao autor, o voto não representaria em geral o que as pessoas pensavam. Ainda conforme o texto atribuído a Sartre, a expressão da vontade popular poderia ser encontrada, de fato, no interior das "assembleias de trabalho, nas fábricas, nas pequenas empresas onde se discute e se reflete em conjunto." (CORREIA, 1978, op. cit., p. 172). A segunda referência a Sartre no livro é uma entrevista de 6 de julho de 1975 para o Jornal do Comércio, intitulada "Liberdade e Democracia na opinião de Sartre", na qual Cristina Tavares questiona o filósofo acerca das eleições em Portugal e as posições assumidas por este sobre socialismo, liberdade, revolução, dentre outras (CORREIA, 1978, op. cit., p. 173-176).

[230] A pauta da entrevista com Simone de Beauvoir ficou em temas ligados ao movimento feminista, especialmente àqueles ligados à igualdade de direitos e oportunidades às mulheres. Discutiram-se, ainda, questões relacionadas ao aborto. A entrevista foi realizada em 4/12/1963, para o periódico Visão (CORREIA, 1978, op. cit., p. 161-164).

com Miguel Arraes – "Conversações com Arraes" – enquanto este ainda se encontrava no exílio[231]. Os temas abordados eram basicamente política e exílio, indo desde narrativas de períodos precedentes ao Golpe militar de 1964[232], até avaliações conjunturais da situação brasileira naquele momento. Cristina romperia relações com Arraes anos depois da entrevista[233].

Como deputada, Cristina Tavares manteve posições de esquerda, preocupando-se ainda com o desenvolvimento de setores estratégicos. Tinha um perfil bastante ativo e combativo. Nos quatro anos de seu primeiro mandato como Deputada, consta o registro, no site da Câmara dos Deputados, de 51 (cinquenta e uma) propostas de lei, propostas de resoluções ou pedidos de convocações de autoridades. Dentre as propostas de lei apresentadas pela parlamentar, destacamos: a) as destinadas ao jornalismo e trabalhadores locais, a saber, o Projeto n. 1.775/1979, o qual visava a proibir as agências noticiosas de fornecerem "notícias aos órgãos de comunicação social com sede no local do fato"[234], assim como o Projeto n. 6.603/1982, que

[231] Não conseguimos identificar se haveria algum outro motivo além do interesse jornalístico por trás da entrevista. A opinião dos entrevistadores não foi colocada em momento algum no texto. É possível que livro tenha tido, para cada um dos participantes, importância distinta: para Cristina Tavares, poderia reforçar a ideia de mulher forte e corajosa, que não temia o regime militar, nem eventuais consequências e perseguições. Também poderia servir para que esta ganhasse ainda mais notoriedade dentro do próprio MDB, especialmente com a ala mais à esquerda do partido, e para se aproximar de Arraes, figura de grande prestígio político em Pernambuco. Para Arraes, a entrevista e a carta que fora juntada no final do livro poderiam contribuir para o retorno à vida política nacional, e levando os eleitores de Pernambuco a se lembrarem da figura de seu ex-governador. Arraes seria eleito, em 1982, deputado federal por Pernambuco e, em 1986, governador do mesmo estado.

[232] Destacamos alguns pontos das entrevistas. Na passagem intitulada "GOULART, DE NOVO, RESISTÊNCIAS, O COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL", Arraes afirma que era, em 1964, uma das poucas pessoas que não acreditavam ser possível um golpe contra o ex-Presidente João Goulart. Ainda na mesma entrevista, o ex-governador pernambucano, quando indagado sobre o motivo de não ter havido resistência em seu estado, respondeu que não havia condições militares de Pernambuco ir contra o movimento armado de 1º de abril e que lutar naquelas condições "seria levar o povo a um massacre". Arraes teria afirmado na entrevista que, quando estivera no Rio de Janeiro e em Brasília, após o comício de 13 de março, constatara que haveria um "grave engano dos nossos aliados do Sul do País, quanto à situação militar." MENDONÇA/CORREIA, 1979, op. cit., p. 21-22). É possível que o "grave engano" mencionado por Arraes seja a respeito das "Ligas Camponesas", lideradas por Francisco Julião. Enquanto políticos como Jango e Brizola imaginavam que seria um movimento amplo e treinado, verificou-se que seria o oposto disso (conforme trecho destacado da biografia de João Goulart, escrita por Jorge Ferreira – cf. FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, em especial, as passagens das páginas 311-312 e 500).

[233] Na biografia da Deputada editada pela Câmara, há a informação de que Cristina teria rompido relações com Arraes após desentendimentos nas eleições de 1989. Consta, na mesma obra, que Cristina teria proferido a frase "meu câncer tem nome", em referência a Arraes, e que familiares de Tavares não teriam permitido a participação dele no velório de Cristina, em 1992 – cf. CRUVINEL, Tereza. Cristina Tavares – Perfis Parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016, p. 53.

[234] Tal projeto se destinava a impedir que as agências noticiosas fornecessem informações aos centros de comunicação locais de onde os fatos ocorressem. Com tal medida, justificava Cristina, a lei estaria, não só resguardando o mercado de trabalho local, mas também garantindo a fidedignidade das informações destinadas ao público. O projeto recebeu relatório favorável da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, e segundo o parecer do Relator do Projeto, Luiz Leal, "A proposição, se aprovada, promoveria a repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados e o aumento arbitrário dos lucros, porque, sufocados pela atuação de grandes e tentaculosas agências de notícias, os pequenos órgãos restariam inermes e seriam facilmente dominados". Tal proposta, contudo, não foi convertida em lei – BRASIL. Projeto de Lei n. 1.775 de 1979. Brasília: Câmara dos Deputados.

visava a instituir o Seguro Desemprego[235]; b) as que defendiam a igualdade de gênero, vide o Projeto de Resolução n. 199 de 1981, que visava a alterar o artigo n. 92 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para que, ao falar, o deputado ou deputada dirigisse a palavrava aos demais saudando-os com "senhor presidente, senhores e senhoras deputados[236]", bem como o Projeto n. 6.023/1982, que propunha alterações no Código Civil para resguardar a igualdade de condições e gestão doméstica entre homens e mulheres nas situações familiares[237] – uma vez que o Código Civil de 1916, em vigor na ocasião, continha uma série de artigos que colocavam o marido como *chefe de família* em condições de gerência integral da casa e seus negócios, inclusive, das finanças suas e da esposa[238]; c) as destinadas à promoção do direito à

[235] Este projeto, conforme consta na tramitação da Câmara dos Deputados, foi apensado a outro que já tramitava na referida casa legislativa, notadamente o Projeto n. 2.273/1979. A respeito do projeto proposto por Tavares, chama a atenção a justificativa. Nesta, a deputada fundamenta que desemprego e inflação seriam dois "fantasmas" a traumatizar o povo brasileiro. A experiência internacional, prosseguia a parlamentar, dava mostras de que a desordem social poderia trazer consequências ruins, citando como exemplo a Alemanha de Weimar, em que tal situação teria facilitado a ascensão do nazismo. Ainda justificando tal projeto, a deputada tratava da lógica capitalista de obtenção de lucros e do cenário de recessão por que passava o país na ocasião, que teria, como primeira e principal afetada, a classe operária. O desemprego seria, na visão da deputada, problema estrutural da economia nacional, que somente poderia ser resolvido através de "profundas reformas estruturais" e com a adoção de medidas enérgicas por parte do governo (o pleno emprego, nos dizeres da deputada, seria "meta fundamental de segurança nacional"), com modificação da legislação corporativa, que regulava a atuação sindical, para propiciar a efetiva participação dos trabalhadores (nesse ponto, a deputada utilizava como exemplo de sucesso a adoção de Conselhos de Trabalhadores de Empresa do direito alemão). Ao propor a criação do seguro-desemprego, a parlamentar informava que tinha como modelo o Instituto Federal do Trabalho, existente na Alemanha (reaberto após a Segunda Guerra Mundial), o qual seria "um órgão de direito público, autônomo em relação ao governo, com representação partidária, dos empregados e empregadores e dos governos estadual e municipal, com funções específicas de estudo e da problemática". Por fim, a deputada concluía a justificativa afirmando que "[...] acima da chamada 'LIVRE INICIATIVA', esta é uma Lei da JUSTIÇA natural, mais elevada e mais antiga segundo a qual o ESTADO, não se pode deixar de assegurar a seus cidadãos uma subsistência sóbria e honrada". Nesse sentido, ver: BRASIL. Projeto de Lei n. 6.603/1982. Ementa: "Institui o seguro-desemprego, cria o Instituto Nacional do Trabalho e dá outras providências". Brasília: Câmara dos Deputados, 10 set. 1982.

[236] O projeto, segundo Cristina, visava a marcar a participação feminina na vida da nação. A parlamentar destacava que era fato notório a "discriminação sofrida pela mulher em todo o mundo". E, no seu entender, a proposta por ela apresentada teria o poder de demonstrar a importância que a Câmara dos Deputados delega "a sua minoritária representação feminina, fazendo incluir no início dos discursos a expressão "Senhoras Deputadas", e rejeitando a praxe do masculino no plural" (BRASIL. Projeto de Resolução n. 199. Brasília: Câmara dos Deputados, 1981). De acordo com Cruvinel, em que pese a proposta ter sido rejeitada, passou a ser a praxe, na Câmara dos Deputados, o tratamento mais respeitoso às mulheres (CRUVINEL, Tereza. Cristina Tavares – Perfis Parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016, p. 65-66).

[237] A proposta pretendia alterar diversos artigos do antigo Código Civil para eliminar discriminações contra as mulheres. Dentre as modificações previstas, estava a do artigo 233, que passaria a definir a mulher como chefe da família, não apenas o marido. Conforme justificava a parlamentar na exposição de motivos, a família seria vista como uma unidade na qual a mulher não estaria mais submetida à chefia masculina. O projeto também trazia alterações no sentido de que homem e mulher estariam em igualdade de condições e direitos de colher os frutos de seus bens e rendas. Outros dispositivos que colocassem a virgindade feminina como condição essencial também eram alvo do projeto. Em suma, pretendia-se dar alguns passos em direção à igualdade de gênero no país, em momento em que já se discutia um projeto de Novo Código Civil – BRASIL. Projeto de Lei n. 6.023/1982. Brasília: Câmara dos Deputados.

[238] A maior parte das modificações propostas na ocasião por Tavares vieram consolidadas no Código Civil de 2002, Lei n. 10.406/2002.

informação[239], como o Projeto n. 2.796/1980, que poderia ser visto como uma espécie de precedente do Habeas Data hoje previsto na Constituição Federal.

Dentre as requisições propostas por Cristina, chamamos a atenção para as de n. 28/1979 e 199/1982, que buscavam dados acerca de contratos de publicidade das empresas da administração direta ou indireta da União[240], bem como sobre os gastos de publicidade da União[241].

Na biografia de Cruvinel, Cristina é apresentada como católica – combinando tal influência com elementos do marxismo[242] – todavia, como deputada, defendeu posições favoráveis à descriminalização do abortamento[243]. Em 1983, chegou a apresentar projeto de lei visando a modificar o Código Penal, para que o abortamento realizados por médico deixasse de ser considerado crime em determinadas fases da gestação e circunstâncias – em especial, quando a gestação trouxesse risco à vida ou à saúde física ou psíquica da mãe; se a gravidez estivesse relacionada à prática de crime contra os costumes; quando por doença grave e hereditária dos pais, física ou mental, pudesse ser possível prever que o nascituro nasceria com tal moléstia ou viesse a desenvolvê-la, ou em caso de comprometimento da saúde deste por algum acidente ou intoxicação sofrido pela gestante; e quando as condições econômicas familiares da gestante não permitissem o prosseguimento da gravidez ou não pudessem prover no futuro as necessidades alimentares da criança sem a privação indispensável à própria subsistência[244]. A proposta não foi convertida em lei, tendo recebido parecer contrário à sua

---

[239] Projeto de autoria da Deputada, de n. 2.796/1980, buscava assegurar ao cidadão o direito de "acesso as informações sobre sua pessoa constantes de bancos de dados". No mesmo projeto também havia artigo garantindo que "nenhuma decisão da justiça que implique apreciação do comportamento do cidadão" poderia ter "por fundamento informações prestadas pelos bancos de dados" (art. 2º) – BRASIL. Projeto de Lei n. 2.796/1980. Brasília: Câmara dos Deputados.

[240] Nesse sentido, ver Requerimento de Convocação n. 28/1979 – Ementa: "SOLICITA, NOS TERMOS DO ARTIGO 130, PARAGRAFO SÉTIMO, DO REGIMENTO INTERNO, SEJA SUBMETIDO AO PLENÁRIO REQUERIMENTO DE SUA AUTORIA, SOBRE EM QUANTO IMPORTA A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO EM EMPRESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA QUE MANTEM CONTRATOS DE PROPAGANDA OU PUBLICIDADE." (BRASIL. Requerimento de Convocação n. 28/1979. Brasília: Câmara dos Deputados).

[241] Ver Requerimento de Convocação n. 199/1982 – Ementa: "SOLICITA INFORMAÇÕES AO PODER EXECUTIVO SOBRE DESPESAS DA UNIÃO COM PUBLICIDADE." (BRASIL. Requerimento de Convocação n. 199/1982. Brasília: Câmara dos Deputados, 10 nov. 1982).

[242] Mais especificamente, nas palavras Cruvinel, Cristina Tavares: "No campo das ideologias, filiava-se à esquerda democrática, à tradição socialista de transformação social pela via pacífica e eleitoral. Portadora de uma formação humanista clássica, combinava fundamentos teóricos do marxismo com uma forte influência da Igreja Católica em sua vertente progressista, seguidora da Teologia da Libertação" (CRUVINEL, Tereza. Cristina Tavares – Perfis Parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016, p. 18).

[243] Utilizamos o termo "abortamento" porque é como consta no projeto apresentado por Cristina, a qual, inclusive, diferencia o abortamento, processo realizado voluntariamente, do aborto, o qual seria involuntário.

[244] Cristina justificava seu projeto com vários argumentos. Primeiro, dizia que estaria na direção de legislações modernas dos países com elevada cultura jurídica. Na sequência, explicava a origem de determinadas posições, pretendendo pôr fim à indústria clandestina do aborto. No final, defendia que o que se tinha em mãos não seria um

aprovação pelo relator da matéria[245]. Foram também recebidas cartas de diversos setores da sociedade a favor e contra a proposta[246]. Posteriormente, foi rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça.

No curso de sua atuação, Cristina Tavares passou a interessar-se pelo desenvolvimento da informática, matéria que enxergava como ponto decisivo para o futuro do país. Nessa área, defendia posições nacionalistas de proteção ao mercado interno, para que este pudesse se desenvolver tanto quanto o mercado estrangeiro. Cristina fazia críticas ao "lobby" da indústria estrangeira e pregava que seria preciso investimento estatal em pesquisa para que a informática pudesse se desenvolver satisfatoriamente no país, sem ser uma mera cópia do que se fazia no exterior.

A comunicação, área sobre a qual detinha conhecimentos também como jornalista, foi tema frequente na atuação parlamentar de Cristina. Havia, em suas posições, a preocupação com a democratização do setor. Nesse ponto em especial, além das influências acadêmicas listadas por Cruvinel, talvez outros autores a tenham inspirado. Em pronunciamento em plenário, em 12 de maio de 1989, relatando supostas denúncias em licitação de um satélite, Cristina dizia que o Ministério das Comunicações talvez estivesse favorecendo uma empresa estrangeira, que seria sócia de empresa ligada à Roberto Marinho. Seria notório, segundo a deputada, que a TV-Globo estaria transformando "este País em uma aldeia Global". E que também seria notório que a mesma emissora, por meio de suas concessionárias, estaria transformando "este país em pequenos negócios do Dr. Roberto Marinho"[247].

"projeto a favor do aborto, mas um projeto contra o farisaísmo vigente, contra uma legislação ultrapassada e draconiana, atento ao processo de mudança social" (BRASIL. Projeto 590/1983. Ementa: Dá nova redação ao art. 128 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), dispondo sobre o aborto praticado por médico. Brasília: Câmara dos Deputados, 25 abr. 1983, p. 5-6).

[245] O projeto de Cristina foi relatado em conjunto com outro de temática semelhante, de autoria do Deputado Denisar Arneiro (Projeto n. 1.651/83), tendo ambos recebido parecer pela rejeição integral. A respeito da relatoria, chamou-nos atenção a erudição e diversidade de argumentos utilizados para sugerir que os projetos não fossem adiante. O Relator, deputado Hamilton Xavier, começou mencionando passagens bíblicas e direito canônico, dando a impressão de que seguiria linha religiosa para fundamentar seu posicionamento. Na sequência, todavia, trouxe legislação de diversos países, além de posicionamentos científicos e jurídicos, tendo, inclusive, rebatido a passagem da justificativa do projeto apresentado por Tavares, em que ela dizia que a legislação nacional seria "draconiana", afirmando que a legislação nacional não era comparável à elaborada por Drácon (cf. BRASIL. Projeto 590/1983. Ementa: Dá nova redação ao art. 128 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), dispondo sobre o aborto praticado por médico. Brasília: Câmara dos Deputados, 24 abr. 1983, p. 9-26).

[246] O único posicionamento favorável à proposta (e externo à Câmara dos Deputados) foi de um grupo de vereadoras e vereadores de São Paulo, que, por iniciativa da Vereadora Ida Maria, enviou a Moção n. 59/1983. Os adversários da proposta, por sua vez, eram numerosos – havendo-se manifestado a Comunidade Batista do Garaú, em Jacupiranga, que enviou duas manifestações, a "Associação dos Moradores Amigos do Garaú" e a "Igreja Batista do Garaú", além da Loja Maçônica "Fraternidade Conquistense" da Bahia (cf.: BRASIL. Projeto 590/1983. Ementa: Dá nova redação ao art. 128 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), dispondo sobre o aborto praticado por médico. Brasília: Câmara dos Deputados, 24 abr. 1983).

[247] TAVARES, Cristina Corrêa. Diário do Congresso Nacional – Comunicação das Lideranças. Sessão I. Brasília, Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional, Brasília, 13 mai. 1989, p. 3389.

A referência à "aldeia global" pode ser o indicativo da influência do escritor canadense Herbert Marshall McLuhan. A expressão é associada ao escritor, que afirma que os meios de comunicação de massa estariam encurtando distâncias a tal ponto de transformar todo o globo numa espécie de aldeia, em que a comunicação percorreria rapidamente[248].

Embora a ideia de aldeia global, como pensada por McLuhan, não se encaixasse tão bem ao caso descrito pela deputada, outras ideias do mesmo autor, como a preocupação com a concentração dos veículos de comunicação de massa nas mãos de poucas pessoas, são observáveis durante a atuação de Cristina. De todo modo, a utilização da expressão "aldeia global" pode revelar, pelo menos, o conhecimento do autor e suas ideias.

Na defesa de suas posições e opiniões, Cristina mantinha postura combativa – como faria como relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia. Além disso, não fazia rodeios, nem utilizava muitas mesuras para falar algo ou criticar quando discordava das ideias, mantendo perfil um tanto distinto dos demais políticos.

Além dos livros citados acima, constam como publicações da deputada, ou com a participação desta, as obras: a) "Onde está meu filho", publicação conjunta de diversos autores, que retrata o desaparecimento de um estudante e preso político na Ditadura; e b) "Última Célula", livro no qual Cristina relata a sua batalha contra a doença que lhe tiraria a vida em 1992: o câncer. Nesta última, há relatos da própria deputada de suas idas aos Estados Unidos para tentar se curar.

Cristina conviveu com o câncer, entre idas e vindas e em locais distintos de seu corpo, desde o final do seu segundo mandato como deputada. Em 1986, disputou as eleições tendo acabado de tratar um primeiro câncer. Durante a sua atuação na Constituinte, no segundo semestre de 1987, Cristina descobriu-se novamente com a doença, dessa vez atingindo o seu fêmur. Com isso, a atuação de Tavares na Constituinte foi parcialmente comprometida, porquanto ela foi aos Estados Unidos em busca de tratamento.

[248] McLUHAN, Marshall. The Gutenberg Galaxy: the Making of Typographic Man. London: Compton Printing LTD, 1967, p. 33 e seguintes.

3.2.1.2 ALOÍSIO VASCONCELOS

Aloísio Vasconcelos foi eleito para a Constituinte pelo Estado de Minas Gerais. Seu pai era agrônomo[249] e Aloísio cursou o ensino secundário em Belo Horizonte[250]. Segundo as fontes consultadas, Aloísio tinha familiares com experiência política – dois tios seus foram parlamentares: Geraldo Vasconcelos, que exerceu mandato como Deputado Federal entre 1953 e 1959, pelo PSD[251], e Fábio Vasconcelos, que foi Deputado Estadual em Minas Gerais[252].

Em meados da década de 1960, Vasconcelos formou-se em Engenharia Mecânica, por aquela que é hoje a Universidade Federal de Minas Gerais. Ainda enquanto graduando, teria se filiado ao PSD e posteriormente militado no MDB[253]. Em 1965, foi trabalhar nas Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG). Consta do verbete no CPDOC que este teria completado sua formação "na Universidade de Pádua, Itália, e em Charleston, Estados Unidos[254]". Na década de 1970, Vasconcelos deixou a empresa estatal mineira para ingressar na Brown Boveri Company[255].

Antes das eleições para a Constituinte, Aloísio foi presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros, da Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução de Prédios Escolares (CARPE MG), da Secretaria de Educação de Minas Gerais entre 1983 e 1986, do governo de Tancredo Neves em Minas Gerais[256].

Na curta biografia de Aloísio escrita por Leôncio Rodrigues, há a informação de que o político também seria empresário, embora não se especifique qual seria a empresa ou o ramo. A mesma obra apresenta alguns posicionamentos políticos de Aloísio, como a defesa deste de "uma economia predominantemente de mercado, com a menor participação possível do Estado", e da "entrada do capital estrangeiro apenas nos setores onde o capital nacional não

[249] Não conseguimos encontrar muitos registros acerca da importância do pai de Aloísio, mas é preciso pontuar que no município de Santa Cruz do Escalvado há um clube com o nome do seu pai.
[250] COSTA, Marcelo; BARROS, Rogério de; BRANDI, Paulo. Aluísio [sic] Vasconcelos. Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aluisio-marcos-vasconcelos-novais. Acesso em: 9 jun. 2023. Destacamos que, no Verbete do CPDOC, o nome do parlamentar aparece grafado como "Aluísio" com "u". Acreditamos se tratar de algum erro de digitação, porquanto em todas as demais referências com o nome do político a escrita encontrada é Aloísio, com "o".
[251] Ibidem.
[252] Ibidem.
[253] Ibidem; RODRIGUES, Leôncio Martins. Quem é Quem na Constituinte. Uma análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987, p. 269.
[254] COSTA, Marcelo; BARROS, Rogério de; BRANDI, Paulo, op. cit..
[255] Ibidem.
[256] Ibidem; RODRIGUES, Leôncio Martins. Quem é Quem na Constituinte. Uma análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987, p. 269.

tivesse condições de penetrar". Considerava "necessária a reforma agrária, mas limitada às propriedades não produtivas"[257].

3.2.1.3 ANTÔNIO GASPAR

Antônio Pinheiro Gaspar (Gaspar Viana) não tinha experiência na política[258] antes da Constituinte. Foi eleito Deputado Federal, no pleito de 1986, pelo PMDB, com pouco mais de 24 (vinte e quatro) mil votos, pelo estado do Maranhão[259].

Gaspar graduou-se em Farmácia e Bioquímica e fez pós-graduação em Bioquímica, na Universidade Federal do Ceará, em 1984[260]. No Verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, do CPDOC, informa-se que Antônio Gaspar atuou como Professor Universitário da Universidade Federal do Maranhão e empresário do ramo farmacêutico[261]. Ainda conforme o CPDOC, Gaspar migrou para o PSDB, sigla pela qual disputou a reeleição, sem sucesso, em 1990. Segundo a mesma fonte, na Constituinte, o político votou favoravelmente à

> limitação do direito de propriedade privada, da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, da unicidade sindical, da soberania popular, do voto aos 16 anos, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da proibição do comércio de sangue, da limitação dos encargos da dívida externa, da desapropriação da propriedade produtiva e do mandato de cinco anos para o então presidente da República José Sarney. Votou contra a pena de morte e o presidencialismo. Após a promulgação da nova Carta em 5 de outubro de 1988, passou a exercer somente o seu mandato ordinário[262].

---

[257] RODRIGUES, Leôncio Martins. Quem é Quem na Constituinte. Uma análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987, p. 269.

[258] No verbete dedicado ao político do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, do CPDOC/FGV, há a informação de a iniciação política de Gaspar teria começado durante o período em que cursou farmácia e bioquímica, entre 1962 a 1964, na Faculdade de Farmácia e Bioquímica de São Luíz do Maranhão. Nesse período, Gaspar haveria "participado ativamente do movimento estudantil, tendo sido inclusive presidente da União Maranhense de Estudante Secundaristas". CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Antônio Pinheiro Gaspar. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-pinheiro-gaspar. Acesso em: 17 ago. 2022. Embora a atuação em movimento estudantil possa mesmo ser política, iremos considerar experiência apenas a eleição para algum cargo do Poder Executivo ou Legislativo, em nível municipal, estadual ou federal.

[259] Conforme verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Gaspar ingressou diretamente no PMDB, sendo a sigla o primeiro partido do político (Ibidem). Ver também CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1987, op. cit., p. 122.

[260] Ibid.

[261] Ibid.

[262] CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Antônio Pinheiro Gaspar. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-pinheiro-gaspar. Acesso em: 17 ago. 2022.

Há, ainda, outra informação relevante acerca de Gaspar: a de que o político teria sido sócio da Rádio e TV Maracu, no município de Viana, no Maranhão[263].

3.2.1.4- FERNANDO CUNHA JUNIOR

Político com passagem pelo extinto PSD do ex-Presidente Juscelino Kubistchek e integrante do grupo dos "autênticos" do MDB, Fernando Cunha tinha ampla experiência política antes da Constituinte – tendo sido eleito Deputado Federal de forma consecutiva desde 1970. Com legislaturas pelo MDB (1970 a 1982) e outra pelo PMDB (1982-1986), Fernando Cunha iniciava, com a Constituinte, o seu quinto mandato como representante goiano na Câmara dos Deputados.

O político nasceu em Goiás, em 1935, na cidade de Itumbiara, que faz divisa com Minas Gerais. Durante a infância, Fernando Cunha morou em diversas localidades de Goiás, em função da profissão exercida pelo pai: coletor estadual[264]. Com apenas 8 (oito) anos de idade, seu pai adoeceu, tendo ficado, na expressão utilizada pelo próprio político, "semi-inválido[265]", fato que mudou radicalmente a vida financeira da família[266]. Por não haver garantias na legislação estadual à situação que este se encontrava, a mãe e os irmãos mais velhos de Fernando Cunha tiveram que buscar trabalho para prover o sustento da casa. Embora ainda criança, Cunha passou a vender "no tabuleiro" os salgados que sua mãe fazia[267]. Mais tarde, aos 15 (quinze) anos, Fernando mudou-se para o Rio de Janeiro – cidade em que um de seus irmãos estava residindo – e lá exerceu função de auxiliar de escritório[268]. Posteriormente, o

[263] Ibid. Embora não seja uma fonte confiável, há a informação, na página acerca da emissora na Wikipédia, de que Antônio Gaspar teria seria o proprietário desta. A publicação traz como fontes uma suposta matéria do Jornal Correio Brasiliense datada de 1997, a qual não localizamos, e uma publicação, referenciado a mesma matéria, no portal "Observatório da Imprensa". Neste último, diz-se que Antônio Gaspar tentava se desfazer da emissora, por supostamente entender que esta não lhe seria mais útil. Tivemos a oportunidade de entrevistar o ex político para um projeto paralelo, desenvolvido em conjunto com Marcus Vinícius Bastos, ocasião em que o Dr. Antônio Gaspar afirmou que grupo ligado a ele teria sido proprietário de uma emissora de rádio, sem aprofundar o assunto.
[264] Tal cargo seria, nos dizeres do próprio Fernando Cunha, "uma espécie de representante do Governo estado no município". Conforme entrevista atribuída a Fernando Cunha contida em NADER, Ana Beatriz. Autênticos do MDB, Semeadores da Democracia: história oral de vida política. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998, p. 91. No mesmo sentido, ver ARIOZA, Moisés. Fernando Cunha. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-cunha-junior. Acesso em: 17 ago. 2022.
[265] NADER, Ana Beatriz. Autênticos do MDB, Semeadores da Democracia: história oral de vida política. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998, p. 91.
[266] Ibidem.
[267] NADER, Ana Beatriz. Autênticos do MDB, Semeadores da Democracia: história oral de vida política. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998, p. 91.
[268] Ibidem.

futuro político mudou-se para São Paulo, onde trabalhou em uma gráfica e depois na multinacional Sidney Ross Company[269].

Após ter retornado a Goiás, Cunha formou-se em Direito, naquela que hoje é a Universidade Federal de Goiás[270], em 1960. A formatura do curso naquele ano não foi algo trivial para a cidade de Goiânia, tendo o evento despertado atenções políticas pelo convite a Fidel Castro para ser o paraninfo da turma[271].

Após a formatura, Cunha iniciou sua trajetória política colaborando na gestão do então governador de Goiás, Mauro Borges, no início da década de 1960, como responsável pela fundação e primeiro superintendente do Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado de Goiás, em 1963[272].

Com o início da Ditadura Militar, Fernando Cunha direcionou a sua atuação para a advocacia, como defensor de presos políticos[273]. A atividade rendeu-lhe alguns transtornos, como o de ter sido preso em alguns episódios e liberado, na sequência. Manteve essa função até 1970, quando ingressou no MDB e disputou, pela primeira vez, o cargo de Deputado Federal[274]. Eleito, o político integrou o grupo dos "Autênticos" do MDB[275], tendo direcionado sua atuação para o término do regime e o retorno à democracia[276].

Constam do arquivo da Câmara dos Deputados um total de 93 (noventa e três) propostas (de leis, requerimentos etc.) em nome de Cunha, apresentadas entre o seu primeiro mandato até 1988, nos temas mais variados.

---

[269] Ibid.

[270] Conforme Verbete do CPDOC, Fernando Cunha estudou naquela que é hoje a Universidade Federal de Goiás – na época de seu ingresso, ela tinha outro nome e não era uma universidade federal. Na entrevista concedida à Ana Beatriz Nader, o político destacou ter sido uma das lideranças do movimento estudantil que batalhou para a implantação de uma Universidade Federal em Goiás (NADER, op. cit., págs. 92-93) – dado corroborado pela publicação a seu respeito no CPDOC.

[271] Conforme exposto por Fernando Cunha na entrevista à Ana Beatriz Nader, nem todos ficaram particularmente felizes com a possibilidade de vinda do líder cubano para tal celebração. O bispo de Goiás, o Diretor da Faculdade e o Embaixador dos Estados Unidos teriam sido algumas das autoridades que criticaram o convite (NADER, op. cit., p. 93); A despeito de ter aceitado o convite, Fernando Cunha informa que o líder cubano não pôde comparecer, tendo enviado, como representante, Rolan Cuberras, o qual teria sido preso posteriormente em Cuba por pertencer a uma ala mais radical (ibidem).

[272] Ibidem; Trata-se de uma autarquia do Estado de Goiás, criada por meio da Lei Estadual n. 4.034, de 6 de julho de 1962, com a finalidade de divulgação, pelo rádio, em jornal e televisão de atos e assuntos oficiais de interesse público (art. 1º). GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Lei nº 4.034, de 6 de julho de 1962. Cria o Consórcio de Emprêsas de Radiodifusão e Notícias do Estado (CERNE) e dá outras providências. Goiás, GO, 25 jul. 1962. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/94075/lei-4034. Acesso em: 17 ago. 2022.

[273] ARIOZA, Moisés. Fernando Cunha. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-cunha-junior. Acesso em: 17 ago. 2022.

[274] Ibid.

[275] Grupo que fez oposição mais dura ao regime militar.

[276] NADER, Ana Beatriz. Autênticos do MDB, Semeadores da Democracia: história oral de vida política. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.

Dentre os projetos apresentados, destacamos o Projeto de Lei n. 1.501/1973[277], que visava a assegurar às empregadas domésticas o direito a aposentadoria integral: a) ao completarem 25 (vinte e cinco) anos de serviço; ou b) atingirem 50 (cinquenta) anos de idade. Na justificativa do projeto, Fernando Cunha criticava o fato de a Lei n. 5.859/72 não ter assegurado tal direito a essa categoria, ao mesmo tempo em que destacava a importância do serviço doméstico. Também afirmava que o serviço doméstico, geralmente, era desempenhado sem limite de horário, sem direito à folga semanal ou férias, fato que tornaria tal função muito mais desgastante do que as demais atividades – o que justificaria, portanto, a antecipação dos benefícios previdenciários a tal categoria profissional. O projeto foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça, por suposta ofensa ao parágrafo único do artigo 165 da Constituição vigente. Proposta similar, de n. 1.313[278], foi apresentada pelo parlamentar na legislatura seguinte, no ano de 1975 – e também foi rejeitada.

Outro tema recorrente da atuação parlamentar de Fernando Cunha era a energia nuclear. O deputado fazia oposição ao programa nuclear brasileiro, tendo proposto o Projeto de Lei n. 405, de 16 de abril de 1979, sugerindo a realização de plebiscito para decidir sobre o prosseguimento ou não de tal programa[279]. Além disso, requereu informações, em 4 de abril de 1979, ao Ministro de Minas e Energia, sobre a posição do governo acerca do tema e da alegada "ameaça latente de as usinas ceifarem vidas humanas[280]". Sobre o assunto, escreveu dois livros, contendo os discursos e projetos em que fazia críticas à energia nuclear, notadamente "Programa Nuclear: o crime do século", publicado em 1980, e "Programa Nuclear I e II: o crime do século", em 1986.

---

[277] Para acesso à íntegra do projeto (contendo a justificativa), ver: BRASIL. Projeto de Lei nº 1.501, de 18 de setembro de 1973. Dispõe sobre a aposentadoria da empregada doméstica e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1189203&filename=Dossie+-PL+1501/1973. Acesso em: 18 ago. 2022.

[278] BRASIL. Projeto de Lei n. 1.313, de 21 de outubro de 1975. Introduz alterações na Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que estendeu os benefícios e serviços de previdência social aos empregados domésticos. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1186830&filename=Dossie+-PL+1314/1975. Acesso em: 18 ago. 2022.

[279] BRASIL. Projeto de Lei n. 405, de 16 de abril de 1979. Dispõe sobre a realização de plebiscito para que o Povo decida a respeito de prosseguimento do PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO ou seu arquivamento, e determina outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1181863&filename=Dossie+-PL+405/1979. Acesso em: 18 ago. 2022.

[280] BRASIL. Requerimento de Informações n. 16 de 4 de abril de 1979. Solicita seja convocado o senhor Ministro das Minas e Energia, a fim de prestar informações sobre a atual posição do governo relativamente ao programa nuclear brasileiro, em face da ameaça latente de as usinas ceifarem vidas humanas. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=246991. Acesso em: 18 ago. 2022.

Acerca da comunicação social, objeto central do presente trabalho, Fernando Cunha apresentou os Projetos de Lei n. 450, de 1971, que visava a reestabelecer o abatimento de 50% nas passagens aéreas para jornalistas em serviço (proposta recusada)[281]; e n. 457, de 1971, o qual obrigava as empresas de televisão a dedicarem, pelo menos, meia hora semanal à promoção e divulgação de livros didáticos, técnico-científicos ou literários – este último foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas arquivado no Senado Federal[282]. Além disso, fez requerimento de informações ao Ministério de Telecomunicações, em 5 de março de 1985, "sobre os critérios adotados para a distribuição de canais de radiodifusão"[283].

Dos discursos do deputado, destacamos o pronunciamento proferido por Fernando Cunha em 5 de dezembro de 1984[284], denunciando que o "inventário do fim do governo", em referência ao governo de Figueiredo, seria a suposta "corrupção deslavada" que deveria ser punida[285]. Após citar medidas do então governante que trariam impacto e, na opinião do deputado, objetivavam colocar "todos os empecilhos possíveis para o próximo presidente[286]", Cunha abordou os fatos envolvendo as concessões de rádio e televisão feitas por Figueiredo nos últimos dias de seu mandato. O então deputado se referiu às concessões como uma espécie de "liquidação de fim estação" e afirmou que teriam sido distribuídas centenas delas aos grupos políticos de Paulo Maluf, que supostamente se organizavam em cada estado e cada município para receber as "benesses do poder"[287]. O objetivo do Ministério das Comunicações ao dar tais concessões, prosseguia Cunha, seria o de impedir o novo governo – que se imaginava fosse ser chefiado por Tancredo Neves – de estabelecer uma "política honesta e justa para o setor, não ficando o problema adstrito aos podres dos grupos e setores políticos que atuam no ramo"[288]. Fernando Cunha também atribuía a tais concessões a finalidade de dar poder de comunicação ao grupo malufista, para que este sobrevivesse após a derrota nas eleições. A comunicação

[281] BRASIL. Projeto de Lei n. 405, de 9 de novembro de 1979. Restabelece o abatimento de cinquenta por cento nas passagens aéreas para jornalistas, desde que viajem no exercício da profissão, e determina outras providencias. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=177107. Acesso em: 18 ago. 2022.
[282] BRASIL. Projeto de Lei n. 457, de 3 de novembro 1971. Dispõe sobre a Divulgação do Livro Pela Televisão e dá Outras Providências. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=177220. Acesso em: 18 ago. 2022.
[283] BRASIL. Requerimento de Convocação n. 306 de 5 de março de 1985. Solicita Informações ao Ministério das Comunicações Sobre Critérios Adotados Para Distribuição de Canais de Radiodifusão. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=248038. Acesso em: 18 ago. 2022.
[284] CUNHA JUNIOR, Fernando. Pronuncia o Seguinte Discurso. Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional n. 159. Brasília, 5 dez. 1984, p. 15981.
[285] Ibid.
[286] Ibid.
[287] Ibid.
[288] Ibid.

concluía com a reprodução de um pedido de informação e providências ao Presidente da República.

Fernando Cunha atuou na Constituinte até 1988, quando solicitou afastamento para exercer cargo administrativo no governo de Goiás. Nas sessões da Constituinte de que participou, votou, conforme a sua biografia no CPDOC,

> contra a pena de morte, a jornada semanal de 40 horas, a pluralidade sindical, o presidencialismo, a estatização do sistema financeiro e a criação de um fundo de apoio à reforma agrária. Votou a favor do aborto, do turno ininterrupto de seis horas, da unicidade sindical, da soberania popular, do voto aos 16 anos, da nacionalização do subsolo, da proibição do comércio de sangue, da limitação dos encargos da dívida externa e do mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney[289].

Não foi possível encontrar no político uma ideologia marcante, a despeito de sua veemente oposição ao projeto nuclear e de certa inclinação pelos direitos sociais. Após a Constituinte, no início dos anos 1990, Fernando trocou de partido duas vezes. Primeiro, transferiu-se para o recém-fundado Partido Social Trabalhista (PST); depois, após a fusão deste com o Partido Trabalhista Renovador (PRT), gerando o Partido Progressista, veio a integrar a nova sigla. Em 1998, Fernando Cunha mudou para o PSDB. Chegou a disputar algumas eleições após a participação na Constituinte, todavia, não obteve mais êxito. Ainda assim, ocupou cargos políticos do Poder Executivo, em âmbito federal – como Chefe de Gabinete do Ministério da Saúde[290] – e estadual, em Goiás, em anos variados[291].

Faleceu no ano de 2011, aos 76 (setenta e seis anos), quando ocupava o cargo de Secretário Extraordinário para Funções de Assuntos Estratégicos, de Goiás.

3.2.1.5– JOACI FONSECA DE GÓES (JOACI GÓES)

Natural de Ipirá-Bahia, Joaci Fonseca de Góes nasceu em 25 de agosto de 1938. Mudou-se para Salvador aos 11 anos de idade. Nesta cidade, cursou Direito na Universidade Federal da Bahia. Seu pai, segundo dados biográficos de Góes na Academia de Letras da Bahia, trabalhava na função de abrir estradas, atividade que foi modernizada por Joaci e seus irmãos com a fundação da Construtora Góes, em 1959. A empresa desenvolveu-se em múltiplos segmentos, dentre eles obras viárias, construção civil e comunicação.

---

[289] ARIOZA, Moisés. Fernando Cunha. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-cunha-junior. Acesso em: 17 ago. 2022.
[290] NADER, Ana Beatriz. Autênticos do MDB, Semeadores da Democracia: história oral de vida política. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.
[291] ARIOZA, op. cit..

Em 1970, Joaci tornou-se proprietário do Jornal Tribuna da Bahia, o qual foi dirigido por ele até 1997, quando Goés o doou a seus colaboradores[292]. Em entrevista para o canal "Muita Informação", no YouTube, o político afirmou que não pretendia obter lucros quando realizou a compra do jornal e que o que cálculo que fizera à época era o de que poderia suportar a vida toda os eventuais prejuízos da empresa, sem a necessidade de depender de terceiros e, com isso, ter um jornal realmente independente[293]. Em publicação da Associação Bahiana de Imprensa, há outra entrevista com Góes, na qual se diz que a aquisição do Jornal teria sido feita para obter poder político[294].

No Jornal, Góes teria enfrentado a censura da ditadura militar e se recusado a demitir jornalistas de esquerda[295]. Inclusive, a atuação do Jornal teria sido um dos motivos para o rompimento de Joaci Góes com Antônio Carlos Magalhães, na década de 1980, porque, segundo Góes, a "Tribuna da Bahia" não teria se dobrado a Magalhães e à ditadura militar[296]. Tal fato teria resultado em prejuízos para o jornal, que passou a não mais receber publicidade estatal e a perder contratos com empresas – as quais estariam sob suposta pressão para deixar de contratar o jornal[297]. A atuação no Jornal também teria resultado, conforme afirma Joaci Góes, no veto do Regime Militar ao seu nome para cursar a Escola Superior de Guerra, mesmo após ter sido ter sido convidado pelo então diretor da instituição em meados da década de 1970[298].

---

[292] A informação sobre a doação consta em várias entrevistas de Joaci Góes disponíveis em sites na internet. A mesma informação nos foi confirmada pelo próprio Joaci Góes, em entrevista realizada no dia 27/04/2023, por Joanir Fernando Rigo e Marcus Bastos.

[293] SOBRETUDO – ENTREVISTA COM JOACI GOÉS. Publicado pelo canal Muita Informação, 2019. 1 vídeo (44 min), minutos 1:50 a 2:30. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ovokSVzrvaY. Acesso em: 5 jul. 2023.

[294] ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE IMPRENSA. Como a comunicação transformou a Bahia: registros históricos da vida contemporânea. Joaci Góes. Memória da Imprensa, Bahia, n. 1, p. 24 e 25, jun. 2022. Disponível em: https://abi-bahia.org.br/wp-content/uploads/2022/09/WEB-ed01-2022-Revista-MemImp-_indiv.pdf. Acesso em: 5 jul. 2023. A publicação contém uma entrevista com Góes, na qual este afirma: "Quando eu já havia adquirido a Tribuna da Bahia, travei conhecimento com uma teoria psicanalítica, segundo a qual, na maioria dos casos as pessoas escolhem as suas atividades por motivos inconfessáveis. Hoje, tenho maturidade pra dizer que a decisão de comprar a Tribuna decorria do desejo inconfessável de ter poder" (ibidem, p. 25).

[295] ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE IMPRENSA, op. cit., p. 24.

[296] SOBRETUDO – ENTREVISTA COM JOACI GOÉS. Publicado pelo canal Muita Informação, 2019. 1 vídeo (44 min), minutos 12:00 a 18:55. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ovokSVzrvaY. Acesso em: 5 jul. 2023.

[297] Nas palavras de Góes "De plano, se viu que teria um déficit, mas que não era uma coisa absurda, entendeu, para você exercer aquela parcela de poder, como eu estou dizendo, não era uma coisa que causasse mossa, só veio a ter problema mesmo quando você veio brigar, romper com o governo. E essa briga levava o [empresário] particular, inclusive, a não veicular no jornal. [...] Quando eu saí da Tribuna em 1997 esse valor já passava de 50 milhões de dólares. Perdi 50 milhões de dólares na Tribuna da Bahia" (ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE IMPRENSA, op. cit., p. 26).

[298] SOBRETUDO – ENTREVISTA COM JOACI GOÉS. Publicado pelo canal Muita Informação, 2019. 1 vídeo (44 min), minutos 5:50 a 9:00. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ovokSVzrvaY. Acesso em: 5 jul. 2023. A informação também nos foi confirmada na entrevista realizada no dia 27/04/2023. Todavia, convém

Os problemas advindos dos conflitos com Magalhães teriam motivado o então empresário a ampliar seus negócios para novos estados e países. Segundo Góes, a intenção de disputar as eleições em 1986 teria surgido após muitos apelos de terceiros. Quando chegou à Constituinte, o jornal "Tribuna da Bahia" seria o "segundo mais importante do Estado[299]" da Bahia. Autodeclarado, segundo Leôncio Rodrigues, como "esquerda moderada", Góes, um empresário bem-sucedido, foi eleito por 59.582 votos[300].

Na Constituinte, segundo Góes, o político teria ficado "grande amigo"[301] de Mario Covas, assumido a vice-liderança do PMDB na Constituinte e sido nomeado coordenador da bancada da Bahia no Congresso. A ida de Joaci Góes para a Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação foi, segundo nos foi dito por Goés, por escolha própria: desejava enfrentar Antônio Carlos Magalhães, o qual teria indicado para a referida Subcomissão o próprio irmão para defender seus interesses na área.

De fato, conforme será visto em outro ponto desse trabalho, Góes, além de ter feito diversos apelos para que o então Ministro comparecesse às audiências, travou duro embate com Antônio Carlos Magalhães numa das reuniões da Comissão de Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Na ocasião, Joaci fez denúncias relacionadas a uma possível distribuição ministerial, em troca de apoio político, de concessões de rádio e televisão. Ele também teria denunciado os escândalos da NEC do Brasil[302] e o

---

destacar que Góes pode ter cursado a Escola Superior de Guerra em outro momento, conforme publicação na revista Memória da Imprensa, na qual consta a seguinte passagem da entrevista com Joaci Góes: "**Você fez o curso da Escola Superior de Guerra nos anos 60?** Sim. Nunca disse a ninguém que fiz o curso. Só mais tarde que passei a admitir, quando passou o perigo. Vou lançar o livro "Esquerdas e Direitas – a Superioridade da Sociedade Aberta", em que essa questão da liberdade eu examinei, em muita profundidade." (ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE IMPRENSA. Como a comunicação transformou a Bahia: registros históricos da vida contemporânea. Joaci Góes. Memória da Imprensa, Bahia, n. 1, p. 28, jun. 2022. Disponível em: https://abi-bahia.org.br/wp-content/uploads/2022/09/WEB-ed01-2022-Revista-MemImp-_indiv.pdf. Acesso em: 5 jul. 2023).

[299] RODRIGUES, Leôncio Martins. Quem é Quem na Constituinte. Uma análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987, p. 235.

[300] RODRIGUES, op. cit., p. 235-236.

[301] A expressão "grande amigo" foi colocada entre aspas apenas porque foi o termo utilizado por Joaci Góes na conversa com o autor.

[302] Infelizmente, não há tempo hábil para descrever todo o episódio da NEC do Brasil no presente trabalho. Há diversos relatos acerca do ocorrido, tendo sido, inclusive, instaurada uma CPI para apurar eventuais participações. Dentre os relatos a respeito, destacam-se os de Brandão Monteiro, O Escândalo NEC, publicado em 1991 – mesmo ano da morte do autor. Monteiro foi político do PDT, autor do pedido de abertura de CPI para apurar os fatos da NEC do Brasil e relator da mesma Comissão. Nos relatos de Brandão, ACM é descrito como uma das figuras centrais e decisivas para que, supostamente, "o empresário Mario Garnero perdesse o controle acionário da NEC". ACM teria, ainda segundo a mesma obra, ordenado que fossem suspendidas "todas as encomendas e os pagamentos à empresa [NEC do Brasil] tendo, supostamente, os negócios da NEC do Brasil parado nas mãos de Roberto Marinho. Versão distinta do caso veio do próprio Antônio Carlos Magalhães, no livro de entrevista intitulado "Política é Paixão". No relato, ACM afirmou que a decisão de mudar de sócio ocorreu por escolha dos sócios japoneses, que teriam repassado ao Ministério uma lista de possíveis novos sócios para o negócio, dentre eles, O Globo.

conturbado caso envolvendo a transferência do direito de transmissão da Globo na Bahia, da TV Aratu para a TV Bahia[303] – esta última teria ficado com a família de ACM.

Na entrevista, Góes contou que comprou a TV Aratu, quando ela deixou de transmitir a programação da Rede Globo. Afirmou que a compra ocorrera por acreditar que poderia criar uma alternativa a qualquer canal – no sentido de poder disputar audiência – e para ficar mais forte politicamente para enfrentar ACM. A televisão, todavia, foi vendida, ainda segundo o relato de Góes, logo em seguida. A despeito das divergências com Antônio Carlos, Joaci Góes afirmou que tinha boa relação com o restante da família Magalhães, inclusive com o filho mais velho de ACM.

Góes foi mais um dos políticos que trocaram, durante a Constituinte, o PMDB pelo PSDB, partido em que permaneceu a partir de então. Foi Deputado Federal por apenas um mandato, tendo, ainda assim, desempenhado um papel de destaque para o direito nacional, ao relatar o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990). Em entrevista ao pesquisador, Góes afirmou ter sido decisivo para a aprovação do Código o fato de ser ele empresário e, por isso, ter encontrado menos resistência do empresariado.

Dentre os discursos proferidos por Góes em plenário, destacam-se o já citado acima, com as críticas a ACM, e o proferido no dia 30/03/1987, intitulado "Comunicações, Avaliação Crítica", no qual o político denunciava o Caso NEC do Brasil e o possível envolvimento de Magalhães para obtenção de benefícios pessoais.

Joaci Góes segue como colaborador da Tribuna da Bahia. Mantendo atividades empresariais, é membro da Academia Letras da Bahia, desde 2009, onde ocupa a cadeira n. 7, e membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do mesmo Estado. Além disso, é autor de diversos livros promulgados após a passagem pela Constituinte. Deles, destacamos "As 51 Personalidades (Mais) Marcantes do Brasil", em que traz os personagens que considera mais "representativos do maior número de atividades", selecionados "por uma combinação sinérgica entre competência e alcance da influência, em extensão intensidade e durabilidade, sobre o meio

[303] Foram instauradas CPIs para investigar os dois casos. Em linhas gerais, na Bahia a TV Aratu, de propriedade de rival político de ACM, seria a responsável, há vários anos, por transmitir a programação da Rede Globo. Em 1987, abruptamente, o contrato foi rompido pela Globo, a qual transferiu os direitos de transmissão para a TV Bahia, ensejando disputa judicial e muito debate. Os dois casos, supostamente, andavam lado a lado, porquanto apenas teria havido a transferência da Globo após a conclusão do caso NEC. É importante destacar que tomamos conhecimento dos casos após a leitura das notas taquigráficas em que eles eram mencionados e na entrevista com Joaci Góes. Posteriormente, encontramos explicação mais detalhada na obra de Paulino Motter (MOTTER, Paulino. A Batalha Invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, Edições Livres, 2019, especialmente páginas 278 a 282), na qual o autor faz uma explanação das ligações de ACM com Roberto Marinho.

social, durante e depois do tempo em que a personalidade atuou" [304]. O livro traz um estudo biográfico de cada um deles e as razões que o levam a apontar tais personagens.

3.2.1.6- JOSÉ CARLOS MARTINEZ

O ex-deputado José Carlos Martinez nasceu em São Paulo, em 23 de maio de 1948. Era filho de Oscar Martinez, também, fazendeiro e empresário de múltiplos ramos, inclusive telecomunicações. Este teria sido proprietário da empresa "Colonizadora Norte do Paraná".

Em entrevista para o quadro "Jogo do Poder Paraná", da rede CNT – de sua propriedade –, em 16/01/2011, Oscar Martinez deu mais detalhes dessa atuação, afirmando ter sido o responsável pela fundação dos municípios de Umuarama[305] e Assis Chateaubriand[306], ambos no norte do Paraná. Há divergências e certa polêmica a respeito da atuação da empresa colonizadora nos estudos históricos. Alguns desses enaltecem o trabalho realizado, especialmente para o desenvolvimento dessa região até então pouco urbanizada do Paraná. Por outro lado, há relatos de supostas violências e fraudes as mais diversas praticadas contra posseiros[307].

Dos municípios fundados pela família Martinez, Assis Chateaubriand tem especial relevo para o presente trabalho. Na entrevista citada acima, o sr. Oscar afirmou não ter conhecido Assis Chateaubriand até a fundação do município, todavia, disse ter sido muito amigo de David Nasser, influente jornalista ligado aos Diários Associados. O pedido de batizar assim o munícipio teria partido de Nasser e seria uma tentativa de alegrar Chatô, já bastante enfermo, prestes, naquele momento, a realizar tratamento nos Estados Unidos. Após a escolha

[304] As personalidades são as mais diversas. Há, naturalmente, políticos, artistas, esportistas, intelectuais, etc. Dentre os nomes elencados por Góes estão Machado de Assis, Ruy Barbosa, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Assis Chateubriand, Lula, Dilma Rousseff, etc. – cf. GÓES, Joaci. As 51 Personalidades (Mais) Marcantes do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.

[305] Não foi possível localizar o nome de Oscar Martinez na página de história do município. Isso não quer dizer, todavia, que a informação não possa ser verdadeira. É possível que a prefeitura tenha apenas indicado o nome da própria Companhia, da qual tampouco foi possível verificar se o sr. Oscar seria ou não o proprietário. Considerando-se a limitação temporal para a conclusão da presente tese e que a pesquisa seria um desvio muito grande em relação ao foco principal do trabalho, optamos por não ir a fundo na história do munícipio de Umuarama, ficando, porém, o registro de que a cidade possivelmente foi fundada (ou teve a participação nesse processo) por Oscar Martinez.

[306] A informação de que Oscar Martinez atuou na fundação do município consta na página da prefeitura municipal: PREFEITURA DE ASSIS CHATEAUBRIAND. Nossa Cidade/História: História do Município de Assis Chateaubriand. Disponível em: http://www.assischateaubriand.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1349. Acesso em: 27 fev. 2023.

[307] As duas versões são apresentadas na obra de Rita Boritza, que analisa os conflitos na colonização de Assis Chateaubriand – cf. BORITZA, Rita. Assis Chateaubriand: História e Memória. Revista Espaço Plural, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, v. 12 n. 25, p. 102-118, jul./dez. 2011. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/issue/view/468. Acesso em: 2 mar. 2023.

do nome, os empresários teriam ficado amigos e Martinez teria passado a frequentar constantemente a casa de Chateaubriand com seus filhos, dentre eles José Carlos Martinez.

Segundo o entrevistado, teria sido através da relação de amizade com Chateaubriand que surgiu a possibilidade de compra de uma emissora de TV - TV Paraná – e de um jornal – Diário do Paraná – pela família Martinez. Ambos sediavam-se em Curitiba e pertencentes até então aos Diários Associados[308]. Os recursos para a aquisição, conforme revelado com muita naturalidade e desenvoltura por Oscar Martinez na referida entrevista[309], teriam sido obtidos, com aparente facilidade, da Caixa Econômica Federal, que teria como presidente à época um amigo e ex-parceiro comercial do sr. Martinez[310].

Ainda na mesma entrevista, Oscar Martinez afirmou que, após a aquisição, teria recebido convite de Roberto Marinho para formar uma sociedade na emissora de TV, que passaria a retransmitir o sinal da Globo. Tal acordo, contudo, não teria sido aceito por Martinez, por discordar dos termos propostos por Marinho – a quem supostamente caberia a maior parte da sociedade, 51% (cinquenta e um por cento)[311].

Além da emissora adquirida dos Diários Associados, a família Martinez viria a ser proprietária de outras emissoras no Paraná, notadamente a TV Tropical, de Londrina – a qual teria sido uma concessão do governo Geisel a Oscar Martinez em 1979[312] – e a TV Carimã, de

---

[308] Há informações distintas a respeito da referida compra. A primeira delas, mencionada na entrevista, é de que a aquisição teria ocorrido com Assis Chateaubriand ainda vivo, em meados da década de 1950. Na segunda versão, a compra teria ocorrido em 1974 – após a morte de Assis Chateaubriand, em 1968 –, do espólio do ex-proprietário dos Diários Associados – versão encontrada em: COSTA, Osmani Ferreira da. Concessão de Canais de Televisão e Política no Paraná durante a Redemocratização Brasileira (1985-1989). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém, Anais [...]. Belém: INTERCOM, 2019, p. 7. Disponível em: https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1347-1.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023. Em outro texto do mesmo autor, a informação está mais completa: a oferta da emissora realmente teria sido feita por Assis Chateaubriand, mas a compra somente teria ocorrido alguns anos após a sua morte – cf.: COSTA, Osmani Ferreira da. A Televisão e o Palácio: concessão e desenvolvimento das emissoras televisivas do Paraná (1954-1985). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012, p. 237.

[309] JOGO DO PODER PARANÁ: OSCAR MARTINEZ. Publicado pelo canal Rede CNT, 2011. 1 vídeo (38 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z4PqjS6q7us. Acesso em: 28 fev. 2023. Conforme afirmado na entrevista, o procedimento para a obtenção do crédito foi apenas a pergunta do valor desejado, que, logo em seguida, seria liberado (idem, minuto 23:45 a 24:50).

[310] Destacamos que, segundo Osmani Ferreira da Costa, parte da imprensa do Paraná teria lançado suspeitas de que o empréstimo pudesse não ter sido pago pelo Grupo Martinez – o que foi negado pelo sr. Oscar Martinez e jamais se comprovou (COSTA, op. cit., 2012, p. 238-239).

[311] JOGO DO PODER PARANÁ: OSCAR MARTINEZ. Publicado pelo canal Rede CNT, 2011. 1 vídeo (38 min), minutos 25:20 a 26:07. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z4PqjS6q7us. Acesso em: 28 fev. 2023.

[312] COSTA, Osmani Ferreira da. Concessão de Canais de Televisão e Política no Paraná durante a Redemocratização Brasileira (1985-1989). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém, Anais [...]. Belém: INTERCOM, 2019, p. 7. Disponível em: https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1347-1.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023. Também do mesmo autor, COSTA, Osmani Ferreira da. A Televisão e o Palácio: concessão e desenvolvimento

Cascavel – esta última recebida em concessão no final do governo Figueiredo[313] e inaugurada no começo de 1986[314]. No mesmo período, a família ainda se tornaria concessionária de outro canal de televisão em Londrina, a TV Coroados, adquirido de Paulo Pimentel, ex-governador do Paraná entre 1966 e 1971[315]. A TV Coroados teria sido transferida, pouco tempo depois da compra, a Roberto Marinho[316].

No verbete atribuído a José Carlos Martinez do CPDOC, há a informação de que teria cursado faculdade de Direito e Administração no Estado de São Paulo, porém não teria concluído tais cursos, para atuar nos negócios da família[317]. Ele teria sido escalado pelo pai para trabalhar na emissora de televisão, logo após a aquisição, o que teria motivado a sua mudança de São Paulo para o Paraná.

Vê-se, portanto, que o núcleo familiar de José Carlos Martinez era composto por grandes proprietários de terra e de empresas emissoras de televisão no Estado do Paraná. A propriedade de tais emissoras, segundo Osmani da Costa, teria facilitado a vida política de José Carlos, o qual, conforme o mesmo autor, teria feito uso dos instrumentos de sua família para as campanhas políticas[318].

José Carlos ingressou na política em 1982, quando foi eleito deputado federal pelo PDS. Do site da Câmara dos Deputados constam dois projetos de lei apresentados por ele na primeira

---

das emissoras televisivas do Paraná (1954-1985). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012, 187 e 188, nas quais o autor informa que, para receber a concessão, a família contou com o auxílio do então Governador do Paraná. Antes do recebimento, eles teriam colocado os seus canais "a serviço de candidatos situacionistas, nas eleições municipais de 1976" (ibidem, p. 187). Em Londrina, ainda segundo o mesmo autor, "as críticas do telejornalismo da TV Coroados à administração municipal do MDB e o apoio aos candidatos da ARENA" teriam sido "tão intensos que se transformaram em ação judicial" (ibidem, p. 187). Na narrativa apresentada por Costa, a concessão poderia ser uma "recompensa" pela atuação na política, fato que, também segundo o mesmo autor, teria sido negado por Oscar Martinez.

[313] A concessão foi feita por meio do Decreto n. 90.609, de quatro de dezembro de 1984.

[314] COSTA, 2019, op. cit..

[315] A aquisição dessa emissora teria ocorrido num cenário conturbado. As obras de Osmani Costa abordam mais detidamente o tema. Conforme tal autor, Pimentel, embora pertencente à ARENA, por razões políticas internas, teria sido pressionado a realizar a venda pelo Governo Geisel e pelo Poder Executivo Estadual – este último teria feito corte de recursos à emissora. Mais tarde, ainda segundo Costa, teria havido litígio judicial entre Pimentel e o Grupo Martinez, movido por este, o qual alegava que a compra da emissora, por Pimentel, do anterior proprietário não teria sido concluída, fato que teria culminado com o não pagamento das notas promissórias do valor acordado (COSTA, 2012, op. cit., fls. 248 a 270). Posteriormente, a fim de que os ânimos fossem pacificados, teria havido pressão do Governo Figueiredo para que a emissora fosse vendida novamente ao grupo de Roberto Marinho. Costa sugere que, como moeda de troca, Pimentel teria recebido outra concessão no final do governo Figueiredo (ibidem, p. 266).

[316] Sobre o tema, ver COSTA, 2012, op. cit..

[317] BRAGA, Sergio Soares. José Carlos Martinez. Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-carlos-de-castro-martinez. Acesso em: 27 fev. 2023.

[318] COSTA, Osmani Ferreira da. A Televisão e o Palácio: concessão e desenvolvimento das emissoras televisivas do Paraná (1954-1985). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012, p. 167, nota de rodapé n. 256.

legislatura, notadamente, os Projetos n. 5860/1985 e 5861/1985. O primeiro visava a alterar os artigos do Decreto n. 5.861 de 1985, para facilitar o recebimento de valores em casos de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária. Conforme a justificativa do projeto, em alguns casos, os desapropriados passariam anos e anos sem receber os valores das referidas indenizações, por discordarem dos valores ofertados ou porque o ente expropriante suscitava dúvidas quanto à legitimidade de domínio, situações em que o pagamento ficaria retido até o esclarecimento. Martinez também dizia que, por vezes, os dispositivos vigentes estabeleciam critérios inaceitáveis e aviltantes para o caso de desapropriação. Já o segundo projeto visava a alterar um artigo do Decreto Lei n. 1976/82, para que imóveis de madeira fossem excluídos de contribuição previdenciária.

Durante o exercício do primeiro mandato de José Carlos como Deputado Federal, a família foi agraciada com uma concessão de TV pelo governo Figueiredo. O período de concessão é emblemático: o final do governo militar. Há diversos autores nacionais que indicam que centenas de estações de rádio e televisão foram concedidas a parlamentares no período, para a derrubada da emenda Dante de Oliveira[319] ou como recompensa aos políticos fiéis ao governo[320]. Não nos é possível assegurar que o recebimento da concessão pela família Martinez tenha sido por esse motivo[321], embora José Carlos tenha votado de maneira contrária à citada emenda[322]. Outra hipótese é a de que a concessão possa ter vindo em função da proximidade com Paulo Maluf, no bloco de concessões feito no final do Governo Figueiredo. José Carlos Martinez teria apoiado Maluf nas eleições indiretas para Presidente, em 1985.

Para o pleito de 1986, José Carlos trocou o PDS pelo PMDB[323], tendo sido eleito deputado federal novamente. Na Constituinte, foi vice-presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Informação, época em que a família teria recebido outra concessão de televisão para a cidade de Maringá, no Paraná, em 1988, alienada logo em seguida.

---

[319] Ver KUCINSKI, Bernardo. A Síndrome da Antena Parabólica: Ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, especialmente páginas 31 e 32.

[320] Ver MOTTER, Paulino. A Batalha Invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil.cit., p. 185.

[321] O texto de Osmani Ferreira da Costa também chama a atenção para o fato das inúmeras concessões no final do governo Figueiredo, antes da votação da Emenda Dante Oliveira. Nesse sentido, ver COSTA, Osmani Ferreira da. Concessão de Canais de Televisão e Política no Paraná durante a Redemocratização Brasileira (1985-1989). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém, Anais [...]. Belém: INTERCOM, 2019.

[322] BRAGA, Sergio Soares. José Carlos Martinez. Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-carlos-de-castro-martinez. Acesso em: 27 fev. 2023.

[323] Não é possível saber o que motivou a troca de partido, mas jornais do período sinalizam que o PDS teria sofrido certo desgaste após a votação das Diretas Já. É possível que o político procurasse se distanciar de eventuais desgastes, ao buscar legenda com possibilidade maior de obtenção de votos.

Dos discursos de José Carlos Martinez em plenário, destacamos a leitura de uma carta do Prefeito de Londrina, datada de 13 de junho de 1985, na qual o então prefeito manifestava preocupação com a forma que os programas de reforma agrária poderiam tomar[324]. Em outra passagem pela tribuna, dessa vez do Congresso Nacional, já no ano de 1988, Martinez defendeu o governo do Estado do Paraná de críticas que estaria recebendo em função de uma suposta repressão violenta contra professores grevistas do estado[325].

Em 1989, sob a legenda do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), José Carlos atuou na campanha à presidência de Fernando Collor. No ano seguinte, foi candidato ao governo do Estado do Paraná, tendo sido derrotado por Roberto Requião[326]. No governo Collor, quando eclodiram as denúncias de corrupção que culminaram no processo de impeachment, José Carlos Martinez viu seu nome envolvido em suspeitas de repasses ilegais de dinheiro do esquema de PC Farias.[327] Segundo Martinez, o dinheiro recebido seria, porém, um empréstimo por ele tomado para a aquisição da emissora de TV Corcovado, no Rio de Janeiro, e que estaria sendo pago[328].

---

[324] Na carta, basicamente, havia algumas reflexões a respeito do êxodo dos trabalhadores rurais para as cidades. Na sequência, algumas afirmações de que o mero assentamento de trabalhadores, sem a devida vocação para se trabalhar a terra, investimentos em infraestrutura e preparo dos profissionais não resolveria o problema. O texto concluía ser indispensável que qualquer programa de reforma agrária objetivasse garantir estabilidade às pessoas do campo, para que estas tivessem, de fato, possibilidade de permanecer em suas atividades (MARTINEZ, José Carlos. Pronuncia o Seguinte Discurso. Diário do Congresso Nacional n. 070. Câmara dos Deputados, Brasília, 20 jun. 1985, p. 6480-6481).

[325] A fala de Martinez foi precedida pela do Deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), o qual leu uma carta recebida de um deputado do Paraná, denunciando violência policial contra professores que faziam greve em uma praça da cidade de Curitiba. A correspondência trazia a denúncia de que diversos profissionais da educação teriam ficado feridos no incidente, alguns em estado grave. A responsabilidade pela repressão foi atribuída, conforme dizia o documento, ao então governador do Estado, Álvaro Dias, do PMDB (MONTEIRO, Brandão. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Congresso Nacional, Brasília, 2 set. 1988, p.14143-14144). Após a leitura feita por Brandão, Martinez pediu a palavra para uma questão de ordem. Martinez afirmou que não se orgulharia dos fatos ocorridos no Paraná, mas que os professores, "numa greve injusta", tentavam ocupar o "Palácio do Governo, inclusive os jardins". O parlamentar advertiu que os professores do estado estariam entre os mais bem pagos do país (MARTINEZ, José Carlos. Diário da Assembleia Nacional Constituinte n. 306. Congresso Nacional, Brasília, 2 set. 1988, fl. 14.144).

[326] No verbete do CPDOC, há a informação que teria sido fator determinante para a definição dos rumos da eleição a exibição, pela campanha de Requião, de uma entrevista com um "suposto pistoleiro que teria agido contra trabalhadores rurais em fazendas da família Martinez na região de Assis Chateaubriand (PR) na década de 1960" (BRAGA, Sergio Soares. José Carlos Martinez. Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-carlos-de-castro-martinez. Acesso em: 27 fev. 2023).

[327] Ibid.

[328] Em matéria do jornal Folha de São Paulo, de 01/08/2002, afirmava-se que Martinez ainda estaria pagando, naquela data, o empréstimo à família de PC Farias – cf. MAGALHÃES, Mário. Ligações Perigosas – Empréstimo a coordenador de Ciro veio de arrecadação pró-Collor – Martinez recebeu dinheiro de "fantasmas" de PC Farias. Folha de São Paulo, São Paulo, 1 ago. 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0108200226.htm. Acesso em: 1 mar. 2023.

Como dito acima, Martinez e a família eram proprietários de estações de televisão, as Organizações Oscar Martinez (OM). No início da década de 1990, as Organizações OM mudaram de nome para Rede Central Nacional de Televisão (CNT), a qual foi a primeira rede de televisão nacional constituída fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo.

Atualmente, a rede cobre praticamente o país inteiro. José Carlos Martinez transferiu-se para o PTB, tendo ocupado o posto de Presidente do partido a partir de 1999.

Além disso, foi eleito deputado federal em mais duas ocasiões, 1998 e 2002. Em função de um acidente aéreo, não chegou a concluir o último mandato na Câmara dos Deputados, tendo falecido no ano de 2003.

3.2.1.7 - KOYU IHA

Filho de imigrantes japoneses, chegados ao Brasil em 1922, Koyu Iha é natural de Santos/SP. Seus pais, após terem sucessivos empregos, montaram um fábrica de macarrão, a qual foi fechada durante a Segunda Guerra Mundial. Koyu cursou Direito na Faculdade Católica de Santos, tendo completado seus estudos em 1969.

Antes de exercer seu primeiro cargo político, trabalhou na Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA). Ainda na faculdade, Koyu, filiado ao MDB, disputou e venceu eleições para vereador, pela cidade de São Vicente, em 1968, cargo para o qual foi reeleito em 1972.

Em 1975, foi eleito deputado estadual, tendo, então, renunciado ao cargo de vereador para ocupar cadeira na ALESP. Dois anos depois, disputou novas eleições para o município de São Vicente, tendo sido eleito prefeito.

Em 1982, agora sob a sigla do PMDB, disputou novas eleições para deputado estadual, tendo sido eleito novamente. Nas eleições de 1986, Koyu pleiteou uma cadeira na Câmara dos Deputados, tendo sido eleito deputado constituinte. Participou ativamente da fundação do PSDB, tendo se abrigado nesse partido desde sua criação.

3.2.1.8 - MENDES RIBEIRO

Jorge Alberto Mendes Ribeiro vinha de Porto Alegre e foi eleito deputado federal pelo PMDB. Mendes Ribeiro fez graduação em Jornalismo pela Faculdade de Filosofia da PUC e em Direito pela Unisinos[329], tendo sido professor nesta última instituição.

[329] Um resumo biográfico do político pode ser encontrado na Câmara dos Deputados: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Assembleia Nacional Constituinte 1987: repertório biográfico dos membros da Assembleia

Ribeiro teve algumas participações na política antes de virar deputado federal. Já havia sido eleito para uma vaga de suplência da Câmara Legislativa Estadual do Rio Grande do Sul, para a legislatura de 1959 a 1963, época em que estava filiado à União Democrática Nacional – UDN. Nesse período, assumiu cargo de Deputado Estadual por alguns intervalos nos anos de 1962 e 1963, notadamente, de novembro a dezembro de 1962, na vaga Deputado Poty Medeiros, em parte do mês de abril de 1963, na vaga de Synval Guazelli, e de maio a julho do mesmo ano, na vaga de Poty Medeiros.[330] Embora tenha sido curto o período como deputado estadual, Mendes Ribeiro foi líder da bancada da UDN na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul[331].

Em novembro de 1963, foi eleito Vereador de Porto Alegre. O político não chegou a concluir tal mandato, tendo renunciado ao cargo em 1966[332] e permanecido distante da política até o final do regime militar.

Em livro publicado pelo parlamentar em 1986, "O Repórter da Constituinte"[333], há algumas de suas posições sobre temas os mais variados. Na obra, além de críticas às ditaduras,

---

Nacional Constituinte de 1987. Brasília: Câmara dos Deputados; Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 1987, p. 521. Tal resumo, todavia, está impreciso acerca do período da atuação do político como vereador em Porto Alegre, o qual, na publicação, teria se findado em 1964, quando, na verdade, Mendes Ribeiro foi vereador até 1966. A mesma imprecisão também está no verbete sobre o ex-político no CPDOC. Nesse verbete, inclusive, dá-se a entender que Mendes Ribeiro teria exercido mandato de deputado estadual de maneira ininterrupta entre 1962 e 1963, quando, na verdade, ele apenas exerceu suplência por meses esparsos nesses dois anos – ver: MOURA, Gisela de Araújo; SOUSA, Márcia. Jorge Alberto Mendes Ribeiro. Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-alberto-mendes-ribeiro. Acesso em: 23 out. 2024.

[330] Arquivo do Memorial Legislativo do Rio Grande do Sul.

[331] CÂMARA DOS DEPUTADOS. Assembleia Nacional Constituinte 1987: repertório biográfico dos membros da Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Brasília: Câmara dos Deputados; Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 1987, p. 521.

[332] Sobre a renúncia ao cargo, destacamos uma informação contida em recorte de jornal obtido do Arquivo do Memorial Legislativo do Rio Grande do Sul. O texto é de 12/07/1997, do jornal Correio do Povo, e descreve o sepultamento do então ex-deputado - falecido naquele mês e ano. Na nota, há a informação de que Pedro Simon, senador à época, havia participado do cortejo e lembrado que a renúncia de Mendes Ribeiro ao cargo de vereador teria ocorrido ao vivo, durante a transmissão do programa de rádio de Mendes Ribeiro, em solidariedade a colegas que haviam sido cassados de seus cargos, em 1966, em virtude da ditadura militar (Arquivo do Memorial Legislativo do Rio Grande Do Sul).

[333] O livro é uma espécie de diálogo do autor com o seu possível eleitorado. Na página 4, Mendes Ribeiro escreve que tal obra não seria de "ensino", mas sim uma conversa superficial e uma espécie de discurso político. O livro apresentaria algumas ideias sobre temas variados em política, tais quais, uma noção de Assembleia Constituinte, as funções de deputados e senadores, etc. No tocante a deputados e senadores, o político gaúcho parecia não ter muita estima pelo Senado, uma vez que, na página 26 do referido livro, havia a seguinte passagem: "Deputado Federal tem lugar na Câmara dos Deputados. É a representação proporcional. Do povo. Senador tem assento no Senado Federal. Representa as unidades Federativas. O pleito, para estes, é majoritário. O Senado é a discriminação elitista. Burguesa. Sem sentido. Mas é. Veio nas regras. Não são as melhores. São as Únicas". Em outro trecho, o autor descrevia como seria a Assembleia Nacional Constituinte, informando que o Presidente do Supremo Tribunal Federal instalaria a sessão, fato que entendia ser errado, por representar, na sua opinião, intromissão indevida (p. 34). Na mesma passagem, havia críticas aos senadores biônicos que ainda teriam mandatos durante a constituinte, os quais, na opinião de Ribeiro, não deveriam ostentar a prerrogativa de legisladores constitucionais, mas, tão

o político trata do ensino superior, para aparentemente defender a sua cobrança daqueles que poderiam pagar e não cobrança de quem não teria recursos. Além disso, Mendes Ribeiro afirmava, na mesma passagem, que o ensino no país seria ruim porque seria desvirtuado das necessidades e divorciado da realidade do mercado[334]. No trecho final dessa passagem, o autor parecia tecer críticas à chamada Lei do Boi, a qual teria entregado com suas cotas, na opinião dele, mais da metade das vagas das faculdades de ciências agrárias aos mais afortunados[335].

Sobre a Reforma Agrária, as posições do gaúcho não estavam muito claras no texto, tendo o autor dedicado ao tema duas páginas. Na parte inicial, criticava uma suposta aquisição de terras na Amazônia por multinacionais. Na sequência, escrevia que o Estatuto da Terra ainda não teria sido colocado em prática e que não se faria reforma agrária "atirando um pedaço de terra ao colono"[336]. O texto transmitia a impressão de caminhar para uma crítica à falta de

somente, a de legisladores ordinários - caso fossem mantidos nos cargos. Em suma, o livro continha ideias gerais e abstratas do autor sobre diversos temas, não havendo nenhuma proposta concreta. Por fim, destaca-se que a versão do livro encontrada por este que ora escreve continha algumas surpresas em seu interior. Além da assinatura do autor na capa do livro, havia uma espécie de "santinho político" do então candidato Mendes Ribeiro, com o seu número para a votação (1510). Ver: RIBEIRO, Jorge Alberto Beck Mendes. O Repórter da Constituinte. Porto Alegre: Tchê! Editora Ltda., 1986.

[334] Nas palavras de Mendes Ribeiro: "Educação. É dever do Estado. Direito do Cidadão. Entretanto, o ensino é para as elites. Ruim. Muito ruim. O mercado de trabalho é estreito. As faculdades se proliferam. As massas não tem acesso às escolas, nem mesmo para se alfabetizar. E, quando chega nos colégios, vai pela merenda. [...]. O Constituinte, levando à sério, enfrentando o problema, deve sacudir o marasmo. O Estado não pode bancar a educação? Não é aconselhável? O Estado paternalista é ilusório. O dinheiro, de uma forma ou outra, sai do nosso bolso. Porém, é sua obrigação dar ao carente ou sem recursos a prioridade nos estabelecimentos gratuitos, em número suficiente. Se, já agora, a educação é obrigatória e nada custa no primeiro grau, por que inverter a ordem natural das coisas? Os estacionamentos das universidades federais estão cheios de carros do último tipo. Claro, chegam lá os estudantes profissionais. Os donos de todas as facilidades. Casa. Comida. Saúde. Lazer. Livros. Cursos. A mais ampla proteção e as melhores condições. Os que trabalham para estudar, os que sustentam famílias e querem ver o sol, estes caem, sonolentos, nos bancos das faculdades pagas. O bom senso diz o que? Pagar quem tem. Não pagar, quem não tem. A iniciativa privada complementar a oficial. Nada de fomentar a indústria do ensino à custa do analfabetismo crescente na população. O ensino é ruim porque desvirtuado das necessidades. Divorciado da realidade do mercado." (RIBEIRO, Jorge Alberto Beck Mendes. O Repórter da Constituinte. Porto Alegre: Tchê! Editora Ltda., 1986, p. 46).

[335] A nós, não ficou muito claro o teor do comentário à chamada Lei do Boi. Na obra, Mendes Ribeiro escreveu o seguinte: "Como conviver com a chamada Lei do Boi, entregando aos mais afortunados metade das vagas das faculdades de ciências agrárias? O mal foi corrigido por decreto!" (RIBEIRO, 1986, op. cit., p. 47). Imaginamos que a citada "Lei do Boi", referida no trecho destacado, seja a n. 5.465/1986, que instituía a reserva de vagas em estabelecimentos de ensino agrícola. Conforme disposto no artigo 1º da citada lei, os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de agricultura e veterinária que fossem mantidas pela União deveriam reservar, anualmente, a) 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residissem na zona rural; e b) 30% (trinta por cento) a candidatos agricultores ou filhos destes que residissem em cidades ou vilas que não possuíam estabelecimentos de ensino superior (BRASIL. Lei n. 5.465, de 3 de Julho de 1968. Brasília – Distrito Federal). Tal lei foi posteriormente revogada em 17 de dezembro de 1985, por meio da Lei n. 7.423. Ainda não compreendemos o que o autor quis dizer com "O mal foi corrigido por Decreto", uma vez que se imaginava que a revogação da citada Lei tenha ocorrido por decreto, que na realidade foi por meio de lei ordinária, ou se estava se referindo ao Decreto n. 63.788/68, o qual regulamentava a referida Lei, sem, contudo, trazer modificações ao texto desta.

[336] "Fernando Ferrari pensou alto. E grande. O Estatuto da Terra ainda não foi posto em prática por falta de coragem dos governantes. Tudo começa pela redistribuição de riqueza. Não se faz reforma alguma atirando um pedaço de terra ao colono tal qual um pedaço de carne a cão faminto. Os exemplos despencam da realidade, na contradição de quem recebeu e não conseguiu aproveitar" (RIBEIRO, 1986, op. cit., p. 50).

condições para se trabalhar a terra após o recebimento desta e aparentemente buscava solução conciliatória, sem que houvesse confiscos[337]. Em determinada passagem, parecia sugerir altruísmo aos proprietários de terra para que se evitassem conflitos. A conclusão vinha com uma frase atribuída ao Papa João Paulo II: "Sobre toda a propriedade privada, pesa um gravame social[338]".

Na obra de Leôncio Rodrigues, descreveu-se Mendes Ribeiro como "favorável a uma reforma agrária radical, capaz de corrigir as injustiças do campo[339]". Na Constituinte, Mendes Ribeiro teria votado favoravelmente à reforma agrária. É possível que a ambiguidade no texto pré-constituinte tenha sido proposital, para evitar afugentar eventuais eleitores donos de terras, porquanto permitia interpretações diversas.

Mendes Ribeiro desperta especial atenção para o presente trabalho por ter sido um dos fundadores e o primeiro presidente da Rádio Guaíba do Rio Grande do Sul. O parlamentar, antes de ocupar a cadeira na Câmara dos Deputados, exerceu por 34 (trinta e quatro) anos a atividade de radialista, dos quais 31 (trinta e um) foram dedicados à Rede Brasil Sul (RBS). Mendes Ribeiro fazia parte do quadro de funcionários da RBS, sendo comentarista e apresentador dos programas "Atualidade, Jornal do Almoço e o Repórter da Constituinte na Rádio Gaúcha[340]". Escrevia, também, colunas em jornais pertencentes ao grupo. Embora com notória atuação no setor de rádio e jornais, o livro para sua campanha não tratava do tema.

A atuação pretérita de Mendes Ribeiro no jornalismo e, em especial, na RBS-TV, teria sido fator determinante para o seu retorno à política. No livro de memórias de Fernando Ernesto Correa, ex-vice-presidente da ABERT e lobista da instituição na Constituinte[341], diz-se que a candidatura para Deputado Federal teria sido estimulada pelos proprietários da RBS TV, em conjunto com o próprio Fernando Ernesto – que também havia exercido cargos elevados na emissora[342]. Segundo o lobista[343], Mendes Ribeiro, ao ter aceitado disputar as eleições, "sabia

[337] Conforme escrito no texto: "Onde a assistência [SIC]? Saúde? Teto? Escola? Aposentadoria? Insumos? Implementos? Sementes? Recursos? Sabem lá, os colonos da importância de uma curva de nível possibilitando a fixação e impedindo a desertificação pelas chuvas levando a terra, adubo, tudo? [...] Reforma Agrária. Por decreto lei não se faz nada. Confiscando nada será feito. pegando juntos, compreendendo" (ibidem).
[338] Ibidem.
[339] RODRIGUES, Leôncio Martins. Quem é Quem na Constituinte. Uma análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados. Cit., p. 360.
[340] RIBEIRO, Jorge Alberto Beck Mendes. O Repórter da Constituinte. Porto Alegre: Tchê! Editora Ltda., 1986.
[341] Sobre a atuação de Fernando Ernesto Corrêa, falaremos mais adiante.
[342] PINHEIRO, Márcio. O Lobista – Fernando Ernesto Corrêa: negócios, política e jornalismo. Porto Alegre: [s. ed.], 2021, p. 27.
[343] Nesse ponto, é importante ressaltar que o termo "lobista" aqui utilizado não traz qualquer conotação depreciativa. No citado livro de memórias, Fernando Ernesto descreve a atividade e demonstra orgulho de sua atuação. Desse modo, convém explicitar que, ao utilizarmos o termo empregado no livro, não fazemos qualquer alegoria ou juízo depreciativo da atividade.

que seria o 'homem da RBS' em Brasília"[344]. O candidato "gozava de grande prestígio e visibilidade graças à coluna em Zero Hora e ao espaço que tinha como âncora do Jornal do Almoço"[345].

Na Subcomissão, Mendes Ribeiro foi autor de diversas proposições, as quais foram, pouco a pouco, se aproximando das ideias defendidas por empresários do setor[346]. Nas votações das matérias referentes à comunicação social, assumiu orientação mais próxima do chamado "Centrão".

Passado o período da Constituinte, em dezembro de 1988, Mendes Ribeiro se serviu da tribuna da Câmara dos Deputados para negar que políticos jornalistas e comunicadores do rádio tivessem vantagens nas eleições. Em seu discurso, Mendes Ribeiro usou o exemplo de Artur da Távola, que teria perdido as eleições no Rio de Janeiro, mesmo sendo jornalista e colunista de O Globo. O deputado tentava emplacar a ideia de que tais comunicadores, apesar da constante exposição e aparecimento em jornais e rádios, não seriam, no fundo, privilegiados. O político também afirmava ser uma "estupidez" a maioria do Congresso ter proibido "os comunicadores de aparecer e falar em seus espaços"[347]. Aparentemente, as críticas eram dirigidas às restrições eleitorais para pessoas profissionais da comunicação.

Não é possível dizer se Mendes Ribeiro de fato acreditava nas posições defendidas no referido discurso, mas certamente a fala era contraditória com a própria carreira do político, que teria conseguido a sua eleição em função do trabalho junto à RBS TV[348]. Mendes Ribeiro

---

[344] PINHEIRO, op. cit., p. 27.

[345] Ibidem.

[346] Houve uma aparente mudança de percepção do político no tocante à não renovação das concessões. No período de debates nas Subcomissões, em abril de 1987, Mendes Ribeiro enviou a Sugestão 02207 com "NORMAS DISPONDO SOBRE CONCESSÕES A EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO E SOBRE CASSAÇÃO DAS MESMAS EM CASO DE OFENSA A QUALQUER CLÁUSULA CONTRATUAL" – cf. CONGRESSO. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigos 223 e 224 da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional], p. 3-4. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse. Acesso em: 11 jul. 2023. Em outra sugestão, dessa vez apresentada ao relator da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, o político sugeria que as empresas de radiodifusão apenas pudessem ser cassadas após decisão judicial – cf. CONGRESSO. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigos 223 e 224 da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional], p. 48. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse. Acesso em: 11 jul. 2023. Vê-se que é possível que Mendes Ribeiro tenha aderido, no curso do processo constituinte, à defesa de que as concessões apenas pudessem ser cassadas mediante decisão judicial. No livro de memórias de Fernando Ernesto Correia, há a afirmação de que Mendes Ribeiro, no começo da Constituinte, teria tido "uma atuação equivocada" (PINHEIRO, Márcio. O Lobista – Fernando Ernesto Corrêa: negócios, política e jornalismo. Porto Alegre: [s. ed.], 2021, p. 29). Não é possível saber ao certo qual seria, na visão do representante da Abert, o equívoco da atuação política de Mendes Ribeiro, nem se a proposta de abril de 1987 faria parte dessa "atuação".

[347] RIBEIRO, Jorge Mendes. Congresso Nacional – O sr. Mendes Ribeiro Pronuncia o Seguinte Discurso. Brasília: Congresso Nacional: Diário do Congresso Nacional, 10/12/1988, p. 4992-4993.

[348] Conforme afirmado no livro de memórias de Fernando Ernesto, a eleição de Mendes Ribeiro era vista como um sinal de prestígio da própria RBS: "estava feliz pelo Mendes Ribeiro, pelo prestígio que a RBS estava tendo" (PINHEIRO, op. cit., p. 29).

convenientemente omitiu que muitos dos seus colegas parlamentares eram donos de rádios, televisões ou atuavam como jornalistas. O próprio exemplo fluminense o desmentia.

Em suma, seria possível atribuir ao parlamentar um perfil mais conservador, no sentido estrito do termo, de quem quer conservar o *status quo* na área das comunicações. Ribeiro parecia desejar não apenas favorecer a classe empresarial, mas *deixar as coisas como estavam* em benefício dos políticos detentores de espaços nesses veículos, inclusive ele próprio.

3.2.1.9 - ONOFRE CORRÊA

Natural do estado de Minas Gerais, Onofre Corrêa nasceu em 28 de setembro de 1949. Cursou Economia na Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), tendo-se formado em 1969. Antes de ingressar na política, atuava como "industrial do setor de óleos vegetais e fazendeiro".

Em algum momento entre 1969 e 1982, mudou-se para o Maranhão. Neste estado, fez sua primeira tentativa na política em 1982, disputando as eleições municipais pelo PMDB, como candidato a vice-prefeito para a cidade de Imperatriz. Tendo sido derrotado nas eleições, Onofre seria eleito, em 1986, deputado federal, já sob a legenda do PMDB. Consta do site da Câmara dos Deputados o registro de apresentação de um projeto de lei[349], um requerimento de informações e um requerimento de instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito em nome do Deputado.

Embora o político tenha tido apenas um mandato como deputado, consta também o registro de 113 (cento e treze) discursos de Onofre Corrêa da Tribuna da Câmara ou do Congresso. Desses discursos, destacamos o proferido em 26/04/1989, que relatava uma visita de membros da Comissão Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados à sede da Editora Abril. No discurso, Onofre demonstrava ter ficado bastante impressionado com o que vira, a ponto de dizer que a "a Editora Abril" seria

> o testemunho da capacidade e do destemor cívico da iniciativa privada, que, ao investir maciçamente em tecnologia e formação de pessoal, propicia ao nosso povo acesso às mais avançadas e especializadas informações científicas, técnicas, culturais e de entretenimento. Sua crença na livre iniciativa projeta-a para ocupar posição de merecido destaque na galeria das grandes instituições nacionais[350].

Em outros dois discursos, Onofre fazia críticas morais à programação das emissoras de televisão, as quais estariam afrontando os "princípios mais sagrados" da "unidade familiar"[351].

---

[349] Projeto de Lei n. 2.059/1989, o qual visava a prorrogar o prazo de isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados na compra de veículos destinados a servir como táxi.
[350] CORRÊA, Onofre. Onofre Corrêa (PMDB-MA. Pronuncia o seguinte discurso). Congresso Nacional – Diário do Congresso Nacional n. 44. Brasília, 26 abr. 1989, p. 2570.
[351] CORRÊA, Onofre. Onofre Corrêa (PMDB-MA. Pronuncia o seguinte discurso). Câmara dos Deputados – Diário do Congresso Nacional n. 89. Brasília, 22 jun. 1989, p. 5.245.

O primeiro ocorreu em 22 de junho de 1989, quando o deputado utilizou a tribuna da Câmara para protestar contra cenas de nudez, sexo, homossexualidade e um suposto deboche aos princípios conservadores, ocorridos na programação de TV, em especial nas novelas[352].

Proferido em setembro de 1990, o segundo discurso era mais longo. Nele, Onofre criticava uma suposta omissão governamental diante da "imoralidade" nos meios de comunicação[353]. No pronunciamento, o parlamentar demonstrava perplexidade com a programação dos meios de comunicação como um todo, atacando especialmente a nudez "lúbrica", "sensual" e apelativa, os "beijos quilométricos, que" poderiam ser classificados "como beijos sexuais"[354]. Ficava latente que a crítica maior viria às novelas as quais, supostamente, teriam tramas: i) em que os casais seriam todos "amigados" e não fariam "cerimônia em partilhar de camas alheias"; ii) com supostas cenas de sexo, implícito ou explícito; e iii) com supostos estímulos ao incesto e ao "homossexualismo"[355]. Programas humorísticos também foram alvo da crítica[356].

Enfim, o parlamentar demonstrava muito descontentamento com a programação dos meios de comunicação e questionava seus pares se se estaria protegendo a família, "o menor" e a "dignidade da pessoa humana". Por fim, pedia providências do Ministério da Justiça, o qual, segundo argumentou, apenas estaria preocupado com o artigo que vedaria a censura[357].

É preciso pontuar que essa fala em especial ocorreu após a Constituinte. Ainda assim, é bastante possível que preocupações de cunho moral já estivessem presentes no pensamento de Onofre Corrêa antes do término dos trabalhos. Não foi possível, porém, verificar a religião do parlamentar, para se analisar se os seus posicionamentos teriam alguma relação com afinidade de crença. Após o término do seu mandato como deputado, não há mais registros de que tenha tentado eleger-se novo cargo eletivo.

3.2.1.10 - POMPEU DE SOUSA

[352] Ibidem.
[353] CORRÊA, Onofre. Onofre Corrêa (PMDB-MA. Pronuncia o seguinte discurso). Congresso Nacional – Diário do Congresso Nacional. Revista de Informação Legislativa, Brasília, n. 96, Coleção Anais da Câmara dos Deputados, p. 10.040-10.041, 13 set. 1990.
[354] Ibidem.
[355] Ibidem.
[356] Ibidem.
[357] CORRÊA, Onofre. Onofre Corrêa (PMDB-MA. Pronuncia o seguinte discurso). Congresso Nacional – Diário do Congresso Nacional. Revista de Informação Legislativa, Brasília, n. 96, Coleção Anais da Câmara dos Deputados, p. 10.040-10.041, 13 set. 1990.

Roberto Pompeu de Sousa Brasil, nasceu em Redenção, no estado do Ceará, em 22 de março de 1916, filho de família tradicional naquele Estado "Pompeu-Accioli"[358], da qual saíram muitos políticos e industriários. O pai de Pompeu, Antônio Pompeu de Sousa Brasil, foi médico, dono de fábrica têxtil e deputado estadual no Ceará, contudo, faleceu precocemente aos 34 anos de idade[359]. O avô de Pompeu, Tomas Pompeu de Sousa Brasil, foi também jornalista, diretor do Jornal Liberal, e político, Senador no Império, entre 1864 a 1877 e Deputado Geral, entre 1878 a 1881[360].

Pompeu mudou-se para o Rio de Janeiro aos 15 anos, para estudar Direito, contudo não chegou a concluir o curso. Formou-se em Sociologia e Psicologia pela Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). Aos 18 anos teria começado a trabalhar como professor e língua portuguesa, no Colégio Pedro II[361] e aos 22 anos iniciou sua carreira como jornalista, no Diário Carioca, tendo permanecido neste Jornal até 1961.

No livro em homenagem a Pompeu de Souza, publicado pelo Senado Federal, há discurso do político em que narra parte da sua atuação no Diário Carioca[362]. Em passagem falando sobre o Estado Novo, Pompeu descreve a si mesmo como ator que combateu e conspirou para a derrubada de Vargas. Pompeu afirmava que a UDN – partido de que teria participado da fundação – teria nascido com o propósito de oposição a Vargas[363]. Posteriormente, dentro da UDN, Pompeu dizia que ele próprio "ao lado de João Mangabeira, de Hermes Lima, de Rubem Braga, Joel Silveira" dentre outros, fundaram "a Esquerda Democrática, que tinha como lema "Socialismo e Liberdade"[364], movimento que, no ano seguinte à fundação da UDN, conforme narra Pompeu, originou o Partido Socialista Brasileiro, com Pompeu sendo um dos fundadores.

Em 1961, já na condição de Diretor-Presidente do referido jornal, Pompeu teria renunciado ao cargo, por não aceitar a tentativa de golpe militar contra Jango. Entre 1961 e

---

[358] Pompeu de Sousa, em discurso proferido no Senado Federal em 8 de março de 1990, descreve sua família da seguinte forma: "E eu, oriundo de uma oligarquia, a oligarquia dos Pompeu-Accioli, revoltara-me, com oito anos de idade – eis que meu pai tivera também a grandeza de abjurar a oligarquia – e apoiava Luís Carlos Prestes, por que ele, àquela altura, já representava a reação do País contra um de seus mais graves e históricos males histórico-culturais, que costumo chamar de síndrome do faz-de-conta". SENADO FEDERAL. Grandes Vultos que Honraram o Senado: Pompeu de Sousa – perfil parlamentar. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 34.

[359] Conforme ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS (Ceará). **Antônio Pompeu**: posição patrono. Posição Patrono. Disponível em: https://academiacearensedeletras.org.br/membros/antonio-pompeu/. Acesso em: 01 set. 2023.

[360] SENADO FEDERAL, Secretaria-Geral da Mesa, Coordenação de Arquivo e Coordenação de Biblioteca. Pompeu – Tomas Pompeu de SousaBrasil. Brasília. Disponível em < https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2256>. Acesso em 17mar2024.

[361] SENADO FEDERAL. Grandes Vultos que Honraram o Senado: Pompeu de Souza, cit.

[362] No referido discurso traz exaltação a Luís Carlos Prestes. SENADO FEDERAL. Grandes Vultos que Honraram o Senado: Pompeu de Souza, cit., p. 31-38.

[363] Ibid., p. 32.

[364] Ibid..

1963, Pompeu atuou como Chefe do Serviço de Imprensa da Presidência do Conselho de Ministros, durante o regime parlamentarista[365]. Nessa função, Pompeu também presidiu o Grupo de Trabalho, criado pelo Decreto do Conselho de Ministros n. 1.176, de 12 de junho de 1962, para elaborar o "Estatuto do Jornalista"[366].

Pompeu também teve atuação no magistério superior. Em 1949, assumiu a cadeira de "Técnica do Jornal e do Periódico na Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil (hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro"[367]. Na biografia do Senado Federal em homenagem ao político, Pompeu é apresentado como um dos fundadores da Universidade de Brasília, em 1961, juntamente com "Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Oscar Niemayer, Frei Matheus Rocha e outros grandes nomes da cultura nacional"[368]. Pompeu foi demitido da UnB em 1964, por razões políticas[369].

Apesar da demissão por motivos políticos, Pompeu de Sousa aparentemente nutria boa relação com pessoas ligadas ao regime militar, como o próprio Chateaubriand. Em discurso proferido no Senado Federal, Pompeu conta que, após a demissão na UnB, recebeu convite do Então deputado João Calmon, para trabalhar em jornal do Diários Associados, o Diário Carioca[370].

Em 1979, com a abertura política, Pompeu filiou-se ao PMDB, partido pelo qual disputaria as eleições para o Senado em 1986.

Na Constituinte, o parlamentar defendia, especialmente, a liberdade de imprensa. Pompeu fez parte dos políticos que trocou o PMDB pelo PSDB, em 1988. O político faleceu em 1991, antes mesmo do término do mandato de Senador.

3.2.1.11 - ROBERTO VITAL

[365] SENADO FEDERAL, Secretaria-Geral da Mesa, Coordenação de Arquivo e Coordenação de Biblioteca. Pompeu – Pompeu de Souza. Brasília. Disponível em < https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2221>. Acesso em 17mar2024.
[366] Ibid.
[367] SENADO FEDERAL. Grandes Vultos que Honraram o Senado: Pompeu de Souza, cit., p. 32.
[368] Ibid., p. 14.
[369] Em discurso proferido por Pompeu de Sousaeste afirma que a demissão ocorreu por ser considerado subversivo pelo regime, SENADO FEDERAL. Grandes Vultos que Honraram o Senado: Pompeu de Souza, cit., p. 25. Na biografia do político contida no CPDOC há apenas a referência a "motivos políticos". CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Roberto Pompeu de Sousa. In:____. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-pompeu-de-sousa-brasil. Acesso em 17 ago. 2022.
[370] SENADO FEDERAL. Grandes Vultos que Honraram o Senado: Pompeu de Souza, cit., p. 26-27.

Roberto Vital Ferreira, nascido em Minas Gerais, em 7 de novembro de 1949[371], era médico de profissão, tendo concluído o curso de Medicina em 1979. A sua trajetória política se iniciou anos antes da Constituinte, quando se filiou ao MDB. Posteriormente, já com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao Partido Popular (PP), o qual, mais tarde, veio a se fundir com o PMDB[372].

Em 1982, Vital foi eleito vereador em Belo Horizonte (MG). O sucesso nas urnas levou o político a pleitear uma cadeira de deputado federal nas eleições de 1986.

Já no Congresso, Vital fazia parte da "bancada evangélica", composta por ele e outros 33 (trinta e três políticos). Mesmo com a informação de que teria sido eleito a partir do voto evangélico, não foi possível localizar nos discursos em plenário ou nos projetos apresentados pelo Deputado nada que demonstrasse aproximação maior com o grupo, tampouco uma defesa explícita das pautas religiosas.

A despeito de ter permanecido na Câmara dos Deputados apenas um mandato, Roberto Vital apresentou 9 (nove) projetos de lei, sobre temas os mais diversos. Pretendia que os automóveis fabricados no Brasil e destinados ao mercado interno tivessem os mesmos acessórios dos que eram exportados para o exterior. Estava preocupado com a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência auditiva (PL n. 426/1988[373]) e com as consequências do fumo em aeronaves em voos comerciais no Brasil (PL n. 578/88[374]).

A ausência de foco em grandes causas religiosas também se observava nos discursos do Deputado, o qual fazia uso da tribuna para saudar jornais, manifestar-se contra o racismo, expressar votos, etc.

Próximo ao término de seu mandato na Câmara, Vital chegou a disputar novas eleições para o mesmo cargo, em 1990, pelo PRN – todavia, não foi eleito. Em 1992, agora sob a legenda do PTB, o político tentou, sem sucesso, uma vaga como vereador em Belo Horizonte.

---

[371] Nos bancos de dados consultados não consta a informação a respeito do falecimento do político. Ao entrar em contato por telefone com a clínica médica de propriedade de Roberto Vital, em Belo Horizonte, fomos informados que este teria falecido no ano de 2022.

[372] Um resumo a respeito da agremiação – que reunia, sob o mesmo guarda-chuva, "Tancredo Neves, ex-membro do Partido Social Democrático (PSD) e a seguir do MDB, e o ex-governador e então deputado federal Magalhães Pinto, anteriormente ligado à União Democrática Nacional (UDN) e à Arena" –, pode ser encontrado em COUTO, André. Partido Popular (PP). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbete/6179. Acesso em: 6 mar. 2023.

[373] BRASIL. Projeto de Lei n. 426/1988. Obriga a tradução simultânea para linguagem gestual, pelas emissoras de televisão em todo país, dos pronunciamentos do presidente e altas autoridades da república. Brasília: Câmara dos Deputados, 18 mar. 1988.

[374] BRASIL. Projeto de Lei n. 578/1988. Dispõe sobre a proibição de fumar no interior de aeronaves comerciais durante voos domésticos. Brasília: Câmara dos Deputados, 26 abr. 1988. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=179149. Acesso em: 6 mar. 2023.

3.2.2 – A BANCADA DO PFL

Há diversos estudos acerca da formação do PFL[375], os quais, aparentemente, se complementam e nos dispensam da tarefa de reconstruir minuciosamente as origens do partido. É importante, contudo, traçar uma linha geral da orientação do PFL e de seus integrantes na Constituinte, embora, como tudo em política, tais linhas costumam ser sinuosas e efêmeras.

O Partido da Frente Liberal, PFL, foi fundado oficialmente em 1985 e abrigou boa parte da dissidência do PDS. O racha no PDS ocorreu, mormente, após a convenção partidária que deu vitória a Paulo Maluf como candidato à Presidência da República[376]. No manifesto de fundação, constavam como primeiros signatários diversos governadores, sobretudo da região nordeste, senadores e deputados federais[377].

A Frente Liberal subscreveu, juntamente com a oposição ao PDS, o documento denominado "Compromisso Com a Nação" – o qual previa, além do retorno de uma série de garantias, a volta das eleições diretas para Presidência da República, para os cargos do Poder Executivo, estadual e municipal, e do Legislativo[378]. O arranjo entre a Frente Liberal e PMDB indicaria a chapa Tancredo Neves e José Sarney, para a disputa presidencial indireta em 1985, fato que levou Sarney a ter que migrar para o PMDB[379].

---

[375] Dentre os citados estudos, mencionamos os seguintes: TAROUCO, Gabriela da Silva. O Partido da Frente Liberal: Trajetória e Papel no Sistema Político. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999; FERREIRA, Denise Paiva. PFL x PMDB: Marchas e contramarchas (1982-2000). Goiânia: Editora Alternativa, 2002; RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. A Decadência Longe do Poder: Refundação e Crise do PFL. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Do mesmo autor: RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. PFL: do PDS AO PSD. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. É importante, ao concluir a nota, dizer que embora reconheçamos os méritos dos trabalhos citados, nem sempre aderimos a tudo o que foi escrito, especialmente as análises de conjuntura histórica e algumas interpretações. Ainda assim, há neles descrições fáticas que se complementam e permitem o seu aproveitamento pelo presente trabalho.

[376] FERREIRA, Denise Paiva. PFL x PMDB: Marchas e contramarchas (1982-2000). Goiânia: Editora Alternativa, 2002, p. 47. No mesmo sentido, cf. RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. PFL: do PDS AO PSD. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

[377] Há divergências na literatura quanto os números de parlamentares que integravam o Partido. De acordo com Gabriela Tarouco, entre os signatários do manifesto de fundação da Frente Liberal estariam "5 governadores, 14 senadores e 77 deputados federais" (TAROUCO, op. cit., p. 30). A autora apresenta, no final de seu trabalho, o manifesto de fundação, afirmando que este teria sido subscrito por 2.051 pessoas. Já Denise Ferreira afirma que "já na fundação, o PFL passou a contar com a adesão de sete governadores nordestinos [...]. Além desses governadores, o partido contou, desde o início, com um significativo número de membros no Congresso Nacional: 79 deputados federais – 16,5% da Câmara Federal – e 17 senadores - 24,6% do Senado Federal" (FERREIRA, op. cit, p. 48-49). A despeito das divergências, o que importa é que entre os principais nomes do partido em sua fundação estavam Aureliano Chaves (vice-Presidente da República), José Sarney (Senador e Presidente do PDS à época), Marco Maciel, Jorge Bornhausen (Senador) e Guilherme Palmeira (Senador).

[378] Dentre as lideranças do PDS que assinaram o documento, destacam-se Aureliano Chaves, Vice-Presidente da República, José Sarney, Senador da República e Presidente do PSD (FERREIRA, op. cit, p. 47-48).

[379] Segundo Ricardo Ribeiro, a mudança de partido seria decorrente da legislação eleitoral da época, que obrigava que a chapa pertencesse ao mesmo partido (RIBEIRO, 2016, op. cit., p. 57).

Na sua gênese, o PFL é descrito como um partido cuja força adviria principalmente da elite política nordestina[380]. Além dos governadores da referida região, que ingressaram cedo para a legenda, Antônio Carlos Magalhães também era nome de destaque.

Outra característica comumente atribuída ao PFL desde a sua fundação era a participação nas bases governistas, tendo o partido desempenhado, durante o "período de 1985-1997 [...] 18,8% das funções ministeriais"[381]. Acerca da orientação ideológica do partido, Denise Paiva Ferreira sustenta que, com o passar do tempo, até a chegada aos anos 2000, o PFL teria assumido, ou tentava assumir, uma posição liberal de centro, que o distinguisse das outras organizações partidárias[382].

No período da Constituinte, todavia, a orientação parecia ser um pouco distinta e um tanto mais distante de um centro totalmente liberal, de modo que Maria D'Alva Kinzo descreve a atuação do PFL como predominantemente governista, conservadora e pouco nacionalista[383]. A maioria de seus membros vinha do PDS e tinha alguma passagem pela ARENA, durante o regime militar. A mudança de partido, além da aversão ao nome de Paulo Maluf, pode ter ocorrido por inúmeros motivos. Um desses, segundo Gabriela Tarouco, pode ter sido a conjuntura da transição, a qual teria levado os

> dissidentes pedessitas a abandonarem o apoio comprometedor ao governo, apagando junto ao eleitorado a imagem negativa de 'sócios do regime', ao mesmo tempo em que suas expectativas de participação no jogo político democrático do futuro próximo estavam garantidas e eles credenciados junto à opinião pública como elite ética e responsável pela transição[384].

Ainda conforme a mesma autora, tais dissidentes estariam apostando numa estratégia de apoio à oposição, enquanto ainda estavam vinculados ao governo. O novo partido carregava consigo significativo espólio político do PDS, com governadores, senadores e deputados

---

[380] Nesse sentido, ver: FERREIRA, op. cit., p. 48, e RIBEIRO, 2016, op. cit., p. 9.
[381] FERREIRA, Denise Paiva. PFL x PMDB: Marchas e contramarchas (1982-2000). Goiânia: Editora Alternativa, 2002, p. 52.
[382] Idem, p. 61-63.
[383] Kinzo apresenta, em seu texto, 5 (cinco) categorias de análise da atuação dos partidos na Constituinte, notadamente: i) governismo; ii) conservadorismo; iii) democratismo; iv) nacionalismo; e v) oposicionismo ao sistema financeiro. Os elementos mais detalhados das categorias criadas pela autora foram extraídos de posicionamentos em votações colocados como anexo ao seu texto – em conservadorismo, por exemplo, a autora utilizou 11 votações sobre "questões referentes à ordem econômica e social e a direitos sociais" da Constituinte, as quais, na visão da autora, permitiriam "distinguir uma posição mais conservadora de uma postura mais reformista no que tange a direitos sociais, distribuição de propriedade e à ordem econômica" (KINZO, Maria D'Alva Gil. O Quadro Partidário e a Constituinte. In: LAMOUNIER, Bolívar. De Geisel a Collor: Balanço da transição. São Paulo: Editora Sumaré, 1990, p. 105-134, especialmente páginas 117 a 132).
[384] TAROUCO, Gabriela da Silva. O Partido da Frente Liberal: Trajetória e Papel no Sistema Político. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999, p. 30.

federais entre suas fileiras, além do fato de ter a simpatia do novo Presidente da República – um pefelista em pele de pemedebista.

3.2.2.1 ÂNGELO MAGALHÃES

Ângelo Mário Peixoto de Magalhães nasceu em Salvador em 30 de janeiro de 1926. Pertencia a uma família influente da Bahia: filho de Francisco Peixoto de Magalhães Neto, médico, professor catedrático e deputado federal, era também irmão de Antônio C. Magalhães. Francisco Magalhães Neto havia participado da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição Federal de 1934. Com o advento do Estado Novo – e o fechamento do Congresso –, saíra da cena política. Francisco também integrou a Academia de Letras da Bahia e foi membro do Instituto Histórico Geográfico do mesmo estado.

Ângelo Magalhães cursou Relações Públicas na Escola de Administração da Bahia e Administração na Universidade Federal da Bahia, tendo concluído os dois cursos. Antes da Constituinte, foi Diretor da TV Bahia, "tesoureiro da Empresa de Correios e Telégrafos" e "tesoureiro-auxiliar dos Correios e Telégrafos e da Alfândega, trabalhando também como redator de debates na Câmara dos Deputados".

O seu ingresso na política se deu em 1966, como Deputado Estadual na Bahia, pela ARENA, cargo que exerceu por dois mandatos consecutivos. Após deixar a Assembleia Legislativa, assumiu a direção do Banco do Desenvolvimento da Bahia. Em 1978 elegeu-se, também pela ARENA, deputado federal e, em 1982, sob a legenda do PDS, foi reeleito. No pleito de 1986, Ângelo disputou, pela terceira vez, uma vaga na Câmara dos Deputados – dessa vez, todavia, sob a legenda do PFL, tendo percorrido o caminho migratório Arena-PDS-PFL, já sinalizado por David Fleischer[385].

Na Constituinte, Ângelo foi titular da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, tendo votado

> a favor da pena de morte, do presidencialismo, do mandato de cinco anos para José Sarney, da pluralidade sindical, da anistia aos micro e pequenos empresários e da desapropriação da propriedade produtiva [386]. E contra o voto facultativo aos 16 anos, o rompimento de relações diplomáticas com países que praticassem políticas de discriminação racial, o aborto, a proibição de comércio de sangue, a limitação do direito de propriedade, a nacionalização do subsolo, a estatização do sistema financeiro, o limite de 12% ao ano para os juros reais, a limitação dos encargos da dívida externa, a soberania popular, o mandato de segurança coletivo, a remuneração de 50% superior para trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, o turno

[385] FLEISCHER, David. Perfil Sócio-Econômico e Político da Constituinte. In: GURAN, Milton (coord.). O Processo Constituinte 1987-1988: Documentação fotográfica a nova Constituição. Brasília: AGIL, 1988.
[386] A votação foi a favor da desapropriação da propriedade improdutiva.

> ininterrupto de seis horas, a demissão sem justa causa, o aviso prévio proporcional e a criação de um fundo de apoio à reforma agrária.

Em consulta sobre a atuação de Ângelo, nos arquivos digitais da Câmara dos Deputados, não encontramos nenhum registro de projeto de lei apresentado pelo Deputado[387]. Por outro lado, há diversas relatorias atribuídas ao parlamentar e discursos em plenário. Na mesma consulta, encontramos 42 (quarenta e dois) discursos proferidos pelo político durante toda a sua atuação como Deputado. Chama a atenção que pelo menos 15 (quinze) desses pronunciamentos eram para exaltar os feitos ou defender o seu irmão, Antônio Carlos Magalhães, de críticas e acusações as mais diversas. A defesa do irmão, inclusive, ocorreu enfaticamente em diversos debates na Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Informação, quando Ângelo desafiava qualquer político que insinuasse coisas que pudessem desabonar Antônio Carlos.

Em reportagem publicada no Jornal do Brasil, em 27/04/1987, havia pequenas descrições dos políticos que integravam a Subcomissão. Na nota destinada a Ângelo, o político era descrito como "reservado", optando por trabalhar na retaguarda a se expor. Na Subcomissão, ainda segundo a mesma reportagem, Ângelo supostamente cochicharia "com os colegas que em seguida" articulariam "perguntas questionando a reserva de mercado"[388].

Desse modo, ainda que Ângelo Magalhães tenha tido uma carreira política bem-sucedida, é inevitável que seja lembrado pelos laços familiares, por ser irmão de Antônio Carlos Magalhães. Este último, por sua vez, possui currículo político extenso e despertou mais a atenção de autores em geral, existindo farta e controvertida bibliografia dedicada à trajetória do

---

387 É importante ressaltar que, embora os arquivos digitais, tanto da Câmara quanto do Senado Federal, sejam excelentes e de fácil manuseio, pode haver lacunas e incompletudes, com projetos e relatorias ainda não digitalizados.

388 CHACEL, Cristina. Reserva de Mercado Pode Cair na Constituinte. **Jornal do Brasil,** Rio de Janeiro, 27 abr. 1987. Economia, Caderno 1º Caderno, p. 15.

político[389] – ainda que uma biografia política afastada das paixões e rancores ainda nos pareça pendente[390].

Antônio Carlos Magalhães graduou-se em medicina pela Universidade Federal da Bahia em 1952. Durante a realização do curso, foi eleito presidente do Diretório Acadêmico da mesma instituição, sendo comum a indicação desse fato como inaugural da sua trajetória política[391].

[389] É até curioso analisar esse material de extremos. Por um lado, há uma literatura de exaltação do ex-Governador da Bahia, como em MATTOS, José Batista Freitas. ACM, O Mito. Salvador: Editora BDA-Bahia Ltda., 1996 – o tom laudatório da obra realmente nos causou espanto ao apresentar ACM como uma figura mitológica. Tal autor aparentemente era e é profundo admirador da família Magalhães, a tal ponto que teria realizado promessas religiosas para que ACM se curasse de determinada doença, ACM Neto vencesse eleições, etc. (conforme informação disponível em: Autor do livro sobre ACM, feirense José Batista promete caminhada pela vitória de Neto nas Eleições 2022. Jornal Grande Bahia, Feira de Santana, 27 mai. 2022. Disponível em: https://jornalgrandebahia.com.br/2022/05/autor-do-livro-sobre-acm-feirense-jose-batista-promete-caminhada-pela-vitoria-de-acm-neto-nas-eleicoes-2022/. Acesso em: 26 set. 2023). Enfatizamos que não será possível, portanto, utilizar tal material como fonte "neutra". Aliás, o livro contém algumas peculiaridades: na página 25, por exemplo, há a afirmação de que ACM teria assumido a prefeitura de Salvador em 1967 sob uma expectativa muito grande, "afinal, tratava-se do parlamentar que mais veementemente combatera e denunciara a situação anterior à Revolução de 1964. Combatendo a desordem e a subversão dos valores cívicos e o comunismo, sempre a favor dos princípios que direcionavam o Movimento de Março". Entre as páginas 132 e 137, em folhas não numeradas, há, todavia, a foto de um sorridente ACM ao lado de Fidel Castro, supostamente tirada em El Salvador. Mais à frente, o autor relata uma suposta luta de ACM em favor da democracia a partir da década de 1980. No outro oposto, o livro de GOMES, João Carlos Teixeira. Memória das Trevas: Uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães. São Paulo: Geração Editorial, 2001, dedica suas mais de 700 páginas para descrever, de uma forma não mitológica, Antônio Carlos. João Teixeira Gomes, pelas pesquisas que fizemos, foi fundador do Jornal da Bahia, o qual teria passado momentos conturbados durante a ditadura militar sob suposta influência de ACM. É preciso destacar, todavia, que Gomes foi jornalista, membro da Academia de Letras da Bahia e possui outras obras publicadas – as quais não têm ACM como objeto de pesquisa. Embora muito do que é descrito por ele tenha sido encontrado em outras fontes, também é necessário cuidado ao analisar a obra, porquanto não é possível saber se há ou não exageros motivados por razões pessoais do autor. Das demais obras consultadas para o presente trabalho, chamou atenção o livro coletivo MAGALHÃES, Antônio Carlos [et al]. Política é Paixão. Rio de Janeiro: Revan, 1995, o qual contêm uma longa entrevista realizada por Ancelmo Góis, Marcelo Pontes, Mauricio Dias, Miriam Leitão e Rui Xavier com o político. Em determinado ponto, quando questionado acerca de um suposto oportunismo político ao abandonar o regime militar quando este já se encontrava em naufrágio, Magalhães revidou e chegou a afirmar que a entrevistadora, Miriam Leitão, não teria como falar a respeito, porque ela mesma supostamente era obrigada a aderir a uma linha editorial de seu jornal e passou a apontar possíveis contradições da repórter. A entrevista demonstrava um político habilidoso, sem medo de ir para o enfrentamento, que não fugia ou contornava uma briga.

[390] Faremos uma opção metodológica – até para preservar os leitores de uma morte prematura por tédio antes de chegar ao tema prometido na introdução, bem como para evitar que longas e longas páginas sejam ocupadas com a biografia de ACM - de empregar como fonte principal básica o que está no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC (LEMOS, Renato. Antônio Carlos Peixoto Magalhães. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-carlos-peixoto-de-magalhaes. Acesso em: 26 set. 2023), com complementação de acervos de jornais, livros e projetos de ACM, para o que julgarmos pertinente para o trabalho. Como dito em notas anteriores, João Carlos Teixeira Gomes conseguiu escrever mais de 700 páginas sobre ACM e não temos dúvidas de que, de fato, há muito que se possa escrever sobre o político, todavia, não iremos assumir esse compromisso no presente trabalho, deixando a tarefa para outros historiadores, admiradores, parentes, etc.

[391] LEMOS, Renato. Antônio Carlos Peixoto Magalhães. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-carlos-peixoto-de-magalhaes. Acesso em: 26 set. 2023. Destacamos que no livro MAGALHÃES, Antônio Carlos [et al]. Política é Paixão. Rio de Janeiro: Revan, 1995, p.52-53, ACM conta que estudou medicina em função de o pai ser professor em faculdade de medicina. Nas mesmas passagens, revela que foi muito mais "um político na Escola de Medicina do que um

Antes mesmo do ingresso na universidade, ACM já atuava como jornalista no "Estado da Bahia", dos Diários Associados, tendo trabalhado ou colaborado com o veículo até 1960[392]. A partir de 1954, já formado em Medicina, ACM mergulhou na política, tendo-se destacado como uma espécie de assessor e secretário particular do político Juraci Magalhães, supostamente exercendo a função, junto aos Deputados Estaduais da UDN na Assembleia Legislativa da Bahia, de "redator de debates, pelos apartes não regimentais aos discursos dos deputados que eventualmente atacassem seu líder, na época senador da União Democrática Nacional (UDN)"[393]. Tal atividade teria contribuído para a eleição ACM a Deputado Estadual pela UDN em 1954, tendo o político assumido a liderança da bancada desse partido na Assembleia Legislativa da Bahia[394]. Em 1958, pelo mesmo partido, elegeu-se Deputado Federal, tendo sido reeleito em 1962 e 1966[395].

Antônio Carlos Magalhães recebeu, ao longo da vida, algumas alcunhas, como, por exemplo, a de "despertador" do então presidente Juscelino Kubitschek, para quem supostamente telefonaria todos os dias às sete horas da manhã. Essa peculiaridade nos pareceu mais pertinente para o trabalho do que poderia aparentar num primeiro momento. Em 1954, Antônio Carlos era Deputado Federal udenista, integrando os quadros desse partido, enquanto JK era membro do PSD. Em longa entrevista com ACM, este foi questionado por Miriam Leitão se teria sido mesmo o despertador de Juscelino. ACM, na ocasião, disse que a frase seria exagero, mas confirmou ter recebido um número pessoal do então Presidente, ao qual poucas pessoas tinham acesso, e afirmou ter sido incumbido por JK de telefonar três vezes por semana. No mesmo livro, inclusive, ACM afirmou que não votara em JK nas eleições para a presidência, mas que teria se tornado amigo do então Presidente e que este último também lhe telefonaria com frequência. Destacamos o dado para demonstrar a habilidade política de ACM, especialmente por conseguir se manter próximo ao poder mesmo sendo oposição, característica tal que, inclusive, pôde ser observada em outros momentos de sua trajetória política e, até certo ponto, se assemelha muito ao que viria a ser, posteriormente, o próprio PFL, que conseguia ser sempre base de governos.

Após a presidência de Juscelino, embora fosse filiado à UDN, o político fez oposição a Jânio Quadros, que se elegera com o apoio de tal partido. Com a renúncia de Jânio, ACM teria

---

estudante de Medicina no Hospital. [...] Em 52, me casei e me formei. Fui orador da minha turma. Na faculdade, exerci todos os cargos na política acadêmica que vinha exercendo desde o ginásio. Fui presidente do grêmio. Em tudo de política tive nota dez. nas matérias científicas, nem tanto".

[392] LEMOS, op. cit..

[393] Ibid.. Informação semelhante está contida em MAGALHÃES [et al], op. cit., p. 11.

[394] MAGALHÃES [et al], op. cit., p. 11.

[395] Ibid..

estabelecido boa relação com os militares do Golpe de 1964, vindo a ser nomeado Prefeito de Salvador.

3.2.2.2 - AROLDE DE OLIVEIRA

Arolde de Oliveira nasceu na cidade de São Luiz Gonzaga das Missões, no Rio Grande do Sul, em 1937. A sua família dedicava-se à pequena agricultura e à pecuária. Em seu livro de memórias[396][397], Arolde afirma que teria tido uma infância "muito pobre e muito dura, mas também muito feliz" [398]. O político dizia não enxergar problemas, quando criança, na sua situação financeira. Situação distinta, todavia, era a de seus avós, os quais "descendiam de famílias de muita tradição, mas que viviam uma situação de pobreza"[399].

A formação escolar inicial de Arolde foi feita em casa, tendo aprendido a ler e a escrever com sua mãe. Posteriormente, ainda menino, foi enviado pela família "para a cidade"[400] para cursar o primário. Os estudos foram feitos na escola de Pinheiro Machado, político influente na

[396] Sobre o livro em si, convém apontar duas curiosidades, uma diretamente relacionada ao objeto de pesquisa e outra mais distante. A primeira delas é que, a despeito de conter apenas o nome de Arolde de Oliveira como autor, há um texto, nas páginas iniciais, com o título "Organização", sugerindo que o livro teria sido organizado por Eraldo Montenegro. Grande parte do texto – a maior parte, aliás – apresenta a narrativa da vida de Arolde em terceira pessoa e utiliza "aspas" para destacar os trechos que conteriam falas diretas do político. Há, inclusive, um trecho com a transcrição de um discurso de Arolde no Congresso Nacional em que há a expressão "[sic]" ao lado de uma frase escrita com erro de concordância (página 88), o que nos leva a questionar: i) se estaria Arolde buscando se afastar de erros de concordância do passado, considerando o seu ser do presente como alguém distinto do seu "eu" anterior, ou até demonstrando que a transcrição da nota estaria errada; ou ii) se seria o organizador da obra tentando demonstrar que o erro não era seu. Chamamos a atenção para essa curiosidade para mostrar como o terreno é movediço, de se considerar o autor quem assina o livro, no caso, o próprio Arolde de Oliveira.
A outra curiosidade é que boa parte do material empregado na elaboração do trabalho foi adquirido em sebos online, o que inclui o citado livro. Tal exemplar, aparentemente, jamais havia sido lido por quem o recebeu, haja vista as páginas e o miolo estarem perfeitamente intactos. Há, na contracapa, uma dedicatória do autor (Arolde) escrita à caneta para outro político – cujo nome não ousaremos escrever aqui –, o qual, ao que tudo indica, não teve curiosidade de se inteirar ou até mesmo permanecer com a biografia do colega. De certo modo, ainda que a obra não seja um texto de Machado de Assis ou Eça de Queiroz, ficamos felizes ao dar ao citado livro o tratamento que um livro merece: foi riscado, grifado, glosado, enfim, lido de fato.

[397] OLIVEIRA, Arolde de. Arolde de Oliveira: uma trajetória de trabalho. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

[398] Ibid., p. 20. A ideia de "muita pobreza" descrita pelo político deve ser interpretada de acordo com o conceito de pobreza que cada um carrega. Isso porque, em outras passagens do livro, Arolde confidenciava que o pai era delegado de polícia no munícipio. Além disso, pelo teor da narrativa, a propriedade rural da família dispunha de ovelhas, vacas, bois e plantação de alimentos, o que não condiz com situações de "muita pobreza", comumente experimentada por funcionários de propriedades desse tipo. Embora Arolde tenha feito os seus estudos iniciais em casa, foi enviado para uma cidade próxima para estudar, tendo morado em uma pensão custeada pela família. Ainda que não se descarte que a família poderia não ser rica e ter lá suas limitações financeiras em comparação com outras do referido município, talvez o advérbio "muito", empregado pelo político, tenha tido função de hipérbole para causar mais comoção na sua biografia.

[399] OLIVEIRA, Arolde de. Arolde de Oliveira: uma trajetória de trabalho. Rio de Janeiro: E-papers, 2014, p. 20.

[400] Não fica claro no texto, mas, ao que tudo indica, a família de Arolde morava numa região rural do município de São Luiz Gonzaga das Missões, ao passo que o futuro político foi destacado para estudar na área urbana desse mesmo município. "Cidade", no caso, se refere à região urbana, portanto.

região de cuja família de Arolde descendia. Durante a estadia na cidade, Arolde, ainda criança, vendia ovos e engraxava sapatos para ter acesso às mesmas coisas "que as crianças ricas"[401].

Quando concluiu o primeiro grau, Arolde mudou-se para Porto Alegre, onde estudou no Colégio Salesiano. Após cursar um ano nesse colégio, Arolde prestou vestibular para a Escola Preparatória de Cadetes, de Porto Alegre (EPPA)[402]. A entrada na carreira militar foi decisiva para a sua trajetória política. Após ter feito a formação na Escola Preparatória de Cadetes, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ), em 1957. Na Academia, além das atividades regulares de ensino e formação, Arolde participava de competições esportivas, tendo sido campeão de "competições de arremessos de granadas".

Tendo concluído o curso de formação das Agulhas Negras, o já então Tenente Arolde de Oliveira buscou outra formação junto ao Instituto Militar de Engenharia (IME), como engenheiro eletrônico, curso concluído em 1965. Além disso, graduou-se em Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Políticas do Rio de Janeiro em 1967.

A formação complementar permitiu ao futuro político o ingresso em setores de tecnologia estatais, notadamente, em telecomunicações. Conforme consta de sua biografia, Arolde teria integrado um grupo de trabalho que "objetivava desenvolver projetos de engenharia comprometidos com o planejamento da radiodifusão"[403]. A função de Oliveira nesse grupo teria sido a de elaborar um "modelo matemático considerando população, renda e crescimento demográfico para cada município/região considerado, a fim de definir quantos e quais canais seriam ali alocados"[404]. O resultado desse estudo seria a elaboração do Plano Nacional de Distribuição de TV em VHF, o qual teria norteado "as concessões e a formação das redes de televisão no país"[405].

Na citada biografia, diz-se que a formação, associada ao espírito de liderança e aos múltiplos conhecimentos, teriam lhe permitido a abertura de muitas portas e rápida ascensão profissional[406]. De fato, Oliveira galgou postos importantes nas telecomunicações em âmbito

---

[401] OLIVEIRA, 2014, op. cit., p. 20.

[402] Conforme informado na biografia de Arolde de Oliveira, atualmente, a Escola Preparatória seria o Colégio Militar. Sobre o episódio, no seu livro de memórias, afirmou que o vestibular teria apenas "umas 200 ou 300 vagas em todo o Brasil", disputadas por cerca de "uns 10 mil candidatos". Inicialmente, Arolde não teria sido aprovado em primeira chamada, mas, conforme sua biografia, ele e um amigo ficaram "amigos de um sargento da escola, e um dia ele nos disse que ia chegar outra relação de aprovados, renovando nossa confiança numa segunda chance. Dois sábados depois, nós voltamos lá e procuramos nosso amigo sargento. Ele veio com uma lista de mais 13 nomes. Eu fui o último daquela relação." (OLIVEIRA, 2014, op. cit., p. 52).

[403] OLIVEIRA, Arolde de. Arolde de Oliveira: uma trajetória de trabalho. Rio de Janeiro: E-papers, 2014, p. 56.

[404] Ibid.

[405] Ibid.

[406] Na biografia de Arolde, destaca-se a sua formação como fator decisivo para o sucesso profissional. Não se nega que, dentro das Forças Armadas, o parlamentar tivesse se destacado nessas áreas, todavia, acreditamos que o

nacional. Em 1967, desligou-se das Forças Armadas para ingressar na EMBRATEL[407], tendo exercido funções distintas na empresa pública. Em 1969, Arolde foi o responsável por organizar e exercer a Chefia do Distrito de Operações de Uberaba da citada empresa. Os resultados obtidos nessa função teriam resultado na sua indicação para "gerir a implantação dos sistemas de telecomunicações da Amazônia"[408].

Após a atuação na Amazônia, Oliveira recebeu dois convites para cargos relacionados às telecomunicações. O primeiro, para servir como Secretário de Telecomunicações no Ministério de Comunicações (Minicom), onde coordenava "a elaboração de normas técnicas e comerciais dos serviços de telecomunicações[409]". O segundo, como assessor especial "do presidente da Telecomunicação Brasileira S.A. (Telebrás), criada em 1972, para concluir as integrações estaduais de todos os serviços de telecomunicações[410]". Sem ver incompatibilidade entre os cargos, tendo observado que ambos seriam exercidos em Brasília, Arolde assumiu os dois, desempenhando um pela manhã e outro à tarde[411].

A partir de 1974, Arolde passou a ocupar o cargo de Diretor de Desenvolvimento na Embratel. Em 1976, "por força de um convite irrecusável, Arolde foi chefiar o escritório da Embratel em Washington, nos Estados Unidos, assumindo o cargo de membro da junta de governadores da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (Intelsat, na sigla em inglês)"[412]. Nos Estados Unidos, Arolde conta que tinha "relacionamento com brasilianistas, grupo de estudiosos da realidade brasileira naquele país, cujo patrono era o ministro Mário Henrique Simonsen"[413]. Tal grupo solicitava o "fornecimento de informações atualizadas do Brasil, principalmente estatísticas oficiais de desenvolvimento econômico"[414].

---

regime militar iniciado no país a partir de 1964 tenha também consistido em fator importante para a ascensão e o ingresso de militares em cargos comumente explorado por civis. Não queremos com isso, é preciso fazer a ressalva, afirmar que o político não tenha tido méritos de buscar formação complementar, apenas destacar que, dado o contexto político da época, profissionais vindos de uma das três Forças Armadas poderiam ter preferência em relação a pessoas externas a tais corporações.

[407] A saída das Forças Armadas não teria agradado ao sogro de Arolde, que também era militar. Todavia, conforme descrito na biografia do político, teria sido preciso seguir "o coração e acreditar em si mesmo", e, prosseguindo, "só o tempo demonstraria que o crescimento profissional de Arolde beneficiou o próprio Exército." (OLIVEIRA, 2014, op. cit., p. 58).

[408] OLIVEIRA, 2014, op. cit., p. 59.

[409] OLIVEIRA, 2014, op. cit., p. 64.

[410] Ibid.

[411] No livro de memórias, há a seguinte explicação: "Analisando as duas propostas, Arolde observou que ambos os cargos seriam exercidos em Brasília, e cada cargo poderia ser ocupado em meio expediente. Além disso, com a Telebrás recém-criada, poderia atuar como facilitador das relações desta com o Minicom na otimização das suas atribuições. Arolde, dessa forma, passou a exercer as duas funções: dando expediente pela manhã no Minicon e à tarde na Telebras." (OLIVEIRA, 2014, op. cit., p. 64). O livro nada falava quanto à remuneração, tampouco indicava o número de horas que precisaria desempenhar em cada um dos cargos.

[412] OLIVEIRA, 2014, op. cit., p. 65.

[413] OLIVEIRA, 2014, op. cit., p. 71.

[414] Ibidem.

Ao retornar ao Brasil, Arolde foi indicado diretor do DENTEL, no Rio de Janeiro. Nessa atuação, teria tido contatos intensos com proprietários e profissionais de rádio e televisão, participado de entrevistas, "construindo experiências respeitosas", as quais teriam resultado "na expansão do setor de comunicação social em ambiente de liberdades de expressão e opinião"[415]. Também nessa função, Oliveira afirma ter criado "condições jurídicas para a outorga à cúria do Rio de Janeiro, da concessão da Rádio Catedral, por meio de uma fundação"[416], além de alegar ter introduzido "licenças para frequências de radiotáxis", estimulado a "procura de outorgas de rádio FM, entre outras medidas"[417].

No começo da década de 1980, outros fatos decisivos ocorreram na vida de Arolde, os quais se relacionam entre si. Primeiramente, houve a sua conversão para a Igreja Batista em 1981, quando o político cursou a Escola Superior de Guerra e teve como companheiros de turma os pastores Nilson do Amaral Fanini, da Primeira Igreja Batista (PIB) de Niterói, e Irland Pereira de Azevedo, da PIB de São Paulo[418]. A religião acompanharia Arolde daí por diante, inclusive nos negócios e política.

Com a conversão, Arolde passou a participar de eventos com os membros da Igreja e se relacionar com diversas lideranças evangélicas, dentre as quais "Paulo Leivas Macalão, Isaiais de Souza Maciel, Guilhermino Cunha e o pastor Túlio Barros"[419]. O encontro com tais personalidades ocorreu especialmente durante o desenvolvimento dos trabalhos para "a celebração do Sétimo Aniversário do Reencontro Obras Sociais e Educacionais, que se realizaria no estádio do Maracanã [...] e recebeu a mais de 100 mil pessoas", dentre as quais o General João Figueiredo, Presidente da República.

As novas atividades relacionadas à igreja também abriram novas portas para a família Oliveira. Mariana de Oliveira, filha do político, passou a se dedicar à música gospel a partir de 1985, alcançando sucesso nesse novo ramo. A família passou a investir nesse segmento, tendo fundado a produtora MK, especializada em música gospel, chegando a ser maior do país do setor, e, mais tarde, adquirindo uma estação de rádio no Rio de Janeiro[420] para impulsionar este

[415] OLIVEIRA, 2014, op. cit., p. 72.
[416] Ibidem.
[417] OLIVEIRA, 2014, op. cit., p. 72.
[418] OLIVEIRA, 2014, op. cit., p. 38.
[419] OLIVEIRA, Arolde de. Arolde de Oliveira: uma trajetória de trabalho. Rio de Janeiro: E-papers, 2014, p. 72.
[420] A informação sobre a aquisição da rádio tem narrativas distintas. Nas memórias de Arolde, há a informação de que o capital utilizado para a aquisição teria sido obtido através do encerramento do "negócio de confecção de moda praia" da sua esposa, sra. Yvelise, que obteve "o capital necessário para a família adquirir a então Rádio Nacional FM – depois chamada de EL Shaddai, hoje 93 FM – que foi ao ar em maio de 1992, e investir em um novo projeto, agora na área de produção e distribuição da música gospel." (OLIVEIRA, 2014, op. cit., p. 39). Ou seja, é possível inferir da citação que a estação de rádio foi adquirida pela família e para os propósitos desta.

gênero musical. Além das duas empresas anteriores, a família também foi a criadora da revista "Enfoque Gospel", que teria "sintetizado a cultura musical evangélica, seus compositores, músicos e intérpretes, além de notícias de interesse, divulgando-os para todo o país"[421].

Outro fato importante ocorrido na década de 1980 foi o ingresso de Arolde na política, quando disputou eleições para Deputado Federal, sob a legenda do PDS[422]. O ingresso no PDS veio em função de ser bem relacionado, desde o tempo em que esteve na Amazônia, com "o senador da República José Sarney, presidente do PDS, e o deputado Federal Célio Borja". O projeto de Arolde no período era que houvesse mais candidaturas representando o setor de telecomunicações, em vários estados. Tal projeto, contudo, não teria agradado "os líderes maiores do setor de telecomunicações", os quais, conforme o político, "talvez, tenham se sentido ameaçados por um novo movimento de ocupação dos espaços de poder, até então exercidos pelos engenheiros militares"[423]. Com o suposto esvaziamento do projeto, apenas três representantes do setor foram eleitos: "Arolde de Oliveira, Renato Johnson e Rita Furtado"[424].

Nesse primeiro pleito eleitoral, Arolde conseguiu uma suplência e esteve no cargo de deputado em dois momentos. Um deles, a partir de 1983, na vaga do deputado Alvaro Valle, que se afastara para assumir um cargo diplomático. Com o retorno de Valle para o Brasil, Arolde deixou a Câmara dos Deputados e assumiu a Vice-Presidência da TELERJ. Quase no fim do mandato parlamentar, voltou à Câmara em função do falecimento de um deputado. Nas eleições de 1986, dessa vez sob a legenda do PFL, Arolde foi eleito para uma vaga no Congresso constituinte. Depois da Assembleia, Arolde ainda seria eleito outras 7 (sete) vezes, permanecendo no cargo praticamente ininterruptamente desde então.

Paulino Motter, que escreveu dissertação de mestrado na década de 1990, afirma, no entanto, que a imprensa do período apresentava a sra. Yvelise como sócia em outras estações de rádio desde meados da década de 1980. Além disso, o mesmo pesquisador afirma que, durante a Constituinte, Arolde teria recebido a concessão de um canal de televisão para a cidade de Cabo Frio, no Rio de Janeiro. O citado autor não trouxe documentos para comprovar as afirmações, nem informou quais seriam os órgãos de imprensa que apontariam tal participação em estações de rádio.

[421] OLIVEIRA, 2014, op. cit., p. 41.

[422] Arolde relata, em sua autobiografia, que a Abertura e a possibilidade de eleições teriam acelerado o seu retorno ao país. Nesse ponto, causaram-nos certa estranheza os termos empregados. Primeiramente, ao comentar sobre a Emenda Constitucional n. 11, que revogou o AI-5, ele afirmou que o ato abriu caminho para o retorno dos "autoexilados". Bom, não contestamos que quem saiu do país o tenha feito por ato próprio, mas utilizar o termo "autoexílio" para uma situação em que havia riscos reais para a integridade física de quem se socorreu do exílio não parece ser a opção mais respeitosa. Além disso, a afirmação de que a "redemocratização por meio das eleições", expressão utilizada no livro, tenha acelerado a decisão de Arolde de regresso ao país parece um tanto desconectada da realidade do parlamentar. Note-se que este fez carreira em cargos e empresas públicas durante o regime militar, custando-nos acreditar que fosse ter alguma dificuldade para ingressar na política nesse período. Ainda que não tenha colaborado diretamente com a fase mais dura da ditadura, tal regime não parece ter feito mal à vida e à carreira de Arolde, pelo contrário.

[423] OLIVEIRA, Arolde de. Arolde de Oliveira: uma trajetória de trabalho. Rio de Janeiro: E-papers, 2014, p. 73.

[424] Ibidem.

Antes da Constituinte não constam registros de proposta de lei ou outros projetos apresentados por Arolde. Há, todavia, alguns discursos que nos permitem observar uma possível mudança do político em relação às empresas públicas.

Até 1987, Arolde mantinha um discurso contra privatizações ou contra a abertura para novas empresas. Em 21 de agosto de 1986, serviu-se da tribuna da Câmara para manifestar descontentamento com o projeto de Lei n. 4.919/81, o qual, nas palavras do político, "beneficiaria as empresas multinacionais de correio paralelo, denominadas "Couriee [...], cindindo o monopólio postal da União, afetará a ECT com uma redução de 35% das receitas do Serviço Postal Convencional"[425]. Ao criticar o projeto, além da preocupação com a quebra do monopólio nacional no setor e com as perdas de receita por tais serviços – as quais auxiliariam a custear o chamado "correio social, quase sempre deficitário na maioria das regiões do país"[426] – Arolde também manifestava apreensão com o possível fechamento dos postos de trabalho, que aumentaria a massa de desempregados. "Não se pode admitir, portanto, a quebra do monopólio da ECT"[427], dizia Arolde a respeito do projeto.

Em 18 de setembro de 1986, novamente na tribuna da Câmara dos Deputados, Arolde manifestou contrariedade a uma possível privatização da Embratel. Disse, na ocasião, em discurso de homenagem ao aniversário da estatal, que a empresa não merecia os "adjetivos desmerecedores com que as estatais são qualificadas"[428]. As assertivas injustas contra a empresa seriam feitas, na opinião do então deputado, "de má-fé, ou por ignorância, para denegrir a imagem positiva da melhor e mais reconhecida estatal do Brasil, abrindo espaço para um discurso privatizante descabido nas áreas de maior rentabilidade da empresa"[429]. Por fim, o deputado dizia que "a Nova República" teria vindo para "corrigir distorções e consolidar o convívio democrático"[430] e não deveria "permitir que, em nome das mudanças necessárias"[431], fossem atingidas áreas "eficazes e eficientes", como seria o caso da "Embratel, e do setor das Telecomunicações, mas antes deve preservar o que de bom existe para fortalecer sua credibilidade diante da Nação, e evitar expectativas e ansiedade desnecessárias"[432].

---

[425] OLIVEIRA, Arolde de. Pronuncia o Seguinte Discurso. Câmara dos Deputados – Diário do Congresso Nacional n. 93, Seção I. Brasília, 21 ago. 1986, p. 7868.
[426] OLIVEIRA, Arolde de. Pronuncia o Seguinte Discurso. Câmara dos Deputados – Diário do Congresso Nacional n. 93, Seção I. Brasília, 21 ago. 1986, p. 7868.
[427] Ibid.
[428] OLIVEIRA, Arolde de. Pronuncia o Seguinte Discurso. Câmara dos Deputados – Diário do Congresso Nacional n. 113, Seção I. Brasília, 18 set. 1986, p. 9132.
[429] Ibid.
[430] Ibid.
[431] Ibid.
[432] Ibid.

As ideias contrárias às privatizações no setor foram abandonadas em algum momento da vida de Arolde, o qual passou, nos anos seguintes, a defender que tais privatizações teriam consistido em um "ato histórico". Em livro que escreveu sobre o tema, descrevendo o processo de "desregulação" do setor e de venda da Embratel, Arolde comentou a respeito do processo constituinte, tendo afirmado que, ao final, teria prevalecido

> o anacronismo ideológico, o ativismo político e a utopia marxista (*sic*). Infelizmente, para o setor e para o Brasil, foi explicitado no texto constitucional o monopólio estatal da exploração dos serviços públicos de telecomunicações e a discriminação do capital estrangeiro, condenando o setor a permanecer na crise em que se encontrava e sinalizando para o seu irremediável agravamento[433].

Houve mudança na forma de pensar do autor a respeito de privatizações, inclusive para o setor de telecomunicações. É difícil saber se Arolde considerava o seu próprio pensamento de 1986 como retrógrado ou uma "utopia marxista". No livro, que descreve o processo ocorrido em 1995, há uma volta apenas até 1987, deixando de fora o período anterior à Constituinte.

Para a Constituinte, Arolde afirma, em seu livro de memórias, que se preparou para a atuação por meio de leituras de obras de juristas como Afonso Arinos de Mello Franco, Célio Borja e Pontes de Miranda. Os dois primeiros, Célio Borja e Afonso Arinos, eram egressos da UDN e ARENA, de modo que suas ideias podem ter influenciado a atuação de Arolde, especialmente quanto às ideias "privatizantes", que passou a defender a partir de então, compatíveis com um liberalismo udenista da década de 1950[434].

A atuação na Constituinte foi rodeada por polêmicas e conflitos. Arolde foi designado Presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Ali, travou diversos embates com a Relatora, Cristina Tavares – os quais serão analisados oportunamente em capítulo próprio. Além da atuação na Subcomissão, Arolde esteve empenhado com as pautas religiosas e conservadoras, sendo um dos parlamentares que integrou o chamado "Centrão"[435] e que votou favoravelmente ao mandato de cinco anos para Sarney[436], tendo ainda elogiado as negociações conduzidas por Antônio Carlos Magalhães. Além disso, se posicionou

> contra o rompimento de relações diplomáticas com países de orientação racista, a adoção da pena de morte, a limitação do direito de propriedade privada, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a nacionalização do subsolo, a estatização do

[433] OLIVEIRA, Arolde de. Privatização das telecomunicações no Brasil: um ato histórico. São Paulo: Alfaiatar, 2014 (B).
[434] No geral, as ideias liberais, contrárias às políticas de intervenção estatal e defensoras do capital estrangeiro, estiveram presente nas disputas internas na UDN da década de 1950, quando o partido gradativamente se afastava das ideias da frente ampla que fomentaram a sua criação em 1945, especialmente da postura de "franco apoio aos direitos trabalhistas" (conforme BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o UDENISMO: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). São Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 47).
[435] MOTTER, 2019, op. cit., p. 291.
[436] VELOSO, Verônica. Arolde de Oliveira. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oliveira-arolde. Acesso em: 31 mar. 2023.

> sistema financeiro, a legalização do jogo do bicho, a desapropriação da propriedade produtiva e a estabilidade no emprego. Votou a favor da pluralidade sindical, da soberania popular, do presidencialismo, da proibição do comércio de sangue, do mandato de cinco anos para o presidente da República, José Sarney, e da anistia aos micro e pequenos empresários[437].

No tocante às comunicações, além da estação de rádio de propriedade de sua família, Paulino Motter afirma que Arolde teria recebido uma concessão de televisão durante a Constituinte, em julho de 1988[438] – informação que não conseguimos comprovar até o momento.

Por fim, convém destacar que Arolde teve uma carreira política bastante longa e bem-sucedida, exercendo mandatos ininterruptos como deputado federal – o que demonstra seu prestígio no Estado do Rio de Janeiro. Em 2018, foi eleito para o cargo de Senador – todavia, faleceu precocemente antes de concluir o mandato, segundo os jornais, vítima de Covid-19[439].

3.2.2.3 - FAUSTO ROCHA

Fausto Auromir Lopes Rocha nasceu em São Paulo em 1938[440]. Graduou-se em Direito. Há, contudo, informações conflitantes acerca da instituição onde isso ocorreu: i) na sua biografia na Câmara dos Deputados[441] e no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro[442], consta que teria sido pela Universidade de São Paulo, em 1965; ii) enquanto que, no livro de Leôncio Rodrigues, com o perfil dos Constituintes, sua formação em direito teria se dado pela Faculdade de Direito da Fundação Valeparaibana de Ensino[443], dado que também aparece no

---

[437] Ibid..
[438] MOTTER, , 2019, op. cit., p. 291.
[439] G1 RIO. Senador Arolde de Oliveira morre no Rio, aos 83 anos - Político estava internado no Hospital Samaritano, na Zona Sul do Rio, com Covid-19. G1 Rio, Rio de Janeiro, 21 out. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/21/senador-arolde-de-oliveira-morre-no-rio-aos-83-anos.ghtml. Acesso em: 8. jun. 2023.
[440] Não foi possível encontrar, nas pesquisas que fizemos, muitas informações acerca da família e infância de Fausto Rocha.
[441] Tanto o repertório biográfico publicado em 1987 (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Assembleia Nacional Constituinte 1987: repertório biográfico dos membros da Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Brasília: Câmara dos Deputados; Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 1987, p. 242) quanto o disponível atualmente no site da Câmara dos Deputados (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Fausto Rocha: Biografia. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/133872/biografia. Acesso em: 17 jul. 2023.
[442] TOSTES, Alexandra. Fausto Auromir Lopes Rocha. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fausto-auromir-lopes-rocha. Acesso em: 17 jul. 2023.
[443] RODRIGUES, 1987, op. cit., p. 296.

obituário de Rocha, publicado pela Assembleia Legislativa de São Paulo em 2011, acrescentando-se que a conclusão do curso teria ocorrido em 1966[444].

A trajetória política de Fausto Rocha se iniciou bem antes da Constituinte. Foi eleito deputado estadual por São Paulo por duas legislaturas consecutivas, a primeira delas em 1978-82, pela ARENA, a segunda, em 1982-1986, pelo PDS[445]. No período em que era deputado estadual, Rocha exerceu o cargo de Secretário da Desburocratização do Estado de São Paulo, entre 1981 e 1982[446], na gestão do Governador Paulo Maluf[447][448]. Em consulta ao site da ALESP, não foram localizadas propostas na área de comunicação social apresentadas pelo político durante tais anos.

Fausto Rocha, além de político, com possíveis conexões com Paulo Maluf, também foi apresentador de televisão. Teria atuado em programas populares do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)[449] e sido apresentador de telejornal da TVS[450]. Na descrição da biografia do político para a Constituinte, constava "empresário" no rol de atividades de Fausto, o qual seria dono de uma empresa publicitária.

Segundo Leôncio Rodrigues, Fausto Rocha defendia uma "economia predominantemente de mercado com a menor participação possível do Estado"[451]. Ainda segundo o mesmo autor, o político avaliava positivamente a atuação de multinacionais que oferecessem produtos de boa qualidade a preços competitivos e que bem remunerassem pela mão de obra "com a devida cautela em relação à remessa de lucros"[452].

---

[444] RIBEIRO, Antônio Sérgio. Morre Deputado Fausto Rocha. São Paulo: Assembleia Legislativa de São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=301868. Acesso em: 17 jul. 2023.
[445] TOSTES, Alexandra. Fausto Auromir Lopes Rocha. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fausto-auromir-lopes-rocha. Acesso em: 17 jul. 2023.
[446] CÂMARA DOS DEPUTADOS. Assembleia Nacional Constituinte 1987: repertório biográfico dos membros da Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Brasília: Câmara dos Deputados; Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 1987, p. 242.
[447] Ibid.
[448] De acordo com Cristina Chacel, pelo Jornal do Brasil, Rocha supostamente teria ligações com os órgãos de segurança do regime militar. Na reportagem, Chacel dizia que Fausto Rocha era pastor batista e que seria "conhecido por sua ligação com os órgãos de segurança do período militar". Ainda segundo a autora, Rocha teria sido "locutor oficial do governo de Paulo Egydio Martins, durante cerimônia da Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra, quando deveria apresentar os oradores, denunciou 'a infiltração comunista na imprensa' – uma crítica velada à TV Cultura, onde Wladmir Herzog era chefe de jornalismo". Três meses depois, prosseguia, "o jornalista foi assassinado nas dependências do DOI-CODI do 1º Exército, sob o comando do general Ednardo D'Avila Mello, um dos presentes à cerimônia em que Fausto era o locutor oficial." (CHACEL, Cristina. Reserva de Mercado Pode Cair na Constituinte. **Jornal do Brasil,** Rio de Janeiro, 27 abr. 1987. Economia, 1º Caderno, p. 15). É preciso destacar que não encontramos outras fontes acerca dessa atuação específica.
[449] TOSTES, op. cit..
[450] RODRIGUES, 1987, op. cit., p. 296.
[451] Ibid.
[452] Ibid.

De certa forma, a descrição feita por Leôncio correspondeu à atuação de Fausto Rocha. A tal análise poderia ter sido acrescentada a defesa das *pautas morais*, as quais vinham imbricadas com as origens religiosas de Fausto, que era, na ocasião, pastor batista em São Paulo e integrava o grupo dos evangélicos na Constituinte (o que será abordado oportunamente no presente trabalho)[453]. A religião, inclusive, é um dos elementos relevantes para compreender a atuação de Rocha em diversos momentos da Constituinte, como quando pregava controle de programação na televisão, restrições à publicidade de tabaco, etc.

No seu primeiro mandato como Deputado Federal, Fausto Rocha apresentou diversos projetos de lei, nos quais havia preocupação com consumo de bebidas e direção de veículos. Daí suas propostas visando: a) proibir a comercialização de bebidas alcoólicas em beira de estradas em território nacional[454] (esta foi reapresentada em 1989); b) tornar obrigatória a impressão nos rótulos das bebidas alcoólicas de advertências para não dirigir veículos sob efeitos de álcool[455]; e c) tornar obrigatório o uso de bafômetro nas estradas[456].

Além desse tema em específico, Fausto Rocha também apresentou projetos visando a melhorar a situação de religiosos de um modo geral, como, por exemplo, os de número: a) 2761/1989, para isentar do pagamento da previdência social as construções e edifícios destinados a entidades religiosas, beneficentes ou de assistência social sem fins lucrativos[457]; e b) 2763/1989, que pretendia instituir a "figura jurídica 'vínculo religioso'", o qual, segundo o projeto, seria "aplicável a Pastores e Sacerdotes[458], em relação à Igreja a que servem em caráter

---

[453] FRESTON, Paul Charles. Evangélicos na Política Brasileira: História ambígua e desafio ético. Curitiba: Encontrão Editora, 1994, p. 81.

[454] BRASIL. Projeto de Lei n. 963/1988. Proíbe a Venda de Bebidas Alcoólicas Nos Bares, Restaurantes e Similares de Beira de Estrada em Todo Território Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=185178. Acesso em: 17 jul. 2023.

[455] BRASIL. Projeto de Lei n. 1872/1989. Dispõe sobre bebidas alcoólicas e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1151240&filename=Dossie-PL%201872/1989. Acesso em: 17 jul. 2023.

[456] BRASIL. Projeto de Lei n. 1874/1989. Altera a Lei n. 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito, tornando obrigatório o uso de aparelho de aferição de dosagem alcoólica no organismo, em todo o território nacional. Brasília: Câmara dos Deputados.

[457] BRASIL. Projeto de Lei n. 2761/1989. Isenta do pagamento a previdência social as construções e edifícios destinados a entidades religiosas, beneficentes ou de assistência social sem fins lucrativos e determina outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1144590&filename=Dossie-PL%202761/1989. Acesso em: 17 jul. 2023.

[458] Inicialmente as palavras estavam grafadas com letras minúsculas, mas havia uma correção sobre as originais, em caneta vermelha, colocando-as em maiúsculas.

regular e efetivo, exclusivamente para efeito legal excludente perante a legislação fazendária e previdenciária, assegurados os benefícios gerais prestados pelo INPS"[459].

Nos discursos de Fausto no mesmo período, encontramos, com mais frequência, a defesa de emendas e propostas do "Centrão". Há, também, falas contra a interferência estatal na economia[460] e um discurso saudando o retorno de Cristina Tavares ao Congresso, após um período em que ela esteve em tratamento contra o câncer. Nessa fala, Fausto Rocha disse que, apesar de divergir dos posicionamentos da parlamentar, admirava-a pela dedicação, liderança e força, tendo afirmado que ele e os membros de sua igreja oravam pela melhora dela[461].

Fausto Rocha transferiu-se para o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) para a disputa das eleições de 1990[462]. Em 1992, votou, no entanto, pelo impeachment de Collor[463]. Após o término do mandato, em 1994, não disputou novas eleições para cargos federais. Da biografia do político, consta que teria sido proprietário de uma emissora de televisão no interior de São Paulo, TV FR, a qual retransmitiria a TV Record, cuja concessão teria sido recebida durante a Constituinte[464]. Fausto Rocha faleceu em 2011[465].

---

[459] BRASIL. Projeto de Lei n. 778/1988. Institui a figura jurídica "vínculo religioso". Brasília: Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1154305&filename=Dossie-PL%20777/1988. Acesso em: 18 jul. 2023. Pelo teor do projeto e da justificativa, a proposta visava a evitar que Pastores e Sacerdotes fossem considerados profissionais "autônomos", talvez no intuito de que não fossem obrigados a recolher imposto de renda e contribuições previdenciárias.

[460] Como exemplo, o discurso proferido em 27/08/1988, quando o parlamentar usou da tribuna para afirmar que os problemas econômicos do país existiam, naquele período, porque não havia um modelo definido. Fausto Rocha comparou o país à Bolívia, ao Japão e à Alemanha, dizendo que, naqueles países, se estaria obtendo sucesso econômico e crescimento em função de que teriam adotado um modelo de menor participação estatal. Para Rocha, o Brasil precisaria vender empresas públicas, reduzir o número de funcionários públicos, cortar impostos. Fausto também afirmava que a esquerda do país desejava ampliar o alcance do Estado, experiência que, a seu ver, teria sido superada nos países europeus. Conforme finalizava o parlamentar, o equilíbrio e o bom senso apontariam para "o liberalismo", o qual estaria "entre o socialismo-comunismo (que defende a justiça social sem liberdade) e o capitalismo (que propicia as liberdades mas não atinge a justiça social)." (ROCHA, Fausto. Diário da Assembleia Nacional Constituinte n. 300. Congresso Federal, Brasília, 27 ago. 1988, p. 13314-13315).

[461] ROCHA, Fausto. Pronuncia o Seguinte Discurso. Diário da Assembleia Nacional Constituinte n. 174. Congresso Federal, Brasília, 30 jan. 1988, p. 6720.

[462] TOSTES, op. cit.

[463] Ibid.

[464] Paulino Motter, por sua vez, afirma em sua obra que Rocha já seria proprietário de emissora de TV em Limeira, SP, quando recebeu concessão de José Sarney (MOTTER, 2019, op. cit., p. 255, nota de rodapé n. 26). O recebimento da citada concessão foi envolto em um cenário de polêmicas. Em matéria do Jornal do Brasil do dia 07/08/1988, há denúncias de supostas trocas de vantagens do grupo evangélico na Constituinte por apoio ao governo de Sarney, com menção de que Fausto Rocha teria recebido uma concessão de TV (BRAGA, Teodomiro. A Constituição Segundo os Evangélicos. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 07 ago. 1988, p. 4-6). Tal afirmação também é referenciada por FRESTON, Paul Charles. Evangélicos na Política Brasileira: História ambígua e desafio ético. Curitiba: Encontrão Editora, 1994, p. 81, citando a referida reportagem ao comentar a concessão recebida por Rocha. O tema também foi abordado por Paulino Motter, que citou os políticos que receberam concessões em data próxima à votação do mandato de Sarney, dentre eles Fausto Rocha (MOTTER, op. cit., p. 255, nota de rodapé n. 26 e 258). O título do capítulo em que tal afirmação aparece é sugestivo: "O alto preço do mandato de cinco anos" (ibidem, p. 253). Não é possível afirmar, porém, com base apenas nas fontes consultadas, que a concessão recebida tenha sido mera contrapartida, como sugerem tais textos.

[465] TOSTES, op. cit.

3.2.2.4- PAULO MARQUES

Paulo Marques Pessoa[466] nasceu em Pernambuco em 1938. O político chegava à Constituinte com experiência prévia, tendo sido deputado estadual pelo PDS entre 1982 a 1986 e vereador pela cidade de Carpira (PE) entre 1966 a 1970, pela ARENA[467]. Ao que tudo indica, teria migrado para o PFL em 1986, para a disputa das eleições para Deputado Federal por Pernambuco.

Paulo Marques formou-se Jornalismo pela Universidade Católica do Recife. A atuação nessa área teria auxiliado o sucesso eleitoral de Marques, o qual era apresentador de um programa diário na TV Tropical (afiliada do SBT)[468].

Conforme biografia elaborada por Leôncio Rodrigues, que o teria entrevistado, Marques julgaria que o melhor para o país seria um Estado com pouca intervenção na economia, "ficando às multinacionais reservado o espaço não ocupado pelas empresas brasileiras"[469]. No verbete contendo a biografia do político no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas, diz-se que Marques fundou, em 1988, uma empresa de publicidade[470]. Após a Constituinte, Marques não teria conseguido novo êxito político, retornando às atividades profissionais anteriores em seu estado e passando a atuar também como colunista do jornal "Folha de Pernambuco"[471].

Nos projetos de lei apresentados pelo político durante o seu mandato, não consta nenhum envolvendo o tema comunicação social ou que pudesse demonstrar preocupações em áreas econômicas. Entre 1987 e 1991, há 18 proposições em nome do parlamentar no site da Câmara dos Deputados e um pedido de informação. Dentre os projetos de lei, havia uma proposta para a punição de ministro que, eventualmente, fosse responsável pela "desobediência ao cumprimento dos objetivos contidos no parágrafo único do art. 194 da Constituição"[472]. É

---

[466] Infelizmente, não foi possível obter muitas informações sobre o político. Em pesquisa no site da Assembleia Legislativa de Pernambuco, não encontramos dados da atuação de parlamentares de legislaturas anteriores à atual.
[467] RODRIGUES, 1987, op. cit., p 216-217. Na mesma publicação, diz-se que Marques teria sido vice-prefeito de Garanhuns entre 1976-1977.
[468] RODRIGUES, 1987, op. cit., p. 216-217.
[469] Ibid.
[470] CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Paulo Marques Pessoa. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-marques-pessoa. Acesso em: 17 ago. 2022.
[471] Ibid.
[472] BRASIL. Projeto de Lei n. 1969 de 1988. Permite a denúncia, por crime de responsabilidade, do Ministro responsável pela desobediência ao cumprimento dos objetivos contidos no parágrafo único do artigo 194 da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em:

possível que tal proposta tivesse algum destinatário específico, porquanto, em outro projeto, o parlamentar propôs a criação de lei estabelecendo o afastamento por até 90 (noventa) dias de qualquer funcionário público (municipal, estadual ou federal) quando "publicamente acusado de ato contrário ao interesse de órgão a que serve ou da administração pública"[473]. A justificativa do projeto dizia que era comum haver graves acusações na imprensa contra ministros e secretários de Estado, sem que houvesse qualquer sanção do Presidente da República[474].

Dos discursos consultados de Paulo Marques, o tema mais frequente eram críticas à gestão de Miguel Arraes como governador de Pernambuco.

3.2.2.5- RITA FURTADO

Rita Isabel Gomes Furtado nasceu no estado do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1945. Cursou letras na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Jornalismo – rádio, cinema e TV – na Universidade de Brasília (UnB)[475].

Rita Furtado foi casada com Rômulo Furtado, fato de especial relevância para o presente trabalho, tendo em vista que este exerceu cargos importantes para o setor de comunicações durante o regime militar e até o final do governo Sarney. Além disso, em entrevista a Rita Luzia, Rita Furtado teria afirmado que a escolha da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação deu-se em função do marido e da experiência que ele teria no setor de radiodifusão[476].

---

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1151313&filename=Dossie-PL%201969/1989. Acesso em: 18 jul. 2023.

[473] BRASIL. Projeto de Lei n. 1968 de 1988. Dispõe sobre o afastamento de funcionário denunciado por ato contrário à administração pública federal, estadual e municipal. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1151312&filename=Dossie-PL%201968/1989. Acesso em: 18 jul. 2023.

[474] É possível que os projetos fossem endereçados ao então Ministro da Previdência. Em 1989, Marques usou da Tribuna da Câmara para questionar uma multa irrisória que teria sido aplicada ao já ex-ministro. Segundo Marques, a multa seria decorrência de diversas supostas irregularidades do titular da pasta na aquisição de imóveis e veículos com dinheiro público (MARQUES, Paulo. Pronuncia o Seguinte Discurso. Diário da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 20 abr. 1989, p. 2347-2348).

[475] CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Rita Isabel Gomes Furtado. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br//cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rita-isabel-gomes-furtado. Acesso em: 23 nov. 2022.

[476] SANTOS, Rita Luzia Occhiuze dos. A participação da mulher no Congresso Nacional Constituinte de 1987 a 1988. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004, p. 56. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1597100. Acesso em: 7 jun. 2023.

Dentre as funções desempenhadas por Rômulo Furtado, está a de Secretário-Geral do Ministério de Comunicações entre 1974 e 1990, com competências definidas pelo Decreto n. 84.206 de 13/11/1979, art. 9º:

> **Art. 9º**. A Secretaria-Geral, órgão setorial dos sistemas de Planejamento Federal e de Programação Financeira, tem por finalidade desempenhar, observando sempre a orientação do Órgão Central do respectivo Sistema, ao qual se encontrava vinculada tecnicamente, as atividades de planejamento, orçamento, modernização administrativa, informática e programação financeira, bem como realizar estudos para a fixação de objetivos e formulação de diretrizes da Política de Telecomunicações e Serviços Postais do Governo; supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com telecomunicações, serviços postais e assuntos internacionais de interesse do Ministério das Comunicações.

Ainda na década de 70, quando Rômulo atuava como Secretário-Geral do Ministério das Comunicações, os dons de Rita Furtado para as comunicações começaram a despertar. A futura deputada, mesmo tendo concluído recentemente o ensino superior, foi nomeada, por Pedro Paulo Wandeck de Leoni Ramos, para chefiar o Núcleo de Programação da Amazônia (Nupa) da Radiobrás.

A atuação na emissora estatal fez com que o nome de Rita se popularizasse na Região Amazônica, destacando-se especialmente como apresentadora de programas de rádio pela Rádio Nacional. Essa repercussão abriu as portas do mundo da política para Rita, a qual, supostamente a convite de José Sarney[477] concorreu a uma vaga de deputada federal no pleito de 1982, pelo jovem Estado de Rondônia[478], sob a legenda do PDS, tendo sido eleita.

Nas buscas a respeito da atuação de Rita como deputada, encontramos dois projetos de lei. O primeiro deles o Projeto n. 2.408 de 1983 – visava a autorizar a instituição da Faculdade de Agronomia na cidade de Cacoal-RO. Na justificava, Rita dizia que o estado de Rondônia tinha um dos mais acentuados crescimentos populacionais do país. Tal crescimento, sublinhava a deputada, era fomentado principalmente por movimentos migratórios vindos de outras regiões, em busca de terras para trabalhar e atuar na agricultura. Desse modo, para que as atividades agrícolas do estado viessem a alcançar níveis desejáveis de produção e produtividade, seria essencial a instituição de uma Escola de Agronomia[479]. Não sabemos se o

[477] A informação de que o convite para ingressar no PDS e disputar as eleições teria vindo de José Sarney consta do livro escrito por Rômulo Furtado. Rômulo diz também que José Sarney teria se tornado amigo do casal e que o convite teria se dado porque Sarney desejava "ampliar a presença da mulher em sua agremiação". Nesse sentido, ver: FURTADO, Rômulo. Coleções Gente – Telecomunicações. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2004, p. 69.

[478] Rondônia foi elevada de "Território" para "Estado" no ano de 1981, através da Lei Complementar n. 41, de 22 de dezembro de 1981. Quando proposto tal projeto por Rita Furtado, fazia menos de 2 (dois) anos desde que o estado havia assumido tal condição.

[479] BRASIL. Projeto de Lei n. 2.408/1983. Autoria: Rita Furtado. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=203206. Acesso em: 14 nov. 2022.

projeto chegou a ser convertido em lei, tampouco se foi aprovado em plenário, embora conste a aprovação em todas as Comissões a que foi submetido.

O outro projeto de autoria da Deputada visava à criação de Delegacias de Defesa à Mulher em todas as capitais do país. O projeto continha apenas 4 artigos, os quais definiam, além da criação de tais delegacias em todas as capitais, a direção destas por mulheres e que as investigações da Polícia Federal "de acordo com o art. 8º, item VIII, alínea a, b e c, da Constituição Federal, no que digam respeito ao envolvimento de mulheres" passassem a ser da atribuição das Delegacias de Defesa da Mulher[480].

Embora o texto do projeto não tenha dado maiores detalhes acerca das competências ou do que pretendia a autora, mencionava-se o risco de possíveis discriminações às mulheres em atendimentos policiais. Segundo a justificativa, a mulher envolvida em eventual "problema policial" era "tratada, a priori, como impura, desajustada socialmente e desrespeitável"[481]. Nem mesmo em casos em que buscassem a polícia apenas para fazer queixas referentes a uma agressão contra si ou seu patrimônio as mulheres receberiam tratamento melhor da classe policial ou o mesmo nível de deferência dispensado aos homens em situação semelhante, alegava-se. Tais situações forçavam mulheres a terem que buscar companhia de homens, pais, irmãos, marido ou amigo, sempre que precisassem de suporte da polícia para qualquer assunto: "sem uma companhia masculina é raramente capaz de exercer seus direitos de: cidadã, ainda que se esmere no cumprimento de uma contrapartida de obrigações, em tudo mais volumosa que a do homem"[482].

Em 1986, Rita Furtado disputou novamente as eleições para o cargo de Deputada Federal, dessa vez sob a legenda do PFL, tendo sido eleita.

A atuação política de Rita e Rômulo despertou opiniões controversas. Por um lado, é notório o prestígio político dos dois. Rômulo exerceu por 16 (dezesseis) anos o cargo de Secretário-Geral do Ministério de Comunicações, posto de bastante poder e influência nas políticas de comunicação e informática. Rita, por sua vez, teve missão importante à frente da Radiobrás em Rondônia e, mais tarde, veio a ser eleita, por duas vezes, Deputada Federal – a

[480] BRASIL. Projeto de Lei n. 6.077/1985. Autoria: Rita Furtado. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD04SET1985.pdf#page=18. Acesso em: 14 nov. 2022.
[481] Ibid.
[482] Ibid.

primeira mulher eleita para tal cargo pelo estado de Rondônia[483]. A atuação na Radiobrás, inclusive, é apresentada como fator decisivo para o sucesso eleitoral de Rita[484].

Por outro lado, há publicações que apontam interesses pessoais, tanto de Rita quanto de Rômulo, na condução da atuação pública e política. Daniel Herz, por exemplo, imputa a Rômulo Furtado a responsabilidade por agir de forma antinacionalista e até contrária a políticas estatais desenvolvidas para o setor de informática. Conforme escreveu Herz,

> Nos últimos meses do governo Figueiredo, por exemplo, Furtado comandou a partir do Ministério das Comunicações – articulando com o senador Roberto Campos (PDS-MT) – uma luta contra a política desenvolvida pelo próprio governo, através da Secretaria Especial de Informática (SEI). Essa luta prosseguiu no governo Sarney, sendo as posições de Furtado hoje apoiadas publicamente por Antônio Carlos Magalhães[485].

Ao tratar de Rita, que afirma ter sido "malufista", Herz diz que a Deputada cumpriria, na Câmara dos Deputados, o mesmo papel de Roberto Campos de defensor dos interesses estrangeiros (sem especificar qual). Herz também arrogou ao casal uma mudança de tática ao apoiar Tancredo Neves após perceber que Maluf não teria chances na disputa para a presidência[486]. Paulino Motter, por sua vez, é ainda mais enfático, tendo atribuído à deputada e a seu marido a propriedade de diversas estações de rádio e televisão, através de "testas de ferro[487]" ou em nome próprio[488]. Conforme exposto por Motter, tais fatos chegaram a estampar páginas de jornais e revistas do período, como a Isto É Senhor[489].

Em publicação datada de 21/09/1990, a revista Isto É Senhor, em reportagem intitulada "O Império Furtado"[490], lançava suspeitas de que Rômulo e Rita seriam "os verdadeiros donos de um virtual monopólio da mídia em Rondônia"[491]. Tal monopólio, segundo a mesma publicação, se dava através da empresa Rondovisão, que seria a responsável por operar a "TV

---

[483] Ver BRASIL. +Mulheres na Política: retrato da sub-representação feminina no poder. Brasília: Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher, 2016, p. 132.
[484] Nesse sentido, ver FURTADO, Rômulo. Coleções Gente – Telecomunicações. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2004, p. 69.
[485] HERZ, Daniel. A História Secreta da Rede Globo. Porto Alegre: Tchê!, 1987, p. 37.
[486] Ibid.
[487] MOTTER, Paulino. A Batalha Invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, Edições Livres, 2019, p. 255 e 284.
[488] Ibid.
[489] O autor utiliza essas revistas como fonte e faz referência às matérias que agora citamos. Nós obtivemos cópias dos textos de "Isto É Senhor", citados por Motter, diretamente com a editora da Revista, cujos funcionários foram de uma presteza e simpatia digna de nota e agradecimento.
[490] FERNANDES, Bob. O Império Furtado – Como Rômulo Furtado construiu, em 16 anos de Ministério das Comunicações, uma fortuna em rádios e tevês – sem que seu nome apareça nos negócios. Isto É Senhor, São Paulo, 21 set. 1990, p. 32-36.
[491] FERNANDES, op. cit., p. 33.

link – Televisão, Rádio e Telecomunicações Ltda."[492], a qual teria "concessão e canais para transmitir em Porto Velho as redes Bandeirantes e SBT"[493]. A reportagem trazia opiniões de Rita, negando ser proprietária das referidas empresas, e listava algumas coincidências que indicavam que o casal poderia ser proprietário dos referidos veículos, tais como o fato de: a) em listas telefônicas, o endereço de Rita Furtado e da Rondovisão ser o mesmo; b) a irmã de Rita ter sido sócia na referida empresa; c) o grupo Rondovisão ser conhecido como "Tele-Rita"[494].

A publicação de Isto É Senhor abordava vantagens à carreira política da então deputada mediante as concessões e da sua atuação na Rádio Nacional. Dentre estas, a divulgação de "um release da deputada 'dez vezes por dia'"[495] na TV-Link; bem como o retorno que a deputada fazia vez ou outra aos microfones da Radiobrás, espaço geralmente não concedido aos demais políticos. Sobre o último fato, a publicação escreve que, "questionada sobre este acúmulo de privilégios, Rita rebate: 'Eu uso mesmo. Sou adepta da teoria 'para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei'"[496]. A revista, em uma pequena matéria paralela, apresentava um contraste emblemático de um município de Rondônia, Ariquemes, o qual não teria saneamento básico, com esgoto correndo a céu aberto, nem água encanada e que ostentaria o título de "capital mundial da malária"[497], mas que teria marcado a inauguração de uma retransmissora de TV.

Em reportagem da Folha de São Paulo, datada de 9 de setembro de 1995, diz-se que Rômulo Furtado seria o proprietário de diversas estações de radio e televisão, a despeito de não aparecer como titular dessas concessões nos registros do Ministério de Comunicações. A mesma reportagem afirmava que Rômulo controlava tais canais através do grupo "Rondovisão", cujo slogan seria "Rondovisão – Organizações Rômulo Furtado"[498]. A reportagem prossegue, afirmando que Furtado, em jantar com jornalistas em março daquele mesmo ano (1995), teria dito que

> as emissoras de Rondônia foram dadas à sua ex-mulher, Rita Furtado, ex-deputada federal por Rondônia. Na ocasião, ele disse à Folha que um dos critérios para distribuição de concessões de radiodifusão no governo Sarney era a escolha de deputados mais bem votados[499].

---

[492] FERNANDES, Bob. O Império Furtado – Como Rômulo Furtado construiu, em 16 anos de Ministério das Comunicações, uma fortuna em rádios e tevês – sem que seu nome apareça nos negócios. Isto É Senhor, São Paulo, 21 set. 1990, p. 33.
[493] Ibid., p. 33.
[494] Ibid., p. 34.
[495] Ibid., p. 35.
[496] Ibid.
[497] Ibid., p. 34.
[498] LOBATO, Elvira. Ex-Burocrata acumula oito rádios e cinco TVs. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 set. 1995. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/09/brasil/29.html. Acesso em: 3 nov. 2024.
[499] Ibid.

Durante a Constituinte, Rita teve atuação mais vinculada às alas conservadoras[500]. Nas eleições de 1990, disputou novamente uma vaga para a Câmara dos Deputados, não obtendo êxito, todavia. Após o término do mandato, passou a atuar nos meios de comunicação em Rondônia, tendo sido apresentadora de TV naquele estado[501].

3.2.3 – Os Membros do PDS

O PDS, com a terceira maior bancada, era composto, em sua maioria, de egressos da ARENA ou pessoas cujo primeiro partido havia sido o próprio PDS[502]. Apesar de ter abrigado grande parte dos arenistas, o PDS chegava à Constituinte em declínio acentuado, experimentado desde a reforma partidária ocorrida em 1979[503] e agravado após a votação da emenda Dante de Oliveira e disputa interna para definir o candidato do partido à sucessão de Figueiredo[504].

3.2.3.1- Arnold Fioravante

[500] Conforme consta no verbete da Deputada no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC, "Nas votações mais importantes na Constituinte, votou a favor da pena de morte, do presidencialismo e do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e manifestou-se contra a limitação do direito de propriedade privada, o mandado de segurança coletivo, a estabilidade no emprego, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, o turno ininterrupto de seis horas, a pluralidade sindical, a nacionalização do subsolo, a estatização do sistema financeiro, a criação de um fundo de apoio à reforma agrária e a desapropriação da propriedade produtiva." (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Rita Isabel Gomes Furtado. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br//cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rita-isabel-gomes-furtado. Acesso em: 23 nov. 2022).

[501] Ibid.

[502] SKIDMORE, Thomas E.. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 428.

[503] A análise de Maria Kinzo sobre o PDS foi a que melhor serviu para decifrar o partido. Kinzo explica que "da Arena surgiu o PDS (Partido Democrático Social). No entanto, diferentemente dos emedebistas – que conservaram a sigla na abertura, apenas introduzindo "Partido" a frente da legenda por obrigação legal, os arenistas "trataram de se desfazer de sua sigla impopular. Com a criação de outros partidos, possibilitada pela lei de reforma partidária em 1979, a ARENA não apenas mudou de nome como perdeu numerosos membros, que deixaram o partido para se integrar, em sua maioria, à nova agremiação fundada por Tancredo Neves e Magalhães Pinto: O Partido Popular – PP." (KINZO, Maria D'Alva G. Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993, p. 39).

[504] Para melhor compreender o acirramento do racha no PDS, especialmente o que levou à formação do PFL, é importante analisar a figura controversa de Paulo Maluf. Conforme Maria Kinzo, a eleição de Maluf para o governo do Estado de São Paulo teria ocorrido em meio a polêmicas e manobras políticas. Segundo a autora, ele não era o nome indicado pelo Planalto para "disputar" a convenção do PDS. Ainda assim, Maluf teria decidido "apresentar-se como candidato à Convenção do partido, disputando com Natel os votos dos convencionais. Graças a sua proverbial capacidade de convencimento e, segundo se alega, de comprar votos, Maluf conseguiu vencer a convenção por 617 a 589, sendo assim formalmente indicado como candidato a governador". Para Kinzo, Maluf teria planos de chegar à Presidência da República, por tal razão, não concluiu o mandato como governador, tendo sido eleito como deputado federal. Nesse cargo, o político teria percorrido o país, buscando apoio à sua candidatura à presidência. Na mesma medida em que aumentava o apoio recebido por Maluf, também crescia a rejeição a "seus métodos de aliciamento e na sua reputação de malversador de recursos públicos", de modo que sua impopularidade teria se tornado "enorme até entre seus correligionários." (KINZO, Maria D'Alva G. Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993, p. 41).

Arnold Fioravante nasceu em Piracicaba, São Paulo, em 1931. Sem filiação partidária anterior, ingressou no PDS para a disputa da vaga na Câmara dos Deputados. Fioravante foi funcionário público: atuou na Secretaria de Educação de São Paulo e foi diretor de escolas no mesmo Estado, até se aposentar em 1981[505]. O político também é comumente descrito, à época da Constituinte, como empresário de múltiplos segmentos, notadamente no setor rural e comunicação. Foi fundador e diretor das "Faculdades Metropolitanas Unidas", situada em São Paulo[506], instituição pela qual, inclusive, formou-se em Direito.

Para a eleição de 1986, Fioravante teria sido beneficiado das "dobradas com os radialistas Oswaldo Bettio e Afanásio Jazadji"[507] – este último seria supostamente funcionário de Arnold na Rádio Capital e foi eleito o deputado estadual mais votado no país no mesmo pleito[508] –, que teriam contribuído para os mais de oitenta mil votos recebidos pelo político[509].

No início dos trabalhos, Fioravante teria se declarado "a favor de uma reforma agrária circunscrita às terras improdutivas e a favor de uma economia fundamentalmente de livre empresa"[510]. Também aceitaria "as multinacionais desde que restrita aos setores que o capital nacional não" tivesse "possibilidades de ocupar"[511]. No decorrer da Constituinte, teria integrado o bloco denominado "Centrão", assumindo posições mais conservadoras. Segundo consta do verbete atribuído ao parlamentar no CPDOC, Fioravante teria manifestado apoio à pena de morte, à pluralidade sindical, à anistia aos micros e pequenos empresários e ao mandato de cinco anos ao Presidente José Sarney[512].

O mandato para a Constituinte foi o único de Arnold Fioravante como Deputado, o qual não obteve êxito na tentativa de reeleger-se. Todavia, constam do arquivo da Câmara dos Deputados 20 proposições[513] de autoria do político ou subscritas por ele. Nenhuma delas, contudo, foi transformada em norma jurídica. Também encontramos 16 (dezesseis) discursos proferidos pelo parlamentar durante o mandato.

---

[505] CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Arnold Fioravante. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fioravante-arnold. Acesso em: 3 jul. 2023.
[505] RODRIGUES, 1987, op. cit, p. 292.
[506] Ibid.
[507] Ibid.
[508] CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Arnold Fioravante. Op. cit.
[509] RODRIGUES, 1987, op. cit., p. 292.
[510] Ibid.
[511] Ibid.
[512] CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Arnold Fioravante. Op. cit.
[513] No total eram 18 (dezoito) projetos de leis, uma proposta de emenda à Constituição e de projeto de decreto legislativo. Muitos dos projetos tratavam sobre o tema "educação", área de especialidade do político.

Um dos projetos apresentados, o PL 5264/1990, visava a proibir o noticiário "sobre tóxicos ou toxicômanos", quando não se restringisse a matéria exclusivamente científica[514]. O projeto continha 5 (cinco) artigos. O primeiro deles estabelecia que emissoras de rádio e televisão, jornais, revistas ou qualquer outra forma de comunicação, estariam proibidas de divulgar notícias que induzissem ou estimulassem o consumo de drogas[515]. Estariam abrangidas pela lei, supostas apologias "de celebridades vítimas de toxicomania ou com passado de toxicômano, citações ou apreciações sobre estímulos psíquicos de qualquer natureza produzidos pelo uso de drogas, ou notícias que" levassem "à expectativa de ganhos fáceis oriundos do tráfico de entorpecentes"[516]. O deputado defendia que as eventuais histórias de artistas e celebridades que teriam utilizado drogas ou superado o vício poderiam induzir o público a vincular o sucesso ao consumo dos entorpecentes[517]. A preocupação com notícias relacionadas às drogas já havia sido exposta anteriormente por Fioravante em audiências públicas na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, conforme será visto oportunamente abaixo[518].

Fioravante apresentou proposta de emenda à nova Constituição, em 16 de maio de 1990, por meio da qual pretendia a modificação do artigo 14, §1ª, "a" da Constituição, para determinar que analfabetos tivessem o prazo de 2 (dois) anos para se alfabetizar e manter a condição de eleitor[519]. Aos eleitores que não cumprissem a medida após o prazo determinado, havia a previsão de cancelamento da inscrição, ficando vedado novo alistamento até que perdurasse tal condição[520].

A medida proposta pelo parlamentar, em sua visão, visaria a "agilizar o processo de erradicação do analfabetismo"[521]. Para o então deputado, "solicitar ao eleitor analfabeto que se alfabetize, é, [SIC] oferecer a ele, [SIC] um estímulo para melhor escolher seus governantes e

---

514 BRASIL. Projeto de Lei n. 5264/1990. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=226879. Acesso em 4 jun. 2023.
515 Ibid.
516 Ibid.
517 Ibid.
518 Aparentemente o parlamentar levava muito a sério a oposição às drogas. Segundo a Folha de São Paulo, Fioravante teria desistido da compra de um imóvel no Uruguai por ter tal país aprovado legislação referente à maconha (MESQUITA, Lígia; CELESTINO, Guilherme. Brasileiro Desiste de Imóvel no Uruguai Por Lei da Maconha. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 jan. 2014. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/mundo/2014/01/1398803-brasileiro-desiste-de-imovel-no-uruguai-por-lei-da-maconha.shtml?cmpid=menupe. Acesso em: 4 jul. 2023).
519 BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição n. 45, de 1990. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1243148&filename=Dossie-PEC%2045/1990. Acesso em: 4 jun. 2023.
520 Ibid.
521 Ibid.

consequentemente, [SIC] melhor seu estilo de vida"[522]. Tal projeto, todavia, não foi levado adiante, tendo recebido parecer desfavorável do Relator na Comissão de Constituição e Justiça, o qual foi acatado pela referida Comissão.

3.2.3.2 - FRANCISCO DIÓGENES

Francisco Diógenes de Araújo contava 46 (quarenta e seis) anos quando foi eleito para compor a bancada do Acre na Constituinte[523]. Empresário do ramo rural e proprietário de concessionária de automóveis, Diógenes formou-se em Economia pela Universidade Federal do Acre, em 1976, e em Administração, pela FGV-RJ, em 1978, além de ter sido mais um dos políticos a cursar a Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 1981[524].

Ao chegar à Constituinte, Diógenes exerceria seu primeiro mandato em âmbito federal – antes, porém, segundo Leôncio Rodrigues, teria tentado, sem sucesso, uma vaga ao Senado em 1982, também pelo PDS[525]. Teria sido Diretor da Confederação Nacional de Agricultura (1986) e Diretor da Associação Brasileira da ASSOBRAV, São Paulo (1986). Vê-se, portanto, que Francisco Diógenes seria, em tese, mais próximo de comissões ligadas ou ao meio rural ou à indústria, sendo difícil imaginar como e por qual motivo foi parar na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Segundo a jornalista Cristina Chacel, Diógenes seria um "anticomunista convicto", um "proprietário de terras, ligado à UDR e bem-sucedido empresário de concessionária Volkswagen"; e estaria na Subcomissão por algum interesse em uma concessão de canais de rádio e tv[526]. Caso o interesse de receber concessões fosse verdadeiro, este, ao que tudo indica, não se concretizou. No texto de Paulino Motter[527], da lista de políticos que receberam concessão durante a Constituinte, não consta o nome de Diógenes.

Na Constituinte, Francisco teria integrado o "Centrão", votando a "favor da soberania popular, do presidencialismo, do mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney

[522] Ibid.
[523] RODRIGUES, 1987, op. cit., p. 166.
[524] Ibid. Há uma observação a ser feita sobre a obra citada de Leôncio. Este chamou o político de Francisco Diógenes de Oliveira, todavia, o correto é Francisco Diógenes de Araújo. Ver também CÂMARA DOS DEPUTADOS. Assembleia Nacional Constituinte 1987: repertório biográfico dos membros da Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Brasília: Câmara dos Deputados; Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 1987, p. 270.
[525] RODRIGUES, 1987, op. cit., p. 166.
[526] CHACEL, Cristina. Reserva de Mercado Pode Cair na Constituinte. **Jornal do Brasil,** Rio de Janeiro, 27 abr. 1987. Economia, Caderno 1º Caderno, p. 15.
[527] MOTTER, 2019, op. cit.

(1985-1990) e da anistia ao micro e pequenos empresários"[528]. Teria defendido em plenário "as posições favoráveis à União Democrática Ruralista (UDR)[529]".

Dentre os projetos de lei apresentados por Francisco Diógenes em seu primeiro mandato (entre 1987 e 1991) 4 eram para a criação de escolas técnicas federais ou agrícolas em diferentes municípios do Acre, notadamente os Projetos n. 3850[530], 3851[531], 3852[532], todos de 1989, e o Projeto n. 585, de 1991[533]. Justificavam-se alegando a carência de profissionais habilitados no Acre e o constante êxodo de pessoas que buscavam melhor sorte em outros estados. Dos discursos de Francisco Diógenes a que conseguimos acesso, não encontramos nenhum sobre o tema comunicação.

Francisco Diógenes foi reeleito para a Câmara dos Deputados, também pelo PDS, em 1990, e em 1994, pelo PMDB, partido que teria trocado no ano seguinte pelo PFL. Em 1995, foi nomeado para o cargo vitalício de Conselheiro do Tribunal de Contas do Acre, tendo chegado a assumir a presidência da instituição no ano de 2001[534]. Francisco Diógenes faleceu em 2006.

3.2.4 – O PTB ACABOU NA DITADURA: O PTB DA CONSTITUINTE E O PARTIDO DE LEONEL BRIZOLA, OS MEMBROS DE PDT E PTB NA ASSEMBLEIA

[528] CARNEIRO, Alan; JUNQUEIRA, Eduardo; BURLAMAQUI, Flávia (atualização). Francisco Diógenes de Araújo. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**.** Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-diogenes-de-araujo. Acesso em: 20 jul. 2023.
[529] Ibidem.
[530] BRASIL. Projeto de Lei n. 3850/1989. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Escola Técnica Federal de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1150090&filename=Dossie-PL%203850/1989. Acesso em: 20 jul. 2023.
[531] BRASIL. Projeto de Lei n. 3851/1989. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Escola Agrícola de Xapuri, no Estado do Acre. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1150091&filename=Dossie-PL%203851/1989. Acesso em: 20 jul. 2023.
[532] BRASIL. Projeto de Lei n. 3852/1989. Dispõe sobre a criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio Branco, capital do Estado do Acre. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1150092&filename=Dossie-PL%203852/1989. Acesso em: 17 jul. 2023.
[533] BRASIL. Projeto de Lei n. 585/1991. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Escola Técnica Federal de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=179259. Acesso em: 20 jul. 2023.
[534] De acordo com a biografia do ex-político no CPDOC, Francisco Diógenes teria sido afastado do Cargo no Tribunal de Contas em 2001, acusado de supostamente ter desviado recursos públicos do Estado e deixado de recolher contribuições previdenciárias. Tais denúncias teriam sido rejeitadas, no entanto, pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça em 2005 (CARNEIRO, Alan; JUNQUEIRA, Eduardo; BURLAMAQUI, Flávia (atualização). Francisco Diógenes de Araújo. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-diogenes-de-araujo. Acesso em: 20 jul. 2023).

3.2.4.1 – "VI UM HOMEM CHORAR": O PARTIDO DE BRIZOLA É AGORA O PDT

Entre os membros da Subcomissão – e da Constituinte como um todo – duas legendas partidárias poderiam causar alguma confusão para a identificação política de seus membros, notadamente o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Por isso, convém distinguir o PTB de 1987 do histórico PTB formado em 1945[535], que havia abrigado políticos como Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola.

Após a abertura para o regresso dos exilados, por meio da anistia política em 1979, uma disputa pela legenda PTB colocou em confronto Leonel Brizola, o mais célebre membro remanescente do antigo Partido Trabalhista, e Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas.

Brizola e Ivete não teriam chegado a uma composição acerca dos rumos do PTB na reabertura política. Conforme consta do Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro, a divergência central entre os dois políticos ocorria porque o gaúcho não aceitaria dividir o posto de comando do partido com Ivete na refundação. A partir de então, ainda segundo a mesma fonte, Ivete teria passado a fazer oposição a Brizola e a tentar reagrupar o PTB, "tendo como grande bandeira a Carta Testamento" de Vargas. Ivete também teria feito sucessivas críticas à Brizola, acusando-o de radicalizar o PTB na década de 1960 e aproximar o partido de ideais socialistas, ao invés do nacionalismo, fato que, conforme argumentava, teria contribuído para a queda de Jango.

Em 1979, já anistiado, Brizola retornou ao Brasil. No final de novembro do mesmo ano, o grupo de Brizola encaminhou o pedido de fundação do PTB. Tal pedido, todavia, foi intempestivo, porquanto uma semana antes, em 21 de novembro de 1979, Ivete Vargas havia legalmente solicitado a fundação do partido sob a sua liderança.

As disputas entre Brizola e Ivete prosseguiram até o início de 1980, quando ambos solicitaram a inscrição definitiva do PTB na Justiça Eleitoral. Brizola conseguiu a inscrição n. 0001 na Justiça Eleitoral, todavia, a legenda acabou indo parar nas mãos de Ivete, por ter sido a primeira a requerê-la em 1979[536].

---

[535] Sobre a formação do PTB, Ângela de Castro Gomes afirma que, embora a sigla tenha oficialmente sido lançada como partido em 1945, o movimento de sua formação começou anos antes, com o trabalhismo, no Ministério do Trabalho no início da década de 1940. Tal movimento, segundo a mesma autora, tinha Vargas como figura central, de modo que o PTB teria "nascido de e para Vargas, ainda no Estado Novo." (GOMES, Angela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 266-293).

[536] No TSE, duas teses eram defendidas. Brizola alegava ter mais representatividade, porque teria consigo mais deputados e representação estadual do que a concorrente. Ivete, por sua vez, sustentava o princípio da anterioridade, por ter sido a primeira a requerer a inscrição do partido. Nesse sentido, ver: TSE dá sigla do PTB a Ivete por cinco votos contra um. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 mai. 1980, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_10/8532. Acesso em: 10 mar. 2023.

Ao receber a notícia de que perderia a sigla para a rival, Brizola chorou diante de jornalistas, escreveu PTB numa folha de papel e a rasgou em frente as câmeras, afirmando que o PTB teria acabado[537]. "Vi um homem chorar porque lhe negaram o direito de usar três letras do alfabeto para fins políticos", escreveria Carlos Drummond de Andrade no dia seguinte em sua coluna no Jornal do Brasil[538].

Diante disso, Brizola fundou outro partido, o Partido da Democracia Trabalhista, PDT.

Foram lançadas suspeitas de que Ivete tivesse sido auxiliada por representantes do regime militar, especialmente o General Golbery do Couto e Silva, de quem supostamente seria próxima[539]. Apesar de a nova detentora da sigla histórica ter afirmado que o partido renascia sob "o mesmo trinômio básico que o inspirou no passado, democracia, trabalhismo e nacionalismo"[540], referindo-se a Getúlio Vargas e João Goulart, o novo PTB logo assumiu uma nova orientação política, mais identificada com as pautas conservadoras, que pouco lembrariam a atuação de Jango, San Thiago Dantas, Brizola ou mesmo Getúlio Vargas.

Ivete, chegou a afirmar, também na data em que foi comunicada da sua vitória sob Brizola, que o novo PTB seria fiel a Getúlio Vargas e que deveria se identificar com a "capacidade de perdoar, esquecer, de transigir e sobretudo de somar em favor dos grandes ideais do Partido"[541]. O novo PTB não apenas perdoou seus algozes de outrora – responsáveis pelo exílio de seus grandes representantes históricos (João Goulart, inclusive, morreu no exílio e apenas pôde retornar ao país em um caixão[542]) e pela extinção da legenda pelo AI2 – como

---

[537] A cena foi reproduzida na manchete de capa do Jornal do Brasil de 13/05/1980 – cf. TSE dá o PTB à Ivete e leva Brizola às lagrimas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 mai.1980, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/8529. Acesso em: 10 mar. 2023.

[538] ANDRADE, Carlos Drummond de. Eu Vi. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 mai. 1980, Caderno B, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/8667. Acesso em: 9 mar. 2023. O texto prosseguia, falando das altas dos preços em supermercados (em possível referência à inflação), de violência e havia uma referência a uma moça nua. Importante destacar que, embora tenhamos consultado a versão original do texto, disponível no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, um primeiro contato com o texto nos foi propiciada a partir do site https://disparada.com.br/drummond-golbery-ptb-brizola/, cujo acesso ocorreu em 9 mar. 2023.

[539] Nesse sentido, ver SKIDMORE, Thomas E.. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, especialmente trecho na página 426: "Mas as autoridades eleitorais, provavelmente por sugestão do governo, concederam a legenda a Ivete Vargas, figura política secundária, que era sobrinha-neta de Getúlio Vargas, mas que também era bem relacionada com o general Golbery". Bolivar Lamounier e Rachel Meneguello trazem informação semelhante, mas de forma mais sutil, ao dizerem que "O controle da sigla [PTB] acabou nas mãos de Ivete Vargas, ao que tudo indica por influência e sob inspiração palaciana, suposição reforçada pelas negociações desse partido com o governo após as eleições de 1982", p. 74 e 75, nota de rodapé n. 41, item 5 e 6.

[540] Entrevista com Ivete Vargas para o Jornal do Brasil: VITORIOSA lembra Getúlio Vargas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 mai. 1980, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_10/8532. Acesso em: 10 mar. 2023.

[541] VITORIOSA lembra Getúlio Vargas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 mai. 1980, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_10/8532. Acesso em: 10 mar. 2023.

[542] FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Ainda sobre o episódio, ver: GOULART, João Vicente. Jango e Eu: memórias de um exílio sem volta. Rio de Janeiro: Civilização

também, a partir de 1983, passou a apoiar o último presidente do regime de 64, aliando-se ao PDS.

Em 1986, o PTB integrou a base governista, tendo apoiado José Sarney após acordo por alguns cargos políticos. Já na Constituinte, o PTB integrou o Centrão, tendo, inclusive, a maioria de seus membros votado contra a reforma agrária, pauta histórica de Jango, e de alguns outros membros do antigo PTB.

3.2.4.2 – José Elias representa o PTB

José Elias nasceu em Poços de Caldas, Minas Gerais, mas foi eleito deputado federal por Mato Grosso do Sul. José Elias era formado em agronomia, pela Universidade Rural do Brasil, do Rio de Janeiro. Elias chegava à Constituinte com 52 anos e uma trajetória política já iniciada anos antes. Pertencendo aos quadros da ARENA, foi prefeito de Dourados entre 1976 e 1980. Em 1982, já no PDS, José Elias foi derrotado nas eleições para Governador de Mato Grosso do Sul.

Na biografia escrita no Jornal do Brasil, por Cristina Chacel, o político foi descrito como "extremado conservador, pecuarista, proprietário de um canal de TV"[543] – TV Cainás. Leôncio Rodrigues, por sua vez, na pequena biografia com o perfil dos parlamentares eleitos para a Constituinte, dizia que o político se definia de "centro"[544]. José Elias teria contribuído para a fundação da União Democrática Ruralista (UDR), entidade que defendia "os interesses dos grandes proprietários fundiários, na região da grande Dourados"[545]. Em 1986, após migrar para o PTB, José Elias foi eleito deputado federal, no pleito em que teria contado com o apoio "ostensivo da UDR"[546].

Segundo Leôncio Rodrigues, o político dizia enxergar a reforma agrária como necessária, mas que deveria ser bem estruturada, além de ter se declarado "favorável a uma economia predominantemente de mercado sem subordinação ao Estado, que deve estimular a entrada de capitais estrangeiros no país"[547].

Brasileira, 2017. esp. p. 314 a 316, em que um familiar descreve o drama vivenciado pela família após a ditadura ter negado, num primeiro momento, o translado do corpo do ex-Presidente para o país.

[543] CHACEL, Cristina. Reserva de Mercado Pode Cair na Constituinte. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 abr. 1987. Economia, 1º Caderno, p. 15.

[544] RODRIGUES, 1987, op. cit., p. 329.

[545] QUARTI, Márcia. José Elias. in: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.** Disponível em < https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-elias-moreira>. Acesso em: 31 mar. 2024.

[546] Ibid

[547] RODRIGUES, 1987, op. cit., p. 329.

Além do mandato como Deputado Constituinte, José Elias foi deputado federal entre 1991 e 1995, também pelo PTB. Nas pesquisas realizadas no arquivo da Câmara dos Deputados, encontramos apenas 6 projetos de autoria do deputado, nenhum deles relevante para o objeto da presente tese ou para compreender melhor o posicionamento político de José Elias.

3.2.5 – O PT E SEU REPRESENTANTE: OLÍVIO DUTRA.

Olívio de Oliveira Dutra, nasceu em Bossoroca, zona rural de São Luíz Gonzaga, Rio Grande do Sul. O político teve de origem humilde, o pai de Dutra exercia a função de "aramador" – pessoa que fazia cercas de arames em propriedades rurais no interior do Rio Grande do Sul. Após mudar da zona rural de São Luíz Gonzaga para a região urbana desse mesmo município, o pai de Olívio passou a trabalhar como carpinteiro[548]. Os pais de Dutra eram petebistas não militantes, em entrevista de Dutra disponível na Fundação Perseu Abramo, o político narra que os pais tinham, inclusive, em casa um quadro de Getúlio Vargas na parede[549].

Em 1961, Dutra foi aprovado em concurso público para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL). Dutra iniciou sua trajetória no movimento sindical, sendo eleito, por duas vezes, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Olívio Dutra participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, pelo qual disputou eleições para o governo do Rio Grande do Sul, em 1982[550].

Em 1986, Dutra foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, contudo, não chegou a concluir o mandato como deputado, por ter sido eleito, em 1988, prefeito de Porto Alegre. Em 1998, depois de ter sido derrotado em eleições de 1994 para o governo do Rio Grande do Sul, por Antônio Britto, Dutra conseguiu eleger-se Governador do Estado.

Em 2003 o político assumiu o cargo de Ministro das Cidades, no Executivo Federal. Posteriormente, foi derrotado em eleições para o governo do Rio Grande do Sul em 2006; Senado Federal em 2014 e 2022.

---

[548] DUTRA, Olívio de Oliveira. História Oral: PT 40 anos. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Entrevista Gravada em 11/03/2021. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=HOUFUNn2aOc>. Acesso em 13mar2024.
[549] Ibid.
[550] MOURA, Gisela/ SOUSA, Luís Otávio de. Olívio de Oliveira Dutra. in: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.** Disponível em < https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olivio-de-oliveira-dutra>. Acesso em: 17 jul. 2023.

4. Os DEBATES NA SUBCOMISSÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO.

4.1 Os Primeiros Trabalhos da Subcomissão: A definição da mesa e da pauta

Às 17 horas do dia 7 de abril de 1987, uma terça-feira de lua minguante, com nebulosidade e chuvas esparsas em Brasília[551] - era instalada a Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Informação da Assembleia Nacional Constituinte. A abertura dos trabalhos, para a eleição formal de Presidente, Vices e Relatoria da Subcomissão foi realizada por Pompeu de Souza e contou com a participação de 14 (quatorze) parlamentares.

Antes de iniciada a votação, Arnold Fioravante anunciou que sabia da existência de um acordo prévio entre as lideranças dos partidos[552] para a eleição de Arolde de Oliveira, Onofre Correa e José Carlos Martinez, para os cargos de Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, respectivamente. Nesse momento, a nebulosidade e chuvas esparsas também ganhavam a Subcomissão, com a instauração da primeira de muitas divergências que se seguiriam ao longo dos trabalhos.

O Constituinte Aloísio Vasconcelos pediu a palavra para manifestar que votaria a favor do presidente escolhido e para a relatoria, mas não para o primeiro e segundo vice-presidentes indicados, por divergir da forma como o assunto havia sido conduzido por sua bancada. Após a intervenção de outros dois parlamentares, Aloísio afirmou discordar de uma suposta modificação de um acordo de véspera, o qual lhe asseguraria um lugar à Mesa. Após votação, o parlamentar foi derrotado.

Ao tomar posse na Presidência da Subcomissão, Arolde de Oliveira proferiu breve discurso, no qual enfatizou ser a intenção da mesa conduzir os trabalhos, nas palavras do

---

[551] O Tempo. Correio Brasiliense, Brasília, 7 abr. 1987, p. 2, Caderno de Classificados. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_03/96651. Acesso em: 4 nov. 2024.

[552] Os acordos de bastidores seriam muito comuns no decorrer da Constituinte. A distribuição dos cargos de Presidente, 1º e 2º Vice-presidente e Relatorias nas Comissões e Subcomissões teria ocorrido por meio de, na expressão utilizada por Adriano Pilatti, "um grande acordo de lideranças, protagonizado pelo líder do PMDB e secundado pelo líder do PFL." (PILATTI, Adriano. A Constituinte de 1987-1988: Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p. 64). Por meio desse grande acordo, o maior número de cargos seria distribuído ao PMDB – que ficaria com todas as 8 Relatorias de Comissões, 13 Relatorias de Subcomissões (de um total de 24) e 15 Presidências de Subcomissões – e ao PFL – que ficaria com 7 Presidências de Comissões, 5 Relatorias de Subcomissões e 5 Presidências de Subcomissões. Ainda nesse processo de divisão, o PDS teria a Presidência de uma Comissão, duas Relatorias de Subcomissões e uma Presidência de Subcomissão; o PDT teria uma Relatoria e duas Presidências de Subcomissões; o PTB, uma Relatoria e uma Presidência de Subcomissão; PT e PDC, ambos com uma Relatoria de Subcomissão cada. (ibidem, p. 64 e 65).

político, "de uma forma suprapartidária, da forma mais isenta possível, sem deixar de aproveitar todas as sugestões, dando oportunidade, de acordo com as normas regimentais, a todos os companheiros que desejem apresentar suas sugestões"[553]. Arolde também afirmou que a mesa seria transparente, de modo que a atuação desta seria comparável a de, conforme metáfora empregada pelo próprio parlamentar, um "bom juiz de futebol, que nem sequer foi notado em campo"[554]. Na sequência, informou que a bancada do PMDB internamente havia decidido que a relatoria da Subcomissão deveria ir para a Deputada Cristina Tavares, a quem o Deputado convidou para integrar a Mesa.

A Deputada Cristina Tavares proferiu breve discurso exaltando a importância daquela Subcomissão. Cristina já alertava que "uma teletela" seria capaz de surpreender e deixar o cidadão "prisioneiro de uma máquina eletrônica". A Relatora enfatizou que seriam debatidos assuntos "quase tabus" no país, como as grandes redes de comunicação social e a forma das novas concessões de rádio e televisão. Os pleitos acerca da democratização dos meios de comunicação de massa, para a Relatora, eram muito fortes, todavia, também era muito forte o "lobby" dos poderosos interesses contrários. A importância dos trabalhos, conforme ressaltou, seria apresentar projeto que se coadunasse com "o desejo de política democrática de comunicação [...] através de pesquisas e de tecnologias modernas [...] onde a revolução tecnológica aponta novos caminhos e novos poderes"[555]. Já quase no final de sua fala, Cristina Tavares afirmou ser aquela a Subcomissão mais importante da ANC, porque ali seria decidido o futuro do país, enquanto nas demais Subcomissões discutir-se-ia o presente. Cristina defendeu a necessidade de que fossem ouvidos grupos divergentes nos debates, para que estes fossem democráticos.

Alguns posicionamentos políticos e ideológicos dos parlamentares surgiam já nessa primeira reunião. Arolde de Oliveira antevia que o debate na Subcomissão estaria concentrado em polos "de maior conteúdo ideológico", que, no seu entender, seriam os temas sobre "privatização, verba, estatização – é reserva de mercado, é o mecanismo para a concessão de outorga de radiodifusão, de rádio e televisão"[556].

Por outra perspectiva, o deputado gaúcho Olívio do Dutra destacou a importância de que fossem ouvidos não apenas os empresários, mas também os trabalhadores e entidades de

[553] CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 16 jul. 1987, p. 249.
[554] Ibid.
[555]ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 2.
[556] CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 16 jul. 1987, p. 250.

classe[557], tendo citado a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Caberia escutar também entidades relacionadas às Universidades e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), afirmando que estas teriam pesquisas em curso na área de comunicação.

Na sequência, houve um pronunciamento aparentemente fora de contexto e lugar. O Constituinte Paulo Marques levantou questão relativa à situação da empresa pernambucana "Jornal do Comércio", que contava com emissoras de rádio, uma de televisão e dois jornais, entre eles o "Jornal do Comércio". A empresa estaria em grave crise financeira e estrutural, por esse motivo o deputado solicitou ao Presidente da Subcomissão informações sobre como a Constituinte poderia atuar para amenizar tal problema. Em resposta, o parlamentar ouviu de Arolde que a Subcomissão não teria competência para a atuação nesse campo[558]. De modo geral, tal questionamento poderia sinalizar, mais do que um aparente desconhecimento das funções do Congresso e da Constituinte, o uso do espaço para agradar a terceiros.

Durante o restante da sessão, debateu-se como seria – ou deveria ser – o cronograma de trabalhos da Subcomissão, tendo em vista que o prazo era relativamente curto. Essa era uma preocupação quase unânime entre os que pediram a palavra. Próximo ao final da reunião, Arolde de Oliveira opinou sobre o foco de trabalho na Subcomissão, tendo ressaltado que, em matéria de informática, a pauta possivelmente seria mais voltada ao tema de reserva de mercado; na ciência e tecnologia; seria a pesquisa. Em telecomunicações, os debates bateriam "muito em privatização, em estatização, vamos debater na radiodifusão"[559].

Ficou acordado que a Relatora deveria elaborar um cronograma de trabalho a ser apreciado e debatido pelos demais na segunda reunião. Nessa primeira reunião da Subcomissão verificou-se que encontrar um consenso não seria tarefa das mais fáceis, uma vez que nem mesmo nas próprias bancadas dos partidos havia unidade de pensamento, como ficou evidente no episódio de votação de Presidente e vices da Subcomissão. Além disso, já era possível notar posições ideologicamente opostas: enquanto parte da Subcomissão julgava importante ouvir empresários, ministros, etc., outra parte sinalizava ser preciso trazer as centrais sindicais para o debate (sugestão de Olívio Dutra).

[557] Diferentemente do ocorrido nos debates no Código Brasileiro de Telecomunicações, nessa primeira sessão na ANC, a importância de se incluir e pensar em "povo" e "democracia" para as comunicações foi ressaltada mais de uma vez e, aparentemente, com o intuito real de se contemplar tal matéria no texto constitucional.
[558] CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 16 jul. 1987, p. 251.
[559] Ibid., p. 254.

No segundo dia de trabalhos na Subcomissão, 09/04/1987, foi definido o cronograma e foram indicadas as autoridades e especialistas a serem ouvidos. Mendes Ribeiro expôs preocupação com os prazos da Constituinte, com a necessidade de que fossem agilizados os trabalhos, e relatou brigas internas no próprio PMDB, sem, contudo, dar mais detalhes de quais seriam essas brigas e por qual motivo os membros desse partido estariam em conflito[560].

O grupo debateu sugestão da Relatora, de que as sessões ordinárias fossem divididas em três etapas de uma hora cada. A primeira delas seria reservada às audiências públicas sobre Política Tecnológica e Política de Comunicação, as quais deveriam ocorrer com dois ou três especialistas dessas temáticas a serem indicados pelos membros da Subcomissão e que tivessem, preferencialmente, opiniões distintas[561]. Na segunda hora de trabalho, far-se-iam debates sobre a matéria exposta pelos oradores, objeto da audiência pública; e, por fim, na última hora, haveria a pauta normal de debates a fim de auxiliar a Relatora na elaboração do anteprojeto da Subcomissão.

A proposta foi acatada, todavia, houve divergência em relação aos nomes sugeridos pela Relatora para a primeira audiência. Olívio Dutra ponderou que os nomes apresentados eram todos voltados ao setor empresarial, sem nenhum representante de classe, tendo sugerido o convite a algum membro da Federação Nacional dos Engenheiros. Dutra também sugeriu que em todas as audiências públicas houvesse algum representante da área do "Estado, teríamos um representante da Federação de Engenheiros, depois teríamos que ver em uma outra o DIESE, em uma outra a CUT, em uma outra a CGT"[562].

Somente após longos debates e muitas divergências, foi definido o dia da próxima reunião. Já nesse começo, era possível perceber diferenças significativas entre os parlamentares. Arnold Fioravante defendeu, nessa mesma reunião, que a Subcomissão não deveria se preocupar com ideologia, religião, forma de governo, cor e raça, mas tão somente com ciência

[560] Ibid., p. 256. De um modo geral, as brigas internas no PMDB poderiam ser um indicativo das divisões internas no partido, já assinaladas acima.

[561] Ao sugerir que os especialistas tivessem preferencialmente opiniões distintas, a Relatora afirmou, aos risos, que achava que "sabedoria" havia reunido ela e o Presidente na mesma, talvez em referência ao posicionamento político antagônico de ambos. A essa afirmação, o Presidente da mesa, Arolde de Oliveira, também aos risos, respondeu com um lacônico "talvez". Posteriormente, quando discursava sobre preocupações gerais acerca da Constituinte, Arolde voltou a tocar no tema, para negar que houvesse uma posição de contrariedade, mas, sim, de "transparência" (CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 16 jul. 1987, p. 256 e 257). Destacamos que, nas notas taquigráficas, há a indicação de "risos" na fala dos dois, de modo que não é situação que vivenciamos, tampouco que fora colocada no texto como floreio ou que tivéssemos imaginado. Nota-se acerca dessa fala que, na segunda reunião, o clima ainda era cordial entre a relatora e o presidente da mesa, embora certas divergências já começassem a surgir, inclusive no que se refere a comentários "descontraídos" por assim dizer.

[562] CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 16 jul. 1987, p. 261.

e tecnologia, fixando como o país iria se portar dali em diante nessa seara. Para o parlamentar o Estado buscaria o desenvolvimento científico e tecnológico "provendo e incentivando o ensino, a pesquisa, amparando os inventos e, na forma da lei, estenderá benefícios de sua atuação à iniciativa privada de organização nacionais estrangeiras, desde que as últimas amplamente radicadas no País"[563]. Fioravante demonstrava preocupação com a reserva de mercado, que apenas admitia caso não comprometesse o desenvolvimento e o avanço da ciência.

Para outros parlamentares, a despeito de não o afirmarem expressamente, ficava implícito que a suposta fuga às questões ideológicas seria inviável – tal era o caso de Olívio Dutra, Carlos Alberto Caó e da própria Relatora. Também havia parlamentares evangélicos na Subcomissão e, para eles, a pauta de costumes teria importância para a condução dos trabalhos.

Nessa segunda reunião, a personalidade marcante da Relatora ficou mais evidente. Ao contrário de alguns colegas que empregavam as mesuras políticas típicas quando discordavam, Cristina ia direto ao ponto e parecia não abandonar uma posição com facilidade. Um exemplo dessa postura apareceu na discussão sobre se haveria ou não reunião no dia 21/04/1987, feriado nacional. Tendo sido sugerido, por Artur Távola, que apareceu para acompanhar os trabalhos da Subcomissão, que não houvesse reunião na referida data, Cristina insistiu enfaticamente que fosse mantido o cronograma por ela definido. Nas notas taquigráficas que analisamos, percebe-se uma sutileza envolvendo a Relatora: enquanto os demais parlamentares, quando pretendiam falar, solicitavam a palavra ao Presidente, Tavares, por sua vez, quando discordava de algo, apenas respondia diretamente ao parlamentar que estivesse falando, sem solicitar a palavra e sem rodeios. Isso ocorreu diversas vezes ao longo da segunda reunião, especialmente no embate entre a Relatora e Olívio Dutra a respeito de um dos nomes indicados para a Audiência Pública.

Mesmo fixado o início das audiências públicas no 21/04/1987, estas ocorrem somente a partir do dia 22/04/1987 – aparentemente, o feriado do dia 21/04 interferiu nos planos da Subcomissão. Ainda assim, houve reunião no feriado, na qual algumas propostas concretas de temas para a redação dos artigos da nova Constituição foram debatidas. Foram lidas sugestões do Deputado Flávio Palmier da Veiga, em temas relacionados à censura e à programação de televisão. A primeira delas no sentido de que ao Conselho Nacional dos Meios de Comunicação, conforme disposição em lei, caberia aprovar a programação transmitida entre as 19 e 23 horas; a segunda, dizia que a lei disporia sobre a proibição de exibir por qualquer meio figuras e imagens de crimes violentos e seus autores.

[563] Ibid., p. 258.

Com a leitura dessas propostas, rapidamente o tema da censura ganhou destaque entre os constituintes e passou a ser o cerne do debate. Pompeu de Souza foi o primeiro a falar, dizendo ter combatido a censura em sua atuação como jornalista. Destacou que haveria uma proposta a ser apresentada pela Frente Nacional de Política Democrática, a qual seria mais ampla do que as de autoria de Palmier da Veiga. Olívio Dutra falou na sequência, enfatizando que o tema do controle da qualidade das transmissões dos veículos de Comunicação Social ainda deveria ser muito discutido, não só naquela, mas em outras comissões. Dutra criticou a proposta por ser limitada, tendo afirmado que o Conselho pretendido pelo Deputado Palmier apenas se preocuparia com a definição da programação das 19 às 23h, enquanto a FENAJ teria uma proposta para, nas palavras do deputado, "efetivamente garantir à sociedade o uso adequado e democrático dos veículos de comunicação de massa"[564]. A proposta de Palmier também recebeu críticas de Pompeu de Souza, especialmente no tocante à ideia de um Conselho apenas para praticar a censura em determinado horário. A censura, destacou Pompeu, seria matéria muito grave, tendo recordado os 21 (vinte e um) anos anteriores de ditadura militar: "o Estado autoritário, o Estado decidindo o que o cidadão deve ou não assistir constitui um abuso de autoridade, absolutamente inaceitável num regime democrático"[565], finalizou Pompeu.

Dutra ainda colocou qual seria a sua opinião e da FENAJ acerca das empresas que atuavam no setor da Comunicação Social, destacando que estas, no seu entender, não deveriam almejar lucros, mas ser fundações com controle democrático, através de comissões internas, das quais participariam não apenas os "representantes das empresas da administração, mas seus empregados e a comunidade"[566]. Além disso, dizia o gaúcho, seria preciso estimular as cooperativas de jornalistas, as quais eram, no seu entender, "instrumentos democráticos os mais avançados na construção de empresas jornalísticas"[567].

Palmier da Veiga ainda teria outras duas propostas lidas na mesma reunião, uma para a limitação de publicidade de tabaco pelos veículos de comunicação audiovisual[568], a outra para

---

[564] CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 14 mai. 1987, p. 119-120.
[565] Ibid. p. 120.
[566] Ibid.
[567] Ibid.
[568] Na justificativa dessa proposta, Palmier mencionou a existência de poderosos lobbies na ANC, que funcionariam "com incrível desenvoltura", os quais, nas suas palavras, "certamente tudo farão para impedir a aprovação constitucional desse dispositivo, agindo, aliás, da mesma forma como têm feito até agora em relação ao Congresso Nacional". O lobby, para o parlamentar, ao invés de desestimular, significaria maior incentivo para prosseguir na luta que visaria a preservar "a vida de milhões de brasileiros nos próximos anos e, ao mesmo tempo, economizar somas fabulosas, principalmente para a previdência social, em termos de internações hospitalares, exames de laboratórios e de medicamentos". (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE – ANC. Propostas dos Constituintes n. S00431-6. Disponível no Arquivo Físico da Câmara dos Deputados, Título: Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação - Subcomissão VIIIb. Código BR DFCD AC1988-ST-VIIIb).

que a responsabilidade e orientação intelectual técnica e administrativa de empresas jornalísticas e de radiodifusão permanecessem apenas a brasileiros natos.

Havia, portanto, nas propostas de Palmier, preocupações com o conteúdo dos programas a serem transmitidos. As restrições à publicidade aparentemente agradaram parte dos presentes, ao ponto de o Deputado Antônio Gaspar ter sugerido ampliar tal vedação para alcançar alguns medicamentos.

Tal tema, todavia, não era unânime entre os membros da Subcomissão. A despeito de ver com bons olhos o controle da programação dos veículos de *comunicação social*, o deputado paulista, Fausto Rocha, era mais conservador sobre o conteúdo dos programas em si e um tanto mais "liberal", por assim dizer, sobre a publicidade. Embora parecesse discordar em parte do Deputado Antônio Gaspar acerca das restrições a medicamentos[569], concordava que devesse haver algum controle nessa matéria, tendo citado propagandas mais antigas de jornal em que se prometiam curas milagrosas em determinados centros médicos, as quais nem sempre podiam ser alcançadas.

Quanto ao fumo, o deputado não achava necessário proibir de todo a sua publicidade, mas tão somente limitá-la a determinado horário. Todavia, sugeria que um terço do valor gasto na publicidade de tabaco fosse ser empregado para a promoção de publicidade anti-tabaco[570]. Ao justificar seu posicionamento, o deputado batista afirmava que os jovens estariam adquirindo o hábito de fumar cada vez mais cedo e que tal prática seria o caminho de entrada para outras substâncias, notadamente, para a "maconha, e daí para outros tóxicos que causam dependência, depressão, inibem a sexualidade e trazem sequelas irreversíveis"[571].

As preocupações mais comuns entre os grupos religiosos, especialmente entre evangélicos, não podem ser ignoradas da análise das discussões da Subcomissão, da Comissão maior e do Plenário. As bandeiras típicas dos segmentos ficavam mais evidentes quando Rocha defendia a necessidade de censura a telenovelas. Nesse ponto, porém, dizia concordar com as afirmações de Pompeu e Dutra, porquanto entendia que o "problema da censura é o problema

---

[569] O argumento empregado era de que já constaria na legislação uma distinção entre medicamentos "éticos e produtos populares". Enquanto os medicamentos "éticos"apenas poderiam constar em encartes para os próprios médicos, os populares não causariam mal algum para a saúde, e poderiam ser, portanto, vinculados à população (CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 14 mai. 1987, p. 121).

[570] CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 14 mai. 1987, p. 121. Em pesquisas sobre a vida pregressa de Fausto Rocha, verificou-se que Lei do Estado de São Paulo, restringindo o consumo de cigarros em determinados locais, foi de sua autoria, notadamente, Lei Estadual n. 3.031, de 19 de outubro de 1981, que proibia fumar em "museus, teatros, bibliotecas e salas de exposições, de qualquer natureza, de propriedade do Estado." (ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 3.031 de 19/10/1981.

[571] CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 14 mai. 1987, p. 121.

do censor"[572]. Para Fausto Rocha, não haveria problemas em haver cenas explícitas e linguagem de baixo calão em espetáculos teatrais, conquanto nos cartazes houvesse a informação clara do que seria exibido em tais obras. Nesses casos, conforme acreditava o Parlamentar, o público teria a opção de escolha entre ver ou não o que seria exibido, de modo que não necessitaria haver qualquer tipo de censura. Outra era a posição, todavia, em relação à televisão. O centro do argumento era que, com a televisão, não seria possível controlar o que entraria nas casas e, por tal motivo, deveria haver uma censura cuidadosa.

As novelas, dizia Rocha, estariam servindo para "desviar o comportamento da juventude" e "tudo aquilo que é discrepante, tudo aquilo que desune a família, que não edifica, é apresentado como sendo um fato absolutamente normal, e acaba sendo um fato indutor para a degeneração dos costumes"[573]. A censura defendida por Rocha devia estar focada nas diversões públicas e fundamentada em questões morais. Quanto à liberdade de imprensa, o deputado dizia que "não haverá democracia se não houver liberdade de imprensa"[574].

O debate do tema não pareceu chegar a algum consenso e os rumos da discussão mudaram rapidamente para questões relacionadas ao funcionamento em si da própria Constituinte. Ainda pairavam dúvidas na Subcomissão acerca dos limites, ou ausência destes, das matérias que ali seriam trabalhadas. Olívio Dutra, em fala imediatamente posterior à de Fausto da Rocha advertia que questões[575] sobre o controle de qualidade da programação, ainda que ligadas às matérias da Subcomissão, seriam tratadas em outras comissões, sem indicar quais. O parlamentar gaúcho ressaltava que, na sua opinião, a Subcomissão deveria se ater a discussões sobre o controle democrático dos meios de comunicação, a indústria de

[572] O Deputado não explicava e não dava mais detalhes acerca do que pretendia dizer com tal afirmação. Pode ser que se referisse "a quem seria o censor" e à forma como a censura era feita nos anos de governo militar, a qual foi ressaltada na fala de Pompeu. É, todavia, difícil afirmar que estivesse criticando a censura como outrora era feita, pois teria sido aliado de Paulo Maluf em São Paulo e fora, anteriormente, Deputado Estadual filiado à ARENA. Considerando-se o que o Deputado falaria posteriormente que julgava necessário haver censura na televisão, a concordância manifestada com os colegas de posição de esquerda parece menos real que afirmava o deputado queria demonstrar, podendo ser apenas mesura política (comum no meio quando se pretendia discordar um do outro) ou uma tentativa de dissociar-se (ou apresentar-se dissociado) do regime de governo anterior, a despeito da proximidade com Maluf. É importante pontuar, também, que quando tais debates ocorriam a Constituinte ainda dava seus passos iniciais, sem ter havido ainda a formação do "Centrão". Sem saber exatamente o poderio das esquerdas – especialmente a que ainda estava no próprio PMDB – talvez fosse a posição menos arriscada, até para um conservador, buscar parecer mais de centro do que realmente seria, ainda que as ideias defendidas fossem incoerentes para perfis mais moderados.

[573] CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 14 mai. 1987, p. 121.

[574] Ibid.

[575] É importante pontuar que Sant'Anna, segundo se afirmou na citada reunião, teria participado da elaboração do Código Brasileiro de Telecomunicações (CTB).

equipamentos e o mercado (não apenas o de trabalho, mas também o mercado para a indústria nacional ou o controle nacional sobre "essas coisas") [576].

O debate central da Subcomissão foi aos poucos se desviando do objeto inicial, o que dava lugar a questionamentos os mais diversos sobre o que seria a temática do trabalho. Nessa mesma linha, Fernando Sant'Ana, que não era membro daquela Subcomissão, aderiu aos questionamentos e criticou a Assembleia Constituinte, que teria se julgado dependente[577] e ao mesmo tempo sido vaidosa por não ter aceitado nenhum texto-base que servisse de roteiro pelo menos[578]. Também afirmou que a Constituição deveria garantir a diversidade cultural na programação de rádio e televisão, tendo criticado o fato de o grosso da programação ser produzido no eixo Rio/São Paulo. Na reflexão do parlamentar, o Brasil teria culturas muito distintas, mas telenovelas produzidas nos dois estados estariam sendo "jogadas" a um meio rural que nada teria a ver com aquele tipo de cultura exibida todos os dias[579]. O Código de Telecomunicações, na opinião do parlamentar, havia significado um passo importante – mesmo com distorções posteriores – na direção de se "nacionalizar todas as comunicações do Brasil", tendo lembrado que anteriormente o serviço prestado por empresas estrangeiras – especialmente de telefonia – não era satisfatório[580]. Naquele momento, segundo Sant'Anna, modernizar o Código em vigor.

Sant'Anna foi acompanhado por Ângelo Magalhães, o qual iniciou sua fala rasgando elogios ao colega que o precedera, afirmando que a "modéstia do nobre Constituinte Fernando

---

[576] CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 14 mai. 1987, p. 122.

[577] Nas notas taquigráficas aparece "dependente", todavia, acreditamos que possa ter havido algum erro de digitação, porque "independente" é palavra que melhor se amolda ao contexto da frase que é dita, na qual o constituinte tecia críticas à ANC (CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 14 mai. 1987, p. 122).

[578] Ao defender a reserva de mercado para determinadas áreas, Sant'Anna dizia que o Brasil teria, naquele momento, 97% da indústria farmacêutica "sob o controle estrangeiro", de modo que no caso de alguma epidemia, como a de meningite, o país não teria como fabricar suas próprias vacinas e ficaria "à espera dos laboratórios franceses que retardaram, mais ou menos, 60 dias para entregar a encomenda; enquanto isso alguns milhares de brasileiros devem ter morrido por falta de vacina". Essas questões, dizia o Parlamentar, seriam matéria de segurança nacional, não no sentido de se mandar prender, mas "de dar ao homem condições de viver em sua própria terra. [...] creio que tem essa grande importância, a de garantir ao País, pelo menos, no futuro, condição de ter a sua própria indústria farmacêutica, porque quem não tem indústria farmacêutica, quem não tem alimento e quem não tem comunicação, realmente está entregue às baratas." (CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 14 mai. 1987, p. 122). Chama a atenção da referida passagem que, passados mais de 30 (trinta) anos desde a Constituinte, o país parece não ter aprendido muito com a sua própria história, de modo que sem proteção ao mercado interno ou sem estímulos para o desenvolvimento de pesquisas próprias, os problemas evidenciados com a COVID-19, em alguma medida, eram semelhantes aos da década de 1980.

[579] CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 14 mai. 1987, p. 122.

[580] Ibid.

Sant'Anna" o teria impedido de revelar a sua participação na elaboração do CTB"[581]. Na sequência, disse concordar com a necessidade de criação de outros polos de produção cultural, pois, com tal medida, seria possível ampliar o mercado de trabalho e difundir, no Brasil, culturas de diferentes regiões. No final da sua fala, Magalhães voltaria a elogiar Sant'Anna, para então concluir dizendo ter certeza de que contariam com Sant'Anna para "completar o nosso desejo de produzirmos o que se faz necessário em cima do Código que já existe, melhorar o que existe. Acho que essa é a preocupação de todos os componentes dessa Subcomissão"[582].

As falas de Ângelo Magalhães e Fernando Sant'Ana, embora parecessem convergir, poderiam ter, no contexto de vida de cada um dos políticos, significados distintos. Fernando Sant'Anna não era membro daquela Subcomissão – pelo menos não aparecia entre os titulares –, pertencia à Comissão da Ordem Econômica, sendo Vice-Presidente da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Ao longo da ANC, teria optado por posições pró-Estado e temas mais ligados à esquerda, especialmente de proteção ao mercado interno[583].

A trajetória política dos dois parlamentares também era muito distinta. Sant'Anna foi membro do PTB na década de 1960, tendo sido parte do grupo mais à esquerda do partido. Nos

[581] O Código de Telecomunicações seria lembrado também pelo Presidente da Subcomissão, Arolde de Oliveira, que destacou "os mais de 50 vetos" opostos por Jango ao Código e a derrubada destes pelo Congresso (CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 14 mai. 1987, p. 123).

[582] CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 14 mai. 1987, p. 122/123.

[583] De acordo com Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, na Constituinte, Fernando teria votado "a favor do rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, da limitação do direito de propriedade privada, do mandado de segurança coletivo, da remuneração 50% superior para o trabalho extra, da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da soberania popular, do voto aos 16 anos, da nacionalização do subsolo, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da pluralidade sindical, da proibição do comércio de sangue, da limitação dos encargos da dívida externa, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária, da anistia aos micro e pequenos empresários, da desapropriação da propriedade produtiva e do aborto. Votou contra a pena de morte, o presidencialismo, o mandato de cinco anos para Sarney e a legalização do jogo do bicho. Foi autor da emenda em favor do monopólio da distribuição do petróleo e esteve presente a todas as votações da Constituinte. Após a promulgação da nova Carta Constitucional (5 de outubro de 1988), voltou a participar dos trabalhos legislativos ordinários na Câmara dos Deputados." (GUIMARÃES, Maria Beatriz; ARAGÃO, Mirian. Fernando de Santana. Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-de-santana. Acesso em: 16 maio 2022). As posições pró-estado, segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC, eram bandeiras antigas do deputado, o qual teria sido "membro do "grupo compacto" do PTB, que reunia os setores mais à esquerda da agremiação. Era, ainda de acordo com o Correio Brasiliense, partidário do intervencionismo estatal e da extensão do monopólio do Estado às atividades de interesse da segurança nacional. No campo educacional, defendia a liberdade religiosa, o ensino leigo e as escolas públicas". (GUIMARÃES, Maria Beatriz; ARAGÃO, Mirian. Fernando de Santana. Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-de-santana. Acesso em: 16 mai. 2022).

anos de ditadura militar, foi cassado pelo AI-1 e precisou abandonar o país para buscar exílio no leste europeu, tendo regressado com a anistia política em 1979[584].

Magalhães, por sua vez, como já exposto, era irmão do então Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e havia rumores de que sua família detinha detentora de concessões de rádio e televisão na Bahia. Desse modo, enquanto para Sant'Anna a apologia ao CTB e a necessidade de modernização deste poderia ser uma defesa ao mercado interno, com interesses mais gerais e nacionalistas – os quais acompanharam a trajetória anterior do político –, para Magalhães a conservação do Código em vigor poderia servir para a manutenção das coisas da forma como estavam, o que poderia ser favorável aos possíveis negócios da família ou de aliados vindos também dos grandes veículos de comunicação. A sugestão de regionalização da programação, rapidamente encampada por Ângelo, não implicaria mudanças radicais nas concessões ou na forma como estas eram feitas. Fixar nesse ponto o debate podia, talvez, convir ao carlismo, em um momento em que toda a legislação pretérita poderia ser revogada pela Constituinte – inclusive concessões em vigor à época.

As discussões inauguradas por Sant'Anna, acerca das dificuldades de se começar uma Constituição sem uma base prosseguiram. Antônio Gaspar frisou que seria oportuno que se definissem, por meio de voto, determinadas premissas, tais como: se as comunicações se manteriam na esfera estatal ou não; se a empresa de Correios seria estatal ou não; etc. Ao questionamento de Antônio Gaspar, o Presidente da Subcomissão também fez coro às dificuldades. Lembrou, contudo, que, nas primeiras sessões da Subcomissão, tais questões haviam sido postas e ficado decidido que os debates, especialmente os das audiências públicas, viriam a subsidiar a Relatora com as posições da casa, a fim de que esta elaborasse o anteprojeto a ser votado. A própria Relatora interveio no debate com uma questão de ordem: a de que o roteiro previamente votado pelos membros da Subcomissão estaria sendo desviado e que as questões postas por Gaspar poderiam ser discutidas nos debates posteriores às audiências públicas. Gaspar ainda insistiu na sua posição, tendo havido entre ele e a Relatora alguns pontos de divergência, e o debate migrou para o cronograma de trabalho – ainda que tal tema tivesse sido dado por encerrado e definido nas reuniões pretéritas.

Arolde de Oliveira esclareceu o que havia sido definido na reunião anterior da Subcomissão e os motivos por não ter havido audiências públicas naquele dia. Chama a atenção,

[584] Ibid.

das falas de Arolde, que o político sintetizou quais seriam, na sua opinião, os temas "quentes"[585] da Subcomissão, notadamente reserva de mercado, o mecanismo de concessões de emissoras de rádio e televisão, e o problema da privatização versus estatização dos serviços públicos de telecomunicações[586] - deixando-se de fora os temas sociais ligados à Comunicação Social, constantemente levantados por Dutra.

Havia, também, uma outra preocupação, trazida por Mendes Ribeiro, acerca de como lidar com matérias que fossem conexas a mais de uma Subcomissão. Ribeiro citou como exemplo o direito de garantia de acesso à comunicação e inexistência de censura, os quais seriam garantias individuais e possivelmente seriam debatidas na Comissão de Direitos e Garantias Individuais. A esse questionamento, Cristina Tavares mencionou que haveria a Comissão de Sistematização para resolver tais impasses posteriormente. De qualquer modo, podia-se sugerir, nas reuniões dos Relatores, que os temas conexos fossem resolvidos por duas Comissões.

Pairavam dúvidas, portanto, a respeito de diversos temas, dentre eles a forma de Estado a ser adotado, a extensão da Constituição, limites e competências de cada Comissão e Subcomissão. Arolde de Oliveira, talvez na tentativa de finalizar as questões gerais, afirmou que as decisões prioritárias para orientar as Comissões não teriam sido tomadas pela Assembleia Nacional Constituinte. O parlamentar citou como exemplos do que a Assembleia não teria estabelecido até aquele momento: a forma de Estado, o regime de governo e se a Constituição seria sintética ou analítica[587]. A Subcomissão, prosseguiu o político, deveria debater a sua matéria própria, aquela que fosse encaminhada à mesa. Por fim, o parlamentar queixou-se das sucessivas voltas a pontos que já haviam sido decididos e debatidos nas primeiras reuniões, novamente revelando a dificuldade de se gerenciar os trabalhos na Subcomissão[588].

---

[585] O adjetivo "quente" foi empregado pelo próprio parlamentar para falar da reserva de mercado. Nesse sentido, ver: CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília, 14 mai. 1987, p. 124.

[586] Ibid.

[587] Ibid.

[588] Mais do que revelar as dificuldades de conciliar todos os interesses envolvidos, esses retornos podem indicar algo que é impossível mapear à distância e sem gravações por vídeo: o atraso na chegada dos Constituintes às reuniões. Em algumas passagens do texto, Arolde comenta que determinado ponto, levantado por algum Constituinte, já havia sido debatido mais cedo, dando a entender que o parlamentar que levantou a questão teria chegado atrasado ou não teria prestado atenção. Não é possível dizer se essa hipótese é real ou não, posto que as listas de presença não indicam qual foi o horário de chegada de cada um dos Constituintes, tampouco se estes estiveram nas reuniões durante todo o período.

4.2 As Audiências Públicas na Subcomissão

4.2.1 Audiência dia 22/04/1987: Federação Nacional dos Engenheiros, Computadores e Sistemas Brasileiros (COBRA) e Sociedade Brasileiro para o Progresso da Ciência (SBPC)

As audiências públicas na Subcomissão começaram no dia 22/04/1987. Nessa data, não seriam ouvidos representantes de empresas de radiodifusão ou de comunicação social, pois a pauta do dia estava focada em informática. Foram convidados o presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, Sr. Antonio Octaviano; o Sr. Ivan da Costa Marques, representando "COBRA – Computadores e Sistemas Brasileiros S/A"; e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), representada pelo Vice-Presidente Albertino Rodrigues. Conforme deliberado em sessões anteriores, a reunião da Subcomissão teria 3 horas de duração, de modo que a primeira hora seria destinada às exposições dos palestrantes - cada um teria 20 minutos para a sua apresentação –, a segunda hora seria para perguntas dos Constituintes e a terceira para debate sobre possíveis artigos e temas.

Alguns tópicos levantados pelos expositores merecem destaque, ainda que não sejam o foco central do presente trabalho. Em especial, os dois temas mais frequentes e que fomentaram maiores debates entre os membros da Subcomissão: mercado interno[589] e pesquisa.

O representante da Federação Nacional dos Engenheiros defendeu o mercado interno para a informática como um "instrumento" que permitisse "o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia"[590]. Octaviano trazia a ideia de considerar o mercado interno "como um patrimônio da Nação"[591], decorrente do interesse da "coletividade sobre este próprio mercado, quer seja ao nível da satisfação das suas necessidades, quer seja ao nível da solução dos seus problemas[592]".

Para a Federação dos Engenheiros, o mercado interno era visto como "um elemento fundamental, um instrumento de política de desenvolvimento industrial e econômico essencial para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia"[593]. Esta necessitaria de investimentos do

[589] Essa não é uma tese de Direito Econômico, nem temos a pretensão de adentrar mais a fundo nessa área no presente trabalho. A definição de "Mercado" e os debates acerca do tema "reserva de mercado" ocorreram no interior da subcomissão que analisamos e nos parece importante trazer o que foi debatido, ainda que sucintamente, também como uma forma de tentar compreender melhor o que foi trabalhado e o posicionamento dos parlamentares que a integravam. Há estudos que aprofundaram no tem, dentre os quais recomendamos. MEDEIROS, José Augusto. **A tutela jurídica do mercado interno e sua interação com a regulação da concorrência**: o mercado interno como recurso de poder econômico. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.Disponível em < https://repositorio.usp.br/item/003108282>. Acesso em: 09 jul. 2023.
[590] CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diários da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília/DF, 14/05/1987, p. 127.
[591] Ibid.
[592] Ibid.
[593] Ibid.

Poder Público, servindo o Estado como um "financiador de pesquisas", como ocorreria em diversos outros países. O engenheiro também destacava a importância da participação da população, por meio de associações, sindicatos, etc., na aferição dos "impactos" que as novas tecnologias poderiam produzir na sociedade[594].

O próximo expositor, Ivan da Costa Marques[595], defendeu o desenvolvimento da política de informática visando "não a busca de uma autossuficiência absoluta em termos de produção tecnológica (...) mas (...) ter uma capacidade técnica analítica completa". Essa capacidade técnica e analítica envolvia, conforme explicou Costa Marques, compreender os objetos que seriam negociados, para se ter autonomia decisória nas trocas e evitar que o desconhecimento sobre tais objetos resultasse em negócios prejudiciais para o Brasil[596]. Ivan falou sobre os desafios e dificuldades do mercado tecnológico nacional, destacando que diversas empresas multinacionais vinham ao país para produzir aqui seus produtos, mas que o conhecimento técnico sobre o desenvolvimento desses produtos permanecia no exterior.

Ou seja, embora automóveis e outros produtos fossem fabricados no Brasil, o país não saberia como produzi-los sem o conhecimento que viria de fora. Ivan da Costa Marques não defendia a reserva de mercado, mas sim que o Brasil alterasse sua forma de inserção na divisão internacional do trabalho, onde o país, em sua visão, era visto "como fornecedor de mão-de-obra não qualificada". Para Ivan, isso poderia ser alcançado pela ampliação da classe média brasileira e por um mecanismo eficaz de redistribuição de renda, através do esforço tecnológico[597]. O representante da COBRA concluiu sua exposição reafirmando a necessidade de maior conhecimento técnico para favorecer o Brasil nas trocas comerciais.

O último expositor do dia foi o vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Albertino Rodrigues, representando a SBPC. A SBPC trouxe à Constituinte

---

[594] Ibid.

[595] Destaca-se que Ivan da Costa Marques já havia defendido o mercado interno para a informática em anos anteriores, conforme escreve MEDEIROS. A tutela jurídica do mercado interno e sua interação com a regulação da concorrência: o mercado interno como recurso de poder econômico. cit., p. 336-337. Na passagem, José Augusto faz referência a um texto de Ivan no qual este último defende a autonomia tecnológica para o país. MEDEIROS, 2021, op. cit., p. 336-337.

[596] Essa foi a síntese da ideia defendida por Marques que afirmou "por falta de entendimento técnico, às vezes nós perdemos em um negócio, centenas de milhões de dólares, porque um objeto complexo que está sendo negociado tecnicamente, como um sistema de controle de tráfego aéreo, uma usina nuclear e, por falta de conhecimento técnico, nós podemos nos prejudicar muito nas trocas". CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília/DF, 14/05/1987, p. 130.

[597] Não estava muito claro na fala o que exatamente isso implicaria. A frase completa contida nas notas taquigráficas era a seguinte: "o que nós podemos conseguir finalmente? Com a política de informática podemos conseguir uma ampliação da classe média brasileira e um mecanismo eficaz de redistribuição de renda, através do esforço tecnológico, porque é mais caro para as empresas brasileiras desenvolverem aqui, do que importarem projetos. Mas elas vão pagar em cruzados, salários para os brasileiros, em vez de pagar em dólares royalties ou pagamentos de licenças ou de projetos". CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília/DF, 14/05/1987, p. 131.

preocupações mais gerais com a pesquisa científica-acadêmica, reportando as dificuldades de realizar esse trabalho de forma séria no país. Sem o desenvolvimento de uma pesquisa básica, destacou o representante, não se poderia garantir o desenvolvimento tecnológico. Por isso, seria essencial investimento público no setor, que deveria alcançar algo entre 3 a 5% do PIB. Ao criticar a burocracia para obtenção e gerenciamento de fundos destinados à pesquisa, a SBPC afirmou que os pesquisadores no Brasil gastavam mais tempo lutando "junto às agências de financiamento, para garantir a continuidade de recursos, do que realizando pesquisa"[598].

Por fim, o expositor apresentou proposta escrita com diversos dispositivos de diferentes áreas a serem incorporados pela Subcomissão[599].

Após as exposições, iniciaram-se os questionamentos, formulados aos expositores na ordem em que haviam falado. Assim, Antônio Octaviano foi convidado a responder perguntas sobre a reserva de mercado, tema que ele defendia.

Cristina Tavares, notável defensora da reserva de mercado[600][601], fez um questionamento que, segundo ela, era comumente levantado por quem se opunha à reserva, sobre se, ao reservar mercado para empresas brasileiras, estariam estas copiando ou pirateando projetos desenvolvidos no exterior.

Octaviano não respondeu diretamente ao questionamento, mas justificou que a reserva de mercado da informática cumpria seu papel de desenvolver o setor no país, aumentando empregos. Com a reserva de mercado para empresas nacionais de informática, haveria um desenvolvimento mais intenso, permitindo que os profissionais nacionais se dedicassem a áreas de pesquisa, manutenção e engenharia nessas indústrias. Isso, segundo ele, possibilitaria alcançar "nossa independência, a nossa soberania, o nosso desenvolvimento tecnológico, a superação do nosso subdesenvolvimento"[602].

---

[598] CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília/DF, 14/05/1987, p. 132.

[599] O Caderno com tais propostas foi entregue à Subcomissão. Pelo teor das notas taquigráficas, é possível que cada um dos membros da Subcomissão tenha recebido um exemplar. Conforme consta no referido documento, as propostas foram elaboradas a partir da criação de uma comissão de estudos pela SPBC para a apresentação na Constituinte e teria um "ambiente amplo", que visava a incluir "o ensino, a saúde, o espaço territorial e o meio ambiente, as populações indígenas e Ciência e Tecnologia stricto sensu." (grifos no original). Pelo teor do documento, a proposta não ficaria limitada à ciência e tecnologia, a respeito de espaço e território, por exemplo, a SBPC propunha que o país definisse, "de forma concreta, a ocupação do espaço e, não apenas no sentido horizontal, mas também vertical, abrangendo o espaço aéreo e subsolo", especificando em detalhes como deveria ser a abrangência, a responsabilidade pela ocupação, exploração, preservação, etc. ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE – ANC. Propostas dos Constituintes n. S00431-6. Disponível no Arquivo Físico da Câmara dos Deputados, Título: Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação - Subcomissão VIIIb. Código BR DFCD AC1988-ST-VIIIb.

[600] Nesse sentido ver TAVARES, Cristina/SELIGMAN, 1984, op. cit., p.

[601] A Relatora fez questão de ressaltar tal fato em sua fala CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília/DF, 14/05/1987, p. 132.

[602] Ibid.

Octaviano também foi questionado por Olívio Dutra se a legislação brasileira de reserva de mercado estava suficientemente estruturada para formar mão de obra qualificada e cobrir outros segmentos mais amplos da informática. O expositor evitou uma resposta direta, ressaltando que, apesar dos avanços, ainda havia muitos problemas a serem enfrentados em outros campos[603].

O tema dividia os membros da Subcomissão. Até aquele momento, apenas posições favoráveis à reserva haviam sido ouvidas. Todavia, o cenário mudou com os questionamentos de Fausto da Rocha e Arnold Fioravante.

Fausto da Rocha questionou os prazos máximos para a reserva de mercado, indicando que acreditava ser necessário estabelecer um prazo final para essa medida, pois, em sua opinião, ela não poderia durar indefinidamente. Ele também destacou que era importante considerar o impacto nos demais setores industriais e de serviços, que estavam sendo prejudicados pelo atraso tecnológico causado pela reserva de mercado, mencionando a "falta de componentes" e o elevado custo dos produtos no país, em comparação aos preços no exterior[604]. Por fim, indicou que o ideal seria a adoção de um sistema "próximo do joint-ventures", em que as empresas nacionais pudessem se associar a empresas "estrangeiras com maioria de capital e de participação, com garantia de acompanhar a tecnologia, com segurança na eventual transferência de recurso, como temos feito, em tudo no Brasil"[605].

Fioravante declarou ser contra qualquer tipo de reserva, "com exceção à reserva moral" de que todos seríamos, segundo ele, um pouco carentes[606]. Na sequência, pediu a Ivan da Costa Marques que enumerasse três vantagens e três desvantagens da reserva de mercado[607].

Arnold Fioravante não dizia, nesse momento, os motivos que o levavam a desacreditar da reserva de mercado. O político já havia manifestado anteriormente sua preocupação sobre o tema, quando falara, de maneira abstrata, sobre o investimento estatal em educação e ciência. Ainda não estava muito claro o que o parlamentar tinha em mente e qual seria o projeto que defendia para o setor.

Fausto Rocha, por sua vez, externava preocupações mais pontuais, que poderiam ser resumidas em um suposto atraso tecnológico e no custo elevado dos produtos nacionais. Nota-se que não havia críticas ou questionamentos sobre a compatibilidade dos investimentos estatais em tecnologia com aqueles realizados em países onde esses produtos seriam mais baratos, ou

[603] Ibid.
[604] Ibid., p. 133.
[605] Ibid.,
[606] Ibid., p. 134.
[607] Ibid., p. 133.

sobre a existência de outros incentivos além da reserva de mercado para que os produtos fossem produzidos no Brasil.

Ou seja, a preocupação parecia ser de curto e médio prazo, sem foco em um projeto nacional de desenvolvimento que visasse o futuro, capacitando a indústria nacional para competir com a de outros países. A aposta do parlamentar parecia estar em parcerias com empresas estrangeiras e na transferência de tecnologia, o que pode demonstrar a carência - natural, visto que era algo recente à época - de informações disponíveis sobre o setor de informática, pois desconsiderava que tal transferência talvez não fosse eficaz para uma indústria em constante e rápida transformação. Além disso, essa transferência de tecnologia poderia nem ser efetiva, considerando a dificuldade de garantir que as empresas estrangeiras transmitiriam todo o conhecimento tecnológico e os projetos desenvolvidos ao longo de anos de pesquisa e investimentos.

Em sua resposta a Fausto Rocha, Octaviano ressaltou que o modelo de joint-ventures já existia no país e permitia as parcerias que Rocha havia proposto. Além disso, acrescentou que a legislação em vigor também previa um prazo de 8 (oito) anos para o fim da reserva de mercado[608].

No que diz respeito à reserva de mercado, merece destaque o questionamento de Mendes Ribeiro, que, após mencionar diversas palavras ouvidas nas palestras, como "soft, royalty, lay out[609], marketing, chips, bits", questionou o fato de se falar em reserva de mercado sem que houvesse sequer uma reserva para a língua portuguesa, que teria os "sinônimos próprios, nós é que, por comodismo, não enfrentamos[610]". Mendes Ribeiro também indagou qual era, efetivamente, a proposta dos expositores: "estatizante, privatizante ou uma mescla? (...) onde está a inteligência do COBRA, onde deve ficar a inteligência do Brasil?"[611]

A resposta do representante do COBRA foi que o país precisaria de um sistema mesclado, com "pouca intervenção do Estado", para evitar o risco de "cair num outro erro" que seriam os sistemas "extremamente burocratizados, vigentes nos países fora do sistema capitalista". Ivan da Costa Marques, todavia, acreditava que deveria haver uma intervenção estatal para que o país saísse do "colonialismo"[612].

---

[608] Ibid, p. 133.

[609] As palavras "soft" e "lay out" vinham grafadas dessa forma nas notas taquigráficas. Tal fato também pode revelar a novidade do tema e a dificuldade de se lidar com a linguagem comumente empregada no assunto. Acreditamos que as palavras pronunciadas pelos especialistas tenham sido "software e layout". CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília/DF, 14/05/1987, p. 134.

[610] Ibid.

[611] Ibid.

[612] Ibid.

O último a responder perguntas foi o representante da SBPC, para quem as perguntas foram mais abstratas. Parte dos Constituintes parecia ter dificuldade para visualizar como princípios expostos por José Albertino poderiam integrar o texto constitucional. Arolde de Oliveira indagou especificamente sobre como criar uma legislação para a educação que não fosse um "compêndio que ninguém vai ler nem cumprir"[613]. A resposta foi que a Constituição poderia trazer algumas garantias a serem respeitadas, as quais não ficariam apenas no Capítulo de Ciência e Tecnologia, mas estariam presentes em toda a Carta.

Seguindo a linha de questionamento de Arolde, Joaci Góes também se manifestou. Antes de formular sua pergunta ao Professor José Albertino, Góes abordou a questão da reserva de mercado, afirmando que havia duas posições extremas: uma contrária e outra favorável à reserva. Ele próprio adotava uma posição intermediária, defendendo que o país não se submetesse aos riscos de um "isolamento tecnológico-científico", devendo, "sem dúvida, pugnar pela defesa da tecnologia e da ciência nacional", desde que mantivesse "aquele ponto em que a convivência com centros mais avançados" permitisse "caminhar mais depressa na direção desta emancipação"[614].

Na sequência, o parlamentar fez uma pergunta direta, afirmando acreditar que a intenção de Arolde de Oliveira ao levantar o tema era a mesma: ele não via como inserir as recomendações da SBPC no texto constitucional. Goés, embora reconhecesse a importância das sugestões da SBPC, afirmava que elas poderiam servir para "enriquecer a experiência e visão dos Constituintes", mas não enxergava como aproveitá-las na Constituição[615].

De fato, as preocupações de Arolde e Góes pareciam convergir. Goés foi mais explícito, afirmando não ver forma de incorporar as sugestões da SBPC ao texto constitucional. Sua fala também deixava clara sua posição sobre a reserva de mercado, colocando-se em uma posição intermediária entre os polos de disputa. Ainda não estava claro o que pretendia essa linha central, tampouco como os defensores desse posicionamento imaginavam que a indústria de informática poderia se desenvolver no país.

Com a questão colocada de forma direta e clara, José Albertino ressaltou que não seria necessário consagrar normas diretas naquele momento, podendo a Constituição estabelecer princípios gerais que orientariam, posteriormente, a criação de leis complementares. Em sua resposta, o professor demonstrava compreender que, embora não fosse ele o legislador

[613] CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília/DF, 14/05/1987, p. 135.
[614] Ibid. p. 136.
[615] Ibid.

constituinte, sabia qual era a função de uma constituição e o que viria a seguir. Era necessário, em sua visão, consagrar esses princípios gerais para que fosse reconhecida a importância da pesquisa básica[616].

Antes de concluir sua fala, José Albertino foi interrompido por Joaci Góes, que dizia concordar com tudo o que o professor havia dito, mas questionava, novamente, como incluir aquilo no texto constitucional[617]. A resposta de Albertino foi que o tema poderia ser tratado como princípios gerais e básicos, reconhecendo a atividade científica e tecnológica como "uma atividade essencial para a Nação"[618].

Houve também perguntas de Koyu Iha, que se mostrava preocupado com o desenvolvimento da cultura nacional, ao afirmar que sua geração e a anterior haviam sido formadas com ensinamentos de uma cultura copiada. Ao expor essa situação, o parlamentar questionou como seria possível ampliar o quadro de formação "e inserir a nível constitucional, dando embasamento para que a formação cultural ou a cultura brasileira desse prioridade para os estudos científicos e tecnológicos no desenvolvimento industrial?"[619]

A resposta do representante da SBPC chamou atenção, destacando a necessidade de continuidade nas pesquisas, para que a "universidade não seja castrada todo o momento" e para que "professores e pesquisadores brasileiros não precisam recorrer ao exterior, refugiando-se para sobreviver". Albertino mencionou exemplos com vacinas, afirmando que uma vacina contra a malária estava sendo desenvolvida por professores brasileiros na Universidade de Nova Iorque e por outro pesquisador, também brasileiro, no Instituto Pasteur, em Paris. Os três pesquisadores citados haviam sido, segundo Albertino, expulsos do país em 1964, mas eles "foram desenvolver lá fora as pesquisas essenciais para enfrentarmos o problema da malária no Brasil, e até por incrível que pareça, quando foi necessário fazer alguns testes de campo, eles não puderam entrar no Brasil, tiveram que fazer os testes na África"[620].

Finalizados os debates com os palestrantes, não houve discussão de artigos nesse dia. Os minutos finais da reunião foram destinados à definição de pauta para os próximos dias e a

---

[616] Conforme destacou José Albertino: "a Constituição, evidentemente, não entrará nesses detalhes, mas é evidente também que em seguida à elaboração da Constituição será necessário desenvolver uma legislação complementar. Essa legislação complementar é que irá detalhar essas coisas e fazê-lo de maneira que leve em consideração as situações conjunturais de cada um dos setores de atividade. (...) A Constituição precisa dar essa garantia, porque nós, pesquisadores e cientistas, sentimos que tudo dependem de fazermos na base do quebra-galho (...)" CONGRESSO NACIONAL – ANC. Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília/DF, 14/05/1987, p. 137.
[617] Ibid.
[618] Ibid.
[619] Ibid., p. 136.
[620] Ibid., p. 135.

questões gerais referentes à dinâmica das audiências públicas. Foi sugerido que as perguntas fossem feitas ao final de cada palestra, e não ao final das três, o que foi acatado pelos demais[621].

4.2.2 Audiência Pública 28/04/1987: Associação Nacional de Jornais, Federação Nacional de Jornalistas e Associação Nacional dos Editores de Revistas

As audiências públicas prosseguiram no dia 28 de abril de 1987, com a participação de representantes da imprensa, notadamente da Associação Nacional de Jornais, da Associação Nacional de Editores de Revistas; e da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ).

Entre os representantes dessas entidades, estavam nomes influentes da imprensa nacional. O representante da ANJ era o presidente da Associação, José Antônio do Nascimento Brito, filho do proprietário do Jornal do Brasil, Manuel Francisco do Nascimento Brito.

O Representante da Associação Nacional de Editores e Revistas foi Roberto Civita, que também era um dos proprietários do Grupo Abril, juntamente com seu pai, Victor Civita, fundador da empresa. Roberto Civita participou da criação da Revista Veja, uma das publicações de sua família que exerciam maior influência na opinião pública[622]. A Abril era a maior empresa do setor impresso no Brasil naquele momento.

O membro da Federação Nacional de Jornalistas Profissionais (FENAJ), Armando Rollemberg, foi o ponto destoante do dia. Viria, como ressaltado pelo Presidente da Subcomissão, para fazer o "contraditório". Rollemberg era vinculado especialmente ao Partido dos Trabalhadores, e as ideias da referida Federação eram frequentemente apresentadas na Subcomissão por Olívio Dutra.

4.2.2.1 A Posição da Associação Nacional de Jornais

[621] Ibid. p., 137-139.

[622] Além da influência perante o público, o grupo parecia deter também enorme prestígio perante grande parte dos jornalistas. Em entrevista com Roberto Civita para o programa Roda Viva, em 1988, o tom duro das perguntas, que normalmente acompanhava o programa em entrevistas com políticos, foi substituído por linguajar mais ameno e perguntas mais leves, chegando ao ponto de um determinado jornalista afirmar que a maioria dos ali presentes ou já havia trabalhado para o empresário ou gostariam de trabalhar com este. A entrevista completa pode ser vista em RODA VIVA. Roberto Civita, 1988. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5QM163K9XL0, acesso em 16/06/2022, especialmente trechos entre o minuto 26 a 26:40. Uma das exceções da entrevista foi com a representante do Jornal o Estado de São Paulo (Estadão), a qual questionou acerca da influência da imprensa, de uma forma geral, para a política, tendo citado como exemplo o caso envolvendo "o monopólio de uma determinada emissora de tv" que não teria conseguido "camuflar a vitória de Leonel Brizola nas eleições do Rio de Janeiro" (trecho no minuto 39 a 42). A pergunta, além de tocar em ponto importante da atividade jornalística, empregava como exemplo uma vitória de Leonel Brizola, notório desafeto do empresário entrevistado.

Nascimento Brito, da Associação Nacional de Jornais[623], foi o primeiro a falar, defendendo a liberdade de expressão, o fim de qualquer tipo de censura e a importância da publicidade para o setor de comunicações.

Conforme consta do livro em homenagem aos 30 (trinta) anos da ANJ publicado em 2009, a Associação foi criada em 1979, mas as conversas e debates para a sua instituição começaram ainda em 1978, durante uma reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa, em Miami. Os primeiros articuladores de sua formação, segundo o mesmo livro, foram "Cláudio Chagas Freitas, filho do proprietário de O Dia, Jayme Sirotsky, Maurício Sirotsky e Fernando Ernesto Corrêa, estes três da Zero Hora, de Porto Alegre".[624][625]

Posteriormente a esse encontro, já no Brasil, os idealizadores da Associação iniciaram contatos com as demais empresas do setor. A ANJ foi constituída em 1979, com seu núcleo formado por: "O Dia, Folha, O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e Zero Hora". Ainda conforme a mesma publicação, nenhum membro dos Diários Associados participou da formação do "núcleo duro" da referida Associação.

Houve um convite ao representante do jornal O Estado de Minas, de Belo Horizonte, o qual seria um dos principais jornais dos Diários Associados; todavia, o Senador João Calmon, teria telefonado para Chagas Freitas, "indignado por não ter sido ele o interlocutor escolhido [dos Diários Associados] para a conversa"[626]. Calmon teria questionado o fato de ter sido procurado O Estado de Minas ao invés do Correio Braziliense e também teria reivindicado que mais de um jornal dos Diários "pudesse entrar no grupo de fundadores, com direito de voto diferenciado para cada um deles"[627]. Tais pedidos teriam sido negados pelos fundadores da Associação, pretensamente para se evitar que representantes de um mesmo grupo empresarial assumissem o controle da entidade.

Conforme será visto adiante, havia uma identificação entre as principais lideranças da ABERT e da ANJ. Em um livro de memórias de Fernando Ernesto Corrêa, que além de fundador da ANJ foi vice-presidente da ABERT durante a Constituinte, há a informação de que a ANJ seria "uma entidade com menos integrantes [quando comparada à Abert], mas muito

[623] BRITO, Judith/ PEDREIRA, Ricardo. A Força dos Jornais: os 30 anos da Associação Nacional de Jornais no processo de democratização brasileiro. Brasília/DF: Associação Nacional de Jornais, 2009, p. 49-50.
[624] . BRITO/PEDREIRA, 2009, op. cit. Fls. 46 e 49.
[625] Convém destacar que, além de membros do Zero Hora, os três também eram sócios da Rede Brasil Sul (RBS-TV), empresa de televisão afiliada à Rede Globo. Fernando Ernesto Corrêa era Vice-Presidente da ABERT e atuou como lobista na Constituinte.
[626] BRITO/PEDREIRA, 2009, op. cit. Fls. 46 e 49.
[627] Ibid.

poderosa, com participação direta de famílias como os Marinho, Sirotsky, Mesquita e Frias"[628]. Na mesma obra, Fernando Ernesto também diferencia a Abert da ANJ, descrevendo que

> a ABERT reúne milhares de associados, com representantes de cada cidade brasileira onde exista uma emissora de rádio. Já a ANJ é menor, porém com grande força política. Na ABERT, geralmente são indicados prepostos, homens de confiança dos donos das empresas. Na ANJ, não, os próprios donos participam. É a elite dos jornais brasileiros. O primeiro presidente foi o Roberto Marinho, mas como ele pouco aparecia, quem assumiu, de fato, foi o suplente, seu filho João Roberto. Também estavam lá os Mesquista, de O Estado de S. Paulo, os Frias, da Folha de S. Paulo, e o Jornal do Brasil, que era representado pelos Nascimento Brito[629].

Essa sincronia entre as instituições ficava evidente em alguns trechos da audiência pública. Brito argumentou que a publicidade era um elemento fundamental para o sistema democrático, pois conferia independência às empresas jornalísticas. Quanto maior fosse "o volume de publicidade de uma publicação, de uma televisão, de uma rádio", maior seria a "garantia que as pessoas e a sociedade" poderiam ter a respeito da independência "desse meio de comunicação"[630].

A ANJ apresentou sugestões concretas de artigos para a nova Constituição, como a de proclamar a liberdade de expressão, deixando os demais detalhes da norma para a legislação ordinária[631]. O projeto para a liberdade de expressão vinha acompanhado de um pedido para que não houvesse nenhum tipo de censura por parte do Estado, devendo existir apenas um sistema de "recomendações" em espetáculos públicos por faixa etária.

Outras propostas apresentadas pela Associação eram para que a) fosse "assegurado o direito de acesso à informação e pluralismo de meios e veículos de comunicação", com a proibição do "monopólio, estatal ou privado, dos meios de comunicação"; e b) a publicação de livros, jornais e periódicos independesse de licença[632]- com um parágrafo subsequente garantindo o "direito de acesso à informação", incluído na livre manifestação do pensamento, de convicção política e filosófica, bem como na circulação de notícias de qualquer meio.

A ANJ também manifestou preocupação com uma suposta tendência brasileira ao corporativismo, afirmando que qualquer orientação nesse sentido na nova Constituição seria

---

[628] PINHEIRO, Márcio. O Lobista - Fernando Ernesto Corrêa: negócios, política e jornalismo. / Márcio Pinheiro – Porto Alegre: [s. ed.], 2021, p. 29.
[629] Pinheiro, 2021, op. cit., p. 30.
[630] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diário da Assembleia Nacional Constituinte n.59 (Suplemento) – Atas das Comissões. Brasília-DF, 14//05/1987, p. 150.
[631] Conforme ressaltou o representante da ANJ "A nossa preocupação é que a Constituição defenda a liberdade e expressão, e ponto final e que qualquer outro detalhe, a discussão, seja deixado para a lei ordinária". REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diário da Assembleia Nacional Constituinte n.59 (Suplemento) – Atas das Comissões. Brasília-DF, 14//05/1987, p. 150.
[632] Ibid.

perigosa. O que representaria esse corporativismo não ficou muito claro na fala, abrangendo[633], segundo a ANJ,

> desde o problema de um diploma de jornalistas a problemas de ideias, sobre um sistema de comunicação social, sobre o problema de uma comissão que seja montada para controlar a comunicação social no Brasil. Devo deixar claro que a Associação Nacional de Jornais tem uma posição definida sobre o assunto. Não participa e não participará de qualquer comissão que seja criada; considera que é um enorme perigo, porque vai acabar legislando-se, num grupo extremamente fechado, sobre problemas de liberdade de informação[634].

As reinvindicações por pluralismo, liberdade de imprensa, direito à informação, bem como as críticas ao corporativismo e até mesmo as justificativas para a publicidade no setor de imprensa pareciam compatíveis com o regime democrático inaugurado no país com o término da ditadura. Embora o representante da ANJ não tenha abordado diretamente o papel da imprensa no controle e fiscalização dos Poderes – talvez até por prudência, para evitar antipatias no meio político –, suas ideias poderiam, em tese, indicar uma preocupação dos proprietários de jornais não apenas com suas próprias empresas, mas também com as pautas democráticas e liberais como um todo.

O tom vago da fala chama atenção, especialmente ao considerar-se que o interlocutor era jornalista e proprietário de um dos maiores jornais do país na época, o que permite concluir que as palavras foram escolhidas precisamente para permitir que os muitos intérpretes preenchessem as lacunas conforme seu próprio desagrado em relação à censura ou às tentativas de controle sobre a imprensa. Com a referência a uma "tendência ao corporativismo", poder-se-ia supor que a referência fosse a ditadura militar[635] ou, um pouco mais distante, o Estado Novo. Vê-se que a fala deixava um vazio que, considerando a história nacional, poderia ser facilmente preenchido por períodos em que houve censura e controle à imprensa[636].

No documento entregue pela ANJ à Subcomissão, contendo uma linha geral da fala – quase um resumo do que foi apresentado – e as propostas da Associação para a nova

---

[633] Destacamos que o verbo "passar" foi empregado na própria fala da ANJ "Isso passa desde o problema (...)", fizemos a opção de utilizar a mesma expressão para não corrermos o risco de interpretar erroneamente a fala do presidente da referida Associação.

[634] Ibid.

[635] A referência a exigência de diploma para jornalismo, presente na fala de Brito, por exemplo, é datada do Regime Militar, notadamente, do Decreto Lei n. 972/1969, o qual instituiu tal obrigação em âmbito nacional. BRASIL. Decreto Lei n. 972, de 17 de outubro de 1969. Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=972&ano=1969&ato=a21gXTU1UMjRVT73d> acesso em 20/06/2022.

[636] Sobre a história da imprensa no Brasil ver, sobretudo, SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Constituição, havia uma referência à ditadura do Estado Novo. Mencionava-se a Constituição de 1946, mas não havia nada sobre a ditadura de 1964[637].

Nesse mesmo documento a referência a uma "tendência ao corporativismo" supostamente registrada "nos últimos anos", continha uma crítica, menos direcionada ao regime militar, do que a alegada "discussão desastrada" iniciada na UNESCO. Essa discussão, no entendimento do expositor, teria se transformado em proposta concreta de criação de "um certo sistema de Comunicação de Comunicação Social, controlado por uma comissão", que seria "uma espécie de Santo Ofício das comunicações brasileiros"[638].

Na fala transcrita, havia uma crítica bastante discreta ao regime militar. Mas a fala trazia, sobretudo, mensagens bem menos contidas às posições da CNBB em anos e ao contexto da Constituinte. Olívio Dutra já havia manifestado mais de uma vez na Subcomissão o posicionamento da FENAJ, cujo representante falaria em seguida a favor da criação de um Conselho de Comunicação Social. Era este Conselho possivelmente um dos alvos da ANJ, ao abordar o "corporativismo". Ficava claro que a posição majoritária entre as empresas de jornais[639] tendia a ser contrária a essa proposta, que, se acolhida na Constituição, poderia modificar complemente a gestão de empresas há anos consolidadas no país.

Naquele período, o Brasil ainda guardava uma memória muito viva da ditadura recém-encerrada; grande parte da imprensa, de modo geral, apesar de ter aderido inicialmente ao golpe de 1964, também havia sofrido os efeitos da ditadura, como a censura e a perseguição a jornalistas[640]. Assim, era natural a aversão do meio jornalístico a qualquer tipo de censura ou a consolidação de um conselho restrito – ainda que bem-intencionado – para tratar de imprensa.

Esse argumento, contudo, não justifica ignorar que a ANJ representava ali, em primeiro lugar, os interesses de seus afiliados, que eram as *empresas do setor*. Estas, naturalmente,

---

[637] Tal documento pode ser encontrado no arquivo físico da Câmara dos Deputados. ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – Fundo Assembleia Nacional Constituinte 1988 – VIIIb - Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Material Recebido. Câmara dos Deputados, Brasília/DF, pasta 3/3.

[638] Ibid.

[639] Conforme exposto por Paulo Henrique Amorin, embora ideologicamente pudesse haver convergências entre o pensamento dos proprietários dessas empresas, o proprietário do Jornal do Brasil buscava competir com O Globo e vice e versa. AMORIM, Paulo Henrique. O Quarto Poder: uma outra história. São Paulo: Hedra, 2015, p. 176 a 181. Amas as empresas compartilhavam o interesse de impedir o surgimento de tal Comissão. Embora houvesse disputas entre os donos do Jornal do Brasil e de O Globo, no Rio de Janeiro; os proprietários do Estadão e da Folha de São Paulo, em São Paulo; e Zero Hora e Correio do Povo, no Rio Grande do Sul. A ANJ teria sido idealizada como uma entidade que "que representasse as empresas jornalísticas de forma abrangente, em todo o país, que tivesse atuação institucional e também técnica, e que pudesse congregar seus interesses comuns e lutar por eles de maneira coordenada". BRITO/PEDREIRA, 2009, op. cit., p. 42

[640] KUCHNIR, Beatriz. Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012. Ver também AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-78): O exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de São Paulo e Movimento. - Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1990.

desejavam manter seus próprios negócios - de preferência, com menos controle estatal. A Associação era de Jornais, não de jornalistas.

Também não se pode ignorar a atuação dessas empresas durante o regime militar e a aparente ausência de autocrítica nas falas da ANJ. Conforme sugere Beatriz Kushnir, em alguns casos as empresas jornalísticas não teriam efetivamente combatido a ditadura, ainda que pudessem não ter colaborado com ela[641]. Ainda segundo a mesma autora, muitas dessas empresas teriam adotado a autocensura, mantendo censores privados dentro das próprias redações, realizando um filtro prévio do que seria publicado - como se mantivessem, na metáfora empregada pela mesma autora, "cães de guarda" às soleiras das redações[642]. Ao se posicionar contra a censura estatal, a ANJ nada dizia sobre uma eventual censura imposta pelos próprios jornais a jornalistas, que, não raro, deixariam de publicar fatos por motivos ideológicos dos proprietários[643].

Outros pontos das propostas da ANJ não estavam muito claros, especialmente como seria consagrado e qual seria o alcance do direito de acesso à informação ali defendido. Era obscuro se este seria obtido como uma consequência lógica de um pretenso pluralismo de empresas no setor ou se demandaria alguma atuação pública. Pelo teor da exposição, *direito à informação* era empregado quase como um sinônimo de *direito a informar* pela imprensa o qual, por vezes, parecia se confundir com a *liberdade de expressão*.

O pluralismo, por si só, não garantiria o acesso aos jornais àqueles que não pudessem comprá-los, tampouco para quem não soubesse ler. Esse ponto não foi esclarecido pela ANJ. No documento entregue à Subcomissão, a ANJ afirmava que o acesso "democrático aos meios de comunicação – ao livro, ao jornal e ao periódico [só seria] possível em razão da publicidade", que teria tornado "acessível ao homem comum as publicações". Sem a publicidade, dizia o documento, "a informação a cultura dela decorrentes seriam privilégio [...] de uma minoria elitizada". Ainda segundo a ANJ, a publicidade teria feito "mais no ocidente pela democratização da cultura que todos os discursos culturais juntos"[644].

---

641 Ver KUCHNIR, Beatriz. Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. Cit., p. 52.

642 Maria Aquino, quanto ao item, traz dados referentes a década de 1970, quando há um rompimento, por assim dizer, de alguns jornais com o regime militar. A autora destaca que o jornal O Estado de São Paulo, entre agosto/setembro de 1972 a janeiro de 1975 foi alvo de censura prévia praticada pelo regime, enquanto os demais, como Folha de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil, praticavam autocensura. AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-78): O exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de São Paulo e Movimento, cit. p. 12.

643 ABRAMO, Cláudio. A Regra do Jogo – O Jornalismo e a Ética do Marceneiro. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda., 1988.

644 ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – Fundo Assembleia Nacional Constituinte 1988 – VIIIb – Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação – "Material Recebido". Câmara dos Deputados, Brasília,

Mesmo os aspectos liberais das falas da ANJ, especialmente aqueles que defendiam menos interferência estatal e uma concorrência franca para que os melhores prevalecessem, poderiam ter um efeito oposto ao esperado, em vez de aumentar a oferta e difusão de notícias. Poderiam favorecer grupos já consolidados e melhor estruturados financeiramente, dificultando a inserção de novos jornais para competir diretamente com aqueles que já estavam estabelecidos e com estruturas sólidas. Ademais, mesmo para as empresas jornalísticas já existentes à época seria difícil a competição com detentores de propriedade cruzada de rádios, jornais e televisão, pois havia sempre a possibilidade de venda cruzada de publicidade, o que prejudicaria econômica e competitivamente aqueles que não dispunham de condições e poder para ter estações próprias.

Também é importante observar que o pedido para que a Constituição garantisse apenas alguns princípios fundamentais, deixando o restante para a legislação ordinária, poderia ter efeitos colaterais. Ao postergar a elaboração de leis sobre os temas que seriam consagrados na Constituição, esses direitos ou eventuais mudanças no setor poderiam ficar reféns do texto constitucional e permanecer à mercê das urgências do Congresso Nacional.

Além disso, poderia ser mais fácil para grupos de influência atuar para a manutenção de suas eventuais vantagens durante elaboração de uma lei processo com menos visibilidade do que a Assembleia Nacional Constituinte, que podia ser acompanhada, em tese, pelo país inteiro. Não se discute aqui qual deveria ter sido a extensão da Constituição, tampouco a qualidade do texto que foi consagrado, mas não se pode ignorar que a proposta da ANJ, em linhas gerais, parecia visar à conservação da estrutura existente, inclusive na distribuição das concessões, com redução da presença estatal no controle das atividades das empresas.

Não havia, nem na fala da ANJ nem no documento entregue aos Constituintes, nada indicando qual seria o papel da Constituição quanto ao tema "publicidade" e como esta deveria ser expandida. Não havia limitação de publicidade para jornais, apenas para a radiodifusão. Talvez a Associação buscasse mais estímulos estatais, como a contratação de publicidade pelo próprio Estado, ou estivesse alinhada com os interesses dos proprietários de rádio e televisão, que poderiam se beneficiar da expansão do tempo destinado à publicidade.

---

pasta 3/3. Essa afirmação da ANJ no documento colide com a análise de autores que tratavam de imprensa no país, como Nelson Werneck Sodré, o qual afirmava que na fase de empresa do jornalismo a publicidade tenderia a controlar a pauta desses jornais. SODRÉ, op. cit.. Além disso, a afirmação de que com mais publicidade haveria mais democracia tem seus efeitos, no mínimo, contestados com fatos históricos do contexto nacional: um dos exemplos mais citados entre aqueles que escrevem sobre o tema é o da campanha "O Petróleo é Nosso", que teria sido boicotada por jornais que continham publicidade de empresas de petróleo norte americanas. Nesse sentido ver SODRÉ, op. cit..

De todo modo, ainda que seja possível admitir falhas humanas, não parece crível que as propostas abertamente apresentadas pela Associação decorressem de desconhecimento técnico ou jurídico. Como bem salientou Fernando Ernesto, a ANJ era composta pela elite dos meios de comunicação, com as maiores e mais poderosas empresas do setor nacional, todas em condições de contratar consultoria técnica e jurídica de alto nível. As propostas indefinidas revelavam, no fundo, uma estratégia dessas empresas para que a Constituição consagrasse apenas princípios gerais, deixando o restante para a legislação ordinária

As falas dos Congressistas que vieram em seguida apenas reforçaram as propostas mais liberais apresentadas pela ANJ - com exceção de Olívio Dutra.

Arnold Fioravante posicionou-se contra à censura, mas questionou como as empresas de jornais controlariam a propagadas de "coisas nefastas", citando como exemplo "o tráfico de tóxicos". O parlamentar afirmou que nem sempre as empresas eram bem administradas e, portanto, sem censura ou uma forma de coibir os abusos, gostaria de saber qual era proposta da ANJ para lidar com o tema. Concluiu que deveria haver, pelo menos, um consenso entre os empresários para evitar que tais abusos ocorressem[645].

Sobre os tóxicos, o presidente da ANJ manifestou uma opinião pessoal de que o tema deveria ser exposto pelos órgãos de informação, pois seria um problema existente na sociedade e representaria um perigo, especialmente para os mais jovens[646]. O representante da ANJ afirmou que os jornais estavam em constante julgamento pelos leitores e que conhecer a opinião dos leitores era uma preocupação dentro das redações. As cartas recebidas dos leitores, destacou, tinham diversos efeitos nas redações, suscitando debates. Ainda assim, ponderou que exercer autocensura sobre determinados temas seria perigoso. Caso o leitor ou qualquer pessoa se sentisse ofendido pelo teor das publicações, o caminho adequado, segundo ele, seria recorrer ao Judiciário[647].

Percebe-se, portanto, que a resposta não encaixava muito bem na pergunta. Fioravante questionou sobre publicidade de tóxicos, mas a resposta foi mais no sentido de divulgar notícias relacionadas às drogas e outros temas polêmicos. É possível que o expositor não tenha compreendido a pergunta, até porque não faria sentido imaginar qualquer campanha publicitária de drogas ilícitas; ou que tenha buscado uma forma de esquiva, afinal, na época, empresas de tabaco e medicamentos anunciavam abertamente em jornais e revistas.

---

[645] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diário da Assembleia Nacional Constituinte n.59 (Suplemento) – Atas das Comissões. Brasília-DF, 14/05/1987, p. 151.
[646] Ibid.
[647] Ibid.

Ainda assim, a resposta levou Fioravante a fazer outra pergunta, insistindo no tema, mas mudando o teor dos comentários e questionamentos. O deputado afirmou não acreditar que "o povo de baixo nível e que lê notícias de baixo nível" pudesse corrigir ou afastar "esse tipo de leitura"[648]. Perguntou como corrigir essa situação, especialmente se a solução envolveria uma colaboração entre cidadão e jornal, ou se seria necessária alguma intervenção educacional ou outra forma de interferência[649].

Mesmo diante do novo questionamento, a ANJ afirmou que seria difícil julgar uma notícia boa ou ruim; ambas seriam notícias. Desse modo, seria preferível que não houvesse censura e que tais temas pudessem ser noticiados sem restrição, para que a população pudesse julgar, por conta própria, o que era bom ou ruim.

Com vasta experiência em jornais, pois havia sido colunista do jornal Zero Hora – jornal integrante do núcleo duro da Associação -, Mendes Ribeiro questionou se a ANJ não concordaria com a sua própria opinião de que a regra "minudente deveria ser colocada em lei ordinária", para que a Constituição fosse não fosse "tão específica[650] e caducasse cedo". Segundo Mendes Ribeiro, a Constituição deveria tratar apenas do essencial, especialmente "acesso à informação, liberdade de expressão, responsabilidade máxima pela notícia com defeito ou inverídica que foi publicada, fim do anonimato e proibição do monopólio"[651]. Opinião com a qual o representante da ANJ concordou totalmente.

A ANJ também foi questionada sobre o direito de resposta e as eventuais dificuldades de exercê-lo, em pergunta feita pelo ex-jornalista do Globo e Constituinte Antônio Britto – suplemente na Subcomissão[652].

Essa foi mais uma oportunidade para que a posição dos representantes empresariais aparecesse. Incialmente, o expositor afirmou que a existência desse direito na Constituição era satisfatória e que os jornais e revistas já adotavam a prática de corrigir as notícias ou no dia seguinte ou na semana seguinte. Em seguida, associou eventuais problemas na consagração desse direito à morosidade da Justiça, afirmando que a discussão seria "do respeito ao funcionamento da Justiça no Brasil"[653], pois muitas vezes havia divergências entre a pessoa que acreditaria ter o direito de resposta e a empresa jornalística, que sustentava o oposto. Segundo

[648] Ibid.
[649] Ibid.
[650] Fizemos a opção por citar diretamente a fala e não utilizar a expressão "sintética" (que entre os constitucionalistas poderia representar coisa distinta da que aqui se pretendeu escrever).
[651] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diário da Assembleia Nacional Constituinte n.59 (Suplemento) – Atas das Comissões. Brasília-DF, 14/05/1987, p. 152.
[652] Ibid.
[653] Ibid.

a ANJ, esse impasse deveria ser remetido ao Poder Judiciário - se este funcionava ou não adequadamente era uma outra questão. A ANJ defendia que era importante que tal direito estivesse garantido na Carta e caberia à sociedade implementá-lo[654].

Restando tempo para mais uma pergunta, Olívio Dutra questionou o representante da ANJ sobre a democratização dos jornais. Argumentou que, por estarem nas mãos de empresários, famílias ou grupos privados, os jornais poderiam ser suscetíveis a uma censura interna, pois "nem sempre determinadas notícias se" seriam compatíveis "com os interesses" econômicos dos proprietários da empresa. Em seguida, perguntou se não seria melhor, "antes de haver um código de censura ou uma lei de censura", haver uma participação "democrática da comunidade dentro da empresa":

> A participação maior dos próprios jornalistas na editoria dos jornais, não seria também uma forma? Com a estimulação das cooperativas de jornalistas, as empresas se tornarem gradativamente cooperativas de jornalistas, em que os próprios veiculadores, os trabalhadores da empresa jornalística tivessem presença firme, decidida na edição de jornais[655].

Dutra posicionou-se ainda contra qualquer agressão aos direitos individuais ou coletivos, afirmando que o interesse do capital, não raro, os agredia.

O objetivo do questionamento certamente não era provocar um novo estado de consciência no representante da ANJ, a ponto de fazê-lo abdicar de sua própria empresa por altruísmo, mas talvez marcar uma posição na Subcomissão e perante o representante da FENAJ ali presente. Os sindicatos, então, principal base de sustentação do PT, provavelmente ficariam bastante satisfeitos com a defesa de seus interesses na Subcomissão. Além disso, é claro que a pergunta de Dutra não encontraria na ANJ o mesmo grau de adesão existente entre a Associação e Mendes Ribeiro. Ainda assim, ao levantar o tema na Audiência Pública, forçava o representante das empresas a, pelo menos, dar uma resposta sobre um tema que o tirava de sua zona de conforto.

A resposta vinda da ANJ demonstrou alinhamento com a Associação Nacional de Editores de Revistas, que falaria na sequência da Audiência Pública:

> A Associação Nacional de Jornais e a ANER – Associação Nacional de Editores de Revistas têm enorme preocupação com esta tese de democratização dos meios de comunicação. Para nós, vou ser franco, não passa de uma verdadeira tentativa de

[654] Ibid. Uma decisão judicial poderia demorar meses e meses, não apenas por uma eventual morosidade da justiça, mas pelo curso natural de um processo e de suas distintas etapas. Pouco ou quase nada adiantaria haver a consagração de um direito de resposta anos após o fato ter ocorrido, com uma reputação completamente abalada ou com pessoas interessadas em tirar vantagens sobre fatos não verdadeiros. No contexto nacional bastaria citar como exemplo o caso envolvendo Getúlio Vargas em 1954, o qual após longa campanha difamatória em rádios e jornais, cometeu suicídio.

[655] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diário da Assembleia Nacional Constituinte n.59 (Suplemento) – Atas das Comissões. Brasília-DF, 14//05/1987, p. 152.

> assalto em cima da maneira como são feitos os critérios de edição de jornal. Volto a enfatizar alguns pontos – e para nós são críticos –, que mostram o grau de liberdade que um jornalista tem[656].

A sequência das falas da ANJ reiterou pontos já expostos anteriormente, como a necessidade de publicidade para o setor. A Associação admitiu que havia pressões de anunciantes; todavia, afirmou que essas pressões não seriam intensas e que as empresas jornalísticas tinham "condições de resistir na medida em que tenha um número diversificado de anunciantes"[657]. A resposta prosseguiu, indicando que o fato de famílias ou um grupo restrito de pessoas serem proprietárias de jornais não era exclusividade brasileira, mas sim um fenômeno que ocorreria em boa parte do mundo.

Por fim, a ANJ afirmou que não seria possível enganar o leitor por muito tempo, destacando que a prática de omitir determinado debate ou notícia não passaria despercebida e seria punida pelos leitores, que teriam à sua disposição uma variedade de jornais e revistas diariamente nas bancas. A Associação também afirmou que haveria enorme liberdade dentro das redações para que os jornalistas fizessem "o melhor jornal possível".

Em teoria, esse raciocínio poderia funcionar se houvesse pluralismo e competição entre os jornais pela atenção dos leitores. No entanto, é evidente que, no caso de haver alinhamento entre as empresas de jornalismo, haveria grande risco de sonegação de informações ou distorção dos fatos. Essa situação, contudo, jamais seria levantada pelo representante da ANJ na Subcomissão.

4.2.2.2 A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais

A sequência da audiência pública contou com a fala do representante da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (FENAJ), Armando Rolemberg. A FENAJ apresentou uma proposta que, segundo seu representante, teria sido amplamente discutida por "jornalistas brasileiros, através dos seus 26 Sindicados, pela Federação Nacional dos jornalistas e por um grande número de entidades" organizadas em uma "Frente Nacional de Lutas Políticas Democráticas de Comunicação"[658].

Essa Frente Nacional teria iniciado suas atividades em 1984, reunindo entidades direta ou indiretamente interessadas no tema. Posteriormente, foi promovido um encontro nacional de jornalistas, em Brasília, em abril de 1986, para discutir as teses da categoria para a nova

[656] Ibid.
[657] Ibid.
[658] Ibid., p. 152.

Constituição. As conclusões desse encontro foram levadas, segundo a FENAJ, ao Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em São Paulo, em novembro de 1986. Com as propostas alinhadas, foram realizadas duas novas reuniões da Frente Nacional, nas quais foram elaboradas as sugestões apresentadas naquele dia[659].

Em sua fala inicial, a FENAJ informou que pretendia entregar formalmente a sua proposta assinada pelas lideranças do PDT, Brandão Monteiro; do PT, Luiz Inácio Lula da Silva; do PC do B, Haroldo da Silva; do PCB, Roberto Freire; e do PSB, Beth Azize, os quais a apoiariam. Além dessas lideranças, a FENAJ também estaria diligenciando com Fernando Henrique Cardoso, do PMDB, para que seu partido também apoiasse a proposição[660].

De fato, a proposta, que consta nos arquivos da Câmara dos Deputados, está assinada pelas lideranças mencionadas acima, notadamente, Luiz Inácio Lula da Silva, Brandão Monteiro, Haroldo Lima, Roberto Freire e Bete Azize, indicando que a Federação não obteve sucesso com a liderança do PMDB[661].

A proposição contava um título, uma espécie de ementa, cinco tópicos internos numerados em algarismos romanos, 28 artigos (não numerados), uma justificativa e as assinaturas acima referidas[662].

No primeiro tópico, em números romanos, com 6 (seis) artigos não numerados, abordava-se o direito à informação. Ali a comunicação era descrita como um "bem social" e "direito fundamental da pessoa humana", devendo servir ao "desenvolvimento integral da Nação, da eliminação das desigualdades e injustiças e da independência econômica, política e cultural do povo brasileiro", sendo responsabilidade do Estado garantir sua viabilidade.

Os serviços de telecomunicações e comunicação postal, na proposta da Federação, eram considerados monopólios estatais, que deveriam ter "atendimento igual a todos". Ainda nesse tópico, a FENAJ propunha que todo o cidadão tivesse o direito à liberdade de expressão e opinião, incluindo a liberdade de "procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios". A esse cidadão, por meio de "instituições representativas", seria assegurado o direito de participar na definição das políticas de comunicação.

No item II, dois artigos destinavam-se a definir a natureza dos veículos de comunicação. O primeiro estabelecia que os veículos de comunicação, inclusive os impressos, seriam

---

[659] ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – Fundo Assembleia Nacional Constituinte 1988 – VIIIb – Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação – "Material Recebido". Câmara dos Deputados, Brasília, pasta 3/3.
[660] Ibid.
[661] Ibid.
[662] Cf. proposta a possível ementa assim dizia "Dispõe sobre o direito à Comunicação, a natureza e o acesso aos veículos de comunicação; cria o Conselho Nacional de Comunicação". Ibid.

explorados por fundações ou sociedades sem fins lucrativos. No segundo, definia-se que a administração e a orientação intelectual ou comercial dessas pessoas jurídicas seriam privativas de brasileiros natos.

Diversas pessoas podem ter contribuído para a formação das propostas, mas os artigos destacados no título II, a rigor, não abordavam a natureza dos serviços de comunicação, limitando-se a tratar de sua exploração. O título I, por sua vez, tinha mais elementos sobre a natureza desses serviços do que o título II.

Além disso, não ficava claro o alcance da expressão "veículos de comunicação", especialmente se incluiria meios de telecomunicações em geral (incluindo-se a radiodifusão) e os jornais. A falta de precisão nesse ponto se torna relevante ao analisar o item "V" da proposição, intitulado "do Serviço de Radiodifusão". Nesse tópico, havia seis artigos tratando das concessões de frequências de rádio e televisão e da instalação e funcionamento de TV a cabo, sem indicar qualquer restrição para que outras pessoas jurídicas, além das mencionadas no item II, pleiteassem concessões. O mesmo artigo dizia que cada concessionário poderia ter apenas uma concessão, para evitar a concentração no setor, o que deixava implícita a possibilidade de concessão a particulares, apontando uma possível contradição na proposta.

Outro ponto de atecnia do projeto, ainda em relação às concessões, estava nos artigos que determinavam que estas seriam outorgadas a título precário e que tais concessões ou autorizações só poderiam ser suspensas por sentença judicial, fundamentada em infração legal, que regulamentaria o direito à renovação. Havia uma clara discrepância entre a precariedade, que implica ausência de direito à renovação e possibilidade de revogação a qualquer momento pelo órgão concedente, e a determinação de que apenas por sentença judicial poderia haver suspensão, sendo o "direito à renovação" regulado por lei. É importante notar, entretanto, que a FENAJ não é uma federação de juristas, mas de jornalistas, e que tais pontos não eram o foco principal da proposta.

Além da definição do direito à informação como um direito fundamental, outro elemento central do projeto era a tentativa de modificar a forma das concessões, retirando o poder dos políticos e transferindo-o para um Conselho Nacional de Comunicações, que também teria competência para fiscalizar as políticas nacionais de comunicação.

Esse Conselho seria composto por 15 membros, brasileiros natos em pleno gozo de seus direitos civis, sendo 2 representantes de entidades empresariais, 5 de entidades representativas de profissionais da área da comunicação, 7 de entidades de categorias e 1 de instituição

universitária. A abrangência desse conselho incluiria "imprensa, rádio, televisão e serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio"[663].

Embora Olívio Dutra já houvesse divulgado essas ideias na Constituinte, a exposição oral da FENAJ serviu para esclarecer o pensamento das lideranças sindicais da categoria e expor as premissas que embasavam as propostas. Inicialmente, a Federação defendeu que a comunicação não era uma simples *mercadoria*, mas um *bem social*, e que deveria ser considerada como tal para se alcançar um regime efetivamente democrático. Para a Federação, era indispensável que a nova Constituição declarasse a comunicação "*bem coletivo*", tratando-a de modo condizente com tal classificação.

Outra meta apresentada pela FENAJ era a democratização do controle dos meios de comunicação de massa. Na visão da Federação, o sistema então vigente não era compatível com a diversidade, a pluralidade e as marcantes diferenças existentes no país. Também por essa razão, defendia ser indispensável assegurar aos diversos segmentos da sociedade o acesso a esses meios, garantindo-se um regime pluralista para o setor, com a desconcentração da propriedade e o combate às estruturas "oligopólicas" que supostamente o dominavam.

Observa-se que o conceito de pluralismo, embora utilizado pelos dois expositores até então, tinha significados aparentemente distintos para cada um.

Para a ANJ, pluralismo significava liberdade de competição, com uma suposta pluralidade de empresas no setor, sem interferência estatal - uma espécie de "pluralismo externo", mais voltado às ideias liberais de concorrência no setor privado. A consagração do direito à informação seria essencialmente consequência dessa competição, na qual os empresários, em tese, lutariam pela audiência do público. A imparcialidade e a transparência da notícia decorreriam do aumento da publicidade, o que tornaria os empresários menos suscetíveis a pressões dos anunciantes.

Para a FENAJ, pluralismo significava algo diferente: a pluralidade de classes e interesses na direção dos meios de comunicação de massas, distribuindo-se socialmente o poder de decisão, que não ficaria apenas com os proprietários, mas também com outras camadas da sociedade. O pluralismo seria interno, propiciando, além de democratização, a inclusão dos múltiplos elementos da cultura nacional no sistema e nas programações.

Em linhas gerais, a apresentação oral da FENAJ abordou cinco propostas: a) que o Sistema Nacional de Comunicação fosse operado por entidades ou fundações sem fins lucrativos, como ocorreria, segundo a FENAJ, em diversos países, para que o controle da

[663] Ibid.

sociedade sobre a informação fosse "concreto, objetivo e factível"; b) que fosse criado o Conselho Nacional de Comunicação, composto por 15 (quinze) membros, "representantes de entidades da sociedade civil, designados pelo Congresso Nacional"; c) que fossem criados conselhos editoriais nos órgãos dos veículos de comunicação; d) que se acabasse com "a ditadura do empresário na definição da informação" que deveria ou não ser publicada, pois os jornalistas sabiam que a liberdade de imprensa no país se limitava à liberdade que os empresários tinham para defender seus próprios pontos de vista; e e[664])que se reconhecesse "que as empresas jornalísticas correspondem diretamente aos seus interesses privados particulares, muito antes de corresponderem aos interesses gerais da comunidade"[665].

Na justificativa de sua posição, a FENAJ alegou que veículos de imprensa como a Gazeta de Sergipe, o Jornal do Brasil e O Globo só publicavam matérias que não contrariassem seus interesses. Também afirmou que desejava fazer no Brasil o mesmo que fora feito em Portugal, país que inserira tais Conselhos em sua Constituição, permitindo aos jornalistas alguma influência na orientação editorial dos órgãos de informação.

A FENAJ pontuou quais seriam as consequências da manutenção da estrutura "oligopólica" nas comunicações, que conferiria aos donos das grandes redes um poder "muitas vezes maior do que o tem o próprio Presidente da República" – referindo-se ao poder da Rede Globo[666].

A Federação também abordou o direito de resposta, propondo que este abrangesse situações em que entidades ou cidadãos fossem criticados em rede nacional por membros do governo. Criticava-se aqui o Governo Federal, que estaria utilizando as redes de rádio e televisão para proferir acusações indistintas – as quais, segundo a FENAJ, nem sempre eram procedentes. Tal situação seria especialmente prejudicial para os acusados, devido aos efeitos imediatos sobre sua reputação, ficando subentendido que nenhuma punição era aplicada aos que realizavam tais imputações.

O representante da FENAJ fez questão de deixar registrado que, embora o Código de 1962 previsse concessões para universidades, essas frequências estariam nas mãos de grupos ou facções políticas bem definidas, que defenderiam interesses privados em detrimento dos públicos. Entre aqueles que detinham concessões, segundo o representante, estariam o então

[664] Em relação ao item "e", que nas notas aparece como "5", acreditamos que possa ter havido algum erro de digitação da nota taquigráfica ou equívoco do próprio expositor, semanticamente a frase contradiz o restante da exposição, por tal motivo, optamos por fazer transcrição integral do que está na nota.
[665] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diário da Assembleia Nacional Constituinte n.59 (Suplemento) – Atas das Comissões. Brasília-DF, 14//05/1987, p. 154
[666] ibid.

Presidente da República, o Ministro das Comunicações e o Secretário-Geral do Ministério. Por fim, a FENAJ solicitou a saída imediata do então Ministro das Comunicações, Sr. Antônio Carlos Magalhães, argumentando que apenas dessa forma seria possível começar a "mexer objetivamente naquela estrutura", sendo necessário nomear alguém "isento" e que não fosse proprietário de meios de comunicação[667].

Além das sugestões, potencialmente desfavoráveis a grupos de rádio e televisão, e das alegações feitas, a exposição aparentou desviar a atenção pelo tom enfático e inflamado empregado. O Presidente da Mesa, Arolde Oliveira, chegou a comparar as propostas da ANJ com as da FENAJ, concluindo que havia certa convergência entre elas, embora uma tivesse sido apresentada "com mais serenidade" e a outra com "veemência, chegando às raias da veemência exagerada". Embora os parlamentares que abordaram esse ponto tenham afirmado ser natural a defesa enfática das opiniões, a tentativa de desqualificar o expositor era evidente[668].

Joaci Góes, ao fazer uma pergunta, classificou o pronunciamento como "arrebatado e idealístico", referindo-se ao representante da FENAJ como "jovem jornalista"[669] e citando frases de efeito atribuídas a Voltaire[670] e Ortega y Gasset[671].

Góes faria uma pergunta à FENAJ, mas, antes disso, após uma paráfrase atribuída a Churchill, fez comentários gerais sobre a liberdade de imprensa na Constituição dos Estados Unidos, afirmando que ela teria apenas "o seguinte registro: ao Congresso Nacional fica proibido legislar restritivamente ao direito de imprensa". Ainda no mesmo tema, afirmou que a Constituição de 1824 foi a que garantiu a

> mais ampla liberdade de imprensa no Brasil até hoje, e, curiosamente, a Constituição de 1891 restringiu um pouco. A de 1934 restringiu mais ainda, e a de 1946 restringiu ainda mais. De modo que em matéria de liberdade de imprensa, estamos crescendo como rabo-de-cavalo, para baixo. Falo, inclusive, como dono de jornal, sou dono de jornal no meu estado. Afirmo isto diante de jornalistas, diante de Sindicatos de Jornalistas, um jornal que foi considerado um jornal maldito à época da ditadura, porque abrigava jornalistas que não arranjavam emprego nos outros jornais[672].

---

[667] Ibid.
[668] Ibid. p. 155-156.
[669] Não é possível afirmar que chamar alguém de jovem seja algo ofensivo ou depreciador, todavia, não se pode ignorar o contexto das falas. Na situação em que se vivia, Joaci Góes era deputado federal, membro da Assembleia Nacional Constituinte, proprietário de empresa jornalística, com larga bagagem no setor, ao se referir ao expositor como "jovem jornalista" poderia indicar a falta de experiência deste último, desqualificando-o como referencial.
[670] A frase exata utilizada por Góes foi "ainda que não concorde com muitos dos pontos de vista expostos pelo Jornalista Armando Rollemberg, defenderei à exaustão o direito de que ele os profira". ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Emendas ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília/DF, 1987, p. 58.
[671] A respeito da fala em referência a Ortegay Gasset Góes afirmou "'a mentira nada mais era do que um exagero da verdade', eu diria: 'O radicalismo nada mais é do que uma paixão exacerbada pelo direito e pelo desejo de construir a verdade".
[672] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Emendas ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília/DF, 1987, p. 58

Na sequência, Góes direcionou seus comentários e críticas ao Jornal do Brasil, mencionando uma matéria recente que afirmava que ele se "salientava por defender as Joint-Ventures" sem saber o que eram Joint-Ventures. Ou seja, os comentários iniciais de Góes não eram direcionados nem à ANJ nem à FENAJ, mas ao Jornal do Brasil. Em seguida, o deputado dirigiu-se à FENAJ, afirmando que a Federação estava defendendo um modelo corporativista e questionou o que ganharia o país ao se adotar esse modelo[673].

Em resposta, a FENAJ esclareceu que o modelo defendido não era corporativista, mas sim representativo de entidades civis, "partidos políticos, universidades", que teriam "acesso prioritário às concessões de canais de rádio e televisão" para garantir a diversidade e pluralidade.

Tendo feito críticas diretas ao Ministro das Comunicações, era natural que a FENAJ fosse interpelada pelo irmão do Ministro, Ângelo Magalhães, membro daquela Subcomissão. Ângelo adotou um tom cordial, referindo-se a Rolemberg como "ilustre Jornalista", "sua senhoria" e "v. senhoria". Afirmou concordar com algumas afirmações, discordar de outras, mas que defendia o direito do representante da Federação de manifestar-se livremente, mesmo com a "veemência" que lhe desagradava. Após solicitar ao expositor um exemplo de pedido de concessão de frequência por universidades, defendeu Antônio Carlos, afirmando que as concessões do Ministério das Comunicações estavam de acordo com o código vigente e que, caso tal código fosse inadequado, caberia sua modificação. Por fim, Magalhães desafiou o expositor a provar que o Ministro Antônio Carlos Magalhães fosse proprietário de um canal de televisão[674].

O representante da FENAJ evitou maiores atritos sobre a suposta concessão a Antônio Carlos Magalhães, não abordando o tema na resposta. Limitou-se a afirmar que o tom enfático era uma questão de estilo, mas que, naquele momento, sem veemência e com calma, os constituintes precisavam debruçar-se sobre as deformações claras e evidentes no setor de comunicações no país, citando como exemplos casos, supostamente de conhecimento público, de pessoas que controlavam dois canais de televisão no Estado de Sergipe e de outra pessoa com nove emissoras de rádio no Rio Grande do Norte. Segundo ele, tais situações seriam inconcebíveis em países como Estados Unidas, França, Inglaterra, Portugal e Espanha.

Com o término do tempo concedido para o debate, antes de passar a palavra para o último expositor da manhã, Arolde de Oliveira voltou a destacar a veemência empregada por

[673] Ibid.
[674] Ibid., p. 59.

Rollemberg, que, segundo o parlamentar, por vezes, teria beirado "o limiar da agressividade". Na sequência, convidou Roberto Civita para falar em nome da Associação Nacional dos Editores de Revistas, a qual seria, nas palavras de Arolde, "outra Entidade da mais significativa representatividade no mundo da mídia impressa brasileira"[675].

4.2.2.3 – ROBERTO CIVITA REPRESENTA A ANER

Assim como as demais associações, a ANER trouxe à Audiência pública um documento contendo propostas de redação, que abrangiam apenas um artigo e uma cópia de parte do discurso que seria proferido por seu presidente, Roberto Civita. Nesse mesmo documento, havia a indicação da Diretoria da Associação, composta pelo Presidente, que ali estava, tendo como 1º e 2º vice-presidentes representantes, respectivamente, da Ed. Globo e da Ed. Jornal do Brasil.

A ANER sugeria que a propriedade de empresas jornalísticas de qualquer espécie, inclusive "televisão e radiodifusão", fosse vedada a estrangeiros, aos partidos políticos e a quaisquer sociedades, com exceção daquelas cujo capital fosse exclusivamente brasileiro, "mediante ações sem direito a voto, não conversíveis". Esse artigo também continha um parágrafo único, estabelecendo que a orientação intelectual dessas empresas caberia apenas a brasileiros. A justificativa para esse artigo era longa e começava afirmando que o princípio restritivo do artigo 174 da Constituição ainda vigente havia ingressado na "Carta Magna a partir da Constituição de 16/07 de1934 (art. 131), e foi reproduzido pelos textos constitucionais que se seguiram". Tal restrição, segundo a justificativa, visava a impedir que, por meio da imprensa nacional, fossem disseminadas ideias e doutrinas de concepção "alienígena", que poderiam "atentar contra o modelo político-econômico-social adotado pela Nação brasileira"[676].

A proposta da ANER tinha como objetivo permitir o acesso das empresas jornalísticas e de radiodifusão ao mercado de capitais. Argumentava-se que essa "mesma distorção" já havia sido corrigida, por meio de lei ordinária, para empresas exploradoras de outras atividades, citando como exemplo a Petrobrás, que "por meio do Decreto-lei 688, de 18/07/1969, alterou o dispositivo da Lei 2.004, de 03/10/1953, que criou a empresa", para possibilitar sua entrada no mercado de capitais. A mesma ideia teria sido adotada, segundo a ANER, para empresas particulares dedicadas ao refino do petróleo, nos termos da lei n. 5.592/70[677].

[675] Ibid.
[676] Ibid., p. 55.
[677] Ibid.

Até certo ponto, o discurso proferido pelo representante da ANER seguiu as mesmas palavras contidas no documento entregue aos constituintes. Houve, todavia, uma aparente mudança de tom, quando a ANER alegou que as propostas da FENAJ representavam uma ameaça à liberdade de imprensa. Afirmando que a Federação seria filiada à CUT, considerada o braço sindical do Partido dos Trabalhadores, o representante da ANER afirmou que, se acolhidas, essas propostas representariam o próprio funeral da democracia. A defesa contra as ideias da FENAJ foi construída em diferentes frentes[678]. Primeiro, afirmou-se que o Conselho pretendido pela Federação seria um "novo Departamento de Informação e Propaganda"[679] - talvez em referência ao Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo - que estaria renascendo com "pouca força e muito alarde, de suas próprias cinzas na"[680] Nova República, com o patrocínio de "um sindicalismo equivocado"[681]. A ANER reconhecia que a imprensa tinha uma função social, mas dizia que, nem por isso, deveria ser "socializada"[682].

Em seguida, uma espécie de comparação entre a União Soviética e o capitalismo passou a dar o tom da crítica. Citando um trecho atribuído a Lenin, no qual constava a ideia de que opositores do regime não deveriam ter acesso "ao prelo"[683] para disseminar opiniões perniciosas que pudessem criar dificuldades para o governo, Civita afirmou que, passadas quatro gerações, a União Soviética continuava sem uma imprensa livre. A proposta da FENAJ, prosseguiu, atingiria também a livre iniciativa, o regime capitalista e, "de passagem, as próprias instituições democráticas"[684].

Sem a livre iniciativa, argumentava a ANER, "e a concorrência comercial não haveria a constante renovação e a multiplicidade de vozes tão fundamentais para a existência de uma sociedade aberta, pluralista e democrática"[685]. As críticas à proposta da FENAJ continuaram, com uma menção velada de que as ideias da Federação seriam semelhantes às propostas pela UNESCO, com a chamada "New World Information Order"[686].

---

[678] Ibid.
[679] Conforme notas Taquigráficas. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diário da Assembleia Nacional Constituinte n.59 (Suplemento) – Atas das Comissões. Brasília-DF, 14//05/1987, p. 157.
[680] Ibid.
[681] Ibid.
[682] Ibid.
[683] Ibid.
[684] Ibid.
[685] Ibid.
[686] Ibid.

A conclusão da ANER, assim como a da ANJ, era que "quanto menos legislação melhor"[687] para a liberdade. "A liberdade religiosa, de ir e vir, de se reunir, de acesso à informação, e todas as demais liberdades fundamentais" não deveriam ser "condicionadas, limitadas ou regulamentadas. Mas, sim, garantidas"[688], finalizou o expositor.

O pronunciamento da ANER encontrou resistências e apoios durante a audiência.

O primeiro a questionar o Presidente da ANER foi Mendes Ribeiro, que, no início de sua fala, disse ser muito difícil para os donos de jornais, naquele período, conseguir controlar tudo o que seria publicado no dia seguinte. Afirmou que tinha dúvidas se, algumas vezes, esses donos conseguiriam controlar opiniões que não gostariam de ver publicadas em seus veículos. Por fim, questionou os motivos para haver uma exceção no final da proposta. Essa pergunta foi respondida com o argumento de que seria necessário captar mais capital para essas empresas, a fim de possibilitar maior pluralismo no setor.

O parlamentar gaúcho foi seguido por Carlos Alberto Caó, que abordou pontos sensíveis do contexto da época. Caó inicialmente afirmou que, embora o expositor tivesse caracterizado as posições da FENAJ como ideológicas, a própria exposição da ANER também era ideológica, ao defender a liberdade de iniciativa nos meios de comunicação de massa. Ao final, abordou a oligopolização dos meios de comunicação, convidando o expositor a se manifestar a respeito da estrutura que tais meios haviam assumido no país. Não seria mais possível falar, prosseguiu Caó,

> Simplesmente num proprietário de jornal ou revista. Há uma crescente articulação entre essas diferentes áreas formadoras de comunicação. O grande problema que enfrentamos presentemente em nosso País é exatamente este, porque os meios de comunicação de massa deixam de a serviço da sociedade, da opinião, para se transformar em instrumentos de poder político, competindo com as instituições da sociedade política[689].

Diante do questionamento, a ANER sustentou que a "melhor maneira" - mesmo com "todas as suas falhas, de garantir a pluralidade" - era o sistema de "economia de mercado, de livre iniciativa"[690]. O expositor prometeu retornar à ANC em semana subsequente, com dados para fundamentar sua afirmação. Civita abordou dois outros pontos em sua resposta. O primeiro foi questionar ironicamente qual seria o poder dos meios de comunicação: não dependiam eles de o telespectador

[687] Conforme notas Taquigráficas. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diário da Assembleia Nacional Constituinte n.59 (Suplemento) – Atas das Comissões. Brasília-DF, 14//05/1987, p. 157.
[688] Ibid.
[689] Ibid.
[690] Ibid., p. 158.

> não girar o seletor, não acionar o controle remoto? Que fantástico e monstruoso poder consegue obrigar os leitores a comprar o próximo número de determinado jornal ou revista? Que poder é esse que temos afinal? Se um jornal vendeu "X" exemplares ontem, qual é a sua garantia de que vai vender um exemplar amanhã? (...) somos eleitos todos os dias, em todas as bancas, e temos que continuar agradando, para continuar sendo eleitos[691].

O segundo, foi a necessidade de que cidadão tivesse liberdade de escolha.

Carlos Alberto Caó não ficou totalmente satisfeito com a resposta. Reforçou o questionamento acerca da oligopolização no setor, buscando que o expositor manifestasse a sua opinião em nome da ANER. Esse questionamento, todavia, ficou sem resposta, pois o convidado do dia pouco teve que falar dali em diante.

Primeiro, a própria FENAJ, citada diretamente na fala do expositor, afirmou que não era filiada à CUT. Em seguida, Rita Furtado fez uso da palavra para defender as ideias expostas pela ANER. Furtado, além da preferência pelo verbo "tergiversar", que utilizou 4 vezes na sua fala, também se mostrou favorável às teses em defesa da iniciativa privada. Ela até concebia que o sistema vigente pudesse ter "um problema de propriedade dos meios de comunicação", mas afirmou que proposta não visava a "acabar com a propriedade", nem a "socializar, mas (...) corrigir os mecanismos da livre iniciativa para que" fosse possível chegar a um aperfeiçoamento[692].

Havia em sua fala uma crítica ao modo de atuação da esquerda, quando Furtado dizia que era necessário que todos defendessem claramente seus posicionamentos, inclusive, "os estatizantes, os socialistas e os comunistas não" poderiam "tergiversar, vestir um manto em cima de objetivos que visem apenas a inverter o que seja uma ditadura, a inverter o que seja o conceito de liberdade, de democracia". Relembremos que a Folha de São Paulo, em 1995, atribuiria à família de Rita Furtado estações de rádio e televisão no Amazonas, o que, se verdadeiro, pode ter influenciado a opinião da parlamentar sobre a organização da mídia. Filiada ao PDS, sucessor da ARENA, antes de se filiar ao PFL, Rita Furtado também havia exercido cargos durante o regime militar, de modo que não chega a surpreender que vinculasse posições opostas a ditaduras de esquerda, ao comunismo e ao socialismo.

Olívio Dutra saiu em defesa de seu partido, também mencionado nas falas do expositor da ANER. Dutra afirmou que a Subcomissão deveria considerar, ao decidir a política para as comunicações, três interesses distintos: o do Governo, o do Estado no tocante aos meios de comunicação; o dos empresários; e o dos trabalhadores. Seriam três partes que não poderiam

[691] Ibid., p. 158.
[692] Ibid.

estar dissociadas. A fala de Dutra parecia abranger algo mais amplo quando se referia aos trabalhadores, pois ele afirmava que, se a Constituição contemplasse apenas o interesse dos empresários, a sociedade sairia perdendo, dando a impressão de que os "trabalhadores" serviam o restante da sociedade.

Dutra também argumentou que o ponto a defender da proposta da FENAJ, era a garantia do pluralismo, tanto na propriedade quanto na utilização dos meios de comunicação de massa. Dutra dizia-se também favorável à livre iniciativa - mas esta deveria ser "defendida no sentido de que seja um direito de todos, e não apenas o direito de alguns que acumulam capital, poder político e com isso" destroem a livre iniciativa. Para Dutra, a defesa da liberdade deveria abranger a propriedade que fosse indispensável "para o sustento digno de uma família"; já quando ultrapassasse esse limite, tal propriedade estaria "ferindo os direitos dos demais"[693].

Devolvida a palavra à ANER, o expositor lamentou a falta de tempo para aprofundar o debate, mas esclareceu que a tese por ele sustentada era muito simples: deixar o mercado decidir. Isso, em sua opinião, não era uma posição de empresário ou capitalista. Todas as grandes democracias do mundo, prosseguiu o expositor, estavam baseadas e interligadas com o sistema da livre iniciativa, e assim ele desejava que tudo fosse prosseguir no país, finalizou.

Como vemos, para aquela audiência pública, duas organizações do empresariado, com composição e ideias semelhantes entre si, foram chamadas a expor suas propostas, em oposição a uma única organização do sindicato de jornalistas. Observando hoje, mais de trinta anos após aquela data, seria possível questionar se a composição do dia foi a mais equitativa. De um dos lados, havia dois representantes, que defendiam a manutenção do sistema, com ligeiras modificações, e, se possível, menos controle estatal.

De outro lado, havia ideias de muitas transformações e modificações, que poderiam assustar os políticos de centro, e mais ainda, os de direita. Apresentar ideias que pudessem ser atreladas a uma extinção de empresas e da propriedade privada, em um contexto ainda marcado pela Guerra Fria, tinha o potencial de ser desacreditado ou facilmente associado aos países comunistas. Isso poderia desviar o foco para um debate ideológico superficial entre "comunismo versus capitalismo", ocultando, assim, o essencial debate sobre pluralismo e direito à informação.

Não se questiona a importância da FENAJ nos debates, mas sim a escolha do dia, especialmente ao deixar de fora alguma instituição que pudesse servir de mediação entre a Federação de Jornalistas e as entidades de empresários, levanta uma reflexão.

---

[693] Ibid.

Além disso, pelo teor das manifestações de políticos moderados, como Joaci Góes - que era proprietário de jornal, mas certamente não se comparava aos grandes empresários do setor - percebe-se que a entonação, o modo de falar e até mesmo algumas das ideias da Federação poderiam deixar a impressão de que os grandes empresários pareciam mais moderados - comparativamente falando -, ao sustentarem que o direito à informação era uma decorrência dos seus próprios lucros.

4.2.3 – Audiência (Extraordinária) dia 28/04/1987

O dia 28/04/1987 foi extenso para a Subcomissão. Além de uma audiência pública realizada pela manhã, à noite, ocorreu a sétima reunião (extraordinária[694]), na qual foram ouvidos membros de entes e órgãos vinculados ao Ministério das Comunicações, incluindo a TELEBRÁS, representada por Almir Vieira Dias; a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, representada pelo então presidente, Laumar Mello Vasconcelos; e a RADIOBRÁS, representada pelo seu então presidente, Dr. Antônio Martins. Essa reunião não foi uma audiência pública propriamente dita, mas sim uma sessão para auxiliar nos trabalhos da Subcomissão.

Inicialmente, era possível a participação do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães; contudo, o deputado Ângelo Magalhães informou que seu irmão não poderia comparecer naquele dia, mas que estaria disponível para uma futura audiência. Após essa explicação, um dos constituintes[695] lamentou a ausência do Ministro e destacou a importância de ouvi-lo para tratar do tema. Em resposta, o presidente da Subcomissão, Arolde de Oliveira, informou que providenciaria o envio de um convite formal para que o Ministro[696] comparecesse em uma próxima oportunidade.

Dentre os expositores, destaca-se a fala do representante dos Correios, favorável ao monopólio da União para o setor. Laumar Mello explicou o modelo de atuação dos Correios, destacando que toda a receita obtida era reinvestida na própria instituição, seja direcionando parte para as regiões e áreas menos rentáveis, de arrecadação deficitária, seja para o custeio com os servidores da própria empresa. A continuidade do monopólio estatal era importante,

[694] Nesse mesmo dia, 28/04/1987, já havia sido realizada a 6ª reunião ordinária da Subcomissão, tendo havido audiências públicas.
[695] As notas taquigráficas não puderam identificar quem foi.
[696] Conforme notas taquigráficas. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diário da Assembleia Nacional Constituinte n.59 (Suplemento) – Atas das Comissões. Brasília-DF, 14//05/1987, p. 139.

segundo Laumar, para garantir os serviços e as tarifas de operação em áreas menos rentáveis, que não despertariam interesse de empresários interessados em atuar nesse setor"[697].

O presidente da TELEBRÁS, segundo a falar, expôs aos constituintes a estrutura dos serviços de telecomunicações, especialmente a telefonia. Assim como os Correios, a TELEBRÁS também operava em regime de monopólio estatal, atendendo 12 milhões de pessoas e utilizando quase que integralmente equipamentos desenvolvidos com tecnologia nacional.

Questionado pelo deputado petebista Roberto Jefferson sobre a necessidade manutenção do monopólio estatal no setor, Almir Vieira respondeu que sim, ressaltando que, embora mais de dez mil localidades fossem atendidas pela TELEBRÁS, apenas 150 delas eram responsáveis por 90% do faturamento, enquanto as demais eram deficitárias. O exemplo mais emblemático ficava por conta dos telefones públicos, os quais, nas palavras do próprio expositor, seriam

> altamente deficitários. Primeiro, porque, infelizmente, por razões culturais, a conservação pelos nossos usuários é precaríssima, obriga-nos a uma manutenção muito cara. Lembro-me que em Salvador a cada mês, nós tínhamos um número de consertos de telefones públicos igual ao número de aparelhos existentes, telefones que consertávamos 5 vezes no mesmo dia.[698]

Além disso, Almir Vieira destacou que seria improvável que a iniciativa privada investisse em telefonia em áreas remotas atendidas pela TELEBRÁS, como "vilas, povoados, lugarejos", que, por "serem distantes e pobres, precisam do telefone, principalmente por razões sociais[699]". Esses locais demandariam investimentos elevados e com baixo retorno financeiro, o que diminuiria a atratividade para o setor privado, ainda que o serviço fosse essencial, justificava-se, assim, a atuação estatal.

O presidente da TELEBRÁS também foi interpelado por um membro externo à Comissão, o Senador Roberto Campos, ex-Ministro do Planejamento (1964-1967). Campos iniciou sua fala afirmando ser natural que os

> monopolistas defendam monopólio, entretanto, o monopólio seria algo profundamente antidemocrático. Todo monopólio implica numa cassação a alguém do direito de produzir ou servir; todo monopólio implica em violação da livre escolha do usuário. Por isso, sou *in limine* antipático aos monopólios por considerá-los antidemocráticos, além de nos privarem de meios de aferição de eficiência. Serão os Correios e Telégrafos ou a TELEBRÁS eficientes? Não sabemos, não há que comparar[700].

[697] Idem p. 141.
[698] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diário da Assembleia Nacional Constituinte n.59 (Suplemento) – Atas das Comissões. Brasília-DF, 14//05/1987, p. 134.
[699] Ibid.
[700] Ibid., p. 145.

Campos formulou três perguntas. A primeira tratava de uma suposta criação ilegal de monopólios no mercado de fibra óptica pela TELEBRÁS. A segunda, mais incisiva, se referia a privatização da TELEBRÁS. Argumentava que a qualidade dos serviços tenderia a melhorar com a privatização, citando a British Telecom, estatal inglesa que, ao ser privatizada, teria alcançado resultados positivos.

Campos justificou duas encampações realizadas durante a sua gestão no Ministério do Planejamento, afirmando que foram necessárias, ainda que elas lhe desagradassem, devido à

> decalagem tarifária (...) brutal, as tarifas telefônicas eram ridículas e não havia condições populares para um aumento de tarifas em favor de empresas estrangeiras e, sequer, de empresas nacionais. Por esse motivo foi necessário estatizar essas empresas na esperança de que depois se privatizassem. Com isso fizemos brutais aumentos de tarifas e o serviço passou a melhorar a partir do primeiro governo revolucionário[701].

A terceira pergunta do senador abordava possíveis atrasos na instalação de serviços telefônicos e "na satisfação de encomendas de usuários, pela relutância da Secretaria Especial de Informática em dar licenças de importação". Na sequência, o então senador afirmou saber que tal Secretaria seria intrometida querendo

> abranger numa definição de informática toda a eletrônica de semicondutor, o que significa toda a eletrônica de semicondutor, o que significa que toda a eletrônica moderna, e por isso acredito que ela deve ter emperrado enormemente a ação da TELEBRÁS, causando prejuízos aos usuários e atraso nas instalações. É ou não verdade a afirmação que faço?[702]

Entre os pontos levantados por Campos, apenas o que tratava de privatizações parecia pertinente aos debates da Assembleia Nacional Constituinte; os demais se mostravam mais específicos e possivelmente mais apropriados para uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Naturalmente, não cabia à Assembleia resolver questões emergenciais relacionadas a monopólios no setor privado, eventuais ilegalidades em licitações da TELEBRÁS ou problemas de eficiência de uma secretaria governamental. No que tange ao histórico do senador como ministro, houve certa incoerência em seu discurso, ao afirmar que não havia condições para reajustar tarifas em prol de empresas estrangeiras, mas que, após a nacionalização, foram realizados "brutais aumentos". Além disso, a alegação de que a nacionalização ocorreu com a expectativa de posterior privatização gerou questionamentos sobre o momento ideal para essa transição: se após a melhoria dos serviços ou apenas quando essas empresas se tornassem

[701] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diário da Assembleia Nacional Constituinte n.59 (Suplemento) – Atas das Comissões. Brasília-DF, 14//05/1987, p. 145.
[702] Ibid.

lucrativas, mediante significativos investimentos públicos ou com o custo de elevações tarifárias significativas[703].

As respostas do representante da TELEBRÁS não abordaram diretamente as possíveis deficiências na atuação da Secretaria mencionada por Campos, tampouco apresentaram soluções para os desafios relacionados ao monopólio no setor de fibra óptica.

O último expositor do dia foi o representante da RADIOBRÁS, Antônio Martins, que iniciou sua apresentação explicando os motivos da criação da empresa e seus objetivos. Martins informou que, à época, a RADIOBRÁS operava com 33 (trinta e três) emissoras de rádio, 5 (cinco) emissoras de televisão e 2 (duas) repetidoras. Ele argumentou que, apesar de uma possível controvérsia sobre o tema, via como necessária a existência de emissoras governamentais, não apenas para "distribuir informativos sobre as suas atividades, como para suprir eventuais deficiências do setor privado, que, tendo objetivos comerciais, sem sempre pode dispensar o espaço necessário à difusão cultural, aos programas educativos e ao noticiário oficial"[704].

Martins também destacou a importância da RADIOBRÁS para a integração de regiões remotas, como a Amazônia, que, até então, seriam jornalisticamente cobertas apenas por emissoras internacionais. Citou a atuação da Rádio Nacional em locais como Manaus, Fernando de Noronha e os outros lugares do Norte e Nordeste. Além disso, mencionou a Rádio Nacional do Brasil, incumbida de transmitir para o exterior "uma visão real do que" seria o Brasil naquele momento, com o objetivo de "desfazer a imagem deturpada de que o Brasil é simplesmente o país do samba, do futebol, dos grandes problemas econômicos e que sua capital é Buenos Aires"[705].

A programação dessa rádio era transmitida em cinco idiomas - inglês, francês, espanhol, alemão e português – e alcançava "todos os continentes", procurando "mostrar ao resto do mundo um país moderno, desenvolvido, contraditório, rico, pobre, exuberante em todas as suas belezas naturais, mas com problemas peculiares, como qualquer outro país do mundo"[706]. Segundo Martins, a audiência das transmissões internacionais, por cartas[707], chegava a 1000 (mil) ouvintes por dia.

---

[703] Ibid.
[704] Ibid., p. 146.
[705] Ibid., p. 146-147.
[706] Ibid., p. 147.
[707] Não ficou muito claro o que isso significava: se a RADIOBRAS receberia 1000 (mil) cartas por dia de ouvintes internacionais ou se esse era algum mecanismo de mensuração de audiência. A frase exata que consta nas notas é a seguinte: "Com uma audiência por cartas, que atinge a média de 1000 relatórios de ouvintes por dia, vindas de todas as partes do mundo". REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

Por fim, o representante da RADIOBRÁS abordou o funcionamento das suas emissoras de rádio FM, mais conhecidas nas cidades, cujo objetivo era integrar a programação de cada unidade sob o comando central em Brasília. Relatou ainda o trabalho da emissora de TV da empresa pública, responsável por produzir informativos e mensagens do Governo, especialmente voltadas à divulgação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Em síntese, a apresentação de Martins foi informativa, limitando-se a descrever a atuação da RADIOBRÁS. Esta fora criada em 1975, tendo servido como veículo de publicidade do regime militar.

O constituinte Paulo Marques questionou quando os parlamentares poderiam utilizar os 60 (sessenta) minutos diários das emissoras educativas para divulgar os trabalhos da Constituinte. Sua preocupação sugeria uma dificuldade dos "novos" políticos em expor suas ideias, uma vez que eles ainda não possuíam uma "convivência com os próceres aqui da imprensa nacional"[708].

A intenção de Marques em utilizar a imprensa como ferramenta de divulgação de ideias políticas fica clara em sua fala. A resposta que se seguiu revelou um pouco da dinâmica política interna e as diferenças entre parlamentares experientes e os recém-chegados.

O presidente da Subcomissão, Arolde Oliveira, tratou o questionamento como uma questão de ordem e respondeu pessoalmente ao colega. Arolde mencionou que já havia um "relacionamento nesse sentido", possivelmente se referindo às relações com a imprensa estatal. Ele acrescentou que equipes já estavam produzindo programas de televisão e rádio para registrar as opiniões dos constituintes. Na sequência, Arolde manifestou uma opinião pessoal:

> O que houve, e que realmente é uma reclamação nossa – se me permite agora uma opinião pessoal – foi essa renovação. Isso porque, em política, não existem espaços vazios, sabemos disso. Nós disputamos, estamos sempre buscando esses espaços, é a realidade da vida competitiva que estamos vivendo. E o espaço no rádio e na televisão para o político, em particular para o político hoje investido no mandato de Constituinte, no meu entender, é uma busca de cada um. É claro que temos de ter à disposição esses mecanismos, e eles estão à disposição. Devemos buscá-los. Conhecemos a realidade desta Casa, em que, se não houver essa disputa, essa corrida, evidentemente 90% dos Deputados e Senadores passam por aqui sem um espaço na imprensa. O espaço na imprensa não é uma dádiva da imprensa ou de um regulamento interno para os Constituintes; ela, na realidade, está à disposição para que os Constituintes ocupem esse espaço, e esse espaço está ocupado, a menos de pequenas alterações[709].

Diário da Assembleia Nacional Constituinte n.59 (Suplemento) – Atas das Comissões. Brasília-DF, 14//05/1987, p. 147.

[708] Ibid.

[709] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diário da Assembleia Nacional Constituinte n.59 (Suplemento) – Atas das Comissões. Brasília-DF, 14//05/1987, p. 147.

A fala de Arolde, apesar das nuances políticas, sugeria que as relações entre parlamentares e veículos públicos de comunicação já existiam e favoreciam alguns políticos e não outros. Não ficou claro a qual "renovação" Arolde se referia, se aos novos parlamentares mencionados por Marques ou à recente troca de presidente na RADIOBRÁS, ocorrida pouco antes.

O discurso do presidente da Subcomissão evidenciou, nas entrelinhas, que o espaço de visibilidade existia, mas era ocupado em um contexto de disputa política, no qual a proximidade com a imprensa era decisiva para a autopromoção dos parlamentares perante seus eleitores.

Após a questão de ordem, os debates prosseguiram com Olívio Dutra, que defendeu a manutenção do monopólio estatal, ou mesmo uma intervenção ampliada do Estado na comunicação social, enfatizando que tais serviços deviam ser públicos. Para Dutra, o monopólio não deveria estar nas mãos de um "Estado burocrático, técnico, militar", mas de um "Estado permeado pela sociedade, pelas entidades representativas das forças sociais, na sua diversidade e na sua riqueza"[710]. Ele formulou duas perguntas. A primeira era sobre a participação das "associações, da comunidade, dos jornalistas e de outras entidades da sociedade civil" na programação da RADIOBRÁS - ela existiria ou a empresa servia apenas para difundir ideias governamentais? A segunda referia-se aos diários da Constituinte, indagando se havia um critério democrático de divulgação ou se esta ficava a cargo dos partidos majoritários.

A resposta às perguntas de Dutra foi meramente formal, indicando que a programação da RADIOBRÁS seguia os parâmetros legais e que os responsáveis pela produção eram, necessariamente, profissionais do setor. Quanto à participação popular, a resposta sugeriu que esta existia por conta da audiência: "em rádio, não é possível fazer comunicação de mão única. Se a rádio não tiver participação da comunidade, ela não tem audiência"[711]. Quanto à Constituinte, o representante da RADIOBRÁS afirmou que os horários eram distribuídos de forma equitativa entre os partidos político.

As perguntas de Dutra, contudo, revelaram divergências fundamentais na subcomissão. Dutra defendia uma atuação mais robusta do Estado e o monopólio estatal sobre o setor de comunicações, com uma perspectiva que ia além da mera concessão e fiscalização, propondo uma distribuição da capacidade de participação como forma de democratizar o setor. Em sua visão, essa distribuição ampliaria as vozes legitimadas a usar os meios de comunicação de massa, cabendo ao Estado a responsabilidade de assegurar a viabilidade de tal sistema.

[710] Ibid. p. 148,
[711] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diário da Assembleia Nacional Constituinte n.59 (Suplemento) – Atas das Comissões. Brasília-DF, 14//05/1987, p. 148.

Inspirada pela FENAJ, a proposta central de Dutra era a criação de um Conselho Nacional de Comunicação, composto por "Governo, empresários da área de comunicação, profissionais da área de comunicação e entidades representativas da sociedade civil"[712].

Como vemos, havia profundas diferenças entre os constituintes, sobretudo entre aqueles que defendiam a privatização das telecomunicações e aqueles que demandavam maior intervenção estatal no setor. Observa-se, portanto, um claro contraste de modelos e visões de Estado.

Além disso, a concepção de "democracia" assumia conotações distintas entre os debatedores. Dutra a utilizava para justificar monopólios estatais, com foco na inclusão de diferentes grupos, como comunidades, sindicatos e conselhos. Já Roberto Campos empregava o conceito para defender a privatização, a eliminação dos monopólios estatais e o direito à livre escolha dos usuários.

Em linhas gerais, a ideia de "democracia" para Campos parecia privilegiar, no contexto das privatizações, uma classe econômica e social com recursos suficientes para competir no setor, o que poderia ou não resultar em maior qualidade nos serviços e em mais concorrência no âmbito econômico. Ainda que Campos tenha se restringido ao tema das telecomunicações e Dutra não tenha abordado diretamente a radiodifusão, suas fundamentações revelavam perspectivas contrastantes sobre o papel do Estado na promoção de serviços públicos e, até mesmo, sobre a concepção de "democracia" presente em suas declarações.

Os debates com a RADIOBRÁS prosseguiram, com questionamentos de Ângelo Magalhães e Carlos Alberto Caó. Magalhães perguntou se as emissoras FM da RADIOBRÁS boicotavam a música internacional, enquanto Caó indagou sobre quem definiria o editorial da RADIOBRÁS, se os jornalistas ou o Poder Executivo e seus órgãos[713]. As respostas novamente foram protocolares e evitaram controvérsias. Quanto à música nacional, o presidente da estatal afirmou que a transmissão de música popular excedia a cota exigida por lei, omitindo qualquer menção à música estrangeira. A segunda pergunta foi respondida com a indicação de que a responsabilidade pela programação cabia a um diretor nomeado, sem esclarecer a eventual influência do Poder Executivo.

Tocando em pontos sensíveis, Dutra perguntou como era "gestada" a política de concessões de rádio e televisão, tendo afirmado que haveria "evidentes sinais de favorecimento para determinadas pessoas, determinados grupos e determinadas regiões do país". Por fim,

[712] Ibid. p. 149.
[713] Ibid. p. 147.

indagou aos responsáveis se a legislação "ou a forma de concessão"[714] precisariam de reformulação, e em qual direção. A resposta foi dada pelo Secretário de Radiodifusão da RADIOBRÁS[715].

O Secretário descreveu dois modelos de concessão, que se diferenciavam pouco entre si. O primeiro seria o modelo político, "intuito personae", em que a seleção dos vencedores ocorreria por meio de um "concurso público de alguma forma estabelecido e um procedimento prévio administrativo de qualquer natureza; finalmente, pessoa ou pessoas deliberam sobre qual ou quais devem ser aqueles que exercerão a atividade"[716]. Este era o modelo adotado no Brasil, segundo o Secretário. O segundo modelo levaria em conta o poder econômico e a escolha não seria mais por meio de um "concurso, mas sim através de uma concorrência propriamente dita". Na concorrência o interessado diria o "quanto tem, o quanto pode, o quanto quer e oferece aquilo que deve prestar em seus serviços"[717].

O Secretário ainda descreveu a atuação da RADIOBRÁS como suplementar ao sistema vigente, atendendo regiões onde não haveria a "possibilidade de a iniciativa privada exercer e onde há interesse do Estado em que ali esteja o Governo do Brasil atualmente para educar, entreter e, eventualmente, servir à comunidade"[718]. Por fim, o Secretário afirmou que as concessões representariam todas as correntes sociais:

> Os países democratizados admitem todo um pluralismo de operação na área do rádio, da televisão e da própria atividade jornalística, porque aí está a estratificação da vontade da sociedade, em que todas as opiniões, religiões e credos estão representados. Como as concessões têm duração grande, porque estão sujeitas à renovação, ao final de um longo período de História, todas as correntes sociais acabam representadas, pela alternância dos poderes e das pessoas. Ao final de muito tempo, pelo livre discernimento de todos e pela livre opção ao exercício da atividade profissional e, portanto, o livro praticar das idéias. Esse, acredito, é o modelo que universalmente tem sido desenhado, principalmente no mundo ocidental[719].

Antes de concluir a fala, as notas taquigráficas sugerem ter havido interferência de Olívio Dutra, o qual afirmou que, em sua vivência de 45 anos naquele momento, os proprietários de emissoras na sua região haviam sido sempre os mesmos. Em resposta, o Secretário sugeriu que o modelo de concessão poderia ser aprimorado, admitindo que ele não era plenamente eficiente. Dutra ainda ressaltou que jamais vira "um grupo de negros com um

[714] Ibid., p. 148.
[715] Ibid., p. 148.
[716] Ibid.
[717] Ibid.
[718] Ibid.
[719] Ibid.

canal de rádio"[720], e sugerindo que o sistema de concessões, na prática, não era tão inclusivo quanto os representantes da RADIOBRÁS pareciam afirmar.

O representante da estatal concordou com a necessidade de concessões para os grupos defendidos por Dutra, sem aprofundar no tema. Arolde de Oliveira tentando apaziguar o debate, sugeriu que a possível falta de diversidade nas concessões talvez não fosse uma falha do mecanismo em si, mas da alternância de poder na democracia, concluindo: "talvez tenha sido isso, nobre Constituinte"[721].

A fala de Arolde, além de evidenciar habilidade política, sugeria que a longa falta de alternância no Poder Executivo teria favorecido determinados grupos em detrimento de outros. Contudo, essa resposta parecia insuficiente, considerando que essas queixas já existiam antes do regime militar, com grupos que já acumulavam dezenas de concessões, como os Diários Associados.

4.2.4 Audiência Pública 29/04/1987 – A ABERT na Subcomissão

Dando-se sequência aos trabalhos da Constituinte, no dia 29/04/1987 novas audiências públicas ocorreram na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Informação. A pauta para esse dia previa três entidades: Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Federação Nacional dos Radialistas e Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O representante da ABI não pôde comparecer.

4.2.4.1 A Federação Nacional dos Radialistas

O primeiro a falar foi o presidente da Federação Nacional dos Radialistas, Antônio Taumaturgo. Em um breve discurso, ele expressou críticas aos critérios legais então vigentes para a concessão de canais de rádio e televisão, considerados falhos e passíveis de arbitrariedades por parte "do poder concedente"[722] - que se utilizaria dessa prerrogativa para favorecer interesses de pessoas e grupos. Além disso, criticou a Lei de Imprensa, a de Segurança Nacional e a legislação "de censura de espetáculos e diversões públicas", as quais, segundo ele, restringiam a liberdade de informação e a criação cultural no país.

[720] Ibid., p. 149.
[721] Ibid.
[722] Ibid.

A Federação endossou as críticas ao modelo "concentrador" da radiodifusão, confirmando que o controle da estrutura de produção "e de transmissão" era exercido por "poucos grupos econômicos, localizados principalmente no eixo Rio-São Paulo"[723].

A criação de um Conselho Nacional de Comunicação também estava entre as propostas da Federação. Tal Conselho deveria ser subordinado à Presidência da República, com

> a maioria dos membros indicados pela sociedade civil e pelos partidos políticos, para deliberar sobre planos e políticas de comunicação social e de telecomunicações; conceder e fiscalizar os serviços de radiodifusão; manter, na nova legislação, as finalidades educativas e culturais do rádio e da televisão; estabelecer que, sendo o rádio e a televisão um serviço público, ao privilégio da sua exploração corresponde uma contrapartida de responsabilidade social; adotar medidas para obrigar o cumprimento da lei; formular um novo código brasileiro de telecomunicações, que regule os diversos aspectos da comunicação pelo rádio, televisão e outros meios proporcionados pelas novas tecnologias, com particular atenção para os seguintes aspectos; concessão de canais que deve ser objeto de aprovação prévia, pelo novo Conselho Nacional de Comunicação; deve ser reduzida a duração da licença para a exploração, atualmente de 10 anos, para o rádio, e 15 para televisão, para não caracterizar uma situação de propriedade privada do canal[724].

Destacava-se aqui a proposta de reduzir os prazos de concessão para rádio e televisão, mesmo se esperando a provável resistência dos empresários do setor. O Conselho também teria a função de criar normas de programação que assegurassem "a pluralidade de fontes e o acesso de todos os setores da sociedade às estruturas de produção e transmissão; finalmente, impedir toda forma de controle da comunicação por mecanismo econômicos ou políticos"[725].

Após a exposição inicial, Taumaturgo respondeu a perguntas dos constituintes Joaci Góes, Carlos Alberto de Oliveira[726] e Olívio Dutra.

Joaci Góes e Carlos Alberto Caó fizeram referência ao livro A História Secreta da Rede Globo, de Daniel Herz, antes de iniciarem seus questionamentos. Góes, ao destacar a falta de critérios nas concessões e o aparente descontrole dos órgãos públicos, mencionou como exemplo a existência de 43 (quarenta e três) emissoras de rádio piratas em São Paulo.

Caó, por sua vez, descreveu o livro como "uma análise muito lúcida e corajosa" da estrutura das comunicações no Brasil. Para o político, o que se buscava na Constituinte era "tentar, talvez pela primeira vez na história republicana e política de nosso País, um sistema democrático com bases duradouras, e (...) com longa vigência histórica". O sistema de comunicações vigente, a legislação de "atos administrativos do Presidente da República e de

---

[723] Ibid. p. 149.
[724] Ibid.
[725] Ibid.
[726] As notas taquigráficas apresentam o nome do Deputado Constituinte como "Carlos Alberto de Oliveira", no resumo da ata o nome aparece como "Carlos Alberto Caó". Por tal motivo, acreditamos ter havido algum erro de digitação da nota taquigráfica, porquanto o nome do deputado era Carlos Alberto Oliveira dos Santos, sem o "de" antes de Oliveira. Aliás, destacamos que não havia nenhum deputado ou senador constituinte com o nome "Carlos Alberto de Oliveira".

iniciativa ministeriais, têm estimulado uma profunda concentração da propriedade dos meios de comunicação de massas". Em seguida, questionou o que propunha a Federação e como ela via a participação do "setor privado e do setor público na exploração dos serviços de radiodifusão"[727].

Segundo Taumaturgo, as empresas privadas deveriam continuar a explorar as concessões de rádio e televisão, mas com foco nas funções legais desses meios, em vez de priorizar exclusivamente interesses comerciais. O representante da Federação também sustentou que o Estado deveria atuar no setor, embora sem qualquer forma de estatização integral, pois caberia ao "Estado a difusão de cultura e educação".

Olívio Dutra formulou diversas perguntas, todas alinhadas às ideias que já havia apresentado anteriormente na Subcomissão. Dutra questionou a Federação sobre a criação de Conselhos Editoriais, no interior das redações[728]. Também perguntou quais as propostas da Federação para a democratização das empresas de rádio, televisão e jornais, "no sentido de fazê-las, não apenas propriedade de quem detém a concessão a família, o grupo econômico, mas reais instrumentos de divulgação no interesse da comunidade, da sociedade, de informação e indispensável para a formação de opinião"[729].

O deputado gaúcho afirmou que sua luta na Constituinte – e possivelmente também a da ala do partido mais próxima aos sindicatos – visava a promover um Estado democrático, no qual a "democracia" alcançasse também as empresas, que, por sua vez, deveriam ser "democráticas"[730], concluiu.

Como vemos, a ideia geral de democracia podia então ir, no Partido dos Trabalhadores, além do Estado, havendo um desejo de democratizar também o interior das empresas.

Ao prosseguir sua exposição e questionamentos, Dutra apresentou reparos à proposta da Federação para o Conselho de Comunicação. Se ambos queriam a criação deste, no entanto divergiam quanto à sua composição e subordinação. Dutra reiterou suas próprias ideias e as da FENAJ na Subcomissão[731].

Ao final, ao comentar as requisições de espaços em veículos de radiodifusão pelo governo, questionou se não seria justo conceder o mesmo espaço - em igualdade de tempo -

[727] Ibid
[728] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 76.
[729] Ibid.
[730] Ibid.
[731] Ibid. p. 76.

para que aqueles que discordassem do governo também pudessem manifestar suas opiniões, promovendo assim uma verdadeira democratização desses veículos[732].

O representante da Federação expressou total concordância com Dutra. Em relação à composição do Conselho, ele opinou pessoalmente que, além dos representantes sugeridos por Dutra, deveriam participar também integrantes da ABI, ABERT e OAB, pois via esta última como uma instituição "tradicionalmente (...) defensora dos direitos humanos"[733].

Além disso, o expositor defendeu a democratização das empresas de radiodifusão por meio de uma cogestão entre empresários e empregados eleitos, de forma a evitar o que ele chamou "do grande império", em referência aos Diários Associados[734]. Segundo ele, se tivesse havido participação dos trabalhadores na gestão dos Associados, talvez não se tivesse chegado ao ponto de fechar "a maior rede deste País, desempregando tanta gente"[735].

Fausto Rocha foi o último a questionar a Federação. Apesar de dizer que achava interessante a cogestão, a fala expunha que na verdade a ideia lhe era desagradável. Para Rocha, o país deveria definir um modelo que adotaria – quando foi citar exemplos de modelos, o deputado não citou, porém, nenhum outro além do "modelo competitivo". Ao longo da sua exposição, o parlamentar demonstrava simpatia pelo modelo supostamente competitivo-concorrencial, no qual "aquele que se acha capaz de gerir os destinos de uma empresa, tira o dinheiro do seu bolso (...) e então assuma o risco"[736]. Na sequência, Fausto comentou que em sua atuação no rádio e televisão, a despeito de não ser proprietário de nenhuma estação, sempre teria tido liberdade para criar e trabalhar.

A fala de Rocha evidenciava a divergência de posições entre ele e a Federação, bem como entre ele e outros parlamentares alinhados ao setor sindical. Criticava o sindicalismo "mais forte" nos Estados Unidos, afirmando que era "incrível" a existência de tal movimento naquele país[737]. Muita da luta sindical, prosseguia, acabaria, no final "do processo, por fechar todos os sindicatos e a fechar também a liberdade de imprensa", fato que causaria "espécie" ao deputado, porquanto dizia que uma nação não poderia ficar sem liberdade de imprensa[738]. Por fim, ele citou o caso dos Diários Associados para questionar a ideia de cogestão, assimilando o

[732] Ibid.
[733] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987., p. 76.
[734] Ibid.
[735] Ibid.
[736] ROCHA, Fausto. in SENADO, op. cit., p. 76.
[737] Ibid.
[738] Ibid.

fechamento dos Diários a má administração após a morte de Chateaubriand, quando parte das empresas teria sido transferida a alguns funcionários[739].

Para ilustrar sua posição, Rocha traçou um paralelo com a reforma agrária, defendendo-a e dizendo que não bastava simplesmente

> dar a terra a pessoas que, talvez, não tenham essa condição, isso seria lamentável (...). Tirar a terra e dar aos trabalhadores no final do processo, acabam transformando a terra no domínio do Estado, propriedade do Estado, outra vez, poder concedente, com as inevitáveis escolhas de caráter pessoal e distorções que, hoje, se quer combater[740].

As críticas de Rocha pareciam direcionadas ao que ele considerava um projeto de inclinação socialista, no qual a gestão das empresas seria compartilhada com indivíduos, independentemente de sua capacidade técnica. Apresentava-se como defensor de uma espécie de meritocracia, alinhando-se às teses de livre mercado e concorrência: para ele, nas comunicações, venceria o mais qualificado por mérito e iniciativa própria. No discurso de Fausto, a classe empresarial era apresentada como a responsável por assumir todos os riscos envolvidos no sucesso ou fracasso do negócio.

É relevante destacar que a cogestão defendida pela Federação não era o modelo adotado pelos Diários Associados. Antes e depois da morte de Assis Chateaubriand, o conglomerado foi fragmentado, com algumas estações e jornais passando para o controle de dirigentes específicos. Esses indivíduos não foram eleitos pelos demais empregados, nem havia uma gestão compartilhada; ao contrário, foram designados por Chateaubriand ainda em vida. Taumaturgo ressaltou essa distinção em sua resposta, sugerindo que poderia ter havido alguma ação deliberada para dissolver os Diários Associados.

Além disso, a gestão de Chateaubriand sobre o conglomerado era frequentemente criticada, seja pela desorganização, seja pela falta de controle nos gastos. Cabe observar também que grande parte do sucesso dos Diários, assim como de várias emissoras de rádio, televisão e empresas jornalísticas, dependia de frequentes financiamentos públicos - muitas vezes com condições de pagamento bastante favoráveis. Ademais, além da desorganização financeira, outros fatores contribuíram para o declínio dos Associados, incluindo a rivalidade com o regime e o grupo Globo, especialmente em função das modificações legais surgidas a partir do caso Time-Life, notadamente Decreto n. 237/67[741].

---

[739] Ibid.
[740] Ibid.
[741] Nesse sentido, PIERANTI, Octavio Penna. A pioneira se despede: o último mês da TV Tupi, segundo o Serviço Nacional de Informações (SNI). Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 28, p. 1-11, jan.-dez. 2021 e-ISSN: 1980-3729 | ISSN-L: 1415-0549. Disponível em < https://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2021.1.40498 >. Acesso em

Há quem registre que Fausto Rocha teria recebido uma concessão de canal de televisão durante a Constituinte, eventualmente pelo seu apoio ao mandato de cinco anos do Presidente Sarney[742]. Isso sugere que, além de questionável a ideia de que os Diários faliram por conta de uma cogestão, a hipótese de Motter sobre a meritocracia também se enfraquece, pois, se verdadeira[743], o "mérito" para tal concessão teria sido, na realidade, uma troca de favores políticos.

4.2.4.2 A ABERT NA SUBCOMISSÃO

O último expositor do dia foi Fernando Ernesto Corrêa, vice-presidente da ABERT. A presença da ABERT já se fazia sentir na Constituinte desde o começo dos trabalhos, quando a deputada Cristina Tavares subiu à tribuna do plenário para denunciar um possível lobby da associação contra a reserva de horário para a retransmissão de boletins da Constituinte.

A ABERT chegou à Constituinte como uma organização bem diferente daquela que, em 1962, fora criada para promover a derrubada dos vetos de Jango ao Código de Telecomunicações. Enquanto em 1962 seu prestígio estava atrelado aos fundadores, em 1987 sua força derivava da própria organização e do peso das empresas que a integravam, tendo deixado de ser uma "extensão dos Diários Associados", como era sob a presidência de João Calmon (com Chateaubriand possivelmente atuando como uma espécie de presidente oculto). O poder dos Diários Associados na ABERT havia diminuído significativamente, especialmente após o episódio envolvendo a disputa com a Globo e o grupo Time-Life.

João Calmon, que presidira a ABERT de sua fundação até 1970, atuava na Constituinte como senador. Embora integrasse a comissão responsável por Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia, exercia a função de relator na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes.

A influência da ABERT entre os constituintes era evidente, refletida, entre outros aspectos, no tempo de fala concedido a Fernando Corrêa. As notas taquigráficas indicam que sua exposição excedeu em 15 (quinze) minutos o previsto, algo significativo. Embora um dos

22 mai. 2023. O artigo retrata o último mês de funcionamento da TV Tupi, além de expor que os problemas da emissora começaram anos antes de sua saída do ar. O autor aborda as modificações trazidas pelo Decreto 236, especialmente a limitação de emissoras para uma mesma pessoa ou grupo, bem como as dificuldades de a Tupi se adequar à nova legislação.

[742] Nesse sentido MOTTER, Paulino. A Batalha Invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil [recurso eletrônico] / Paulino Motter; Editor: Rodrigo Murtinho. – Rio de Janeiro: Fiocruz: Edições Livres, 2019, p. 255 a 259.

[743] MOTTER. A Batalha Invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil cit., p. 255 a 259.

três convidados do dia tenha se ausentado e o representante da Federação dos Radialistas tenha sido breve, a escolha de ampliar o tempo de fala da ABERT, em vez de debater outros assuntos relevantes para a Subcomissão, denota o prestígio que a Associação possuía entre os parlamentares.

Logo no início de sua apresentação, Fernando Corrêa disse ter assistido aos trabalhos do dia anterior e aos depoimentos da Associação Nacional de Jornais, o que demonstrava o acompanhamento próximo das discussões por parte da ABERT. A presença constante de Corrêa é confirmada em seu livro de memórias, "O Lobista"[744], no qual relata que praticamente se mudou para Brasília durante o período, com o propósito de atuar como lobista da associação na Constituinte[745].

Também nesse livro, Fernando Ernesto detalha a equipe designada pela ABERT para atuar na Constituinte. Era composta, além dele próprio, por Joaquim Mendonça (então presidente da ABERT), Luiz Eduardo Borgerth (...) e Afrânio Nabuco[746]. Mendonça, oriundo da Rádio Eldorado de São Paulo, era "outro representante dos Mesquita"[747], donos do jornal O Estado de São Paulo. Essa informação não só reafirma a hegemonia dos grandes veículos de comunicação nas principais associações do setor, como evidencia a profundidade de atuação dessas empresas no período: elas englobavam tanto a imprensa escrita, com jornais e revistas, quanto a radiodifusão, com emissoras de rádio e televisão.

---

[744] O livro foi escrito por Márcio Pinheiro e está num formato de entrevista, contendo as perguntas do escritor, com a resposta do biografado. PINHEIRO, Márcio. O Lobista – Fernando Ernesto Correa: negócios, política e jornalismo. Porto Alegre: [s.ed.], 2021.

[745] No livro de memórias, Fernando Ernesto informa que, "Em março de 1987, quando o Mendes Ribeiro e os demais deputados estavam tomando posse, eu praticamente passei a morar lá. Tinha vida de parlamentar. Ficava de segunda a sexta-feira e voltava para cá nos finais de semana. Com o Jayme e Nelson no comando, transferi minhas atividades da RBS em Porto Alegre para outros diretores e passei a me dedicar com exclusividade ao trabalho em Brasília. Essa função era tão estratégica para a RBS que eles bancaram minha vida lá, com viagens, hotéis, restaurantes, deslocamentos, e um bom salário". In PINHEIRO, 2021, op. cit., p. 33. A mesma informação é apresentada em outro livro contendo entrevista com Fernando Ernesto, desta vez escrito por Luiz Maklouf Carvalho. Segundo Fernando Ernesto "Os Sirotsky [família proprietária da RBS] ofereceram a minha contribuição, para formar um grupo de trabalho que defendesse a iniciativa privada, para que a área de comunicação não caísse nas mãos do governo. Aí eu me incorporei a esse grupo – que basicamente era eu, o Afrânio, e o Luiz Eduardo Borgherth. Eu praticamente mudei para Brasília, aluguei um apartamento lá. (...) Passei mais de um ano, em tempo integral, com o Afrânio, com o Borgherth e com o Joaquim Mendonça, que era o presidente da ABERT [Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão], que é oriundo do Estado de São Paulo. (...). in CARVALHO, Luiz Maklouf. 1988: Segredos da Constituinte. Os vinte meses que agitaram e mudaram o Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2017, p. 336. Em comum, os dois relatos têm a informação de que o representante da ABERT passou a praticamente residir em Brasília. Há, todavia, uma diferença. Enquanto na biografia diz-se que teria utilizado um "apartamento mobiliado cedido por Celso Kaufman (vide PINHEIRO, 2021, op. cit., p. 33), na segunda publicação a informação é de que teria sido alugado um imóvel.

[746] PINHEIRO. O Lobista – Fernando Ernesto Correa: negócios, política e jornalismo. cit. p. 35.

[747] Segue a passagem destacada "(...) Depois, quando cheguei a vice-presidente da ABERT, o presidente era outra grande figura, o Joaquim Mendonça, diretor da Rádio Eldorado, outro representante dos Mesquita". In PINHEIRO, 2021, op. cit., p. 32.

Fernando Ernesto revela que a imprensa escrita estava em posição mais consolidada na Constituinte, de modo que a principal batalha das empresas se concentrava em assegurar seus interesses no setor de radiodifusão[748]. De acordo com dados apresentados por Corrêa, a ABERT representava, naquele momento, 143 emissoras de televisão e 2.057 estações de rádio, incluindo emissoras da RADIOBRÁS - o que permitia ao representante afirmar que a associação falava pela integralidade do sistema de radiodifusão nacional.

Mesmo sem trazer propostas concretas, a ABERT tinha objetivos na Constituinte.

Segundo o representante da Associação, qualquer texto constitucional deveria abranger o "direito à comunicação, à expressão e à informação", direitos que, em sua visão, estariam "dramaticamente vinculados (...) à maneira pela qual se exercita ou não a comunicação de massa". A defesa desses direitos estava intrinsecamente associada a princípios de livre mercado apresentados de forma ornamentada, como *garantias de uma suposta pluralidade no setor*, o que pode ser observado na seguinte passagem: "liberdade e expressão do pensamento, na era da comunicação de massa, representa na prática o direito de o cidadão ser informado, através de múltiplos processos, assegurando a pluralidade de ideias, ou contraditório".

Essa passagem permite diversas interpretações. Primeiramente, observa-se que, assim como a ANJ, a ABERT concebia a liberdade de expressão e de manifestação do pensamento como direitos aplicáveis também ao setor privado de comunicações. Para o expositor, esses direitos seriam universalmente distribuídos, sem distinção entre pessoas físicas e jurídicas.

Na defesa desses direitos, o foco da primeira parte da exposição foi voltado às críticas diretas à censura e à defesa da "liberdade de iniciativa" em oposição à atuação estatal no setor: "direito à liberdade e manifestação do pensamento". Dessa fórmula resultaria - segundo o representante da ABERT - o direito à informação.

Na fala de Fernando Ernesto, o direito à informação parecia ser tratado implicitamente como um apêndice das "liberdades de iniciativa e liberdade de expressão" empresariais, isso é, como se decorresse naturalmente desses dois direitos. O argumento central era que quanto menores as restrições estatais, maior seria o número de empresas no setor, promovendo-se, assim, mais concorrência e pluralismo de ideias. A liberdade de iniciativa foi defendida com exemplos de países como Itália, França, Alemanha e Espanha, onde, segundo o expositor, a iniciativa privada já estaria atuando ou prestes a atuar no setor. Na Inglaterra, mencionou-se

[748] Conforme entrevista de Fernando Ernesto, contida no livro de Luiz Maklouf, "os jornais e revistas não tinham maiores problemas", então os esforços teriam sido concentrados na defesa da radiodifusão. Mais adiante, o entrevistado afirma que, no tocante a jornais e revistas, "iam acabar com a imunidade tributária (...) e nós conseguimos manter". CARVALHO, 2017, op. cit., p. 345 e 346.

que já existiam discussões sobre a possível influência governamental na BBC. Como exemplo negativo, citou-se o caso argentino, onde, segundo ele, a "estatização" da televisão promovida por Perón resultara em uma significativa perda de qualidade[749]. A Argentina estaria agora tentando privatizar novamente suas emissoras, embora enfrentasse dificuldades devido ao sucateamento provocado pela gestão estatal. Curiosamente, o expositor não utilizou os Estados Unidos como referência, apesar de o país ser frequentemente citado como modelo de livre mercado.

Em outra passagem, o representante da ABERT tentou vincular retoricamente suas posições às de seus opositores, argumentando que suas propostas não eram uma inovação

> Não inovei, a ABERT não invocou nessa matéria. Todos os que me antecederam defenderam o direito do cidadão de ser informado por múltiplas fontes, ou seja, a liberdade da expressão do pensamento (sic). Esse é o conceito básico que a ABERT queria deixar hoje aqui para os Srs. Constituintes[750].

A fala parecia direcionar-se aos membros da Subcomissão, tentando construir uma ponte entre perspectivas bastante distintas. Os defensores do direito à informação, especialmente a relatora da Subcomissão, classificavam-no como um direito fundamental, enxergando os veículos de comunicação social como instrumentos para consolidar um serviço público. Para os defensores dessa linha, a informação não era uma mercadoria, mas um bem público essencial à construção de uma sociedade democrática. Nesse contexto, caberia ao Estado não apenas o poder, mas o dever de atuar no setor para assegurar esse direito. O direito à informação seria a finalidade principal dos veículos de comunicação, os quais deveriam exercer suas atividades empresariais sem se desgarrar desse fim - Olívio Dutra, inclusive, defendia a ausência de empresas privadas no setor. Os demais direitos - como liberdade de expressão, manifestação do pensamento e os direitos jornalísticos - serviriam para garantir o direito à informação, viabilizando o cumprimento da função social dos veículos de comunicação.

Para a FENAJ e para Olívio Dutra, a regulamentação deveria partir da concepção da informação como um bem público. Embora próximas das ideias já defendidas pela relatora e pela FENAJ, essas propostas apresentavam nuances distintas, com implicações próprias. Considerando a informação como bem público, os veículos de comunicação teriam o papel de garantir acesso a todos os cidadãos, seja pela criação de rádios e TVs comunitárias, seja pela

[749] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 79.
[750] Ibid., p. 79.

ampliação da participação na gestão de empresas jornalísticas por meio de sindicatos (posição defendida pela FENAJ). Essas eram as bases sustentadas por partidos, parlamentares e associações de orientação mais à esquerda na Constituinte. Para eles, o pluralismo deveria resultar não apenas da diversidade de empresas, mas da inclusão de diferentes classes de pessoas na atuação e gestão do setor.

Na exposição da ABERT, ao tratar do "direito a ser informado", outros eram os caminhos propostos. Embora o bem social envolvido também fosse a "informação", a Associação discordava dos grupos da chamada "esquerda", alinhando-se aos interesses dos proprietários de veículos de comunicação. O enfoque, aqui, recaía mais sobre os direitos de expressão e manifestação do pensamento das empresas: desejava-se que estas tivessem total liberdade para se expressarem como desejassem, sem interferência ou controle administrativo. Em caso de abusos, a proposta da ABERT era que fossem tratados pelo Poder Judiciário.

A expressão "múltiplas fontes", no contexto geral da exposição, poderia ser associada às ideias de livre mercado e ampla concorrência, como defendida por outros empresários do setor, sem intervenção estatal. A interpretação de "múltiplas fontes" pela ABERT contrastava nitidamente com a da FENAJ, que entendia o termo de maneira diversa, como abordado anteriormente.

Para a ABERT, a regulação deveria reduzir a interferência estatal, sendo fundamentada não pela prestação de um serviço público ou pelo "bem público da informação", mas por aspectos econômicos e financeiros. Essa visão ficou mais clara quando Fernando Ernesto abordou a resistência do rádio após os anos 1960, período marcado pela ascensão da televisão como principal meio de comunicação. Ele enfatizou que o rádio prestava um

> inequívoco serviço de utilidade pública, um serviço comunitário, ele está mais próximo do ouvinte, ele é um meio eficiente de comunicação, ele tem mais local de comunicação e, portanto, o rádio, hoje, presta um relevantíssimo serviço comunitário, um serviço de interesse público, realmente, e é um grande fator de integração nacional, o maior fator, talvez, de integração nacional. Ele atinge, hoje, 96% dos brasileiros[751].

Notavelmente, o expositor optou por definir o rádio não como "serviço público", mas como "serviço de interesse público". Essa distinção sutil indica a possível disputa da ABERT quanto à natureza jurídica da radiodifusão. Para parlamentares como Cristina Tavares e Olívio Dutra, a radiodifusão possuía a natureza de serviço público, de uma atividade destinada a servir à sociedade. Para a ABERT, porém, a radiodifusão parecia ser vista como uma atividade privada, ofertando produtos que deveriam seguir as regras do livre mercado - com a ressalva de

[751] Ibid.

que houvesse uma reserva de mercado para brasileiros, isso é, para as empresas que a própria ABERT as representava.

Ao defender a qualidade da programação da televisão nacional, o representante da ABERT afirmou que não existia monopólio no país, pois havia

> uma variedade de opções incrível. Ao contrário do que se fala em monopólio, se há um país em que não há monopólio na televisão é o Brasil. Quer dizer, aqui não há monopólio na televisão. Nós temos só de canais, de VHF em São Paulo, 7 opções de programação. Porto Alegre, uma cidade com apenas um milhão e meio de habitantes, tem 6 opções de programação. Cinco televisões comerciais, uma televisão educativa. Curitiba, tem seis. Quer dizer, os grandes mercados atuam, no mínimo, com cinco programações de televisão e, alguns, com sete. Onde está o monopólio na televisão com tamanha diversidade, que também é acima dos padrões dos países mais desenvolvidos, a que já me referi anteriormente. Então, o consumidor brasileiro de televisão é o que tem o acesso mais fácil. Mudar o produto, é só virar o dial. Se eu tenho um chevrolet e quero comprar um Ford, é um trabalho infernal. Mas se estou vendo a Globo e quero ver a Bandeirantes é só virar o dial. Quer dizer, não preciso nem sair do lugar; se tem controle remoto, eu o uso, se não, uso o dial. Se não quero os produtos, desligo a televisão. Então não vejo por que se falar em monopólio. Quer dizer, o que há no Brasil, realmente, é uma rede que tem uma audiência maior do que as outras, substancialmente maior do que as outras, mas que, na minha opinião, é um problema conjuntural[752].

Ao concluir sua fala, o expositor observou que a audiência das demais redes de televisão estava em ascensão, não devido a uma redução na audiência da Globo, que liderava naquele momento, mas por uma melhora nos serviços das concorrentes. Antes que pudesse abordar outro tema, foi interrompido por Arolde de Oliveira, presidente da Subcomissão, que informou sobre o término do tempo disponível. Mesmo assim, o representante da ABERT comentou brevemente sobre "as desvantagens" do sistema nacional, alegando que "senão irão pensar que somos os maiores do mundo"[753].

Os problemas mencionados por Corrêa não estavam relacionados às empresas de comunicação existentes, mas sim ao modelo de concessões, renovação, cassação e fiscalização, que ele considerava inadequado. Segundo o expositor, havia "certa manipulação de poder que concede, que fiscaliza e que cassa"[754], algo que, em sua opinião, precisava ser debatido amplamente na Constituinte. A ABERT, contudo, ainda não tinha uma posição definitiva para solucionar esse impasse.

Ainda houve tempo para o expositor reconhecer que existiam no país programas de baixa qualidade. Para remediar isso, informou que a ABERT havia criado, em 1980, um código

[752] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 76.
[753] Ibid.
[754] Ibid..

de ética para a televisão nacional. Sobre esse Código, afirmou que se buscava dar-lhe "força viva" e que se esperava estabelecer um

> inter-relacionamento entre as emissoras de rádio e televisão, suas relações com o Poder Público, suas relações com o consumidor, suas relações com o ouvinte, com o telespectador, estabelecendo conceitos de ordem ética, padrões de ordem moral, padrões de programação. Esse Código de Ética pode ser utilizado pelos Srs. Constituintes, por qualquer cidadão, desde que se socorra, procurando a ABERT para, através do seu Código Superior de Ética, examinar as questões que forem levantadas[755].

Essa parte da exposição parecia ser direcionada a parlamentares evangélicos e a outros que defendiam algum controle sobre a programação.

Por fim, o expositor reiterou que a ABERT não apresentava uma proposta concreta, mas estaria satisfeita se o texto constitucional abarcasse "o conceito de liberdade e a expressão do pensamento, ao lado do reconhecimento da responsabilidade social prevalente o serviço de radiodifusão"[756], o que, segundo ele, permitiria um grande avanço "na busca de um Brasil mais democrático, mais moderno, mais útil"[757].

Além da exposição oral na Subcomissão, a ABERT distribuiu aos constituintes um material em formato de livreto, com 15 páginas, intitulado "Radiodifusão e Democracia." O documento apresentava uma breve história formativa e legal da radiodifusão, modelos de atuação e sua importância para a democracia. Ele começava com explicações sobre o que é a radiodifusão e o processo de criação de rádio e televisão, abordando aspectos técnicos e científicos da descoberta e transmissão de sons e imagens por ondas eletromagnéticas. Na parte final desse capítulo introdutório, o texto abordava as dificuldades iniciais do rádio, especialmente a interferência em faixas de espectro que impedia a exploração simultânea de uma mesma faixa por duas emissoras. Segundo a publicação, a necessidade de evitar essa "interferência" teria sido o fator que impulsionou a participação dos Estados na regulação do setor"[758].

O capítulo seguinte, denominado "Breve História da Radiodifusão", apresentava o surgimento dessa atividade no Brasil, mencionando as primeiras emissoras nacionais e a disputa sobre qual teria sido a pioneira. Ao abordar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a publicação

---

[755] Ibid.
[756] Ibid.
[757] Ibid.
[758] ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão). Radiodifusão e Democracia. 1987. In Arquivo físico Câmara dos Deputados – Acervo Constituinte de 1987/1988 – Subcomissão Ciência e Tecnologia e da Comunicação, p. 2 e 3. Regulamentar as frequências não era exatamente a única função e o único motivo para a atuação estatal no setor. No Brasil, por exemplo, os governantes, quando regulamentaram pela primeira vez o rádio, estavam mais preocupados com a segurança nacional do que garantir a exploração sem interferências. Aliás, o pedido para que se regulamentasse para evitar interferências foi demanda das próprias estações de rádio. Ver RIGO, *2018,* op. cit., fls. 12-40.

destacou uma frase atribuída a Roquette Pinto - o cientista expressava o desejo de que o conforto moral e da ciência chegasse livremente a totalidade dos lares brasileiros, por meio das ondas do rádio[759]. A narrativa seguia descrevendo a expansão do rádio pelo mundo, especialmente após a Primeira Guerra Mundial. Também se destacava que a grande diferença entre as emissoras nacionais e a norte americana NBC foi que esta última vislumbrou o potencial comercial do rádio "para ganhar dinheiro"[760].

Embora tenha falado em Roquette Pinto, a obra omitia a batalha deste para que o Rádio fosse voltado, no país, apenas para fins educativos e culturais: meta que se refletiu nos primórdios da legislação nacional de radiodifusão[761].

Ainda na parte histórica, o material apresentado pela ABERT parecia entrar em contradição com os ideais que a associação defendia. Ao tratar do número de emissoras no país, a publicação escrevia o seguinte:

> A atividade radiofônica é de pequena lucratividade, não somente pela concorrência que lhe é feita por outros meios de comunicação, como pela excessiva concorrência existente entre elas [as emissoras]. Não se pode deixar de notar o aumento exagerado no número de rádios que se verifica atualmente sem equivalência com o tamanho dos mercados onde estão instaladas as emissoras[762].

Ao falar da suposta "excessiva concorrência" o texto parecia contradizer a ideia de que, em plena liberdade, o mercado se autorregularia. Ideia defendida na Subcomissão e, mais adiante, no próprio panfleto.

Percebe-se, pois, que essa liberdade, previamente defendida, possivelmente não podia ser tão irrestrita a ponto de comprometer os negócios ou reduzir a lucratividade da atividade. Além disso, ficava claro que o verdadeiro objetivo da chamada "liberdade" de mercado não era consagrar a pluralidade de fontes para resguardar o direito à informação – se assim o fosse, não teriam se referido à "excessiva concorrência", nem ao "aumento exagerado" no número de rádios locais[763].

A parte com maiores imprecisões estava no capítulo destinado a discutir a "lei da radiodifusão". O texto afirmava que os dois primeiros decretos relacionados ao tema seriam os

---

[759] A frase citada era a seguinte: "Roquette Pinto afirmava àquela época: 'Todos os lares espalhados pelo imenso território do Brasil receberão livremente o conforto moral da ciência e da arte... pelo milagre das ondas misteriosas que transportam, silenciosamente, no espaço, as harmonias'". ABERT, 1987, op. cit., p. 6.

[760] Ibid.

[761] Já tivemos a oportunidade de analisar e escrever sobre as finalidades da primeira regulamentação do rádio no país. No período, Roquette Pinto fazia campanha para que o Rádio fosse empregado apenas para fins educativos, porquanto via na atividade um potencial para levar conhecimento e cultura para todos os cantos e lares do país. Roquette Pinto não desejava que se implantasse no Brasil o modelo comercial existente nos EUA. Ver (RIGO, 2018, op. cit., fls. 12-40.

[762] ABERT, 1987, op. cit., p. 7.

[763] A conclusão semelhante chegou Paulino Motter, ao analisar outros documentos produzidos pela Associação.

de números 20.047 e 21.111, ambos datados de 1931[764]. Essa assertiva era incorreta por dois motivos. Em primeiro lugar, já na década de 1920 havia decretos regulamentando a "radio difusão" (Decreto 16.657/1924), logo os dois mencionados não foram os primeiros. Em segundo lugar, apenas Decreto 20.047 foi publicado em 1931; o Decreto 21.111 foi editado em 1932.

Acentuando suas imprecisões históricas, o texto afirmava que juridicamente a legislação da década de 1930 não teria importância, "porque editados na ditadura de então, quando não tínhamos Constituição"[765]. Alegava que esses decretos teriam relevância apenas para fins de confrontação histórica. Mais adiante, no mesmo capítulo, o texto afirmava que "a Constituição de 1937 limitou-se a atribuir à União apenas a competência para legislar sobre o rádio e não a incumbiu de explorar a radiodifusão. A expressão explorar aparece na Constituição de 1946"[766].

Essas afirmações, novamente, carregavam imprecisões, talvez no intuito de desqualificar o governo de Getúlio Vargas. Cumpre destacar que a legislação em comento foi editada durante o Governo Revolucionário de Vargas, de 1930 a 1934, período em que, a rigor, o país não vivia sob uma ditadura. Toda a legislação dessa fase foi posteriormente confirmada pela Constituição de 1934, a qual foi concebida por uma Assembleia Constituinte democraticamente eleita. A ditadura varguista começou em 1937, com o Estado Novo, e terminou em 1945.

Ao afirmar que a legislação mencionada não teria importância jurídica por ter sido implementada via decretos, o texto parecia desconsiderar que o modelo de concessão da atividade foi estabelecido justamente por esses decretos e continuou a ser adotado na legislação posterior - fato que, por si só, desqualifica a afirmação de sua irrelevância jurídica. Além disso, existem vários outros aspectos que evidenciam as significativas inovações trazidas pela legislação do governo revolucionário, incluindo a regulamentação da publicidade na radiodifusão, que possibilitara a exploração comercial da atividade.

Quanto à assertiva de que a Constituição de 1946 teria sido a primeira a conferir à União a competência para explorar os serviços de radiodifusão, vale observar que o Decreto 20.047/1931 já definia os serviços de radiocomunicação da seguinte forma:

> Art. 2º Para os efeitos deste decreto, constituem serviços da radiocomunicação, a radiotelegrafia, a radiotelefonia, a radiofotografia, a radiotelevisão, e quaisquer outras utilizações de radioeletricidade, para a transmissão ou recepção, sem fio, de escritos, sinais, imagens ou sons de qualquer natureza por meio de ondas hertzianas.
>
> Art. 3º Os serviços da radio comunicação assim se classificam:

[764] ABERT, 1987, op. cit., p. 10.
[765] ABERT, 1987, op. cit., p. *10.*
[766] ABERT, 1987, op. cit., p. *10.*

> 1º, quanto à natureza das comunicações que estabelecem:
> d) radiodifusão: para difusão de comunicações radiotelefônicas destinadas a serem recebidas pelo público, diretamente ou por intermédio de estações translatoras;

O Decreto 21.111/1932, que aprovou "o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional", também seguia a mesma linha:

> Art. 1º Para os efeitos deste regulamento, constituem serviços de radiocomunicação: a radiotelegrafia, a radiotelafonia, a radiotelefotografia, a radiotelevisão e quaisquer outras utilizações da radioeletricidade, para a transmissão ou recepção, sem fio, de escritos, signos, sinais, sons ou imagens de qualquer natureza, por meio de ondas hertzianas.

Observe-se que, por tais decretos, a "radiodifusão" era classificada nos serviços de radiocomunicação, ou seja, era uma espécie dentro do gênero "radiocomunicação". Ora, ao analisar-se a Constituição de 1934, encontra-se o seguinte

> Art 5º - Compete privativamente à União:
> VIII - explorar ou dar em concessão os serviços de telégrafos, radiocomunicação e navegação aérea, inclusive as instalações de pouso, bem como as vias-férreas que liguem diretamente portos marítimos a fronteiras nacionais, ou transponham os limites de um Estado;

Na Carta de 1937, a competência foi mantida exatamente igual:

> Art 15 - Compete privativamente à União:
> VII - explorar ou dar em concessão os serviços de telégrafos, radiocomunicação e navegação aérea, inclusive as instalações de pouso, bem como as vias férreas que liguem diretamente portos marítimos a fronteiras nacionais ou transponham os limites de um Estado;

Ou seja, diferentemente do que afirmava a publicação da ABERT, a Constituição de 1937 e a de 1934 haviam atribuído à União a competência para explorar ou conceder os serviços de radiocomunicação, gênero que incluía a radiodifusão.

Não são muito claros os motivos para essas distorções. Por um lado, atribuir ao Estado a entrada na radiodifusão apenas para garantir a exploração das frequências poderia reforçar o argumento de que sua permanência no setor seria obsoleta ou um entrave ao desenvolvimento. Também se poderia interpretar que o objetivo principal da intervenção estatal na radiodifusão teria sido meramente assegurar a viabilidade técnica dos serviços.

A publicação questionava as punições administrativas previstas no Decreto n. 8.356 de 1945 para irradiações "caluniosas e injuriosas", argumentando que essa legislação teria introduzido "o conceito absurdo de que calúnia e injúria são irregularidades administrativas"[767]. Para a ABERT, essa legislação permitia que a Administração Pública usurpasse funções próprias do Poder Judiciário. "O regime de punição, aplicado por uma das partes contratantes - e concessão sendo um contrato -, desfigurava e desfigura o direito de liberdade de expressão e

[767] ABERT, 1987, op. cit., p. 10.

equivale à censura, posto que [sic] a ameaça da violência tem o mesmo efeito"[768], dizia a ABERT em relação ao mesmo Decreto.

Como era de se esperar, o texto também abordava o Código Brasileiro de Telecomunicações, afirmando que este teria representado um "avanço em relação ao que se tinha", aliviado as sanções e concedido "mais garantias às concessionárias[769]". Esse código, advertia o texto, teria incidido, no entanto, no

> erro de continuar atribuindo à Administração o poder de julgar e decidir unilateralmente, tanto na aplicação de sanções, como nas hipóteses de renovação de concessões, sujeitas a critérios subjetivos da parte mais forte e de um contrato 'bilateral', que na verdade não passa de um leonino contrato de adesão[770].

Os comentários sobre a legislação originada na Ditadura Militar constituíam uma zona cinzenta. Em relação ao Decreto 236/67, por exemplo, a abordagem foi ambígua. Em um primeiro momento, foram apresentadas as modificações introduzidas por esse decreto:

> Estabeleceu que pessoas jurídicas, exceto os partidos políticos ou estrangeiros, não podem ser sócios ou participar de empresas dedicadas à radiodifusão. Estabeleceu que a origem e montante dos recursos dos interessados em desfrutar de concessões deveria ser comprovada. Colocou sob a dependência de aprovação prévia do Contel (hoje Ministério das Comunicações) todos os atos modificativos da sociedade, assim como contratos com empresas estrangeiras. Estabeleceu os limites que uma entidade possa ser concessionária e determinou que não poder ter concessões ou permissões as entidades das quais fizessem parte de outras entidades concessionárias, da seguinte forma [tendo citado na sequência o inteiro teor do artigo 12 do referido Decreto][771].

Posteriormente, após citar o artigo 12 do Decreto, a publicação contestou, não o conteúdo, mas a forma do referido diploma:

> Na hierarquia das normas constitucionais, o decreto-lei não pode alterar a lei, salvo nos casos de reserva expressa do texto constitucional, que não inclui radiodifusão. E não o podia em fevereiro de 1967, quando o presidente baixou o citado decreto com fundamento no Ato Institucional nº 4, porque, segundo os próprios atos institucionais anteriores, a Constituição de 1946 estava mantida e, nas alterações totalitárias [sic], esqueceram de incluir uma regra que permitisse alterações da lei por decreto-lei fora das hipóteses a este reservadas na própria 'legislação' chamada revolucionária. Não obstante, o decreto está em vigor, é respeitado, gera direitos, obrigações e punições.

Chama atenção a opção pela crítica aos aspectos formais do Decreto ao invés de se denunciarem mudanças que facilitaram a punição das estações e emissoras de rádio e televisão em caso de infração. A referência do texto às "alterações totalitárias" parecia mais voltada para as normas específicas da radiodifusão do que para a legislação do regime militar como um todo. Outro ponto digno de nota na publicação foi o foco nas modificações introduzidas pelo Decreto 236/67 em relação a concessões e contratos com empresas estrangeiras, uma questão que

[768] Ibid.
[769] ABERT, 1987, op. cit. p. 10.
[770] Ibid.
[771] Ibid.

ganhara vulto após os contratos entre a Globo e a Time-Life e os conflitos em torno desse assunto.

O Decreto 236/67 flexibilizava dispositivos da Lei n. 4.117/62, facilitando a cassação das concessões de radio e TV. Todavia, no encarte da ABERT, o destaque foi dado principalmente à burocracia envolvendo concessões e às restrições de contratação com estrangeiros.

Além desses aspectos, o texto continha informações incorretas, especialmente na seguinte passagem: "Estabeleceu que pessoas jurídicas, exceto os partidos políticos ou estrangeiros, não podem ser sócios ou participar de empresas dedicadas à radiodifusão". No entanto, conforme o parágrafo único do artigo 4º do referido Decreto, estrangeiros não estavam incluídos no rol dos possíveis participantes de sociedades de radiodifusão:

> Art 4º Sómente poderão executar serviço de radiodifusão:
> a) a União;
> b) os Estados, Territórios e Municípios;
> c) as Universidades Brasileiras;
> d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos estatutos não contrariem, o Código Brasileiro de Telecomunicações;
> e) as sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas, desde que subscritas, as ações ou cotas, em sua totalidade, por brasileiros natos.
> Parágrafo único - Nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, nem estrangeiros poderão ser sócios ou participar de sociedade que executem serviço de radiodifusão, nem exercer sôbre ela qualquer tipo de contrôle direto ou indireto.

No panfleto, a Itália foi apontada como um exemplo de país que estaria implantando o regime de liberdade econômica no setor de radiodifusão. A ABERT, conforme visto, qualificava como "avanço" as legislações com menor presença estatal e menos responsabilidades administrativas, associando "avanço" a medidas mais liberais, em contraste com o modelo de intervenção estatal criticado ao longo do texto. A intervenção estatal era vista não apenas como sinônimo de atraso e intromissão do Estado fora do único campo em que deveria atuar a distribuição de frequências. A presença estatal também era associada a regimes "totalitários", como os fascistas, nazistas e salazaristas.

Na audiência pública, após a fala de Fernando Ernesto, vieram as perguntas dos constituintes. A primeira delas veio do Deputado Carlos Alberto Caó, que solicitou que, devido à ausência de Barbosa Lima Sobrinho (o terceiro expositor do dia), fosse concedido mais tempo para a ABERT para concluir sua exposição. O pedido foi recusado por Arolde de Oliveira, que afirmou já ter sido generoso com o tempo, que já havia excedido em quase 15 minutos o limite estabelecido[772].

[772] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 80.

Em seguida, o Deputado Mendes Ribeiro fez comentários que se alinhavam ao conteúdo do encarte da ABERT. Ele primeiro informou ter proposto que as emissoras fossem cassadas apenas mediante decisão judicial, buscando eliminar o "arbítrio" de uma única pessoa - referindo-se ao modelo em que apenas o Poder Executivo teria a autoridade de cassar concessões. Depois, Ribeiro defendeu a liberdade de empresa, afirmando não acreditar em "liberdade de imprensa sem a liberdade de empresa"[773].

Uma fala de Mendes Ribeiro chamou atenção por divergir um pouco da posição da ABERT. O político parecia buscar um meio termo entre as propostas em discussão, tendo afirmado que "a convivência entre o Estado e a iniciativa privada, parece-me um bom caminho". Essa postura colidia com o sistemático antiestatismo da ABERT, cujos estatutos defendiam que a atuação estatal fosse apenas suplementar. Talvez seja por esse motivo que Fernando Ernesto, no seu citado livro de memórias descreveu a atuação de Mendes Ribeiro, no começo da Constituinte, como equivocada[774].

Após o comentário aparentemente discordante, Mendes Ribeiro relembrou uma intervenção de Fernando Sant'Anna na Subcomissão, questionando a centralização da produção de conteúdo televisivo no eixo Rio-São Paulo. Ribeiro pediu para que o conferencista se pronunciasse sobre o tema, afirmando estar ciente de "uma contribuição muito grande dada por redes regionais ou por emissoras regionais com capacidade para tanto"[775].

Aparentemente, a pergunta oferecia a Mendes Ribeiro a oportunidade de expor suas próprias ideias, ao mesmo tempo permitindo que a ABERT defendesse sua posição na Constituinte. Figura próxima do expositor, tendo trabalhado com este por muito tempo para o grupo RBS, que teria impulsionado sua candidatura, Mendes Ribeiro conhecia muito bem a opinião da ABERT sobre as programações locais e regionais. Ao levantar o tema, ele dava ao expositor mais alguns minutos para concluir sua posição, em um tema pouco desgastante.

Em resposta, Fernando Ernesto usou a RBS TV, da qual fazia parte, como exemplo para negar que houvesse qualquer asfixia às programações locais e regionais. Segundo ele, existia liberdade para apresentação dos programas

> locais, programas estaduais, para apresentar os nossos programas de notícia, de informação, programas de música folclórica do Rio Grande – e o folclore no Rio Grande, graças a Deus, e o nativismo, é muito importante. Nós temos esse direito, nós fazemos isso, a Bandeirantes faz isso, a Manchete faz isso, em Porto Alegre, o SBT também faz isso, quer dizer, não há alienação da cultura regional. O que há, isto sim,

[773] Ibid.
[774] Conforme trecho destacado do livro "Mendes Ribeiro, no começo, teve uma atuação equivocada. Ele achava que o fato de ter tido mais de 300 mil votos era muito importante. Não compreendeu que Brasília é um mundo à parte". In PINHEIRO, 2021, op. cit., p. 29.
[775] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 80.

> é a complementariedade de uma programação básica, fundamental, caríssima, de alta qualidade, gerada por um centro produtor que, no caso, é TV Globo, a Bandeirantes, a Manchete e o SBT[776].

O representante da ABERT também mencionou que, na RBS, existiam quatro níveis de participação no processo produtivo

> o nacional/internacional, que vem pela Rede Globo; do Estado, estadual, que cobre todo o Rio Grande do Sul, produzido e gerado pela TV Gaúcha de Porto Alegre; temos o Regional, gerado e produzido por emissoras localizadas no interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. No caso do Rio Grande do Sul, temos 9 estações ligadas à RBS, que operam no interior do Rio Grande do Sul, como geradoras, e ainda temos em 4 níveis, que é o nível daquelas cidades pequenas que são ligadas a uma geradora regional e que, através dela, pode apresentar suas manifestações de cultura e também as suas informações. O sujeito de Bossoroca, no interior do Rio Grande do Sul, não fica sabendo só o que acontece no Rio de Janeiro, nem só o que a Rede Globo transmite, ele fica sabendo o que acontece no Rio de Janeiro, em Nova Iorque, em Paris, mas ele fica sabendo o que acontece também em Porto Alegre, o que acontece em Cruz Alta, que é a cidade de pólo da sua região, bem como o que acontece na sua cidade, que é Bossoroca.[777]

Ao final da resposta, o representante da ABERT questionou onde estaria o "asfixiamento"[778] da produção regional, respondendo prontamente que tal problema não existia.

Chama a atenção que a resposta de Fernando Ernesto aparentemente apenas contornava a questão principal levantada por Fernando Sant'Anna. A maior parte de sua argumentação parecia referir-se a telejornais e a programas possivelmente não diários na televisão, sem abordar o exato tempo que a programação local/regional ocuparia nas transmissões diárias ou mensais - justamente o ponto da crítica de Sant'Anna. A programação local defendida pelos grupos de esquerda parecia ser mais abrangente do que a apresentada pela ABERT, não se limitando a jornais locais de poucos minutos por dia ou a um programa semanal.

Essa situação foi reparada pelo Constituinte Paulo Marques em trecho posterior do debate. Marques, que afirmara ter chegado justamente enquanto Fernando Ernesto respondia à pergunta de Mendes Ribeiro, usou como exemplo a sua cidade natal, Exu, em Pernambuco, para destacar que a população ali conhecia mais sobre a cultura de Ipanema, no Rio de Janeiro, do que sobre a própria cultura local. Em nenhuma das emissoras locais no citado município, "afora esse pequeno espaço (...) da informação, do jornalismo", haveria espaço para programação local. Essa realidade, segundo ele, era observável em outras partes do país, como Brasília, onde a "filiada da Rede Globo (...)" não teria "nenhum programa que se possa dizer aberto à valorização da cultura local"[779].

---

[776] Ibid., p. 80.
[777] Ibid.
[778] Essa foi a palavra empregada pelo expositor na fala. Ibid.
[779] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 80.

Na resposta, o representante da ABERT reiterou seus comentários anteriores, mencionando programas regionais criados na RBS e posteriormente incorporados à programação da própria Rede Globo. Ele expressou a preocupação da ABERT com a possibilidade de serem impostos "limites e percentuais de programação local e regional", o que, em sua opinião, seria "desastroso para a televisão brasileira", pois não haveria parâmetros claros para definir esses limites[780]. Assim, a meta da ABERT era evitar que a constituição estipulasse um tempo mínimo para programação local nas emissoras.

As distintas capacidades econômicas das regiões do país eram empregadas como argumento pela ABERT para fundamentar o raciocínio:

> Nós somos um País-Continente, em que 90% das verbas de publicidade estão concentradas em cinco mercados: Rio, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e Porto Alegre. Os outros 10% atendem a 21 Unidades da Federação. Então, será que aquilo que é viável para a RBS, em Porto Alegre, que é o terceiro mercado brasileiro, é viável para o Piauí? Será que a televisão do Piauí tem condições econômicas de produzir seis por cento de programação local e regional, como a TV Gaúcha pode?[781]

Ao levantar essas questões, um dado importante emergiu no debate: apenas 6% da programação da RBS teria caráter regional. Mesmo em uma das emissoras que provavelmente mais produziam conteúdo regional, tal fatia não chegava a 10% do que era apresentado diariamente.

Ainda houve oportunidade para o conferencista defender que não se deveria chegar ao extremo de impedir completamente que a "cultura de Ipanema" alcançasse as diversas regiões do país. Segundo a ABERT, só a cultura de Ipanema poderia ser transmitida amplamente, porque, naquele momento, a programação estava

> qualificada através do centro de produção no Rio e São Paulo. É lá que vivem os grandes autores de novela, os autores de teatro, os artistas que não estão morando no Rio e São Paulo, apenas para fazer televisão. A televisão é uma parte da sua atividade profissional. Eles vão para o Rio e São Paulo porque lá têm teatros mais desenvolvidos; vão para o Rio e São Paulo porque têm cinemas mais desenvolvidos[782].

Diante desse último argumento, Paulo Marques afirmou que o processo migratório seria decorrência da falta de "espaço nos locais onde estão"[783]. A ABERT, no entanto, não respondeu diretamente à afirmação, limitando-se a observar que a questão exigiria uma discussão sobre viabilidade econômica[784].

---

[780] Ibid.
[781] Ibid.
[782] Ibid.
[783] Ibid., p. 76. p. 84.
[784] De modo implícito, o expositor da ABERT dava a entender que as emissoras locais não teriam condições de arcar com a contração de artistas e autores renomados, tendo citado a impossibilidade da contratação de um Dias

A questão da produção local foi retomada por Fausto Rocha, que, antes de formular sua pergunta à ABERT, disse que algumas emissoras, como a Globo, já estariam se esforçando para incluir temas regionais, com autores dessas regiões e com sotaques característicos[785]. Para o parlamentar, esse aspecto não poderia ser ignorado. Nota-se certo alinhamento de sua posição com a do setor empresarial nesse ponto.

Para os defensores da regionalização da produção, como Paulo Marques e os membros de partidos à esquerda, a ocasional imitação de sotaque ou a escolha esporádica de tramas com temas regionais e diretores locais não resolvia o problema. A ABERT parecia sugerir que já havia programação local suficiente, numa possível tentativa de satisfazer os constituintes e demonstrar que o trabalho das emissoras seria adequado. Era natural que a ponderação de aspectos econômicos e a escolha de opções mais lucrativas viessem do representante da associação empresarial.

Na subcomissão, a principal diferença entre as duas visões sobre a regionalização da programação na Constituinte - a da ABERT e a dos políticos mais ligados à esquerda - era que o segundo grupo via a regionalização como uma forma de estimular a produção local para promover e valorizar a cultura das diferentes regiões do país, buscando também desenvolver economicamente esses locais. Na subcomissão, a principal diferença entre as duas visões sobre a regionalização da programação - a da ABERT e a dos políticos mais à esquerda - era que o segundo grupo via a regionalização como uma forma de estimular a produção local para promover e valorizar a cultura das diferentes regiões do país, buscando também desenvolver economicamente esses locais. Em contraste, a ABERT argumentava que a abertura a programas locais não poderia ignorar a audiência ou comprometer a lucratividade para os empresários - lucratividade que se ampliava com economias de escala e concentração da produção em poucas metrópoles. Os programas locais mencionados pelo representante da ABERT, como atrações regionais no Rio Grande do Sul e telejornais com conteúdo local, eram formatos que, naturalmente, já despertavam interesse do público local, sendo opções alinhadas aos interesses comerciais dos donos das emissoras.

Gomes pela RBS para realizar alguma novela. Na sequência, há uma fala um pouco ambígua e que transmite a ideia de que a manutenção do sotaque regional por alguns artistas também serviria para demonstrar que não haveria asfixia à cultura local: "(..) Dias Gomes fazer uma novela na TV Gaúcha... quer dizer, não há viabilidade econômica. Além de dizer que o Dias Gomes é baiano, que o Chico Anísio é cearense, que o Renato Aragão e cearense e continuam com o seu linguajar nordestino. Quer dizer, eu não acho que haja essa asfixia e dou como exemplo concreto o da televisão e seu ator." ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 84.

[785] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 84

Aqui o principal receio da ABERT era, pois, a possível imposição de limites e percentuais mínimos de programação local e regional, o que a Associação considerava desastroso[786]. Outro aspecto importante, embora não mencionado pela ABERT, é que a regionalização da programação poderia enfraquecer a concentração de poder exercida por algumas redes de TV no país. Deslocar a produção para os estados poderia reduzir a dependência das emissoras locais em relação às grandes redes, fragmentando o poder de decisão dos grandes empresários e limitando seu alcance e influência política.

Mais um tema que ganhou destaque no debate foi o Conselho Nacional de Comunicações. Olívio Dutra comentou o debate do dia anterior, de que haviam participado a FENAJ e representantes da ANJ e ANER, observando que apenas a posição dos empresários havia sido publicada nos jornais daquela manhã. Essa observação surgiu quando Dutra tratava da liberdade de imprensa, talvez em resposta a Mendes Ribeiro, enfatizando que não se deviam confundir liberdade de imprensa e liberdade empresarial: "liberdade de imprensa não é exclusivamente a liberdade de quem detém os meios de comunicação. É também a liberdade e o direito de quem recebe a informação de retorno"[787].

Aparentemente por razões de tempo, apenas uma das perguntas feitas por Dutra foi respondida pela ABERT, a referente ao Conselho de Telecomunicações proposto pela FENAJ e apoiado por Dutra. A ABERT expressou claramente sua desconfiança em relação ao Conselho, afirmando que não o via como uma ferramenta eficaz para consagrar a participação da sociedade na radiodifusão. O argumento principal era que se trataria de um grupo restrito, composto por poucas instituições, o que dificultaria a representação de todos os setores sociais. A ABERT propôs, como alternativa, que o Congresso Nacional tivesse a função de opinar sobre as concessões, pois isso, na visão da associação, seria um melhor meio de ouvir a voz da sociedade. Vale notar que a ABERT limitou sua resposta ao aspecto das concessões, evitando qualquer comentário sobre a função fiscalizadora do Conselho quanto à programação[788].

Outra opinião sobre o Conselho foi exposta pelo representante da ABERT ao responder uma pergunta de Antonio Britto. Dessa vez, ele afirmou ter "muito medo deste Conselho, porque ele vai ser apenas uma ampliação de instrumentos de pressão" e não um legítimo representante da sociedade[789].

---

[786] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 84.
[787] Ibid., p. 84.
[788] Ibid.
[789] Ibid.

O debate ainda foi longo, Angêlo Magalhães, como já havia feito antes, afirmou que seria melhor elaborar um código novo para a radiodifusão ou melhorar o já existente - a despeito de não ser a Constituinte incumbida de modicar o CTB. Ele também afirmou que o bom desempenho de uma emissora incentivaria outras a se esforçarem. Essa declaração abriu espaço para que o representante da ABERT defendesse um modelo de mercado para o setor, afirmando que o mercado era o grande regulador de forças na economia. Ele considerou que seria um absurdo "se se procurasse nivelar por baixo prejudicando aqueles que momentaneamente, conjunturalmente e não eternamente – porque não há monopólio – tenham liderança de audiência, liderança de participação no bolo publicitário"[790].

Arolde de Oliveira, presidente da Subcomissão, já havia abordado a relação entre mercado e concentração do monopólio na mesma audiência, afirmando ao expositor da ABERT que acreditava haver pluralidade no setor de radiodifusão no Brasil. Indo além, declarou que, enquanto o país mantivesse um modelo de livre iniciativa capitalista, ainda que precisando de ajustes em algumas áreas, sempre haveria "empresários bem-sucedidos" e "empresários malsucedidos"[791].

Carlos Alberto Caó, por sua vez, abordou a questão da economia sob um prisma distinto - a propriedade cruzada dos meios de comunicação. Ele expressou ceticismo quanto à democratização espontânea por meio de avanços tecnológicos, afirmando que, embora a tecnologia tivesse múltiplos usos sociais, também poderia servir a propósitos políticos: "ela tanto pode ser utilizada para reforçar o novo padrão de desenvolvimento mais equitativo, como também para reforçar o Estado autoritário"[792].

Na sequência, Caó destacou que, em qualquer país mais desenvolvido, já havia limites para a "concentração da propriedade dos meios de comunicação de massa, dos grandes segmentos, imprensa escrita, rádio e televisão, em mãos de um mesmo grupo econômico"[793]. A seu ver, quando essa concentração ocorresse em escala nacional, o grupo econômico deixava de se preocupar "apenas com as suas finalidades aparentemente educativas e culturais, e até mesmo com suas finalidades econômicas, para se transformar num elemento gerador de poder político"[794].

Caó perguntou a opinião da ABERT a respeito do modelo ideal de comunicação de massa em um estado democrático de direito e o papel dos sistemas público e privado. Ele

[790] Ibid. 84.
[791] Ibid. p. 81.
[792] Ibid. p. 87.
[793] Ibid. p. 87.
[794] Ibid.

enfatizou que, ao falar de sistema público, não se referia apenas a rádios e TVs estatais, pois defendia um Estado mínimo e a "presença máxima da sociedade"[795]. Esse posicionamento, em sua opinião, seria "um postulado tão liberal quanto aqueles que foram enunciados"[796] no texto da ABERT.

Em sua resposta, o expositor da ABERT defendeu o modelo vigente no país, aproveitando para afirmar que a livre iniciativa operava um serviço sustentado pela propaganda, reflexo de um "liberalismo do moderno do laissez-faire"[797]. Para ele, essa era a "melhor forma sustentar uma atividade econômica"[798]: através de "publicidade e propaganda"[799], porque supostamente era a forma "mais democrática" e não colocaria as empresas "sob nenhum tipo de censura e nem sob um tipo de pressão"[800].

Esse posicionamento de Ernesto alinhava-se ao que havia sido apresentado no dia anterior pela ANJ na mesma Subcomissão. Ernesto também afirmou que a ABERT era contrária à reserva de mercado e que seu ponto de vista era compatível com o de Caó - embora, na prática, ambos parecessem defender ideias distintas[801].

A pauta dos costumes também surgiu no debate, trazida por Fausto Rocha. Ele declarou seu apoio à autorregulamentação dos meios de comunicação e solicitou que a ABERT tomasse providências em relação a programas "pornográficos, de pornochanchada, transmitidos pela televisão brasileira", que, segundo ele, estariam entrando "inadvertidamente na casa de todas as pessoas" sem controle. Rocha destacou que era evangélico, indicando que essa preocupação era comum entre outros membros da religião[802].

Nem tudo foi tranquilo na audiência pública com a ABERT; a animosidade entre alguns parlamentares se fez evidente. Joaci Góes interpelou o expositor sobre denúncias que circulavam a respeito dos processos de concessão de emissoras de rádio e televisão. O parlamentar baiano trouxe à tona acusações de que o Ministro das Comunicações teria favorecido Roberto Marinho, facilitando sua aquisição do controle da NEC do Brasil. Segundo Góes, como forma de pagamento, o ministro teria recebido o direito de retransmitir a programação da Rede Globo na Bahia. Esses fatos teriam motivado o Congresso a instaurar

[795] Ibid.
[796] Ibid.
[797] Ibid. p., 87.
[798] Ibid.
[799] Ibid.
[800] Ibid.
[801] Ibid.
[802] Ibid.

Comissões Parlamentares de Inquérito para investigar o caso. Ao final de sua fala, Góes questionou o expositor sobre a posição da ABERT a respeito[803].

O tema era particularmente delicado para o representante da ABERT. Sendo parte de uma emissora afiliada à Rede Globo em Porto Alegre, Ernesto se via diante de um problema em andamento, que colocava a Globo no centro da questão e envolvia também o Ministro das Comunicações, desafeto de Joaci Góes.

Além disso, a situação afetava diretamente três afiliadas da ABERT: Rede Globo, TV-Aratu e TV-Bahia. Como esperado, a resposta foi protocolar: Ernesto afirmou que a ABERT cuidava apenas do relacionamento institucional das emissoras, não de seu relacionamento com o poder concedente. Quanto à disputa entre as três afiliadas, disse que nenhuma delas havia recorrido à ABERT para resolver o conflito[804].

A pergunta, todavia, causou polêmica na subcomissão. Ângelo Magalhães, irmão do ministro Antônio Carlos Magalhães, mencionado por Góes, levantou questão de ordem. Disse que seu irmão compareceria à Câmara e botaria "a muda"[805] tal denúncia, alegando possuir documentos que provariam que as acusações eram, na verdade, calúnias. Ângelo, como em outras ocasiões, usou boa parte de suas falas para defender ACM, sempre que surgiam críticas ao irmão.

Chama atenção que o episódio não foi aproveitado pela ABERT para defender a tese de que o Judiciário deveria intervir no processo de cassação de concessões, como forma de evitar possíveis arbitrariedades. Por fim, após uma breve fala de Pompeu de Souza, em nome da ABI, que não enviara seu representante, a sessão foi finalizada às 12h40.

4.2.5 – Reunião Extraordinária 29/04/1987 – Ministro das Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Instituto de Pesquisa Espaciais (INPE). INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia; e Secretaria Especial de Informática (SEI)

Na noite de 29/04/1987, ocorreu uma reunião extraordinária da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, com a presença de autoridades ligadas ao setor, incluindo representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Crodowaldo[806] Pavan, e da FINEP, Fábio Celso Guimarães.

---

[803] Ibid. p. 85.
[804] Ibid., p. 85.
[805] Ibid. p. 86.
[806] A grafia do nome é indicada dessa forma mesmo.

O representante do CNPq elogiou a gestão do Presidente José Sarney e do Ministro de Ciência e Tecnologia, afirmando que ambos defendiam um espaço estratégico nacional, apesar das "pressões estrangeiras contra a Lei de Informática[807]". O ponto merece destaque, pois sugeria que, além da pressão dos veículos de comunicação social, a Subcomissão poderia estar sujeita ao lobby da indústria tecnológica estrangeira. A "reserva de mercado" para o setor de tecnologia havia sido destacada por Arolde de Oliveira como um dos "temas quentes" da subcomissão.

Pavan também sublinhou a importância da formação de recursos humanos para o desenvolvimento da indústria e da tecnologia nacionais, usando o setor de informática como exemplo. Enfatizava que a tecnologia tinha "um selo histórico do segredo" e que não se poderia "esperar que outros povos" revelassem "os conhecimentos que contribuem para a sua prosperidade". Ele reforçou que a ciência era universal e que a ida de pesquisadores brasileiros ao exterior poderia ser uma oportunidade para "saltar etapas e realizar os 50 anos em 5, como queria nosso saudoso Presidente Juscelino Kubitschek"[808]. A mensagem era clara: somente com investimento em pesquisa o país conseguiria se desenvolver tecnologicamente. Pavan contrapunha-se aos inimigos da reserva de mercado e aos defensores dos joint ventures. Mais adiante, destacou que o controle do mercado interno seria essencial para promover o desenvolvimento tecnológico próprio.

Os efeitos econômicos da dependência tecnológica também foram destacados pelo representante do CNPq, que enfatizou a vulnerabilidade do país frente à economia mundial, ressaltando que mais de 80% dos fármacos utilizados em território nacional eram importados. Segundo ele, seria desejável que a Constituição estabelecesse como "dever do Estado a promoção da competência científica e tecnológica, reconhecendo o papel vital da pesquisa para o desenvolvimento econômico e social e para a soberania do país"[809].

Em seguida, o representante da FINEP, Fábio Celso Guimarães, explicou aos constituintes a função dela no financiamento da pesquisa. Destacou que entre 1979 e 1984 ocorrera uma redução substancial das receitas do órgão, que operava com apenas 30% dos recursos anteriormente recebidos. Alinhado a Pavan, Guimarães enfatizou o interesse da FINEP em investimentos que dessem autonomia tecnológica ao país, visando não apenas ao acesso, mas o conhecimento necessário para desenvolver essa tecnologia localmente.

---

[807] PAVAN, Crodowaldo. Assembleia Nacional Constituinte - Reunião Extraordinária Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional, Brasília-DF, 1987, p. 88.
[808] Ibid.
[809] Ibid.

A palavra foi então passada a Marcus Antônio Raupp, representante do INPE, que descreveu o sistema de monitoramento brasileiro via satélites, destacando que a produção desses equipamentos ainda não era nacional.

Seguindo o mesmo tom, Hebert Otto Roger Shubart, representando o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e o Roberto Krahe, pelo Instituto Nacional de Tecnologia, enfatizaram o papel dessas instituições na pesquisa nacional. Shubart destacou a defasagem de pessoal e investimentos no INPA desde 1979, um problema que já começava a ser superado. Quanto a Krahe, frisou a necessidade do domínio da tecnologia leve no Brasil, com investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos materiais.

O último expositor do dia foi o Comandante José Ezil Veiga, da Secretaria Especial de Informática (SEI), órgão também vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Apresentou a legislação sobre a reserva de mercado de informática, notadamente, as Leis n. 7.232 e 7.463/86. Além de destacar as vantagens dessa legislação, Veiga enfatizou que as pesquisas não deveriam focar exclusivamente nos aspectos acadêmicos, mas também incluir parcerias com empresas.

Um ponto interessante levantado por Veiga foi o faturamento da indústria nacional de informática em 1986, que alcançou cerca de 1,5 bilhão de dólares, comparado a 1,4 bilhão de dólares de empresas estrangeiras no mesmo setor, no Brasil. Apesar do faturamento nacional ter sido maior, o número de empresas envolvidas chama atenção: 279 brasileiras contra apenas 31 estrangeiras. Embora Veiga não tenha dado ênfase a esse ponto, esses dados indicam que, proporcionalmente, o faturamento das empresas estrangeiras era significativamente superior ao das nacionais.

Ezil Veiga destacou a importância de considerar o mercado interno de serviços de informática patrimônio nacional. Na sua opinião, o governo deveria evitar "compromissos internacionais bilaterais que" pudessem comprometer a "capacitação autônoma do País, em ciência e tecnologia"[810].

Após a exposição, debateram-se as visitas que a Subcomissão planejava realizar a alguns estados e órgãos estatais. Em seguida, os constituintes fizeram questionamentos, direcionados não aos expositores, mas ao Ministro de Ciência e Tecnologia, que estava presente. O principal

[810] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Reunião Extraordinária Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional, Brasília-DF, 1987, p. 93.

tema de discussão foi o mercado interno. Cristina Tavares, Koyu Iha, Olívio Dutra, Pompeu de Sousa e Fausto Rocha abordaram a reserva de mercado[811].

Cristina, Koyu, Dutra e Pompeu de Sousa expressaram apoio à reserva de mercado, enquanto Fausto Rocha questionou como evitar que o país ficasse exclusivamente dependente de seu mercado interno, o que poderia prejudicar a competitividade dos produtos nacionais em relação aos estrangeiros[812].

Dutra acrescentou uma questão sobre os trabalhadores, perguntando como garantir que o avanço tecnológico não substituísse o ser humano por máquinas. Pompeu de Sousaquis saber se o Ministro acreditava que a nova Constituição deveria incluir mecanismos para assegurar o mercado interno. Fausto Rocha, além de sua preocupação com a competitividade, também questionou sobre a autonomia do pesquisador e do CNPq em relação ao ente pagador, enfatizando a importância de manter sua independência.

As respostas do Ministro foram todas direcionadas a reforçar a importância da reserva de mercado. Archer destacou que, embora alguns países defendessem a liberdade comercial, na prática adotavam medidas internas que limitavam essa liberdade. Como exemplo, ele citou os Estados Unidos, que já haviam adotado práticas semelhantes à reserva de mercado no passado e, naquele momento, enquanto proclamavam "ao mundo inteiro a necessidade da liberdade de comércio e o livre acesso ao mercado dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos," haviam recentemente impedido a aquisição de uma empresa de semicondutores por um grupo japonês. O Japão também foi mencionado, pois, apesar de afirmar que o desenvolvimento requer investimentos estrangeiros, nunca permitiu a entrada de capital estrangeiro em empresas estratégicas, segundo o Ministro.

A fala de Archer indicava uma orientação para que certos setores estratégicos da economia nacional fossem protegidos, com o objetivo de que seus produtos fossem desenvolvidos e produzidos no Brasil, como ocorria no Primeiro Mundo.

4.2.6 – 10ª Reunião Ordinária da Subcomissão: Audiência Pública com Associação Brasileira dos Comunicadores Cristãos; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; e Ordem dos Ministros Evangélicos.

"O padre na televisão diz que é contra a legalização do aborto e a favor da pena de morte", eis um trecho da canção "Vamo Comer", de Caetano Veloso, lançada em setembro de

[811] Ibid.
[812] Ibid.

1987[813]. A música abordava o contexto da Constituinte - incluindo os embates do PT com a UDR no Congresso Nacional - e evidenciava as pressões religiosas em torno de determinadas bandeiras e pautas, como o aborto[814] e os costumes.

Na décima reunião ordinária da Subcomissão, setores religiosos (na prática apenas cristãos) da sociedade civil foram ouvidos em audiência pública. Embora o convite tenha sido dirigido a três instituições, apenas representantes da Associação Brasileira dos Comunicadores Cristãos, na pessoa do Reverendo Guilhermino Cunha (Igreja Presbiteriana), e da Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, pelo Pastor Nilson Amaral Fanini (Igreja Batista), compareceram. Estava prevista também a presença de um representante da CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, mas este não compareceu.

Arolde de Oliveira ressaltou que os convidados representavam entidades que utilizavam meios de comunicação para a sua atuação religiosa. Ele também informou a presença de Artur da Távola, relator da Comissão maior, da qual a Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação fazia parte.

Embora fosse natural que diferentes segmentos da sociedade fossem ouvidos na elaboração da Constituição, a composição dos expositores revelou uma certa preferência por religiões de matriz cristã. Além disso, a dedicação de uma audiência pública exclusivamente a segmentos religiosos mostrava a influência que esses grupos exerciam no Congresso, bem como a importância que as pautas e demandas das igrejas tinham no cenário nacional da época[815].

A realização dessa audiência pública poderia servir ao propósito das lideranças religiosas especialmente no sentido de naturalizar e consolidar a sua presença na radiodifusão. Não restam dúvidas de que a Constituinte de 1987/1988, se assim desejasse, poderia reformular completamente as normas que regulavam os serviços públicos no país. A eventual ausência de grupos religiosos nas discussões da subcomissão e na audiência pública poderia direcionar o debate para questionamentos sobre a pertinência ou não das concessões de canais de rádio e televisão a representantes das igrejas. Ao se fazerem presentes, líderes religiosos pareciam

[813] VAMO" Comer. Intérprete: Caetano Veloso e Luiz Melodia. *In:* CAETANO. Intérprete: Caetano Veloso. *[S. l.]:* Polygram/Philips, 1987.
[814] Nesse sentido ver MELO, Sydnei. Evangélicos e Aborto na Constituinte (1987-1988). Revista Religião e Sociedade, n. 42, Número 1, janeiro de 2022.
[815] Ver as reflexões de Vinicius Wohnrath acerca da naturalização da presença de membros da Igreja Católica no tabuleiro político da Constituinte. Embora o autor tenha falado apenas da Igreja Católica, tal naturalização pode se estender às demais religiões de matriz cristã. WOHNRATH, Vinicius Parolin. Duas dinâmicas, dois resultados: a Igreja Católica na Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988. In *Pro-Posições*, Campinas, v. 28, n. 3, p. 242-267, 2017. Dossiê: Empreendimentos sociais, elite eclesiástica e congregações religiosas no Brasil República: a arte de "formar bons cidadãos e bons cristãos".

transmitir a mensagem de que a atuação desse segmento nos meios de comunicação já era uma realidade consolidada e socialmente aceita.

Assim, a audiência pública cumpria um papel que ia além de pautar debates sobre comunicação social em torno de valores religiosos; ela talvez servisse para demarcar e consolidar um espaço para esses grupos nos meios de comunicação nacionais.

A pauta do dia também sinalizava uma possível atuação da bancada evangélica da Constituinte[816]. Ele já tinha um representante na presidência da Subcomissão. A presença de um grupo explicitamente evangélico, atuando de forma conjunta para determinados objetivos, era uma estratégia política incipiente em 1987, o que chamou a atenção dos jornais[817] da época. A novidade maior não residia na candidatura e na participação de "crentes" na política - prática, inclusive, evitada por igrejas protestantes no país durante muitos anos[818] -, mas no número significativamente elevado de pessoas no grupo, 34[819], e na atuação em bloco na defesa dos valores das igrejas a que pertenciam. Entre suas causas, destacavam-se a vedação ao aborto, o combate ao feminismo e à homossexualidade[820].

A aproximação de protestantes à política nacional já foi mapeada em diversos trabalhos acadêmicos (especialmente na Sociologia), que indicam até mesmo o acesso destes a alguns cargos públicos já durante o regime militar. Esses espaços foram ocupados após o afastamento e oposição ao regime da Igreja Católica, principalmente através da CNBB[821]. O caminho para

---

[816] Conforme Freston, os protestantes eram o "único grupo religioso na Constituinte", porquanto estes seriam os únicos que colocavam a ênfase pública nas suas origens religiosas da ação política e se declaravam representantes de "suas confissões". Outros grupos religiosos não se diziam presentes para defender o interesse apenas de suas igrejas. FRESTON, Paul Charles. Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Campinas. Campinas, SP, 03/12/1993, p. 245

[817] Antônio Flávio Pierucci, em texto publicado em 1989, trazia uma série de artigos de jornais destacando a novidade do fenômeno do ingresso de evangélicos na política. Os evangélicos da Constituinte mais que triplicaram em número, quando comparados aos presentes no Congresso em 1982, e teriam sido eleitos após campanhas nas próprias igrejas, com o slogan "irmão vota em irmão". PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: A bancada evangélica na Constituinte. In ANPOCS. Ciências Sociais Hoje, 1989. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989, p. 104-132, esp. p. 108-109.

[818] Conforme FRESTON, Paul Charles. Evangélicos na Política Brasileira: História ambígua e desafio ético. Curitiba/PR: Encontrão Editora, 1994, p. 10.

[819] Para se ter uma ideia, foram só 12 os políticos evangélicos que compuseram a legislatura de 1983-1987, somando-se Senado e Câmara dos Deputados. Se forem considerados também os suplentes que assumiram o cargo, o número sobe para 17 (dezessete), ainda assim, muito abaixo do obtido na Constituinte. Nesse sentido ver FRESTON, Paul Charles. Evangélicos na Política Brasileira: História ambígua e desafio ético. Curitiba/PR: Encontrão Editora, 1994, p. 29.

[820] PIERUCCI, 1989, op. cit., p. 119-121.

[821] Entre os comunicados da CNBB, há um em que a instituição afirma que o regime militar foi um grande erro e confirma a adesão inicial de parte dos membros da Igreja Católica, (ver CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). CNBB Divulga Declaração Sobre os 50 Anos do Golpe Civil-Militar. Disponível em < https://www.cnbb.org.br/declaracao-por-tempos-novos-com-liberdade-e-democracia/>. Acesso em 30 mai. 2023). Além disso, houve perseguição a alguns religiosos católicos em virtude da oposição ao regime militar. (BETTO, Frei. Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Editora Rocco Digital

a política dos evangélicos andou lado a lado com a ascensão pentecostal, em especial da Assembleia de Deus, e o declínio das chamadas protestantes históricas, como os presbiterianos, luteranos e batistas[822].

O "expressivo" número de representantes evangélicos na Constituinte não foi obra do acaso ou um milagre de Deus, mas resultado de uma estratégia bem-sucedida dessas igrejas – com destaque para as pentecostais. Elas não só indicaram candidatos oficialmente, como também passaram a realizar campanhas para obtenção de votos de seus fiéis[823].

Ao todo, o bloco evangélico na Constituinte contava com 34 membros. O PMDB, maior partido da época, abrigava a maioria dos representantes evangélicos, 16, seguido pelo PFL, com 9, PDT, com 4, PT, com 2, PTB, com 2 e PDC com 1. O grupo incluía pessoas com passagens por diversos partidos antes da Constituinte; a maioria, porém, tinha sido parte do MDB ou PMDB[824]. Além disso, pelo menos 10 dos evangélicos haviam integrado a ARENA, dos quais 6 estavam então no PFL.

As filiações religiosas do grupo eram variadas: 14 pertenciam à Assembleia de Deus (pentecostal); 8 à Igreja Batista (protestante histórica); 4 à Igreja Presbiteriana (protestante históricas); e 8 a outras igrejas, incluindo a Universal do Reino de Deus, a Igreja do Evangelho Quadrangular e Adventista. Nota-se o predomínio de pentecostais, encabeçados pela Assembleia de Deus, que, à época, já superavam os protestantes históricos em número de fiéis.

(epub), 2013). Na obra, além de abordar o contexto a morte de Carlos Marighella, o autor detalha prisão e tortura de frades dominicanos, que auxiliavam Marighella e a ALN, durante a ditadura militar. Dentre tais frades, estava Frei Tito de Alencar Lima, o qual foi preso, torturado entre 1969 e 1970, exilado e cometeu suicídio na França, em 1973.

[822] Uma diferenciação mais detalhada entre protestantes históricos e pentecostais pode ser encontrada na obra de Paul Charles Freston. Segundo Freston: "Denominações históricas: 1) Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) – 1823. 2) Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) – 1859. 3) Igreja Metodista do Brasil – 1867. 4) Convenção Batista Brasileira (CBB) – 1882. 5) Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPI) – 1903. Denominações Pentecostais: 6) Congregação Cristã no Brasil (CC) – 1910. 7) Assembleia de Deus (AD) – 1911. 8) Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) – 1951. 9) Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo (BPC) – 1955. 10) Igreja Pentecostal Deus é Amor (IPDA) – 1962. 11) Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) – 1977." FRESTON, Paul Charles. Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Campinas. Campinas, SP, 03/12/1993, p. 41.

[823] Paul Freston afirma que a mobilização maior ficou por conta da Assembleia de Deus, a qual, a partir de 1985, em uma convenção anual realizada em Anápolis/GO, exprimiu o plano para que cada estado tivesse um representante da igreja entre os eleitos. A mobilização, contudo, não seria apenas para a eleição dos membros da Assembleia de Deus, mas de evangélicos de um modo geral. Freston destaca que "a maioria das Convenções Estaduais escolheu um candidato oficial a Deputado Federal e, às vezes, a senador ou deputado estadual. Em alguns Estados houve eleições prévias. Em aproximadamente 18 Estados houve oficialização de candidatos, sendo que em 14 escolheram-se membros da AD [Assembleia de Deus] e em 4, membros de outras igrejas. Desses dezoito, 14 se elegeram e um suplente assumiu uma cadeira após o término da Constituinte". FRESTON, 1994, op. cit., p. 43.

[824] Fizemos consulta nos bancos de dados da própria Câmara dos Deputados e no CPDOC para verificar a filiação política pretérita. Dentre os pesquisados, não foi possível obter informações a respeito de Gidel Dantas (PMDB/CE) e Orlando Pacheco (PFL/SC).

Contudo, no início de 1987, esse crescimento numérico ainda não havia se traduzido em pleno reconhecimento político ou social, e os pentecostais conviviam com certo estigma, amplificado pelos meios de comunicação, sobretudo pela imprensa[825].

Segundo Paul Freston, o próprio ingresso na política poderia ser visto como uma tentativa dos pentecostais de superar esse estigma e conquistar o mesmo respeito conferido a líderes de outras igrejas[826]. Na Constituinte, a Assembleia de Deus manteve sua hegemonia entre os evangélicos, com Gidel Dantas, membro da congregação, sendo apontado pela imprensa como líder do grupo evangélico.

Considerando a ideologia política e a estratégia para o país, os evangélicos na Constituinte tendiam a alinhar-se à "direita". A maioria deles, de fato, possuía uma postura conservadora que, segundo alguns pesquisadores como Flávio Pierucci, não se restringia ao "conservadorismo sócio-cultural-comportamental", abarcando também a "conservação da ordem sócio-econômica"[827]. No entanto, essa explicação pode não capturar todas as nuances do grupo, pois, embora formassem um bloco, as correntes religiosas dos integrantes eram diversas.

Paul Freston, por exemplo, diferencia os protestantes históricos (em especial os batistas) dos pentecostais, posicionando o primeiro grupo mais à direita, em comparação com a ala pentecostal. Freston observa que o posicionamento dos protestantes históricos derivava de sua defesa de valores liberais, como a "privatização da economia" e a busca pela "prosperidade". Já entre os pentecostais, o conservadorismo tinha outra raiz. Freston sugere que os "pentecostais na ANC não foram uma 'direita ideológica', mas sim, um 'centro fisiológico'"[828]. Para ele, a maioria dos pentecostais na Constituinte não abraçava o neoliberalismo, mas evitava qualquer "posição anticapitalista" por razões pessoais - pela possibilidade de enriquecimento pessoal[829].

Ainda segundo Freston, esses pentecostais temiam que posições de esquerda pudessem interferir no sistema religioso, onde muitos, especialmente pastores, prosperavam[830]. Assim, ele

---

[825] Conforme Charles Freston, parte das igrejas pentecostais era frequentemente questionada ou ridicularizada publicamente em programas de televisão. Às práticas de cura e as falas "em línguas", também marca registrada dessas correntes, seriam imputadas acusações de charlatanismo. O mesmo autor aborda outros fatores como indicativos desse suposto preconceito. Os cargos mais elevados entre os evangélicos não gozavam do mesmo respeito público que os de outras religiões. Freston demonstra que a imprensa, ao se referir aos Bispos católicos sempre utiliza a grafia em maiúscula, enquanto os evangélicos são grafados como "bispos" em minúsculo. Isso se deve, ainda segundo o mesmo autor, possivelmente às origens sociais dos representantes dessas igrejas, haja vista que os evangélicos pentecostais geralmente vinham de camada social mais baixa economicamente e menos escolarizada. FRESTON, op. cit.

[826] Ibid.

[827] PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: A bancada evangélica na Constituinte. In ANPOCS. Ciências Sociais Hoje, 1989. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989, fls. 104 – 132, p. 117.

[828] FRESTON, 1994, op. cit., p. 80.

[829] Ibid.

[830] Ibid.

argumenta que as razões do posicionamento político seriam pessoais e dissociadas de alguma ideologia, como o liberalismo supostamente presente nas posições dos batistas[831].

Entre os evangélicos, também havia uma pequena ala de "esquerda evangélica", na qual se destacavam "Lysâneas Maciel (PDT/RJ), Benedita da Silva (PT/RJ), Nelson Aguiar (PMDB/ES) e Celso Doutorado (PMDB/BA)[832] – estes teriam deixado o grupo, juntamente com outros 3 (três) membros. Lysâneas Maciel foi um dos críticos mais veementes das ações dos colegas evangélicos, especialmente em resposta a denúncias graves que começaram a circular na imprensa, o que levou o jornal "Mensageiro da Paz" a apelidá-lo de "pseudo-evangélico"[833]. Benedita da Silva também enfrentou represálias públicas de sua igreja, não por denúncias, mas por suas posturas políticas, sob a acusação de colocar as orientações partidárias acima dos valores religiosos[834].

Desde o início dos trabalhos, grande parte dos parlamentares evangélicos se aliou ao Presidente José Sarney, defendendo as posições do Planalto na Constituinte[835]. Sarney, inclusive, é apontado como um dos primeiros incentivadores da formação do bloco, que, caso fosse um partido, teria a quarta maior bancada do Congresso[836]. A emenda que estendeu o mandato de José Sarney para cinco anos foi proposta por Matheus Iensen, deputado do Paraná e membro da Assembleia de Deus, descrito por Paul Freston como um parlamentar de pouca expressão política[837].

---

[831] Ibid. Não é o objetivo do presente trabalho fazer uma análise sociológica profunda dos grupos evangélicos na Constituinte, apenas temos interesse em tentar compreender a atuação desses parlamentares como grupo ou individualmente. A posição de Freston, todavia, parece romantizar a atuação dos evangélicos históricos, como se enxergasse ali um modelo de protestantismo descrito por Max Weber em "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalista". O próprio autor, Freston, traz em suas páginas relatos de supostos fisiologismo de integrantes dessas igrejas (históricas), de modo que a imputação de "centro fisiológico" para os pentecostais apenas parece uma tentativa de tentar rebaixar a atuação do grupo ou desqualificar os seus posicionamentos em detrimento do outro, como se suas intenções fossem piores. Não se pode deixar de observar que, tanto Fausto da Rocha, quanto Arolde de Oliviera, dois dos batistas que Freston afirmou terem recebido benesses em troca de votos, tinham posições financeiras que, em tese, poderiam ser beneficiadas caso as medidas "liberais" fossem levadas adiante. Note-se que a posição defendida pelos históricos, a maioria deles com experiência política anterior, poderia ser mais sofisticada do que a daqueles que, supostamente, pediam às escâncaras alguma contrapartida pelos votos. Isso, contudo, poderia ser explicado pelo fato de já terem experiência política pretérita, de modo que a defesa de teses e modelos que agradasse ao mercado e não demonstraria diretamente eventuais vantagens que se teria ao conservar um modelo econômico que lhes poderia ser favorável. Não afirmamos aqui que tais políticos tenham buscado benefício pessoal na Constituinte, mas, tão somente, que atribuir uma pecha de "centro fisiológico" a parte do grupo enquanto o outro é descrito como uma espécie de "direita ideológica" parece, além de apagar as sutilezas da política, reproduzir alguns preconceitos.

[832] PIERUCCI, op. cit., p. 120.

[833] FRESTON, 1994, op. cit., p. 70.

[834] FRESTON, 1994, op. cit., p. 79.

[835] Ver PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: A bancada evangélica na Constituinte. In ANPOCS. Ciências Sociais Hoje, 1989. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989, p. 104 – 132, FRESTON, 1994, op. cit.

[836] FRESTON, 1994, op. cit., p. 69.

[837] Nos exatos termos de Freston o deputado seria "insignificante da AD". FRESTON, 1994, op. cit., p. 81.

Segundo reportagens da época, esses esforços não teriam sido gratuitos; os políticos e as igrejas às quais eram vinculados supostamente começaram a receber recursos públicos, por meio de doações, cargos e concessões de rádio e televisão. Há indicativo de que alguns parlamentares teriam recebido bens em nome próprio[838][839], inclusive uma concessão de rádio no Paraná, que, originalmente destinada à Igreja Assembleia de Deus, teria sido transferida para um político específico e seus familiares[840].

Além disso, uma entidade vinculada às igrejas evangélicas, a Confederação Evangélica Brasileira (CEB), teria sido reativada durante a Constituinte e recebendo recursos públicos após ser equiparado à CNBB[841]. Às vésperas de votação sobre o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, políticos evangélicos teriam recebido mensagens de que teria havido a liberação de "mais Cz$ 110 milhões para a Confederação Evangélica Brasileira"[842].

A imprensa da época divulgou a atuação desse grupo[843]. Uma extensa matéria do Jornal do Brasil denunciava um suposto fisiologismo em nome de Deus. O texto sugeria que, em vez de agirem de acordo com suas origens protestantes - que valorizariam o acúmulo de riqueza por meio do trabalho árduo e a defesa de princípios capitalistas[844] -, a conduta de parte do grupo

[838] Em extensa matéria publicada em 7 de agosto de 1988, o Jornal do Brasil denunciava um suposto fisiologismo escandaloso (escândalo era o substantivo utilizado pela própria reportagem) em nome de "Deus", ocorrendo na Constituinte. O título da manchete era sugestivo "Evangélicos Trocam Votos por Vantagens". Afirmava-se que parte da bancada evangélica fazia da Constituinte um "amplo e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens". A reportagem listava benesses das mais variadas. Dentre elas, estavam o recebimento de dinheiro por igrejas, através da Confederação Evangélica Brasileira (CEB). BRAGA, Teodomiro. A Constituição Segundo os Evangélicos. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 07/08/1988, p. 4 a 6.

[839] Segundo Pierucci, os evangélicos desejariam receber canais de rádio e TV. PIERUCCI, 1989, op. cit., p. 117. Verificamos que apenas 4 parlamentares evangélicos teriam recebido concessões durante o governo de José Sarney. Embora não se possa desconsiderar o número, nem ignorar as eventuais circunstâncias das concessões, os números não confirmam de todo a afirmação de Pierucci, a menos que uma parte dos políticos evangélicos tenha tentado obter os canais, mas não conseguido, ou os tenha recebido em nome de terceiras pessoas.

[840] FRESTON, 1994, op. cit., p. 81. Ver também BRAGA, 1988, op. cit., p. 5.

[841] Conforme Paul Freston, a CEB foi criada na década de 1930 e teria, gradativamente, perdido sua capacidade de atuação nos anos posteriores, até virar uma agência de projetos sociais na década de 1960 e, posteriormente, parado de funcionar. Em 1987, houve a "ressurreição da CEB", que contou com atuação de políticos da Constituinte, os quais assumiram 8 dos 13 cargos na nova diretoria. Dentre estes, destaque para o Deputado Fausto Rocha, 3º Vice-Presidente, e Guilhermino Cunha – que falaria na Audiência Pública -, Secretário Geral. Ainda segundo Freston, o montante de dinheiro recebido pela CEB no período é incerto, todavia, os dirigentes a comparavam com a CNBB e reivindicariam "um terço de todas as verbas federais repassadas. A CEB ganhou para sua sede nacional metade de um andar no de autarquias em Brasília. Recebeu verbas a fundo perdido da LBA e da SEAC (Secretaria Especial de Ação Comunitária)". FRESTON, 1994, op. cit., p. 71-72.

[842] PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília, p. 126. No mesmo sentido, FRESTON, 1994, op. cit., p. 72. Segundo a reportagem do Jornal do Brasil, apenas 15% dos valores obtidos pela CEB ficariam na entidade, o restante seria repassado às igrejas no interior dos estados, sem muita possibilidade de fiscalização e controle (BRAGA, 1988, op. cit., p. 4).

[843] Conforme já citado Jornal do Brasil: BRAGA, Teodomiro. A Constituição Segundo os Evangélicos. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 07/08/1988, p. 4 a 6.

[844] Conforme assinalado por Max Weber, havia na formação do "espírito capitalista" valores oriundos das religiões protestantes, especialmente dos calvinistas e das outras igrejas que se formaram a partir deles. Tais valores contribuíram para a formação do capitalismo – em especial, uma ideia de que a vocação para o trabalho seria uma

seria uma busca descarada por benefícios pessoais ou em prol das igrejas, aproveitando-se de suas posições políticas[845].

A atuação evangélica, apesar das denúncias, pode ter tido um papel decisivo na configuração da radiodifusão que conhecemos hoje.

Parte do grupo ingressou no setor de rádio e televisão ao receber concessões e sua preocupação com questões de costumes, com a programação transmitida e com a publicidade de produtos considerados "tóxicos" - como tabaco e bebidas alcoólicas - moldou o tom de muitos debates na Subcomissão. Essas pautas frequentemente entravam em choque com o posicionamento de instituições como a ABERT, evidenciando divergências significativas sobre o conteúdo e a responsabilidade da radiodifusão.

Na Constituinte o grupo concentrou forças na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, onde tinham 12 parlamentares, representando mais de um sexto dos votos totais. Na subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, contavam com 3 membros, entre eles Fausto Rocha, que fazia questão de destacar os valores da igreja desde o início dos trabalhos.

As ligações entre religião e mídia eletrônica não eram novidade, tampouco começaram com a Constituinte. No Brasil, pelo menos desde a década de 1940, setores ligados às igrejas utilizavam os meios de comunicação de massa, especialmente o rádio, para se comunicar com seus fiéis. O crescimento da presença de religiosos no rádio e na televisão, transformando emissoras-igrejas em lucrativos investimentos, foi um fenômeno que ocorreu nos Estados Unidos antes de chegar ao Brasil. Lá, lideradas principalmente por representantes de igrejas pentecostais, surgiram grandes redes de rádio e televisão que funcionavam como verdadeiras igrejas eletrônicas[846].

---

vontade de Deus e que o acúmulo de riqueza, desde que por meios lícitos, também era uma vontade divina. Tal riqueza poderia ser buscada, e até seria bem-vista entre os protestantes, conquanto viesse do próprio trabalho ou de rendimentos dos próprios bens e não objetivasse o ócio. WEBER, Max. A Ética Protestante e o "Espírito Capitalista". São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

[845] Nesse caso, se fossem verdadeiras as denúncias, ainda seria possível utilizar Max Weber para descrever tal atuação, especialmente o tipo ideal patrimonialista descrito em WEBER, Max. Economia e Sociedade – Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 2014, p. 148-156. Ver também Weber, Max. Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016, p. 546 a 550.

[846] Hugo Assmann fez um estudo preliminar a respeito do assunto, o qual é referenciado em boa parte da bibliografia posterior à década de 1990. O livro é bastante útil para se ter um panorama geral acerca da dimensão e poderio econômico das igrejas eletrônicas nos Estados Unidos. Ali, o autor lista 10 líderes religiosos dos Estados Unidos e demonstra como estes construíram imensas redes de rádio e televisão, para retransmitir seus programas religiosos, vender produtos e programações ligadas à fé, solicitar doações, etc.. O estudo do livro é superficial; ainda assim, procura brevemente analisar o impacto do movimento na América Latina. ASSMANN, Hugo. A Igreja Eletrônica e seu Impacto na América Latina: Convite a um estudo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

Ao analisar os possíveis motivos que levariam membros das igrejas a adquirirem emissoras e redes privadas de rádio e televisão, percebe-se que a prática poderia ser bastante vantajosa para a ampliação do alcance de sua pregação e a consequente - e evidente[847] - expansão no número de fiéis. Isso porque não haveria mais a limitação ao espaço físico do templo nem a limitação de horários para alcançar as pessoas. Os cultos e mensagens religiosas poderiam chegar a lugares mais distantes e a qualquer horário do dia, facilitando a inclusão de fiéis "cordeiros do senhor" afastados do rebanho por falta de tempo ou dificuldades de deslocamento.

A própria transmissão de programas religiosos pela televisão ou pelo rádio poderia ampliar a adesão às igrejas e religiões, gerando até uma nova forma de expressar a religiosidade. As transmissões também modificariam o papel da televisão e do rádio na vida das pessoas[848], tornando esses veículos ferramentas a serviço da fé. Em determinados horários e canais, a exibição de programação religiosa poderia instigar no cristão um senso de dever de assistir a esse conteúdo, em vez de buscar outras formas de entretenimento.

Assim, para o cristão "mais pontual com Deus", a entrada das igrejas no rádio e na televisão representaria um aumento no tempo de exposição à influência das lideranças religiosas, que não ficaria mais restrito aos dias de culto. Para outras pessoas seria uma oportunidade de recrutamento, contribuindo para a expansão da igreja em diversos aspectos.

Nesse modelo de negócio, além do condicionamento econômico[849] – caracterizado não apenas pela disposição dos proprietários em comercializar horários, mas também pela capacidade financeira dos interessados em adquiri-los – poderia haver influência nos programas, caso estes não estivessem alinhados com as posições dos proprietários das emissoras.

---

[847] Diversos autores que se ocupam do tema tratam a expansão e crescimento das igrejas como motivação central para o ingresso dos pentecostais na televisão e rádio. Leonildo Silveira Campos conclui que o ingresso dos pentecostais nas mídias eletrônicas trouxe mudanças na maneira destes se comunicarem com os fiéis. A junção com tais mídias seria fundamental para a busca por "voos maiores no campo religioso". (CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e Mídia no Brasil – Uma história de acertos e desacertos. REVER – Revista de Estudos da Religião. Setembro de 2008, p. 1-26). No mesmo sentido QUITÉRIO, M. N. L. (2020). Evangélicos pentecostais brasileiros e os meios de comunicação: A mídia como uma ferramenta da religião para o homem pós-letrado. REPAS, 6(6). Recuperado de https://repas.com.br/revista/index.php/repas/article/view/43.

[848] Aqui nos filiamos às ideias de Marshall McLuhan de que o meio é a mensagem. O autor afirma que meio em que a mensagem é transmitida também irá contribuir para influenciar como esta será recebida "o 'conteúdo' de qualquer meio ou veículo é sempre um outro meio ou veículo". No caso, o autor destaca que as ideias transmitidas pela televisão influenciam justamente por esse motivo e têm potencial de modificar a cultura dos locais onde é recebida. McLUHAN, Marshall. Os Meios de Comunicação Como Extensão do Homem. São Paulo: Cultrix, 2007, p. 22.

[849] Nesse sentido ver ASSMANN. A Igreja Eletrônica e seu Impacto na América Latina: Convite a um estudo. cit., p. 30.

Essa dependência de terceiros e possíveis restrições de programação tenderiam a desaparecer se a igreja tivesse um canal próprio. A emissora poderia ser voltada para a criação de conteúdo, como música, filmes e cultos, destinado aos fiéis ou comercializado para outras igrejas e canais, ampliando assim seu poder de alcance. Também haveria possibilidades de expandir os negócios para outras áreas, desde os habituais pedidos de doações – muitas vezes acompanhados de apelos insinuando a suspensão dos programas caso os recursos não fossem obtidos – até a venda de produtos variados, como objetos religiosos, tempos de oração, espaços sagrados, entre outros[850]. A comercialização de espaços publicitários e até mesmo a cessão de horários para outros programas, religiosos ou não, também se configurariam como alternativas de receita.

Vê-se, portanto, que o empreendedorismo religioso na área da comunicação se mostrava economicamente promissor para aqueles com interesse e recursos para investir. No entanto, os aspectos econômicos e o desejo de expansão das próprias correntes religiosas talvez não expliquem o fenômeno em sua totalidade. Surge uma hipótese, aparentemente pouco explorada pelos estudiosos do tema no Brasil: a de que o ingresso na televisão e no rádio, especialmente no período da Constituinte ou até mesmo após ela, poderia estar imbuído de ambições de perpetuação e expansão do poder político, além da busca por elevação de prestígio social – especialmente entre os grupos pentecostais.

O acesso a cargos políticos poderia ser facilitado com o controle de uma emissora de rádio ou televisão, que possibilitaria ao candidato falar gratuitamente com milhares de potenciais eleitores a qualquer momento. A campanha por rádio, televisão e igreja teria o potencial de se tornar uma poderosa e eficiente ferramenta de captação de votos e disputa política, permitindo ao candidato uma exploração ainda maior do capital social[851] oriundo das igrejas – alcançando tanto pessoas da própria igreja quanto membros de outras religiões ou até mesmo indivíduos não religiosos com inclinação para a defesa de valores morais tradicionais.

Além disso, a permanência em cargos como deputado ou senador poderia trazer vantagens diretas para a própria igreja, como fundos, garantias de não interferência estatal em questões religiosas – ou isenção tributária – e até mesmo para o político, caso tivesse a "sorte" de, eventualmente, ver uma concessão de rádio e televisão indo parar nas mãos de algum aliado, parente ou familiar.

---

[850] Hugo Assmann aborda com mais detalhes esse lucrativo "comércio" (ASSMANN, A Igreja Eletrônica e seu Impacto na América Latina: Convite a um estudo. cit., p. 63 a 68).

[851] Utilizamos a ideia de capital social no sentido utilizado por Caroline Andion e Maurício C. Serafim em: ANDION, Carolina/ SERAFIN, Mauricio C. Capital Espiritual e as Relações Econômicas: empreendedorismo em organizações religiosas.

A relação entre a religião e os veículos de radiodifusão no Brasil foi ampliada nos anos que se seguiram à Constituinte, especialmente a partir da compra da Rede Record pelo Bispo Edir Macedo, em 1989.

Conforme exposto acima, a prática foi inicialmente liderada pelas igrejas protestantes pentecostais norte-americanas, servindo de inspiração para as igrejas no Brasil. Nos Estados Unidos, contudo, as redes de televisão já estavam consolidadas na TV a cabo, o que exigia que o público contratasse o canal para acessar os programas. No Brasil, o processo era um pouco diferente. Em vez da migração para a TV a cabo, buscava-se obter concessões públicas de rádio e televisão aberta. Essa escolha, na verdade, não era exatamente uma escolha, mas uma imposição natural, pois a TV a cabo ainda estava em seus estágios iniciais no país durante a década de 1980.

Além disso, a opção pelo rádio e pela televisão aberta parecia mais alinhada aos planos dos pastores e líderes das igrejas, considerando que seu público-alvo era uma classe social de menor renda, que dificilmente teria condições de contratar um serviço de TV a cabo sem comprometer seu próprio sustento (e o dízimo!). Tanto a televisão a cabo quanto a aberta apresentavam custos elevados para sua implantação; entretanto, ao criar um canal religioso na TV paga, além da limitação econômica já mencionada, haveria uma concorrência ainda maior com programas de entretenimento.

Motivos e interesses não faltavam, portanto, para que os evangélicos participassem da audiência pública. A presença naquela Subcomissão, presidida por um parlamentar batista, também não causa surpresa. A composição daquele dia refletia a predominância de religiões cristãs no Brasil da época, além de revelar um possível preconceito em relação a religiões menos praticadas oficialmente, como as de matriz africana ou espiritistas. Entre as religiões presentes, não havia membros dos grupos pentecostais, embora, em números absolutos de fiéis, tais igrejas já superassem as protestantes históricas. A maior presença dos batistas na Subcomissão pode ajudar a explicar esse fato.

O Pastor Nilson Fanini era uma liderança batista, pertencendo à mesma congregação de Fausto Rocha e Arolde de Oliveira. Fanini já havia sido lembrado na Câmara dos Deputados por Arolde de Oliveira em discurso proferido no Plenário em 13 de agosto de 1986. Na ocasião, o deputado, após enaltecer José Sarney, elogiou o que chamou de “cruzada santa” desenvolvida pelo Pastor Fanini, que estava distribuindo gratuitamente em todo o país 25 milhões de

exemplares do "Evangelho de Jesus Cristo"[852]. Fanini, conforme exposto anteriormente, era amigo de Arolde de Oliveira e um dos responsáveis por sua inserção na Igreja Batista.

O religioso era formado em Teologia pelo Seminário Batista do Sul do Brasil e tornou-se pastor em meados da década de 1950. No final dessa mesma década, teria passado um período nos Estados Unidos para realizar o mestrado em "Teologia pelo *Southwestern Baptist Theologic Seminary* em Forth Worth,Texas"[853].

Fanini é descrito como alguém com boas relações com os governos militares, fato que teria contribuído para a obtenção de uma concessão de televisão[854], a qual estava sendo disputada por outros dez interessados, incluindo a Editora Abril[855]. Uma possível explicação para essa boa relação, segundo Alexander Fajardo, é que Fanini havia cursado a Escola Superior de Guerra (na mesma turma que Arolde de Oliveira) e dedicava seus programas à defesa da família e ao "engrandecimento dos valores éticos e morais vinculados a uma exaltação do patriotismo"[856] - o que era visto com simpatia pelos militares. Em 1982, durante um evento religioso no estádio do Maracanã, em comemoração ao sétimo aniversário do programa Reencontro[857], estiveram presentes, além do próprio Fanini, o Presidente João Batista

---

[852] OLIVEIRA, Arolde de. Pronuncia o Seguinte Discurso. CONGRESSO NACIONAL. Diário do Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. Brasília-DF -Seção I, 14/08/1986, p. 7541-7542.

[853] FAJARDO, Alexander. Fanini: pastor, empresário de mídia e amigo dos militares. In NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas do; CABRAL, Newton Darwin de Andrade; SOUZA, José Roberto de (org). Lideranças Protestantes no Brasil: Ensaios Biográficos. Recife: Editora UFPE, 2015, p. 306.

[854] Encontramos essa informação em distintas fontes, mas a primeira a fazer tal referência, aparentemente, foi a obra de Hugo Assmann. Tal autor sugere uma suposta troca de favores entre Fanini e o Governo Federal, no trecho em que afirma que, em agosto de 1982, Fanini teria reunido "120 mil fiéis para um culto no estádio do Maracanã, contando com a presença do presidente Figueiredo e de cinco ministros de Estado. A Pregação, centrada na defesa dos valores éticos da nação e repleta de advertências contra perigos de debilitamento da coesão patriótica do povo, serviu de potencial mobilizador em favor do partido oficialista, o PDS, nas eleições de novembro de 1982". Assmann prossegue: "como é sabido, quando, em política, funciona a soma de interesse, e uma mão lava a outra, podem suceder coisas chocantes, mas não ilógicas para os informados. Em 29 de novembro de 1983, o decreto 89.078 (...) outorgou ao Pastor Fanini a concessão (...) do Canal 13 no Rio de Janeiro". Por detrás do recebimento desse canal, ainda segundo o mesmo autor, haveria "os laços de amizade com altos escalões militares e políticos, na última fase da última presidência militar. Acrescenta-se a 'filosofia de vida e trabalho' e a defesa da 'família e dos valores éticos e morais', ligados a uma peculiar versão do patriotismo. Por que, convenhamos, não deve ser tão fácil ganhar de outros 10 pretendentes ao Canal, entre os quais havia gigantes como a Editora Abril, a Visão, o complexo Maksoud e até a Secretaria de Educação do Rio". ASSMANN, Hugo. A Igreja Eletrônica e o Seu Impacto na América Latina. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Limitada, 1986, p. 85-86. FAJARDO, Alexander. Fanini: pastor, empresário de mídia e amigo dos militares. In NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas do et al. Lideranças Protestantes no Brasil, p. 303-323.

[855] FAJARDO, Fanini: pastor, empresário de mídia e amigo dos militares. cit. p. 310-311.

[856] FAJARDO, Alexander. Fanini: pastor, empresário de mídia e amigo dos militares. cit, p. 310-311.

[857] O programa Reencontro era dirigido e organizado na televisão por Nilson Fanini. Optamos por não atribuir a organização do evento ao Pastor, porquanto encontramos informações ligeiramente distintas e um pouco confusas a esse respeito. Na biografia de Arolde de Oliveira, diz-se que Arolde havia, nesse mesmo ano, tido a oportunidade de viajar pelo interior na companhia de Fanini, quando teve a oportunidade de se relacionar com diversas lideranças religiosas, dentre as quais, Guilhermino Cunha. Na sequência, a mesma obra indica que "estavam em desenvolvimento os trabalhos para a celebração do Sétimo Aniversário do Reencontro Obras Sociais e Educacionais, que se realizaria no estádio do Maracanã". OLIVEIRA, Arolde de. Arolde de Oliveira: uma

Figueiredo e outros ministros de Estado[858]. Tal evento, na opinião de Alexander Fajardo, teria sido decisivo para que Fanini recebesse a referida concessão em 1983, considerando-se a presença de mais de 120 mil possíveis eleitores para o PDS[859].

Antes mesmo de obter a concessão, Fanini mantinha uma programação bem-sucedida em emissoras públicas e privadas – o programa "Reencontro", que era transmitido em rede para diversos locais do país (inclusive por meio de TVs públicas)[860]. Na opinião de Assmann, Fanini seria, em meados da década de 1980, a liderança evangélica que mais se assemelhava aos pregadores "eletrônicos" norte americanos[861]. Após receber a concessão de televisão, em 1988, Fanini conseguiu colocá-la no ar, ainda que enfrentando grandes dificuldades financeiras. A

trajetória de trabalho. Rio de Janeiro: E-papers, 2014, p. 72-73. Não fica claro, no livro, se quem estava organizando o evento seria o Pastor Fanini, com auxílio de Arolde e das demais lideranças religiosas citadas pelo político. Em outra obra, de Alexander Fajardo, a organização do evento é atribuída ao Pastor, sem indicar auxiliares. FAJARDO, 2015, op. cit., p. 311.

[858] Alexander Fajardo afirma que estiveram presentes no evento o Pastor Fanini, Arolde de Oliveira, o General Figueiredo e cinco ministros de Estado. FAJARDO, Fanini: pastor, empresário de mídia e amigo dos militares. cit., p. 311.

[859] Alexander Fajardo afirma que como resultado do evento, o governo teria decidido presentear (na expressão utilizada pelo autor) Fanini com a concessão do Canal 13 TV Rio. FAJARDO, Fanini: pastor, empresário de mídia e amigo dos militares. cit., p. 313. A despeito de não discordarmos que a boa relação com o governo federal possa mesmo ter contribuído para que Fanini recebesse uma concessão, supostamente como um ato de "graça", vemos a explicação como um tanto simplista e crítica demais pelos motivos errados. Em primeiro lugar, ainda que tenha havido a concessão como uma espécie de troca de favores, o termo "presente" não nos parece o mais adequado para descrever um ato administrativo executado por um decreto presidencial e que, aparentemente, tenha seguido as formalidades de praxe. A expressão até poderia ser utilizada entre aspas ou de alguma forma a indicar o seu sentido figurado, o que não encontramos no texto. Além disso, duvidamos que apenas esse evento em particular tivesse esse poder todo de convencimento do presidente Figueiredo. Note-se que nem todos os que estiveram presentes no Maracanã eram eleitores, certamente haveria ali idosos, crianças ou até mesmo adultos sem título de eleitor. Ainda que todos fossem eleitores, cento e vinte mil, em um universo de milhões de votos, não seria o bastante para eleger um presidente. Talvez nem como capital social o evento servisse para pender mais a balança para o lado de Fanini em detrimento dos concorrentes para o recebimento da emissora - a circulação semanal da Editora Abril (apontada pelo mesmo autor como concorrente de Fanini pela concessão) provavelmente era superior a esse número, com a vantagem de sair uma vez por semana. O que pode ter contribuído mais decisivamente para Fanini, na nossa opinião, foi a proximidade com Arolde de Oliveira, o qual já havia transitado por cargos importantes do Ministério de Comunicações e teria boas relações com o Governo (a prova disso é que o próprio Arolde teria sido o responsável por levar Figueiredo ao evento). O próprio texto de Fajardo já apresentaria elementos para essa conclusão, quando este cita uma entrevista de Fanini, em 1996, após já ter vendido a referida emissora, na qual o Pastor diz que ele próprio e Arolde de Oliveira teriam montado uma empresa para correr atrás do recebimento da concessão do canal (FAJARDO Fanini: pastor, empresário de mídia e amigo dos militares. cit., p. 319). Desse modo, parece que Fajardo, ao citar irônica e criticamente páginas e páginas de entrevistas em que Fanini dizia que Deus foi o responsável por sua concessão, foi muito ávido em buscar coerência entre a pregação do Pastor e as atividades do empresário Fanini e deixou passar algumas conexões. Ora, é natural que o um Pastor atribuísse a Deus a responsabilidade por tudo de bom que lhe acontecia – essa seria a mensagem para os fiéis –, parece um tanto ilógico pensar que esse mesmo pastor fosse contar os detalhes – por vezes não tão republicanos – de seus acordos e negócios.

[860] FAJARDO, Alexander. Fanini: pastor, empresário de mídia e amigo dos militares. In NASCIMENTO et al., op. cit., p. 308.

[861] Assmann afirma que muitas pessoas compariam Fanini ao pregador norte americano Billy Graham, todavia, para esse autor, o estilo do brasileiro estaria mais próximo ao de Pat Robertson, outra liderança evangélica norte americana, fundador da cadeia de televisão Christian Broadcasting Network (CBN) e aspirante, na década de 1980, ao cargo de Presidente dos Estados Unidos. ASSMANN, Hugo. A Igreja Eletrônica e Seu Impacto na América Latina – Convite a um estudo. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986, p. 47 a 50 e 84-85.

experiência com a televisão, todavia, não foi bem-sucedida, e o pastor acabou vendendo a emissora em meados da década de 1990[862].

Durante a Assembleia Nacional Constituinte, a emissora de TV de Fanini ainda não havia sido inaugurada, e seu principal vínculo era com Arolde de Oliveira, presidente da Subcomissão. O outro convidado presente, o Reverendo Guilhermino Cunha, da Igreja Presbiteriana, também havia, como Fanini, cursado a Escola Superior de Guerra[863].

Formado em Direito, com mestrado em Teologia, Cunha mantinha programas radiofônicos diários. Antes da Constituinte, o Reverendo já havia integrado a Comissão Afonso Arinos[864], supostamente após pressão do Ministro da Justiça para que nela houvesse representação evangélica[865]. Na Comissão Affonso Arinos, entretanto, não parece ter tido papel de destaque. Sua participação na Subcomissão da Constituinte pode estar ligada à boa relação com o governo, aos contatos com Arolde de Oliveira e à proximidade com o grupo evangélico, visto que o religioso teria assumido um dos cargos da CEB.

Havia também uma terceira entidade convidada para essa audiência, possivelmente com o objetivo de estabelecer um contraponto: a CNBB. A atuação dos evangélicos era distinta da dos segmentos católicos, especialmente da CNBB, que direcionou sua participação na Constituinte para a exposição de um "plano para resolução". O envolvimento político da Igreja Católica, e em particular da CNBB, já foi objeto de estudos variados[866]. Na Constituinte, a atuação da CNBB no tema "Comunicação Social", no entanto, parece menos clara e traz diferentes nuances. Por um lado, observa-se que a Igreja Católica concentrou mais explicitamente suas forças em temas como reforma agrária, proteção de crianças e adolescentes, família e combate ao aborto[867]; por outro, a CNBB já havia demonstrado interesse em comunicação social em anos anteriores.

---

[862] Alexander Fajardo afirma que a emissora foi alienada para a Rede Record, ainda no começo da década de 1990, por meio de um contrato de gaveta. Tal contrato, segundo o mesmo autor, veio a ser questionado pelo Ministério Público e pela Receita Federal em função de restrições de venda antes de 15 (quinze) anos de concessão. FAJARDO, Fanini: pastor, empresário de mídia e amigo dos militares. cit., p. 319.

[863] Essa informação consta da biografia do Reverendo. Tal biografia, contudo, não fala sobre a participação na Constituinte, tampouco dá mais detalhes acerca da atuação como comunicador cristão. (CALDAS, Cid Pereira/E OLIVEIRA, Nilson. Guilhermino Cunha: vida e obra. Rio de Janeiro: Edições Catedral, 2013).

[864] Fato que, na opinião de Paul Freston, teria sido o canto de cisne do protestantismo históricos como liderança pública do protestantismo brasileiro. FRESTON, 1993, op. cit., p. 209.

[865] FRESTON, Paul Charles. Evangélicos na Política Brasileira: História ambígua e desafio ético. Curitiba/PR: Encontrão Editora, 1994, p. 41.

[866] Nesse sentido há trabalho de ARAUJO, João Paulo Santos. Constituições São Sempre Para Alguém e Para Algum Propósito: uma análise da Assembleia Constituinte de 1987-88. 2022. 245 f., il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. A tese busca analisar o papel dos partidos políticos, da Igreja Católica e dos sindicatos no processo que culminou na Constituinte no Brasil.

[867] A tese de doutorado de Vinicius Parolin Wohnrath, na qual o autor analisa a atuação da Igreja Católica, especialmente por meio da CNBB, na Assembleia Nacional Constituinte. WOHNRATH, Vinicius Parolin.

Em texto publicado em 1985, o Cardeal - Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns[868]- sustentava que a nova Constituição deveria ser "apetitosa, além de concisa, simples e abrangente"[869], defendendo o trabalhador e o pobre. Refletindo sobre a importância da participação popular nos debates, afirmava que a Igreja deveria promover debates "populares abrangentes (...), convocar o povo e ouvir dele as propostas para a eleição de seus delegados na Constituinte"[870]. No final do texto, o arcebispo apresentava algumas propostas para debate, elaboradas com o apoio de um jurista católico não informado[871].

Eram 10 propostas defendendo a criação de mecanismos que permitissem à sociedade "participar da ação do Estado, tanto na sua atuação como no seu planejamento"[872]; a erradicação da pobreza; a defesa dos direitos humanos; a reforma fundiária e fiscal; a reforma estrutural sindical no campo e nas cidades; a defesa dos avanços científicos; a conversão do Estado em um instrumento para assegurar a todos "a real e concreta fruição dos bens sociais, culturais e ambientais"[873].

Embora Dom Paulo não tenha se referido especificamente à comunicação social, é possível que o tema estivesse incluído na referência ao acesso aos "bens sociais", uma bandeira anteriormente defendida pela ala progressista da Igreja. A informação como um "*bem social*" era, inclusive, um conceito frequentemente invocado por aqueles que abordavam o tema na Constituinte.

O interesse da Igreja Católica em relação à radiodifusão e à comunicação de massa é antigo, embora seus entendimentos e posicionamentos tenham variado ao longo dos anos[874]. Mais especificamente sobre a radiodifusão, embora alguns padres e dioceses utilizassem esporadicamente o rádio como ferramenta, o tema aparentemente não gerava grandes

---

Constituindo a Nova República: agentes católicos na Assembleia Nacional 1987-88. 2017. 1 recurso online (311 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1631357. Acesso em: 26 abr. 2023.

[868] Don Evaristo de Paula Arns foi arcebispo de São Paulo e cardeal. Foi o responsável pelo projeto "Brasil Nunca Mais". Arns teve trajetória importante para a Igreja Católica e política no Brasil, especialmente para difusão e defesa dos ideais progressistas e combate à ditadura militar. Sobre o religioso ver WOHNRATH, Vinicius Parolin. Constituindo a Nova República: agentes católicos na Assembleia Nacional 1987-88. 2017. 1 recurso online (311 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1631357. Acesso em: 26 abr. 2023, especialmente páginas 54 e seguintes.

[869] ARNS, Paulo Evaristo. Contribuição da Igreja. In SADER, Almir (org). Constituinte e Democracia no Brasil Hoje. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 69-80.

[870] ARNS, Contribuição da Igreja. cit., p. 77.

[871] Ibidem.

[872] ARNS, Contribuição da Igreja. cit., p. 78 a 80.

[873] Ibidem.

[874] Acerca do entendimento da Igreja sobre comunicações em geral – e de uma forma mais generalista – ver PUNTEL, Joana T., A Igreja a Caminho na Comunicação. In Revista Comunicação, Porto Alegre, PUC/RS, V. 41.n. 2 (2011), p. 200-220. No artigo, falando de forma mais ampla, a autora busca analisar a relação da Igreja (uma posição oficial) acerca do tema comunicações em sentindo amplo – fazendo análise desde os primeiros usos dos textos escritos até a forma digital -, sem focar especificamente no Brasil ou nos debates aqui tratados.

discussões antes da década de 1960. Conforme destacam Della Cava e Paula Monteiro[875], o avanço nas reflexões sobre o assunto foi marcado pela criação do Secretariado Nacional de Opinião Pública (SNOP) ainda na década de 1960 – embora as discussões tenham progredido de forma lenta nos anos seguintes[876].

A partir de 1970, teria ocorrido, segundo os mesmos autores, uma "revolução ainda mais notável (...), pela primeira vez, o clero atribuiu aos meios de comunicação de massa um papel central e indispensável na pregação do Evangelho e na condução do trabalho pastoral da Igreja"[877]. Um fato relevante para a análise do tema na Igreja Católica do Brasil foi que, em 1971, a CNBB assumiu, "juridicamente, total e exclusiva responsabilidade pelo 'relacionamento com os poderes públicos' e, acima de tudo, com o governo"[878], em um processo de distanciamento já visível em 1968. Com a centralização em torno da CNBB, em 1971 foi criada a "Campanha da Fraternidade", que se tornaria o maior projeto da Igreja Católica a ser divulgado pelos meios de comunicação. Essa campanha, segundo Della Cava e Paula Monteiro, reavivava debates iniciados em meados dos anos sessenta, sobre a necessidade de a Igreja Católica construir "sua própria rede de comunicação, competitiva e comercialmente viável, incluindo serviço radiofônico nacional, instalações e equipamentos para transmissão e a produção"[879]. Também no início da década

> ocorreu na Igreja outra notável evolução com relação aos meios de comunicação de massa. Perdendo em importância apenas para a Campanha da Fraternidade, ela consistiu na progressiva incorporação da tecnologia das comunicações às tarefas específicas da evangelização. Com esse processo, surgiu também um grupo de 'tecnocratas' das comunicações. Composto essencialmente de padres e religiosos – homens e mulheres –, ele constituiu o principal 'lobby das comunicações' no interior da CNBB, que marcaria em grande parte o curso de sua atuação até meados dos anos oitenta[880].

A exploração da tecnologia como ferramenta, todavia, não teve um crescimento orgânico para a Igreja Católica, tampouco encontrou consenso entre as lideranças ao longo da década – situação que persistiu também nos anos 1980. A explicação era que os investimentos

---

[875] Ao longo da pesquisa nos deparamos com diversos materiais descrevendo a relação entre a Igreja Católica e os meios de comunicação de massa no Brasil. De longe, o trabalho de Ralph Della Cava e Paula Monteiro foi o que melhor atendeu as expectativas e parece mais preciso ao analisar o tema. O livro, além de ser referenciado na maior parte dos textos da época que se prestam a analisar as outras religiões, como nos de Paul Freston aqui citados, se utiliza de material coletado da própria Igreja. Desse modo, utilizaremos essa obra como guia principal para descrever, brevemente, qual seria o interesse da Igreja Católica sobre "Comunicação Social" e para tentar investigar os motivos por que nenhum representante da CNBB compareceu à audiência pública. DELLA CAVA, Ralph E MONTEIRO, Paula. ... E O Verbo Se Faz Imagem: Igreja Católica e os meios de Comunicação no Brasil: 1962 – 1989. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Limitada, 1991.
[876] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 22.
[877] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 24.
[878] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 30.
[879] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 32.
[880] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 35.

em comunicações não eram prioridade, tendo a alocação de recursos humanos e financeiros "para a formação de pessoal em liturgia e catequese" preferência para a Igreja[881]. Além disso, havia um debate interno entre as lideranças sobre os "cânones da teologia e a lógica da produção tecnológica"[882].

As principais questões teológicas envolvidas se referiam à necessidade da presença e participação dos fiéis na liturgia, pois somente transmissões ao vivo poderiam "transformar os espectadores e ouvintes em uma assembleia litúrgica lícita (...), as transmissões gravadas com antecedência ou sob a forma de cassete" eram "consideradas 'a-sacramentais'"[883]. Outro problema vinha da "alegação de que os ministros da 'igreja eletrônica' transformam a fé 'em uma mercadoria' e colocam-na à disposição dos fiéis em troca de doações solicitadas à audiência"[884].

Della Cava e Monteiro também ressaltam a importância que a "comunicação popular alternativa" teve também para a Igreja Católica nesse período. A migração para a imprensa alternativa foi motivada pela censura a jornais e rádios da Igreja, pela cassação de licenças e até pela perseguição a seus membros contrários ao regime, como o arcebispo de Olinda, Dom Helder Câmara, "cujo nomes e atividades foram simplesmente banidos da imprensa e da TV"[885].

No início dos anos 1980, a Equipe de Reflexão, um órgão criado dentro da CNBB, passou a centralizar as ações desenvolvidas pela Igreja no âmbito da comunicação social. De orientação mais progressista e alinhada à defesa dos pobres – uma bandeira que também passou a ser levantada pela CNBB especialmente através das "Comunidades Eclesiásticas de Base" (CEBs)[886] –, a Equipe de Reflexão era composta por padres, por Bispos – entre os quais predominavam membros de ordens religiosas com experiência em algum ramo de comunicações – e por católicos leigos[887]. De uma maneira geral, os membros da Equipe de Reflexão incluíam "praticamente as três forças características do setor de comunicações presentes na sociedade brasileira (...): os intelectuais, os 'empresários' e os 'articuladores de redes' internacionais"[888].

---

[881] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 38.
[882] Ibidem.
[883] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 39.
[884] Ibidem.
[885] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 40. Sobre a perseguição a setores da Igreja Católica, ver BETTO, Frei, op. cit.
[886] Para uma ideia acerca do funcionamento das CEBs ver BETTO, Frei. O que é Comunidade Eclesial de base? São Paulo: Abril Cultural, 1985.
[887] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 52 a 87.
[888] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 58.

A atuação da CNBB nesse período, especialmente por meio da Equipe de Reflexão, é relevante para entender o posicionamento católico em relação ao tema na Constituinte e, principalmente, para tentar compreender as possíveis razões que levavam a CNBB a não enviar representantes, embora contasse com equipe de juristas para defender suas posições nos bastidores[889].

Della Cava e Paula Monteiro afirmam que a CNBB, por meio da Equipe de Reflexão, teria encampado os apelos

> em favor de uma Nova Ordem Mundial de Comunicações e de Informação (NOMIC). (...) Ao apoiarem a NOMIC, elas exigiam o fim da dominação neocolonial, a expansão da cooperação Sul-Sul, a igualdade de condições de acesso aos sistemas de comunicação existentes, para o Terceiro Mundo, a defesa da identidade cultural de todos os povos e, finalmente, a transformação, pelo Estado, dos meios de comunicação de massa em um sistema de comunicações do povo, para o povo e por ele dirigido[890].

A mencionada Nova Ordem vinha sendo debatida em reuniões da UNESCO. Em 1982, foi realizado na cidade de Embu um encontro de comunicadores, no qual essas ideias também foram discutidas. Tal encontro

> Pode ser considerado como um divisor de águas que, no início dos anos oitenta, marca de modo inequívoco a história da política da CNBB sobre as comunicações. Por um lado, a predominância do enfoque das 'comunicações de baixo para cima' nas resoluções finais do seminário registra a predominância simultânea dos seus defensores no interior da ER [Equipe de Reflexão] que defendiam o segundo enfoque, isto é, a 'expansão dos instrumentos de comunicação da própria Igreja ou por ela controlados em uma escala talvez até capaz de competir com os oligopólios leigos (comercias)'. (...) Embu foi um divisor de águas também com relação a um segundo aspecto importante. À diferença de alguns seminários e conferências da Igreja, ou mesmo organizações internas a ela ligadas, suas conclusões não foram arquivadas como letra morta, nem abandonadas ao tempo e ao esquecimento até se desvanecerem como ficção ineficaz. Ao contrário, elas estabeleceram o quadro de referência por excelência para se pensar em comunicações num futuro próximo, praticamente em todos os níveis da Igreja brasileira. A CNBB, por exemplo, assumiu inteiramente as conclusões de Embu, primeiro tornando público o seu texto no número de dezembro de 1982 do Comunicado Mensal, boletim distribuído para todos os bispos do país, e, em seguida, colocando-as na agenda da sua Assembleia Geral em abril de 1982[891].

O encontro de Embu teria adotado um olhar crítico em relação às comunicações de massa no Brasil. Defender publicamente as ideias ali triunfantes pode ter feito recair "sobre a

---

[889] Em matéria do jornal Folha de São Paulo, em 07 de Janeiro de 1987, dizia-se de que entre os juristas atuantes na defesa das posições da Igreja no Congresso Nacional durante a ANC estava Fabio Konder Comparato. Segundo a reportagem, a Igreja atuaria para a criação de um canal de comunicação independente entre a Constituinte e a população e fiscalizaria as ações da Constituinte, "observando, de modo específico, cinco itens, com vistas e eventuais denúncias: tentativas de introduzir na Constituição "elementos incompatíveis com a dignidade e os direitos da pessoa humana"; eventuais "manobras, manipulações e entendimento de cúpula para frustrar aspirações democráticas"; tentativas de "limitar a liberdade e a soberania" do Congresso; casos de "manifesto abuso do poder econômico", além de ameaças "aos valores éticos e religiosos fundamentais". FOLHA DE SÃO PAULO. Igreja Aciona em Fevereiro Seu Lobby na Constituinte. São Paulo, 7/01/1987, p. A5.

[890] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 65 e 68.

[891] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 69.

Igreja, por toda a década de 1980, o peso de uma constante inimizade por parte de algumas das mais poderosas indústrias da comunicação no país"[892]. Além da "crítica pública, concertada e integral" às comunicações de massa no país, registrada no encontro mencionado, em 1984 a Equipe de Reflexão "havia começado a esboçar uma 'Carta aos Comunicadores'"[893]. Esse documento, o qual teria sido formalmente revelado na sede da CNBB em Brasília, continha uma

> reprodução ampliada das conclusões de Embu. Tendo como alvo direto os jornalistas da imprensa escrita e falada, ela denunciava os meios de comunicação de massa do Brasil como um monopólio de 'uma minoria privilegiada, dos que detêm o poder e defender interesses elitistas'. Diferentemente deles, a Igreja se encontrava unida aos fiéis e, por extensão, à maioria dos brasileiros, portanto a todos os pobres. Em nome deles, a Igreja chamava a atenção para a ligação existente entre informação e comunicação e denunciava o redirecionamento de ambas por uns poucos poderosos, de modo a constituir uma 'estratégia de dominação'. Além disso, as tecnologias modernas, como satélites, computadores, vídeo-cassetes etc., serviriam apenas aos interesses de empresas transnacionais e não aos interesses do povo. Finalmente, para que as comunicações pudessem ser verdadeiramente semelhantes ao Cristo, elas deveriam empreender a libertação dos pobres[894].

A Carta, por razões aparentemente óbvias, teria estremecido as relações entre a Igreja e alguns dos principais veículos de comunicação do país, fazendo com que a Igreja e a CNBB se tornassem, cada vez mais, alvo "de crítica por parte da grande imprensa"[895]. Della Cava e Monteiro apontam que os representantes da Igreja foram prejudicados por uma "insinuação desprovida de qualquer tato político: a de que os companheiros da grande imprensa não só eram empregados pelos donos das comunicações como eram também 'sujeitos ao critério do egoísmo, do sensacionalismo e do sucesso imediato'"[896].

A repercussão foi, como mencionado, negativa, com réplica de ninguém menos que Roberto Marinho, que supostamente buscava desqualificar a carta como "sectária, distorcida por 'radicalismos' e 'preconceitos. Marinho também teria negado que

> a imprensa escolhesse deliberadamente as perversidades humanas para colocá-las nas manchetes de seus diários e, citando a lei brasileira, negou categoricamente que os grande jornais estivessem atrelados a interesses estrangeiros.
>
> Numa inesperada inversão de papéis, chegou mesmo a defender os jornalistas contra a 'grave e ofensiva acusação (tão carente do espírito cristão que deve prevalecer

[892] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 70.
[893] Ibidem.
[894] Ibidem.
[895] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 73.
[896] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 70 – 71. Nesse ponto em específico, ousamos discordar em parte dos referidos autores. Embora tomemos como correta a premissa de que a afirmação - ainda que dura e que pudesse ser verdadeira em algumas hipóteses - tivesse o potencial de desagradar alguns jornalistas, não nos parece que a reação à Carta tenha sido causada exclusivamente por tal motivo. Naturalmente, os donos de emissoras e de jornais não aceitariam candidamente que um setor ainda tão poderoso na sociedade à época proferisse tais críticas abertamente, as quais poderiam, em tese, levar os fiéis da Igreja a contestarem os veículos de comunicação de massa existentes e, principalmente, o possível monopólio da informação denunciado na correspondência.

> entre os líderes da Igreja Católica Apostólica Romana)' contida na Carta, de que os jornalistas manipulavam as notícias. Como era de se esperar, Marinho denunciou a intervenção estatal, seja como empreendedora ou como censora, condenou a preferência demonstrada pela UNESCO por agências de notícias financiadas pelo Estado como causa da provável 'repetição da trágica experiência do Index de proibições' e concluiu com um altissonante panegírico em favor da democracia, da liberdade de imprensa e da adoção de modernas tecnologias (...)[897].

A reação de Roberto Marinho teria servido para esfriar os ímpetos e entusiasmos da Equipe de Reflexão, gerando efeitos dentro da própria Igreja e da CNBB - principalmente com o cerceamento da sua atuação pela cúpula da CNBB, parte da qual não via grandes problemas em adotar posicionamentos mais conservadores, como a censura aos meios de comunicação[898].

Havia também um outro polo de divergência entre os católicos, notadamente entre a Equipe de Reflexão da CNBB e correntes católicas carismáticas, que vinham obtendo algum sucesso com a produção de "bens culturais e eletrônicos".

Havia dois principais pontos de divergência nesse contexto. O primeiro era o Sistema Salesiano de Vídeo-Comunicações, criado por paróquias salesianas de Minas Gerais. O grupo estava obtendo sucesso e conseguindo competir no mercado de produção comercial, especialmente na área de anúncios para televisão e vídeos para treinamento de empregados da indústria[899]. Parte dos lucros dessa operação era destinada à produção de fitas cassete com temas religiosos, para uso na rede salesiana de escolas e paróquias[900].

O segundo ponto de divergência envolvia a Associação do Senhor Jesus (ASJ), que integrava o movimento de Renovação Carismática Católica e havia começado a transmitir semanalmente um programa de orações. A ASJ se inspirava nos grupos pentecostais norte-

[897] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 71.
[898] Ainda conforme Della Cava e Monteiro, um episódio teria servido para demostrar essas divergências quando, em 1985, "a controvertida versão da história da Virgem Maria no filme Je vous salue Marie, de Jean-Luc Godard, tivera sua exibição proibida pelo novo presidente civil, José Sarney (...). Essa medida fora por ele tomada após uma cerrada campanha em que supostamente a CNBB se teria empenhado, para conseguir que a exibição do filme não fosse autorizada. Contrastando com essa atitude, a ER se opusera intransigentemente a tal medida. Logo espalharam os boatos, imediatamente divulgados pela imprensa, de que um profundo abismo separava agora os membros da ER e a presidência da CNBB. Mais uma vez, os bispos e os 'especialistas' se desentendiam. Mas a publicidade negativa criada por essa batalha doméstica não se compara com a guerra a que a imprensa poderia ter dado início em 1986, se a CNBB, nesse momento em que se faziam sentir as consequências de sua atitude com a relação filme de Godard, tivesse levado avante sua proposta, proclamando o novo código de ética do jornalismo, elaborado pela ER. DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 72-73.
[899] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 74.
[900] Ibidem.

americanos - inclusive com uma forma de atuação semelhante[901] - e se diferenciava da Teologia da Libertação, que marcava parte da atuação da Igreja Católica no Brasil[902].

Ambas as correntes questionavam a autoridade da Equipe de Reflexão e da CNBB em relação às finalidades dos veículos de comunicação social da Igreja e à forma de utilização dessa ferramenta[903].

As disputas internas na CNBB podem ilustrar a falta de consenso entre os católicos a respeito da Comunicação Social e ajudar a compreender os motivos pelos quais não houve um representante na audiência pública.

O cenário, já conturbado, poderia se tornar ainda mais delicado caso jornais e emissoras de TV decidissem, durante a Constituinte, questionar ou se opor às pautas da Igreja. Na audiência pública com a ANJ, Nascimento Brito fez referências e críticas a uma tentativa de aplicação das ideias de uma Nova Ordem Mundial, que supostamente estavam sendo discutidas na UNESCO. Essa crítica, além de direcionada à FENAJ e aos membros do Partido dos Trabalhadores, poderia ser estendida à CNBB, por conta da carta mencionada anteriormente. A ausência da CNBB na audiência, além de evidenciar uma possível divisão interna sobre o tema, pode ter sido planejada para evitar maiores atritos e desgastes com a grande imprensa.

Trabalhos acadêmicos que se dedicam ao estudo da atuação da CNBB na Constituinte indicam como principais interesses da Igreja as Subcomissões de Política Agrícola e Fundiária e de Reforma Agrária (Subcomissão "c" da Comissão VII - da Ordem Econômica) e da Família, do Menor e do Idoso (Subcomissão "c" da Comissão VIII - da Família, da Educação, Cultura

---

[901] Della Cava e Monteiro traduzem as divergências entre as duas correntes: "O que distinguia teologicamente os 'carismáticos' dos seus co-irmãos na Fé era o abandono – que se diz ter sido o dos primeiros cristãos, seus modelos, e que contava também com a aprovação do Concílio Vaticano II – com o qual abraçavam o Espírito, a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade e, segundo a doutrina cristã católica, fonte de todos os 'carismas' ou dons que, por sua vez, são considerados resultantes da crença e da graça de Deus. Por toda a parte onde se reúnam carismáticos católicos, tal como ocorre com seus equivalentes protestantes pentecostais, eles 'recebem o Espírito' e, através de seus dons adquirem o poder de curar fazer milagres, profetizar e falar em línguas. Portanto, eles 'renascem' como num segundo batismo, não através da água, mas da consciência. Assim 'convertidos', como se fosse em virtude do sacramento pessoal de um novo Pentecostes (o evento histórico do Novo Testamento no qual 'o Espírito Santo desceu sobre os apóstolos depois da morte, Ressureição e Ascenção de Cristo aos Céus', e do qual, tal como os fundamentalistas protestantes, o movimento deveria seu nome), eles se tornam, como assevera o Evangelho, 'moradas' do Espírito Santo, tempos da Graça de Deus e instrumentos de Seu Divino Plano." (DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 72-73).

[902] De um modo geral, a análise da Igreja Católica e suas disputas internas é muito mais complexa do que foi reportado aqui. Aliás, convém ressaltar que nem mesmo na CNBB parecia haver harmonia total de entendimentos. Foge do nosso escopo analisar as diversas correntes e o que desejava cada um desses grupos. Não obstante, sobre a teoria da libertação convém destacar o trabalho de LÖWY, Michael. O que é Cristiano da Libertação: religião e política na América Latina. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016, especialmente p. 73 e seguintes. Ali o autor, além de descrever o que seria a Teoria da Libertação, como um movimento mais voltado à defesa dos pobres, também revela que esse fenômeno não seria comum a toda a Igreja. Pelo contrário, encontrava muitas divergências no país e fora dele.

[903] De uma forma geral, a afirmação também vem da leitura de DELLA CAVA, Ralph e MONTEIRO, Paula. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit.

e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação[904]). Esses mesmos trabalhos afirmam, porém, a existência de lobby no Congresso para defender os interesses da Igreja[905], de modo que não se pode, a nosso ver, descartar também a atuação desse mesmo lobby em temas ligados à comunicação social.

Em 1986, após a sua 24ª Assembleia Geral, a CNBB publicou uma Declaração Pastoral intitulada "Por Uma Nova Ordem Constitucional"[906]. O documento expressava a contribuição da Igreja para a futura Constituinte, com sugestões para a nova Constituição, e deveria ser distribuído para "os irmãos de outras igrejas, especialmente as integradas no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC)"[907]. A publicação defendia a necessidade de conscientização do povo sobre "sua condição de sujeito da História, para o efetivo exercício da cidadania e para o reencontro da sociedade consigo mesma, com a consequente reestruturação da ordem jurídica e funcionamento das instituições"[908].

A declaração trazia sugestões em praticamente todas as áreas de potencial relevância constitucional, incluindo o direito à informação e os meios de comunicação. O documento afirmava a necessidade de criação de canais "de comunicação independentes entre a Constituinte a sociedade", com publicações periódicas que deveriam "garantir informações, análises e interpretações dos acontecimentos à luz da fé e das exigências da consciência cristã"[909]. Não foi possível verificar se os juristas que auxiliavam a CNBB durante a Constituinte influenciaram ou não a elaboração do Regimento Interno; fato é que foi prevista, conforme já mencionado, a publicação de boletins diários sobre os trabalhos da Constituinte.

---

[904] Conforme WOHNRATH, Vinicius Parolin. Constituindo a Nova República...cit, esp. p. 72 e seguintes.

[905] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p.53. WOHNRATH. Constituindo a Nova República: agentes católicos na Assembleia Nacional 1987-88. cit. p. 29, 80, 156, dentre outras. Do mesmo autor, WOHNRATH. Duas dinâmicas, dois resultados: a Igreja Católica na Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988.cit. p. 246.

[906] O documento era longo e dividido em 5 itens, notadamente: "Introdução"; "1. Parte: Constatação e desafios" – que se dividia em 3 subitens os quais analisavam o momento político vivenciado, o sentido da Constituição e a importância da participação popular no processo constituinte; "2. Parte: A Igreja e o Processo Constituinte", que se dividia em 4 subitens, os quais abordavam, em síntese, o papel da igreja no processo de elaboração da nova Constituição, a importância do voto consciente, a preparação e o estímulo para que os "cristãos vocacionados" disputassem as eleições, o acompanhamento do processo constituinte e o posterior trabalho para tornar a nova ordem constitucional possível de ser implementada; "3. Parte. Conteúdo da Constituição: Critérios e Exigências", tópico em que havia sugestões de artigos e pontos que a Igreja julgava essenciais para a nova Carta; e "Conclusão". CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Declaração Pastoral: Por uma nova ordem constitucional. XXIV Assembleia Geral da CNBB. Itaici-SP, 08 a 18/04/1986. Disponível em: <https://efosm.files.wordpress.com/2013/02/cnbb-doc-36-e28093-por-uma-nova-ordem-constitucional-e28093-declarac3a7c3a3o-pastoral.pdf > Acesso em 28/06/2023.

[907] Ibidem.

[908] Ibidem.

[909] CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Declaração Pastora: Por uma nova Ordem Constitucional. cit., p. 5, parágrafo 39.

O documento tratava, em um tópico denominado “Liberdades Políticas”, da informação e da liberdade de expressão como direitos e condições essenciais “para assegurar a real participação política a todos os membros da sociedade”[910]. A informação[911], segundo o documento, deveria ser honesta, refletir o que ocorria na administração pública e vir de múltiplas fontes, “inclusive através de meios de comunicação verdadeiramente livres e não sujeitos ao arbítrio de governantes ou às pressões do poder econômico”[912].

A liberdade de expressão cultural, segundo o documento, encontraria seus limites “nas normas éticas que visem à preservação do bem comum da sociedade democrática, protejam a justa reputação e privacidade das pessoas e dos lares e garantam o direito das pessoas à informação correta”[913]. Se, por um lado, o documento era explícito ao declarar que a “censura política nos meios de comunicação social”[914] seria inaceitável, pois “incompatível com a ordem democrática”[915], por outro, deixava uma margem para um eventual controle moral da comunicação, o que poderia estar implícito na expressão "normas éticas" para a preservação do bem comum.

Em relação aos meios de comunicação social, a Igreja reconhecia a sua importância e defendia que não fossem “monopólio do Estado ou de qualquer grupo”. Deviam ser “acessíveis aos diversos grupos e tendências sociais e livres das pressões e controle do poder econômico”[916]. Ainda segundo o documento, caberia ao Congresso Nacional a competência para

> estabelecer leis que determinem os critérios para a concessão de canais de rádio e televisão, dando-se prioridade a entidades ligadas a empreendimentos educacionais e culturais. A concessão desses canais será feita mediante parecer de uma comissão constituída democraticamente por representantes de vários setores da sociedade civil. [917]

Percebe-se que, embora condenasse o controle econômico sobre os meios de comunicação, a declaração da Igreja era mais sutil do que a contida na Carta de 1984, mencionada anteriormente. Além disso, evitava maiores desgastes ao tratar de questões como

---

[910] Ibidem, p. 10, parágrafos 87, 88 e 89.
[911] O direito à informação também estava inserido em outros itens do documento. No ponto que abordava “A Ordem Cultural”, havia a declaração do “direito de todos à educação, à cultura e à informação”. O parágrafo seguinte, contendo outro “direito básico” do cidadão, declarava que “O pluralismo e a liberdade no desempenho dessas atividades da ordem cultural pelas diversas instâncias e grupos da sociedade e pelo Estado; o Estado deverá estar a serviço da sociedade pluralista, livre e democrática, excluindo-se, portanto, a estatização da educação, da cultura e da informação”. Ibidem, p. 14, parágrafos 130 e 131, respectivamente.
[912] Ibidem, p. 11, parágrafo 88.
[913] Ibidem, p. 16, parágrafo 148.
[914] Ibidem, p. 16, parágrafo 151.
[915] Ibidem, p. 16, parágrafo 151.
[916] Ibidem, p. 16, parágrafo 145.
[917] CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Declaração Pastora: Por uma nova Ordem Constitucional. cit., p. 16, parágrafo 147.

“a quem caberia a realização das concessões”, embora também mencionasse a ideia de uma “comissão” composta por variados setores da sociedade.

Em matéria publicada no Jornal do Brasil, em 24 de abril de 1988, afirmava-se que a Constituinte supostamente teria acatado as proposições da CNBB. A reportagem listava uma série de temas nos quais a Igreja teria atuado, com um balanço dos pontos em que a Igreja teria alcançado êxito ou não. No quesito liberdades, o Jornal declarava que a CNBB foi vitoriosa “em quase todas as reivindicações”, pois as “liberdades de expressão e reunião” foram amplamente atendidas[918]. Não havia menção específica aos meios de comunicação, o que pode indicar um empenho menor nesse âmbito.

4.2.6.1 Associação Brasileira dos Comunicadores Cristãos

O presidente da Associação Brasileira dos Comunicadores Cristãos, Reverendo Guilhermino Cunha, afirmou que seria dever do Estado promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia, sem prejuízo para a iniciativa privada. Por outro lado, disse que o Estado não deveria atuar na economia e que, quanto menos Estado, melhor. Ao abordar um tema que considerava perigoso, a engenharia genética, o Reverendo afirmou que não se poderia agir contra a natureza. Em seguida, declarou que o aborto era um crime contra a vida e um pecado contra Deus, além de repudiar a eutanásia[919].

Sobre comunicação social, afirmou que o sistema deveria atender à sua “função social, à elevação do padrão ético-moral do nosso povo e, acima de tudo, ao respeito à verdade”[920]. A busca pela verdade seria um dever do comunicador, que deveria ser responsabilizado em caso de distorções e mentiras divulgadas. O Reverendo foi confrontado por Mendes Ribeiro durante o debate, especialmente nesse ponto[921].

Mendes Ribeiro, que se declarou espírita, perguntou ao expositor se ele acreditava em reencarnação[922] e questionou qual seria o conceito de verdade adotado, além de indagar se as rádios cristãs aceitariam as "verdades" de outras religiões. Não houve uma resposta direta a essa pergunta; mencionou-se a necessidade de criar espaços para que rádios e TVs religiosas

[918] MARTINS, Franklin/ TAHAN, Ana Maria. Constituinte Acata o que CNBB Propôs. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, edição 24 de abril de 1988, 1º Caderno, p. 3.
[919] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 100-101.
[920] Ibidem.
[921] Ibidem.
[922] Como é sabido, usualmente a maior parte dos cristãos, ao contrário dos espíritas, não acredita em reencarnação, mas em ressurreição.

pudessem atingir seu público-alvo, sugerindo que outras religiões também deveriam ter acesso aos meios, mas que cada uma falaria para seus próprios fiéis.

Ainda durante sua exposição, o Reverendo Guilhermino defendeu uma classificação prévia dos espetáculos, afirmando ser necessário "ter coragem de impedir a veiculação daquilo que" fosse "atentatório à moral à ética e aos costumes"[923]. Em seguida, criticou a chamada "invasão do nosso espaço cultural" por programas estrangeiros, defendendo o estímulo à produção local de programação. O Reverendo ainda teve tempo para falar favoravelmente ao *habeas data*.[924]

Vê-se, portanto, que a palestra consistia em um emaranhado de ideias mais gerais, nas quais não havia uma defesa explícita de rádios e televisões religiosas. A busca desse espaço para as igrejas parecia estar inserida em reivindicações voltadas a todos os públicos: "assegurar a liberdade e o direito de acesso de todos aos meios de comunicação de massa, em igualdade de condições e de tempo". No entanto, como esse acesso seria garantido, quem seria responsável por assegurá-lo e qual seria o papel do Estado, nada disso ficou claro.

Por fim, houve uma manifestação explícita contra atrações que atentassem contra a moral, abrangendo desde as "canções que ensinam imoralidades, aos comerciais que estimulam a contravenção, os vícios, o lenocínio e a pornografia". O "basta às programações que atentam contra legítimos valores éticos e morais da família e do povo brasileiro", presente na fala do Reverendo, poderia ser interpretado como um pedido por controle estatal e até por censura moral esta sobre essa programação[925]. Aparentemente, segundo o Reverendo, seria necessária a "coragem" dos Constituintes para manter a censura, mesmo em um período de "reconstrução nacional", democratizante. Ele declarou que a Constituição teria poderes "até mesmo para desconstruir", se fosse necessário.

Ao focar em censura e controle estatal de programação, o tema naturalmente seria objeto de debate entre os constituintes.

Certamente, a fala sobre o aborto teve algum impacto na relatora, que já havia proposto lei visando a descriminalizar o abortamento. Cristina dirigiu pergunta ao Reverendo, afirmando que o Estado não poderia, de forma alguma, realizar um julgamento moral. A parlamentar destacou que o Brasil era um Estado democrático e, portanto, não poderia adotar pautas que privilegiassem apenas um grupo de pessoas em detrimento das demais que compunham a

[923] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 101.
[924] Ibidem.
[925] Ibidem, p. 101-102.

sociedade. Ela prosseguiu afirmando que a imprensa defendida pelo Reverendo seria "quase que fanaticamente religiosa, com seus conceitos de religião, de família, de Deus, de propriedade, de privacidade, de moral, de censura, de mensagens subliminares".[926] Segundo ela, isso implicaria em conceitos subjetivos de moral, e o legislador não poderia legislar em favor de determinadas crenças em detrimento de outras. Para Cristina, o legislador deveria legislar,

> não para um determinado grupo religioso, não para uma igreja, não para os comunistas ou para os religiosos, não para as feministas, não para as minorias homossexuais que defendem a sua plena liberdade, mas, para o País, como um todo, que é composto dessas tendências, da essência da democracia (...).[927]

Sendo o Brasil um Estado laico, a deputada Cristina Tavares questionou como deveria funcionar a censura aparentemente proposta pelo comunicador cristão: se seria conduzida por um conselho, se os censores seriam religiosos ou como seria a composição desse conselho. [928]

A resposta do Reverendo Guilhermino, desagradou à relatora. O Reverendo admitiu que sua posição era oposta à de Cristina, pois acreditava que o "Estado tem responsabilidade ética"[929]. Ele prosseguiu, afirmando que, sem uma responsabilidade ética dos comunicadores ou um código de ética, o país não geraria notícias, mas se tornaria um mero repetidor de diversões. O religioso também comentou que havia lido recentemente notícias em jornais nacionais que eram meras cópias ou traduções malfeitas de matérias publicadas há mais de 7 (sete) anos em jornais estrangeiros – sem, no entanto, especificar os jornais ou as notícias a que se referia. Concluiu sua fala, aparentemente direcionada a Tavares, declarando que ao "não ter um estado ético, a não ter um sistema de comunicação ética (...)" o país cairia no "desastre da anarquia"[930].

É importante observar que, a rigor, a resposta não correspondia exatamente ao que a Deputada havia questionado. Em nenhum momento Cristina se opôs a um *Estado ético*; apenas contestou um possível controle "moral" pelo Estado, receando que isso pudesse gerar discriminação. Aparentemente, o conceito de ética defendido pelo Reverendo se confundia com uma moral religiosa, levando-o a tratar ambos como sinônimos. Tavares reiterou sua posição, esclarecendo que não era contra um Estado ético, mas apenas procurava "se preservar do fanatismo"[931].

---

[926] Ibidem, p. 102.
[927] Ibidem.
[928] Ibidem.
[929] Ibidem.
[930] Ibidem.
[931] Ibidem, p. 103.

Na sequência, o Reverendo teve outra oportunidade para explicar sua visão sobre a censura, pois Fausto Rocha voltou a abordar o tema. Rocha, voltou a defender a autorregulação no setor de comunicação, mas também, em caso de excessos ou falhas na autorregulamentação, a atuação do Ministério da Justiça. Rocha questionou quem seria o censor, como exerceria seu papel e quais seriam os critérios para tanto.

A resposta foi vaga, indicando que, no caso específico da televisão, o censor seria o "liga e desliga ou a possibilidade de mudar de canal", embora em algumas situações isso pudesse não oferecer alternativas. O tema continuou a gerar questionamentos. Artur da Távola perguntou se a censura deveria ser exercida apenas pelo Estado, pelas empresas ou por um conselho ético. Ele também quis saber a opinião do reverendo sobre o modelo de concessões e quem deveria responsabilizar as empresas em caso de infrações. O reverendo afirmou que o Estado deveria, gradualmente, entregar essa atividade à iniciativa privada, considerando haver um excesso de Estado em tudo. No entanto, acrescentou que o Congresso deveria participar da decisão de punir nos casos mais graves, sem esclarecer quem seria responsável pela tarefa de censor.

Antes de Cristina, Olívio Dutra já havia questionado o Reverendo sobre a laicidade do Estado e como seria possível garantir o acesso aos meios de comunicação para todas as religiões. Em resposta, o Reverendo afirmou que o acesso deveria ser pleno para todos os credos, sem privilegiar "determinados grupos religiosos que não apenas, em solenidades públicas, mas na utilização e transmissão dos seus eventos, tenham até cobertura em rede nacional". A fala poderia ser uma crítica velada à CNBB, que frequentemente contava com a transmissão da sua Campanha da Fraternidade pelos meios de comunicação[932].

Nota-se uma aparente contradição entre a exposição do Reverendo e as ideias apresentadas em suas respostas. Percebe-se uma inclinação do religioso em defender um Estado mínimo para o setor de comunicações. Contudo, caso a atividade fosse completamente entregue à iniciativa privada, com concessões baseadas apenas em critérios burocráticos e destinados a quem dispusesse de melhores condições financeiras, a programação seria deixada à livre escolha das emissoras com base na audiência. Talvez nem houvesse, então, concessões para as igrejas, que não costumavam dispor dos recursos técnicos e financeiros para competir em igualdade com grandes grupos empresariais. Tampouco se poderia, então, questionar a programação transmitida, a qual seria selecionada com base em critérios de custo-benefício e audiência.

[932] DELLA CAVA e MONTEIRO. ... E o Verbo se Faz Imagem ... cit., p. 35.

Ainda que uma ou outra igreja conseguisse concessões e inaugurasse emissoras – como ocorreu com a compra da Rede Record, em 1989 –, o modelo competitivo defendido na exposição tenderia a excluir grupos religiosos sem capacidade de investimento, o que poderia resultar em uma espécie de "monopólio-religioso-econômico-midiático". Em tese, o acesso pleno e igualitário de todas as religiões aos meios de comunicação jamais seria possível sem a intervenção do Estado, que poderia criar tais espaços e dividí-los sem favorecimentos. Mas isso não era nem a prática estatal da época, nem objeto das propostas.

Ademais, se o controle da programação pudesse ser exercido apenas trocando de canal ou ligando e desligando a televisão, como afirmou o Reverendo em aparente alinhamento com a Abert, não haveria qualquer motivo para reclamar do conteúdo dos programas naquele momento. Essa forma de censura já estava ao alcance do próprio telespectador, sem necessidade de controle externo da programação ou da "coragem" dos constituintes para adotar qualquer posição impopular. A possível contradição do Reverendo talvez possa ser explicada pelo receio de desagradar, em sua exposição, os grandes veículos de comunicação, que se opunham a qualquer forma de censura ou controle público da comunicação.

Ao se considerar isoladamente a fala do Reverendo, pode-se afirmar que ela remetia à origem histórica de sua igreja[933], especialmente na defesa de uma ideia de competição e na adoção de uma lógica capitalista para o setor[934].

Posto que se aproximava, em alguns pontos, das ideias dos grupos empresariais favoráveis a que o mercado prevalecesse nas comunicações. Contudo, os valores de livre mercado, ao que parece, não eram aplicados de maneira absoluta na exposição do Reverendo, visto que o Estado ainda teria o papel de assegurar uma reserva de espaço para a religião. A exposição não trouxe grandes propostas de mudança; ao contrário, parecia querer manter as coisas como estavam – incluindo um possível controle da programação.

Talvez a postura do Reverendo em sua fala se assemelhasse à da ANER e da ANJ pelo fato de que ele já ocupava um espaço nos meios de comunicação. O que tornaria mais conveniente pleitear, de dentro de uma indústria com altos custos de entrada, que a atividade fosse delegada à iniciativa privada e que não houvesse controle estatal.

[933] Nesse sentido WEBER, A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. cit. Fls. 328.
[934] Ver WEBER, A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. cit. Fls. 328.

4.2.6.2 A ORDEM DOS MINISTROS EVANGÉLICOS DO BRASIL

Representando a Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, o pastor Nilson Amaral Fanini, iniciou sua palestra em seguida. Destacou a capacidade dos veículos de comunicação de acelerar a troca de informações entre as pessoas e de transformar o mundo "numa grande vizinhança". Além disso, elencou qualidades positivas dos meios de comunicação, como a função de entreter, educar e difundir a cultura. Segundo ele, os meios de comunicação ajudariam a vencer a "solidão humana", a aproximar "as distâncias continentais de um país" e teriam o potencial de "construir um meio em que" existisse um "profundo sentimento recíproco" que mantivesse os "seres humanos juntos, como membros de uma totalidade". Esse potencial, contudo, estaria sendo comprometido, segundo o Pastor, pelos "malefícios" que emergiam desses veículos, tanto mais por conta da "ambição material, a sede do dinheiro" que insensibilizariam as pessoas em relação ao papel social da comunicação.

A televisão seria, segundo o Pastor Nilson, a principal responsável por esses malefícios, especialmente pelo crescimento "colossal de males como a preguiça mental, o gosto pela brutalidade e uma tendência para o estrelismo em todos os ramos da atividade humana". Ainda de acordo com o Pastor, a televisão nivelaria a cultura por baixo e educaria as crianças com programas estrangeiros, especialmente vindos dos Estados Unidos.

No que se refere às rádios e televisões religiosas, o Pastor Nilson defendeu que o acesso fosse garantido a todas as religiões. Embora de forma mais sutil que o expositor anterior, Fanini deixou uma mensagem sobre a censura ao parafrasear outro líder religioso, afirmando que houve um período no Brasil de intensa censura ideológica, mas que naquela época recebia cartas de todo o país reclamando sobre "a frouxidão nas questões morais". Liberdade com responsabilidade" era o que pregava o Pastor, deixando implícita a ideia de que a moral religiosa deveria orientar os trabalhos.

Fanini disse que o líder russo Gorbachev teria solicitado ao Papa uma mensagem de evangelização para o povo russo através do rádio, o que fora atendido. No Brasil, continuou o expositor, quando da chegada dos portugueses, um dos primeiros atos foi construir uma cruz de madeira. O país teria nascido "à sombra de uma cruz", e desde então as Constituições promulgadas continham a afirmação "sob a proteção de Deus". Por isso, o Pastor Nilson pedia que a Constituinte facilitasse o acesso aos microfones de rádio e televisão para todos os credos[935].

[935] Ibidem.

Os debates que se seguiram trouxeram preocupações com os temas da comunicação e da religiosidade, ocasionalmente fugindo do objeto da Subcomissão.

Pompeu de Souza, por exemplo, criticou os programas infantis importados, mencionando os superpoderes dos super-heróis de desenhos animados. Ele expressou preocupação com o que chamou de "colonização cultural", atribuindo ao Estado um duplo papel: não apenas evitar a "desnacionalização", mas também "defender as nossas próprias divisas" que seriam enfraquecidas pelos "enlatados que nós importamos da televisão e que hoje estão ocupando o menor tempo, sobretudo, na parte do chamado horário nobre"[936].

Não houve, necessariamente, um questionamento por parte do político. A palavra foi passada imediatamente a Cristina Tavares, que repetiu a pergunta anteriormente dirigida ao Reverendo Guilhermino. A parlamentar reiterou que respeitava democraticamente todos os pontos de vista: "os religiosos e os não religiosos, os que defendem as minorias, as feministas que defendem o aborto, os homossexuais, os que defendem a legalização das drogas, são todos cidadãos que vivem no país, da mesma forma que há grupos religiosos". Em uma aparente mensagem ao expositor anterior, afirmou considerar fanatismo "aquela voz da Idade Média" que desejaria colocar todas as posições discordantes na fogueira[937].

Assim, Cristina questionou como deveria ser feito o controle da imprensa, especificamente no que se referia a definir os excessos cometidos e à forma desse controle seria exercido. Ela mencionou como exemplo os conselhos existentes nos Estados Unidos, nos quais também tinham voz os mais variados segmentos sociais, incluindo grupos religiosos. Esses conselhos, segundo Cristina, exerceriam "uma espécie de controle sobre as estações de rádio e de televisão até nível local mesmo". Em seguida, ela perguntou ao Pastor se a ideia seria também estabelecer um Conselho para controlar a programação e como organizar esse órgão "democraticamente, não fanaticamente"[938].

A pergunta de Cristina, alguém que se opunha à censura, talvez revele mais do que o seu conteúdo explícito. Na Constituinte, ela defendia a criação de um Conselho de Comunicação Social, com poder para regulamentar os veículos de comunicação e participar de concessões e renovações, mas essa ideia enfrentava resistência, principalmente dos empresários do setor. Ao aparentemente concordar com o Pastor sobre a necessidade de algum tipo de controle na imprensa (especialmente na televisão), Cristina pode ter tentado mostrar a utilidade de um Conselho, buscando apoio dos segmentos religiosos para sua criação. Ambos os

[936] Ibidem, p. 105.
[937] Ibidem.
[938] Ibidem, p. 106.

palestrantes do dia afirmavam ser essencial o controle da programação por razões morais, embora nenhum deles tenha proposto uma solução concreta – exceto o primeiro expositor, que se mostrara favorável à ideia de autorregulamentação.

Ao argumentar a favor de segmentos minoritários, Cristina talvez buscasse demonstrar que ninguém deveria ser excluído por razões ideológicas ou religiosas. Do contrário, caso a regulamentação viesse apenas de determinados grupos, até mesmo segmentos religiosos poderiam ser preteridos em favor do lucro das empresas. Ao buscar o exemplo dos Estados Unidos, Cristina também contornava críticas que associavam o controle dos meios de comunicação a práticas de sociedades atrasadas ou comunistas. Mesmo caminhando pela borda do "vale da sombra" da censura, sua intenção parecia ser garantir, pelo menos, a criação do Conselho e deixar para o futuro os debates sobre seus limites.

Se o Conselho fosse realmente criado com uma composição mista, como Cristina defendia, poderia haver sucesso em conter os impulsos mais favoráveis à censura. Para isso, no entanto, era essencial que o órgão fosse aprovado pela Subcomissão e contemplado na Constituição.

Aparentemente, a ideia funcionou, ao menos para estimular o debate. O Pastor Nilson concordou que um Conselho poderia ser uma "boa medida" para incluir as diversas localidades na regulamentação do que seria transmitido em rádios e Tvs, especialmente em nível municipal. Ele concluiu afirmando que a programação "deveria começar a ser feita do outro lado, do povão, com o povo, com a sociedade, com todos os segmentos para fazer a programação".

Em seguida, Olívio Dutra fez uma reflexão sobre o sistema de comunicação do país, apontando sua inclinação para busca exclusiva pelo lucro. Dutra observou que, no Brasil, era comum que vários meios de comunicação estivessem sob o controle das mesmas pessoas, o que fazia com que as notícias de jornal fossem, muitas vezes, as mesmas da televisão e do rádio. Também comentou que, ao veicular transmissões e notícias, dava-se preferência a matérias com potencial econômico ou a posicionamentos favoráveis à ordem social; por exemplo, em uma greve de professores, a opinião dos empregadores e agentes estatais era frequentemente destacada, enquanto as causas da greve, segundo os trabalhadores, raramente eram ouvidas. Dutra insistia na necessidade de modificar o sistema de concessão, para que a sociedade civil pudesse participar, com regulamentação e intervenção estatal[939].

Ao criticar o modelo vigente, Dutra mencionou a Rede Globo, que, em sua opinião, era "amicíssima dos governos militares" e, na época, "amicíssima do Governo da República".

[939] Ibidem.

Previa que ela "provavelmente, será amicíssima do outro governo que vier, pode até ser o governo do PT"[940]. Ele atribuía isso ao fato de que os maiores investimentos publicitários provinham do Estado, e as empresas de comunicação, supostamente, privilegiavam o lucro.

Ao final, Dutra não formulou uma pergunta direta, mas pediu a opinião de Fanini sobre o que havia exposto. O Pastor reafirmou suas posições previamente defendidas, evitando apoiar as posições de Dutra ou abordar assuntos mais polêmicos, como a propriedade cruzada.

Após a fala de Dutra, Artur da Távola, relator da Comissão de Família, questionou o religioso sobre o que caracterizaria "a emissão de caráter religioso nos veículos de comunicação". Távola falou sobre a expansão dos grupos religiosos, em especial os evangélicos, que vinham recebendo concessões de rádios e televisões – mencionando o próprio Fanini como exemplo. Nesse ponto, o parlamentar tentou esboçar uma diferenciação entre as atuações das diversas religiões, mencionando que os evangélicos pareciam mais organizados do que os católicos, que ainda não saberiam como lidar com esses instrumentos. O questionamento de Távola, nesse primeiro momento, teve um tom mais filosófico, pedindo ao Pastor orientações para distinguir o que seria crença e o que seria religião.

Após o início da resposta de Fanini, Távola foi mais explícito sobre sua intenção, esclarecendo que desejava que o legislador incluísse também as religiões não institucionalizadas ou marginalizadas pela sociedade da época, e que, segundo ele, mereciam absoluto respeito[941]. Fanini disse concordar com o deputado e apoiar a inclusão de representantes de diversos grupos religiosos, declarando respeito a todos. Curiosamente, antes da intervenção de Távola, para complementar a pergunta, Fanini havia dito concordar com o parlamentar, criticando uma pretensa "proliferação (...) de milagreiros". O pastor distanciou-se de um "mercantilismo religioso" que promoveria a venda de "tantas coisas" explorando a fé.

Como vemos, Fanini, ao que tudo indica, mantinha uma linha de não divergir diretamente dos parlamentares. Além disso, o trecho destacado ao final poderia ser uma crítica endereçada aos grupos pentecostais, em amplo crescimento o país.

Embora os pedidos de acesso aos meios de comunicação para todas as religiões soassem razoáveis e sensatos, faltavam propostas concretas sobre como implementar esse acesso. O Pastor Fanini certamente estava ciente dos altos custos para colocar uma estação de TV no ar e para produzir programação, ou, ao menos, tinha uma ideia preliminar disso na época. Além disso, alguns grupos religiosos enfrentariam uma barreira significativa de preconceito para serem considerados em uma eventual concessão. Assim, o pedido de acesso para todos, se

[940] Ibidem.
[941] Ibidem, p. 107.

restrito às concessões públicas, poderia ser inalcançável para religiões com menos recursos, pois uma concessão sem condições financeiras para operar seria inútil. Além disso, certos grupos ainda hoje enfrentam preconceitos que dificultariam sua presença nos meios de comunicação.

O comentário de Távola incentivou Carlos Alberto Caó a propor à Subcomissão que abrisse espaço para retomar o tema, com a inclusão e "presença de um ou mais representantes das religiões afro em nosso País, e indígenas também"[942]. Com essa medida, como explicou Caó, seria possível obter uma visão "de todo o leque de manifestações religiosas de todo o País", evitando-se a restrição "àquelas manifestações de religiões que, por serem mais estruturadas, mais hierarquizadas, têm condições de usar, mesmo que ainda de forma restritiva, os meios de comunicação de massa"[943].

Em resposta ao pedido, Artur da Távola comentou que talvez não houvesse mais tempo para prolongar os debates sobre esse tópico. Assim, após uma breve discussão sobre a próxima audiência pública, a reunião foi encerrada.

4.2.7 11ª Reunião Ordinária da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação: Audiência Pública Setores Ligados à Indústria Farmacêutica.

No dia 05 de maio de 1987, foi realizada a 11ª reunião da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, com audiência pública destinada ao debate com instituições ligadas às ciências farmacêuticas. Na ocasião, foram ouvidos representantes da: a) Federação Nacional dos Farmacêuticos (FENAF); b) Associação dos Laboratórios Farmacêuticos (ALANAC); c) Conselho Federal de Farmácia (CFF); e d) Central de Medicamentos, Fundação Oswaldo Cruz (CEME); e e) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)[944].

Embora o tema da audiência, em uma análise inicial, possa não parecer tão próximo do foco deste trabalho - a não ser por ter sido discutido na mesma Subcomissão da Constituinte -, surgiram considerações e debates que ajudam a compreender o contexto do país naquele

[942] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. cit. p. 109.
[943] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. cit. p. 109.

[944] Considerando que o tal tema, em específico, não tem ligação direta com o objeto central do presente trabalho, não faremos uma análise mais profunda dessas instituições. Além disso, cumpre destacar que embora a ata afirme que seriam 4 instituições apenas, a audiência pública contou com 5 palestrantes, sendo incluído no grupo acima um representante da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

período, especialmente em relação à dominação tecnológica e econômica do mercado nacional pela indústria estrangeira.

O primeiro expositor, Dr. Eloir Schenkel, representando a FENAF, abordou alguns pontos considerados críticos para o mercado farmacêutico nacional. Entre eles estavam a falta de fiscalização e desenvolvimento estatal em pesquisa (tanto básica quanto avançada) e a necessidade de formação em ciência e tecnologia para o setor de medicamentos. Essa situação permitia que um elevado número de produtos proibidos em outros países fossem comercializados e utilizados livremente no tratamento de doenças no Brasil. Após a abertura do mercado à indústria estrangeira, a indústria farmacêutica nacional passou por "um processo de dissociação da produção científica e tecnológica nacional e a demanda do mercado", controlado por monopólios[945].

Uma das soluções propostas pela FENAF era que a nova Constituição estabelecesse uma política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico para a ciência farmacêutica, com mais de recursos destinados ao setor. Além disso, a instituição defendia a implantação de uma indústria "químico-farmacêutico estatal para garantir a autonomia tecnológica e industrial na produção e desenvolvimento de medicamentos, insumos e reagentes necessários para a assistência farmacêutica"[946].

O setor de medicamentos enfrentava um problema comum ao país como um todo, inclusive para a indústria de informática. O deputado Hélio Costa[947], antes de formular suas perguntas, afirmou que supostamente 80% do mercado estaria nas mãos de multinacionais de medicamentos. No Brasil, essa situação teria gerado o que o deputado classificou como absurdo: devido ao Plano Cruzado, medicamentos essenciais estariam em falta nas farmácias, uma vez que grandes indústrias estariam exigindo melhores preços[948].

O deputado também destacou a falta de investimentos governamentais em pesquisas, acrescentando que representantes de laboratórios estrangeiros, supostamente, exerciam pressão sobre médicos brasileiros para que prescrevessem determinados medicamentos. Segundo ele, os brasileiros estavam servindo, à época, "como cobaia nos laboratórios internacionais",

[945] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. cit, p. 111.
[946] Ibidem, p. 111
[947] Hélio Costa (PMDB-MG) era membro titular da Comissão da Ordem Social, mas suplente na de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Segundo Leôncio Rodrigues, era proprietário de emissora de Rádio em Barbacena (MG). Hélio tinha sido por anos repórter da TV Globo, no programa "Fantástico", especializando-se "em relatar temas ligados à saúde". RODRIGUES. Quem é Quem na Constituinte. cit., p. 274.
[948] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. cit, p. 111.

porquanto medicamentos proibidos em outros países eram comercializados em território nacional sem qualquer embaraço ou fiscalização[949].

A pergunta do parlamentar era se, na opinião do expositor, deveria haver uma intervenção imediata do Governo e de entidades na indústria farmacêutica, um comentário que gerou a concordância pelo expositor.

A segunda exposição do dia foi da ALANAC, representada por Sara Mariane. Em linhas gerais, sua palestra destacou dificuldades semelhantes às mencionadas pelo palestrante anterior. Mariane abordou os desafios enfrentados pela indústria farmacêutica nacional, que cobria apenas parte do mercado interno e dependia, muitas vezes, de matéria-prima e outros insumos (como frascos para remédios), frequentemente monopolizados por empresas estrangeiras[950].

Os pedidos da instituição incluíam que o poder público fosse obrigado a adquirir produtos e matérias-primas farmacêuticas de empresas nacionais; que a legislação sanitária favorecesse as empresas nacionais; e que as patentes nesse setor não fossem reconhecidas no país[951].

Como vemos, o mercado interno e o baixo nível de desenvolvimento técnico e de investimentos da indústria nacional voltaram a ser discutidos na Subcomissão. Em resposta à pergunta de Antônio Gaspar sobre qual deveria ser a postura do Estado em relação aos produtos naturais, a Dra. Mariane destacou outro problema recorrente no cenário nacional: o fato de o país exportar toneladas de matérias-primas para, posteriormente, importar, a preços muito mais altos, os produtos derivados desses materiais. Em sua opinião, a solução passaria pela integração entre universidades, indústria e governo[952].

Formulou-se questão de ordem, mais relacionada ao tema da tese. Joaci Góes perguntou em qual data o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães (ACM)[953], seria ouvido. A pergunta foi respondida por Cristina Tavares, que explicou que o Regimento Interno não obrigava os Ministros de Estado a comparecerem às Subcomissões, sendo sua presença prevista apenas quando tivessem "algo a dizer para a Subcomissão e para o País". Cristina criticou ACM, afirmando que ele possivelmente não aceitara o convite porque seu "temperamento (...) não se coadunasse bem com os projetos que"[954] estavam sendo discutidos na Subcomissão.

[949] Ibidem, p. 111.
[950] Ibidem, p. 114-115.
[951] Ibidem, p. 114-115
[952] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. cit, p. 115.
[953] Ibidem, p. 116.
[954] Ibidem, p. 116.

Após o esclarecimento de Cristina, Góes lembrou que Ângelo Magalhães havia dito que, apesar de não ter aceitado o primeiro convite, Antônio Carlos não abriria mão de comparecer. Góes parecia ansiar pela presença de ACM, para questioná-lo acerca "das graves acusações" que pesavam sobre o Ministério e, "particularmente, a pessoa do Ministro"[955].

Cristina retomou os comentários, afirmando haver duas categorias de Ministros: aqueles que compareciam às Subcomissões e aqueles que não[956]. Citando o Ministro Archer como exemplo, disse que ele pertencia à categoria dos que compareciam democraticamente. Quanto a ACM, Tavares declarou que ele provavelmente não comparecia à Subcomissão "porque provavelmente seu conceito de democracia" não se coadunaria "com o da maioria"[957] dos membros da Subcomissão.

O expositor seguinte, Bruno Cunha, representante do Conselho Federal de Farmácia, defendeu que o país não aderisse ao tratado de reconhecimento de patentes de medicamentos, adotando uma "política de similaridade de medicamentos"[958].

O pedido que mais movimentou os debates, contudo, foi o de reserva de mercado para "medicamentos essenciais" e a proibição de propaganda nos meios de comunicação que incentivasse "a auto-medicação"[959].

O debate começou de forma tranquila, com um breve comentário e pergunta de Antônio Gaspar, que afirmou que a saúde e, por conseguinte, a distribuição de medicamentos pelo Estado, seriam obrigações fundamentais do poder público. Nesse ponto, o expositor concordou com o constituinte.

Em seguida, a atmosfera na Subcomissão mudou, emergiu o tema "reserva de mercado". Arnold Fioravante utilizou os dados apresentados pelo expositor – de que centenas de milhares de pessoas morreriam anualmente no Brasil por doenças como Chagas, esquistossomose, contaminação hospitalar, entre outras – para questionar se a reserva de mercado não agravaria essa situação, pois, em sua opinião, ela atrasaria o país[960].

O expositor devolveu a pergunta, indagando como o parlamentar enxergava a ideia de deixar a saúde nacional "ao sabor da boa vontade de fornecedores internacionais de medicamentos"[961]. Ele também mencionou exemplos anteriores fornecidos à Subcomissão,

[955] Ibidem, p. 116.
[956] Ibidem, p. 116.
[957] Ibidem, p. 116.
[958] Ibidem, p. 117.
[959] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. cit., p. 117.
[960] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. cit., p. 117.
[961] Ibidem, p. 118.

segundo os quais empresas estrangeiras estariam se recusando a vender determinados medicamentos ao país se os preços não fossem aumentados. Bruno Cunha destacou que a reserva de mercado seria apenas para medicamentos essenciais e "para o desenvolvimento de capacitação nacional". Ele mencionou ainda que parte dos produtos desenvolvidos no país não encontrariam mercado porque as empresas multinacionais dominavam 80% do setor e, supostamente, se recusariam a adquirir matéria-prima produzida pela indústria nacional[962].

Tomando a palavra, Cristina Tavares afirmou que, no Brasil, até aquele momento existia, na prática, "uma reserva de mercado para empresas transnacionais. O resultado disso era a situação descrita pelo expositor, com centenas de milhares de doentes em todo o país. Esse estaria submetendo, segundo Cristina, a "uma política de abertura completa aos milagres das empresas multinacionais"[963]. Por fim, ela comparou as indústrias de informática e farmacêutica, afirmando que, na área de informática, ao menos existia uma tecnologia nacional em funcionamento, enquanto na farmacêutica não havia nada.

Logo em seguida, Fioravante[964] respondeu afirmando que o país estaria atrasado. Cristina respondeu que sequer sabia qual poderia ser uma condição pior do que a em que o país já se encontrava. Fioravante[965] retomou a palavra, afirmando que era preciso construir uma Constituição voltada para o ano 2000 e acrescentou: "se nós não temos competência para fazer computador, vamos fazer uma boa agricultura"[966]. Cristina, talvez rindo[967], respondeu que o país tinha, sim, competência para não chegar ao ano 2000 como uma nação colonizada. Seu oponente então afirmou que, havia 56 anos, assistia à mesma catástrofe, que ele considerava ser uma questão de protecionismo, e continuou: "vamos fazer reserva do quê? Para segurar o quê? Produzir o quê? Nós temos é que ganhar onde podemos, onde temos força para ganhar"[968].

---

[962] Ibidem.
[963] Ibidem.
[964] Acreditamos que, nesse ponto das notas taquigráficas, haja um erro em relação a quem era o debatedor de Cristina. As falas, de acordo com as notas, supostamente seriam de Joaci Góes. Todavia, quem lançou a pergunta foi Arnold Fioravante e, em determinado trecho da fala atribuída à Góes, é dito "tem 56 anos que estou rindo e vendo a mesma coisa". Cinquenta e seis era a idade de Arnold Fioravante, nascido em 1º de fevereiro de 1931. Joaci Góes, por sua vez, tinha 48 anos na ocasião, por esse motivo acreditamos que a transcrição das notas taquigráficas contém tal erro e a fala seria, na verdade, de Arnold. Checamos as duas versões das atas, tanto a disponível no site da Câmara dos Deputados, quanto a que está no Senado (que temos usado mais corriqueiramente por conter num arquivo só todas as notas taquigráficas da Subcomissão), ambas contêm o mesmo equívoco.
[965] Idem nota anterior.
[966] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. cit, p. 118. Conforme exposto em nota anterior, as notas taquigráficas atribuem a fala a Joaci Góes, mas os argumentos, a posição e o teor da fala nos levam a crer que seja Arnold Fioravante o autor da fala.
[967] Presumimos que a parlamentar estivesse rindo porque o interlocutor, após afirmar que o país poderia fazer uma boa agricultura, disse "É claro! A senhora pode rir". Na sequência, a fala de Cristina começa com "Não, eu estou achando graça (...). ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. cit, p. 118.
[968] Ibidem, p. 118.

Cristina, por fim, declarou ter feito apenas uma constatação: ao abrir o mercado para as multinacionais, estas não se interessavam em "fazer medicamentos baratos nem medicamentos para doenças de massa"[969]. Ela pontuou que aquele era o momento de discutir esses problemas, ou o país ficaria sem soluções. Destacou que o Brasil, no passado, tivera uma indústria farmacêutica bastante próspera, que teria sido "asfixiada justamente por determinada mentalidade que surgiu neste país, de que tudo que vir do estrangeiro é bom, e que tudo o que for nacional é ruim"[970].

Finalmente, dirigindo-se ao expositor, Cristina indagou o que, em sua opinião, poderia ser feito para estimular a indústria nacional. Em resposta, o expositor concordou com a deputada, afirmando que o país vivia, na ocasião, uma *reserva de mercado ao inverso*.

O debate com o expositor prosseguiu com perguntas de Hélio Costa – que questionou qual percentual do faturamento das empresas deveria ser destinado à pesquisa – e de Joaci Góes – que indagou sobre as razões técnicas que impediriam o Brasil de alcançar um avanço significativo na comercialização de remédios[971].

A próxima expositora foi Marta Martinez, representante da CEME, que informou que a indústria de medicamentos movimentava cerca de US$ 1.8 bilhão de dólares no Brasil, dos quais, segundo ela, 35% eram custeados pelo governo federal[972]. Com esses dados em mente, as propostas concretas da CEME para a Constituinte foram: a) que o poder público assegurasse o fornecimento de todos os medicamentos considerados essenciais pelo Plano de Atenção Básica de Saúde; b) que fosse dado tratamento preferencial às "empresas genuinamente nacionais, em termos de incentivos fiscais, financeiros e de exploração do mercado"[973]; e c) que a aquisição de produtos farmacêuticos para uso público fosse de empresas nacionais, quando houvesse produção no país[974].

José Carlos Martinez questionou a publicidade estatal sobre medicamentos, que supostamente informava a disponibilidade de remédios para os municípios, enquanto, na prática, muitos postos de saúde permaneciam fechados. Martinez também perguntou à expositora sobre a função estatal: se deveria apenas adquirir os produtos e organizar a produção estatal ou, também, fabricá-los. No caso de fabricação, ele questionou se investir recursos

[969] Ibidem, p. 118.
[970] Ibidem, p. 118.
[971] Ibidem, p. 118-119.
[972] Ibidem, p. 119-120.
[973] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p. 120. Nessa passagem a expositora pontuou que o Brasil seria um dos poucos países "em que o segmento nacional não tem privilégios – vide legislação americana e de países adiantados".
[974] Ibidem, p. 120.

públicos no desenvolvimento de medicação para, em seguida, comprar essa mesma medicação não sairia mais caro para o contribuinte[975].

De um modo geral, as indagações de Martinez pareciam inseridas em um contexto mais amplo de debate sobre reserva de mercado. Como Arolde de Oliveira havia antecipado nas primeiras reuniões, o tema de fato era quente. Olívio Dutra também se manifestou, a favor de uma reserva de mercado e de uma maior atuação estatal, com controle da sociedade na economia – modelo que ele já havia defendido em outras áreas nas reuniões anteriores da Subcomissão.

Outra pergunta que recebeu uma resposta bastante reveladora do contexto econômico do país foi a de Carlos Alberto Caó. Ele que questionou se era verdade que determinado medicamento, ao passar a ser fabricado no Brasil, havia tido seu preço reduzido em 40%[976]. A palestrante disse que todo medicamento, quando começava a ser fabricado no país, como que num "passe de mágica" o preço caía, o que ocorria também em função de um suposto "dumping[977]".

Na quarta exposição do dia, o médico Antônio Arouca, representando a Fundação Oswaldo Cruz, apresentou uma perspectiva um pouco diferente das anteriores, abordando a falta de valorização e desenvolvimento de profissionais de pesquisa no Brasil. Arouca expôs a realidade da FIOCRUZ, onde se desenvolviam pesquisas para a erradicação de doenças no país, mas onde a infraestrutura obrigava os profissionais a trabalharem sem banheiro. Esses profissionais, segundo o expositor, apesar de terem dedicado anos aos estudos em universidades, incluindo formações em outros países, enfrentavam salários baixos, inferiores ao que receberiam em empresas privadas no exterior.

Os debates ativeram-se, então, às necessidades da FIOCRUZ. A exceção foi Olívio Dutra, que questionou Arouca se a Fundação teria sofrido algum tipo de pressão da indústria, especialmente a de medicamentos, devido às pesquisas realizadas. Arouca afirmou que era possível sentir mais pressão em áreas como biotecnologia e desenvolvimento de tecnologia de diagnóstico, setores onde havia competição no mercado[978]. Não houve, no entanto, espaço para aprofundar quais eram essas pressões ou quem as exercia.

A última fala do dia foi do representante da EMBRAPA, que destacou a importância do investimento em pesquisa, mencionando números positivos. O expositor foi questionado, de

[975] Ibidem, p. 121-122.
[976] Ibidem, p. 122-123.
[977] Na nota taquigráfica está escrito "duping" e grifado. Acreditamos que o que foi dito pela palestrante tenha sido dumping e que tenha havido um erro de digitação da nota taquigráfica. Ibidem, p. 123.
[978] Ibidem.

forma contestatória, por constituintes como Olívio Dutra, Cristina Tavares e Francisco Sales, sobre se o desenvolvimento beneficiava todas as regiões e se atendia aos pequenos produtores.

4.2.8 12ª Reunião da Subcomissão – Audiência Pública Associação dos Profissionais de Processamento de Dados (APPD), União Brasileira de Informática (UBIP), Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários (SUCESU), e Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (FITEL).

No dia 6 de maio de 1987 ocorreu, com tempo escasso, a última audiência pública na Subcomissão, encerrando o período de calmaria antes das tempestades nas reuniões seguintes da Subcomissão e da Comissão temática. Na ocasião, falaram representantes da Associação dos Profissionais de Processamento de Dados (APPD), da União Brasileira de Informática (UBIP), da Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários (SUCESU) e da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (FITEL).

Para Ezequiel Pinto, pela APPD, a nova Constituição deveria proteger a intimidade e a privacidade do cidadão, assegurando o direito de acesso aos dados pessoais mantidos em bancos de dados[979]. O expositor também afirmou a necessidade de declarar e utilizar a soberania sobre o mercado interno, defendendo a reserva de mercado no setor de informática, especialmente no segmento de software[980].

A última exposição do dia, a do representante da SUCESU, gerou divergências. Criticando a falta de investimentos nos centros de pesquisa do país, tanto nas universidades quanto em centros autônomos[981], ele defendeu a livre iniciativa como o único caminho para conduzir o Brasil a uma posição de destaque na comunidade internacional[982]. Manifestou-se favorável às joint-ventures "entre empresas brasileiras e estrangeiras, com a prevalência do capital nacional", alegando que trariam, a curto prazo e baixo custo, "tecnologias avançadas". Estas, segundo o expositor, reduziriam o "GAP existente entre" a tecnologia nacional e a de outros países[983].

De maneira geral, a SUCESU estava apresentando críticas ambíguas à reserva de mercado na informática, defendendo menos restrições ao capital estrangeiro. Desejava-se uma flexibilização imediata para absorver, desde logo, as tecnologias mais avançadas disponíveis

[979] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p. 131.
[980] Ibidem, p 131.
[981] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p 137.
[982] Ibidem, p 138.
[983] Ibidem, p 138.

no exterior. Por fim, o expositor propôs um esboço de artigo, segundo o qual o Estado deveria garantir o "desenvolvimento científico e tecnológico do País, o acesso a novas tecnologias sem restrições e em benefício de toda a sociedade brasileira".

As posições do expositor foram questionadas durante o debate. O deputado Carlos Alberto Caó falou de um possível disfarce da predominância do capital estrangeiro por meio das joint-ventures, perguntando se isso não seria, de certo modo, antagônico aos objetivos da política (de informática e de capacitação técnica)[984]. O expositor respondeu que as joint-ventures poderiam dar ao país mais modernização e maior conhecimento tecnológico. Cristina Tavares, logo na sequência, afirmou que o país já se utilizava das joint-ventures no mercado automobilístico e o resultado, segundo alegou a deputada, era que não haveria no Brasil nem bons carros, nem preço baixo.[985] Com base nessa observação, ela pediu que o expositor citasse um exemplo de país em que as joint ventures tivessem efetivamente trazido avanços em tecnologia de ponta.

Em resposta, o expositor mencionou a Embraer, que, supostamente em parceria com duas empresas italianas, estaria conseguindo desenvolver projetos de grande porte e participar de concorrências internacionais[986]. Cristina Tavares, após a fala do representante da SUCESU, afirmou que a parceria indicada pelo expositor não era uma joint venture, mas um projeto específico entre as três empresas. O expositor, por sua vez, comentou que considerava essa associação como uma joint venture[987].

A última palestra foi realizada por um representante da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (FITEL). A instituição sindical defendeu o monopólio estatal dos serviços públicos "de telecomunicação de comunicação postal", tendo como princípio "o atendimento de toda a sociedade". A proposta não estava claramente delineada, mas aparentemente o expositor referia-se ao monopólio legal e à infraestrutura de transmissão, uma vez que a continuação da proposição especificava que "nenhum serviço privado de telecomunicações" poderia ser implantado em condições que contornassem "a utilização das redes públicas, operadas num regime de monopólio estatal".

O representante sindical propunha que a nova Constituição incluísse um artigo estabelecendo que "as tarifas dos serviços públicos de telecomunicações e dos serviços postais" deveriam "propiciar níveis positivos de remuneração, assegurada a eficiência econômica e a

[984] Ibidem.
[985] Ibidem.
[986] Ibidem.
[987] Ibidem.

saudade financeira da atividade". Na opinião do expositor, a exploração de telecomunicações deveria garantir lucros que permitissem o desenvolvimento tecnológico e industrial da atividade, que deveria ser controlada por "instituições e empresas genuinamente brasileiras".

Seguiram-se perguntas de Olívio Dutra, Carlos Alberto Caó e Joaci Góes. Escapando um pouco do tema do expositor, Goes lhe fez duas perguntas: a primeira sobre a competitividade no mercado global de informática, e a segunda sobre as acusações de corrupção envolvendo o Ministro das Comunicações e a suposta defesa dele pela Rede Globo – empresa cujo proprietário Góes dizia admirar[988]. Antes de passar a palavra ao expositor, o presidente da mesa, deputado Arolde de Oliveira, afirmou que repassaria apenas uma das perguntas, uma vez que a segunda não era matéria constitucional e, portanto, não necessitava de resposta naquela audiência.[989]

Nesse momento, instaurou-se a divergência. Joaci Góes declarou que teria prazer em acolher a orientação da mesa, mas, como esta não tinha base regimental e como a FITEL congregava cerca de 85% dos trabalhadores da área, ele manteria ambas as perguntas. Arolde, embora tivesse dito que não desejava usar o Regimento Interno, mencionou que o artigo 50, nº 4, desse diploma lhe permitia conceder ou negar a palavra. Assim, ele encaminhou apenas a primeira parte da pergunta ao expositor e passou-lhe a palavra.

Após a resposta da FITEL, Joaci Góes pediu ao palestrante que permanecesse na mesa e insistiu para que sua pergunta fosse respondida. Góes questionou, também com base no Regimento Interno, qual seria o dispositivo que permitia ao presidente impedir a resposta à pergunta formulada. Arolde, citando o artigo 6º do Regimento, afirmou que poderia "advertir o orador" caso este utilizasse "expressões descorteses ou insultuosas, cassando-lhe a palavra em caso de reincidência"[990].

A discussão continuou, com Joaci Góes reafirmando que não havia sido descortês ou insultuoso e solicitando que a questão fosse decidida pelo plenário da Subcomissão. Em seguida, Carlos Alberto Caó comentou que seria relevante convidar o Ministro das Comunicações, por meio dacomissão maior, para participar de uma das reuniões. Também seria importante que Roberto Marinho - que, segundo o deputado, ocupava uma posição de "liderança política" no país - fosse convidado[991].

[988] Ibidem, p. 145.
[989] Ibidem, p. 146
[990] Ibidem.
[991] Ibidem, p. 146-147.

No entanto, devido à falta de quórum regimental para votação em plenário, não foi possível decidir sobre o que havia sido proposto por Góes, permanecendo a decisão do presidente da mesa.

4.3 O Relatório, as emendas e os anteprojetos: Uma Subcomissão divida em duas.

4.3.1 O Anteprojeto de Cristina Tavares e a Proposta Desenvolvimentista

Antes mesmo de ser formalmente apresentado, o projeto de Cristina já gerava expectativas e desconfianças. Em matéria publicada no Jornal do Brasil, no dia 2 de abril de 1987, comentando a indicação de Cristina para a Relatoria da Subcomissão, afirmava-se que a Relatora era "tida como maldita junto aos lobbies que se formaram na periferia da Constituinte". Estes teriam tentado "evitar que chegasse à relatora da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação"[992]. A matéria trazia uma entrevista com Cristina, na qual a deputada negava querer estatizar a TV, afirmando que seu projeto não causaria horror à iniciativa privada. A reportagem dizia que Tavares via as primeiras propostas da FENAJ para o setor como "utópicas" e teria consciência de que o país não estaria num "processo revolucionário (...), a Constituinte é soberana, mas limitada pela correlação de forças dentro e fora do Congresso"[993]. Ainda conforme a reportagem, a posição de Cristina era a de que as concessões deveriam ser dadas

> à iniciativa privada – 'a não ser que associações comunitárias ou universidades se interessem, tendo, portanto, a prioridade' – mas é a favor de que o sistema de TVs educativas permaneça nas mãos do Estado. Sobre a censura, acha que é atribuição de a sociedade resolver. Por isso considera que, da mesma forma que existirá um conselho nacional, conselho estaduais de comunicação devem ser criados para disciplinar coisas desse tipo[994].

Cristina vislumbrava no setor "'um abuso do poder da informação no Brasil'". Seu projeto traria uma proposta viável, e que visaria a acomodar os mais variados interesses. Sobre a censura, a reportagem dizia que esta passaria a ser "classificatória", semelhante à existente nos Estados Unidos, país em que havia

> grupos sociais que se mobilizam para retirar programas do ar ou mudar o horário de apresentação de acordo com o interesse do grupo. Em áreas muito religiosas, por exemplo,

[992] DEPUTADA diz que não quer estatizar TV. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 12 abr. 1987. Política, Caderno 1, p. 2-2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/196836. Acesso em: 10 jun. 2024.
[993] Ibidem.
[994] Ibidem.

> este controle é mais severo. No Brasil pode-se pensar em coisas semelhantes. Afinal, seria mais prudente permitir que o próprio grupo social decidisse o que ver e ouvir do que dar essa prioridade a um delegado da Polícia Federal[995].

O projeto foi apresentado à Subcomissão em 13 de maio de 1987. Participaram da audiência, além dos membros titulares, o Senador Mario Covas, líder do PMDB na Constituinte, e Arthur da Távola, relator da Comissão de Família, Ciência e Tecnologia e da Comunicação[996].

A presença de Mário Covas sinalizava, além do prestígio de Cristina Tavares perante a cúpula do partido, apoio ao projeto e a mobilização do próprio PMDB (ou pelo menos de uma parte do núcleo do partido) para a sua elaboração. Chama atenção que Mario Covas tenha sido citado e duramente criticado no livro de memórias de Fernando Ernesto Corrêa, o qual argumentava que os diálogos da Abert com ele seriam difíceis[997]. Segundo tal obra, Covas teria trabalhado "furiosamente pela estatização", o que teria levado a Associação a deslocar uma pessoa para a função específica de acompanhar os passos do político na Constituinte[998].

As ideias de Cristina, anteriormente expostas em jornal e na própria Subcomissão, refletiam posições contidas no próprio programa do PMDB. Nas revistas do partido publicadas nos anos precedentes à Constituinte, destacavam-se temas como a comunicação social e a reserva de mercado na informática.

Além do provável interesse de Covas no tema, a ida do Senador à Subcomissão também poderia ser uma tentativa de minimizar as possíveis e esperadas reações adversas ao projeto, especialmente de setores ligados à Abert e aos grandes meios de comunicação. Juntamente com Covas vinha o capital político de líder do PMDB na Constituinte e Senador por São Paulo, eleito com mais de 7 milhões de votos.

A sessão foi acompanhada por representantes de algumas das entidades que haviam participado das audiências públicas. Antes da leitura do relatório e projeto, houve debate acerca de como prosseguiriam os trabalhos. Joaci Góes, ainda insatisfeito pelo corte de sua pergunta na última reunião com audiências públicas, voltou a indagar o presidente da Subcomissão a respeito, tendo este admitido que tinha agido mal.

Algumas questões regimentais, levantadas especialmente por Mendes Ribeiro, davam pistas da tensão que seria vivenciada nos próximos dias. O deputado perguntou qual seria o procedimento em caso de rejeição integral ao projeto, se haveria substituição de relatoria nesse

---

[995] DEPUTADA diz que não quer estatizar TV. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 12 abr. 1987, cit.
[996] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p 148 e ss.
[997] Os termos exatos utilizados na obra eram "Esse [em referência a Mário Covas] era chato, turrão, mal-educado, grosseiro, de mal com a vida – mas era importante". PINHEIRO. O Lobista – Fernando Ernesto Correa: negócios, política e jornalismo. cit. p. 37.
[998] PINHEIRO. O Lobista – Fernando Ernesto Correa: negócios, política e jornalismo. cit. p. 37.

caso ou não – conforme foi observado no decorrer dos trabalhos da Subcomissão, essa era de fato a intenção do grupo classificado como "conservador".

Após os debates iniciais, Cristina fez a leitura do seu relatório. Na introdução, Cristina destacou ser importante para o Brasil conquistar a "autonomia", a qual ocorreria com a "concorrência do fortalecimento da base científica e tecnológica interna, do cuidado com os recursos nacionais disponíveis e potenciais e com autonomia de decisões acerca das formas de equacionamento dos desafios para se atender às necessidades do país e de seu povo"[999]. O país, nesse processo, não poderia declinar de "manter soberanamente disponíveis seus recursos e seu mercado como patrimônio da nação"[1000].

O mercado interno foi apresentado como um recurso e como um "instrumento fundamental para o desenvolvimento científico e, sobretudo, tecnológico de uma nação". Ao abordar a "autonomia" que buscava, a deputada ressaltou que não se confundia com o isolamento; tratava-se apenas de se assegurar dispositivos constitucionais como "formas de garantir investimentos e resultados engrandecedores de uma nação"[1001]. Por "autonomia" Cristina entendia o

> direito básico de decidir sobre os objetivos nacionais, os rumos da política interna e as formas de condução desta política e da utilização dos recursos nacionais a partir e tendo em vista a Nação Brasileira, não significa xenofobismo mas condições internamente que tecnologia utilizar, como absorvê-la e como obtê-la[1002].

Cristina afirmou ser necessário garantir a liberdade de pesquisa. O país deveria ter "uma estrutura científica capaz não somente de acompanhar o que se desenvolve nos países avançados, mas também em condições de gerar conhecimento nas diversas áreas"[1003].

Afirmou também que os Constituintes não poderiam prescindir de "examinar o conceito de segurança nacional", o qual deveria "se ampliar, incluindo aquelas questões que, colocam o país em posição de extrema vulnerabilidade interna e externa"[1004]. Esse apelo à segurança nacional no relatório poderia ter interpretações múltiplas. Primeiro, poderia ser uma referência aos artigos dedicados à energia nuclear do projeto, os quais vedavam "a fabricação, o trânsito, o transporte, a guarda ou o armazenamento de armas nucleares em todo o território nacional"[1005]. Segundo, talvez o que melhor encaixa, fosse uma forma de abrir discussão sobre

[999] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p 152.
[1000] Ibidem.
[1001] Ibidem.
[1002] Ibidem
[1003] Ibidem.
[1004] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p 152.
[1005] Ibidem, p 153.

o atraso e a dominação tecnológica, material e financeira, dos países subdesenvolvidos pelos países apresentados como mais avançados[1006].

Cristina também disse defender um "capitalismo social", o qual viria inserido num contexto maior de desenvolvimento de estruturas nacionais e da sociedade como um todo. Na linha do que afirmara anteriormente, Cristina marcava, com a utilização de "capitalismo social", a posição de que não pretendia estatizar o setor de comunicação. É possível que se buscasse mesmo o consenso em torno de seu projeto, prevenindo-se contra a acusação de que o projeto estivesse mais voltado às esquerdas ou pautas comunistas.

Interessante notar que tal "capitalismo social" era atrelado, aqui, a um projeto desenvolvimentista, com fortalecimento do mercado interno e de empresários brasileiros, sem se renunciar à criação de condições para a justiça social e desenvolvimento humano. O projeto visava, em linhas gerais, libertar o país da característica de "mercado" de produtos desenvolvidos por outras nações, para ser protagonista no cenário econômico. O projeto de Cristina Tavares não era, portanto, revolucionário e anticapitalista, mas parte de uma tentativa de mudar estruturas sociais e buscar desenvolvimento autônomo e nacional. O crescimento econômico e a modernização não se dissociavam da preocupação com as condições da soberania econômica nacional e com o acesso popular a bens e produtos industrializados.

A comunicação estava inserida nesse contexto e recebeu destaque no relatório. Descrevendo-a como um "recurso social vital", Cristina tratou do tema em quatro frentes: serviço público, bem social, direito fundamental do indivíduo e possibilidade de exploração da atividade pela iniciativa privada, a qual, entretanto, estaria condicionada à observância das finalidades sociais dos serviços. Segundo a relatora, toda e qualquer decisão nas sociedades modernas, dependeria da informação, porquanto a sociedade pensaria, definiria seus projetos estratégicos e estabeleceria seus padrões éticos, morais e políticos, com base naquilo de que estivesse informada. O relatório pregava a ampliação e diversificação dos meios e das tecnologias como forma de aumentar a quantidade de informação socialmente produzida e recebida - aumento que permitiria à sociedade verdadeiramente praticar a democracia.

Cristina destacou o papel da imprensa escrita na construção e consolidação das democracias, lembrando ainda que o rádio e a televisão, no Brasil, teriam tido "grande importância como veículos de integração cultural e política da Nação"[1007]. Para a relatora, as

[1006] No sentido aqui exposto ver BERCOVICI, Gilberto. Desigualdades Regionais, Estado e Constituição. São Paulo, editora Max Limonad, 2013.
[1007] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p 153.

liberdades de informar e de opinião seriam direitos dos mais importantes do cidadão. Tais liberdades, todavia, vinham atreladas ao que a relatora chamou de "liberdade de ser informado", em referência ao direito a ser informado, o qual era a contrapartida da liberdade de informar.

Cristina dizia vislumbrar no país condições suficientes para a inclusão de novas regras para "assegurar o funcionamento democrático dos meios de comunicação". Ainda que o projeto assegurasse a "liberdade de iniciativa", a relatora dizia ser importante subordinar "essa liberdade aos objetivos sociais", o que seria, na sua visão, coerente a uma visão moderna de capitalismo[1008].

Tavares também destacou a importância do monopólio estatal para as telecomunicações, tanto para assegurar compatibilidade de tecnologias industriais diferentes, quanto para financiar serviços socialmente necessários, mas deficitários. Por fim, Cristina afirmava enxergar um novo cenário, dentro do qual "grandes organizações empresariais conviverão com produtores mantidos por entidades culturais ou comunitárias, num ambiente verdadeiramente democrático"[1009]. O projeto constitucional sugeriria que fosse aproveitado tal momento de mudanças "sociopolíticas coincidindo com transformações tecnológicas" para multiplicar os "meios pelos quais a sociedade poderá falar"[1010].

Passada a apresentação, a relatora leu o projeto aos seus pares. Este contava com 18 (dezoito) artigos, divididos em sete subtítulos, notadamente: Da Ciência e Tecnologia; O Impacto do Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Do Trabalho; Dos Recursos em Ciência e Tecnologia; Energia Nuclear; e Da Comunicação. O projeto continha uma linha desenvolvimentista geral conectando os artigos.

O primeiro artigo estabelecia que o Estado seria responsável por promover o desenvolvimento científico e a autonomia tecnológica. Os parágrafos que compunham tal artigo projetavam a liberdade e o incentivo à pesquisa.

Ainda no mesmo tópico, no artigo segundo, a relatora apresentava o "mercado" como "patrimônio nacional", a ser "ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da população"[1011]. Os parágrafos do mesmo artigo estabeleciam a reserva de mercado, que dependeria de lei para regulamentação:

> Artigo 1º- O Estado promoverá o desenvolvimento cientifico e a autonomia tecnológica, atendendo as prioridades nacionais, regionais e locais, bem assim a

[1008] Ibidem.
[1009] Ibidem.
[1010] Ibidem.
[1011] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p 153.

> difusão dos seus resultados, tendo em vista, a transformação da realidade brasileira de modo a assegurar a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e do meio ambiente.
> § 1º - É garantida liberdade de opção dos pesquisadores, instrumentada pelo incentivo à investigação, criatividade e invenção.
> § 2º - É assegurado, na forma da lei, o controle pela sociedade, das aplicações da tecnologia.
> § 3º - A pesquisa deve refletir seu compromisso com as prioridades regionais e locais, bem assim sociais e culturais, tendo em vista sobretudo, a realização do bem comum, o benefício da coletividade e a plena utilização de seus recursos humanos-culturais.
> § 4º - É garantida a propriedade intelectual, atendidos os interesses do desenvolvimento científico e tecnológico da nação.
>
> Artigo 2º - O mercado integra o patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento socioeconômico, o bem-estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da nação.
> § 1º - A lei estabelecerá reserva de mercado interno tendo em vista a realização do desenvolvimento econômico e da autonomia tecnológica e cultural nacionais.
> § 2º - O Estado e as entidades de suas administrações direta e indireta utilizarão preferencialmente, na forma da lei, bens e serviços ofertados por empresas nacionais.

O conceito de "informação" foi abordado em dois momentos no projeto. O primeiro em referência ao *habeas data*, inserido no tópico "Do Impacto do Desenvolvimento Científico e Tecnológico", por meio do qual se asseguraria o acesso a informações pessoais em bancos de dados controlados por entidades públicas ou privadas[1012].

A segunda referência estava no tópico destinado à Comunicação. Neste, a relatora descrevia a informação como "um bem social e um direito fundamental da pessoa humana". O projeto visava a garantir a todo o cidadão o direito, sem restrição de qualquer natureza, à liberdade de procurar, receber e transmitir informações, ideias e opiniões, por quaisquer meios de veículos de comunicação.

Tratando de "informação", o projeto fazia menção a dois conceitos conectados, mas distintos. Primeiro, como dado pessoal que o indivíduo teria interesse em buscar nos bancos de dados públicos. Segundo, como um bem social que garantido a todos como como condição para tomada de decisões livres, deveria ser difundido e tornado acessível. Para a consagração desse direito, havia um artigo sobre a comunicação dispondo que os meios de comunicação deveriam "estar sempre a serviço do desenvolvimento integral da Nação, da eliminação das desigualdades e injustiças, da independência econômica, política e cultural do povo brasileiro e do pluralismo ideológico"[1013].

O projeto também previa o monopólio estatal de exploração de "serviços públicos, de telecomunicações, comunicação de dados, inclusive trans-fronteiras, comunicação postal e telegráfica". Tais atividades, todavia, poderiam ser exploradas por entidades de direito privado,

[1012] Ibidem.
[1013] Ibidem, p. 154.

através de redes públicas estatais. A propriedade, administração e orientação intelectual de empresas e entidades de comunicação seriam, segundo o projeto, privativas de brasileiros natos e sociedades, com sede no país, cujo capital estivesse representado por ações ou quotas nominativas de propriedade de brasileiros natos.

A proposta que gerou maior repercussão foi a da criação do Conselho de Comunicação Social, órgão já defendido anteriormente por Cristina ao longo das audiências públicas. Tal Conselho seria integrado por quinze brasileiros natos em pleno exercício de seus direitos civis, os quais representariam diferentes órgãos e segmentos da sociedade[1014].

As atribuições desse Conselho eram amplas. Ficaria incumbido das concessões e do estabelecimento de políticas públicas de rádio e televisão, o que poderia conflitar com as competências do Ministério das Comunicações.

Com a criação do novo órgão mudaria também o modelo das concessões, já amplamente criticado durante as audiências públicas, por centralizar poderes na figura do chefe do Poder Executivo. No projeto de Tavares, não mais seria do presidente a competência para as outorgas e renovações de concessões de canais, mas do Conselho, *"ad referendum"* do Congresso Nacional. As concessões seriam feitas por licitações públicas, realizadas pelo Conselho, o qual também seria responsável por autorizar a implantação e operação de redes privadas de televisão. Ainda conforme o projeto, as concessões teriam prazo de 10 anos e apenas poderiam ser cassadas ou suspensas por sentença fundamentada "em infração definida na lei, que regulará o direito a renovação"[1015].

O projeto tratava da liberdade de manifestação do pensamento, determinando que esta não sofreria qualquer restrição estatal. Os parágrafos que acompanhavam tal artigo diziam que a) seria assegurado por lei o direito de resposta, em todos os veículos de comunicação social; b) a ação do Estado em relação a espetáculos públicos estaria limitada à informação sobre sua natureza, seu conteúdo e à adequação por faixas etárias; c) os partidos políticos, as organizações sindicais, profissionais e populares teriam direito à "utilização gratuita da imprensa, do rádio e da televisão, segundo critérios definidos em lei"; d) não seriam toleradas propaganda de guerra ou preconceitos religiosos, de raça, de classe ou estereótipos sexuais; e f) a lei criaria mecanismos pelos quais o cidadão poderia se proteger de "agressões sofridas pela promoção,

[1014] Ibidem.
[1015] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p 154.

nos meios de comunicação, da violência, do tabagismo, do alcoolismo, de medicamentos e outros aspectos nocivos à ética pública"[1016].

Por fim, havia um artigo estabelecendo a obrigatoriedade de empresas jornalísticas, públicas ou privadas, instituírem e manterem um Conselho Editorial, "composto por representantes da empresa e dos profissionais de comunicação a ela funcionalmente vinculados"[1017].

Eis o teor do projeto:

> Da Comunicação
> Artigo 11_ A informação é um bem social e um direito fundamental da pessoa humana. Todo cidadão tem direito, sem restrição de qualquer natureza: à liberdade de procurar, receber e transmitir informações, ideias e opiniões, por quaisquer meios e veículos de comunicação.
>
> Artigo 12 - Os meios de comunicação devem estar sempre a serviço do desenvolvimento integral da nação, da eliminação das desigualdades e injustiças, da independência econômica, politica e cultural do povo brasileiro e do pluralismo ideológico.
>
> Artigo 13 - Constitui monopólio do Estado a exploração de serviços públicos, de telecomunicações, comunicação de dados inclusive transfronteiras, comunicação postal e telegráfica.
> Parágrafo único - É assegurada a prestação de serviços de informação por entidades de direito privado através de redes públicas operadas pelo Estado.
>
> Artigo 14 _ A propriedade, a administração e orientação intelectual das empresas e entidades de comunicação são privativas de brasileiros natos e sociedades cujo capital esteja representado por ações ou quotas nominativas, cujo controle de capital pertença a brasileiros natos e que tenham sede e centro de decisões no país.
>
> Artigo 15 – Fica instituído o Conselho Nacional de Comunicação com a atribuição para estabelecer, supervisionar e fiscalizar políticas nacionais de comunicações nas áreas de rádio e televisão, atendidos os seguintes princípios:
> I – Promoção da cultura nacional em suas distintas manifestações, assegurada a regionalização da produção cultural nos meios de comunicação e na publicidade;
> II – Garantia da pluralidade e descentralização vedada a concentração da propriedade dos meios de comunicação;
> III – Prioridade a entidades educativas, comunitárias e outras sem fins lucrativos na concessão de canais de exploração dos serviços.
>
> Artigo 16 – Compete ao Conselho Nacional de Comunicação
> I – Outorgar e renovar, "ad referendum" do Congresso Nacional, autorizações e concessões para exploração de serviços de radio-difusão e transmissão de voz, imagens e dados;
> II – Promover licitações públicas para concessão de frequências de canais, divulgando suas disponibilidades ao menos uma vez por ano;
> III – Decidir e fixar as tarifas cobradas aos concessionários de serviços de radiodifusão e transmissões de dados, imagens e som;
> IV – Promover a introdução de novas tecnologias de comunicação conforme as necessidades da sociedade e buscando a capacitação tecnológica nacional;
> V – Dispor sobre a organização e transparência das empresas concessionárias de radiodifusão, da qualidade técnica das transmissões, da programação regional, da

[1016] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p 154.
[1017] Ibidem.

> programação em rede e da garantia de mercado para os programas das produtoras independentes;
> VI – Entre as competências do CNC inclui autorizar a implantação e operação de redes privadas de telecomunicação.
> § 1º - As concessões ou autorizações previstas nesse artigo serão feitas por prazo determinado, nunca superior a dez anos e só poderão ser suspensas ou cassadas por sentença fundada em infração definida na lei, que regulará o direito à renovação.
> § 2º - A lei regulará as atribuições, a vinculação administrativa e os recursos da União necessários ao funcionamento do Conselho Nacional de Comunicações.
> § 3º - O Conselho Nacional de Comunicações será integrado por quinze membros brasileiros, natos em pleno exercício de seus direitos civis, sendo três (3) representantes das entidades empresariais; três (3) de entidades profissionais da área de comunicação; um (1) representante do Ministério da Cultura; um (1) representante do Ministério das Comunicações; dois (2) representantes da Comissão de Comunicação do Senado Federal; dois (2) representantes da Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados; um (1) representante da Comunidade Científica; um (1) representante da área de criação cultural. O Congresso Nacional designará as entidades representadas no Conselho, as quais elegerão seus respectivos representantes para um mandato de dois anos, vedadas as reeleições.
>
> Artigo 17 – A liberdade de manifestação do pensamento e de criação e expressão pela arte, sob qualquer forma, processo ou veiculação, não sofrerá nenhuma restrição do Estado, a qualquer título.
> § 1º – a lei assegurará o direito de resposta aos cidadãos e entidades, em todos os veículos de comunicação social.
> § 2º - A ação do Estado em relação às diversões e espetáculos públicos limitar-se-á à informação ao público sobre a sua natureza, conteúdo e faixas etárias, horários e locais em que a sua apresentação se mostre inadequada.
> § 3º - Os partidos políticos, as organizações sindicais, profissionais e populares, têm direito a utilização gratuita da imprensa, do rádio e da televisão, segundo critérios a serem definidos por lei.
> § 4º - Não serão toleradas a propaganda de guerra ou a veiculação de preconceitos de religião, de raça, de classe ou de estereótipos sexuais.
> § 5º - A lei criará mecanismos pelos quais o cidadão se protegerá de agressões sofridas pela promoção, nos meios de comunicação, da violência, do tabagismo, do alcoolismo, de medicamentos e outros aspectos nocivos à ética pública.
>
> Artigo 18 – Toda empresa pública ou privada que detenha o controle de veículo jornalístico, de qualquer espécie, instituirá e manterá em permanente funcionamento um Conselho Editorial composto por representantes da empresa e dos profissionais de comunicação a ela funcionalmente vinculados.
> Parágrafo Único – A lei regulará a organização, composição, atribuições, e funcionamento dos Conselhos Editoriais previstos neste artigo.

Nas mudanças pretendidas pela Relatora para o setor, aparentemente, buscava-se acomodar os debates ocorridos no âmbito da Subcomissão, os debates trazidos da Comissão Afonso Arinos e os interesses dos mais variados grupos.

Uma das principais inovações do projeto foi lançar o debate sobre a natureza jurídica das comunicações e da "informação" no contexto público. Cristina colocava a "informação" como um *bem social* e seu projeto declarava tal condição. O debate provocado por Cristina colidia com a falta de debate sobre o assunto, na elaboração do Código de Telecomunicações na década de 1960. Ali a "informação" ou o "direito à informação" foram conceitos preteridos

ante as declarações da importância de se assegurar a liberdade de manifestação do pensamento e à defesa dos interesses privados no setor.

Na proposta de Cristina, os meios de comunicação não eram abordados sob o prisma do direito empresarial à liberdade de manifestação do pensamento. O que importava agora eram a função de informar e a natureza de serviço público destinado a tal finalidade. Os conceitos eram definidos de modo que não se haveria espaço para debate quanto à finalidade dos serviços de radiodifusão. Com o novo enfoque do projeto, percebia-se haver um dever não apenas estatal, mas também das empresas privadas que desempenhassem o serviço público de radiodifusão.

Não foi possível encontrar com precisão de onde viria o modelo empregado por Tavares. É possível que a deputada tenha se inspirado em diversas fontes. A presença de Covas durante a realização da leitura do anteprojeto pode corroborar essa hipótese.

Conforme indicam os jornais e as fontes consultadas, Covas era assessorado por José Afonso da Silva durante a Constituinte. O jurista, em seus textos publicados anteriormente à Constituinte, defendia que a imprensa, escrita, falada e televisionada, em função de ser poderoso "instrumento de formação da opinião pública", desempenharia uma "função social, voltada à coletividade inteira e não a indivíduos e grupos"[1018]. Seria através da imprensa, segundo José Afonso, que se realizaria o "direito coletivo à informação, isto é, a liberdade de ser informado"[1019]. Após fazer citação de Marx, em passagem na qual se afirmava que a imprensa seria o olhar onipresente do povo[1020], José Afonso dizia que a liberdade dominante não seria simplesmente a do dono da empresa jornalística ou do jornalista, mas sim

> a de ser informado, a de ter acesso às fontes de informação, a de obtê-la. O dono da empresa e o jornalista têm um *direito fundamental* a exercer sua atividade, sua missão, mas especialmente tem um *dever*. Reconhece-se-lhe o *direito de informar* ao público os acontecimentos e ideias, mas sobre ele incide o dever de *informar* à coletividade tais acontecimentos e idéias, objetivamente, sem alterar-lhe a verdade ou esvaziar-lhe o sentido original: do contrário, se terá não informação, mas deformação.[1021]

A função social defendida por da Silva para o setor constituiria, em primeiro lugar,

---

[1018] SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 3ª Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1985, p. 471.
[1019] SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 1985, cit. p. 470.
[1020] O trecho exato da obra de Marx citado por José Afonso era o seguinte: "'A imprensa livre é o olhar onipotente do povo, a confiança personalizada do povo nele mesmo, o vínculo articulado que une o indivíduo ao Estado e ao mundo, a cultura incorporada que transforma lutas materiais em lutas intelectuais, e idealiza suas formas brutas. É a franca confissão do povo a si mesmo, e sabemos que o poder da confissão é o de redimir. A imprensa livre é o espelho intelectual no qual o povo se vê, e a visão de si mesmo é a primeira condição de sabedoria'." A referência completa "Cf. Debate sobre a liberdade de imprensa e comunicação" (série de artigos publicados no Rheinische Zeitung em 5, 8, 10, 12, 15 e 19/05/1842), in Karl Marx, A Liberdade de Imprensa, p. 42, Porto Alegre, L & PM. Editores, 1980, trad. de Cláudia Schilling e José Fonseca. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 1985, cit., p. 470.
[1021] SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 1985, cit. p. 470.

> em 'exprimir às autoridades constituídas o pensamento e a vontade popular, colocando-se quase como um quarto poder, ao lado do Legislativo, do Executivo e do jurisdicional[1022]', no dizer de Foderaro. É que ela 'constitui uma *defesa* contra todo excesso de poder e um forte *controle* sobre a atividade político-administrativa e sobre não poucas manifestações ou abusos de relevante importância para a coletividade'[1023]. Em segundo lugar, aquela função consiste em assegurar a expansão da liberdade humana. [1024]

José Afonso não falava expressamente em *bem social*, mas em *função social* da imprensa. A proposta de Cristina aprofundava no tema, pois por bem social poderia se compreender algo *de todos* e que não poderia ser visto como mera mercadoria. Os meios de comunicação serviriam para um propósito maior que não era o estritamente econômico.

Quanto ao Conselho de Comunicação Social, embora tenha sido amplamente criticado antes mesmo de constar do projeto, a ideia desse órgão não foi novidade trazida por Cristina, uma vez que este já havia constado no anteprojeto da Comissão Afonso Arinos. Do mesmo que a previsão de que as concessões somente poderiam ser cassadas por sentença judicial:

> Art. 400 – Dependem de concessão ou autorização da União, atendidas as condições previstas em lei:
> I – o uso de frequência de rádio e televisão, comercial ou educativa, por particulares e pelos rádio-amadores;
> II – a instalação e o funcionamento de televisão direcional e por meio de cabo;
> III – a retransmissão pública, no território nacional, de transmissões de rádio e televisão via satélite.
> § 1º - As concessões ou autorizações só poderão ser suspensas ou cassadas por sentença fundada em infração definida em lei que regulará o direito à renovação.
> (...)
> Art. 401 – São vedas as formas monopolísticas de exploração dos serviços de utilidade pública de que trata o artigo anterior, e as que reduzem, para fins de concentração de controle, as oportunidades tecnicamente disponíveis.
> Parágrafo Único – O Poder Público reservará, prioritariamente, a entidades educacionais, culturais e organizações político-partidárias, canais e frequências dentro das modalidades a que se refere o artigo anterior.
> (...)
> Art. 403 – Fica instituído o Conselho de Comunicação Social, com competência para outorgar concessões ou autorizações de que trata o art. 400, assegurar o uso daquelas frequências, de acordo com o pluralismo ideológico, promover a revogação judicial das outorgas por ele expedidas, desde que desviada a função social daqueles serviços, e decidir sobre a sua renovação.
> Parágrafo Único – A lei regulará as atribuições e a formação do Conselho, bem como os critérios da função social e ética de rádio e televisão, observada a composição de onze membros, com representação obrigatória e majoritária da comunidade[1025].

[1022] A referência a "Foderaro" ocorreu em apud, retirado da obra de GRECO, Albino. La Libertà di Stampa nell'Ordinamento Giuridico Italiano. Roma. Bulzioni Editores, 1974.
[1023] Mais uma vez a citação foi retitrada da obra de GRECO, Albino. La Libertà di Stampa nell'Ordinamento Giuridico Italiano. Roma. Bulzioni Editores, 1974.
[1024] SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 1985, cit. p. 471.
[1025] BRASIL – Presidência da República. COMISSÃO PROVISÓRIA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS. Diário Oficial,,Suplemento. n. 185, 26/9/1986.

Destaca-se que, na Comissão Afonso Arinos, José Afonso da Silva e Hélio Jaguaribe teriam sido os principais articuladores do tema referente à Comunicação.

As diferenças entre os anteprojetos estavam na composição e nas competências do novo órgão, as quais foram mais detalhadas no anteprojeto de Cristina Tavares. Apesar da inovação e clara mudança conceitual em relação aos debates anteriores sobre o tema, o Projeto Tavares não poderia ser taxado como "revolucionário", estatizante ou pró empresas.

Se o Conselho de Comunicação Social não era exatamente o idealizado pela FENAJ, a presença do novo órgão já servia para dar aos sindicatos de jornalistas maior participação no processo de concessão e na definição das políticas para a área. Do ponto de vista empresarial, o projeto longe estava da estatização tão temida e até contemplava a proposta - obviamente benéfica aos então concessionários - de que as concessões só pudessem ser cassadas mediante sentença judicial[1026].

Quanto à censura, havia ressalvas que certamente desagradariam as grandes redes e mesmo à imprensa em geral, mas tenderiam a ser bem-vistas pelos evangélicos. Se o projeto deixava claro que a manifestação do pensamento não sofreria restrição estatal, o mesmo artigo previa que a legislação criaria mecanismos para que o cidadão fosse protegido de "agressões" sofridas pela promoção, nos meios de comunicação, da violência, do tabagismo, do alcoolismo e de outros aspectos nocivos à ética pública. Com tal parágrafo Cristina deixava espaço para que houvesse algum tipo de controle da programação.

A inspiração para esse artigo viria, segundo afirmou a parlamentar em entrevista, dos Estados Unidos, onde grupos sociais teriam se mobilizado para "retirar programas do ar ou mudar o horário de apresentação de acordo com o interesse do grupo". Em áreas muito religiosas, prosseguia a deputada, tal controle seria "mais severo" e seria possível pensar, no Brasil, em coisas semelhantes, "afinal, seria mais prudente permitir que o próprio grupo social decidisse o que ver e ouvir do que dar essa prioridade a um delegado da Polícia Federal"[1027]. A

[1026] Conforme informação que circulou nos jornais do período, a inclusão desse artigo no anteprojeto da Comissão Afonso Arinos teria ocorrido por sugestão do então Consultor Geral da República, Saulo Ramos. Conforme matéria publicada na Folha de São Paulo, em 13 de julho de 1986, a proposta de a proposta de Saulo seria mais ampla, para que o rádio e a televisão fossem transformados em "serviço privado de utilidade pública", mas foi derrotada pelas propostas de José Afonso da Silva e Hélio Jaguaribe. José Afonso teria declarado que inexistiria retrocesso no projeto aprovado na ocasião, uma vez que regredir seria "dar à iniciativa privada a liberdade de exploração de um serviço essencialmente público". BARBOSA, Rodrigo. Comissão mantém rádio e TV dependentes de Concessão. **Folha de São Paulo.** São Paulo, p. 10-10. 13 jul. 1986. Também houve publicação em sentido semelhante no Correio Brasiliense, sugerindo que Saulo Ramos fora o autor da proposta. Correio Braziliense, em 15/7/1986, RADIODIFUSÃO é Mantida. **Correio Braziliense.** Brasília, 15 jul. 1986. Política, p. 3-3. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_03/84964. Acesso em: 11 jul. 2024.

[1027] DEPUTADA diz que não quer estatizar TV. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 12 abr. 1987, cit.

opção de Cristina para o tema censura era, pois, que sociedade pudesse decidir, de alguma maneira, a programação.

Com essa previsão, o projeto podia obter apoio de seguimentos religiosos – especialmente os protestantes – que defendiam abertamente o controle do que era transmitido pela televisão. Mas, talvez, o dispositivo também pudesse ser interpretado à luz do tratamento como "bem social" e serviço público, que a informação e os serviços de radiodifusão receberam no projeto: seria defensável, aparentemente, que a própria sociedade tivesse autonomia para decidir qual tipo comunicação receberia por meio de um serviço público. Contudo, não se pode negar que a exceção contida no parágrafo abria brecha para alguma forma de censura e tenderia a desagradar, ao mesmo tempo, não apenas empresários donos dos veículos de comunicação, como também os jornalistas vinculados à FENAJ.

A criação de um Conselho de Comunicação Social, no projeto da Relatora, era pedida por diversos grupos, não sendo esta uma bandeira exclusiva dos grupos de "esquerda".

No próprio PMDB, nas convenções anteriores à Constituinte, a democratização da imprensa e dos veículos de comunicação social já era defendida, assim como a atuação estatal para diminuir desigualdades sociais. Na Revista do PMDB n. 9, publicada em 1987, havia o "Documento da Comissão Executiva Nacional do PMDB", no qual se afirmava que o Estado Brasileiro estaria submetido a constrangimento inibidor, promovido por uma orquestrada campanha "anti-Estado", a qual deliberadamente confundiria

> as diversas funções que cabe, numa economia como a nossa, ao Estado desempenhar, como prestador de serviços públicos essenciais de natureza social, como responsável pela infra-estrutura econômica básica e como administrador de meios de produção de setores que não atraem capitais privados.[1028]

As posições econômicas do partido também foram reafirmadas por Ulysses Guimarães, em discurso aos constituintes publicado na mesma edição da Revista:

> Para sentir-se senhor de si mesmo, cada homem necessita de chão e teto, e a razão natural não admite que sobrem tetos e glebas a uns, quando milhões e milhões de outros nascem e morrem entre paredes alheias, ou ao relento. Não podemos pensar no liberalismo clássico, que deixa às livres forças do mercado o papel regulador de preços e salários em uma época de economia internacionalizada e de cartéis poderosos.[1029]

Ainda na edição n. 9 da Revista do PMDB, em texto intitulado "mensagens e tarefas do PMDB", Franco Montoro, ex-Governador de São Paulo, indicava como um dos pontos básicos a serem buscados na Constituinte a "luta pela liberdade de imprensa e pelo acesso de todos os

[1028] PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Revista do PMDB, Ano VII, n. 9. Rio de Janeiro: Fundação Pedrosa Horta, Abril de 1987, p. 23.
[1029] GUIMARÃES, Ulysses. Discurso aos Constituintes. In PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Revista do PMDB, Ano VII, n. 9. Rio de Janeiro: Fundação Pedrosa Horta, Abril de 1987, p. 14.

setores da comunidade aos meios de comunicação"[1030]. As resoluções do PMDB para orientar os trabalhos do partido nos temas comunicações e cultura também estavam contidas na Revista e consistiam em

> Extinguir a censura, transformá-la em classificação, sendo este processo classificatório decidido basicamente por uma representação pluralista da sociedade e constantemente revisto para atualizar seus padrões e se adaptar às mudanças sociais, é uma das condições para a redistribuição da liberdade desigual; (...)
> 14) Democratização dos equipamentos culturais existentes em todas as áreas (TV e rádios educativas, espaços físicos e tecnológicos, etc.)[1031].

Nem mesmo a reserva de mercado para a informática era causa nova no partido. Na edição n. 4 da Revista do PMDB, publicada em 1984, havia texto de Milton Seligman no qual a informática era colocada como matéria de importância para a própria soberania nacional. Seligman destacava que a gênese da Política Nacional de Informática havia se iniciado "dentro das Forças Armadas" e que a história do PNI seria a de "um permanente embate: de um lado, o interesse nacional; de outro, as empresas multinacionais, seus estados de origem e seus aliados internos"[1032]. A posição adotada por Seligman era idêntica à de Cristina Tavares: ressaltava a necessidade não apenas da reserva de mercado para o desenvolvimento do setor, mas também do investimento em pesquisa e desenvolvimento científico, para se retirar o país da condição de dependência.

A posição adotada por Cristina na Constituinte não vinha, portanto, de seu "esquerdismo" e longe estava de ser isolada ou novidade nos quadros do PMDB.

Outros setores e autores também já defendiam, antes da Constituinte, a adoção de propostas semelhantes às de Cristina. Fábio Konder Comparato, em seu projeto de Constituição elaborado em 1896, a pedido do Partido dos Trabalhadores, incluiu um "órgão normativo autônomo, de âmbito federal, composto de igual número de representantes do Poder Público, das empresas e dos órgãos sindicais de jornalistas"[1033].

Na exposição do tema no projeto, Comparato dizia que o sistema de concessão vigente, com o monopólio da Administração central para a concessão de faixas de onda de rádio e televisão, favoreceria "toda a sorte de conluios, desonestidades e politicagens"[1034]. Por tal motivo, justificava a criação do órgão normativo autônomo, o qual deveria ser composto de

---

[1030] MONTORO, Franco. Mensagens e Tarefas do PMDB. In PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Revista do PMDB, Ano VII, n. 9. Rio de Janeiro: Fundação Pedrosa Horta, Abril de 1987, p. 26.
[1031] A PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Revista do PMDB, Ano VII, n. 9. Rio de Janeiro: Fundação Pedrosa Horta, Abril de 1987, p. 132 e 141.
[1032] SELIGMAN, Milton. Informática: Uma questão nacional. In. PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Revista do PMDB, Ano III, n. 7. Rio de Janeiro: Fundação Pedrosa Horta, Maio/Junho de 1984, p. 57.
[1033] COMPARATO, Fábio Konder. Muda Brasil – Uma Constituição Para o Desenvolvimento Democrático. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 146.
[1034] Ibidem, p. 66.

igual número de representantes do Poder Público, das empresas e dos sindicatos de jornalistas. Para Comparato, que vislumbrava a existência de um falso dilema *empresa capitalista versus exploração estatal*, as empresas de comunicação social deveriam ser organizadas como "entidades prestadoras de um serviço de interesse público, isto é, comunitário". Por isso deveriam seguia as seguintes regras:

> a) liberdade de fundação de empresas jornalísticas e de publicação de jornais ou periódicos, sem necessidade de autorização do Poder Público;
> b) exploração de empresas jornalísticas e de rádio ou televisão, unicamente por associações civis sem fins lucrativos, ou fundações, públicas ou privadas;
> c) preenchimento da metade, pelo menos, dos cargos em órgãos administrativos dessas empresas, por representantes eleitos pelos jornalistas empregados.[1035]

As propostas defendidas por Comparato estavam inseridas num contexto maior. O texto todo era voltado, segundo afirmava o autor, ao desenvolvimento[1036] socioeconômico do país. Seria por meio da "planificação" que o autor esperava colocar "em marcha a democratização substancial da sociedade brasileira"[1037]. Para Comparato, o subdesenvolvimento seria "um estado de desequilíbrio estrutural e dinâmico da sociedade, produzindo desigualdades crescentes entre classes, setores e regiões", de modo que a meta de seu projeto de constituição e democratização seria "uma só: o estabelecimento de uma igualdade de condições socioeconômicas básicas. O que significa, politicamente falando, extinguir o regime oligárquico em todos os níveis"[1038].

Nesse contexto, o Projeto composto visava a instituir o planejamento na estrutura institucional do Estado, com a criação de órgãos e estruturas autônomas para a elaboração e fiscalização dos planos de desenvolvimento, tanto da União, quanto dos Estados, com a integração e participação de representantes da sociedade[1039]. Algumas atividades consideradas

---

[1035] Ibidem.

[1036] O conceito de desenvolvimento empregado no texto tem, como explicava o autor, como ponto de partida "a idéia de que o subdesenvolvimento representa uma situação de desequilíbrio constante e dinâmico entre classes, setores e regiões do país, de modo a produzir múltiplas e crescentes desigualdades. O desenvolvimento aparece, assim, como o processo de eliminação desses desequilíbrios, pela combinação da capacidade de crescimento econômico com a instauração da igualdade básica de condições de vida. Não se trata, pois, de uma noção exclusivamente econômica, ligada ao aumento da renda nacional, ou à simples modernização tecnológica. Ele abrange as condições básicas de vida em sociedade, as quais dizem respeito, obviamente, às exigências biológicas elementares – alimentação, saúde e preservação do meio ambiente –, mas também às de ordem cultural e política, como a educação e as liberdades fundamentais." Ibidem p. 16.

[1037] Ibidem, p. 25.

[1038] Ibidem.

[1039] Conforme explicado pelo autor, os órgãos de planejamento seriam "centros autônomos de poder, relativamente ao Executivo e ao Legislativo. São de sua incumbência as tarefas de elaborar os planos de desenvolvimentos e fiscalizar sua execução. A Administração Pública assume o encargo principal de executá-los, coordenando a atuação dos órgãos e empresas estatais e orientando e estimulando o setor privado. E ao Legislativo, como órgão representativo do povo, em sua unidade nacional e federal, cabe o poder de aprová-los". A esses centros não competiria apenas "a programação das atividades econômicas, mas engloba também os setores sociais, no sentido estrito: a educação, a pesquisa científica e tecnológica, a política de natalidade". A ideia seria "submeter a grande

de interesse público, segundo o jurista, deveriam ser exploradas pelo poder público: esse era o caso das atividades de comunicação social, educação e saúde.

Apesar de conter diferenças em relação ao que propôs Cristina – até mesmo por ser mais amplo -, também havia no texto de Comparato uma defesa do desenvolvimento da sociedade como um todo. Tal projeto não chegou a ser defendido pelo Partido dos Trabalhadores na Subcomissão, pois, o PT deu preferência às proposições da FENAJ para o setor.

Das empresas de rádio e televisão, foi a acatada proposta para que as concessões apenas fossem cassadas mediante sentença judicial. Opção que trazia ao setor complexidade jurídica administrativa, pois as emissoras seriam concedidas via processo administrativo, mas teriam sua suspensão, cassação ou revogação dependente de processo administrativo e judicial. A intenção declarada, especialmente por aqueles que defendiam a medida, era dar mais segurança aos concessionários contra arbitrariedades eventuais do Chefe do Poder Executivo. A efetividade da medida, todavia, como a própria ditadura militar bem demonstrou, dependeria de um governo democrático que respeitasse o texto constitucional. É possível que a relatora, ao acatar e ao inserir tal artigo, estivesse mesmo lembrando dos períodos ditatoriais precedentes, nos quais as cassações podiam ser realizadas contra empresas de radiodifusão que se opusessem ao regime.

Como já apontado por autores como Paulino Motter, a inclusão de tal dispositivo na Constituição poderia, na prática, perenizar as concessões. A essa análise, acrescentamos que a citada garantia também poderia, em tese, dificultar a atuação do Poder Executivo contra o desvirtuamento das concessões, ficando a análise de eventual ofensa sujeita aos prazos do Poder Judiciário e a seus ritmos singulares.

A acolhida da proposta tenderia a beneficiar as emissoras cujas concessões haviam sido mantidas ou recebidas durante o regime militar - e cujo poder econômico e alcance haviam crescido nesse regime. Como veremos mais adiante, é possível que algumas dessas empresas temessem as eleições presidenciais que se aproximavam, especialmente ante a possibilidade de que Leonel Brizola fosse eleito presidente.

Ao final da leitura dos artigos, Cristina também listou dezenas de entidades e parlamentares que enviaram propostas, mais de quatro mil ao todo.

---

política nacional à exigência de maior racionalidade sistemática e livrá-la das pressões imediatistas e arbitrárias da luta partidária ou da competição personalista". Ibidem, p. 42.
É claro que o planejamento não compreende, apenas, a programação das atividades econômicas, mas engloba também os setores

Antes do fim da reunião, Rita Furtado e Mendes Ribeiro questionaram o Presidente da Subcomissão acerca das propostas que ambos haviam enviado e que não teriam chegado à relatora, não constando do projeto. Arolde de Oliveira, ao agradecer a relatora, afirmou imaginar o seu esforço. Teria havido um trabalho atropelado na própria Constituinte, mas a partir de então o relatório estaria com o Plenário da Subcomissão. Sutilmente, o presidente da Subcomissão deixara transparecer que não teria ficado satisfeito com o que ouvira.

Embora tenha reconhecido a dedicação de Cristina Tavares, Mendes Ribeiro ressaltou que o Relatório representaria a rigor só o pensamento da Relatora, em face do que havia sido debatido ali. Pontuou que este seria "um princípio de trabalho mas não" seria "a manifestação final do corpo dos integrantes"[1040] da Subcomissão. Se a fala de Arolde trazia nas entrelinhas uma possível insatisfação com o projeto e relatório, a de Mendes Ribeiro mal escondia o seu desagrado.

Era a segunda vez no mesmo dia que o parlamentar gaúcho fazia referência a mudanças no projeto, dessa vez buscando deixar claro que o que fora apresentado não tenderia a prevalecer. Ribeiro também insistia para que as suas propostas chegassem à Relatora, não sendo possível saber se esperava que estas pudessem modificar o projeto ou não.

4.3.2 As Emendas e as Reações ao Projeto

Em 14 de maio de 1987 ocorreu a 14ª Reunião da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Na pauta do dia estava o relatório e anteprojeto da Relatora da Subcomissão. Dentre os dias 14 e 20 de maio de 1987, 260 emendas ao projeto foram recebidas pela Relatora.

No passado, os vetos de Jango ao CTB (1962) e a publicação do Decreto n. 29.741/51 de Vargas haviam praticamente unificado os veículos da imprensa, na luta contra atos que, supostamente, visavam a retirar suas liberdades. Face ao anteprojeto de Cristina, houve reações mais contidas.

Das reportagens encontradas acerca do projeto, destacamos a do Correio Brasiliense, na qual se afirmava que a Abert teria feito críticas ao anteprojeto, especialmente ao Conselho de Comunicação Social[1041]. A reportagem veiculava a opinião do vice-presidente da instituição, Luiz Eduardo Borgerth, de que seria "perfeito dentro de um regime democrático"[1042] o sistema

[1040] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p 156.
[1041] BRAZILIENSE, Correio. Conselho Recebe Críticas da Abert. **Correio Braziliense.** Brasília, p. 7-7. 14 maio 1987.
[1042] Ibidem.

de concessões em vigor e dizia que retirar poderes do Presidente da República nesse campo seria insensatez. Segundo o periódico, Borgerth afirmava que a criação do Conselho escamotearia "os próprios poderes Legislativo, Executivo e Judiciário", os quais seriam "os únicos representantes políticos do povo"[1043]. Defendendo os "interesses próprios das suas categorias", os sindicatos não mereceriam ter aqui protagonismo[1044]. Cabia ao Poder Legislativo "estabelecer as políticas de Comunicação ao país"[1045].

Ainda segundo a matéria, Borgerth estaria "indignado com a proposta da relatoria"[1046] e teria questionado "se o Presidente não tem o direito de estabelecer políticas de comunicação, por que eleger o Presidente?". Havia ainda uma suposta preocupação da Abert em relação à expansão da burocracia estatal, pois, caso o Conselho fosse adiante, haveria a necessidade de contratar milhares de funcionários e comprar um prédio para o seu funcionamento. Por fim, a matéria ainda apresentava as críticas do representante da Abert às propostas para o direito de resposta. A conclusão de Borgerth era a de que não deveria haver modificações na legislação em vigor, sob risco de se configurar uma ameaça ao trabalho da imprensa[1047].

Agora, o tom diferia daquele cordato, ameno e aberto ao diálogo exposto na audiência pública na Subcomissão. Na ocasião, o representante da Abert afirmara não considerar o sistema existente bom e até sugerira que este fosse debatido na Subcomissão, para que o Congresso passasse a atuar no campo das concessões de radiodifusão. Com seu novo pronunciamento, a Abert passava da suposta condição de interessado sem projeto específico, para a de defensora da manutenção da estrutura em vigor.

Se nos jornais o debate dos temas e a exposição clara das propostas da Subcomissão mal surgiam, na televisão e no rádio a cobertura foi menor ainda. As polêmicas em torno do tema eram, na expressão de Hélio Doyle, como se não existissem[1048].

Entre os constituintes, todavia, a situação foi distinta. Em entrevista pessoal que fizemos com um dos membros da Subcomissão, Joaci Góes, este nos revelou que o ambiente, nesse período em especial, era de muita tensão, com disputas bem evidentes. Grupos políticos foram

[1043] Ibidem.
[1044] Ibidem.
[1045] Ibidem.
[1046] Ibidem.
[1047] Ibidem.
[1048] Em artigo publicado para o Caderno CEAC UNB, Hélio Doyle comentou o projeto Cabral II, tendo destacado a baixa cobertura na imprensa das polêmicas em torno da Comunicação Socia. "(...) Paradoxalmente, a questão da comunicação é a única polêmica na Constituinte que não é notícia nos jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão. É como se não existisse.". DOYLE, Hélio Marcos. COMUNICAÇÃO: A polêmica que não sai em jonrla nem em TV. In. BASTOS, Vânia Lomônaco/ COSTA, Tânia Moreira da (orgs). Caderno CEAC/UNB, ano 1 – n. 2 – Constituinte: Questões Polêmicas. Brasília: UnB, 1986, 151-158.

formados em torno de determinadas pautas e os dias de votação foram também de disputa no campo político.

O conteúdo de muitas das emendas revelava alianças circunstanciais para a derrubada do projeto. Segundo "O Estado de São Paulo" de 15/05/1987, logo após a leitura do anteprojeto, pessoas ligadas ao Ministério das Comunicações já teriam se reunido com a deputada Rita Furtado, "com o objetivo de traçar estratégias a fim de que" não se aprovasse a Criação do Conselho Nacional[1049]. Ainda segundo a reportagem, a preocupação do grupo era com o possível esvaziamento das funções do Ministério, que detinha o poder de concessão de canais de rádio e televisão[1050].

Das emendas, chamou-nos atenção o tom mais duro empregado pelo deputado gaúcho Mendes Ribeiro, que desejava alterar até o relatório do anteprojeto. A exposição proposta por Ribeiro era mais longa, dizia contemplar anseios dos "mais acatados jornalistas e cientistas políticos" (sem citar quais)[1051].

No que toca à comunicação social, Ribeiro dizia que esta era, no mundo contemporâneo, "um serviço de alta relevância pública, que pela sua relevância social, política e cultural, não pode prescindir de tratamento constitucional específico". Eram destacados pelo político, em função de "sua velocidade e o seu poder de penetração (...) e por sua missão de entretenimento", o rádio e a televisão, além da imprensa escrita[1052].

Naturalmente, Mendes Ribeiro, jornalista que era, não desconhecia a função de informar que tais veículos têm e tinham. Ao não abordar tais finalidades, o político apresentava a sua própria visão do papel da radiodifusão na sociedade, afastando-a de sua natureza jurídica de "serviço público". O rádio e a televisão, no texto de Ribeiro, teriam a "missão" de entretenimento, o que não condizia integralmente com a função histórica desses veículos no Brasil desde a sua implantação, mas era compatível com a visão do empresariado, em especial com a da Abert. Ribeiro também defendia a) que fosse mantida a competência da "União para autorização ou concessão dos serviços públicos de Telecomunicações e radiodifusão, inclusive televisão"[1053]; b) fosse estabelecido quais serviços dependeriam de "prévia concessão,

[1049] COMUNICAÇÕES Contra Conselho. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, p. 3-3. 15 maio 1987. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/130102. Acesso em: 23 jul. 2024.
[1050] Ibidem.
[1051] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 16.
[1052] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 16.
[1053] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 16. A rigor, "televisão" já faz parte do grupo maior descrito por radiodifusão, de modo que a expressão "inclusive televisão" soa redundante na frase, talvez se destinando a dar ênfase.

autorização ou licença da União"; c) que as concessões de frequências de rádio e televisão ficassem sujeitas ao "exame e apreciação do Conselho Nacional de Comunicações", órgão que seria criado; d) a cassação ou suspensão de concessão dependesse de sentença judicial; e) que em face da alegada "relevância do rádio e televisão, do ponto de vista educativo e político", ficaria estabelecido que o Poder Público reservaria canais e frequência para uso de entidades educacionais e organizações político-partidárias; e f) o controle nacional dos veículos de rádio e televisão, permitindo a concessão a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos[1054].

Não é possível afirmar com certeza o que desejava Ribeiro ao pretender modificar a introdução do anteprojeto, a qual não ficaria contemplada na Constituição. Do mesmo modo, não é possível saber qual foi a parte do relatório de Cristina que lhe desagradou mais – aparentemente tudo.

Havia, como dito acima, profundas diferenças entre os dois textos. O de Cristina continha uma estrutura adequada a uma visão geral desenvolvimentista, de modo que os parágrafos e artigos pareciam peças de um mesmo quebra cabeça e a apresentação de um projeto propriamente dito. A proposta de Mendes Ribeiro, por sua vez, não parecia haver uma mesma ideologia marcante por detrás. As críticas ao regime militar precedente assemelhavam-se a um discurso político circunstancial. Ao tratar do papel das comunicações, a preocupação maior era em evitar a continuidade da censura sobre as empresas de comunicação. Os fins vinculados ao entretenimento eram mencionados, tratando-se só de passagem do direito à informação[1055].

Remanesce a dúvida, porém, se a tentativa de modificação dessa parte específica do anteprojeto era só para marcar discordância ou também para apresentar-se como um candidato a novo relator – relembremos que, na reunião em que houve a leitura do relatório e do projeto, Mendes Ribeiro chegou a questionar o que ocorreria caso o projeto fosse integralmente rejeitado.

As demais emendas recebidas e os reparos ao projeto não denotavam só a rejeição aos novos órgãos criados por Tavares: traziam opiniões distintas sobre a própria estrutura e modelo econômico a ser adotado para o país a partir de 1988.

Das emendas apresentadas, é possível separar alguns grupos reunidos em torno de determinadas pautas.

[1054] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 16. Na justificativa da concessão a brasileiros naturalizados havia a afirmação de que os imigrantes teriam contribuído para o desenvolvimento nacional, todavia, "durante e logo após a II Guerra Mundial, a legislação" teria criado "severas restrições às atividades de estrangeiros residentes no País e mesmo aos brasileiros naturalizados". A restrição a estrangeiros, contudo, era anterior à Segunda Guerra Mundial e já havia na legislação desde a década de 1920.
[1055] Ibidem.

Rita Furtado apresentou emendas para a modificação dos primeiros artigos do anteprojeto, nos quais se debatia mercado interno e reserva de mercado. Para o artigo 1º, a parlamentar propunha alteração a troca da expressão "autonomia tecnológica" por "capacitação tecnológica"[1056].

Na justificativa, afirmava que "capacitação tecnológica subentende a capacidade de decidir internamente que tecnologia utilizar, absorver, obter, sem o risco de interpretação isolacionista ou xenófoba que a palavra autonomia suscita". Furtado reconhecia que a redação do projeto original pretendia assegurar o desenvolvimento científico e tecnológico, mas afirmava que "pela sua forma, acaba tolhendo as iniciativas, revelando-se dirigista, [sic] O excessivo detalhamento não atende o caráter geral que devem ter as normas constitucionais, tornando-as transitórias e passíveis de rápida obsolescência, fundamentalmente por fatores conjecturais"[1057].

Emendas muito similares foram apresentadas por a) José Elias Moreira, do PTB, cuja emenda era praticamente idêntica à de Rita, tendo, apenas, reduzido parte da justificativa[1058]; b) José Dutra, do PMDB, com a distinção de que a função do Estado nesse campo seria a de fornecer capacitação ao invés de promovê-la. Na justificativa, o político dizia que o "o Estado não promove o desenvolvimento científico e autonomia tecnológica e sim procura fomentá-los ou estimulá-los"[1059]; e c) Nelton Friedrich, do PMDB, para quem o artigo 1º do anteprojeto deveria estabelecer que a "capacitação científica e tecnológica nacional" seria um "dos principais meios para atingir os objetivos de promoção do desenvolvimento econômico e social"[1060]. Também nesse grupo, ainda que com mais singularidades, podemos incluir Onofre Correa[1061], cuja emenda visava a modificar o artigo 1º para que constasse que o Estado promoveria o desenvolvimento científico e tecnológico, tendo também suprimido a palavra "autonomia". Correa alegava que, num primeiro momento, deveria ser alcançado o desenvolvimento tecnológico, para só posteriormente buscar-se a autonomia como uma forma

[1056] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 98.
[1057] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 98.
[1058] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 101.
[1059] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 84.
[1060] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 161.
[1061] Acrescentamos Onofre Correa no grupo em função dos posicionamentos posteriores do parlamentar, o qual agrupou-se entre os políticos que votaram contra o anteprojeto.

de aperfeiçoamento do primeiro estágio, "sem que isso importe em restrição à moderna tecnologia, qualquer que seja sua origem"[1062].

Com postura um pouco diferente, mas que também debatia no fundo a função estatal, José Lins (PFL) propunha substituir a expressão "promoverá", do anteprojeto da Relatora, por "incentivará". Fazia-o por crer que o "verdadeiro papel do Estado na área da ciência e tecnologia" seria "o de incentivador e não o de promotor, promovendo, no entanto, os resultados da pesquisa patrocinada com recursos públicos a todos os setores interessados da economia"[1063]. Emenda praticamente igual foi apresentada por Antônio de Jesus (PMDB), com diferenças na fundamentação, sem que, todavia, a essência fosse alterada.[1064]

Mais do que a troca pura e simples de uma ou outra palavra no texto, as alterações propostas visavam a modificar totalmente as políticas de Estado para o setor de tecnologia e informação, com possível impacto maior na informática.

No projeto de Cristina "autonomia" representava *ausência de dependência em relação aos outros países* e englobava em si a "capacitação" necessária para a produção e desenvolvimento de tecnologias no país, com o Estado atuando para se alcançar esse fim. Como ficava evidente nos debates anteriores da parlamentar e nas revistas do PMDB anteriores à Constituinte, o projeto continha a ideia de que seria preciso desenvolver a indústria interna, para que, com isso, num projeto de longo prazo, o país tivesse condições de superar a dependência tecnológica e disputar em pé de igualdade com os países mais adiantados. Na reunião do dia 14 de maio de 1987, quando eram debatidas propostas de emendas e o próprio anteprojeto, Cristina Tavares esclareceu que o emprego de "autonomia tecnológica" se dera em função do mundo vivenciar uma revolução tecnológica. Cristina vislumbrava, nos anos seguintes, uma divisão de mundos entre países que dominavam a tecnologia e países que apenas a usavam, ou seja, entre países usuários e países produtores de tecnologia, estando o poder embutido nas tecnologias"[1065].

A expressão "promoverá" do projeto inicial vinha carregada da ideia de que o Estado, para alcançar os fins pretendidos, deveria investir recursos financeiros no desenvolvimento humano na formação em pesquisa científica. A possível inspiração para esse investimento -

[1062] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 69.
[1063] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 179.
[1064] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 191.
[1065] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p 158.

conforme a parlamentar destacou mais de uma vez em suas obras - viria dos Estados Unidos, país em que havia investimentos estatais constantes em pesquisa. Na reunião de 14 de maio de 1987, Cristina também alegou que tornar o Estado responsável em promover a autonomia não era xenofobismo; tampouco havia a pretensão de dominar todas as áreas, mas apenas a meta de preparar o país para o Século XXI: "para no século XXI, na era pós-industrial, onde as nações fracas e frágeis irão produzir automóveis, aço, laranja, sapato, e as nações ricas e poderosas vão produzir informação e tecnologia"[1066].

Usado nas emendas, o termo "capacitação" remeteria à atuação para que o brasileiro pudesse utilizar a tecnologia e talvez trabalhar com esta, sem necessariamente haver independência em relação aos demais países. Não ficava claro o que seria essa "capacitação" no texto das emedas, mas a palavra traz em si o significado de treinar, educar e ensinar. As propostas impulsionavam, implicitamente, a busca de abertura econômica para empresas de outros países e o fim da reserva de mercado. Aliás, as propostas de modificação do artigo 1º vinham acompanhadas de sugestões para alterar o 2º, no qual era tratada a reserva de mercado.

Onofre Correa, apresentou emenda para alterar o artigo 2º, arrancando dele a autonomia tecnológica e os parágrafos em que era estabelecida a reserva de mercado.

Mesmo quando a reserva de mercado era mantida no texto, esse grupo de políticos a submetiam a condições, gerando brechas para interpretações menos nacionalistas. José Dutra propôs a alteração do §1º do Artigo 2º do anteprojeto, para acrescentar, após a previsão de que a lei estabeleceria a reserva de mercado, a frase "desde que não comprometa a modernização da empresa produtora de bens e serviços ou impeça o acesso do usuário aos avanços tecnológicos"[1067]. Alegava que sua proposta seria um meio termo entre a abertura total, que conduziria a uma "perigosa dependência", e o fechamento total, o qual levaria "o nosso processo industrial para o abismo do atraso tecnológico"[1068]. Segundo Dutra, seria preciso, o mais cedo possível, levar o país à autonomia tecnológica, mas com pés no chão, utilizando "nossa inteligência, nossa capacidade criadora, e os avanços (...) que existem no mundo"[1069] - citando como exemplo o Japão, que teria agido dessa forma. Fosse qual fosse a intenção, na prática a proposta poderia representar uma abertura quase que total, uma vez que ninguém poderia ser privado do acesso de qualquer tecnologia.

[1066] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p 158.
[1067] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 83.
[1068] Ibidem.
[1069] Ibidem.

Como vemos, a disputa por um conceito ou outro demonstrava um embate de projetos econômicos e visões de Estado muito distintas. Não se pode afirmar, sem prévia opção ideológica, que uma ou outra proposta representaria atraso ou qualquer coisa do gênero. Os dois modelos debatidos visavam alguma forma de mudança, seja para "modernizar" o país e trazer crescimento econômico – como eram fundamentadas as propostas pela abertura de mercado –, seja para desenvolver o Estado e trazer crescimento econômico com autonomia

Outro grupo de políticos apresentou emendas propondo a troca de "autonomia" por "capacitação". Esse é o caso de Pompeu de Sousa e Antônio Gaspar. Enquanto para Rita Furtado, que parecia encampar os argumentos de Roberto Campos, o emprego de "autonomia" representaria xenofobia e que não seria função estatal promover autonomia, para Pompeu o Estado deveria "garantir e promover a capacitação científica e tecnológica nacional, com a participação de outros segmentos da sociedade"[1070].

Não é possível cravar o que Pompeu realmente pensava. Temos, porém, a sua justificativa. Afirmava defender "a importância da capacitação científica e tecnológica para o desenvolvimento do país, explicitando mais claramente a responsabilidade do Estado neste processo e as salvaguardas a que a sociedade deve submeter o processo de capacitação"[1071]. Pompeu parecia acreditar que sua proposta era mais ampla que a de Tavares, mas ignorava ou achava irrelevante a modificação do conceito-base: "desenvolvimento" por "capacitação".

Antônio Gaspar, do mesmo modo, também demonstrava crer que sua proposta visaria a melhorar "a definição do compromisso do Estado na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico da Nação"[1072]. Para ele, o Estado deveria promover "a capacitação científica e tecnológica, atendendo as prioridades nacionais, regionais e locais, bem assim a difusão de seus resultados, tendo em vista, a transformação da realidade brasileira de modo a obter adequado grau de autonomia decisória (...)"[1073]. O que difere esses políticos dos do outro grupo mencionado acima, é que, conforme será visto abaixo, ambos permaneciam com Cristina no "racha" da Subcomissão.

Algumas emendas iam ao encontro das posições de Cristina. É o caso da de número 224, de autoria do deputado Paulo Carini, do PMDB. Nesta, o político pretendia que o mercado

[1070] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 125.
[1071] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 126.
[1072] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 126.
[1073] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 257.

interno fosse declarado patrimônio inalienável da Nação[1074]. O parlamentar justificava sua emenda com a afirmação de que seria preciso reverter a situação à época experimentada, na qual a reserva de mercado seria exceção e a livre empresa, regra. Outras duas emendas foram apresentadas por Cariani, visando à preservação do mercado interno para a indústria e a inteligência nacional. Ele propôs, também, a introdução da informática como matéria obrigatória nos currículos escolares[1075].

No tema específico das comunicações, as divergências centrais, ainda que nas entrelinhas, estavam na função dos veículos de comunicação e na natureza jurídica da própria informação em si mesma.

O Conselho de Comunicação Social foi um dos temas centrais do debate, tendo havido sugestões para a sua retirada do projeto, modificação da estrutura e diminuição de competências.

Aqui, é possível notar com José Carlos Martinez e Mendes Ribeiro, uma primeira junção de políticos por detrás de uma ideia, a modificação do Conselho de Comunicação Social.

As sugestões apresentadas pelos dois políticos eram praticamente idênticas. Ambos mantinham o Conselho, mas com menos funções do que as propostas no anteprojeto da Relatora.

De início, a proposta era para a supressão dos itens II, III, IV e V, do artigo 16º do anteprojeto, o qual teria nova redação. O Conselho passaria a ser chamado de "Comissão Nacional de Comunicação" e não mais seria o responsável pelas concessões, cabendo-lhe a tarefa de emitir parecer nos pedidos de concessão, autorização ou renovação dos serviços de radiodifusão, para posterior decisão do Presidente da República. A Comissão, segundo a proposta dos dois políticos, passaria a ter 12 membros - a metade deles oriundos do Poder Legislativo e a outra de representantes do Poder Executivo, com o Ministro de Estado das Comunicações como "membro nato da Comissão". Ela teria competência também para autorizar a implantação e operação de redes privadas de telecomunicações. O funcionamento do novo órgão e recursos a ele destinados seriam estabelecidos em lei[1076]. Além da mudança de redação dos incisos referentes às competências do Conselho, os cortes visavam a retirar da

[1074] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 224.
[1075] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emendas n. 227 e 228.
[1076] Cf. Emendas n. 001 e 017, de autoria dos deputados José Carlos Martinez e Mendes Ribeiro, apresentadas em 14/05/87, ambas extraídas do seguinte arquivo: ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Emendas ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília/DF, 1987.

Comissão as competências para dispor sobre a organização e transparência das empresas concessionárias de radiodifusão (V) e para autorizar a implantação e operação das redes privadas (VI)[1077].

Na justificativa, dizia-se que o Conselho proposto por Tavares criaria um "pequeno mas verdadeiro Ministério das Comunicações ao atribuir à Comissão funções técnicas que" poderia permanecer na competência do citado Ministério. Caberia, por outro lado, à Comissão "estabelecer normas a serem seguidas nos processos de autorização ou concessão assim como apreciá-los"[1078]. A transferência em bloco de competências ministeriais à Comissão colidiria com o motivo pelo qual esta estaria sendo criada: "a mitigação do sistema discricionário e aleatório que preside a concessão dos serviços de radiodifusão"[1079].

Quanto ao corte do item V, modificando a composição da Comissão, a justificativa trazia argumentos republicanos:

> Quanto às disposições contidas no item V, estas devem vir no bojo de futura regulamentação desta Constituição e não entregues' ao arbítrio de uma Comissão que, embora plural, teria mais poder discricionário do que os autoritários métodos de que queremos nos livrar.
> (...)
> Quanto ao parágrafo 3º, que trata da Constituição da Comissão Nacional de Comunicações, não podemos concordar com a orientação do Relatório que coloca 4 representantes do Poder Legislativo face a 11 das mais diversas e aleatórias origens. Inicialmente não cremos que seja ético, prático ou compatível, a presença de empresários e empregados na decisão sobre concessões. O julgamento de pedidos de competidores, de eventuais ou futuros patrões, só poderá comprometer ou prejudicar os representantes das empresas ou dos empregados que, cremos, querem apenas a lisura e correção nas autorizações e concessões. Por outro lado, não, não cuida o Projeto em análise de presença de Ministérios apropriados, Ciência e Tecnologia e da Educação optando por representantes da Comunidade Científica e da área de criação cultural. Que comunidade, que área? Ora, se temos Ministérios de Ciência e Tecnologia e da Cultura, no exame de questões de cultura e de ciência, não há como preteri-los. (...) Por isso estamos sugerindo uma Comissão de 12 membros, 6 (seis) do Legislativo, 6 (seis) do Executivo e um Presidente que, certamente, seguirá o mandato do Presidente da República.[1080]

A justificativa soava contraditória, uma vez que a família do político detinha concessões de rádio e televisão, mas este não enxergava problemas em participar da deliberação na Constituinte de políticas para o setor.

Além disso, remanesce a dúvida se os métodos autoritários de que o político desejava se livrar eram ou não os dos governos cuja base o político compusera e que concedera concessões a seus familiares.

[1077] Ibidem.
[1078] Ibidem.
[1079] Ibidem.
[1080] Ibidem.

Outro político a apresentar emenda para modificação do Conselho foi Arolde de Oliveira. Atribuía ao Conselho a competência para "estabelecer, supervisionar e fiscalizar políticas nacionais de radiodifusão (...)". Ainda de acordo com a emenda do Parlamentar, o Conselho deveria tender aos princípios de

> I-Promoção da cultura nacional em suas distintas a regionalização da produção cultural nos meios de comunicação e na publicidade;
> II – Garantia da pluralidade e da centralização, vedado o monopólio da propriedade dos meios de radiodifusão[1081].

O parlamentar defendia que a instituição do Conselho se desse por meio de lei, a qual traria também o rol de competências desse novo órgão. Para Arolde, deveria constar na Constituição a vedação expressa de monopólio "da propriedade dos meios de fazer radiodifusão (sonora e de sons e imagens)"[1082]. Em contrapartida, ele queria suprimir a prioridade de concessão a entidades educativas, comunitárias, sindicais, culturais e outras sem fins lucrativos.

Apesar da emenda de Arolde ser sucinta, esta revelava uma visão distinta quanto à finalidade da radiodifusão nacional e quanto à própria natureza jurídica dos serviços. Estes pareciam ser, para Arolde, atividades econômicas em sentido estrito[1083].

Na Emenda 34, também de autoria do político, este afirmava a competência da União para prestar diretamente os serviços de telecomunicações:

> Art. 13. Compete à União:
> a) prestar diretamente ou mediante autorização, permissão ou concessão, os serviços de telecomunicações;
> b) manter, sob o regime de monopólio, o serviço postal;
> c) legislar sobre os serviços postal e de telecomunicações[1084].

Não ficava claro no dispositivo se Arolde estaria se referindo ao gênero telecomunicações (que incluía a radiodifusão) ou apenas aos serviços de telefonia. Nesse caso, é possível que o político estivesse se referindo mesmo à telefonia, uma vez que, ao se referir à radiodifusão na Emenda 35, Arolde fez constar que o dispositivo fazia referência à radiodifusão sonora e de sons e imagens, modalidades que já estavam inseridas no gênero "radiodifusão".

[1081] Emenda n. 34, apresentada em 16/05/87, ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Emendas ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília/DF, 1987.

[1082] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 8B0035-1.

[1083] Aqui considerando a diferenciação entre atividade econômica em sentido estrito e serviço público, conforme GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica. São Paulo: Malheiros, 2012.

[1084] Emenda n. 35, apresentada em 16/05/87, ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Emendas ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília/DF, 1987.

Havia quem buscasse a supressão completa do Conselho. José Elias Moreira, do PTB, pretendia modificar o art. 15 e suprimir o art. 16, do Anteprojeto da Relatora. Quanto ao artigo 15º (criação do Conselho, no projeto original), José Elias pretendia a sua substituição por artigo estabelecendo que a lei disporia sobre "instrumentos necessários para que o Poder Executivo" pudesse

> (...) supervisionar, fiscalizar e conceder autorização 'ad referendum' do Congresso Nacional para a execução dos serviços de Radiodifusão, atendidos os seguintes princípios:
>
> I – Promoção da cultura nacional em suas distintas manifestações, assegurada a regionalização da produção cultural dos meios de comunicação e na publicidade;
>
> II – Garantia da pluralidade e descentralização vedada a concentração da propriedade dos meios de comunicação.
>
> III – Igualdade das oportunidades na obtenção dessas autorizações.[1085]

As modificações pretendidas por José Elias eram bastante abrangentes e teriam, caso aprovadas, o potencial de modificar a natureza jurídica dos serviços de radiofusão. Na emenda apresentada pelo político para o artigo 13º - a qual era exatamente igual à de Arolde Oliveira para o mesmo artigo – também se afirmava a competência da União para explorar diretamente ou mediante concessão ou permissão os serviços de telecomunicações.

No artigo 15, acima transcrito, o Poder Executivo ficaria responsável por conceder autorizações para a execução dos serviços. A emenda trazia uma proposta radical, que estranhamente não era referida em sua justificativa, mais focada nas competências do Executivo e na extinção do Conselho: trocava "concessão" por "autorização". Como tais atos administrativos tinham implicações e requisitos bastante distintos, a proposta alteraria fundamentalmente as relações entre União e as empresas de televisão. Se aprovada, ter-se-ia aberto espaço, talvez, para a defesa de que a radiodifusão de fato seria atividade econômica privada, ao invés de serviço público.

Quanto ao artigo 16 do anteprojeto, José Elias pretendia a supressão completa, sob a justificativa de que as competências de outorgar concessões, promover licitações, fixar tarifas, etc., se configurariam "nitidamente com caráter executivo, a serem reguladas em lei pelo Congresso. Além disso, o político afirmava que as proposições do inciso V do mesmo artigo do anteprojeto seriam "extremamente arbitrárias e intervenientes quando pretendem dispor sobre organização interna de empresas de radiodifusão privada[1086]" – o citado inciso, no projeto

[1085] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 102.
[1086] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 100.

da Relatora, afirmava que seria função do Conselho, dentre outras, dispor sobre a organização e transparência das empresas concessionárias de radiodifusão.

A exclusão do Conselho também constou das Emendas 207 e 208, ambas de autoria de Nilson Gibson, PMDB, sob o fundamento de que a presença do novo órgão tornaria polêmico o anteprojeto[1087].

Por acreditar que o Conselho proposto por Cristina poderia representar uma delegação "exagerada, ao excluir o Congresso Nacional da elaboração das políticas nacionais de comunicação"[1088], Antônio Britto também propôs emenda para tratar do Conselho de Comunicação Social. Na Emenda, previa a criação do Conselho com competência para "submeter propostas ao Congresso Nacional relativas às políticas nacionais de comunicações nas áreas de rádio e televisão, supervisionar e fiscalizar sua execução"[1089], atendidos a alguns princípios e objetivos gerais, notadamente i) "promoção da cultura nacional (...), incentivada a regionalização da produção cultural nos meios de comunicação e na publicidade"[1090]; ii) pluralidade dos meios de comunicação, ausência de monopólio e garantia da livre competição; e iii) reserva, a entidades educativas, comunitárias e culturais, de canais para exploração dos serviços de radiodifusão[1091].

As emendas de Britto também visavam à inclusão de mais dois membros no Conselho, sendo um deles o Presidente da República e o outro, o Ministro da Educação. Além disso, o Congresso Nacional teria mais poderes em seu modelo de Conselho, como os de referendar as concessões feitas pelo Conselho e de designar as entidades que que comporiam o novo órgão[1092].

Outra emenda para modificação do Conselho foi apresentada por Carlos Alberto Caó. Sugeria o acréscimo, no caput do artigo 16º do projeto da Relatora, da expressão "ad referendum" do Congresso Nacional[1093]. Com isso, além da criação do Conselho e da "democratização para o Setor", Caó pretendia deslocar a própria subordinação jurídica do novo

---

[1087] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 207.
[1088] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, justificativa à emenda 8B0035-1.
[1089] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 8B0050-5.
[1090] Ibidem.
[1091] Ibidem.
[1092] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 8B0051-3.
[1093] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, 171.

órgão, que passaria a ser vinculado ao Poder Legislativo[1094]. Na justificativa apresentada, tecia críticas ao sistema em vigor de concessões. Segundo Caó, este sofreria "graves deformações, limitando-se ao atendimento de restritos grupos políticos e econômicos"[1095]. Tal sistema, prosseguia o político, permitira a centralização dos meios de comunicação de massa; por esse mesmo motivo, seria preciso "democratizá-lo, de modo que as diferentes correntes de opinião possam ter acesso a esse processo decisório"[1096]. A introdução do Congresso ocorreria, na visão de Caó, por ser instituição "representativa da vontade popular"[1097].

É interessante notar as diferenças entre as propostas, só aparentemente semelhantes. Com Mendes Ribeiro, Arolde de Olivera e Antonio Carlos Martinez, a intenção parecia ser excluir completamente o Conselho ou esvaziar ao máximo suas atribuições. Sem eliminar por completo o trabalho da Relatora, Antônio Britto, por sua vez, demonstrava almejar solução conciliatória naquele momento, trazendo o Congresso e o Executivo para o centro da tomada de decisão.

Nem todos, contudo, pretendiam reduzir as funções do Conselho de Comunicação Social. Matheus Iensen, do PMDB, por exemplo, apresentou emenda para introduzir, dentre as competências do Conselho, a de estabelecer "isenções de Impostos e Direitos Autorais, incidente sobre as transmissões de músicas Sacras"[1098]. A justificativa era que os meios de difusão de tais músicas já sofreriam restrições de mercado e seriam sufocados "pela retração no pagamento do ECAD (...), assim como outros ônus específicos"[1099]. Em função de acreditar ser o Brasil país "fundamentalmente religioso"[1100], prosseguia o deputado, não caberia haver a cobrança de direitos autorais, os quais seriam "Dons de Deus"[1101]. Os meios de difusão, segundo o deputado, fariam a divulgação dos artistas de música sacra para a comunidade evangélica, o que já promoveria a comercialização[1102].

Por fim, um outro grupo de políticos pretendia que a Constituição criasse o Conselho sem, contudo, explicitar suas competências, as quais seriam instituídas por lei complementar. Esse era o caso, por exemplo, de Antônio Gaspar[1103].

[1094] Ibidem.
[1095] Ibidem.
[1096] Ibidem.
[1097] Ibidem.
[1098] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 167.
[1099] Ibidem.
[1100] Ibidem.
[1101] Ibidem.
[1102] Ibidem.
[1103] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 216.

Além do mercado interno e do Conselho de Comunicação Social, um terceiro ponto do anteprojeto da Relatora foi alvo de sucessivas emendas: o monopólio estatal das telecomunicações e da radiodifusão.

O deputado Antonio de Jesus (PMDB-GO) apresentou emenda visando a substituir a expressão "constitui monopólio do Estado a exploração" por "é competência da União explorar diretamente, ou através de autorização ou concessão, os"[1104]. O político dizia que o regime democrático pressupunha a "liberdade empresarial ou melhor, a livre iniciativa"[1105]. Ainda segundo o parlamentar, o monopólio estatal não seria compatível com a democracia e apenas conjunturalmente poderia ser admitido, não de forma permanente na própria Constituição[1106].

Carlos Alberto Caó, por sua vez, pretendia que fosse adicionada a radiodifusão no artigo 13º do anteprojeto, definindo-a como monopólio estatal. A proposta era também incluir dois parágrafos no citado artigo, ambos referentes à radiodifusão:

> § 1º - As atividades de radiodifusão constituir-se-ão através da formação de um sistema público, de concessão ao setor privado, às entidades profissionais, comunitárias e político-partidárias.
> § 2º - A radiodifusão e demais meios de expressão e comunicação, e os bens e serviços relacionados com a liberdade de expressão e comunicação não podem ser objeto de monopólio ou oligopólios, bem direta ou indiretamente, por parte de empresas privadas[1107].

As emendas propostas por Caó demonstram preocupação do político com a concentração dos meios de comunicação social nas mãos de determinados grupos e conglomerados.

Em outras duas propostas, Caó sugeria a inclusão de três incisos no artigo 16º do anteprojeto da Relatora, visando a) a restringir a uma concessão ou autorização por concessionário[1108] para "execução do serviço de rádio, televisão e serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio"[1109]; b) determinar que aqueles que fossem titulares de mais de uma concessão ou autorização fossem acionados para optar por uma delas, devendo as demais serem redistribuídas através de licitação pública[1110]; e c) a vedar o controle indireto das autorizações e concessões "por terceiros que não estejam expressamente designados nos

---

[1104] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 190.
[1105] Ibidem.
[1106] Ibidem.
[1107] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 174.
[1108] A sugestão falava apenas em concessionário, todavia, por haver referência expressa a "autorização" acreditamos a que a intenção do político fosse mais ampla, de modo a abarcar também os permissionários.
[1109] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 175.
[1110] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 177.

atos de autorização e concessão"[1111]. Esta última emenda, conforme justificou o parlamentar, pretendia evitar as testas de ferro", que seriam encontrados com facilidade nos serviços de radiofusão[1112]. Vindo dos quadros do PDT, Caó não desconhecia o poder de influência político resultante da concentração dos meios de comunicação, a proposta deixava claro que um dos alvos do parlamentar era a propriedade cruzada dos meios de comunicação.

Outro tema em debate, pelo menos nas emendas, foi o monopólio no setor de comunicações. No Anteprojeto Tavares previa-se que os serviços públicos de telecomunicações, comunicação de dados (inclusive transfronteiras), comunicação postal e telegráfica seriam monopólio estatal. Diversas foram as emendas que, de uma forma ou outra, visavam a modificar tal redação.

A maior parte dessas emendas pretendia excluir o monopólio estatal, por entender que este daria à Constituição feição estatizante. Nesses casos a justificativa era explícita, no sentido de que não deveria haver monopólio estatal.

José Elias, do PTB, retirava a expressão "monopólio" do artigo 13º do Anteprojeto da Relatora, sob a justificativa de que a sua proposta eliminaria dispositivos "virtualmente irreversíveis como é o caso da instituição de monopólio estatal por via constitucional"[1113]. Outros políticos optavam por emendas mais discretas, cuja finalidade, na prática, era a mesma. Sob o pretexto de que se deveria garantir pluralismo, tais políticos arguiam que o setor era incompatível com qualquer tipo de monopólio, privado ou estatal.

Sem considerar outros critérios, como, por exemplo, a influência dominante de mercado, membros da Abert, nas audiências públicas, haviam negado existir monopólio na radiodifusão nacional, uma vez que haveria vários canais e empresas operando. As posições da Abert pareciam espelhadas na proposta de Mendes Ribeiro. Este asseverou que uma das questões fulcrais que deveria ser enfrentada pela Constituinte seria a da "preservação da multiplicidade dos meios, pressuposto da pluralidade democrática, mediante a clara vedação a quaisquer formas de exploração monopolísticas pública ou privada dos meios de comunicação"[1114].

Arolde de Oliveira apresentou emenda para que fosse modificado o artigo 13º do Projeto, estabelecendo que competiria à União prestar diretamente ou mediante autorização, permissão ou concessão, os serviços de telecomunicações, mantendo-se sob o regime de

[1111] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 176.
[1112] Ibidem.
[1113] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 99.
[1114] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 15.

monopólio o serviço postal[1115]. Em outra emenda do deputado, este defendia "a pluralidade e a centralização, vedado o monopólio da propriedade dos meios de radiodifusão"[1116]. Esta última emenda era bastante curiosa: por um lado suprimia o monopólio da radiodifusão; por outro a pluralidade e centralização, conceitos que, a depender do que pretendia o político, pareciam inconciliáveis na mesma frase.

A justificação não auxilia a compreender o mistério. Centralização poderia significar a centralização dos atos de conceder, autorizar ou executar os serviços pela União, como exposto na justificativa "em primeiro lugar, estamos propondo que a prestação dos serviços de telecomunicações seja feita, pela União, de forma direta ou mediante autorização, permissão ou concessão"[1117]. A adoção dos três institutos do Direito Administrativo, prosseguia Arolde, seria "em razão das três dimensões que têm os serviços de telecomunicações; uma de caráter individual, outra de natureza pública e uma terceira de porte mediano, situada entre as duas primeiras"[1118].

Ângelo Magalhães, também sob o pretexto de defender o pluralismo, apresentou emenda em que dizia "é assegurado o direito à pluralidade dos meios e veículos de comunicação de massa, incluída a imprensa, sendo vedado o monopólio estatal ou privado"[1119].

Como será visto, o texto constitucional não definiu o que seria monopólio no setor de comunicações, de modo que o conceito aberto permitiria e permitiu ao longo dos anos interpretações distintas.

O conceito no campo da comunicação social, ainda é indefinido hoje, passadas quase quatro décadas da promulgação da Constituição. A ausência de debate e a indefinição sobre o tema nos dizem muita coisa sobre o exercício do poder. Se ainda há "dúvidas" quanto ao conceito de monopólio, em 1987 tampouco havia essa definição.

Para a Abert e os donos de emissoras de rádio e televisão, conforme demonstrado acima, inexistiria monopólio quando mais de uma empresa atuasse no setor. Monopólio seria, segundo esse grupo, a dominação de todo o mercado por apenas uma empresa. O conceito de *monopólio por concentração de audiência em determinados horários* não era debatido por esse grupo, tampouco a dominação econômica de empresas produtoras de conteúdo sobre as

[1115] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 34.
[1116] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 35.
[1117] Ibidem.
[1118] Ibidem.
[1119] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 103.

retransmissoras. Para os políticos vinculados a esse grupo, o ideal era o texto dispusesse que as telecomunicações (incluindo aqui a radiodifusão) não seriam monopólio estatal. No texto de Tavares, a referência ao monopólio nas telecomunicações possivelmente era o legal, para legislar, eventualmente explorar diretamente ou mediante concessões. Para os empresários e defensores de um "livre mercado" na Constituinte, houve combate rígido para que a Constituição vedasse inclusive e principalmente o monopólio estatal.

A preocupação não era, portanto, com o predomínio de uma ou poucas empresas no setor, tampouco com o poder e dominação econômica dessas empresas em relação às demais. O que de alguma forma se almejava era que as comunicações, especialmente a radiodifusão, fossem conceituadas como atividades eminentemente privadas de exploração comercial.

Mais do que pura e simplesmente centrada em *estatismo versus privatismo*, a disputa era quanto ao próprio fundamento axiológico por detrás do conceito de monopólio que se invocava e defendia: qual seria a função social dos meios de comunicação e telecomunicação? No fim das contas, a definição de um monopólio estatal ou a vedação de todo e qualquer a monopólio, incluindo o estatal, diria quais seriam as finalidades desses serviços e quais os ideais a serem perseguidos na sua exploração no país.

Se se adotasse o modelo dos ditos "liberais" ou um conceito indeterminado, poder-se-ia na prática manter, nos anos subsequentes à Constituição, as coisas como estavam, sem mudanças reais nas estruturas de poder - e, quem sabe, com ainda mais espaço para que as regras do setor de comunicação fossem ditadas pelos grandes grupos já existentes.

Nesse cenário a influência política e o poder econômico dos grupos já consolidados tenderiam a tornar-se ainda maiores. Abria-se espaço à argumentação de que a radiodifusão seria apenas atividade econômica, sem qualquer tipo de função social ou finalidade a ser perseguida pelos empresários.

Por outro lado, para constituintes como Caó e Tavares a ideia seria evitar a dominação econômica e ressaltar a função pública da comunicação como um todo. A comunicação consistiria em um bem social, conforme expressamente defendido por Cristina, e um serviço público. O conceito de monopólio para Caó e Cristina, por exemplo, parecia ser amplo e contemplar também o monopólio por dominação (ou eficiência).

Formado durante os anos iniciais do regime militar, o modelo de exploração da radiodifusão no Brasil, através de empresas atuando em rede, havia gerado uma grande concentração de poder nas mãos de poucos grupos. Pela atuação em rede, as emissoras afiliadas seguiam a programação e ordens da empresa que elaborava os programas. Para Fábio Konder Comparato, essa estrutura seria oligopolista, uma vez que, além do controle pela audiência, a

empresa-líder determinava a programação, os pagamentos e a publicidade das afiliadas. Para Comparato, se fossem substituídas as tradicionais "noções quantitativas de monopólio" e considerada uma "noção mais substancial da influência dominante", a conclusão a que se chegaria no período era a de que apenas um grupo de TV – a Rede Globo – estaria em "posição de abuso de poder, não só econômico como político, no país"[1120]. Tal situação não era o que preocupava Ângelo Magalhães, Rita Furtado ou Mendes Ribeiro – o que lhes importava era que o Estado não fosse juridicamente o titular desse monopólio, evitando-se no futuro um maior controle estatal no setor.

Nem todas as propostas, todavia, eram contrárias à expressão "monopólio" no texto. Olívio Dutra, do PT, defendia a sua manutenção, com o acréscimo de um Parágrafo Segundo no artigo 13º do Anteprojeto da Relatora, para declarar que os veículos de comunicação, "inclusive os meios impressos", seriam explorados "por fundações ou sociedades sem fins lucrativos"[1121]. Carlos Alberto Caó, por sua vez, trouxe emenda pela qual se acrescia a radiodifusão ao rol de atividades descritas, no artigo 13º, como monopólio do Estado. Caó propôs a introdução de dois parágrafos no mesmo dispositivo, prevendo que as atividades de radiodifusão seriam constituídas "através da formação de um sistema público, de concessão ao setor privado, às entidades profissionais, comunitárias e políticas partidárias"[1122]. No parágrafo segundo da emenda, Caó pretendia proibir que a radiodifusão e demais meios de expressão e comunicação, bem como os bens e serviços relacionados com a liberdade de expressão e comunicação fossem "objeto de monopólio ou oligopólios, (...) direta ou indiretamente, por parte de empresas privadas"[1123].

Todas as emendas foram apreciadas pela Relatora, a qual tentou fazer modificações no anteprojeto original.

4.3.3 A Metade mais Um: Uma Subcomissão Dividida.

Em 21 de maio de 1987, às 9h:30, começava a 16ª Reunião Ordinária da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Na pauta do dia estava a leitura do relatório e das emendas recebidas ao projeto original apresentado por Cristina Tavares e a votação deste. Antes mesmo de iniciada a sessão ocorreu um fato importante e decisivo para o andamento dos

[1120] COMPARATO, Fábio Konder. É Possível Democratizar a Televisão. In: NOVAES, Adauto (org.). **Rede Imaginária**: televisão e democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 300-308.
[1121] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, Emenda n. 139.
[1122] Ibidem.
[1123] Ibidem.

trabalhos. Antônio Britto foi o primeiro suplemente a assinar o livro de presença e naquela manhã a reunião se iniciava sem que o Deputado Onofre Correa, PMDB/MA, titular na Subcomissão estivesse presente. A presença de Britto foi decisiva para o grupo próximo à Relatora, especialmente ao se considerar que a Subcomissão era composta por 21 membros e, naquele momento, estava completamente dividida.

A Relatora apresentou uma proposta de anteprojeto, na qual se consolidava redação com as emendas acolhidas. A nova redação continha modificações as quais aparentavam ser tentativas de composição com os demais grupos. Para melhor compreender as mudanças, faremos um quadro comparativo:

1º Anteprojeto da Relatora	**2ª Versão Anteprojeto da Relatora**
DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
Artigo 1º - O Estado promoverá o desenvolvimento científico e a autonomia tecnológica, atendendo as prioridades nacionais, regionais e locais, bem assim a difusão dos seus resultados, tendo em vista, a transformação da realidade brasileira de modo a assegurar a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e do meio ambiente. § lº - É garantida liberdade de opção dos pesquisadores, instrumentada pelo incentivo à investigação, criatividade e invenção. § 2º - É assegurado, na forma da lei, o controle pela sociedade, das aplicações da tecnologia. § 3º - A pesquisa deve refletir seu compromisso com as prioridades regionais e locais, bem assim sociais e culturais, tendo em vista sobretudo, a realização do bem comum, o benefício da coletividade e a plena utilização de seus recursos humanos-culturais. § 4 º - É garantida a propriedade intelectual, atendidos os interesses do desenvolvimento científico e tecnológico da nação.	Art. 1º O Estado promoverá a capacitação cientifica e tecnológica, atendendo às prioridades nacionais, regionais e locais, bem assim a difusão dos seus resultados, tendo em vista a transformação das realidades brasileiras, de modo a obter adequado grau de autonomia decisória e assegurar a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e do meio ambiente. §1º É assegurado, na forma da lei, o controle, pela sociedade, das aplicações da tecnologia. § 2º A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégios temporários para a sua utilização, bem como a propriedade das obras tecnológicas de caráter utilitário, das marcas de indústria e comércio e a exclusividade de nome comercial, subordinando ao interesse do desenvolvimento nacional. § 3º Aos autores de obras literárias e artísticas pertence o direito exclusivo de utiliza-las. Esse direito é transmissível, por herança, pelo tempo que a lei assegurar. §4º As atividades científicas e tecnológicas devem refletir o compromisso com a realização dos objetivos e prioridades nacionais, regionais e locais, bem assim sociais e culturais, tendo em vista, sobretudo, e realização do bem comum, do benefício da coletividade e da plena

	utilização de seus recursos humanos e culturais. § 5º É garantida a liberdade de opção dos pesquisadores, instrumentada pelo incentivo à investigação, criatividade e invenção.
Artigo 2º - O mercado integra o patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da nação. § 1º - A lei estabelecerá reserva de mercado interno tendo em vista a realização do desenvolvimento econômico e da autonomia tecnológica e cultural nacionais. § 2º - O Estado e as entidades de suas administrações direta e indireta utilizarão preferencialmente, na forma da lei, bens e serviços ofertados por empresas nacionais.	Art. 2º O mercado interno constitui patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da nação. § 1º A lei estabelecerá reserva de mercado interno tendo em vista o desenvolvimento econômico, autonomia tecnológica e cultural nacionais. § 2º O Estado e as atividades da sua administração direta e indireta privilegiarão como critérios de concessão de incentivos de compras e de acessos ao mercado brasileiro a capacitação científica e tecnológica nacional. § 3º O Estado e as entidades de sua administração direta e indireta utilizarão preferencialmente, na forma da lei, bens e serviços ofertados por empresas nacionais.
Artigo 3º - Empresa nacional é aquela cujo controle de capital esteja permanentemente em poder de brasileiros e que constituída e com sede no País, nele tenha o centro de suas decisões. § 1º - As empresas em setores aos quais a tecnologia seja fator de produção determinante, somente serão consideradas nacionais quando, além de atenderem aos requisitos definidos neste artigo, estiverem, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sujeitas ao controle tecnológico nacional. Entende-se por controle tecnológico nacional o exercício, de direito e de fato, do poder para desenvolver, gerar, adquirir e transferir tecnologia de produto e de processo de produção,	Art 3º Empresa nacional é aquela cujo controle de capital esteja permanentemente em poder de brasileiros e que constituída e com sede no País, nele tenha o centro de suas decisões. § 1º As empresas em setores aos quais a tecnologia seja fator de produção determinante, somente serão consideradas nacionais quando, além de atenderem aos requisitos definidos neste artigo, estiverem, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sujeitas ao controle tecnológico nacional. § 2º Entende-se por controle tecnológico nacional o exercício, de direito e de fato, do poder para desenvolver, gerar, adquirir e transferir tecnologia de produto e de processo de produção.
DO IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NA PRIVACIDADE	
Artigo 4°- Ninguém será obrigado a fornecer informações quanto às suas	Art. 4º Ninguém será obrigado a fornecer informações quanto às suas convicções filosóficas, religiosas ou políticas.

convicções filosóficas, religiosas ou políticas. Parágrafo Único - O uso das informações só é admitido para os fins em razão dos quais forem solicitadas ou cedidas.	Parágrafo Único: O uso das informações só é admitido para os fins em razão dos quais foram solicitadas ou cedidas
Artigo 5º - Todos tem direito e acesso às referências e informações a seu respeito, contidas em bancos de dados controlados por entidades públicas ou privadas, podendo exigir a retificação de dados ou atualização e supressão dos incorretos mediante procedimento judicial sigiloso. Parágrafo Único - Dar-se-á "Habeas Data" ao legítimo interessado para assegurar os direitos tutelados neste artigo.	Art. 5º Todos têm direito a acesso gratuito às referências e informações a seu respeito contidas em banco de dados, ou outros instrumentos, controlados por entidades públicas ou privadas, podendo exigir a retificação de dados ou a atualização e suspensão dos incorretos, mediante procedimento administrativo ou judicial sigiloso Parágrafo único. Dar-se-á **habeas data** ao legitimo interessado por assegurar os direitos tutelados neste artigo.
Artigo 6º - É assegurado o acesso de todos as fontes nacionais e à metodologia de tratamento dos dados de que disponha o Estado, relativos ao conhecimento da realidade social, econômica e territorial do país. § Único - É vedada a transferência de informações para centrais estrangeiras de armazenamento e processamento de dados, salvo nos casos previstos em tratados e convenções com cláusula de reciprocidade.	Art. 6º É assegurado o acesso a todas as fontes primárias e à metodologia do tratamento de dados de que dispõe o Estado, relativos ao conhecimento da realidade social, econômica e territorial do País. § 1º O acesso mencionado no **caput** deste artigo não será assegurado aos assuntos relacionados à defesa e à soberania da Nação. § 2º É vedada a transferência de informações para centrais estrangeiras de armazenamento e processamento de dados, na forma em que a lei estabelecer.
NO TRABALHO	
Artigo 7º - As normas de proteção aos trabalhadores obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria de seus benefícios. I - Participação dos trabalhadores nas vantagens advindas do processo de automação, mediante a redução da jornada de trabalho e/ou a distribuição dos benefícios decorrentes do aumento de produtividade gerada pela automação. II - Reaproveitamento de mão-de-obra e acesso a programas de reciclagem prestados pela empresa, sempre que o processo de automação por ela adotado	Art. 7º As normas de proteção aos trabalhadores obedecerão aos seguintes preceitos, na forma da lei, além de outros que exigem a melhoria dos seus benefícios: I – Participação dos trabalhadores nas vantagens advindas com a introdução de novas tecnologias; II – Reaproveitamento de mão-de-obra e acesso a programa de reciclagem prestado pela empresa, sempre que a introdução de novas tecnologias por ela adotada importar na redução e eliminação de postos de trabalho e/ou ofício;

importar em redução ou eliminação de postos de trabalho e/ou ofício; III - Participação das organizações de trabalhadores nos processos decisórios relativos a implantação de sistemas de automação. IV - Participação dos trabalhadores em comissões que vise eliminar a insalubridade dos locais de trabalho.	III – participação das organizações dos trabalhadores na formulação de políticas publicas relativas à introdução de novas tecnologias.
DOS RECURSOS EM CIENCIA E TECNOLOGIA	
Artigo 8º - O Poder Público providenciará incentivos específicos a instituições públicas de ensino e pesquisa, a Universidades e Empresas Nacionais que realizem esforços na érea de investigação científica e tecnológica. § l° - As Empresas Estatais, de economia mista, e privadas nacionais ou transnacionais que se dediquem à produção de bens e serviços intensivos em tecnologia, aplicarão não menos do que 5% (cinco por cento) do seu lucro através de fundo específico no desenvolvimento de ciência, tecnologia e formação de recursos humanos. § 2º - Os organismos de desenvolvimento regional, aplicarão nas Universidades Públicas e Instituições de Pesquisa da Região, não menos do que 5% (cinco por cento) dos seus orçamentos em projetos de pesquisa para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e formação de recursos humanos.	Art. 8º O Poder Público providenciará, na forma da lei, incentivos específicos a instituições de ensino e pesquisa, a universidades e empresas nacionais que realizem esforços na área de investigação científica e tecnológica, de acordo com os objetivos e prioridades nacionais. § 1º A União aplicará anualmente uma parcela do que Orçamento na capacitação científica e tecnológica, a ser definida em lei ordinária. § 2º As empresas estatais e de economia mista aplicarão um percentual mínimo anual de seu orçamento, a ser definido em lei ordinária, para o desenvolvimento da capacitação tecnológica. § 3º As empresas privadas receberão incentivos, na forma da lei, para que apliquem recursos nas universidades, instituições de ensino e pesquisa, visando o desenvolvimento do conhecimento científico, da autonomia tecnológica e a formação de recursos humanos. § 4º Os organismos públicos de desenvolvimento regional aplicarão na capacidade cientifica e tecnológica da região um percentual mínimo de seus recursos a ser definido por lei ordinária
ENERGIA NUCLEAR	
Artigo 9º - É vedada a fabricação, o trânsito, o transporte, a guarda ou o armazenamento de armas nucleares em todo o território nacional, seja qual for a procedência.	Art. 9º É vedada a fabricação, o trânsito, o transporte, a guarda ou o armazenamento de armas nucleares em todo o território nacional, seja qual for a procedência

Artigo 10 - A construção de centrais ou usinas para produção de energia elétrica ou para beneficiamento do urânio ou qualquer outro minério atômico, dependerá de prévia consulta mediante plebiscito.	
DA COMUNICAÇÃO	
Artigo 11 - A informação é um bem social e um direito fundamental da pessoa humana. Todo cidadão tem direito, sem restrição de qualquer natureza, à liberdade de procurar, receber e transmitir informações, ideias e opiniões, por quaisquer meios e veículos de comunicação.	Art. 11. A informação é um bem social e um direito fundamental da pessoa humana. Todo cidadão tem direito, sem restrições de quaisquer natureza, à liberdade de receber e transmitir informações, idéias e opiniões, por qualquer meios e veículos de comunicação." Parágrafo único. Cabe aos órgãos do Estado a obrigação de informar e atender aos pedidos de informação dos veículos de comunicação social em todos os assuntos de interesse público.
Artigo 12 - Os meios de comunicação devem estar sempre a serviço do desenvolvimento integral da nação, da eliminação das desigualdades e injustiças, da independência econômica, política e cultural do povo brasileiro e do pluralismo ideológico.	Art. 12. Os meios de comunicação devem estar a serviço do desenvolvimento integral da Nação, da eliminação das desigualdades e injustiças, de independência econômica, política e cultural do povo brasileiro e do pluralismo ideológico.
	Art. 13 A publicação de veículo impresso de comunicação não depende de qualquer licença de autoridade.
Artigo 13 - Constitui monopólio do Estado a exploração de serviços públicos, de telecomunicações, comunicação de dados inclusive transfronteiras, comunicação postal e telegráfica. Parágrafo único - É assegurada a prestação de serviços de informação por entidades de direito privado através de redes públicas operadas pelo Estado.	Art. 14 Constitui monopólio do Estado a exploração de serviços públicos de telecomunicação, postal, telegráfica e de dados. § 1º O fluxo de dados transfronteiras será processado por intermédio de rede pública e operada pelo Estado. § 2º É assegurada a prestação de serviços de informação por entidades de direito privado através de rede pública operada pelo Estado.
Artigo 14 - A propriedade, a administração e orientação intelectual das empresas e entidades de	Art. 15 A propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há 10

comunicação são privativas de brasileiros natos e sociedades cujo capital esteja representado por ações ou quotas nominativas, cujo controle de capital pertença a brasileiros natos e que tenham sede e centro de decisões no País.	anos, e somente a estes caberá a responsabilidade principalmente pela sua administração e orientação intelectual. Parágrafo único. Não será permitida a participação acionária de pessoas jurídicas no capital social de empresas jornalísticas ou de radiodifusão, a não ser no caso de partidos políticos e de sociedade de capital exclusivamente nacional, o qual não poderá exceder a 30% e que só poderá se efetivar através de ações sem direito a voto e não conversíveis.
Artigo 15 - Fica instituído o Conselho Nacional de Comunicações com a atribuição para estabelecer, supervisionar e fiscalizar políticas de comunicação nas áreas de rádio e televisão, atendidos os seguintes princípios: I- Promoção da cultura nacional em suas distintas manifestações, assegurada a regionalização da produção cultural nos meios de comunicação e na publicidade; II- Garantia da pluralidade e descentralização vedada a concentração da propriedade dos meios de comunicação; III - Prioridade a entidades educativas, comunitárias, sindicais, culturais e outras sem fins lucrativos na concessão de canais e exploração de serviços.	Art. 16. Fica instituído o Conselho Nacional de Comunicação, com atribuição de propor ao Congresso Nacional políticas nacionais de comunicação nas áreas de radiofusão e de outros meios eletrônicos, supervisionar e fiscalizar sua execução, atendidos os seguintes princípios: l – Promoção da cultura nacional, em suas distintas manifestações, assegurada a regionalização da produção cultural nos meios de comunicação e na pluralidade; II – Garantia da pluralidade e descentralização, vedada a concentração da propriedade dos meios de comunicação; III – prioridade de entidades educativas, culturais e outras sem fins lucrativos na concessão de canais e exploração de serviços.
Artigo 16 - Compete ao Conselho Nacional de Comunicação: I- Outorgar e renovar, “ad referundum” do Congresso Nacional, autorizações e concessões para exploração de serviços de rádio-difusão e transmissão de voz, imagem e dados; II – Promover licitações públicas para concessão de frequências de canais, divulgando suas disponibilidades ao menos uma vez por ano;	Art. 17 "Compete ao Conselho Nacional de Comunicação, **ad referendum** do Congresso Nacional: I – outorgar e renovar autorizações e concessões para exploração de serviços de radiofusão e outros serviços eletrônicos de comunicação; II – supervisionar as licitações públicas para concessão de frequência de canais, divulgando suas disponibilidades ao menos uma vez por ano;

III – Decidir e fixar as tarifas cobradas aos concessionários de serviços de radiodifusão e transmissões de dados, imagens e som;	III – estabelecer critérios para fixação de tarifas cobradas aos concessionários de serviços de radiofusão e outros serviços eletrônicos de comunicação;
IV – Promover a introdução de novas tecnologias de comunicação conforme as necessidades da sociedade e buscando capacitação tecnológica nacional;	IV – disciplinar e introdução de novas tecnologias de comunicação, conforme as necessidades da sociedade, buscando capacitação tecnológica nacional;
V – Dispor sobre a organização e transparência das empresas concecionárias de radiodifusão, da qualidade técnica das transmissões, da programação regional, da programação em rede e da garantia de mercado para os programas das produtoras independentes;	V – dispor sobre a organização de empresas concessionárias de radiofusão, da qualidade técnica das transmissões, da programação regional de rede, e sobre a garantia de mercado para programa das produtoras independentes;
VI - Entre as competências do CNC inclui autorizar a implantação e operação de redes privadas de telecomunicação.	VI – autorizar a implantação e operação de redes privadas de telecomunicação."
§ 1º - As concessões ou autorizações previstas nesse artigo serão feitas por prazo determinado, nunca superior a dez anos e só poderão ser suspensas ou cassadas por sentença fundada em infração definida na lei, que regulará o direito a renovação.	
§ 2º - A lei regulará as atribuições, a vinculação administrativa e os recursos da União necessários ao funcionamento do Conselho Nacional de Comunicações.	
§ 3º - O Conselho Nacional de Comunicação será integrado por quinze membros brasileiros, natos em pleno exercício de sues direitos civis, sendo: três (3) representantes da entidades empresarias, três (3) de entidades profissionais da área de comunicação, um (1) representante do ministérios da cultura, um (1) representante do Ministério das Comunicações, dois (2) representantes da Comissão de Comunicação do Senado Federal, dois (2) representantes da Comissão de Comunicação da Câmara do Deputados, um (1) representante de instituição universitária, e um (1) representante da área de criação cultural. O congresso Nacional designará as entidades representadas no Conselho as quais	

elegerão seus respectivos representantes para um mandato de dois anos vedadas as reeleições.	
Artigo 17 - A liberdade de Manifestação do pensamento e de criação e expressão pela arte, sob qualquer forma, processo ou veiculação, não sofrerá nenhuma restrição do Estado, a qualquer título. § 1º - A lei assegurará o direito de resposta aos cidadãos e às entidades, em todos os veículos de comunicação social. § 2º - A ação do Estado em relação às diversões e espetáculos públicos limitar-se-á à informação ao público sobre a sua natureza, conteúdo e as faixas etárias, horários e locais em que a sua apresentação se mostre inadequada. § 3º - Os partidos políticos, as organizações sindicais, profissionais e populares, têm direito a utilização gratuita da imprensa, do rádio e da televisão, segundo critérios a serem definidos por lei. § 4º - Não serão toleradas a propaganda de guerra ou a veiculação de preconceitos de religião, de raça, de classe ou de estereótipos sexuais. § 5º - A lei criará mecanismos pelos quais o cidadão se protegerá de agressões sofridas pela promoção, nos meios de comunicação, da violência, do tabagismo, do alcoolismo, de medicamentos e outros aspectos nocivos à ética pública.	Art. 18 A liberdade de manifestação de pensamento e de criação, expressão pela arte sob qualquer forma, processo ou vinculação, não sofrerá nenhuma restrição do Estado a qualquer título." § 1º A lei assegurará o direito das respostas aos cidadãos e às entidades em todos os veículos de comunicação social. § 2º A ação do Estado em relação às diversões, espetáculos públicos, limitar-se-á à informação ao público sobre a sua natureza, conteúdo e as faixas etárias, horários e locais em que a sua apresentação se mostre adequada. § 3º Os partidos políticos têm direito à utilização gratuita do rádio e da televisão, segundo critérios a serem definidos por lei. § 4º Não serão toleradas as propagandas de guerra ou a vinculação de preconceito de religião, de raça e de classe. § 5º A lei criará mecanismos para os quais o cidadão se protegerá das agressões sofridas pela promoção dos meios de comunicação eletrônica, da violência e outros aspectos nocivos à saúde e à ética pública.”
Artigo 18 - Toda empresa pública ou privada que detenha o controle de veículo jornalístico, de qualquer espécie, instituirá e manterá em permanente funcionamento um Conselho Editorial composto por representantes da empresa e dos profissionais de comunicação a ela funcionalmente vinculados. Parágrafo único - A lei regulará a organização, composição, atribuições, e funcionamento dos Conselhos Editoriais previstos neste artigo.	

Como pode ser observado, o projeto original de Cristina passou por "suavizações", especialmente quanto à "autonomia" tecnológica e às funções do Conselho de Comunicação Social. As mudanças introduzidas pareciam ser um passo da relatora em direção ao grupo que a considerava estatizante, todavia, nas palavras de Motter, "ao invés de amenizar as resistências dos "conservadores", o segundo anteprojeto serviu para acirrar o confronto dentro da Subcomissão"[1124].

Quanto ao Conselho de Comunicação Social, revendo orientação bastante criticada nas Emendas e nos Jornais, Cristina fez adequações para que o Congresso tivesse maior participação nos processos de concessão. Por sua vez, o conceito de "autonomia tecnológica", deu lugar ao de "capacitação", devendo o Estado promover a "capacitação científica" para obter "adequado grau de autonomia decisória e assegurar a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e meio ambiente".

A nova redação do artigo, apesar de ainda manter ideia de fundo de que se deveria buscar autonomia tecnológica, era um passo atrás em relação ao projeto original. Ainda assim, seria possível obter, via legislação ordinária, investimentos em ciência e se manteria a reserva de mercado.

Não há como saber qual foi o cálculo político feito pela Relatora, mas é possível que tenha renunciado ao dispositivo mais específico dos artigos 1º e 2º do anteprojeto, para tentar salvar a relatoria e o Conselho de Comunicação Social. Havia no período rumores de que se articulava a derrubada da Relatora do posto. Paulino Motter sugere que havia, na ocasião, movimentos do "grupo conservador", para apresentação de um substitutivo ao texto da Relatora, elaborado pelo Deputado Mendes Ribeiro, caso o dela fosse integralmente rejeitado[1125]. Mendes Ribeiro, conforme demonstrado acima, já havia questionado em reuniões anteriores o que ocorreria caso o anteprojeto da relatora fosse integralmente rejeitado, tendo, inclusive, apresentado emenda para a substituição do relatório.

Dessa forma, é possível que a estratégia de Cristina tenha sido a de soltar alguns anéis, para conservar os trechos que julgava mais importantes naquele momento.

Feita a leitura do relatório e das emendas, uma longa e tensa reunião se iniciava na Subcomissão quanto ao formato de seguimento dos trabalhos.

[1124] MOTTER. A Batalha Invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil. cit, fls. 317.
[1125] MOTTER. A Batalha Invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil. cit, fls. 317-318.

De início, a primeira confusão ocorreu em relação à interpretação sobre o que seria o anteprojeto apresentado por Cristina e como ele seria votado. O artigo 17º, §2º, do Regimento Interno da ANC dispunha que, após o recebimento das emendas, o Relator teria o prazo de 72 horas para elaboração de parecer sobre "as emendas, sendo estas e o anteprojeto submetidos à votação". O embate se deu quanto a interpretação da parte final desse dispositivo. De um lado, o Presidente da Subcomissão, Arolde de Oliveira, interpretava que o anteprojeto original da relatora seria votado preliminarmente, depois o parecer desta em relação as emendas e, posteriormente, as emendas destacadas. De outro lado estava Cristina Tavares e outros parlamentares, como Joaci Góes e Carlos Alberto Caó, para os quais, tendo a Relatora já apresentado substitutivo de seu anteprojeto, o que deveria ser votado era apenas o substitutivo e as emendas destacadas, entendendo-se que o relatório havia sido aprovado[1126].

A natureza do substitutivo apresentado pela Relatora também foi questionada por Arolde, para quem o documento não seria um substitutivo propriamente dito, uma vez que não foi debatido na Comissão e tão somente conteria as conclusões da relatora.

Arthur da Távola, relator da Comissão maior a que se vinculava a Subcomissão, pediu a palavra para leitura do Regimento Interno. Enquanto o parlamentar concluía raciocínio no sentido de que aquele era um caso omisso no Regimento e que, portanto, caberia a Subcomissão interpretar, houve interrupção abrupta de Mendes Ribeiro, o qual afirmou que o regimento "diz, inclusive, que o Presidente e o Relator da Comissão-Geral não interferem nos trabalhos"[1127] da Subcomissão. O tom da intervenção de Mendes Ribeiro desperta atenção, uma vez que, até aquele momento, membros de outras Subcomissões haviam podido manifestar suas opiniões sem qualquer embaraço ou ataque. Após a fala de Ribeiro, Arolde interveio, tendo restituído a palavra a Arthur da Távola, com a afirmação de que não se estava em período de votação, portanto qualquer parlamentar poderia apresentar sua contribuição, especialmente Távola que, "como Relator da Comissão Temática" e tendo participado de "quase todas as reuniões", estava manifestando "contribuição positiva"[1128]. Iniciada a votação, a posição de Arolde de Oliveira prevaleceu, por 12 (doze) votos a 9 (nove).

Essa discussão inicial consumiu o período inteiro da manhã. A reunião reiniciou-se à tarde do mesmo dia, para que fossem votados a estrutura do projeto da Relatora, o Relatório, os

[1126] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p 190.
[1127] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p 190.
[1128] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p 190

artigos e emendas destacadas. Houve confusão acerca de como seria o mecanismo de funcionamento da votação e muitas divergências sobre como os trabalhos prosseguiram. Em meio aos muitos debates, uma sugestão e uma colocação do Deputado José Carlos Martinez merecem destaque. Martinez, ao perceber as dificuldades de prosseguir com os trabalhos pela sistemática votada pela manhã, sugeria que se começasse pelo relatório das emendas, apresentado pela Relatora – posição derrotada na votação preliminar na manhã daquele dia. Martinez concluía seu raciocínio no sentido de que fosse apresentado o relatório para que este fosse lido pelos parlamentares. Ao ser confrontado por Pompeu de Souza, que afirmou que aquilo já havia sido feito pela manhã, Martinez defendeu seu posicionamento, afirmando que todos saberiam que o trabalho seria um trabalho quase perfeito, "mas, uma vírgula na palavra 'autonomia' muda o entendimento de um jurista daqui a alguns anos"[1129]. Por tal razão, o deputado insistia para que a Subcomissão analisasse a integralidade do texto, "desde os pareceres favoráveis aos pareceres contrários"[1130].

Superado isso, a Subcomissão se convenceu de que o formato adotado até aquele momento não era dos melhores, de modo que se decidiu fazer primeiro a votação dos destaques. Nesse momento, foi trazido destaque do Deputado Mendes Ribeiro, para quem a primeira versão do projeto de Cristina deveria ser votada artigo por artigo. Tal medida poderia, na prática, a depender da votação, fazer com que todo o projeto fosse rejeitado. Tal destaque foi levado a votação do plenário da Subcomissão, tendo sido derrotado por 11 votos a 10. Na sequência, o anteprojeto da Relatora (a primeira versão) também foi votado. Nesse momento, votava-se a estrutura do projeto em si, não os artigos. Novamente, pelo placar de 11 a 10, o projeto foi aprovado. Nas duas votações, Antônio Britto seguiu o voto da Relatora, tendo sido decisivo nesse momento, considerando que a Subcomissão estava, literalmente, dividia em duas partes iguais[1131].

[1129] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p 198.

[1130] A escolha de palavras e a justificativa de Martinez revelam as preocupações com que as emendas foram apresentadas, inclusive as vírgulas e conceitos que poderiam modificar o entendimento de determinado artigo. Ainda que tal observação pareça trivial, esta diz muito sobre a leitura a ser feita das emendas e bem revela que os políticos que ali estavam tinham plena noção do impacto que suas proposições trariam.

[1131] A informação sobre como ocorreu o processo de votação está na nas notas taquigráficas, tendo sido de lá que retiramos os subsídios para elaborar o presente trecho.

Destacar a divisão existente na Subcomissão é importante até para compreender as razões pelas quais determinadas concessões e negociações eram feitas. Por ser episódio relevante, Paulino Motter, como não poderia deixar de ser, também o descreveu em seu texto, tendo afirmado que a tentativa de Ribeiro teria sido uma manobra do grupo a que se vinculava o deputado. (MOTTER. A Batalha Invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil. cit., 318 e seguintes).

Superados os impasses iniciais, foi votado o relatório das emendas, o qual foi aprovado por unanimidade. Na sequência, iniciou-se a votação dos artigos e dos destaques.

A primeira emenda votada era de autoria do deputado José Elias, visando a modificar a redação do artigo 1º do Anteprojeto, contendo a seguinte redação:

> Emenda no 230/3,
> O Estado promoverá o desenvolvimento científico e a capacitação tecnológica para assegurar a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e a preservação do meio ambiente.
> § 1ºA pesquisa promovida pelo Estado refletirá prioridades nacionais, regionais, locais, sociais e culturais.
> § 2º A lei garantirá a propriedade intelectual[1132].

A emenda foi aprovada pelo placar de 12 a 9, substituindo com isso a redação anteriormente proposta pela Relatora, retirando-se do texto o dever estatal de promover a autonomia científica e tecnológica.

A segunda votação tratou do artigo 2º do Anteprojeto, no qual se definiam o "mercado interno" e a reserva de mercado. Para esse texto, foi votada emenda de Arnold Fioravante, a qual, segundo ele, apenas seria mais concisa e deixaria para lei "ordinária qualquer outro tratamento que deva receber". A emenda, de fato, enxugava o texto do artigo proposto pela relatora, para retirar a indicação de que o mercado interno devia ser "ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento socioeconômico, o bem-estar da população e a realização da autonomia e tecnologia da nação". Esse era o teor da emenda apresentada:

> Art. 2º O mercado interno faz parte do patrimônio nacional.
> Parágrafo único. Caberá ao Congresso Nacional decidir sobre a reserva de mercado de bens e serviços, determinados por lei e resultantes de desenvolvimento tecnológico nacional, guardando sempre o ideal da liberdade científica[1133].

Na votação da emenda, contudo, o relatório e texto da Relatora foi vitorioso, por 12 votos a 9.

Após a derrota inicial da Relatora quanto ao primeiro artigo do anteprojeto, uma sequência de votação mais tranquila prosseguiu para os demais artigos, de modo que as emendas votadas, quando aprovadas, não tinham grandes impactos ao projeto.

Há que se ser ressaltada, todavia, uma tendência observada no decorrer das votações: na maior parte dos casos em que havia emenda para ser votada para modificar o anteprojeto da relatora, os parlamentares Arolde de Oliveira, Ângelo Magalhães, Rita Furtado, Mendes

[1132] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p. 200.
[1133] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p. 201.

Ribeiro, Fausto Rocha, Arnold Fioravante, José Carlos Martinez e José Elias votaram em bloco contra o parecer de Cristina.

Por outro lado, os parlamentares Antônio Britto, Pompeu de Sousa, Antônio Gaspar, Carlos Alberto Caó, Koyo Iha, Olívio Dutra e Joaci Góes, acompanharam a Relatora na maioria das votações, com exceção dos casos em que as emendas eram de sua própria autoria.

Os parlamentares Aloísio Vasconcelos (PMDB), Roberto Vital e Paulo Marques (PFL), por sua vez, eram os votos que transitavam entre um grupo e outro.

As votações do dia seguiam sem maiores atritos, quando o deputado Onofre Corrêa chegou para retomar seu posto na Subcomissão. Imediatamente outra discussão tomou conta da Subcomissão. Cristina Tavares levantou questão de ordem, no sentido de que, uma vez iniciada a votação, o parlamentar ausente não poderia voltar e substituir do suplente. O fundamento empregado pela Relatora foi o de que esta disposição estaria contida no Regimento Interno da Comissão de Sistematização. Esse argumento, todavia, foi rechaçado por Arolde de Oliveira, sob alegação de que aquela não era Comissão de Sistematização e que o Regimento Interno da ANC não previa essa hipótese. Amparado pelo artigo 83 do Regimento Interno da ANC, no qual se estabelecia que nos casos omissos o Presidente da Subcomissão poderia se valer do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Olívio Dutra trouxe o artigo 47 do citado Regimento da Câmara, no qual se estabelecia que, "iniciados os trabalhos de uma Comissão, os Deputados que dele estiverem participando não poderão ser substituídos no curso da reunião, salvo por suplentes"[1134].

Após longos debates, colocou-se o tema para votação, e a maioria decidiu, por 11 (onze) votos a 10 (dez), que Onofre poderia reassumir seu posto.

A reunião prosseguiu naquele dia até o término da votação dos artigos 9º e 10º do Anteprojeto, quando houve nova votação e decidiu-se, por 12 votos a 9, que o restante da reunião ocorreria no dia seguinte.

Para a retomada da reunião, uma série de conflitos aguardava a Subcomissão. A alteração na composição dos votantes, notadamente a saída de Britto para a entrada de Onofre Correa, fez com que o grupo vinculado ao Presidente da Subcomissão passasse a ter a maioria, fato que trouxe uma série de derrotas para Cristina Tavares em artigos que a Deputada entendia cruciais.

Ao se votar destaque da Deputada Rita Furtado ao artigo 12º do Anteprojeto, foi dele removida a previsão de que os meios de comunicação devessem estar a serviço do

[1134] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p. 201.

desenvolvimento integral "da Nação, da eliminação da desigualdade, injustiça, das dependências econômicas, política e cultural do povo brasileiro, e do pluralismo ideológico". Ao defender seu destaque perante a Subcomissão, Rita Furtado dizia que

> apesar de serem muito nobres estas propostas elas acabam sendo restritivas, e eu me pergunto que entidade julgará se os meios de comunicação, estão a serviço, quem medirá? Qual é esta entidade, dotada de tais poderes que medirá, se realmente aquele serviço de comunicação, aquele serviço, aquele veículo está dentro do trabalho de desenvolvimento integral da Nação, da eliminação da desigualdade, das injustiças, existe uma restrição a pluralidade ideológica e cultural aqui neste artigo 12. [1135]

A emenda de Furtado foi aprovada, pelo placar de 11 votos a 10, com voto decisivo de Onofre Correa.

Antes de votar os artigos seguintes, a Relatora denunciou que destaques estariam sendo apresentados fora do prazo e afirmou que teria "elementos para acreditar na interferência direta do Ministro das Comunicações corrompendo, fraudando e constrangendo Parlamentares"[1136]. Houve pronta interferência do Presidente da Subcomissão, cortando a palavra de Cristina. Joaci Góes, em defesa da Relatora, afirmou que haveria policiais na porta do plenário, "com propósito de constranger os Srs. Constituintes", tendo indagado se aquela não seria uma questão de ordem, ao que foi respondido pelo Presidente "desde que V. Exa. prove e comprove aqui, é uma questão de ordem"[1137]. A posição de Cristina também foi defendida por Carlos Alberto Caó, Olívio Dutra, Gaspar Viana e Pompeu de Souza, contudo, a questão de ordem não foi acatada[1138].

Na continuidade dos trabalhos, após breve votação do artigo 13º do 2º anteprojeto da Relatora, votou-se o artigo 14º. Tal artigo, na redação original, definia como monopólio estatal a exploração de serviços públicos de telecomunicações, comunicação postal, telegráfica e de dados. Proposta pelo Constituinte José Elias, a emenda mudava o texto para que este, ao invés de definir tais atividades como "monopólio do Estado", apenas atribuísse à União a exploração direta ou mediante concessão, permissão ou autorização os serviços de telecomunicações.

Na defesa da emenda, José Elias repetiu o que constava da justificativa anteriormente apresentada, no sentido de que se buscava assegurar a

---

[1135] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p. 214.
[1136] Ibidem.
[1137] Ibidem.
[1138]

Apenas pela leitura das notas taquigráficas não foi possível concluir, com certeza, o que de fato motivou o impasse e as alegações de Cristina. Havia, isso era certo, a afirmação de Cristina de que gostaria de conferir os destaques, pois tinha suspeita de que alguns eram novos, feitos intempestivamente. Na sequência, houve discussão entre Cristina Tavares e Rita Furtado, apesar de que as notas taquigráficas não deixam claro o que ocorreu. É possível concluir, contudo, que a confusão se deu a partir de destaque apresentado por Rita Furtado, porém, não temos subsídios para dar certeza do motivo da discussão.

> indispensável flexibilidade à implantação, exploração, expansão, e manutenção dos sistemas de comunicação do país, eliminando a existência de dispositivos virtualmente irreversíveis, como é o caso da instituição de monopólio estatal por via constitucional. Por seu caráter transitório, lei ordinária poderá instituí-lo ou não, simultaneamente, busca-se estabelecer a existência de sistemas tarifários que garantam o fluxo de econômico e equilibrado das empresas prestadoras de serviços públicos de telecomunicações.[1139]

Cristina Tavares, mais uma vez, pediu a palavra e afirmou que tal emenda não havia sido destacada no dia anterior e que estaria sendo destacada naquele momento. Após consulta à Secretaria, Arolde afirmou que na listagem geral dos destaques do dia anterior o número daquela emenda estava incluído, embora a Secretaria não houvesse encontrado o original do destaque. Após breve debate, decidiu-se que o destaque seria levado a votação[1140].

Arolde chegou a chamar a votação, contudo Joaci Góes levantou questão de ordem, perguntando se a proposta de Elias quebraria todo o monopólio, inclusive o postal. Arolde levou a questão ao plenário para debate. Antes, porém, questionou como a matéria estava posta na Constituição em vigor, tendo afirmado que o monopólio estaria assegurado por lei e que apenas poderia ser modificado dessa forma:

> É que a lei é monopolística. Cabe ao Estado, mas a lei é monopolística. Não vai para nível de Constituição; a lei é monopolística; não quebra o monopólio; o monopólio só poderá ser quebrado por lei, no nosso entender.
> Então, esse esclarecimento está colocado aí: não está a nível de Constituição, mas permanece essa redação, permanece como está hoje. O monopólio só poderá ser modificado pela lei, através de pronunciamento do Congresso Nacional. (...)[1141]

Pompeu de Sousa defendeu o projeto de Cristina, tendo proposto que o monopólio fosse resguardado na própria Constituição. Rita Furtado justificou a emenda de José Elias, pois, a seu ver, ao não se afirmar diretamente a existência de um monopólio, se estariam prevendo "as futuras técnicas, os futuros desenvolvimentos"[1142], inclusive porque o artigo também tratava de telecomunicações. Arolde admitiu que era a favor do monopólio postal, contudo, em função do relatório de Cristina e do artigo 14º abranger as telecomunicações, votaria a favor da emenda de José Elias.

A emenda foi aprovada, pelo placar de 11 a 10, mais uma vez com voto decisivo de Onofre Corrêa.

Para o mesmo artigo, havia outros dois destaques a serem votados. Aprovou-se por unanimidade um de autoria do Senador Pompeu de Sousa, prevendo que "nenhuma lei conterá

[1139] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p. 219.
[1140] Ibidem, p. 220.
[1141] ibidem, p. 220.
[1142] Ibidem, p. 221.

dispositivo que possa constituir qualquer ameaça, qualquer embaraço à plena liberdade jornalística em veículo de informação social".

O outro destaque, era para votação de emenda de autoria do deputado Carlos Alberto Caó, para declarar que "a radiodifusão e demais meios de expressão e comunicação e os bens e serviços relacionados com a liberdade de expressão e comunicação não podem ser objeto de monopólio e oligopólio nem direta ou indiretamente por parte de empresas privadas."[1143]

Antes de passar à votação, Arolde de Oliveira indagou: "estatal poderia?", em referência a monopólio. Caó pediu palavra para uma questão de ordem:

> Sr. Presidente, inadvertidamente, levando em conta suas boas intenções e honestidade, V. Exa. fez uma indicação perigosa em relação à matéria que acabei de ler. V. Exa. perguntou exatamente se não pode existir monopólio estatal. Então, vamos esclarecer exatamente a natureza de questão: a radiodifusão é um serviço público concedido ao setor privado; não está reservada, a radiodifusão, a ação do Estado. Então se trata de legislar, isso é da tradição do Direito Constitucional brasileiro, se vamos permitir monopólio ou oligopólio na exploração do serviço de radiodifusão, por que se essa for a orientação de permitir monopólio ou oligopólio temos que fazer tabua rasa de tudo que aprovamos até aqui. O monopólio ou oligopólio são incompatíveis com o pluralismo ideológico e cultural que marca e remarca todos os votos que foram dados até aqui nesta Subcomissão.[1144]

Ao fazer esclarecimento a Fausto Rocha, Caó concluiu seu raciocínio, indicando que, segundo a sua proposta, lei ordinária deveria definir o que seria monopólio ou oligopólio[1145].

Ainda antes de votar a emenda, Joaci Góes trouxe outra questão de ordem. Embasado no artigo 170, §4º do Regimento da Câmara dos Deputados, Góes requereu que o Presidente questionasse na Subcomissão quais parlamentares eram proprietários de emissora de rádio e televisão, para que estes se declarassem impedidos de votar a matéria proposta por Caó[1146].

Arolde requereu que Góes esclarecesse como seria feita tal análise de interesse ou não, seguiu-se manifestação de Cristina, no sentido de que aqueles que fossem proprietários de rádio e televisão deveria declinar tal condição, pois não poderiam votar em causa própria. Ao receber resposta de Arolde afirmou que "não existe isto[1147]", Cristina retrucou:

> Não existe não? (...)
> Seria interessante que os Constituintes declinassem se são proprietários de que canais, de quantos canais, de quantas rádios, porque acabamos de perder o monopólio com um voto que veio ontem aqui, e confessadamente sob constrangimento, e confessadamente veio votar aqui, e chegou à tarde, foi objeto de constatação aqui, veio, constrangido, coagido pelo Ministério das Comunicações[1148].

[1143] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p. 222.
[1144] Ibidem.
[1145] Ibidem.
[1146] Ibidem. p. 222.
[1147] Ibidem. p. 223.
[1148] Ibidem. p. 223.

Claramente, Cristina fazia referência a Onofre Corrêa, o qual estava presente na sessão, mas nada retrucou. Em outro momento, Cristina chegou a afirmar que havia "um voto comprovado" ali[1149].

Arolde, sob a justificativa de que queria compreender melhor a questão de ordem, passou a indagar a Joaci Góes se proprietários de terra não poderiam participar da Comissão de Reforma Agrária. Rita Furtado trouxe argumento no mesmo sentido, lembrando que Olívio Dutra havia declarado na Subcomissão que representaria os sindicatos que o elegeram. Rita afirmou que todos ali representariam determinados segmentos da sociedade e chegou a comparar o requerimento de Góes à Inquisição[1150].

Após a exposição de Rita Furtado, Arolde afirmou que rejeitaria a questão de ordem de Joaci Góes, por entender que o Regimento Interno, no dispositivo mencionado por Joaci, estaria fazendo referência a algum caso em que o próprio parlamentar estivesse envolvido e não pudesse votar, "por exemplo, é o caso de cassação ou de um julgamento em que ele não votaria"[1151].

Tal fundamento foi contestado por outros parlamentares, como Pompeu de Sousa. Primeiro, o Senador contestou a interpretação do Regimento feita por Arolde; segundo, discordou da conclusão de Rita Furtado, por entender que \representar interesses de determinados grupos da sociedade é diferente de debater a propriedade privada individual de determinada pessoa. Também Olívio Dutra usou de questão de ordem para discordar de Rita Furtado, afirmando que ser sindicalista não era a mesma coisa que ser dono do sindicato e que a questão concreta colocada era outra: discutia-se ali "interesses de quem detém concessões de rádio e televisão, de proprietários de rádio e televisão, e que, nesta matéria" estariam legislando sobre interesses próprios[1152].

1149

O trecho da fala de Cristina está na página 230 da nota taquigráfica. ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit Paulino Motter afirma que Onofre Corrêa era acusado de "ter votado contra o Conselho em troca de ganhar um canal de televisão em Imperatriz MA". Motter Afirma que essa denúncia "seria confirmada, pois ainda no curso do processo Constituinte, Onofre Corrêa ganharia três emissoras de rádio". MOTTER. A Batalha Invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil. cit, fls. 326.

[1150] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p. 223.

[1151] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p. 224.

[1152] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p. 224.

Presente à reunião, Mário Covas falou brevemente acerca do assunto, especialmente para ressaltar que a declaração de impedimento não era uma tarefa de Inquisição, mas que era, antes de tudo, esperada dos próprios parlamentares[1153].

Ao final, votou-se pela questão de ordem, tendo esta sido aprovada por 19 votos a 2[1154], todos votaram a questão de ordem. Na sequência, votou-se a emenda do deputado Carlos Alberto Caó, a qual foi aprovada por 19 votos favoráveis e (2) duas abstenções (Rita Furtado e José Carlos Martinez)[1155].

Adiada a votação do artigo 15º do Anteprojeto para o final da reunião, em virtude de havido um erro de impressão pela secretaria, passou-se à votação dos polêmicos artigos 16º e 17º. As emendas tratavam do Conselho de Comunicação Social, órgão previsto pela Relatora. Antes da leitura do artigo 16º, Cristina lembrou aos membros de seu partido que a criação do Conselho era uma proposta aprovada em Congresso do PMDB.

Para esse artigo, foi destacada emenda de José Carlos Martinez, a qual dispunha da competência para realizar concessões de rádio e televisão. A rigor, as competências para concessão, no anteprojeto da relatora, estavam inseridas no artigo 17º, com a diferença de que tratavam das competências do Conselho de Comunicação Social. Ao ler o conteúdo de sua emenda, Martinez declarou que esta se vinculava ao artigo 16º, tendo afirmado que a emenda era supressiva, uma vez que o Conselho, segundo declarou, deixaria de existir.

Martinez, que não havia votado a emenda proposta por Caó, vedando o monopólio e o oligopólio na radiodifusão, resgatou o tema "monopólio". Conforme as notas taquigráficas, Martinez asseverou que o monopólio da "competência" não poderia ser julgado, por ser "privilégio daqueles que a têm". Embora o texto da nota taquigráfica não esteja claro – pode ter havido erro de transcrição ou a própria fala pode ter sido truncada –, o parlamentar deu a entender que aceitava o monopólio "natural", formado a partir da atuação das próprias empresas:

> Quero dizer, também aqui, e repasso um pouquinho, quando diz aqui o seguinte, do monopólio, especificamente, quero dizer aos nobres Constituintes que esse monopólio a que se refere, neste artigo especificamente, trata-se do monopólio da competência e não o da propriedade. Quero lembrar aos companheiros que votei por abstenção na matéria que V. Exa. referendou pois também achava que V. Exa. tinha razão. Quero deixar bem claro que o monopólio da competência não pode ser julgado, ele é privilégio daqueles que a têm. Assim, senão vejamos, quando a Rede Tupi se criou teve o monopólio durante 15 anos, passado algum tempo esse monopólio se estendeu à TV Excelsior, que por cinco ou seis anos manteve o monopólio, ou se diga

[1153] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p. 224.
[1154] Não constou das notas taquigráficas quais foram os dois votos contrários.
[1155] As notas taquigráficas não esclarecem por qual razão os dois se abstiveram, em votação posterior, de outro artigo, Martinez deixa a entender que não votou por impedimento.

> monopólio a maioria da audiência. Passado algum tempo, passou essa maioria de audiência à TV Record que, por sua vez, com grande alegria para todos nós, nos trouxe artistas de todo o Brasil e hoje representa essa grande audiência para a TV Globo, da qual não faço parte e não tenho nenhuma vontade de fazê-lo. Mas quero responder a este plenário que não podemos cercear o direito daqueles que possam vir a ter a possibilidade de vir a ser competente. A competência me parece importante e deve ser defendida por nós como defendemos a livre iniciativa neste plenário[1156].

O que se pode depreender disso é que Martinez aceitava a existência de um monopólio, quando decorrente da "competência" empresarial. Esta, como qualidade que era, geraria um "monopólio" que não poderia ser julgado. A preocupação de alguns políticos com o "monopólio" se resumia, como vemos, tão somente, ao monopólio estatal. Não viam problemas em que uma determinada emissora ou canal dominasse o mercado em função da "qualidade" de seus serviços.

Quanto à justificativa da emenda em si, o político buscou vincular o artigo 17º do Projeto de Tavares ao 16º, para sustentar que, caso se removessem as funções previstas para o Conselho, naturalmente este estaria eliminado[1157]. Martinez também afirmou que não seria necessário outro Conselho, uma vez que o Congresso já seria o maior Conselho possível.

A emenda trouxe a derradeira tempestade para a Subcomissão. Pompeu de Sousa foi o primeiro a levantar questão de ordem, alegando que a emenda não seria compatível com o artigo 16º, tratando do 17º. Com isso, o parlamentar alegava que já estava aprovado o parecer de Cristina para o 16º, haja vista que não havia outros destaques, e se deveria apenas votar, agora, a emenda de Martinez para o artigo 17º[1158]. Caso a opinião de Pompeu prevalecesse, o Conselho permaneceria no projeto da Subcomissão, apenas poderia ter suas funções reduzidas, se a emenda de Martinez fosse adiante. A mesma questão de ordem foi levantada por Joaci Góes, Antônio Gaspar, Carlos Alberto Caó e Cristina Tavares.

Apesar dos muitos impasses e argumentação, Arolde de Oliveira levou a questão de ordem para votação no plenário. Nesse momento, a Relatora, juntamente com Joaci Goés, Pompeu de Souza, Carlos Alberto Caó, Olívio Dutra, Gaspar Viana e Koyu Iha deixaram a Subcomissão[1159].

A votação prosseguiu, e os últimos artigos do anteprojeto de Cristina Tavares também foram derrubados. Antes de encerrada a reunião, Martinez ainda levantou mais uma questão de

---

[1156] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p. 227.
[1157] Tratava-se de um sofisma: uma eventual remoção da referência constitucional às competências para realizar concessões, não implicava, necessariamente, que o Conselho deixasse de existir.
[1158] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p. 227.
[1159] Ibidem.

ordem, para informar a existência de destaque que ainda precisaria ser votado. Mais uma vez lembrando da votação acerca do impedimento dos proprietários de rádio e televisão, declarou:

> Quero, apondo as palavras que foram muito bem aludidas aqui pelo companheiro Aloísio Vasconcelos, dizer aos companheiros que no momento em que foi feita aquela votação, pedida pelo companheiro Joaci Góes, S. Exa. colocou aqui "da propriedade de veículos de comunicação". Sinto-me honrado de ser proprietário de veículo de comunicação. Embora não seja dirigente, sinto orgulho disso e vou me orgulhar pelos próximos anos. Quero fazer deste tipo de negócio a minha vida e espero contribuir para que este País possa crescer e se engrandecer cada vez mais dentro desse tipo de liberdade. De forma que entendo que se naquela oportunidade abstive-me de votar, e agora vou votar o conselho editorial, na minha condição de jornalista[1160].

A declaração foi feita imediatamente antes de se votar uma emenda supressiva de Aloísio Vasconcelos, que extinguia do anteprojeto os "Conselhos Editorais" previstos por Cristina. A emenda triunfou por 12 votos a 2, com os únicos dois votos favoráveis vindo de Martinez e Onofre Corrêa.

Com a conclusão da reunião, o anteprojeto ficou consolidado da seguinte maneira:

1º ANTEPROJETO DA RELATORA	2ª VERSÃO ANTEPROJETO DA RELATORA	ANTEPROJETO DA SUBCOMISSÃO
DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA		
Artigo 1º - O Estado promoverá o desenvolvimento científico e a autonomia tecnológica, atendendo as prioridades nacionais, regionais e locais, bem assim a difusão dos seus resultados, tendo em vista, a transformação da realidade brasileira de modo a assegurar a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e do meio ambiente. § 1º - É garantida liberdade de opção dos pesquisadores, instrumentada pelo incentivo à investigação, criatividade e invenção. § 2º - É assegurado, na forma da lei, o controle pela sociedade, das aplicações da tecnologia. § 3º - A pesquisa deve refletir seu compromisso com as prioridades regionais e locais, bem assim sociais e culturais, tendo em vista sobretudo, a realização do bem comum, o benefício da	Art. 1º O Estado promoverá a capacitação cientifica e tecnológica, atendendo às prioridades nacionais, regionais e locais, bem assim a difusão dos seus resultados, tendo em vista a transformação das realidades brasileiras, de modo a obter adequado grau de autonomia decisória e assegurar a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e do meio ambiente. §1º É assegurado, na forma da lei, o controle, pela sociedade, das aplicações da tecnologia. § 2º A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégios temporários para a sua utilização, bem como a propriedade das obras tecnológicas de caráter utilitário, das marcas de indústria e comércio e a exclusividade de nome comercial, subordinando ao interesse do desenvolvimento nacional.	Art. 1º O Estado promoverá o desenvolvimento científico e a capacitação tecnológica para assegurar a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e a preservação do meio ambiente. § 1º - A pesquisa promovida pelo Estado, refletirá prioridades nacionais, regionais, locais, sociais e culturais. § 2º- A Lei garantirá a propriedade intelectual.

[1160] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Ata de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Cit., p. 233.

coletividade e a plena utilização de seus recursos humanos-culturais. § 4 º - É garantida a propriedade intelectual, atendidos os interesses do desenvolvimento científico e tecnológico da nação.	§ 3º Aos autores de obras literárias e artísticas pertence o direito exclusivo de utiliza-las. Esse direito é transmissível, por herança, pelo tempo que a lei assegurar. §4º As atividades científicas e tecnológicas devem refletir o compromisso com a realização dos objetivos e prioridades nacionais, regionais e locais, bem assim sociais e culturais, tendo em vista, sobretudo, e realização do bem comum, do benefício da coletividade e da plena utilização de seus recursos humanos e culturais. § 5º É garantida a liberdade de opção dos pesquisadores, instrumentada pelo incentivo à investigação, criatividade e invenção.	
Artigo 2º - O mercado integra o patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da nação. § 1º - A lei estabelecerá reserva de mercado interno tendo em vista a realização do desenvolvimento econômico e da autonomia tecnológica e cultural nacionais. § 2º - O Estado e as entidades de suas administrações direta e indireta utilizarão preferencialmente, na forma da lei, bens e serviços ofertados por empresas nacionais.	Art. 2º O mercado interno constitui patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da nação. § 1º A lei estabelecerá reserva de mercado interno tendo em vista o desenvolvimento econômico, autonomia tecnológica e cultural nacionais. § 2º O Estado e as atividades da sua administração direta e indireta privilegiarão como critérios de concessão de incentivos de compras e de acessos ao mercado brasileiro a capacitação científica e tecnológica nacional. § 3º O Estado e as entidades de sua administração direta e indireta utilizarão preferencialmente, na forma da lei, bens e serviços ofertados por empresas nacionais.	Art. 2º O mercado interno constitui patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da nação. § 1º A lei estabelecerá reserva de mercado interno tendo em vista o desenvolvimento econômico, autonomia tecnológica e cultural nacionais. § 2º O Estado e as atividades da sua administração direta e indireta privilegiarão como critérios de concessão de incentivos de compras e de acessos ao mercado brasileiro a capacitação científica e tecnológica nacional. § 3º O Estado e as entidades de sua administração direta e indireta utilizarão preferencialmente, na forma da lei, bens e serviços ofertados por empresas nacionais.
Artigo 3º - Empresa nacional é aquela cujo controle de capital esteja permanentemente em poder de brasileiros e que constituída e com sede no País, nele tenha o centro de suas decisões.	Art 3º Empresa nacional é aquela cujo controle de capital esteja permanentemente em poder de brasileiros e que constituída e com sede no País, nele tenha o centro de suas decisões.	Art 3º Empresa nacional é aquela cujo controle de capital esteja permanentemente em poder de brasileiros e que constituída e com sede no País, nele tenha o centro de suas decisões.

§ 1º - As empresas em setores aos quais a tecnologia seja fator de produção determinante, somente serão consideradas nacionais quando, além de atenderem aos requisitos definidos neste artigo, estiverem, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sujeitas ao controle tecnológico nacional. Entende-se por controle tecnológico nacional o exercício, de direito e de fato, do poder para desenvolver, gerar, adquirir e transferir tecnologia de produto e de processo de produção,	§ 1º As empresas em setores aos quais a tecnologia seja fator de produção determinante, somente serão consideradas nacionais quando, além de atenderem aos requisitos definidos neste artigo, estiverem, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sujeitas ao controle tecnológico nacional. § 2º Entende-se por controle tecnológico nacional o exercício, de direito e de fato, do poder para desenvolver, gerar, adquirir e transferir tecnologia de produto e de processo de produção.	§ 1º As empresas em setores aos quais a tecnologia seja fator de produção determinante, somente serão consideradas nacionais quando, além de atenderem aos requisitos definidos neste artigo, estiverem, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sujeitas ao controle tecnológico nacional. § 2º Entende-se por controle tecnológico nacional o exercício, de direito e de fato, do poder para desenvolver, gerar, adquirir e transferir tecnologia de produto e de processo de produção.
DO IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NA PRIVACIDADE		
Artigo 4°- Ninguém será obrigado a fornecer informações quanto às suas convicções filosóficas, religiosas ou políticas. Parágrafo Único - O uso das informações só é admitido para os fins em razão dos quais forem solicitadas ou cedidas.	Art. 4º Ninguém será obrigado a fornecer informações quanto às suas convicções filosóficas, religiosas ou políticas. Parágrafo Único: O uso das informações só é admitido para os fins em razão dos quais foram solicitadas ou cedidas	Art. 4º O Estado garantirá ao indivíduo, na sua vida absoluta privacidade. Aos órgãos públicos, estabeleci mentas de crédito, autarquias e a qualquer pessoa física ou jurídica de natureza privada é vedado o fornecimento de informações de caráter pessoal, exceto a requerimento de juízo competente. A lei poderá estabelecer pena para a divulgação, por qualquer processo, desde que não autorizada, de fatos relacionados ao lar e à família.
Artigo 5º - Todos tem direito e acesso às referências e informações a seu respeito, contidas em bancos de dados controlados por entidades públicas ou privadas, podendo exigir a retificação de dados ou atualização e supressão dos incorretos mediante procedimento judicial sigiloso. Parágrafo Único - Dar-se-á "Habeas Data" ao legítimo interessado para assegurar os direitos tutelados neste artigo.	Art. 5º Todos têm direito a acesso gratuito às referências e informações a seu respeito contidas em banco de dados, ou outros instrumentos, controlados por entidades públicas ou privadas, podendo exigir a retificação de dados ou a atualização e suspensão dos incorretos, mediante procedimento administrativo ou judicial sigiloso Parágrafo único. Dar-se-á **habeas data** ao legitimo interessado por assegurar os direitos tutelados neste artigo.	Art. 5º Todos têm direito a acesso gratuito às referências e informações a seu respeito contidas em banco de dados, ou outros instrumentos, controlados por entidades públicas ou privadas, podendo exigir a retificação de dados ou a atualização e suspensão dos incorretos, mediante procedimento administrativo ou judicial sigiloso Parágrafo único. Dar-se-á **habeas data** ao legitimo interessado por assegurar os direitos tutelados neste artigo.
Artigo 6º - É assegurado o acesso de todos as fontes nacionais e à metodologia de tratamento dos dados de que disponha o Estado, relativos ao conhecimento da realidade social, econômica e territorial do país. § Único - É vedada a transferência de informações para centrais	Art. 6º É assegurado o acesso a todas as fontes primárias e à metodologia do tratamento de dados de que dispõe o Estado, relativos ao conhecimento da realidade social, econômica e territorial do País. § 1º O acesso mencionado no **caput** deste artigo não será	Art. 6º É assegurado o acesso a todas as fontes primárias e à metodologia do tratamento de dados de que dispõe o Estado, relativos ao conhecimento da realidade social, econômica e territorial do País. § 1º O acesso mencionado no **caput** deste artigo não será assegurado aos

estrangeiras de armazenamento e processamento de dados, salvo nos casos previstos em tratados e convenções com cláusula de reciprocidade.	assegurado aos assuntos relacionados à defesa e à soberania da Nação. § 2º É vedada a transferência de informações para centrais estrangeiras de armazenamento e processamento de dados, na forma em que a lei estabelecer.	assuntos relacionados à defesa e à soberania da Nação. § 2º É vedada a transferência de informações para centrais estrangeiras de armazenamento e processamento de dados, na forma em que a lei estabelecer.
NO TRABALHO		
Artigo 7º - As normas de proteção aos trabalhadores obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria de seus benefícios. I - Participação dos trabalhadores nas vantagens advindas do processo de automação, mediante a redução da jornada de trabalho e/ou a distribuição dos benefícios decorrentes do aumento de produtividade gerada pela automação. II - Reaproveitamento de mão-de-obra e acesso a programas de reciclagem prestados pela empresa, sempre que o processo de automação por ela adotado importar em redução ou eliminação de postos de trabalho e/ou ofício; III - Participação das organizações de trabalhadores nos processos decisórios relativos a implantação de sistemas de automação. IV - Participação dos trabalhadores em comissões que vise eliminar a insalubridade dos locais de trabalho.	Art. 7º As normas de proteção aos trabalhadores obedecerão aos seguintes preceitos, na forma da lei, além de outros que exigem a melhoria dos seus benefícios: I – Participação dos trabalhadores nas vantagens advindas com a introdução de novas tecnologias; II – Reaproveitamento de mão-de-obra e acesso a programa de reciclagem prestado pela empresa, sempre que a introdução de novas tecnologias por ela adotada importar na redução e eliminação de postos de trabalho e/ou ofício; III – participação das organizações dos trabalhadores na formulação de políticas publicas relativas à introdução de novas tecnologias.	Art. 7º As normas de proteção aos trabalhadores obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria dos seus benefícios: I - Participação dos trabalhadores nas vantagens advindas do processo de automação; II - Prioridade no reaproveitamento de mão-de-obra e acesso aos programas de reciclagem promovidos pela empresa.
DOS RECURSOS EM CIENCIA E TECNOLOGIA		
Artigo 8º - O Poder Público providenciará incentivos específicos a instituições públicas de ensino e pesquisa, a Universidades e Empresas Nacionais que realizem esforços na érea de investigação científica e tecnológica. § l° - As Empresas Estatais, de economia mista, e privadas nacionais ou transnacionais que se dediquem à produção de bens e	Art. 8º O Poder Público providenciará, na forma da lei, incentivos específicos a instituições de ensino e pesquisa, a universidades e empresas nacionais que realizem esforços na área de investigação científica e tecnológica, de acordo com os objetivos e prioridades nacionais. § 1º A União aplicará anualmente uma parcela do que Orçamento na capacitação científica e	Art. 8º O Poder Público providenciará, na forma da lei, incentivos específicos a instituições de ensino e pesquisa, a universidades e empresas nacionais que realizem esforços na área de investigação científica e tecnológica, de acordo com os objetivos e prioridades nacionais. § 1º A União aplicará anualmente uma parcela do que Orçamento na

serviços intensivos em tecnologia, aplicarão não menos do que 5% (cinco por cento) do seu lucro através de fundo específico no desenvolvimento de ciência, tecnologia e formação de recursos humanos. § 2º - Os organismos de desenvolvimento regional, aplicarão nas Universidades Públicas e Instituições de Pesquisa da Região, não menos do que 5% (cinco por cento) dos seus orçamentos em projetos de pesquisa para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e formação de recursos humanos.	tecnológica, a ser definida em lei ordinária. § 2º As empresas estatais e de economia mista aplicarão um percentual mínimo anual de seu orçamento, a ser definido em lei ordinária, para o desenvolvimento da capacitação tecnológica. § 3º As empresas privadas receberão incentivos, na forma da lei, para que apliquem recursos nas universidades, instituições de ensino e pesquisa, visando o desenvolvimento do conhecimento científico, da autonomia tecnológica e a formação de recursos humanos. § 4º Os organismos públicos de desenvolvimento regional aplicarão na capacidade cientifica e tecnológica da região um percentual mínimo de seus recursos a ser definido por lei ordinária.	capacitação científica e tecnológica, a ser definida em lei ordinária. § 2º As empresas estatais e de economia mista aplicarão um percentual mínimo anual de seu orçamento, a ser definido em lei ordinária, para o desenvolvimento da capacitação tecnológica. § 3º As empresas privadas receberão incentivos, na forma da lei, para que apliquem recursos nas universidades, instituições de ensino e pesquisa, visando o desenvolvimento do conhecimento científico, da autonomia tecnológica e a formação de recursos humanos. § 4º Os organismos públicos de desenvolvimento regional aplicarão na capacidade cientifica e tecnológica da região um percentual mínimo de seus recursos a ser definido por lei ordinária
ENERGIA NUCLEAR		
Artigo 9º - É vedada a fabricação, o trânsito, o transporte, a guarda ou o armazenamento de armas nucleares em todo o território nacional, seja qual for a procedência.	Art. 9º É vedada a fabricação, o trânsito, o transporte, a guarda ou o armazenamento de armas nucleares em todo o território nacional, seja qual for a procedência	
Artigo 10 - A construção de centrais ou usinas para produção de energia elétrica ou para beneficiamento do urânio ou qualquer outro minério atômico, dependerá de prévia consulta mediante plebiscito.		Art. 9º A construção de centrais nucleoelétricas ou de usinas industriais para produção ou beneficiamento do urânio ou de qualquer outro minério nuclear, dependerá de prévia consulta ao Congresso Nacional.
DA COMUNICAÇÃO		
Artigo 11 - A informação é um bem social e um direito fundamental da pessoa humana. Todo cidadão tem direito, sem restrição de qualquer natureza, à liberdade de procurar, receber e transmitir informações, ideias e opiniões, por quaisquer meios e veículos de comunicação.	Art. 11. A informação é um bem social e um direito fundamental da pessoa humana. Todo cidadão tem direito, sem restrições de quaisquer natureza, à liberdade de receber e transmitir informações, idéias e opiniões, por qualquer meios e veículos de comunicação. Parágrafo único. Cabe aos órgãos do Estado a obrigação de informar	Art. 10º A informação é um bem social e um direito fundamental da pessoa humana. Todo cidadão tem direito, sem restrição de qualquer natureza, à liberdade de receber e transmitir informações, idéias e opiniões, por quaisquer meios e veículos de comunicação. Parágrafo único. Cabe aos órgãos do Estado a obrigação de informar e

	e atender aos pedidos de informação dos veículos de comunicação social em todos os assuntos de interesse público.	atender aos pedidos de informação dos veículos de comunicação social em todos os assuntos de interesse público.
Artigo 12 - Os meios de comunicação devem estar sempre a serviço do desenvolvimento integral da nação, da eliminação das desigualdades e injustiças, da independência econômica, política e cultural do povo brasileiro e do pluralismo ideológico.	Art. 12. Os meios de comunicação devem estar a serviço do desenvolvimento integral da Nação, da eliminação das desigualdades e injustiças, de independência econômica, política e cultural do povo brasileiro e do pluralismo ideológico.	Art. 11º É assegurado aos meios de comunicações o amplo exercício do pluralismo ideológico e cultural. Parágrafo Único: A radiodifusão e demais meios de expressão e comunicação, e os bens e serviços relacionados com a liberdade de expressão e comunicação não podem ser objeto de monopólio ou oligopólios, nem direta ou indiretamente, por parte de empresas privadas.
	Art. 13 A publicação de veículo impresso de comunicação não depende de qualquer licença de autoridade.	
Artigo 13 - Constitui monopólio do Estado a exploração de serviços públicos, de telecomunicações, comunicação de dados inclusive transfronteiras, comunicação postal e telegráfica. Parágrafo único - É assegurada a prestação de serviços de informação por entidades de direito privado através de redes públicas operadas pelo Estado.	Art. 14 Constitui monopólio do Estado a exploração de serviços públicos de telecomunicação, postal, telegráfica e de dados. § 1º O fluxo de dados transfronteiras será processado por intermédio de rede pública e operada pelo Estado. § 2º É assegurada a prestação de serviços de informação por entidades de direito privado através de rede pública operada pelo Estado.	Art. 12º Compete à União: I - Explorar, diretamente ou mediante concessão permissão ou autorização os serviços de telecomunicações; II - Legislar sobre telecomunicações, frequências radio elétricas e serviço postal; III - manter o Correio Aéreo Nacional, o Serviço Postal e o Serviço de Telegrama. Parágrafo Único: A lei disporá sobre o regime das· em presas prestadoras dos serviços públicos de telecomunicações e postais estabelecendo tarifas que permitam a justa remuneração dos investimentos, o melhoramento e a expansão dos serviços, e assegurem o equilíbrio econômico-financeiro do exercício da atividade.
Art. 14º - A propriedade, a administração e orientação intelectual das empresas e entidades de comunicação são privativas de brasileiros natos e sociedades cujo capital esteja representado por ações ou quotas nominativas, cujo controle de capital pertença a brasileiros natos	Art. 15º A propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há 10 anos, e somente a estes caberá a responsabilidade principalmente pela sua	Art. 15º - A publicação de veículo impresso de comunicação o não de pende de qualquer licença de autoridade. § 1º - A propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão é privativa de brasileiros natos

e que tenham sede e centro de decisões no País.	administração e orientação intelectual. Parágrafo único. Não será permitida a participação acionária de pessoas jurídicas no capital social de empresas jornalísticas ou de radiodifusão, a não ser no caso de partidos políticos e de sociedade de capital exclusivamente nacional, o qual não poderá exceder a 30% e que só poderá se efetivar através de ações sem direito a voto e não conversíveis.	ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e somente a estes caberá a responsabilidade principal pela sua administração e orientação intelectual. § 2º - Não será admitida a participação acionária de pessoas jurídicas no capital social de empresa jornalísticas ou de radiodifusão, a não ser no caso de partidos políticos e de sociedade de capital exclusivamente nacional, a qual não poderá exceder a 30% (trinta por cento) e que só poderá se efetivar através de ações sem direito a voto e não conversíveis.
Artigo 15 - Fica instituído o Conselho Nacional de Comunicações com a atribuição para estabelecer, supervisionar e fiscalizar políticas de comunicação nas áreas de rádio e televisão, atendidos os seguintes princípios: I- Promoção da cultura nacional em suas distintas manifestações, assegurada a regionalização da produção cultural nos meios de comunicação e na publicidade; II- Garantia da pluralidade e descentralização vedada a concentração da propriedade dos meios de comunicação; III - Prioridade a entidades educativas, comunitárias, sindicais, culturais e outras sem fins lucrativos na concessão de canais e exploração de serviços.	Art. 16. Fica instituído o Conselho Nacional de Comunicação, com atribuição de propor ao Congresso Nacional políticas nacionais de comunicação nas áreas de radiofusão e de outros meios eletrônicos, supervisionar e fiscalizar sua execução, atendidos os seguintes princípios: l – Promoção da cultura nacional, em suas distintas manifestações, assegurada a regionalização da produção cultural nos meios de comunicação e na pluralidade; II – Garantia da pluralidade e descentralização, vedada a concentração da propriedade dos meios de comunicação; III – prioridade de entidades educativas, culturais e outras sem fins lucrativos na concessão de canais e exploração de serviços.	
Artigo 16 - Compete ao Conselho Nacional de Comunicação: I- Outorgar e renovar, “ad referundum” do Congresso Nacional, autorizações e concessões para exploração de serviços de rádio-difusão e transmissão de voz, imagem e dados;	Art. 17 "Compete ao Conselho Nacional de Comunicação, **ad referendum** do Congresso Nacional: I – outorgar e renovar autorizações e concessões para exploração de serviços de radiofusão e outros serviços eletrônicos de comunicação;	Art. 16º Compete à União, "ad referendum" do Congresso Nacional, outorgar concessões, autorizações ou permissões de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens. Parágrafo único - As concessões, autorizações ou permissões serão por 15 (quinze) anos, e só poderão ser suspensas, não renovadas ou

II – Promover licitações públicas para concessão de frequências de canais, divulgando suas disponibilidades ao menos uma vez por ano; III – Decidir e fixar as tarifas cobradas aos concessionários de serviços de radiodifusão e transmissões de dados, imagens e som; IV – Promover a introdução de novas tecnologias de comunicação conforme as necessidades da sociedade e buscando capacitação tecnológica nacional; V – Dispor sobre a organização e transparência das empresas concecionárias de radiodifusão, da qualidade técnica das transmissões, da programação regional, da programação em rede e da garantia de mercado para os programas das produtoras independentes; VI - Entre as competências do CNC inclui autorizar a implantação e operação de redes privadas de telecomunicação. § 1º - As concessões ou autorizações previstas nesse artigo serão feitas por prazo determinado, nunca superior a dez anos e só poderão ser suspensas ou cassadas por sentença fundada em infração definida na lei, que regulará o direito a renovação. § 2º - A lei regulará as atribuições, a vinculação administrativa e os recursos da União necessários ao funcionamento do Conselho Nacional de Comunicações. § 3º - O Conselho Nacional de Comunicação será integrado por quinze membros brasileiros, natos em pleno exercício de sues direitos civis, sendo: três (3) representantes da entidades empresarias, três (3) de entidades profissionais da área de comunicação, um (1) representante do ministérios da cultura, um (1) representante do	II – supervisionar as licitações públicas para concessão de frequência de canais, divulgando suas disponibilidades ao menos uma vez por ano; III – estabelecer critérios para fixação de tarifas cobradas aos concessionários de serviços de radiofusão e outros serviços eletrônicos de comunicação; IV – disciplinar e introdução de novas tecnologias de comunicação, conforme as necessidades da sociedade, buscando capacitação tecnológica nacional; V – dispor sobre a organização de empresas concessionárias de radiofusão, da qualidade técnica das transmissões, da programação regional de rede, e sobre a garantia de mercado para programa das produtoras independentes; VI – autorizar a implantação e operação de redes privadas de telecomunicação."	cassadas, por sentença fundada do Poder Judiciário.

Ministério das Comunicações, dois (2) representantes da Comissão de Comunicação do Senado Federal, dois (2) representantes da Comissão de Comunicação da Câmara do Deputados, um (1) representante de instituição universitária, e um (1) representante da área de criação cultural. O congresso Nacional designará as entidades representadas no Conselho as quais elegerão seus respectivos representantes para um mandato de dois anos vedadas as reeleições.		
Artigo 17 - A liberdade de Manifestação do pensamento e de criação e expressão pela arte, sob qualquer forma, processo ou veiculação, não sofrerá nenhuma restrição do Estado, a qualquer título. § 1º - A lei assegurará o direito de resposta aos cidadãos e às entidades, em todos os veículos de comunicação social. § 2º - A ação do Estado em relação às diversões e espetáculos públicos limitar-se-á à informação ao público sobre a sua natureza, conteúdo e as faixas etárias, horários e locais em que a sua apresentação se mostre inadequada. § 3º - Os partidos políticos, as organizações sindicais, profissionais e populares, têm direito a utilização gratuita da imprensa, do rádio e da televisão, segundo critérios a serem definidos por lei. § 4º - Não serão toleradas a propaganda de guerra ou a veiculação de preconceitos de religião, de raça, de classe ou de estereótipos sexuais. § 5º - A lei criará mecanismos pelos quais o cidadão se protegerá de agressões sofridas pela promoção, nos meios de comunicação, da violência, do tabagismo, do alcoolismo, de	Art. 18 A liberdade de manifestação de pensamento e de criação, expressão pela arte sob qualquer forma, processo ou vinculação, não sofrerá nenhuma restrição do Estado a qualquer título. § 1º A lei assegurará o direito das respostas aos cidadãos e às entidades em todos os veículos de comunicação social. § 2º A ação do Estado em relação às diversões, espetáculos públicos, limitar-se-á à informação ao público sobre a sua natureza, conteúdo e as faixas etárias, horários e locais em que a sua apresentação se mostre adequada. § 3º Os partidos políticos têm direito à utilização gratuita do rádio e da televisão, segundo critérios a serem definidos por lei. § 4º Não serão toleradas as propagandas de guerra ou a vinculação de preconceito de religião, de raça e de classe. § 5º A lei criará mecanismos para os quais o cidadão se protegerá das agressões sofridas pela promoção dos meios de comunicação eletrônica, da violência e outros aspectos nocivos à saúde e à ética pública.”	Art. 17º E livre qualquer manifestação de pensamento, sem que dependa de censura, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que come ter. Não é permitido o anonimato. Toda matéria não assinada será de responsabilidade do órgão que a divulgue. E assegurado o direito de resposta. Não será tolerada propaganda de guerra ou procedimento que atente contra as instituições, ou promova preconceitos de raça ou de classe.

medicamentos e outros aspectos nocivos à ética pública.		
Artigo 18 - Toda empresa pública ou privada que detenha o controle de veículo jornalístico, de qualquer espécie, instituirá e manterá em permanente funcionamento um Conselho Editorial composto por representantes da empresa e dos profissionais de comunicação a ela funcionalmente vinculados. Parágrafo único - A lei regulará a organização, composição, atribuições, e funcionamento dos Conselhos Editoriais previstos neste artigo.		

O anteprojeto aprovado pela Subcomissão continha diferenças substancias em relação àquele que fora proposto por Cristina Tavares. No geral, tal projeto, caso tivesse sido consagrado integralmente na Constituição, teria mudado enormemente a legislação em vigor no período, e possivelmente traria, na prática, o menor nível de controle jurídico/estatal da radiodifusão desde as primeiras normas editadas para o setor, partir da década de 1920.

As principais modificações, as que trariam maior impacto, estavam nos artigos 1º, 11º, 12º e 16º do anteprojeto da Subcomissão. Em relação ao artigo 1º, já se removera do anteprojeto o dever do Estado de buscar autonomia tecnológica, bandeira defendida por anos por Cristina Tavares.

Na comunicação em si, o impacto foi teria sido muito maior. No artigo 11º se retirava o monopólio estatal nas telecomunicações. Conforme exposto acima, ao analisar as emendas apresentadas, nem todos os que eram contra *monopólios* se referiam necessariamente sobre o mesmo conceito. Enquanto para Caó, Cristina, Góes, Dutra, Iha, Britto, Gaspar Viana e Pompeu de Sousa, a intenção era evitar a dominação por determinadas empresas; para o outro grupo, em que estavam inseridos Oliveira, Martinez, Furtado, Magalhães, Fausto Rocha, Mendes Ribeiro e José Elias, a intenção maior aparentava ser evitar o monopólio *estatal*.

Martinez, inclusive, chegou a declarar que não via problemas quanto ao monopólio de "competência" – que se configuraria quando uma empresa dominasse determinado mercado por ser supostamente melhor do que as demais. O político paranaense empregou como como exemplos a TV Tupy, posteriormente a Globo. Para os adversários de Cristina, especialmente

aqueles próximos a José Elias e Rita Furtado, era importante que a Constituição eliminasse a previsão expressa do monopólio estatal para as atividades nas telecomunicações, para que estas pudessem ser exploradas pela iniciativa privada.

Não se pode ignorar que a emenda de Carlos Alberto Caó, para que a radiodifusão não fosse objeto de monopólio e oligopólio, foi aprovada no anteprojeto. A aprovação suscita hipóteses distintas.

A primeira delas, a mais óbvia de todas, é a de que nenhum dos políticos da Subcomissão desejava ver monopólios e oligopólios na radiodifusão nacional. Contudo – mesmo que não se duvide das boas intenções – não se pode perder de vista que muitos ali acreditavam que ainda caberia ao Congresso legislar o que seria "monopólio" e "oligopólio" neste setor. Congresso, este, que era composto por muitos proprietários de emissoras de rádio e televisão. Além disso, no entender da Abert, não haveria monopólio ou oligopólio, uma vez que todos os estados tinham mais de uma emissora em funcionamento – ou seja, talvez se supusesse que o dispositivo não geraria grandes alterações no status quo.

Ou seja, ainda que houvesse, no anteprojeto e na futura Constituição, a vedação expressa a monopólios e oligopólios, ainda haveria longo caminho até que a lei viesse a declarar o significado dos conceitos. Isso induz à segunda hipótese, a de que no fundo a introdução desse dispositivo no anteprojeto – ou na Constituição – não chegava a preocupar as grandes redes, que - além de negarem a existência de monopólio ou oligopólio - ainda teriam tempo para influenciar o Congresso quando ele fosse definir tais conceitos.

Embora houvesse grupo que dizia desejar menos Estado nas comunicações, a estrutura para as concessões seria mantida, com o Poder Executivo como principal ator para conceder, o que poderia, à primeira vista, ser considerado contraditório. O projeto de Cristina removia as concessões, expressamente, das atribuições da presidência, atribuindo-as ao Conselho com integrantes das mais variadas áreas da sociedade. Em tese, essa medida tenderia a diluir a influência do situacionismo nas concessões dos serviços públicos de radiodifusão, uma vez que a concessão dependeria da aprovação do citado Conselho.

Na Subcomissão, a posição que prevaleceu, após todas as polêmicas, foi a de que o Congresso seria o verdadeiro Conselho, tendo-se mantido as concessões com o Chefe do Poder Executivo, mas referendadas pelo Congresso. Embora tal medida representasse, de fato, inovação e pudesse também implicar, em tese, diminuição da influência Executivo no processo de concessão, não se pode negar que se poderia, também, manter as coisas como estavam.

Não se modificaria, percebemos, o titular do poder de conceder, de modo que as concessões ainda poderiam vir a ser utilizadas como moedas de troca. Por outro lado, ao se

converter o Congresso em fonte de decisão, dar-se-ia aos membros do Legislativo um significativo aumento de capital político, especialmente em se considerando que diversos parlamentares detinham concessões de rádio e televisão. Ao se prever que o Congresso participaria do processo de uma forma geral, seria possível a todo parlamentar influir, ainda que minimamente, no processo de tomada de decisão, de modo que, em um cenário hipotético, o parlamentar que desejasse trocas de favores teria poder de barganhar.

Ao se analisarem os outros dispositivos destacados acima, nota-se que as finalidades dos serviços de radiodifusão, caso aprovado o projeto, seria modificada, pela primeira vez desde que esta surgiu na legislação nacional.

É bem verdade que no projeto original de Cristina Tavares as finalidades dos serviços de radiodifusão não eram explicitadas. Ainda assim, no artigo 12º, havia a previsão de que os serviços de comunicação deveriam estar a serviço do desenvolvimento integral da "Nação, da eliminação das desigualdades e injustiças, de independência econômica, política e cultural do povo brasileiro e do pluralismo ideológico". A partir desse dispositivo, já se poderia afirmar incisivamente a natureza de *serviço público* desse setor. Houvesse, porém, sido aprovado o anteprojeto final da Subcomissão, a atividade apenas seria considerada *formalmente* como serviço público, em função de sua exploração depender de concessão pública.

Por fim, cumpre também destacar que o projeto de Cristina já condicionaria a cassação das concessões a uma sentença judicial. No anteprojeto final da Subcomissão foi-se além. Primeiro, o prazo das concessões foi estabelecido em 15 anos, enquanto no projeto original de Cristina o prazo seria de dez. Segundo, estabeleceu-se que a suspensão, não renovação ou cassação das concessões apenas poderia ocorrer via sentença. Com isso, na prática, se criaria modalidade *sui generis* de serviço público, uma vez que o Poder concedente não poderia aplicar sanções em caso de não cumprimento dos contratos. Além disso, cassar, suspender ou não renovar uma concessão pressuporia o fim de um processo que demoraria anos e anos, fato que tenderia a trazer vantagens apenas aos concessionários.

5. A Comissão de Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: o empate perpétuo.

Concluídos os debates nas Subcomissões, os anteprojetos teriam que passar pelas respectivas Comissões temáticas, para consolidação de um anteprojeto mais amplo a ser remetido à Comissão de Sistematização e, posteriormente, ao plenário. Na Comissão a estrutura

vinda da Subcomissão seria mantida, mas os artigos poderiam mudar. Nesse cenário, ser o maior partido na Constituinte e ter o Relator como membro desse partido, eram situações que poderiam, em tese, beneficiar o PMDB.

Apesar de ser o maior partido, o PMDB não tinha uma única identidade, dividindo-se em vários grupos e distintas correntes ideológicas. A cúpula do partido, em especial Mário Covas, sabia disso. Possivelmente Covas também soubesse que, apesar do PMDB ser a maioria, o grupo dos "progressistas" longe estava de ser a maioria no Congresso, de modo que a atuação destes nas subcomissões necessitava de uma estratégia planejada.

Na edição de 12 de julho de 1989 da "Revista Isto É Senhor", a capa Mario Covas diante de um tabuleiro de xadrez, prestes a mover uma das peças. Da imagem chama a atenção que o tabuleiro estava na posição correta (em diversos filmes e fotos publicitárias esse detalhe não era observado), ou seja, a partir do lado das brancas, a casa "a1" na cor preta e a casa "h1" branca. Este é um "pequeno" detalhe para quem não joga ou para aqueles que pretendem apenas fotografar, mas faz toda a diferença, uma vez que a posição das peças irá mudar se as casas não estiveram corretas.

Na matéria referida na capa, Covas declarava jogar xadrez e gostar do esporte. Como no xadrez, a política envolve uma boa dose de estratégia e por vezes ter a maioria das peças não significa dizer necessariamente que a vitória virá. Não basta ter mais peças em jogo do que seu adversário se as dele estiverem melhor coordenadas e a estratégia do inimigo for melhor. Um bom exemplo disso pode ser observado nas partidas de Mikhail Tal[1161], um dos maiores enxadristas de todos os tempos e oitavo campeão mundial de xadrez – 1960-1961, o qual era conhecido pelos sacrifícios de peças em suas partidas. Não raro, Tal terminava os jogos com menos peças no tabuleiro, mas era o vencedor por montar uma estratégia que melhor organizava suas peças e seus ataques.

Na constituinte, os "progressistas" poderiam não ser a maioria, mas tinham peças bem colocadas, as quais, quando não garantiam a vitória, asseguravam, pelo menos, um "empate". Além disso, contar com a maioria dos relatores progressistas, implicava ter maioria na comissão de sistematização. Ou seja, a estratégia de Covas era promissora nesse aspecto.

Na Comissão citada o relator era Artur da Távola, político do Rio Janeiro com posições mais próximas às de Cristina Tavares e Mário Covas.

1161

Obviamente, não ousaríamos comparar Mário Covas a Mikhail Tal. Não que o político não tivesse qualidades, todavia, é impensável a comparação. Nem mesmo no próprio xadrez comparações do tipo são precisas. Tal foi genial em sua época e em seu auge, não há como saber se qualquer jogador que jogou antes ou depois poderia derrotá-lo nesse período. O que importa para o texto é apenas a ideia de estratégia e de coordenação das peças.

Na Comissão os debates foram significativamente reduzidos, quando comparados à Subcomissão. Um dos temas que rendeu debates foi "censura". A matéria já havia sido deliberada na Subcomissão de Educação, a qual contava com grande número parlamentares evangélicos desejosos de impor censura moral dos periódicos, televisão e rádio. A proposta oriunda da Subcomissão de Ciência e Tecnologia era para que não houvesse censura de nenhum tipo.

Ao iniciar o debate sobre o tema, Carlos Alberto Caó e Pompeu de Sousa trouxeram suas posições. Ambos mencionaram que o projeto original de Cristina Tavares o Conselho de Comunicação Social teria a função de fiscalizar a programação e adequá-la ao que desejava a sociedade. Pompeu, inclusive, ressaltou a contradição em parte do grupo "conservador": alguns parlamentares desejavam menos controle estatal, mas teriam votado contra o Conselho, o qual teria, justamente, a função de transferir poderes das mãos do Estado para a sociedade. Caó, por sua vez, também defendera a Criação do Conselho, indicando que a inspiração desse órgão foi buscada em países como a França, os Estados Unidos e a Alemanha[1162]. As falas poderiam servir como nova tentativa de aproximação com o grupo evangélico e para que a ideia do Conselho fosse desmistificada.

Os temas "polêmicos" debatidos na Subcomissão também foram rediscutidos na Comissão, na reunião do dia 3 de junho de 1987. O presidente da Comissão, Senador Marcondes Gadelha (PFL), por mais de uma vez ressaltou que os assuntos debatidos pela Subcomissão eram controversos. Foi aberto prazo para que a Relatora e o Presidente da Subcomissão se manifestassem.

Cristina seguiu na mesma linha do que já havia defendido na Subcomissão. Em princípio, falou da importância da informática para o futuro do país - diferentemente da energia "que transmite uma corrente neutra, a informática transmite informação, e informação é poder"[1163]. Nesse momento da fala, Cristina afirmou que o Congresso, quando da elaboração da Lei de Reserva de Mercado, a aprovou a unanimidade, com apenas a voz destoante do Senador Roberto Campos:

> A única voz discordante da reserva de mercado era a voz do Senador Roberto Campos, que ainda hoje fala português com sotaque de americano. Porque a única voz discordante, era daquele que volta as costas ao desenvolvimento deste País, porque vivem com os olhos pregados nos Estados Unidos. Somente o Senador Roberto Campos, que escreve o Brasil com "z", levantou a sua voz contra o direito soberano do País. E aí estão os resultados da política nacional de informática. Aí está a inteligência brasileira, a engenharia brasileira, as indústrias brasileiras, as

[1162] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 96.
[1163] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 99.

> universidades brasileiras a produzir computadores, que hoje já fazem do Brasil um país que passou no vestibular do século XXI. O que está embutido, não apenas, na informática, mas na biotecnologia, na química fina, é o poder. Se este País vai ser um país poderoso; uma nação, uma potência no ano 2.000, ou não, em parte vai depender da votação desta Comissão Temática. Somos nós que vamos decidir se este País é soberano ou se vamos transformar o Brasil em enclave do poderio norte - americano[1164].

A Relatora da Subcomissão também negou que a reserva de mercado fosse política xenofóbica, tendo afirmado que a declaração do mercado como patrimônio da Nação também constava na legislação de outros países, como Japão e Estados Unidos – no caso americano, Cristina mencionou o "Buy American Act". Enquanto para tais países essa legislação é *patriotismo*, no Brasil seria *xenofobia*, ironizou a Relatora. Cristina também rebateu alguns jornais que a acusavam, segundo afirmou, de xenofobia, como o Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil:

> Estou sendo acusada pelos grandes jornais – entreguistas deste País – de fazer uma política de xenofobia. Pratico a política de nacionalismo e de patriotismo. Estou acompanhada nesta tese pelas maiores cabeças das universidades e da ciência brasileira, pela Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência pelos físicos e pelos cientistas; não há um só professor universitário, não há um só cientista neste País, não há uma só cabeça pensante que tenha opinião contrária de que o mercado brasileiro é o grande incentivo que tem este País para conseguir autonomia tecnológica, ou seja, para conseguir o poder. (...)
> O art. 2o é o artigo da dignidade nacional. O seu § 2 determina que o Estado e as entidades da sua administração direta ou indireta privilegiarão como critérios de concessão de incentivos, de compras e de acesso ao mercado brasileiro a capacitação científica e tecnológica regional. Novamente uma saraivada de acusações. **O Estado de S. Paulo** chama de burrice nacional, o **Jornal do Brasil**, nos seus editoriais, diz que esse artigo significa a mais absoluta xenofobia; esquecem, esses lacaios dos americanos, que os Estados Unidos têm o **buy american act**, que determina exatamente a mesma coisa, com mais detalhes e com mais rigor, porque os Estados Unidos praticam o saudável nacionalismo[1165].

O mercado seria, na opinião de Cristina, "uma definição de princípios; o mercado é patrimônio nacional e no §1º [se prevê] que a lei estabelecerá reserva de mercado interno, tendo em vista desenvolvimento"[1166]. Ainda segundo ela, em "determinados casos, a reserva de mercado da decência brasileira é permanente: 'é proibido trair o Brasil'"[1167]. Ainda ao tratar do tema, Cristina fez um paralelo entre a Inglaterra da Revolução Industrial e Portugal, que, abrindo seu mercado aos produtos importados, depois experimentou 400 anos de atraso[1168].

1164

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 99.

1165 ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 100.

1166 Ibidem.

1167 Ibidem.

1168 "Foi assim que fez o Japão, foi assim que se desenvolveram os Estados Unidos, foi assim que se desenvolveu a Inglaterra, e um país como Portugal, na hora que ouviu o canto ou os conselhos do senador Roberto Campos, e

Em relação à Comunicação Social, Cristina afirmou que em nenhum país do mundo seria permitida a concentração como se teria naquele período no Brasil, citando a Globo como exemplo e os casos de propriedade cruzada dos meios de comunicação. Ao defender a criação do Conselho de Comunicação Social, Tavares disse que a inspiração teria sido buscada nos Estados Unidos e na França, com o Conselho de Comunicação Social e Conselho de Comunicação e Liberdades, existentes naqueles países, respectivamente. O conselho, conforme ressaltou, não apenas preservaria as culturas regionais, mas também evitaria o monopólio das comunicações, o qual seria "o monopólio do poder". Por fim, Cristina também mencionou que a ideia por detrás do Conselho seria acabar com o que chamou de "chantagem do Poder Executivo", justamente por isso, seu projeto não seria estatizante[1169].

Arolde de Oliveira, por seu turno, adotou tom diferente do que adotara na Subcomissão até então. Sua fala foi composta de críticas a Cristina Tavares e às "esquerdas". Arolde, que chegara a propor emenda para a criação do Conselho de Comunicação Social, sustentou que haveria uma minoria "da esquerda radical" no Congresso, que desejaria a criação de Conselhos por supostamente não terem representatividade. A crítica de Arolde foi, em grande medida, fundamenta em aspectos ideológicos[1170].

Ao adentrar no mérito do anteprojeto, Oliveira sustentou que sua proposta de criação de um Conselho visava a dar "um instrumento de negociação à Relatora", mas que entendia satisfatório o resultado obtido na Subcomissão, manter as competências ao Poder Executivo, "ad referendum" do Congresso Nacional[1171].

Quanto ao monopólio das telecomunicações, houve críticas à assessoria de Cristina Tavares. Arolde ponderou que "telecomunicações" seria conceito amplo que englobava também radiodifusão, de modo que, ao prever no anteprojeto monopólio para esta área, haveria as mais variadas implicações. Como seria possível, indagava Arolde, estatizar os milhares de "emissoras de rádio e televisão que são privadas (..)?". O anteprojeto aprovado, segundo

---

que fez um acordo com a Inglaterra, para que Portugal continuasse a fabricar vinhos e azeites de oliva, enquanto que a Inglaterra se apropriava das tecnologias que começavam na Revolução Industrial, o preço que o povo português pagou foi de 400 anos de atraso. É isso que vamos decidir aqui e teremos que enfrentar interesses multinacionais, interesses que estão subsidiando esta grande imprensa, que através de seus editoriais expressam todo o seu ódio ao Brasil, todo o seu ódio ao povo brasileiro, todo o seu desprezo pelo desenvolvimento nacional, porque vivem de olhos postos nas potências multinacionais, nas grandes potências". ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 101.

[1169] Ibidem.

[1170] CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 102-103.

[1171] Ibidem, p. 103-104.

afirmava, mantinha a situação já existente no país, tendo transferido para a legislação ordinária a decisão acerca do monopólio[1172].

Para Arolde, era preciso admitir que a Constituição seria ideológica, de modo que, se não se admitisse isso, ter-se-ia constituição "amorfa, sem modelo, sem uma definição de conteúdo". Justamente por ser ideológica, Arolde dizia ser preciso se estar

> atentos à redação, à intenção do legislador, à intenção daquele que apresenta a emenda e conhecendo, se preciso, suas intenções, para que não incorramos em colocações que, depois, irão prejudicar a definição e operação de um modelo da Constituição que interpreta, realmente, essa vocação secular deste País, plurissecular deste País, uma vocação liberal pela livre economia de mercado, pela livre iniciativa, amante das liberdades, uma Constituição que não dê liberdade hoje, abrindo espaço para que elas sejam castradas amanhã, mas, que as liberdades individuais e coletivas sejam perenes, sejam definitivas, sejam conquistas que já são conquistas e reafirmação de conquistas do passado.[1173]

Vê-se que o discurso de Arolde mudou bastante na Comissão. É possível que o fato de o político ocupar a presidência da Subcomissão o tenha feito ponderar seus pronunciamentos anteriores, especialmente as críticas às chamadas "esquerdas radicais". Da fala transcrita acima, chama a atenção a defesa das "liberdades" e da "livre iniciativa". Discurso curioso face à carreira de Arolde, o qual, até aquele memento, sempre estivera vinculado ao serviço público, tendo, inclusive, em determinado período, dois cargos concomitantes distintos, em órgãos distintos. A defesa intransigente das liberdades também parecia ignorar os mais de vinte anos de ditadura militar e o fato de que o próprio Arolde havia integrado tal governo.

Após falas de Carlos Alberto Caó e Pompeu de Sousa, com críticas a Arolde, Joaci Góes também fez pronunciamento. As falas de Góes, até certo ponto, seguiam a mesma linha das anteriores, contudo, uma observação chama a atenção. Ao criticar o "maniqueísmo" predominante no final dos trabalhos na Subcomissão, Góes afirmou que este era o resultado de "algumas teses perniciosas que ganharam curso ao longo dos debates como, por exemplo, que qualquer tese que merecesse a defesa de um Constituinte do PT ou do PDT, [seria] uma tese suspeita"[1174].

[1172] "Temos, hoje, mais de um milhar de emissoras de rádio e televisão que são privadas. Como vamos estatizar isto? Temos diversas concessionárias de telefonia que são privadas. É o tipo do problema que exigiria um estudo mais profundo. Assim, a proposta alternativa transferiu para a legislação ordinária; não foi contra o monopólio; mantém a situação que se encontra hoje, se esta satisfaz, está bem. Transferiu para a legislação ordinária a decisão desse monopólio. Nem fez isto não; disse que o Estado prestará, diretamente ou mediante concessão os serviços de telecomunicações e de radiodifusão, etc." ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 100.

[1173] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 104.

[1174] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 110.

A reunião do dia seguiu com uma audiência pública com um empresário, José Correia da Silva, o qual falava em nome da Associação Brasileira das Indústrias de Química Final - Albifina – da qual era Presidente. O expositor defendeu o mercado nacional como uma forma de alancar o crescimento do empresário nacional. Assim como fizera Cristina Tavares na véspera, destacou que o Brasil estaria aprendendo com os japoneses e americanos, povos que, naquele momento, debatiam leis para proteger seus mercados internos. Tal qual Cristina, o empresário destacou que, no Brasil, a defesa do mercado interno era classificada como xenofobia, enquanto no exterior era "liberalismo"[1175].

Após a fala do empresário e alguns debates na Comissão, Cristina fez um discurso enfático em defesa do nacionalismo e do mercado nacional. Tavares fez questão de afirmar que o que propunha não era ideológico, mas sim a independência e soberania do país. Cristina criticou, porém, aquilo que chamou de "capitalismo subsidiado e sem riscos", de empresas que afirmavam defender o livre mercado e a livre opinião, mas que viviam às custas de subsídios[1176].

A indústria nacional seria essencial para o desenvolvimento e a sua defesa, destacou a deputada, não teria nada a ver com a sua ideologia política, mas com a defesa do próprio país[1177]. Ao final, após tecer críticas a colegas do PMDB que estariam na Constituinte agindo de forma contrária às convenções do partido, Cristina pediu para que os colegas aprovassem os projetos de proteção ao mercado interno.

As palavras de Cristina tinham muitos endereços. Primeiro, havia, de fato, pessoas no PMDB que votavam contra a linha oficial do partido. Além disso, a fala de Cristina também mirava empresas de comunicação de massa, grande parte delas subsidiadas com recursos públicos, e as campanhas que afirmavam estar em curso uma disputa entre "*esquerda*" *estatizante* e o *capitalismo do livre mercado*. Da Comissão, a fala que incitou tal reflexão, como

[1175] Ibidem, p. 111.
[1176] Ibidem, p. 114-115.
[1177] Destacamos um trecho da fala de Cristina "Portanto, o que vamos decidir é o bem-estar do povo brasileiro, a soberania deste País e tenho que dizer, orgulhosamente, que sou brasileira.
Para mim é uma grande alegria saber que a definição de empresa nacional, para empresários, ou seja, homens que estão lá lutando, não precisa ser empresário, eles que vivem às custas de subsídios, subsídios do papel, subsídios de anúncios governamentais, mas vivem à custa do seu trabalho. O que define o capitalismo moderno, não é esse capitalismo subsidiado, sem risco, de muitas empresas que hoje dizem que defendem livre mercado, e que defendem a livre opinião. Saber que a empresa nacional é fundamental para o desenvolvimento, não apenas para as indústrias de informática, mas, também de todas as indústrias que trabalham com tecnologia de ponta. (...) Aquela vergonhosa situação que vimos no capítulo da Ordem Econômica, quando o Constituinte Senador Roberto Campos comandava um processo de lesa-pátria a este País e, diga-se de passagem, com o voto de 8 parlamentares do PMDB, que se consideravam nacionais todas aquelas empresas que estivessem estabelecidas no Brasil, ou seja não existe mais capital multinacional, tecnologia multinacional, interesse nacional, é tudo a mesma coisa. ". ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 114-115.

demonstrado acima, fora a de Arolde de Oliveira[1178], que trouxera o tema "ideologia" para o debate.

No dia seguinte, em 4 de junho de 1987, ocorreu uma das reuniões mais aguardadas na Comissão: a audiência pública com o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. O Ministro comparecia envolto em polêmicas e em denúncias de uso pessoal das concessões de rádio e televisão.

Num primeiro momento, Magalhães aparentava tranquilidade e defendeu, assim como seu irmão já havia feito na Subcomissão, a legislação vigente para as telecomunicações, notadamente o Código de Telecomunicações (Lei n. 4.117/62). Dessa parte introdutória, destaca-se que, pelo teor das notas taquigráficas, o Ministro sustentou que a radiodifusão seria "considerada uma atividade privada em face da necessidade de imprimir democrática pluralidade aos meios de comunicação de massa"[1179]. Segundo Magalhães, a legislação nacional para a radiodifusão teria adotado um modelo misto, "que privilegia a iniciativa privada, competindo ao governo a exploração, sobretudo para levar rádio e televisão a regiões que não apresentem atrativos comerciais para o empresário privado". Ainda conforme o

[1178] Em 12/6/1987, Arolde encontrou espaço em O Globo para publicar um texto no qual afirmava que a intenção de uma "minoria radical" seria "desacreditar e inviabilizar a democracia representativa, a economia de livre mercado e a livre inciativa". Arolde dizia no texto que "uma tática fascista de tomada do poder" estaria sendo adotada pela ala "xiita da Constituinte, com a proliferação de propostas de criação de conselhos de toda ordem, subtraindo competência dos três clássicos poderes da República, principalmente do Legislativo". Arolde afirmava que essa tática era empregada em virtude de que tal grupo sabia ser minoria e que não conseguiria, democraticamente, chegar ao poder. Esse plano de "fundo ideológico, além de ser anacrônico, prejudica os debates criativos e a negociação política (...), não faz sentido um confronto sobre teses ultrapassadas quando dispomos de ricas informações sobre as experiências de todos os povos, disponíveis para subsidiar os trabalhos da Constituinte na elaboração de uma Carta moderna, consistente e duradoura". OLIVEIRA, Arolde. Na Contramão da História. O Globo, Rio de Janeiro-RJ, fl.6, caderno País. 12/06/1987. Chama atenção a crítica do político ao "plano de fundo ideológico", uma vez que o próprio parlamentar defendeu na Comissão que a Constituição seria ideológica.

É possível que Arolde apenas enxergasse problemas em uma ideologia de esquerda. Os "xiitas", para o político, eram pessoas de posição divergente, os quais, no contexto da Subcomissão, nada mais eram do que sociais-democratas, como Mário Covas e Cristina Tavares. É possível que o político não estivesse tão acostumado com a democracia de divergências instaurada após o término da ditadura militar, afinal de contas, durante todo o regime exercera cargos públicos vinculados ao Poder Executivo. Por outro lado, a narrativa de que tais grupos de esquerda eram "xiitas" e buscavam exterminar a democracia e as liberdades poderia servir para comoção da opinião pública e para alimentar a ideia de que haveria, de fato, uma dicotomia e uma batalha entre forças do "bem" contra o "mal". A Constituinte seria, nesse contexto, uma espécie de Armagedon, em que se buscava a proteção da população contra marxistas e comunistas. Claro que em política não é incomum as trocas de lados e a mudança de postura, mas com as falas de Arolde e a de outros constituintes, essa mudança ficava muito clara. O político foi militar, fez carreira e ocupou diversos cargos públicos durante a ditadura. Quando ingressou na política, defendeu o monopólio das telecomunicações em discursos. Na Constituinte, apresentou emendas visando à instituição de um Conselho de Comunicação Social e chegou a afirmar que a Constituição seria ideológica. Todavia, as posições mudaram radicalmente. Perante os jornais, o político defendia uma "democracia" e um livre mercado, criticava ditaduras (somente as de esquerda) e defendia a ausência de monopólio em telecomunicações.

[1179] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 128.

Ministro, "por preceito constitucional" não caberia "ao Ministério nem a nenhuma outra instituição apreciar o conteúdo da programação"[1180].

As falas de Magalhães servem para verificar os distintos modelos adotados no país à época para a radiofusão: o modelo legal e o modelo real. Na Constituição de 1967, (artigo 8º, XV), era declarada a competência da União para explorar diretamente ou mediante concessão os serviços de telecomunicações, sendo a radiodifusão um dos ramos dessa atividade. No artigo 166, §2º, estabelecia-se que a lei poderia estabelecer "condições para a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas ou de televisão e de radiodifusão, no interesse do regime democrático e do combate à subversão e à corrupção".

Apesar da herança do regime militar nesse artigo, ele não era de todo incompatível com o modelo histórico estabelecido no Brasil para a atividade como serviço público. Segundo o artigo 10º, "b", do Código de Telecomunicações, competiria à União explorar diretamente ou mediante concessão os serviços públicos "de telégrafos, de telefones interestaduais e de radiocomunicações, ressalvadas as exceções constantes desta lei, inclusive quanto aos de radiodifusão e ao serviço internacional". No artigo 38 da mesma lei, estabelecia-se que os serviços de radiodifusão estariam subordinados às finalidades educativas e culturais "inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do país", bem como cumprir sua finalidade informativa, destinando pelo menos 5% da programação para serviço noticioso e a transmissão do programa "A Voz do Brasil" (art. 38, "d", "e" e "h").

No decreto que regulamenta a Lei n. 4.117/62 (Decreto n. 52.795/63), era atribuída competência à União, por meio do CONTEL, para a fiscalização "dos serviços de radiodifusão em tudo o que disser respeito à observância das leis, regulamentos e atos internacionais em vigor no País, as normas baixadas pela CONTEL, e às obrigações contraídas pelas concessionárias e permissionárias decorrente da outorga" (art. 9º).

No artigo 55 do citado decreto, previa-se que, havendo interrupção nos serviços de radiodifusão, isso deveria ser comunicado ao Contel; caso tal interrupção fosse por prazo superior a trinta dias, a concessão seria cassada. No Capítulo II, do citado decreto, iniciando-se a partir do artigo 67, foram definidas as finalidades da programação, tendo sido exigido dos concessionários:

> 1. manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a irradiação de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrários à moral familiar e aos bons costumes; 2. limitar a um máximo de 25% (vinte cinco por cento) pelo horário da sua programação diária, o tempo destinado à publicidade

[1180] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 131.

> comercial; 3. destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária para transmissão de serviço noticioso.[1181]

Ou seja, a Constituição de 1967, a Lei n. 4.117/62 e o Decreto n. 52.795/63, textos vigentes à data do pronunciamento do Ministro na Comissão, deixavam claro o caráter de *serviço público* dos serviços de radiodifusão. Além de regular os aspectos técnicos dos serviços, a legislação também exigia a continuidade e a observância da *finalidade* desses serviços públicos.

A atividade era pública, portanto, sendo exceção sua destinação à atividade privada para exploração, no interesse público. As falas de Magalhães invertiam essa lógica. Para o Ministro, a radiodifusão seria matéria privada, excepcionalmente explorada pelo Estado.

As falas de ACM pareciam muito alinhadas à visão que a própria Abert e o setor privado traziam para a radiodifusão. Tal visão, contudo, não era a definição legal dos serviços. Certamente Magalhães não desconhecia a legislação – daí porque nos cabe perguntar o que buscava ao fazer tais afirmações. A fala revela uma possível batalha em torno de conceitos jurídicos, para promover uma modificação da classificação legal da radiodifusão. A manutenção da legislação em vigor, (i.e., do Código de Telecomunicações, com o seu modelo de concessão) poderia servir para manter o poder político daqueles que poderiam conceder. Nesse cenário, o direito advindo da nova carta política poderia vir a ter a uma dupla função: a de manter e proteger o sistema eminentemente capitalista[1182] em funcionamento das estações de rádio e televisão e a de conservar o sistema político de concessão de rádio e televisão.

O uso pessoal patrimonialista das emissoras de rádio e televisão não era novidade no Brasil. Diversos foram os períodos históricos em que as concessões de rádio e televisão foram empregadas como moeda para trocas políticas. Ao final do governo Figueiredo, uma grande leva de concessões teriam sido distribuídas para beneficiar aliados políticos[1183]. Naquele momento da Constituinte, outra onda de concessões públicas estava se formando para, supostamente, servir de mecanismo de negociação de matérias de interesse de autoridades do Poder Executivo.

Cristina Tavares já havia denunciado perante a Comissão uma suposta interferência do Ministro, em relação ao deputado Onofre Correa. Nos meses subsequentes, até o final da Constituinte, teria havido aumento dessa prática, para que fossem aprovados o presidencialismo

---

[1181] BRASIL. Decreto nº 72.795, de 31 de outubro de 1963. Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Brasília, 1963, art. 67.
[1182] BERCOVICI, Gilberto. Constituição Econômica e Desenvolvimento. São Paulo: Almedina, 2022.
[1183] Nesse sentido ver LIMA, Venício. Comunicação na Constituinte: a defesa dos velhos interesses. In. BASTOS, Vânia Lomônaco/ COSTA, Tânia Moreira da (orgs.). Caderno CEAC/UNB (ano 1 – n.1): Constituinte: Temas em Análise: Editora Universidade de Brasília, 1987, p. 143.

e o mandato de cinco anos do presidente Sarney[1184]. O modelo de concessão usado à época permitia ignorar o interesse para prestigiar favoritismos e a vontade pessoal do Presidente e de seu Ministro das Comunicações. Manter tal modelo tenderia a beneficiar aqueles que dispunham do poder de conceder.

Após a exposição de Magalhães, os debates seguiram de maneira tensa na Comissão. O episódio mais ríspido ocorreu com Joaci Góes, que finalizou sua tréplica afirmando que Magalhães deveria estar na cadeia[1185]. Aliados do Ministro, como Arolde de Oliveira prestaram elogios a Magalhães. Em meio ao conflito, parlamentares evangélicos alegaram a necessidade de censura de determinados programas de televisão[1186].

Dos trechos do debate de mais interesse para o presente trabalho, destacamos as intervenções de Artur da Távola e Mendes Ribeiro. Ambos falaram sobre o parágrafo primeiro do artigo 16º do anteprojeto da Subcomissão, no qual se estabelecia que as concessões teriam prazo de 15 anos e só poderiam ser suspensas, não renovadas ou cassadas por sentença do Poder Judiciário.

Távola indagou a Magalhães qual seria sua opinião acerca do assunto e do fato de que, caso aprovado tal anteprojeto, o Poder Executivo perderia completamente o poder de não renovar as concessões. Távola questionou, inclusive, o aspecto jurídico dessa medida, a qual seria distinta de qualquer outro processo administrativo análogo. Magalhães respondeu que Távola teria interpretado errado o dispositivo, pois o Poder Executivo ainda manteria o poder de eventualmente não renovar. Apesar de que ter lido o artigo e seu parágrafo em voz alta, Magalhães insistia que apenas as cassações dependeriam de sentença judicial, tendo chegado a afirmar que "seria um absurdo o Judiciário estar renovando concessões que foram dadas pelo Executivo e referendadas pelo Legislativo"[1187].

[1184] Paulino Motter traz em seu trabalho uma lista com o nome de 91 parlamentares que teriam sido beneficiados com concessões durante a Constituinte. Tais concessões, segundo esse autor, eram distribuídas por vezes diretamente aos políticos, outras vezes a terceiros, parentes, esposas ou testas-de-ferro. MOTTER, Paulino. A Batalha Invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil, cit., (especialmente páginas 253 e ss.).

[1185] Não iremos nos alongar na explicação, mas as divergências entre Góes e Magalhães precediam a Constituinte. Conforme relatado oralmente por Góes, em conversa conosco em 2023, Magalhães teria, na época em que fora governador da Bahia, impingido diversos atos de retaliação a Góes, como a suspensão de anúncios do Governo da Bahia para a Tribuna da Bahia, jornal de propriedade de Góes. Joaci Góes acusava Magalhães de utilizar-se do cargo de Governador para perseguir adversários e auferir vantagens de cunho pessoal. Na Constituinte, Joaci falou do caso NEC do Brasil e o debate entre o parlamentar e o ministro prosseguiu com trocas de acusações.

[1186] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 141-142.

[1187] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 135.

Mendes Ribeiro lançou uma pergunta/comentário na mesma direção. Confessou que a ideia de incluir o Judiciário no processo de não renovação teria sido sua e afirmou que, com isso, se evitaria que os concessionários ficassem "à mercê da menor ou maior boa vontade de quem concedeu, que por numa penada pode retirar a concessão feita". A finalidade da redação dada, segundo destacou, seria "exatamente esta". Ainda segundo o parlamentar, "no momento em que os mecanismos do Legislativo ou do Executivo entenderem que alguém infringiu as normas que contratou obedecer, cabe ao Judiciário ouvir a acusação e a defesa, para pesar a dirimir o conflito"[1188].

Vê-se que a proposta era mesmo no sentido de limitar o poder do Executivo em relação aos concessionários. Magalhães, ao responder a Mendes Ribeiro, adotou tom diferente do que aquele empregado com Artur da Távola, tendo concordado que

> As emissoras quando recebem a concessão, ficam eternamente ao sabor do poder concedente, e se não houver uma defesa instrumentalizada para quem teve a concessão, o empresário que realize o seu trabalho, evidentemente, fica inteiramente ao sabor da vontade de quem concedeu e, sobretudo, impede o verdadeiro funcionamento livre, pluralista, como deseja a sociedade dos órgãos de comunicação. Logo, nada mais perfeito do que a presença do Poder Judiciário[1189].

Não é possível saber se Magalhães havia mesmo concordado com o posicionamento de Mendes Ribeiro, a despeito de ter afirmado que sim. Não se imagina que o Ministro, na posição em que estava, aceitaria candidamente abrir mão de enorme poder político de que dispunha sobre as emissoras – ainda mais após ter afirmado, na mesma audiência, que deixar a cargo do Poder Judiciário a renovação ou não das concessões seria algo absurdo. É possível que Magalhães tivesse mesmo apenas concordado com Ribeiro para, posteriormente, atuar em bastidores para a modificação do artigo.

É preciso pontuar que Mendes Ribeiro vinha alinhado com as pautas da ABERT e defendia, portanto, os interesses das emissoras de rádio e televisão. Magalhães, por sua vez, apesar de defender em parte tais interesses, também tinha em mãos o poder político de conceder e, de certo modo, controlar as emissoras. Aliado a isso, sendo o Poder Executivo um dos grandes contratantes de publicidade através de suas empresas públicas, Magalhães também dispunha do poder econômico que lhe dava maior capacidade de pressionar os meios de comunicação. Ou seja, a aliança entre Magalhães e a Abert iria apenas até certo ponto, uma vez que a conservação da estrutura de poder da forma como estava seria vantajosa para ele. A rigor, a proposta de

[1188] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 140.
[1189] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 141.

Mendes Ribeiro tenderia a conflitar com os interesses da cúpula do Poder Executivo, a qual certamente não desejava perder o controle dos meios de comunicação.

Aliás, na mesma reunião, Brandão Monteiro, líder do PDT, questionou Magalhães acerca de uma suposta suspensão "das verbas da Caixa Econômica Federal" que patrocinaria um programa sobre a Constituinte com o jornalista Carlos Chagas, produzido por "Apoio Vídeo", e sobre a exigência de retirada desse jornalista e de Mino Carta, após um programa com Leonel Brizola. Tal programa, ainda conforme o interlocutor, iria ao ar usualmente às 22 horas, contudo, após decisão superior, tinha ido ao ar somente às 2 horas da manhã. Monteiro também indagou Magalhães a respeito da utilização da Radiobrás para a defesa do governo, bem como as restrições para que políticos da oposição pudessem aparecer nos vídeos da emissora[1190].

Os questionamentos de Brandão revelavam, portanto, outras facetas verificadas ao longo da história nacional das comunicações: o controle indireto por meio da publicidade oficial paga e o próprio uso de emissoras estatais para finalidades políticas. Nenhuma das duas formas de interferência do Poder Executivo era novidade[1191]; o fato novo, por assim dizer, era a intensificação de tais práticas, inclusive, com o ingresso maior de políticos no setor. Nova também era a interpretação feita por Magalhães acerca dos serviços, descrevendo-os como atividade relacionada ao setor privado.

Nas repostas de Antônio Carlos às perguntas de Brandão, houve a confirmação de que a Radiobrás era empregada para divulgar os atos do Poder Executivo, com naturalização disso, inclusive:

> V. Ex.a há de convir que a Radiobrás é emissora do Governo. Ela não vai discriminar nem a V. Ex.a, nem a nenhum dos Srs. Parlamentares. Mas, sendo emissora do Governo, ela tem que usar seus mecanismos no sentido de prestigiar a ação do Governo, fazendo ampla publicidade desse Governo e daqueles que o apóiam. Isso é natural. Se existe na rede privada, na rede pública também há de existir. Se V. Ex.a chegar um dia ao Governo, não vai pensar diferente.
> Pergunto ainda a V. Ex.a: a Rádio Roquete Pinto colocava no ar adversários do nosso querido engenheiro, quando S. Ex.a era Governador do Rio de Janeiro e tinha o domínio sobre essa emissora?
> (...)
> V. Ex.a pode divergir, mas, na realidade, a Radiobrás é do Poder Executivo. É ele que nomeia os seus dirigentes – V. Ex.a até não está satisfeito com a direção! É o Poder Executivo que abre os espaços para todos na Radiobrás.

[1190] Ibidem, p. 146.

[1191] Ao longo do presente trabalho já abordamos o assunto em itens variados. Pode-se acrescentar, além do que já foi exposto, ver CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de, Da Propaganda à Presidência. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1983, livro no qual o ex-Presidente revela como era feita a contração de matérias favoráveis ao seu governo em jornais, para influenciar positivamente a opinião pública; ver também GOMES, Angela de Castro. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. **Revista USP.** São Paulo, n. 65, p. 105-119, março/maio. 2005.

> Os Poderes são harmônicos entre si, mas cada um tem a sua parte, tanto que não nos metemos no Diário da Constituinte, a não ser para realizar o que o Poder Legislativo quer. Esse, sim, é um programa do Poder Legislativo.
> O Governo são três entidades, que V. Ex.a citou com muita propriedade. Entretanto, cabe ao Poder Executivo a gestão.[1192]

Para Antônio Carlos a Radiobrás era emissora do governo e, portanto, poderia ser empregada como ferramenta de uso político. Nesse contexto, Magalhães parecia ter uma visão de Estado que misturava uma estrutura burocrática e patrimonialista concebendo o acesso a determinados cargos públicos como meios de exercer determinados poderes em benefício pessoal. No caso, o controle da informação por meio das concessões, o poder de contratar propaganda paga e o uso situacionista das emissoras do Estado só eram atividades possíveis em função do vínculo com o Chefe do Poder Executivo, dependentes de determinadas premissas eminentemente burocráticas. A forma de atuar, contudo, não levava em conta apenas a gélida burocracia pública, mas as relações pessoais e partidárias.

Outro ponto na fala de Magalhães nos auxilia a compreender a forma como este enxergava a radiodifusão no país. Quase ao final da audiência, ao falar do monopólio dos Correios, o ministro declarou inexistir monopólio nas televisões do país só podendo haver "monopólio de qualidade" (sic):

> Quanto ao monopólio das televisões, não há monopólio de televisão, pode haver monopólio da qualidade de uma televisão sobre as outras, então, o que nos cabe é melhorar as outras e não piorar a que tem boa qualidade. Esse que é um ponto Certo. Vamos melhorar todas, vamos fazer um esforço neste sentido em relação aos demais empresários, mas não vamos nivelar por baixo uma televisão que produz programas muito bons e que podem ser comparados a quaisquer programas do mundo inteiro como da melhor qualidade e é hoje considerada como a terceira ou quarta televisão do mundo inteiro. É pena que não se possa tratar esse assunto com mais profundidade dada a exiguidade de tempo.[1193]

Não é difícil saber a qual emissora o Ministro estava se referindo, uma vez que corriam à época os escândalos da concessão da repetidora da Globo na Bahia[1194]. Caso que, coincidentemente, envolvia o Ministro e sua relação com TV Globo, objeto das denúncias de "monopólio" no período[1195].

Ao final, ao responder pergunta de Artur dá Távola, o Ministro profetizou:

> Esse denominador comum é que acredito que os Srs. parlamentares vão encontrar; as posições se radicalizam agora, para encontrar um denominador comum e um consenso

[1192] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 147-148.
[1193] Idem, p. 155.
[1194] Caso da TV Aratu, já mencionado nesse trabalho.
[1195] Conforme já mencionado acima, CAPARELLI, Sergio. Televisão e Capitalismo no Brasil, cit..

> no futuro. Este é um ponto de vista de uma matéria que não é minha, mas com a experiência de parlamentar poderia dar este conselho.[1196]

A fala vinha de quem muito conhecia de política. Provou ser verdadeira nos meses seguintes, especialmente após o surgimento do Centrão e da guinada à direita na Constituinte. No fundo Magalhães parecia saber que o grupo denominado "progressista" era minoria no Congresso e que, seguindo-se um o longo trajeto, seria necessária muita negociação[1197] para se chegar a um resultado que não desagradasse de todo a nenhum dos lados pusesse tudo a perder em determinado tema sujeito à votação.

5.1 O Anteprojeto do Relator vs a "vontade da maioria": O Xeque Perpétuo

Em 9 de junho de 1987, na décima reunião da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, ocorreu a leitura do relatório e anteprojeto elaborados por Artur da Távola[1198].

Antes de iniciar a leitura do relatório, Távola proferiu breve discurso, no qual ressaltou que havia tentado juntar tendências. Ao introduzir o tema referente à Ciência e Tecnologia, fez defesa do mercado interno como patrimônio nacional, tendo destacado ser fundamental que o país buscasse a independência tecnológica. A matéria, segundo o Relator, dizia respeito "a nossa soberania, como nação, como nação que se pretende capaz de se modernizar"[1199].

No que toca à ciência, à tecnologia e às comunicações, matérias debatidas na Subcomissão, Távola resgatou ideias e dispositivos dos dois anteprojetos de Cristina Tavares, tentando mesclá-los com o que fora aprovado na Subcomissão e fazendo concessões em prol de um consenso. A autonomia tecnológica voltou ao texto, como objetivo a ser promovido pelo Estado. A redação do "consenso", por assim dizer, juntava "autonomia" e "capacitação" no

---

[1196] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 155.

[1197] De uma forma geral, essa necessidade de negociação talvez possa ser descrita como mais um "efeito colateral" da transição negociada desde "a abertura". Nas palavras de Kinzo, "uma refundação que se apoiava num acordo negociado seria pressionada em duas direções: de um lado, pelas forças políticas do *ancién regime* (sic) tentando assegurar seu espaço neste novo cenário; e de outro, pelos setores de esquerda que, embora minoritários, adquiriram importante papel no processo constituinte". KINZO, Maria D'Alva Gil. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 4, p. 3-12, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0102-88392001000400002. Acesso em: 27 out. 2024.

[1198] O relatório e o anteprojeto contemplavam as três Subcomissões, de modo que foi feita escolha metodológica, a fim de não aumentar ainda mais a extensão desta tese e não nos desvirtuarmos do tema central dos trabalhos, de debater apenas os artigos e temas que, de uma forma geral, integraram as discussões na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

[1199] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 174.

corpo do artigo 28º do anteprojeto: "O Estado promoverá o desenvolvimento científico, a autonomia e a capacitação tecnológica, para assegurar a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e a preservação do meio ambiente" [1200]. Távola destacava o acréscimo de "autonomia", sem aprofundar, todavia, quanto às implicações dessa opção.

Outra alteração introduzida por Távola era quanto ao conceito de empresa nacional. O Relator fez introduzir em seu anteprojeto que seria "considerada nacional a empresa constituída no País que nele tenha sede e centro de decisões, cujo controle acionário votante esteja permanentemente em poder de brasileiro"[1201].

Távola resgatou o monopólio da União para os serviços de telecomunicações:

> Art. 41 (Art. 14.b) – Constitui monopólio da União a exploração de serviços públicos de telecomunicações, comunicação postal, telegráfica e de dados.
> §1º - o fluxo de dados transfronteiras será processado por intermédio de rede pública operada pela União.
> §2º - É assegurada a prestação de serviços de informação por entidades de direito privado através de rede pública operada pela União.
> §3º - É assegurado o sigilo nas comunicações postais, telegráficas e telefônicas[1202].

Távola também devolveu ao texto o Conselho de Comunicação Social, mas com funções distintas daquelas do anteprojeto de Cristina Tavares. O Conselho teria a função de emitir parecer sobre as concessões outorgadas pelo Poder Executivo e referendadas pelo Poder Legislativo.

Assim dispunha sobre Conselho:

> Art. 44 – O Conselho Nacional de Comunicação, com a atribuição de estabelecer, supervisionar e fiscalizar políticas nacionais de comunicação nas áreas de radiodifusão e de outros meios eletrônicos, observará os seguintes princípios:
> I – complementaridade dos sistemas publico, privado e estatal na concessão e exploração dos serviços de radiodifusão;
> II – prioridade a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas na exploração dos serviços concedidos;
> III – promoção da cultura nacional em suas distintas manifestações, assegurada a regionalização da produção cultural nos meios de comunicação e na publicidade;
> IV – pluralidade e descentralização, vedada a concentração da propriedade dos meios de comunicação;
> Parágrafo único – A lei disporá sobre a instituição, composição, competência, autonomia, vinculação administrativa e recursos necessários ao funcionamento do Conselho Nacional de Comunicação.[1203]

Távola trouxe para o anteprojeto o princípio da complementariedade, fórmula que tentava acomodar todos os interesses dos grupos envolvidos. Aos empresários, seria assegurada

---

[1200] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 178.
[1201] Ibidem.
[1202] Ibidem.
[1203] Ibidem.

a exploração comercial da atividade, mas não se negaria o protagonismo, em tese, nem dos grupos sociais sem fins lucrativos, nem ao próprio Estado. O relator justificava a proposta, inicialmente, com críticas à ditadura militar e ao modelo capitalista imposto pelo regime que, apesar de ter trazido desenvolvimento para algumas áreas, "foi feita (...) ao preço da tragédia social" por não ter incorporado o povo. Távola lembrou que países como Estados Unidos, Japão e Alemanha apenas evoluíram quando incorporaram o povo.

No Brasil, destacava Távola, se

> pretendeu fazer um desenvolvimento capitalista rápido, conseguiu, porém, contra o seu povo, à custa do seu povo. Isso, tem muita importância na delimitação dessa matéria, porque é daí que nasceu a destinação praticamente exclusiva dos meios de comunicação social a instituições do capital. Temos, no Brasil, cerca de 95% das concessões em mãos do capital e perto de 5% em mãos do Estado. Ora, uma democracia não possui apenas o capital e o Estado como instituições sociais. O capital é importante, é presença indispensável, o Estado é o organismo que representa as aspirações coletivas. Mas, Estado e capital não são as duas únicas instancias sociais de um país. Razão pela qual, aqui, nesta matéria, o Relator se aventura a propor aos Srs. Constituintes, com a mais completa abertura e equidistância, o sistema misto de concessões, que é, hoje, o sistema, praticamente dos principais países evoluídos nessa matéria, com a diferença de que, esses países começaram no sistema público e acabaram adotando o sistema privado. E o Brasil tem o sistema privado, e está precisando adotar, também, o sistema público[1204].

A inciativa privada não teria, conforme destacava o relator, o direito à posição "monopolista" que detinha, na sua opinião, no Brasil. Apesar disso, o setor privado deveria ter seus espaços preservados, "porque o Brasil realiza uma televisão de qualidade". Mas o Estado, prosseguia Távola, também deveria merecer um tipo de concessão, porque lhe caberia uma

> série de tarefas que não podem ser realizadas no campo da comunicação, pela iniciativa privada, até porque não são rentáveis, e que são, também, fundamentais: o auxilio a programas de ensino, a inserção nos currículos escolares, a complementação no tocante à matéria de natureza educativa e cultural à organização de cursos de intercambio universitário, enfim, um sem- número de atividades que cabem ao Estado na área da comunicação, e, juntamente com esses dois sistemas, a oferta de um sistema de comunicação[1205].

Já o sistema "*público*" não estatal, era assim explicado

> Trata-se de um sistema organizado por instituições da sociedade e que funciona independente do Estado e do capital. Se esta Nação tiver, oriunda dos meios de comunicação, essas três propostas de comunicação convivendo no campo social, seguramente ela terá encontrado o caminho da democratização[1206].

A inspiração para a televisão pública, justificava Távola, viria da BBC e do sistema de televisão alemão. O Conselho, também para resguardar tais princípios, seria autônomo em

[1204] Ibidem.
[1205] Ibidem.
[1206] Ibidem. p. 178-179.

relação ao Poder Executivo. As emissoras públicas e estatais também gozariam dessa autonomia[1207].

O conceito de "empresa pública", agora desatrelado da ideia de propriedade estatal, mereceu atenção nos debates. Nelson Aguiar (PMDB-ES) sugeriu que o conceito recebesse artigo próprio, por ser "tão inovador"[1208]. Távola, ao complementar a resposta que deu a Nelson Aguiar, também citou exemplo dos Estados Unidos para demonstrar o que seria, a seu ver, o "sistema público" de radiodifusão

> Um outro exemplo interessante que V. Exa falou está nos Estados Unidos no **Public Broadcasting System** que é um sistema de **broadcasting** público que recebe recurso do Estado, recurso de empresas privadas, contribuições diretas de cidadãos, de organizações da sociedade civil, e funciona como um canal público prestando certos serviços que não são, especificamente, prestados pela iniciativa privada. E lá, no caso, não há propriamente o sistema estatal. A diferença fundamental entre o estatal e o público não está propriamente na fonte dos recursos, mas no controle das emissões. Portanto, criar no Brasil um sistema público que possa corporificar as inquietações da sociedade (...).[1209]

Apesar de sinalizar, mais de uma vez na Comissão, que seu projeto buscava gerar consensos, o que se viu nos dias seguintes foi exatamente o oposto. A Comissão foi palco de acirradas discussões. Primeiro, houve a retirada do Deputado Pedro Canedo, membro do PFL, e que teria votado em pautas contrárias aos interesses dos grupos "conservadores". A determinação de que fosse realizada a retirada ocorreu porque o partido estava com um membro a mais na Comissão, ocupando vaga do PC do B, que não tinha membros suficientes para integrar cada uma das 8 Comissões. As questões de ordem em torno desse assunto levaram horas e horas de discussão e muitas páginas das notas taquigráficas. A conclusão do impasse foi que nem o PC do B conseguiu indicar novo integrante para a Comissão, nem Canedo foi mantido[1210].

Superado esse primeiro impasse, iniciou-se a votação dos anteprojetos apresentados por Távola. O Presidente indicou que seriam votados, primeiro, o substitutivo, depois o anteprojeto original, depois as emendas e os destaques[1211].

Nesse momento, nova discussão tomou conta da Comissão, a respeito da interpretação do Regimento Interno da Constituinte. Enquanto a chamada ala "progressista" entendia que,

---

[1207] Ibidem.
[1208] Ibidem.
[1209] Ibidem.
[1210] Além das notas taquigráficas, cf. os resumos de MOTTER, Paulino. A Batalha Invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter Público da radiodifusão no Brasil [recurso eletrônico](...) cit. fls. 347 a 353; e PILATTI, Adriano. A Constituinte de 1987-1988. Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo, 133 e ss. Nos dois textos há, apenas, uma síntese das confusões ocorridas.
[1211] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência de Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 181.

caso rejeitados o anteprojeto e substitutivo, dever-se-ia conceder ao Relator prazo suplementar para elaboração de novo anteprojeto, outro grupo entendia que, nesse caso, deveriam ser votadas as emendas[1212].

Antevendo que o projeto seria derrotado, o grupo "progressista" utilizou-se de sucessivas questões de ordem, para que não fosse possível votar as emendas no prazo destinado aos trabalhos. Com isso, a Comissão não chegou a votar um anteprojeto a ser remetido à Comissão de Sistematização.

Após as manobras obstativas, e considerando que o Regimento da Assembleia Nacional Constituinte impedia a apresentação de substitutivo integral aos textos dos Relatores, o Presidente da Comissão optou por enviar à Presidência da Comissão de Sistematização o anteprojeto do Relator – o qual seria derrotado na votação - e um outro "projeto", assinado por 37 membros da Comissão. Esse segundo documento continha uma introdução indicando que espelhava a vontade da maioria. A primeira assinatura do documento era de Arolde de Oliveira, seguida das de Rita Furtado, José Carlos Martinez, Écio Borba, Paulo Marques, Ângelo Magalhães etc. A redação da justificativa do documento continha, em grande parte, argumentos lançados por Arolde de Oliveira no decorrer dos debate.

Quanto aos temas debatidos na Subcomissão e Comissão, este foi o projeto apresentado pelo grupo:

> Art. 1º O Estado estimulará o desenvolvimento científico e a capacitação tecnológica para assegurar a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e a preservação do meio ambiente.
> § Único - A Lei garantirá a propriedade intelectual.
>
> Art. 2º A poderá estabelecer mecanismos temporários de reserva de determinados segmentos do mercado interno para bens e serviços resultantes do desenvolvimento tecnológico nacional.
>
> Art 3º Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle de capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país ou por Entidades de Direito Público Interno.
>
> Art. 4º O Estado garantirá ao indivíduo absoluta privacidade. É vedado a qualquer pessoa física ou jurídica, de natureza pública ou privada, o fornecimento de informações de caráter pessoal, salvo a requerimento de juízo competente. A lei poderá estabelecer pena para a divulgação, por qualquer processo, desde que não autorizada, de fatos relacionados à pessoa e à família
>
> Art. 5º As normas de proteção aos trabalhadores darão prioridade ao reaproveitamento de mão-de-obra e acesso aos programas de reciclagem promovidos pela empresa, quando implantados processos de automação.

[1212] Ibidem.

Art. 6º A lei definirá incentivos específicos a instituições de ensino e pesquisa, a universidades e empresas nacionais que realizem esforços na área de investigação científica e tecnológica.

7º A construção de centrais nucleoelétricas ou de usinas industriais para produção ou beneficiamento do urânio ou de qualquer outro minério nuclear, dependerá de prévia consulta ao Congresso Nacional

Art. 8º A informação é um bem social e um direito fundamental da pessoa humana. Todo cidadão tem direito, sem restrição de qualquer natureza, à liberdade de receber e transmitir informações, idéias e opiniões, por quaisquer meios e veículos de comunicação.

Parágrafo único. Cabe aos órgãos do Estado a obrigação de informar e atender aos pedidos de informação dos veículos de comunicação social em todos os assuntos de interesse público.

Art. 9º É assegurado aos meios de comunicações o amplo exercício do pluralismo ideológico e cultural.
Parágrafo Único: A radiodifusão e demais meios de expressão e comunicação, e os bens e serviços relacionados com a liberdade de expressão e comunicação não podem ser objeto de monopólio ou oligopólios, nem direta ou indiretamente, por parte de empresas privadas, ou do Estado.

Art. 10º Compete à União:
I - Explorar, diretamente ou mediante concessão permissão ou autorização os serviços de telecomunicações;
II - Legislar sobre telecomunicações, frequências radio elétricas e serviço postal;
III - manter o Correio Aéreo Nacional, o Serviço Postal e o Serviço de Telegrama.
§ 1º A lei disporá sobre o regime das· em presas prestadoras dos serviços públicos de telecomunicações e postais estabelecendo tarifas que permitam a justa remuneração dos investimentos, o melhoramento e a expansão dos serviços, e assegurem o equilíbrio econômico-financeiro do exercício da atividade.
§2º É assegurado o sigilo da correspondência postal e telegráfica e das telecomunicações, exceto por ordem judicial nos casos previstos em Lei.

Art. 11º A Lei não restringirá a liberdade de imprensa exercida em qualquer meio de comunicação.
§ 1º A publicação em veículo impresso de comunicação não depende de licença de autoridade.
§ 2º é livre a manifestação do pensamento, respondendo cada um, nos casos e na forma que a Lei apresentar pelos abusos que cometer.

Art. 12º A propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e somente a estes caberá a responsabilidade principal pela sua administração e orientação intelectual.

§ Único - Não será admitida a participação acionária de pessoas jurídicas no capital social de empresa jornalísticas ou de radiodifusão, a não ser no caso de partidos políticos e de sociedade de capital exclusivamente nacional, a qual não poderá exceder a 30% (trinta por cento) e que só poderá se efetivar através de ações sem direito a voto e não conversíveis.

Art. 13º Compete à União, "ad referendum" do Congresso Nacional, outorgar concessões, autorizações ou permissões de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens.
§Único - As concessões, autorizações ou permissões serão por 15 (quinze) anos, e só poderão ser suspensas, não renovadas ou cassadas, por sentença fundada do Poder Judiciário.

> Art. 14º É livre qualquer manifestação de arte, informação ou pensamento, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que come ter.
> §1º E assegurado o direito de resposta.
> §2º É vedada a propaganda de guerra ou veiculação de preceitos de religião raça e de classe;
> § 3º A lei regulará a propaganda comercial de medicamentos, formas de tratamento, tabaco e bebidas alcóolicas em todo Território Nacional[1213].

O projeto trazia modificações substanciais em relação aos apresentados por Artur da Távola. Não havia mais a previsão de mercado interno, Conselho de Comunicação Social, complementariedade, monopólio das comunicações, etc. Comparando-se com o anteprojeto da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, contudo, as modificações mais perceptíveis ficavam em relação aos primeiros artigos (definição de mercado interno e reserva de mercado).

O projeto, contudo, não foi aprovado como substitutivo da Comissão, em função das sucessivas manobras realizadas pelo grupo que apoiava Távola. Tanto este da "maioria" quanto o substitutivo de Távola foram remetidos à Comissão de Sistematização. Em entrevista pessoal que Bernardo Cabral nos concedeu em 2023, o Relator indicou que houve, na redação final da Constituição, o aproveitamento substancial do anteprojeto de Távola para a redação do texto final.

Os trabalhos da Comissão, como vimos, foram concluídos com uma espécie de "empate regimental". A ala chamada "progressista" permaneceu, até esgotado o tempo dos trabalhos, apresentado sucessivas e contínuas questões de ordem que impediam a sequência das votações, inclusive com Mário Covas. Dessa forma, para retomar o paralelo com que se iniciou o presente capítulo, a ala "progressista" estava em clara desvantagem numérica, já havia se formado um consenso pela derrubada integral dos projetos de Távola. Nesse contexto, as questões de ordem foram como que "xeques perpétuos", garantindo o empate que deixava a Comissão sem um anteprojeto definido e levava tanto o texto da maioria, quanto o substitutivo de Távola para Comissão de Sistematização.

É claro que ainda haveria muito debate nesta última Comissão e que artigos poderiam entrar e sair do projeto, todavia, não se pode negar que, caso viesse projeto definitivo de uma Comissão, este seria o esboço utilizado. Ou seja, a articulação da ala dita "progressista" assegurou que Cabral e a Sistematização tivessem também o anteprojeto de Távola como substrato.

[1213] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Anteprojeto da Comissão. Volume 206. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987.

5.2 O Lobby, a Vontade dos Grupos de Interesse e os Temores com as Eleições.

A Constituinte não foi finalizada após os debates nas Comissões e Subcomissões: muitas batalhas políticas foram travadas após o texto ter chegado à Comissão de Sistematização. Um estudo detalhado de como o tema se desenrolou a partir do ingresso na Comissão de Sistematização está em nosso horizonte. Não obstante, com base na literatura secundária acerca do tema, foi possível perceber que o cenário político não ficou menos turvo nos meses subsequentes ao término da etapa nas Comissões Temáticas.

Nesse percurso, há denúncias de que centenas de concessões de rádio e televisão teriam sido distribuídas para que o mandato presidencial de 5 anos fosse garantido a Sarney. Também surgiu o grupo suprapartidário "Centrão", que se formou, justamente, para se opor à condução dos trabalhos na Sistematização. Antes do fim da Constituinte houve nova mudança do Regimento Interno, com a extinção da Comissão de Sistematização, a qual deu lugar a uma Comissão de Redação, mantendo-se o Relator, Bernardo Cabral.

Durante todos os trabalhos, desde antes mesmo da Constituinte, os grupos de interesse foram se organizando para fazer pressão e tentar influenciar o texto constitucional. Não era segredo para ninguém que durante todo o período da Constituinte houve atuação de lobistas. Em matéria noticiada no Estado de São Paulo, em 12 de agosto de 1988, denunciava-se uma suposta perseguição espalhada pelos "Goebbels de sempre, que se encarregam de espalhar por toda parte que os empresários, os ricos e os poderosos não querem o progresso social dos trabalhadores"[1214]. O jornal descrevia o que parecia ser um poderoso lobby dos trabalhadores, o qual, segundo o texto do jornal, estaria afetando empresários e multinacionais, contra os quais "a propaganda concentrou fogo de barragem"[1215].

[1214] O ESTADO DE SÃO PAULO. O Lobby que não existiu. O Estado de São Paulo, São Paulo, nº 34805, p. 3, 12/08/ de 1988.

[1215] Conforme descreveu o jornalista Carlos Chagas, que cobria a Constituinte pelo jornal O Estadão, havia recomendação da cúpula do jornal para que os jornalistas conversassem, todos os dias, com Roberto Campos: "Só que, na Constituinte, os dois irmãos que mandavam no jornal – Júlio Mesquita Neto e Rui Mesquita – já estavam com sessenta e tantos anos, já estavam passando tudo para os filhos. Os dezesseis Mesquitinhas – havia os primos, além dos filhos - eram cada um mais presunçoso que o outro: "Eu sei tudo", queriam reinventar a roda. Um dos Mesquitinhas chegou a me dizer: 'Todo dia, no final do dia, você tem que ir conversar com o Roberto Campos, que ele vai lhe dar orientação'. E eu falava: 'Mas eu não quero orientação do Roberto Campos; eu quero cobrir os fatos, o que está acontecendo na Constituinte'. E comecei a bater de frente com eles. Durante a Constituinte, eles queriam que o Estadão fosse o porta-voz dos interesses dos grupos econômicos de São Paulo. De sorte que não podia sair notícia sobre a oposição, projetos da oposição, discussões da oposição. Eles me diziam: 'Você está dando cobertura demais para esses comunistas'. Acabei brigando e, em meados de 1988, deixei o Estadão e fui para a Manchete logo no dia seguinte". CHAGAS, Carlos. Depoimento. In. CENTRO DE CULTURA

Apesar da virulência propagandista e dos exageros óbvios da reportagem – ao menos nosso caso temático, o pretensamente *poderoso lobby sindical* teve impacto só marginal - a atuação sindical e operária tem sido descrita como um fator determinante para o capítulo que trata dos direitos sociais na Constituição. Não apenas as organizações sindicais teriam exercido pressão, como também apresentado emendas populares[1216]. Tais grupos também acompanharam os trabalhos, pressionaram das galerias e, chocando alguns dos grandes veículos de comunicação do país, exerceram a fiscalização política de seus governantes.

A defesa e o ataque à reserva de mercado na informática também tiveram fortes lobbies no Congresso Constituinte. A discussão não se iniciou com a Subcomissão, pois anos antes a política de reserva de mercado já atraía olhares e críticas de outros países.

O lobby da informática por vezes era sutil. Na sexta-feira, 15 de maio de 1987, o Correio Braziliense, na sessão de política do jornal, prestava-se a exaltar a qualidade das impressoras IBM que estariam sendo utilizadas, no Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN), para imprimir milhares de documentos destinados a auxiliar os parlamentares. O título da matéria era pouco discreto "Até reserva de mercado usa máquina alienígena"[1217].

Não questionamos a qualidade das citadas impressoras, muito menos a eficiência do PRODASEN, contudo, num universo amplo como a Constituinte, com tantos temas em debates, chama atenção a opção por destacar, em página destinada à política, o funcionamento de determinado produto. A comunicação não era neutra nesse ponto e demonstrava uma tomada de posição do próprio jornal em relação ao tema reserva de mercado.

De forma mais direta e incisiva, em 2 de agosto de 1987, o Jornal do Brasil dedicava uma página inteira do seu primeiro caderno para tratar do lobby na Constituinte, nos mais

---

CONTEMPORÂNEA (CEDEC). Universidade Presbiteriana Mackenzie. Projeto "Memória da Constituinte" (1987-1988). Brasília, 8/4/2011. Disponível em < https://acervodigital.cedec.org.br/memoria-da-constituinte/8810-2/?order=ASC&orderby=date&perpage=12&taxquery%5B0%5D%5Btaxonomy%5D=tnc_tax_1425&taxquery%5B0%5D%5Bterms%5D%5B0%5D=142&taxquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=IN&pos=25&source_list=collection&ref=%2Fmemoria-da-constituinte%2F>. Acesso em 10 out. 2023.

[1216] Conforme Walter Barelli, os Sindicatos produziram não apenas "depoimentos na fase de grupos temáticos como se responsabilizaram por uma das emendas populares em que eram reafirmados os principais itens que foram objeto dos depoimentos das centrais sindicais, das confederações nacionais e dos departamentos intersindicais". Ainda conforme o mesmo autor, "As várias emendas sobre direitos dos trabalhadores, somadas, ultrapassaram um milhão de signatários". BARELLI, Walter. Os Direitos dos Trabalhadores. In MICHILES, Carlos [et al.] -. Cidadão Constituinte: A Saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 320.

[1217] A NOVA CONSTITUIÇÃO: Até reserva de Mercado usa máquina alienígena. Até reserva de Mercado usa máquina alienígena. **Correio Braziliense.** Brasília, p. 6-6. 15 maio 1987. No decorrer do texto era destacado, porém, que a utilização do equipamento não estava violando a reserva de mercado, porquanto fora adquirido antes dela existir, quando o país não fabricava, ainda, tal material – "a medida que a indústria nacional vai produzindo o que o país precisa, as antigas vão sendo substituídas".

variados setores. A matéria, sem citar nome dos lobistas, expunha suas formas de atuação, em especial a troca de "brindes" e convites para festas. Conforme a reportagem, um dos alvos preferidos dos lobistas seriam as secretárias de ministros e parlamentares, para as quais seriam destinadas atenções especiais, com convites para festas, viagens e "entrega de presentes"[1218].

A matéria também abordava práticas utilizadas pela IBM para influenciar políticos, como o pagamento de viagem aos Estados Unidos a um grupo de 15 parlamentares, sem indicar quais, para conhecer a sede da empresa naquele país. A matéria dizia que tais políticos teriam sido hospedados em hotel cinco estrelas e que a ação teria sido semelhante à organizada pela empresa anos antes, quando da votação da Lei de Informática no Brasil. Naquela ocasião, segundo a matéria, um grupo com cem políticos brasileiros foi levado aos Estados Unidos, dentre o quais Cristina Tavares. A ação, na ocasião, contudo, teria sido infrutífera, uma vez que dos que foram ao país apenas Roberto Campos teria votado de maneira contrária à reserva de mercado para a informática[1219].

Roberto Campos, por sua vez, foi notório inimigo da reserva de mercado. Em 1990, ao assinar texto de apresentação de um livro organizado com artigos de Roberto Marinho, o político afirmava que a política de informática teria transformado o Brasil "num parque arqueológico de computadores" transformando "o contrabandista [em] um herói da modernidade"[1220]. Ainda no mesmo prefácio, o parlamentar dizia que a "televisão Globo é ela própria viva demonstração de inocuidade, ou antes, da nocividade das 'reservas de mercado' (...) não goza de nenhuma reserva de mercado e consegue produzir novelas internacionalmente aceitas, sem qualquer subsídio de produção e exportação"[1221]. É difícil imaginar que Campos não soubesse que todas as emissoras de televisão no país gozavam de reserva de mercado, uma vez que desde sempre empresas estrangeiras foram formal e legalmente impedidas de prestar serviços de radiodifusão. Roberto Campos ainda criticaria a reserva de mercado muitas vezes em seus textos e ensaios sobre a Constituinte e a Constituição de 1988. Segundo o ex-ministro do Governo Castello Branco, a Constituição Brasileira seria uma das únicas a adotar a autonomia tecnológica, para na sequência concluir "quem quer 'autonomia tecnológica' não

[1218] Segundo a matéria, um dos lobistas entrevistado, sem que se tenha dado nomes, teria afirmado "Existe alguém mais importante do que a secretária de um ministro? Não é ela quem faz a agenda dele, quem recebe todos os telefonemas? Por isso elas são sempre uma fonte de informação". BERLINCK, Deborah. Lobby dá festas e presentes e desnuda o poder. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 2 ago. 1987. Política, p. 4-4.
[1219] BERLINCK, Deborah. Um Passeio Grátis aos EUA. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 2 ago. 1987. Política, p. 4-4.
[1220] CAMPOS, Roberto. Roberto Marinho, o catador de trigo. In. MARINHO, Roberto: uma trajetória liberal., cit.., p. 28.
[1221] Ibidem.

pode se queixar da falta de transparência tecnológica, pois esta é um reconhecimento da 'interdependência tecnológica'"[1222].

Ainda sobre o tema informática, em nove de maio de 1988, uma matéria ganhava destaque no Jornal da Tarde, com o título: "OS EUA ADVERTEM – O perigo: uma corrente protecionista na nossa Constituição"[1223]. Na matéria, havia destaque de que o "Departamento de Comércio dos Estados Unidos" teria expressado "sua preocupação com a futura Constituição do Brasil, que poderia vir a manter 'a atual corrente protecionista'"[1224]. Na sequência, a matéria destacava que em discurso proferido por "Peter B. Field", diretor do citado departamento, teriam sido comentadas as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos, as quais poderiam "levar a Casa Branca a impor sanções econômicas às nossas exportações por causa da Lei de Informática, que limita a importação de microcomputadores e softwares"[1225]. As medidas protecionistas teriam, segundo o citado diretor, reduzido os investimentos norte-americanos, de modo que para a Constituição o Diretor sugeriria a abertura do "diálogo da classe política com empresários para ampliar investimentos privados que garantam o crescimento do Brasil"[1226].

Pouco tempo após a reportagem com a "advertência" americana, um outro jornal chamava atenção ao assunto - a Folha de São Paulo, com o texto "Para governo, reserva de mercado pode dificultar acordos externo"[1227]. Conforme a matéria, o governo federal temeria "dificuldades na negociação da dívida externa, caso o Congresso constituinte" viesses "a aprovar uma definição de empresa nacional e uma política de reserva de mercado que restrinja a possibilidade de aplicações estrangeiros no país"[1228]. Na reportagem se destacava que políticos ligados ao "Palácio do Planalto lembraram que os Estados Unidos já ameaçaram o Brasil com retaliações comerciais devido à política nacional de informática e este confronto poderia se ampliar de acordo com o grau de 'nacionalismo' da nova Carta"[1229]. Segundo o periódico, o governo estaria preocupado com a aprovação de um "texto que garanta ao parceiro de uma 'joint venture', por exemplo, ilimitado acesso à tecnologia do lado estrangeiro,

---

[1222] CAMPOS, Roberto. A Constituição Contra o Brasil: ensaios de Roberto Campos sobre a Constituinte e a Constituição de 1988. São Paulo: LVM Editora, 2018, p. 289.

[1223] OS EUA ADVERTEM: O perigo: uma corrente protecionista na nossa constituição. **Jornal da Tarde.** São Paulo, p. 8-8. 9 mar. 1988.

[1224] Ibidem.

[1225] Ibidem.

[1226] Ibidem.

[1227] Para Governo, Reserva de Mercado Pode Dificultar Acordos Externos. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 26 abr. 1988. Caderno a, p. 5-5.

[1228] Ibidem.

[1229] Ibidem.

desestimulando investimentos externos e causando reações"[1230]. O presidente Sarney, ainda conforme a mesma matéria, defenderia "uma Constituição que não afugente o investimento estrangeiro do nosso desenvolvimento"[1231].

É curioso que, em um Estado soberano, a advertência de outros países contra uma política destinada ao crescimento e desenvolvimento interno não recebesse críticas de jornais.

Na informática em específico, o lobby e a atuação era para que, principalmente, não houvesse a reserva de mercado. Com enorme população, o país certamente era um mercado muito atrativo para aqueles que quisessem comercializar seus produtos.

Uma das e preocupações desse grupo de políticos e jornais sensíveis aos problemas do investimento estrangeiro, como ficou evidente no decorrer dos trabalhos, era que a Constituição não contivesse a obrigação de o Estado promover a "autonomia tecnológica" – meta do grupo desenvolvimentista, especialmente de Cristina Tavares. As batalhas nesse campo tendiam a ter resultados opostos: ou a Constituição imporia como obrigação do Estado promover a autonomia, como queria Cristina, ou só "estimular a capacitação", como propunham seus adversários.

Por trás de cada um desses conceitos havia algo muito distinto.

"Autonomia tecnológica" representava independência. A expressão trazia a ideia de desenvolver empresas nacionais capazes de disputar não apenas o mercado interno, como também o mercado internacional com grandes potências. Com a "autonomia tecnológica" viria a independência econômica, de modo que o país não mais ficaria refém das intempéries políticas e econômicas de outros países. A ideia também era manter as riquezas no próprio país aprofundando sua industrialização, o que levaria a mais crescimento econômico e a melhor qualidade de vida da população. Para tanto, deveria haver atuação estatal, primeiro para assegurar a reserva de mercado, segundo, para investir em desenvolvimento técnico e científico.

"Autonomia" implicava, portanto, eliminar a dependência tecnológica inerente ao subdesenvolvimento nacional. No anteprojeto de Cristina, o desenvolvimento interno era priorizado em detrimento do pronto acesso a bens de consumo mais modernos. O verbo da Constituição seria "promover", no sentido de atuar para que essa política de Estado se concretizasse.

Estimular a "capacitação tecnológica" trazia ideia distinta. Conforme ficou claro nos debates, o que viria com isso era uma espécie de "modernização" da tecnologia aqui existente, com a abertura de mercado para os produtos e a atuação de empresas estrangeiras. Seria um

[1230] Ibidem.
[1231] Ibidem.

processo de integração ao mercado internacional, com o fito de, rapidamente, se copiar o estilo de vida de países industrializados[1232].

Para Roberto Campos, o Estado teria a função de simplesmente criar "uma moldura macroeconômica estável, estimuladora da concorrência, e não protetora de cartórios". Alegava que as "'reservas de mercado' são mero eufemismo para a cassação da liberdade individual de produzir"[1233]. Campos criticava, durante e após a Constituinte, a reserva de mercado, a ênfase na autonomia tecnológica, a quebra de royalties e patentes, sob o fundamento de que elas cerceariam os investimentos estrangeiros e de que não se poderia desenvolver o país com base no calote financeiro e na "pirataria tecnológica"[1234].

"Capacitação" é substantivo que, apesar do significado aparentemente claro para todos, diz pouca coisa quando é elevado a nível constitucional. Incentivar é verbo distinto de promover, e não impõe, necessariamente, uma obrigação ativa ao Estado. Ao final, o texto abarcou tanto "promover" quanto "incentivar": o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento cientifico, a pesquisa e a capacitação tecnológica.

No artigo 219 da Constituição, voltou a referência ao mercado interno, com formulação próxima à proposta por Távola: aqui novamente houve nova suavização, com "será incentivado" no lugar de "será ordenado", como fora proposto originalmente.

Assim como Roberto Campos era o mais destacado inimigo da reserva de mercado, havia também parlamentares que serviam os interesses dos grupos de comunicações das empresas de comunicações. Estas tinham, também, seus lobbies setoriais.

Na Constituinte, a ABERT estava representada por Joaquim Mendonça, seu presidente, Luiz Eduardo Borgerth e Fernando Ernesto Corrêa, na época vice-presidente da instituição.

Fernando Ernesto descreveu algumas vezes a sua atuação no período. Durante a pesquisa, localizamos entrevistas de Ernesto e uma biografia, em forma de entrevista, que também descreve o processo constituinte. Ernesto confirma que todos os artigos foram negociados, contudo, afirma que o lobby foi feito "na simpatia", no "jogo jogado":

> FEC – Nenhum deputado comprado. Não houve absolutamente nada disso. É claro que naquela época a gente tinha um instrumento que não tem mais hoje, com relação a botar matérias em jornais. Naquela época havia um pouco mais de liberdade. É evidente, eu não sou bobo, então eu pagava um deputado lá de Pernambuco, por exemplo, e o cara falava 'Pô, preciso divulgar uma matéria lá'. Então eu falava com

[1232] Cf. BERCOVICI, Gilberto. Direito Econômico do Petróleo e dos Recursos Minerais. São Paulo: Quartier Latin, 2011, esp. P. 352 e ss.
[1233] CAMPOS, Roberto. A Constituição Contra o Brasil: ensaios de Roberto Campos sobre a Constituinte e a Constituição de 1988. São Paulo: LVM Editora, 2018, p. 124.
[1234] Ibidem. P. 290.

> a afiliada da Globo de lá e eles davam uma colher de chá pro cara. Isso eu fazia, o cara recebia uma colher[1235].

No livro de memórias, Fernando Ernesto busca legitimar a atuação do lobby, tendo afirmado que a "troca de favores" ocorria dando-se maior destaque em reportagens e emissoras estaduais a políticos que "mereceriam maior destaque":

> Não houve nenhum caso. Havia, sim, troca de favores, principalmente com relação colocar matérias e reportagens. Eu conversava muito com as emissoras estaduais, pleiteando por políticos que a meu ver mereciam maior destaque para sua atuação no estado de origem. Essa era a única moeda de troca. Aliás, quero reiterar que nunca vetei ninguém[1236].

A fala de Ernesto revela a atuação da Abert para que os meios de comunicação incluíssem matérias favoráveis aos parlamentares que aceitassem negociar. Instrumento de trocas em um serviço público, o espaço preferencial para os políticos favoráveis naturalmente ajudava-os a chegar ao eleitorado de forma privilegiada.

A participação popular nessa matéria foi pouco intensa, em parte, também, pela própria atuação do empresariado. José Carlos Rocha destaca quatro dificuldades encontradas, nesse campo, para consagrar as intenções populares:

> Primeiro, quando da elaboração da proposta de inciativa popular, em março de 1987, em Brasília, rachou a Frente Nacional de Luta por Formas Democráticas de Comunicação (FNL-FDC). Segundo, o tema da comunicação não conseguiu percorrer o itinerário republicano segundo o qual as pressões sobre o Congresso devem vir da agitação dos debates públicos, pois não foi possível agitar o tema através dos meios de comunicação existentes, onde permanece proibido contrariar interesses. Em terceiro lugar, comunicação não é coisa de comer, não vindo a ser um tema propriamente popular num país onde mais da metade da população vive em estado de miséria absoluta e a imensa maioria vive às voltas com problemas mais imediatos, ao menos aparentemente, como alimentação, moradia, remédios, salário mínimo, propriedade mínima, mecanismos de defesa e outros. As lideranças sindicais não se aperceberam imediatamente, de modo geral, da importância da comunicação ou não conseguem colocá-la no primeiro plano de sua luta. Em quarto lugar, a questão da comunicação não conseguiu encontrar densidade política consequente num Congresso onde cerca de 200 parlamentes são proprietários de ou representantes diretos de concessionários de rádio e televisão. No mesmo plano, as principais lideranças do Congresso, a caminho das próximas eleições, não querem se queimar perante o sistema monopolístico atual, enquanto, ainda, novas concessões de rádio e tevê são usadas para impedir qualquer avanço[1237].

A atuação da mídia, portanto, não se resumia a apenas promover parlamentares amigos. As redes de TV e rádio, tentavam, também, evitar que o tema tivesse a visibilidade e amplitude

---

1235

CORRÊA, Fernando Ernesto. In CARVALHO, Luiz Maklouf. 1988: Segredos da Constituinte: os vinte meses que agitaram e mudaram o Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2017, p.. 343.

1236 PINHEIRO, Márcio. O Lobista – Fernando Ernesto Corrêa: negócios, política e jornalismo. Porto Alegre: [s. ed.], 2021.

1237 ROCHA, José Carlos. Comunicação e a Nova Ordem Constitucional.in MICHILES, Carlos [et al.]. Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989., p. 367-368.

necessárias. Quanto aos jornais, eles desqualificavam os projetos de Tavares como "estatizantes", apesar de não se vislumbrar ali grandes movimentos para o controle do Estado.

Ao analisar as atas e notas taquigráficas das reuniões, percebe-se a presença constante da Abert para acompanhar os debates. Fernando Ernesto confirma essa atuação, tendo mudado para Brasília justamente para acompanhar a Constituinte. O representante da Abert circulava "por todo o Congresso, por todos os gabinetes, por todos os deputados e senadores". O lobista frequentava "o gabinete do Fernando Henrique", descrito como "excelente parceiro", "do Britto, do Jobim, do José Fogaça, que era senador gaúcho, do Luís Eduardo Magalhães, filho do ACM, (...) que ajudou uma barbaridade"[1238].

A atuação do lobista não ocorria somente durante os trabalhos no Congresso, mas principalmente nos "happy hours", ocasiões que Ernesto utilizava para se aproximar e se tornar mais íntimo de parlamentares. Em especial, na entrevista concedida a Luiz Maklouf, Fernando Ernesto afirmou que foi assim que teria se aproximado de Cristina Tavares[1239].

Na imprensa houve ataques a Cristina Tavares e ao anteprojeto da Subcomissão. No Congresso, houve corpo a corpo com os políticos oferecendo-se, como ferramenta de troca, matérias favoráveis na mídia apenas aos aliados das empresas de comunicação e o silenciamento das opiniões contrárias ao poder midiático eram as estratégias adotadas.

Embora não se possa avaliar as intenções de um grupo todo pelas falas de um de seus interlocutores, os textos de Fernando Ernesto ajudam a compreender a visão que os representantes do empresariado tinham para a comunicação e quais os conceitos e modelos estavam em disputa.

Durante todo o processo constituinte ficou claro que Cristina Tavares compreendia a comunicação como um *bem social* e um *direito de todos*. Os meios de comunicação eram, portanto, ferramentas para a concretização desse direito. Ou seja, Cristina enxergava a radiodifusão como *serviço público*, algo que deveria estar a serviço de todos. A radiodifusão tinha principalmente de prestar os serviços informação e comunicação, dândi eficácia a direitos fundamentais.

Para ABERT, as finalidades dos serviços e sua própria natureza jurídica eram distintos. A radiodifusão seria uma atividade "eminentemente privada, dirigida no país por brasileiros. O

[1238] CORRÊA, Fernando Ernesto. In CARVALHO, Luiz Maklouf. 1988: Segredos da Constituinte: os vinte meses que agitaram e mudaram o Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2017, p.. 341. A informação foi repetida em PINHEIRO, Márcio. O Lobista – Fernando Ernesto Corrêa: negócios, política e jornalismo. Porto Alegre: [s. ed.], 2021., p. 38.

[1239] Ibidem, p. 344.

papel do Estado tem caráter meramente supletivo e voltado aos objetivos educacionais"[1240]. A fala é a de quem enxerga na radiodifusão uma atividade econômica *stricto sensu*, não como serviço público. A informação, nesse caso, deixaria de ser um bem social ou um direito essencial para o indivíduo e para as democracias, para converter-se em uma espécie de produto/mercadoria a ser entregue pelos veículos de comunicação, juntamente com o entretenimento.

A disputa em torno da natureza jurídica da radiodifusão revelava outro campo de disputa, notadamente o da função estatal. O texto de Fernando Ernesto expõe a visão de que o Estado seria "suplementar" à iniciativa privada, entendimento semelhante ao manifestado por Magalhães na Comissão e defendido por muitos políticos ao longo da Constituinte. Nos textos de Roberto Campos, a defesa de um princípio da subsidiariedade fica ainda mais explícita: ele seria uma forma de "garantir a estrutura de um Estado Moderno". Esse princípio deveria ser adotado

> num duplo sentido – espacial e funcional. Num sentido espacial, o governo federal só deve fazer o que não pode melhor ser feito pelo estado; este se absterá do melhor pode ser feito pelo município; e o município evitará tarefas de que podem se incumbir os cidadãos. Num sentido funcional, a intervenção do Estado no domínio econômico seria supletiva, excepcional e temporária. Suas tarefas naturais, para as quais já lhe escasseiam recursos e capacidade gerencial, seriam a ordem e a segurança e a provisão de bens públicos – saúde, saneamento, educação básica, assistência social, preservação do meio ambiente. No tocante à infraestrutura econômica de comunicações, transportes e eletricidade, a atuação do Estado poderia ser delegada, ou pelo menos partilhada com o setor privado, em sintonia com movimento privatizante que se desenha hoje no mundo.[1241]

Magalhães na Comissão defendeu, inclusive, que a função do Estado na radiodifusão seria supletiva/subsidiária[1242], este deveria atuar somente onde a atividade não fosse lucrativa à iniciativa privada, para garantir o acesso às pessoas.

Para a ala progressista, o Estado não teria função meramente supletiva, mas complementar. Se bem que os trabalhos de Cristina Tavares já caminhassem no sentido de uma atuação complementar entre os setores, foi com Artur da Távola que o conceito da

---

[1240] PINHEIRO, Márcio. O Lobista – Fernando Ernesto Corrêa: negócios, política e jornalismo. Porto Alegre: [s. ed.], 2021., p. 38.

[1241] CAMPOS, Roberto. A Constituição Contra o Brasil... cit., p. 124.

[1242] Importante destacar que, apesar de amplamente difundido no país, este conceito é alvo de críticas. Gilberto Bercovici, por exemplo demonstra que durante os anos do regime militar, o discurso oficial era o da "ortodoxia econômica". Prossegue o Professor "as próprias Constituições outorgadas pelos militares, em 1967 e em 1969, chegaram, não por mera coincidência, a incorporar o chamado 'princípio da subsidiariedade', cuja concepção é entender o Estado como Subsidiário da iniciativa privada. Este 'princípio da subsidiariedade' é originário da legislação fascista de Benito Mussolini (Carta del Lavoro, 1927) e de Francisco Franco (Fuero del Trabajo, de 1938, e Ley de Principios del Movimiento Nacional, de 1958), e se encontra explícito em vários dispositivos da Carta de 1967 (...)". BERCOVICI, Gilberto. "O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece": a persistência da estrutura administrativa de 1967. In TELES, Edson/ SAFATLE, Vladmir (org). O Que Resta da Ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

complementariedade se consolidou claramente no processo constituinte. Para Cristina, Távola e grande parte do grupo denominado progressistas essa passou a ser a referência – recebendo, no curso da Constituinte, aderência também da FENAJ, que defendia, no início dos trabalhos, que as atividades não devessem ser exploradas para fins comerciais[1243].

Pensava-se agora em um sistema tripartite, com a atuação complementar de emissoras "estatais", "públicas" e "privadas", as quais deveriam coexistir para se alcançarem as finalidades maiores desses serviços[1244]. Na ordem constitucional surgida em 1988, a prestação dos serviços pela iniciativa privada, contudo, não implica a "descaracterização da atividade como serviço público, calcado em padrões mínimos de impessoalidade e objetividade"[1245]. Inconciliável, agora, com o sistema "estatal", o "sistema público" deveria ser entregue às associações, sindicatos, organizações sociais da sociedade civil – "e não a políticos e empresas capitalistas" [1246].

Quanto à radiodifusão estatal, diferentemente do que defendia Antônio Carlos Magalhães na Comissão, as emissoras estatais não teriam mais a função de operar como um braço do governo. Pelo contrário, sua real finalidade era "ampliar o fracionamento do poder midiático (...) e fomentar o 'pluralismo' externo''[1247], em contraposição às grandes redes privadas.

[1243] Conforme demonstrado no decorrer do trabalho, a posição adotada pela FENAJ dividiu parte do movimento denominado "Frente Nacional de Luta por Formas Democráticas de Comunicação (FNL-FDC).", conforme ROCHA, José Carlos. In MICHILES, Carlos [et. Al.]. Cidadão Constituinte. .. cit.
A informação foi confirmada em nossa conversa com Armando Rollemberg, realizada em Brasília, em 2024. Rollemberg indicou que havia na Fenaj divisão quanto ao tema, contudo, a proposta levada à Constituinte foi aprovada pela maioria dos membros.

[1244] Para uma análise detalhada sobre o princípio da complementariedade ver SEELAENDER, Airton Cerqueira Leite, Quatro teses sobre o regime constitucional da radiodifusão. In: SEELAENDER, Airton L. Cerqueira Leite (org.). Direito à Informação e Radiodifusão. Brasília: Editora Voz de Brasília, 2018, especialmente páginas 119-126. Ver também SEELAENDER, Airton L. Cerqueira Leite. Democratização Pelo 'mass media'??: O direito de ser informado e os limites fáticos à sua plena eficácia". In: LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto; ALBURQUERQUE, Paulo Antonio de Menezes (orgs). Democracia, Direito e Política: estudos internacionais em homenagem a Friedrich Müller. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 57-82. Ver também SEELAENDER, Airton Lisle Cerqueira Leite; BERCOVICI, Gilberto. concessões, permissões autorizações de radiodifusão por pessoas jurídicas que possuem políticos titulares de mandato eletivo como sócios ou associados – Inconstitucionalidade. RDP - Revista Trimestral de Direito Público, São Paulo, v. 58, n. , p.108-132, 29 nov. 2011. Trimestral.. BERCOVICI, Gilberto. Direito Econômico Aplicado: Estudo e Pareceres. São Paulo: Editora Contracorrente, 2016, p. 266-269 BERCOVICI, Gilberto. Direito Econômico Aplicado: Estudo e Pareceres. São Paulo: Editora Contracorrente, 2016, p. 266-269

[1245] SEELAENDER, Airton Cerqueira Leite, Quatro teses sobre o regime constitucional da radiodifusão. In: SEELAENDER, Airton L. Cerqueira Leite (org.). Direito à Informação e Radiodifusão. Brasília: Editora Voz de Brasília, 2018, p. 118, BERCOVICI, Gilberto. Direito Econômico Aplicado: Estudo e Pareceres. São Paulo: Editora Contracorrente, 2016, p. 266.

[1246] SEELAENDER, Airton Cerqueira Leite, Quatro teses sobre o regime constitucional da radiodifusão. In: SEELAENDER, Airton L. Cerqueira Leite (org.). Direito à Informação e Radiodifusão. Brasília: Editora Voz de Brasília, 2018, p. 121.

[1247] Ibidem.

A Abert também atuou para que a "regionalização da programação" não viesse com imposições de percentuais mínimos para a programação local. Quanto a esse ponto, Fernando Ernesto afirma que atuou ativamente para que a Constituição não impusesse o percentual de 30% para programação local e regional, pauta trazida por membros da ala "progressista", especialmente Carlos Alberto Caó. A vitória da Abert, nesse caso, conforme relata Fernando Ernesto, foi fazer com que a regionalização tivesse de aguardar a fixação de percentuais por lei – diploma "que até hoje, quase trinta anos depois, não saiu"[1248]. Acerca desse dispositivo específico, Fernando Ernesto afirma em suas memórias que foi uma meia vitória:

> (...) E nesse ponto eu tive ao mesmo tempo uma derrota e uma vitória: derrota porque eu, enquanto representante da RBS, tinha o maior interesse em ampliar o espectro regional. E a vitória foi quase na linha inversa, já que na Constituinte eu também defendia os interesses das redes nacionais que queriam total liberdade na programação, destinando às afiliadas apenas alguns horários periféricos. Ficou tudo para posterior regulamentação. Tudo no Brasil que dependa de regulamentação não sai nunca. Isso para nós não é um problema[1249].

Essa estratégia de delegar para a legislação infraconstitucional tudo que pudesse representar algum risco aos interesses dos grupos ligados à Abert também foi adotada na definição de monopólio e oligopólio e nas restrições à publicidade de bebidas, tabaco, medicamentos, agrotóxicos e terapia (matérias estas sujeitas às "restrições legais"). Restrições, conforme explica Fernando Ernesto, não eram a proibições absolutas.

No tocante aos monopólios e oligopólios, Fernando Ernesto em suas entrevistas não deixa muito evidente como foi a sua atuação

> (...) Outra coisa importante: eles queriam, como diziam, 'acabar com o monopólio da Globo'. Então nós colocamos aqui [lendo o parágrafo 5º, do inciso II, do art. 220] 'Os meios de Comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio'".[1250]

A "vitória", acerca desse item específico aparentemente está atrelada à própria visão da atividade midiática na Abert, que não via "monopólio" onde havia mais de um canal. Segundo o texto aprovado na Subcomissão, "a radiodifusão e demais meios de expressão e comunicação, e os bens e serviços relacionados com a liberdade de expressão e comunicação" não poderiam "ser objeto de monopólio ou oligopólios, nem direta ou indiretamente, por parte de empresas privadas".

1248

CORRÊA, Fernando Ernesto. In CARVALHO, Luiz Maklouf. 1988: Segredos da Constituinte: os vinte meses que agitaram e mudaram o Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2017, p. 340.

1249 PINHEIRO, Márcio. O Lobista – Fernando Ernesto Corrêa: negócios, política e jornalismo. Porto Alegre: [s. ed.], 2021., p. 48.

1250

CORRÊA,. In CARVALHO, op. cit., p. 340.

Dos anteprojetos de Artur da Távola, constou que "os meios de comunicação e serviços relacionados com a liberdade de expressão" não poderiam, "direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólios, por parte de empresas privadas ou entidades do Estado".

Não é possível ter certeza se a atuação da Abert foi para que não constasse no texto que a radiodifusão especificamente não poderia ser objeto de monopólio ou oligopólio; ou para retirar do texto a vedação aos monopólios nos "meios de comunicação e serviços relacionados à liberdade de expressão", conforme projeto de Távola. O texto consagrado na Constituição é suficiente claro para se compreender que não poderá haver monopólio em nenhum dos serviços relacionados à comunicação social, gênero que engloba, inclusive, a radiodifusão.

É possível que a vitória tenha consistido, justamente, em evitar a definição do que seria monopólio ou oligopólio nesse campo. Conforme demonstrado acima, para a Abert a existência de mais de uma empresa atuando já atenderia ao futuro comando constitucional. Levando-se em consideração apenas aspectos horizontais de competitividade[1251], aceitava o domínio do mercado pela "qualidade", pela competência da empresa no exercício da atividade.

Outros temas caros para a ABERT foram o esvaziamento das competências do Conselho de Comunicação Social, a inclusão do Poder Legislativo para os atos de renovação ou não das concessões e a determinação de que o cancelamento da concessão, antes de vencido o prazo, dependeria de decisão judicial.

Esses três itens representaram as maiores vitórias da ABERT na Constituinte. Conforme já expusemos acima, a inclusão do Poder Legislativo no processo de concessão de emissoras podia conferir um poder de bloqueio a parlamentares que direta ou indiretamente controlavam empresas concessionárias de rádio e TV. Não se cogitava, tampouco, que deputados e senadores bloqueassem esse artigo, uma vez que passariam a dividir com o Poder Executivo o poder político inerente ao processo de conceder e renovar estações.

A mudança representava, pela primeira vez desde a década de 1920, a modificação da competência de conceder e renovar, atos estes antes de competência única do Poder Executivo.

Chama atenção que o Ministério das Comunicações não tenha, durante o processo Constituinte, se insurgido abertamente contra esse dispositivo. Pelo contrário, parlamentares vinculados ao órgão defenderam publicamente medida, como é o caso de Rita Furtado e Arolde de Oliviera.

[1251] Conforme exposto por FARACO, Alexandre Ditzel. Democracia e Regulação das Redes Eletrônicas de Comunicação: Rádio, televisão e Internet. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009, especialmente, fls. 168-172.

Em matéria publicada no Correio Braziliense de 14 de setembro de 1988, diz-se que a ABERT teria ficado satisfeita com o texto final da Constituição. Havia também a indicação de que Arolde de Oliviera e Mendes Ribeiro teriam comentado o texto.

Arolde, segundo o jornal, teria afirmado que

> uma das intenções dos constituintes, ao criarem este dispositivo, era de dificultar para o poder Executivo a utilização das concessões de rádio e televisão para premiar seus amigos políticos. Oliveira prevê que no futuro, será ainda mais difícil conseguir uma concessão, tornando-se a Abert, cada vez mais, um clube fechado, pois quem já está não sai e ficará difícil entrar.[1252]

Mendes Ribeiro, por sua vez, teria afirmado que a Constituição significaria a libertação

> dos meios de comunicação de massa da tutela do Governo, onde este "com uma simples penada" poderia liquidar uma emissora. O Executivo não será mais senhor e dono da concessão, disse Mendes Ribeiro, e agora se poderá exercer efetivamente a liberdade de imprensa, porque já existe liberdade de empresa, antes à mercê do poder concedente.[1253]

Posição semelhante à de Arolde foi manifestada por Rita Furtado, em 20 de junho de 1987, em matéria publicada pelo Jornal do Brasil. Segundo tal periódico, a deputada acusava a esquerda de ter tentado impor um projeto estatizante, referindo-se ao anteprojeto de Artur da Távola. Segundo Furtado,

> o seu grupo, ao sugerir a emenda que pode tornar vitalícias as concessões de rádio e televisão, ao dispor que a cassação das concessões e sua própria não renovação apenas serão feitas pela Justiça, preconiza uma "abertura e um avanço, pois resguarda os concessionários de perseguições políticas, no caso de mudança do governo".[1254]

Havia, portanto, preocupação quanto à eventual mudança de rumos, a depender que quem seria eleito Presidente em 1989. No caso de Rita Furtado, é possível que a preocupação fosse em assegurar as próprias concessões[1255]. Essa possibilidade também poderia se aplicar a Arolde de Oliveira, que segundo Paulino Motter, teria recebido concessão durante a constituinte[1256].

Para a cúpula da ABERT, a proposta também pode ter tido o intuito de autoproteção. Nesse caso, a "ameaça" poderia ter nome e sobrenome: Leonel Brizola (talvez, em 1987/1988, até Mário Covas).

[1252] ABERT destaca conquistas na Constituinte. **Correio Braziliense.** Brasília, p. 11-11. 14 set. 1988. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/104792. Acesso em: 10 abr. 2024.
[1253] Ibidem.
[1254] DEPUTADA diz que lutou contra marca estatizante do Relatório de Távola. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, p. 3-3. 20 jun. 1987. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/129546. Acesso em: 10 out. 2023.
[1255] Hipótese semelhante é apresentada por Fábio Konder Comparto, para quem "não é preciso grande acuidade de julgamento para perceber que que os constituintes nada mais fizeram do que aumentar a vinculação dos atos de concessão aos interesses mútuos do presidente e dos congressistas, numa institucionalização do 'é dando que se recebe'. COMPARATO, Fábio Konder. É possível democratizar a televisão, cit., p. 304.
[1256] MOTTER, op. cit.

Conforme exposto por David Fleisher e Antonio Gurgel, a partir de 1986 Brizola teria passado a liderar todas as pesquisas de intenção de votos à Presidência da República[1257] . Não era novidade para ninguém que Brizola vivia em conflito com os grandes veículos de comunicação do país. Em 1982, ao disputar o governo do Rio de Janeiro, com o candidato Moreira Franco, do PDS, Brizola teria sofrido sabotagens à sua campanha oriundas da Rede Globo. Além disso, não falta quem indique que a empresa teria participado de uma tentativa de fraude na contagem e apuração dos votos (Caso Proconsult), para que fosse declarada a vitória do candidato do PDS[1258]. Brizola tecia críticas as mais diversas à Globo, à atuação política da emissora e à sua concentração de poder midiático. Críticas análogas eram direcionadas à Editora Abril, que o político dizia ter sido a CIA no Brasil durante a ditadura[1259].

Além de conhecer o poder da radiodifusão[1260], Brizola não demonstrava medo de adotar posturas combativas. Na década de 1960, por exemplo, encampou empresas multinacionais no Rio Grande do Sul, criando a Companhia Estadual de Energia Elétrica. O episódio gerou polêmicas e críticas internacionais ao político brasileiro[1261].

Não é possível prever até que ponto Brizola seria uma ameaça real aos concessionários de rádio e televisão. Contudo, incluir deputados e senadores nas decisões acerca da renovação ou não das concessões mitigaria eventual poder do futuro presidente, caso Brizola viesse a ser eleito. Do mesmo modo, delegar ao Poder Judiciário a decisão final sobre a cassação de concessões antes do prazo também serviria para estabilizar as concessões e inviabilizar represálias ou inovações de um novo governo menos servil aos conglomerados de mídia.

Havia muitas denúncias, no período, de que as concessões estavam sendo empregadas como moedas de troca política. Cristina, inclusive, acusou colega, na presença deste, de ter trocado voto por concessão. Nesse cenário, é também possível que alguns parlamentares estivessem resguardando "suas conquistas" nos planos político e patrimonial.

[1257] GURGEL, Antônio de Pádua; FLEISCHER, David. O Brasil Vai Às Urnas – retrato da campanha presidencial. Ed. Thesaurus. Brasília-DF, 1990, p.103.

[1258] Isso é que alega AMORIM, Paulo Henrique/PASSOS, Maria Helena. A Peleja de Brizola contra a Fraude Eleitoral. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005. Ver também LIMA, Venício A. de. Mídia: Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 67-72.

[1259] BRIZOLA, LEONEL. In MANESCHY, Osvaldo (et. Al. org). Leonel Brizola: A legalidade e outros pensamentos conclusivos. Niterói-RJ: Nitpress, 2011.

[1260] Vide BRIZOLA, In MANESCHY, op. cit. ver também TAVARES, Tânia dos Santos. Leonel Brizola e os nacional-revolucionários: Grupo dos Onze em Duque de Caxias, Rio de Janeiro (1963-1964). In FREIRE, Américo e FERREIRA, Jorge (orgs.) A Razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.pp. 87-120. Neste texto, apesar de não ser o foco principal a relação de Brizola com veículos de comunicação, é descrita a atuação do político, através da Emissora Mayrink Veiga, em 1963, para a divulgação de suas ideias políticas.

[1261] Sobre o episódio ver BRUST, Hari Alexandre/ NASCIMENTO, Nilton. Leonel Brizola: uma biografia política (1922-1964). S/Ed. Salvador, 2016, fls. 510-511.

Na prática, como se extraí das falas de Arolde de Oliveira, ainda que o grupo que tenha imposto essas medidas tenha se declarado "pró mercado", é possível perceber que se criava uma nova e mais alta barreira para entrada de novas empresas no setor de radiodifusão. As novas medidas, ao invés de democratizarem, tenderiam a empregar o próprio direito e o Estado para limitar a competição. Arolde, no trecho já transcrito, destacou que agora seria mais difícil receber uma concessão e que quem já havia recebido dificilmente a perderia.

A mudança feita em nome da despolitização trazia ainda mais a política para dentro dos atos de concessão. Tendia muito mais a conservar situações consolidadas do que a inovar ou democratizar o setor.

O lobby da Abert e dos proprietários dos veículos de comunicação foi considerado satisfatório para os membros da associação, conforme noticiado na imprensa do período e nos próprios comentários de Fernando Ernesto. O lobista, inclusive, chegou a afirmar, na entrevista a Luiz Maklouf, que os artigos 220 a 224 da Constituição teriam sido escritos "praticamente a quatro mãos", as suas e as de Antônio Britto[1262][1263].

O lobby popular, conforme demonstrado no decorrer do trabalho, há relatos de que foi esvaziado ante a ausência de divulgação maior dos trabalhos da Subcomissão e da Comissão. Nesse caso, as vitórias que o grupo "progressista" obteve se deve, ao que tudo indica, muito mais à ação política de Cristina Tavares, Artur da Távola e Mário Covas. É claro que houve participação intensa da FENAJ, mas a influência efetiva desta, ao que nos parece, não foi muito grande.

Quanto às pautas dos grupos "progressistas", estas foram incorporadas a muitos dispositivos. Em princípio, embora a redação não seja tão clara quanto a proposta original de Cristina Tavares, o texto constitucional consagrou no artigo 5º a informação como um direito fundamental. Também se ampliou e explicitou os princípios buscados na programação de rádio e televisão, os quais agora estão claros no texto constitucional.

A vedação do monopólio e oligopólio também foi vitória do grupo "progressista". Embora ainda não tenha havido regulação desse dispositivo via lei ordinária, a consagração da radiodifusão como serviço público e a adoção dos princípios da complementariedade e do pluralismo já permitiram compreender que a Constituição rejeitou a fórmula do "monopólio pela qualidade".

[1262] CORRÊA, Fernando Ernesto. In CARVALHO, Luiz Maklouf. 1988: Segredos da Constituinte: os vinte meses que agitaram e mudaram o Brasil., cit. p. 338 e 342.

[1263] Não conseguimos confirmar tal informação, nem com Antônio Britto, nem com Bernardo Cabral. Britto confirma que atuou, quando o projeto estava na Sistematização, para auxiliar a redação do texto. Cabral, por sua vez, afirma que aproveitou o substitutivo de Artur da Távola.

A despeito de que grande parte do texto constitucional tenha ficado aprisionado e esquecido no Capítulo V da Constituição, como bem previa o lobista da ABERT, o grande avanço foi ter-se debatido, pela primeira vez, a radiodifusão e a comunicação social a partir das finalidades desses serviços, não apenas como interesses de governo ou de empresários.

6. Conclusão: O Texto Final: Mudanças Aparentes?

Como demonstrado ao longo do trabalho, especialmente no último capítulo, após ter sido concluída a etapa das Comissões houve longo trajeto até se chegar ao texto final. Isso, não obstante as várias concessões feitas aos distintos grupos, agradou tanto empresários quanto o grupo progressista.

A grande questão que surge é se, a despeito da Constituição, houve mudanças de fato quanto à Comunicação Social ou se estas foram apenas aparentes. Não seria justo afirmar que não houve mudanças, sendo a primeira – e a principal delas – ter havido debate legislativo real sobre o direito à informação e finalidades dos serviços de comunicação social. A Constituição carrega em seu texto o mérito de ter definido a informação como um *direito fundamental*. Também determina que os veículos de comunicação social sejam ser orientados para promover o desenvolvimento do país enquanto nação. Mesmo que por conta da inércia do Poder Legislativo, talvez por influência dos grupos de comunicação, nem todos os dispositivos do texto tenham ainda sido postos em prática, a intenção constitucional permanece e os direitos estão ali consagrados, prontos para serem aplicados.

No atual cenário, em que a forma e a velocidade das informações estão mudando, ter consagrado no texto constitucional a informação como direito fundamental e ter fixado a finalidade dos serviços, não são fatos irrelevantes, isso tudo já serve para nortear os debates acerca das eventuais formas de atuação e eventual regulação das novas tecnologias. Dessa forma, a mudança constitucional não foi apenas aparente, a atuação legislativa é que o foi no período posterior à constituição.

Quanto às hipóteses iniciais do presente trabalho, estes foram os resultados obtidos pela tese:

a) Teria Havido uma tentativa de correlacionar os direitos à informação com a liberdade de imprensa, especialmente por parte dos empresários do setor;

A hipótese foi confirmada.

Desde o início dos trabalhos na Subcomissão de Ciência e Tecnologia os direitos à Informação e liberdade de expressão foram amplamente debatidos. A Relatora da Subcomissão

de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, Cristina Tavares, assim como Artur da Távola, (Relator da Comissão da Família, da Educação, Cultura, Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação), e os demais integrantes do grupo vinculados às esquerdas e à ala "progressista", enxergavam a informação como um *bem social*, cujo acesso deveria não apenas ser garantido, mas estendido a todos, como condição para tomadas de decisão na democracia e na vida social.

Para a consagração desse direito, os meios de comunicação deveriam "estar sempre a serviço do desenvolvimento integral da Nação, da eliminação das desigualdades e injustiças, da independência econômica, política e cultural do povo brasileiro e do pluralismo ideológico".

O direito à informação seria, portanto, assegurado mediante a obtenção, pelo indivíduo, das informações indispensáveis para a vida em sociedade. Por esse conceito, a informação não seria vista como simples "mercadoria" a ser comercializada, mas como condição para o próprio desenvolvimento nacional.

Os empresários ligados à comunicação, por seu turno, entendiam o direito à informação como *liberdade de imprensa*. Das falas da ABERT na Subcomissão em audiência pública, ficou evidente que, para a associação, a "liberdade e expressão do pensamento, na era da comunicação de massa, representa na prática o direito de o cidadão ser informado, através de múltiplos processos, assegurando a pluralidade de ideias, ou contraditório"[1264]. Na prática, a liberdade de expressão do pensamento já implicaria, segundo a ABERT, o próprio direito a ser informado. A ANJ e ANER, por seu turno, defendiam "a pluralidade de meios" como condição para se obter o direito a ser informado – e por pluralidade de meios entendia-se aqui, em essência, a livre competição no setor. Por vezes, especialmente nas falas trazida pela ANJ, não parecia haver distinção entre "a liberdade de informação", e "liberdade de imprensa" e o direito a ser informado.

b) Desde o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte a radiodifusão foi tratada com enfoque nos direitos fundamentais - principalmente os diretos à informação e o direito a ser informado;

A hipótese foi parcialmente comprovada. De fato, pelos grupos "progressistas", a atividade foi debatida com enfoque nos direitos fundamentais e finalidades dos serviços enquanto serviços públicos. Já para os grupos vinculados aos interesses do "mercado" o foco foi a não intervenção estatal, a ausência de censura, e a ampla liberdade de expressão.

[1264] ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Congresso Nacional: Brasília-DF, 1987, p. 78

c) A mudança do enfoque vinha, em grande medida, pelos traumas deixados pela ditadura, especialmente no tocante à sonegação e distorção de informações por parte da imprensa, durante o regime militar (por exemplo, no Caso Proconsult e na cobertura das "Diretas Já")

A hipótese não foi confirmada. As memórias da censura durante a ditadura foram empregadas, muitas vezes, como fundamento para a defesa da liberdade de expressão. Todavia, também houve referência à ditadura do Estado Novo por parte da ANJ. Há que ser considerado que muitos dos parlamentares que integraram a Subcomissão e Comissão estudadas fizeram parte dos governos militares, seja atuando em cargos públicos, seja como políticos, o que pode ter desestimulado um pouco o debate sobre a experiência anterior.

d) em virtude do apoio que haviam dado à ditadura militar, as maiores empresas do setor não pretendiam chamar tanta atenção para si, para evitar possíveis alterações bruscas no sistema ou perda de concessões que haviam recebido;

A hipótese não foi confirmada. Contudo, havia o interesse, especialmente do empresariado, em evitar alterações na legislação que pudessem impactar em seus empreendimentos. A meta desse setor foi estabilizar o que já havia sido adquirido em anos anteriores, de preferência limitando-se o poder estatal. Também houve uma tentativa de conter, nos anos seguintes, os poderes do Poder Executivo. A proposta da classe empresarial foi no sentido de integrar o Congresso nas decisões sobre não renovação das concessões de rádio e televisão, delegando ao Poder Judiciário a decisão sobre eventuais cassações ou suspensões.

e) Havia preocupação, no empresariado, com as modificações que poderia ter a radiodifusão na Constituinte, tendo-se buscado inserir texto que demandasse legislação infraconstitucional e/ou com interpretações ambíguas;

A hipótese foi confirmada integralmente. Como demonstrado na tese, havia enorme preocupação da classe empresarial com as possíveis modificações legais que poderiam advir da Constituição. Em especial, buscou-se combater tudo que pudesses mudar a forma de concessão ou os instrumentos de fiscalização no âmbito da radiodifusão. Também houve preocupação com a inclusão de percentuais de regionalização, com a proibição de determinados tipos de publicidade e com a "estatização" em geral.

A tese revelou que, em determinadas matérias, a ABERT buscou remeter à legislação infraconstitucional a regulação de determinados dispositivos, contando com a mora e ausência

de vontade política do Congresso. Isso ocorreu, por exemplo, em temas como Conselho de Comunicação Social, a regionalização da programação e os monopólios que até hoje não têm regulamentação.

> *f) Os próprios parlamentares que detinham concessões de radio e televisão poderiam atuar para inviabilizar as mudanças trazidas pela Constituição;* e *g) O Congresso buscou para si parte dos poderes inerentes às comunicações.*

As duas hipóteses foram confirmadas. Conforme demonstrado, muitos políticos – em nome próprio ou de seus familiares – eram concessionários ou vieram, ao longo do processo constituinte, a tornar-se concessionários de rádio e televisão. Tais parlamentares, em matérias referentes ao tema na Constituinte, atuaram basicamente em causa própria, buscando, muitas vezes, a inclusão de dispositivos que, em tese, poderiam ser benéficos para si próprios.

Dentro desse quadro, a inclusão do Congresso nos processos referentes à comunicação social, além de espelhar eventualmente o interesse dos próprios parlamentares, pode ter sido feita para conter o Poder Executivo especialmente, em casos de não renovação das concessões.

Além dessas hipóteses acima elencadas, a tese demonstra que a atuação Estatal durante a década de 1960, com

I) o julgamento do Caso Globo-Time/Life;

II) a modificação da legislação, favorecendo tal emissora;

III) a implantação de uma infraestrutura que permitia o funcionamento de emissoras de televisão em redes nacionais;

IV)) a atuação e intenção do regime militar de promover a integração nacional; e

V) a ausência de uma legislação específica impedindo o controle vertical e por audiência da informação, permitiu a formação de uma grande empresa nacional que chegou a dominar mais de 70% da audiência televisiva, potencialmente em monopólio.

As verdadeiras teses em confronto na Constituinte em relação ao tema Comunicação Social ocorreram dentro de um contexto maior que englobava a própria visão de Estado dos membros da Comissão. Segundo seu ideário desenvolvimentista, a ala "progressista" apresentava projeto visando ao desenvolvimento da Nação, enquadrando o sistema de comunicação social nesse objetivo; já os grupos vinculados ao setor privado almejavam uma abertura para a modernização, vendo a radiodifusão como atividade econômica *stricto sensu*.

Enquanto o grupo progressista entendia que a atuação das empresas públicas, estatais e privadas deveria ser *complementar*, o grupo vinculado aos empresários entendia que a atuação estatal seria *suplementar*, ou seja, apenas teria vez quando a atividade econômica não fosse rentável ou não houvesse interesse da iniciativa privada.

REFERÊNCIAS

7.1 Fontes

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST. 331 – Dossiê. CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações). Processo n. 090/69 – Capital Estrangeiro na Imprensa. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1114892&v_aba=1. Acesso em: 10 jan. 2024.

ARQUIVO NACIONAL. Processo n 090/69. Capital Estrangeiro na Imprensa. Arquivo Nacional: Código de Referência BR DFANBSB N8.0.PSN,EST. 332. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1114895&v_aba=1. Acesso em: 11 fev. 2024.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB N8.0.PSN, EST. 339 – Dossiê. Documentos Sigilosos Diversos: dossiê de documentos sigilosos da secretaria geral do CSN (SG/CSN) expedidos entre 1966 e 1969, com uma orientação para aplicação de sanções previstas no AI-5 a funcionários públicos e detentores de mandato. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1115354&v_aba=1. Acesso em: 18 fev. 2024.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Anteprojeto da Comissão. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Brasília: Congresso Nacional, 1987. v. 206.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Brasília: Congresso Nacional, 1987.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Atas de Comissões – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Brasília: Congresso Nacional, 1987.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Diário da Assembleia Nacional Constituinte n. 59 (Suplemento) – Atas das Comissões. Brasília: Congresso Nacional, 14 maio 1987.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Emendas ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão – Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Brasília: Congresso Nacional, 1987.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Propostas dos Constituintes n. S00431-6. Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação - Subcomissão VIIIb. Disponível no Arquivo Físico da Câmara dos Deputados. Código BR DFCD AC1988-ST-VIIIb.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação – Emendas ao Anteprojeto do Relator. Brasília: Congresso Nacional, 1987.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Substitutivo do Relator (1ª Publicação) da Comissão. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Brasília: Congresso Nacional, 1987. v. 206.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Substitutivo do Relator (2ª Publicação) da Comissão. Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Brasília: Congresso Nacional, 1987. v. 206.

CONGRESSO NACIONAL. Diário do Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. Brasília: Seção I, 14 ago. 1986, p. 7541-7542.

CONGRESSO NACIONAL – Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília: Distrito Federal, 14 maio 1987. Arquivo da Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL – Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento). Brasília: Distrito Federal, 16 jul. 1987. Arquivo da Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL – Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diários da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Distrito Federal, 05 fev. 1987. Proposta de Emenda n. 68, p. 111-114.

CONGRESSO NACIONAL – Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Diários da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Distrito Federal, 11 fev. 1987, p. 213.

7.2 Livros e Artigos

AMORIM, Paulo Henrique. O quarto poder: uma outra história. São Paulo: Hedra, 2015.

AMORIM, Paulo Henrique; PASSOS, Maria Helena. Plim – Plim: a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

ANDRADE, Fábio Siebeneichler; REDECKER, Ana Cláudia (coords.). Direito no plural. Porto Alegre: Campos Escritórios Associados, 2012.

ABRAMO, Cláudio. A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo: Schwarcz Ltda., 1988.

ABREU, Alzira Alves de. As telecomunicações no Brasil sob a ótica do governo Geisel. In: CASTRO, Celso; D'ARAUJO (orgs.). Dossiê Geisel. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 149-159.

ALMEIDA FILHO, Milton [et al.]. O ópio do povo: o sonho e a realidade. São Paulo: Extra, 1976. p. 26-27.

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, estado autoritário (1968-78): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

ARAUJO, João Paulo Santos. Constituições são sempre para alguém e para algum propósito: uma análise da Assembleia Constituinte de 1987-88. 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

ARNS, Paulo Evaristo. Contribuição da Igreja. In: SADER, Almir (org.). Constituinte e democracia no Brasil hoje. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 69-80.

ASSMANN, Hugo. A igreja eletrônica e o seu impacto na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1986.

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. História constitucional brasileira: mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 1985.

BASTOS, Marcus Vinícius Fernandes. Comissão Afonso Arinos, Assembleia Nacional Constituinte e a elaboração do texto da Constituição de 1988: construção, procedimento e legitimidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

BASTOS, Vânia Lomônaco; COSTA, Tânia Moreira da (orgs.). Caderno CEAC/UNB (ano 1 - n.1): Constituinte: temas em análise. Brasília: UNB, 1987.

_____. Caderno CEAC/UNB (ano 1 - n.2): Constituinte: questões polêmicas. Brasília: UNB, 1987.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BERCOVICI, Gilberto. "O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece": a persistência da estrutura administrativa de 1967. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Direito econômico do petróleo e dos recursos minerais. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

_____. Desigualdades regionais, estado e constituição. São Paulo: Max Limonad, 2013.

_____. Direito econômico aplicado: estudo e pareceres. São Paulo: Contracorrente, 2016.

_____. Constituição econômica e desenvolvimento. São Paulo: Almedina, 2022.

BERCOVICI, Gilberto. As reformas de base e o debate sobre o Código Brasileiro de Telecomunicações. In: SEELAENDER, Airton Cerqueira Leite (org.). Direito à informação e radiodifusão: mídia e pluralismo na Constituição democrática. Brasília: Voz de Brasília, 2018. p. 45-51.

BETTO, Frei. Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Rocco Digital (E-pub), 2013.

_____. O que é comunidade eclesial de base? São Paulo: Abril, 1985.

BIAL, Pedro. Roberto Marinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BIGLIAZZI, Renato. A Constituição domada: democracia e o conselho de comunicação social. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Mercado brasileiro de televisão. São Paulo/Aracaju: EDUC e UFS, 2004.

BORITZA, Assis Chateaubriand. História e memória. Revista Espaço Plural, v. 12, n. 25, Toledo, 2012. p. 102-118. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/issue/view/468. Acesso em: 2 mar. 2023.

BORTOLOTTO, Patrícia Soster; RIGO, Joanir Fernando. O caso Calabar e a censura à liberdade de expressão: análise da atuação do Tribunal Federal de Recursos. In: Captura Crítica - Direito, política e atualidade, Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, v. 4, n. 2, 2015.

BRITO, Judith; PEDREIRA, Ricardo. A força dos jornais: os 30 anos da Associação Nacional de Jornais no processo de democratização brasileiro. Brasília: Associação Nacional de Jornais, 2009.

BRIZOLA, Leonel. In: MANESCHY, Osvaldo (org.). Leonel Brizola: a legalidade e outros pensamentos conclusivos. Niterói: Nitpress, 2011.

BRUST, Hari Alexandre; NASCIMENTO, Nilton. Leonel Brizola: uma biografia política (1922-1964). Salvador: [s. ed.], 2016.

BUCCI, Eugênio. Brasil em tempo de TV. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Roberto Marinho: um jornalista e seu boneco imaginário. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. Videologias: ensaios sobre a televisão. São Paulo: Boitempo, 2004.

CALDAS, Cid Pereira; OLIVEIRA, Nilson. Guilhermino Cunha: vida e obra. Rio de Janeiro: Catedral, 2013.

CALMON, João. Duas invasões: a invasão vermelha. Rio de Janeiro: o Cruzeiro, 1966.

_____. Duas invasões: o livro negro da invasão branca. Rio de Janeiro: o Cruzeiro, 1966.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Assembleia Nacional Constituinte 1987: repertório biográfico da Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1987.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e mídia no Brasil: uma história de acertos e desacertos. Rever: Revista de Estudos da Religião, São Paulo, set. 2008, p. 1-26.

CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. Da propaganda à presidência. Brasília: UNB, 1983.

CAMPOS, Roberto. A Constituição contra o Brasil: ensaios de Roberto Campos sobre a Constituinte e a Constituição de 1988. São Paulo: LVM, 2018.

CAPPARELLI, Sérgio. Televisão e Capitalismo no Brasil. Porto Alegre: L&PM, 1982.

_____. Comunicação de massa sem massa. São Paulo: Summus, 1986.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 167-178.

CARVALHO, Claudia Paiva. Presidencialismo e democracia no Brasil (1946-1956): sistema de governo, legalidade e crise política. 2019. 251 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

_____. O pecado original da República: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARVALHO, Lucas Borges de. Censura e liberdade de expressão na Assembleia Constituinte (1987-1988). Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 53, n. 209, p. 87-113, jan./mar. 2016. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/209/ril_v53_n209_p87. Acesso em: 16 nov. 2023.

CARVALHO NETO, Tania; REZNIK, Luís (Orgs.). Artur da Távola: o intelectual e o político. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

CAVALCANTI, Themistocles Brandão. Princípios gerais de direito público. Rio de Janeiro: Borsoi, 1966.

CHAGAS, Genira. Radiodifusão no Brasil: poder, política, prestígio e influência. São Paulo: Atlas, 2012.

CLARK, Walter. O campeão de audiência: uma autobiografia. Com colaboração de Gabriel Priolli. São Paulo: Summus, 2015.

COELHO, João Gilberto Lucas. O processo Constituinte. In: GURAN, Milton. O processo Constituinte 1987/1988: documentação fotográfica [sobre] a nova Constituição. Brasília: AGIL, 1988. p. 41-60.

COMPARATO, Fábio Konder. O poder de controle na sociedade anônima. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.

_____. Muda Brasil: uma Constituição para o desenvolvimento democrático. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Para viver a democracia. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. É possível democratizar a televisão. In: NOVAES, Adauto (Org.). Rede imaginária: televisão e democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 300-308.

_____. A oligarquia brasileira: visão histórica. São Paulo: Contracorrente, 2017.

CORDOVIL, Leonor Augusta Giovine. A intervenção estatal nas telecomunicações: a visão do direito econômico. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

CORRÊA, Fernando Ernesto. Liberdade de expressão. In: ANDRADE, Fábio Siebeneichler; REDECKER, Ana Cláudia (coords.). Direito no plural. Porto Alegre: Campos Escritórios Associados, 2012. p. 15-22.

CORRÊA, Fernando Ernesto. In: CARVALHO, Luiz Maklouf. 1988: segredos da constituinte: os vinte meses que agitaram e mudaram o Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 335-346.

CORREA, Gustavo Zatelli. Direito administrativo, Estado interventor e técnica: uma biografia jurídica de Hely Lopes Meirelles (1917-1990). 2022. 317 f., Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CORREIA, Maria Cristina Tavares. Repórter. Recife: [Edição da autora], impressão Itinerário Ltda, 1978.

_____. A última célula: minha luta contra o câncer. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

CORREIA, Maria Cristina Tavares; SELIGMAN, Milton. Informática: a batalha do século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

COSTA, Adroaldo Mesquita da. Pareceres da Consultoria-Geral da República: janeiro a dezembro de 1967. Consultoria-Geral da República. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1968.

COSTA, Alcir Henrique da; SIMÕES, Inimá Ferreira; KEHL, Maria Rita. Um país no ar: história da TV brasileira em 3 canais. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Osmani Ferreira da. A televisão e o Palácio: concessão e desenvolvimento das emissoras televisivas do Paraná (1954-1985). 2012. Tese (Doutorado em Ciências e Letras) - Universidade Estadual Paulista, Assis.

_____. Concessão de canais de televisão e política no Paraná durante a redemocratização brasileira (1985-1989). In: Intercom – Sociedade de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém, 2 a 7 set. 2019. Disponível em: https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1347-1.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

CRUVINEL, Teresa. Cristina Tavares: perfis parlamentares. Brasília: Edições da Câmara dos Deputados, 2016.

CUNHA, Fernando. Programa nuclear: o crime do século. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1980.

D’ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (orgs.). O Brasil republicano: o tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 11-40.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Constituição e Constituinte. São Paulo: Saraiva, 1984.

DANTAS, Marcos. A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DELLA CAVA, Ralph; MONTEIRO, Paula. E o verbo se faz imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil: 1962–1989. Petrópolis: Vozes, 1991.

DOYLE, Hélio Marcos. Comunicação: a polêmica que não sai em jornal nem em TV. In: BASTOS, Vânia Lomônaco; COSTA, Tânia Moreira da (orgs.). *Caderno CEAC/UNB*, ano 1, n. 2, Constituinte: questões polêmicas. Brasília: UNB, 1986. p. 151-158.

DULLES, John W. F. Castello Branco: o caminho para a presidência. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

_____. Castello Branco: o presidente reformador. Brasília: UNB, 1983.

_____. Carlos Lacerda: a vida de um lutador. V. 1: 1914-1960. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

FARACO, Alexandre Ditzel. Democracia e regulação das redes eletrônicas de comunicação: rádio, televisão e internet. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FAJARDO, Alexander. Fanini: pastor, empresário de mídia e amigo dos militares. In: NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas do; CABRAL, Newton Darwin de Andrade; SOUZA, José Roberto de (orgs.). Lideranças protestantes no Brasil: ensaios biográficos. Recife: UFPE, 2015. p. 303-323.

FAUSTO, Boris. Getúlio Vargas: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Denise Paiva. PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000). Goiânia: Alternativa, 2002.

FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA FILHO, Manuel Gonçalves Ferreira. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 1970.

FLEISCHER, David (org.). Da distensão à abertura: as eleições de 1982. Brasília: UNB, 1988.

FLEISCHER, David. Perfil sócio-econômico e político da Constituinte. In: GURAN, Milton (coord.). O processo constituinte 1987-1988: documentação fotográfica a nova Constituição. Brasília: AGIL, 1988. p. 29-40.

FRAENKEL, Ernst. The dual state: a contribution to the theory of dictatorship. New York: Oxford University Press, 1941.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Estudos de direito constitucional. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1957.

FRESTON, Paul Charles. Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

_____. Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético. Curitiba: Encontrão Editora, 1994.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GASPARI, Elio. A ditadura acabada. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GÓES, Joaci. As 51 personalidades (mais) marcantes do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 53-72.

_____. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. Revista USP, São Paulo, n. 65, p. 105-119, mar./maio 2005.

GOMES, João Carlos Teixeira. Memória das trevas: uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

GOULART, João Vicente. Jango e eu: memórias de um exílio sem volta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica. São Paulo: Malheiros, 2012.

GURAN, Milton (coord.). O processo constituinte 1987-1988: documentação fotográfica a nova Constituição. Brasília: AGIL, 1988.

GURGEL, Antônio de Pádua; FLEISCHER, David. O Brasil vai às urnas: retrato da campanha presidencial. Brasília: Thesaurus, 1990.

GUTEMBERG, Luiz. Ulysses Guimarães: perfis parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.

HALPERIN, Paula. Entre a invasão dos “capitais alienígenas” e a consolidação da televisão: imprensa e debates públicos em torno ao acordo Rede Globo/Time-Life, 1964-1967. Antíteses, Londrina, v. 12, n. 23, p. 579-601, jan./jul. 2019.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. Manufacturing consent: the political economy of the mass media. New York: Pantheon Books, 2002.

HERZ, Daniel. A história secreta da Rede Globo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

HESPANHA, António Manuel. Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio. 1. ed. 1. reimpr. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HOCHHEIM, Bruno Arthur. Democracia e intervenção estatal: Victor Nunes Leal e seu tempo. 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

HOLLANDA, Chico Buarque de; GUERRA, Ruy. Calabar: o elogio da traição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

HONORATO, Fernando Henrique Lopes. Ação de classe, reforma do estado e autoritarismo: a transformação do direito econômico na ditadura. 2024. 280 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA (IBESP). O pensamento nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo". Brasília: UNB, 1991.

KUCINSKY, Bernardo. A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Página Aberta, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

KINZO, Maria D’Alva Gil. O quadro partidário e a Constituinte. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). *De Geisel a Collor: balanço da transição.* São Paulo: Sumaré, 1990. p. 105-134.

_____. Radiografia do quadro partidário brasileiro. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

_____. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 3-12, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0102-88392001000400002. Acesso em: 27 out. 2023.

KOSELLECK, Reinhart. História de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LACERDA, Cláudio. Carlos Lacerda: 10 anos depois. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LACERDA, Carlos. Discursos parlamentares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. Depoimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIMA, Venício. Comunicação na Constituinte: a defesa dos velhos interesses. In: BASTOS, Vânia Lomônaco; COSTA, Tânia Moreira da (orgs.). *Caderno CEAC/UNB (ano 1 – n. 1): Constituinte: temas em análise.* Brasília: UNB, 1987. p. 143-162.

LIMA, Venício A. de. Mídia: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

_____. Regulação das comunicações: história, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. Política de comunicações: um balanço dos governos Lula (2003-2010). São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

LIRA NETO. Getúlio: da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LÖWY, Michael. O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2016.

McLUHAN, Marshall. The Gutenberg galaxy: the making of typographic man. London: Compton Printing, 1967.

_____. Os meios de comunicação como extensão do homem. São Paulo: Cultrix, 2007.

MATTOS, José Batista Freitas. ACM, o mito. Salvador: BDA-Bahia, 1996.

MATTOS, Sérgio. Um perfil da TV brasileira: 40 anos de história - 1950/1990. Salvador: Associação Brasileira de Agências de Propaganda/Capítulo Bahia: A Tarde, 1990.

_____. História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 2010.

MAGALHÃES, Antônio Carlos; GOÍS, Ancelmo [et al.]. Política é paixão: Antônio Carlos Magalhães. Rio de Janeiro: Revan, 1995.

MARINHO, Roberto. Roberto Marinho: uma trajetória liberal. Rio de Janeiro: Topbooks, 1992.

MAZZUCATO, Mariana. O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. [S.l.]: Portfolio-Penguin, 2014.

MEDEIROS, José Augusto. A tutela jurídica do mercado interno e sua interação com a regulação da concorrência: o mercado interno como recurso de poder econômico. 2021. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/003108282. Acesso em: 9 jul. 2023.

MENDONÇA, Fernando; CORREIA, Maria Cristina Tavares. Conversações com Arraes. Belo Horizonte: Vega, 1979.

MELO, Sydnei. Evangélicos e aborto na Constituinte (1987-1988). *Revista Religião e Sociedade*, n. 42, número 1, jan. 2022.

MICHILIS, Carlos [et al.]. Cidadão constituinte: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENCKEN, L. H. A Mencken chrestomathy. New York: Vintage Books, 1983.

MONTEIRO, José Carlos Brandão. O escândalo NEC. Rio de Janeiro: CEPROS, 1991.

MORAIS, Fernando. Chatô, o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MOTTER, Paulino. A batalha invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil [recurso eletrônico]. Rodrigo Murtinho (ed.). Rio de Janeiro: Fiocruz: Edições Livres, 2019.

NADER, Ana Beatriz. Autênticos do MDB, semeadores da democracia: história oral de vida política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas do; CABRAL, Newton Darwin de Andrade; SOUZA, José Roberto de (orgs.). Lideranças protestantes no Brasil: ensaios biográficos. Recife: UFPE, 2015.

OLIVEIRA, Arolde de. Arolde de Oliveira: uma trajetória de trabalho. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

_____. Privatização das telecomunicações no Brasil: um ato histórico. São Paulo: Alfaiatar, 2014 (b).

OLIVEIRA, Euclides Quandt. Renascem as telecomunicações: construção e operação do sistema. São Paulo: Landscape, 2006.

PAIM, Gilberto. Computador faz política. Rio de Janeiro: Associação Promotora de Estudos da Economia-APEC, 1985.

PAIXÃO, Cristiano; BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. Crise política e sistemas de governo: origens da "solução parlamentarista" para a crise político-constitucional de 1961. *Universitas JUS*, v. 24, n. 3, p. 47-61, 2013.

PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Revista do PMDB, ano III, n. 7. Rio de Janeiro: Fundação Pedrosa Horta, maio/jun. 1984.

_____. Revista do PMDB, ano VII, n. 9. Rio de Janeiro: Fundação Pedrosa Horta, abr. 1987.

PIERANTI, Octavio Penna. Memória das comunicações no Brasil: entrevistas. Brasília: UNB, Faculdade de Comunicação, 2019.

_____. A pioneira se despede: o último mês da TV Tupi, segundo o Serviço Nacional de Informações (SNI). *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 28, p. 1-11, jan./dez. 2021. Disponível em: https://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2021.1.40498. Acesso em: 22 mai. 2023.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: ANPOCS. *Ciências sociais hoje, 1989.* São Paulo: Vértice, RT, 1989. p. 104-132.

PILATTI, Adriano. A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

PINHEIRO, Márcio. O lobista: Fernando Ernesto Corrêa: negócios, política e jornalismo. Porto Alegre: [s. ed.], 2021.

PUNTEL, Joana T. A Igreja a caminho na comunicação. *Revista Comunicação*, Porto Alegre, PUC/RS, v. 41, n. 2, p. 200-220, 2011.

QUITÉRIO, M. N. L. Evangélicos pentecostais brasileiros e os meios de comunicação: a mídia como uma ferramenta da religião para o homem pós-letrado. *REPAS*, v. 6, n. 6, 2020. Disponível em: https://repas.com.br/revista/index.php/repas/article/view/43. Acesso em: 22 mai. 2023.

RIBEIRO, Jorge Alberto Beck Mendes. O repórter da Constituinte. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1986.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. A decadência longe do poder: refundação e crise do PFL. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2011.

_____. PFL: do PDS ao PSD. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política, São Paulo, 2016.

RIGO, Joanir Fernando. Radiodifusão no Brasil: períodos, modelos e funções. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

_____. A locomotiva do tempo da história: o rádio durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945). *REJUR: Revista Jurídica da UFERSA*, Mossoró, v. 6, n. 11, jan./jun. 2022, p. 23-38.

ROCHA, José Carlos. Comunicação e a nova ordem constitucional. In: MICHILES, Carlos [et al.]. *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 367-374.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

SÁ, Adísia. O jornalismo brasileiro: a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, de 1946 a 1985. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1985.

SANTOS, Rita Luzia Occhiuze dos. A participação da mulher no Congresso Nacional Constituinte de 1987 a 1988. 2004. 288 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2004. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1597100. Acesso em: 7 jun. 2023.

SANCHEZ, Raul Christiano. De volta ao começo!: raízes de um PSDB militante, que nasceu na oposição. São Paulo: Geração Editorial; Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

SEELAENDER, Airton Lisle Cerqueira Leite; BERCOVICI, Gilberto. Concessões, permissões e autorizações de radiodifusão por pessoas jurídicas que possuem políticos titulares de mandato eletivo como sócios ou associados: inconstitucionalidade. *Revista Trimestral de Direito Público*, São Paulo, v. 58, p. 108-132, nov. 2011.

SEELAENDER, Airton Lisle Cerqueira Leite. O direito a ser informado: base do paradigma moderno do direito de informação. *Revista de Direito Público*, n. 99, p. 146-159, 1991.

_____. Democratização pelo 'mass media'??: o direito de ser informado e os limites fáticos à sua plena eficácia. In: LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto; ALBUQUERQUE, Paulo Antonio de Menezes (orgs.). *Democracia, direito e política: estudos internacionais em homenagem a Friedrich Müller.* Florianópolis: Boiteux, 2006. p. 57-82.

_____. O contexto do texto: notas introdutórias à história do direito público na Idade Moderna. *Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, Florianópolis, v. 28, n. 55, p. 253-286, 2007. DOI: https://doi.org/10.5007/%x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15056. Acesso em: 2 nov. 2023.

_____. A longa sombra da casa: poder doméstico, conceitos tradicionais e imaginário jurídico na transição brasileira do Antigo Regime à modernidade. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, jan./mar. 2017, p. 327-423.

SEELAENDER, Airton Lisle Cerqueira Leite (org.). Direito à informação e radiodifusão: mídia e pluralismo na Constituição democrática. Brasília: Editora Voz de Brasília, 2018.

_____. Quatro teses sobre o regime constitucional da radiodifusão. In: SEELAENDER, Airton L. Cerqueira Leite (org.). *Direito à informação e radiodifusão.* Brasília: Voz de Brasília, 2018. p. 98-138.

SENADO FEDERAL. Grandes vultos que honraram o Senado: Pompeu de Sousa - perfil parlamentar. Brasília: Senado Federal, 1999.

SENADO FEDERAL - Procuradoria Especial da Mulher. Mulheres na política: retrato da sub-representação feminina no poder. Brasília: Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher, 2016.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. vol. 1: Da organização nacional. São Paulo: RT, 1976.

_____. Curso de direito constitucional positivo. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 1984.

_____. Curso de direito constitucional positivo. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 1985.

_____. Curso de direito constitucional positivo. 4. ed. ver. e ampl. São Paulo: RT, 1987.

_____. Curso de direito constitucional positivo. 5. ed. rev. e ampl. de acordo com a nova Constituição. São Paulo: RT, 1989.

SILVA, Juremir Machado da. Vozes da legalidade: política e imaginário na era do rádio. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SKINNER, Quentin. Visions of politics. Vol. 1: Regarding method. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STOLLEIS, Michael. Escrever história do direito: reconstrução, narrativa ou ficção. São Paulo: Contracorrente, 2020.

TAVARES, Flávio. 1961: o golpe derrotado: luzes e sombras do movimento da legalidade. Porto Alegre: L&PM, 2012.

TAVARES, Tânia dos Santos. Leonel Brizola e os nacional-revolucionários: Grupo dos Onze em Duque de Caxias, Rio de Janeiro (1963-1964). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (orgs.). *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 87-120.

TAROUCO, Gabriela da Silva. O Partido da Frente Liberal: trajetória e papel no sistema político. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

VIANNA, Gaspar Luiz Grani. Direito de telecomunicações. Rio de Janeiro: Editora Rio - Sociedade Cultural, 1976.

WALLACH, Joe. Meu capítulo na TV Globo. Rio de Janeiro: Topbook, 2011.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito capitalista”. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. vol. 1. Brasília: Editora UNB, 2014.

_____. Metodologia das ciências sociais. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2016.

_____. Constituindo a Nova República: agentes católicos na Assembleia Nacional 1987-88. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1631357. Acesso em: 26 abr. 2023.

WU, Tim. Impérios da comunicação: do telefone à internet, da AT&T ao Google. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

7.3 Jornais e Revistas

ABERT destaca conquistas na Constituinte. Correio Braziliense. Brasília, p. 11-11. 14 set. 1988. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/104792. Acesso em: 10 abr. 2024.

ALBERTO, Carlos. Preto no Branco: Entrevista com João. Rio de Janeiro: Tribuna da Imprensa, 28-03/1963, p. 9. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/154083_02/12808. Acesso em 28/11/2023.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Eu Vi. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ: 15/05/1980, Caderno B, página 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponível em < http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/8667>. Acesso em 9 mar 2023.

A NOVA CONSTITUIÇÃO: Até reserva de Mercado usa máquina alienígena. Até reserva de Mercado usa máquina alienígena. Correio Brasiliense. Brasília, p. 6-6. 15 maio 1987.

ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE IMPRENSA. Memória da Imprensa: Como a comunicação transformou a Bahia – Registro históricos da vida contemporânea. Joaci Góes. Revista Memória da Imprensa – Bahia, n. 01, junho de 2022. Disponível em < https://abi-bahia.org.br/wp-content/uploads/2022/09/WEB-ed01-2022-Revista-MemImp-_indiv.pdf>, acesso em 05/07/2023.

BARBOSA, Rodrigo. Comissão mantém rádio e TV dependentes de Concessão. Folha de São Paulo. São Paulo, p. 10-10. 13 jul. 1986.

BRAGA, Teodomiro. A Constituição Segundo os Evangélicos. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 07/08/1988, fls. 4 a 6.

CHACEL, Cristina. Reserva de Mercado Pode Cair na Constituinte. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27 abr. 1987. Economia, Caderno 1º Caderno, p. 15-15.

CONTI, Mario Sérgio. O Dono do Mundo. Folha de São Paulo, TV-Brasileira. Disponível em < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/tv_17.htm>. Acesso em 12/09/2022.

DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO. Estado de Pernambuco. Poder Executivo, 29/02/2020.

COMUNICAÇÕES Contra Conselho. O Estado de São Paulo. São Paulo, p. 3-3. 15 maio 1987. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/130102. Acesso em: 23 jul. 2024.

DEPUTADA diz que lutou contra marca estatizante do relatorio de Távola. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 3-3. 20 jun. 1987. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/129546. Acesso em: 10 out. 2023.

DEPUTADA diz que não quer estatizar TV. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 12 abr. 1987. Política, Caderno 1, p. 2-2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/196836. Acesso em: 10 jun. 2024.

FERNANDES, Bob/ Revista Isto É Senhor. O Império Furtado – Como Rômulo Furtado construiu, em 16 anos de Ministério das Comunicações, uma fortuna em rádios e tevês – sem que seu nome apareça nos negócios. São Paulo: Isto É Senhor, edição 21/09/1990, página 32-36.

FOLHA DE SÃO PAULO. Igreja Aciona em Fevereiro Seu Lobby na Constituinte. São Paulo, 7/01/1987, p. A5.

FOLHA DE SÃO PAULO. Os Eleitos – Quem é Quem na Constituinte. Caderno Especial, p. b6. ed. 19/01/1987. São Paulo.

Folha de São Paulo, 01/08/2002. Disponível em < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0108200226.htm>. Acesso em 01/03/2023.

G1 – Rio de Janeiro. Senador Arolde de Oliveira morre no Rio, aos 83 anos. Rio de Janeiro: Globo, 21/10/2020. Disponível em < https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/21/senador-arolde-de-oliveira-morre-no-rio-aos-83-anos.ghtml>. Acesso em 8.jun.2023.

GLOBO. Memórias Globo – Acusações Falsas: O Caso Time-Life. 28/10/2021. Digital disponível em <https://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas/caso-time-life/noticia/caso-time-life.ghtml> Acesso em 13/12/2022.

JAIME FILHO,. O homem da lei: quem foi Carlos Alberto Caó, autor da lei que tipificou o racismo como crime e que segue invisibilizado entre as figuras negras históricas. Quatro Cinco Um, Brasil, v. 53, n. 53, p. 13-14, 24out2021. Disponível em: https://quatrocincoum.com.br/artigos/liberdade-e-autoritarismo/o-homem-da-lei/. Acesso em: 11 nov. 2023.

JORNAL DO BRASIL. Denúncia de Pressão Contra a CPI sobre as ligações de “O Globo” agitou a Câmara. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 15/10/1965.

JORNAL DO BRASIL. TSE dá o PTB à Ivete e leva Brizola às lagrimas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ: 13/05/1980, página 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/8529>. Acesso em 10 mar 2023.

JORNAL DO BRASIL. TSE dá sigla do PTB a Ivete por cinco votos contra um. Jornal do Brasil: Rio de Janeiro/RJ, 13/05/1980, p. 04. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/8531>. Acesso em 10 mar 2023.

JORNAL DO BRASIL. Vitoriosa lembra Getúlio Vargas. Jornal do Brasil: Rio de Janeiro/RJ, 13/05/1980, p. 04. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/8531>. Acesso em 10 mar 2023.

Jornal Grande Bahia, 27/05/2022. Disponível em <https://jornalgrandebahia.com.br/2022/05/autor-do-livro-sobre-acm-feirense-jose-batista-promete-caminhada-pela-vitoria-de-acm-neto-nas-eleicoes-2022/>. Acesso em 26/09/2023.
Leis e Decretos

LOBATO, Elvira – Folha de São Paulo. Ex-Burocrata acumula oito rádios e cinco TVs. São Paulo: Jornal Folha de São Paulo, 9 de setembro de 1995. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/09/brasil/29.html.

MAGALHÃES, Mário. Ligações Perigosas – Empréstimo a coordenador de Ciro veio de arrecadação pró-Collor – Martinez recebeu dinheiro de "fantasmas" de PC Farias. São Paulo:

MARTINS, Franklin/ TAHAN, Ana Maria. Constituinte Acata o que CNBB Propôs. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, edição 24 de abril de 1988, 1º Caderno, p. 3. Disponível em < http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/229420>. Acesso em 25 jul 2023.

MESQUITA, Lígia e CELESTINO, Guilherme. Brasileiro Desiste de Imóvel no Uruguai Por Lei da Maconha. São Paulo: Folha de São Paulo, 17/01/2014, disponível em <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2014/01/1398803-brasileiro-desiste-de-imovel-no-uruguai-por-lei-da-maconha.shtml?cmpid=menupe>. Acesso em 04/07/2023.

Oliveira, Arolde. Na Contramão da História. O Globo, Rio de Janeiro-RJ, fl.6, caderno País. 12/06/1987.

OS EUA ADVERTEM: O perigo: uma corrente protecionista na nossa constituição. O perigo: uma corrente protecionista na nossa constituição. Jornal da Tarde. São Paulo, p. 8-8. 9 mar. 1988.

ÚLTIMA HORA. Globo. Rio de Janeiro, 31/03/1964, p.1 disponível em < http://memoria.bn.br/DocReader/386030/106121>, acesso em 27/05/2022.

7.4 Outras Publicações: Projetos de Lei e Leis

ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS (Ceará). Antônio Pompeu: posição patrono. Posição Patrono. Disponível em: https://academiacearensedeletras.org.br/membros/antonio-pompeu/. Acesso em: 01 set. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO (ABERT). QUEM SOMOS. Disponível em https://www.abert.org.br/web/quem-somos/historiamob.html. Acesso em 20/05/2022.

BRASIL. Decreto-lei n. 236/1967- Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Brasília, 28/02/1967. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm. Acesso em 21/05/2022;

BRASIL. Lei n. 4.117 – Código Brasileiro de Telecomunicações (publicação original). Brasília, 27 de agosto de 1962. Disponível em < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4117-27-agosto-1962-353835-publicacaooriginal-22620-pl.html>. Acesso em 21/05/2022;

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 963/1988. Proíbe a Venda de Bebidas Alcoólicas Nos Bares, Restaurantes e Similares de Beira de Estrada em Todo Território Nacional. Brasília, Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=185178>. Acesso em 17 jul. 2023.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: 1946, Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em 09/10/2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 1872/1989. Dispõe sobre bebidas alcóolicas e dá outras providências. Brasília, Câmara dos Deputados, 1989. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1151240&filename=Dossie-PL%201872/1989>. Acesso em 17 jul. 2023.

BRASIL. Lei n. 5.465, de 3 de Julho de 1968. Brasília – Distrito Federal.

BRASIL, Lei n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Ementa: “Regula a Liberdade de Manifestação do Pensamento e de informação”. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm>. Acesso em 24/05/2022.

BRASIL. Decreto Lei n. 972, de 17 de outubro de 1969. Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=972&ano=1969&ato=a21gXTU1UMjRVT73d> acesso em 20/06/2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 2761/1989. Isenta do pagamento a previdência social as construções e edifícios destinados a entidades religiosas, beneficentes ou de assistência social sem fins lucrativos e determina outras providências. Brasília, Câmara dos Deputados, 1989. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1144590&filename=Dossie-PL%202761/1989>. Acesso em 17 jul 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 778/1988. Institui a figura jurídica “vínculo religioso”. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1154305&filename=Dossie-PL%20777/1988> Acesso em 18 jul 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 1969 de 1988. Permite a denúncia, por crime de responsabilidade, do Ministro responsável pela desobediência ao cumprimento dos objetivos contidos no parágrafo único do artigo 194 da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1151313&filename=Dossie-PL%201969/1989> Acesso em 18 jul 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 1968 de 1988. Dispõe sobre o afastamento de funcionário denunciado por ato contrário à administração pública federal, estadual e municipal. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988. Disponível < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1151312&filename=Dossie-PL%201968/1989> Acesso em 18 jul 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 3852/1989. Dispõe sobre a criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio Branco, capital do Estado do Acre. Brasília, Câmara dos Deputados, 1989. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1150092&filename=Dossie-PL%203852/1989>. Acesso em 17 jul 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 3851/1989. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Escola Agrícola de Xapuri, no Estado do Acre. Brasília, Câmara dos Deputados, 1989. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1150091&filename=Dossie-PL%203851/1989>. Acesso em 20 jul 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 3850/1989. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Escola Técnica Federal de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre. Brasília, Câmara dos Deputados, 1989. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1150090&filename=Dossie-PL%203850/1989>. Acesso em 20 jul 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 585/1991. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Escola Técnica Federal de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre. Brasília, Câmara dos Deputados, 1989. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=179259 >. Acesso em 20 jul 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Fausto Rocha: Biografia. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www.camara.leg.br/deputados/133872/biografia >. Acesso em 17 jul. 2023;

CAMARA DOS DEPUTADOS. Fernando Lyra – Biografia. Brasília, DF. Disponível em https://www.camara.leg.br/deputados/74418/biografia (Acesso em 2/05/2022).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Proposta Emenda à Constituição n. 45 de 02/02/1990. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1243148&filename=Dossie-PEC%2045/1990>. Acesso em 04/06/2023.

CAMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL. Projeto de Lei n. 6.023/1982. Brasília, DF.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL. Requerimento de Convocação n. 28/1979. Brasília/DF.

CAMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL. Projeto de Lei n. 1.775 de 1979.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL. Projeto de Lei n. 2.796/1980. Brasília/DF.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL. Projeto de Lei n. 6.603/1982. Ementa: “Institui o seguro-desemprego, cria o Instituto Nacional do Trabalho e dá outras providências”. Brasília/DF, 10/09/1982.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL. Requerimento de Convocação n. 199/1982. Brasília/DF, 10/11/1982.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei do Congresso Nacional n. 23, de 1966. Disponível em <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/107650>. Acesso em 24/05/2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 1.501, de 18 de setembro de 1973. Dispõe sobre a aposentadoria da empregada doméstica e dá outras providências. Brasília, DF, Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1189203&filename=Dossie+-PL+1501/1973. Acesso em: 18 ago. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n. 1.313, de 21 de outubro de 1975. Introduz alterações na Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que estendeu os benefícios e serviços de previdência social aos empregados domésticos. Brasília, DF. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1186830&filename=Dossie+-PL+1314/1975>. Acesso em 18 ago. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n. 405, de 16 de abril de 1975. Dispõe sobre a realização de plebiscito para que o Povo decida a respeito de prosseguimento do PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO ou seu arquivamento, e determina outras providências. Brasília, DF. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1181863&filename=Dossie+-PL+405/1979>. Acesso em 18 ago. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n. 457, de 3 de novembro 1971. Dispõe sobre a Divulgação do Livro Pela Televisão e dá Outras Providências. Brasília, DF. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=177220>. Acesso em 18 ago. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n. 405, de 9 de novembro de 1979. Restabelece o abatimento de cinquenta por cento nas passagens aéreas para jornalistas, desde que viajem no exercício da profissão, e determina outras providencias. Brasília, DF. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=177107>. Acesso em 18 ago. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Requerimento de Informações n.16 de 4 de abril de 1979. Solicita Seja Convocado O Senhor Ministro Das Minas E Energia, A Fim De Prestar Informações Sobre A Atual Posição Do Governo Relativamente Ao Programa Nuclear Brasileiro, Em Face Da Ameaça Latente De As Usinas Ceifarem Vidas Humanas. Brasília, DF. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=246991>. Acesso em 18 ago. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Requerimento de Convocação n.306 de 5 de março de 1985. Solicita Informações ao Ministério das Comunicações Sobre Critérios Adotados Para Distribuição de Canais de Radiodifusão. Brasília, DF. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=248038>. Acesso em 18 ago. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n. 2.408/1983. Autoria: Rita Furtado. Brasília/DF. Arquivo Câmara dos Deputados, disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=203206>. Acesso em 14/11/2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n. 6.077/1985. Autoria: Rita Furtado. Brasília/DF. Arquivo Câmara dos Deputados, disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD04SET1985.pdf#page=18. Acesso em 14/11/2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n. 426/1988 –Ementa: obriga a tradução simultânea para linguagem gestual, pelas emissoras de televisão em todo país, dos pronunciamentos do presidente e altas autoridades da república. Brasília/DF, 18/03/1988.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n. 578/1988 – Ementa: Dispõe sobre a proibição de fumar no interior de aeronaves comerciais durante voos domésticos. Brasília/DF, 26/04/1988. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=179149. Acesso em 6 março de 2023.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). CNBB Divulga Declaração Sobre os 50 Anos do Golpe Civil-Militar. Disponível em < https://www.cnbb.org.br/declaracao-por-tempos-novos-com-liberdade-e-democracia/>. Acesso em 30 mai. 2023.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Declaração Pastoral: Por uma nova ordem constitucional. XXIV Assembleia Geral da CNBB. Itaici-SP, 08 a 18/04/1986. Disponível em: <https://efosm.files.wordpress.com/2013/02/cnbb-doc-36-e28093-por-uma-nova-ordem-constitucional-e28093-declarac3a7c3a3o-pastoral.pdf > Acesso em 28/06/2023.

CONGRESSO NACIONAL – Câmara dos Deputados. Projeto de Resolução n. 190 de1966 – Aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos relacionados com a organização Rádio TV e Jornal "O Globo" com as empresas estrangeiras dirigentes das revistas "Time" e "Life". Diário Oficial, Seção I, Suplemento (B) AO nº 6. Departamento de Imprensa Nacional: Brasília-DF, 12 de janeiro de 1967.

CONGRESSO. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Quadro histórico artigos 223 e 224 da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional]. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30739/browse>.* Acesso em: 11 jul. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Lei nº 4.034, de 06 de julho de 1962. Cria o Consórcio de Emprêsas de Radiodifusão e Notícias do Estado (CERNE) e dá outras providências. Goiás, GO, 25 jul. 1962. Disponível em:

https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/94075/lei-4034. Acesso em: 17 ago. 2022.

PREFEITURA DE ASSIS CHATEAUBRIAND. Nossa Cidade/História: História do Município de Assis Chateaubriand. Disponível em: http://www.assischateaubriand.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1349. Acesso em 27 fev. 2023.

RADIODIFUSÃO é Mantida. Correio Braziliense. Brasília, 15 jul. 1986. Política, p. 3-3. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/028274_03/84964. Acesso em: 11 jul. 2024.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. Morre Deputado Fausto Rocha. São Paulo: Assembleia Legislativa de São Paulo, 2011. Disponível em < https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=301868>. Acesso em 17. Jul. 2023.

SÃO PAULO. Lei n. 3.031 de 19/10/1981. Ementa: Proíbe fumar em museus, teatros, bibliotecas e salas de exposições, de qualquer natureza, de propriedade do Estado. São Paulo/SP.

SENADO FEDERAL, Secretaria-Geral da Mesa, Coordenação de Arquivo e Coordenação de Biblioteca. Pompeu – Tomas Pompeu de SousaBrasil. Brasília. Disponível em < https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2256>. Acesso em 17mar2024.

SENADO FEDERAL, Secretaria-Geral da Mesa, Coordenação de Arquivo e Coordenação de Biblioteca. Pompeu – Pompeu de Souza. Brasília. Disponível em < https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2221>. Acesso em 17mar2024.

7.5 Verbetes CPDOC

ARIOZA, Moisés. Fernando Cunha. in: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.* Disponível em < http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-cunha-junior>. Acesso em: 17 ago. 2022.

BRAGA, Sergio Soares. José Carlos Martinez. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-carlos-de-castro-martinez. Acesso em: 27 fev. 2023.

COSTA, Marcelo. BARROS, Rogério de. Brandi, Paulo. Aluísio [SIC] Vasconcelos. In: Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aluisio-marcos-vasconcelos-novais>. Acesso em: 09 jun. 2023.

COUTO, André. Partido Popular (PP). in: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Atlas Histórico do Brasil. Disponível em https://atlas.fgv.br/verbete/6179. Acesso em 06/03/2023.

FERREIRA, Marieta de Morais. Fernando Cunha. in: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.* Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noite-a. Acesso em: 24 ago. 2022.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Antônio Pinheiro Gaspar. In:____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.* Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-pinheiro-gaspar. Acesso em 17 ago. 2022.

CPDOC (GUIMARÃES, Maria Beatriz/ARAGÃO, Mirian). SANTANA, Fernando. In: ____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001a. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-de-santana. Acesso em: 16 maio 2022.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Antônio Pinheiro Gaspar. In:____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.* Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-pinheiro-gaspar. Acesso em 17 ago. 2022.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Eurico Garcia Alves de Oliveira. In:____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.* Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eurico-garcia-alves-de-oliveira. Acesso em 24 ago. 2022.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. FIORAVANTE, Arnold. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.* Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fioravante-arnold> Acesso em: 03 jul. 2023.

LEMOS, Renato. Antônio Carlos Peixoto Magalhães. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-carlos-peixoto-de-magalhaes> Acesso em: 26 set. 2023.

LIMA, Eneida. Carlos Alberto Cao Oliveira dos Santos. in: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.* Disponível em < https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-alberto-cao-oliveira-dos-santos>. Acesso em: 31 mar. 2024.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Roberto Pompeu de Sousa. In:____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.* Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-pompeu-de-sousa-brasil. Acesso em 17 ago. 2022.

QUARTI, Márcia. José Elias. in: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.* Disponível em < https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-elias-moreira>. Acesso em: 31 mar. 2024.

TOSTES, Alexandra. Fausto Auromir Lopes Rocha. in: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.* Disponível em < https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fausto-auromir-lopes-rocha>. Acesso em: 17 jul. 2023.

VELOSO, Verônica. Arolde de Oliveira. in: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.* Disponível em < https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oliveira-arolde>. Acesso em: 31 mar. 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Paulo Marques Pessoa. In:____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.* Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-marques-pessoa. Acesso em 17 ago. 2022.

CHAGAS, Carlos. Depoimento. In. CENTRO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (CEDEC). Universidade Presbiteriana Mackenzie. Projeto "Memória da Constituinte" (1987-1988). Brasília, 8/4/2011. Disponível em < https://acervodigital.cedec.org.br/memoria-da-constituinte/8810-2/?order=ASC&orderby=date&perpage=12&taxquery%5B0%5D%5Btaxonomy%5D=tnc_tax_1425&taxquery%5B0%5D%5Bterms%5D%5B0%5D=142&taxquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=IN&pos=25&source_list=collection&ref=%2Fmemoria-da-constituinte%2F>. Acesso em 10 out. 2023.

7.6 Entrevistas Audiovisuais e Músicas

REDE CNT. Jogo do Poder Paraná: Oscar Martinez. YouTube 16/01/2011, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Z4PqjS6q7us. Acesso em 28/02/2023.

MUITA INFORMAÇÃO: SobreTudo - Entrevista Com Joaci Goés. Youtube, 16/12/2019. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=ovokSVzrvaY>. Acesso em: 05/07/2023.

RODA VIVA. Leonel Brizola, 1987. YouTube. Acesso em <https://www.youtube.com/watch?v=q8-vawm_apM>. Acesso em 16/06/2022.

RODA VIVA. Roberto Civita, 1988. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5QM163K9XL0, acesso em 16/06/2022.
VELOSO, Caetano. 'Vamo' Comer. In Caetano. Gravadora Philips Record, setembro de 1987.

7.7 Discursos Parlamentares

CORRÊA, Onofre. Onofre Corrêa (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso.). Congresso Nacional – Diário do Congresso Nacional n. 44. Brasília/DF, 26/04/1989. f. 2570.

CORRÊA, Onofre. Onofre Corrêa (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso.). Câmara dos Deputados – Diário do Congresso Nacional n. 89. Brasília/DF, 22/06/1989), p. 5.245.

CORRÊA, Onofre. Onofre Corrêa (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso.). Congresso Nacional – Diário do Congresso Nacional. Revista de Informação Legislativa n. 96 - Coleção Anais da Câmara dos Deputados. Brasília/DF, 13/09/1990, fls. 10.040 a 10.041.

CUNHA JUNIOR, Fernando. Pronuncia o Seguinte Discurso. Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional n. 159. Brasília/DF, 05/12/1984, p. 15981.

MARQUES, Paulo. Pronuncia o Seguinte Discurso. Diário da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 20/04/1989, p. 2347-2348.

MARTINEZ, José Carlos. Pronuncia o Seguinte Discurso. Diário do Congresso Nacional n. 070: 20/06/1985: Congresso Federal – Câmara dos Deputados. Brasília/DF, 20/06/1985, p. 6480-6481.

MARTINEZ, José Carlos. Diário da Assembleia Nacional Constituinte n. 306. Congresso Nacional. Brasília/DF, 02/09/1988, fl. 14.144.

MONTEIRO, Brandão. Diário da Assembleia Nacional Constituinte n. 306. Congresso Nacional. Brasília/DF, 02/09/1988, fls. 14.143 e 14.144.

OLIVEIRA, Arolde de. Pronuncia o Seguinte Discurso. Diário do Congresso Nacional n. 93 – Seção I: 21/08/1986: Congresso Federal – Câmara dos Deputados. Brasília/DF, 21/08/1986, p.7868.

____. Pronuncia o Seguinte Discurso. Diário do Congresso Nacional n. 113 – Seção I: 18/09/1986: Congresso Federal – Câmara dos Deputados. Brasília/DF, 18/09/1986, p. 9132.

____. Pronuncia o Seguinte Discurso. Diário do Congresso Nacional – Seção I: 14/08/1986, – Câmara dos Deputados. Brasília-DF -Seção I, 14/08/1986, p. 7541-7542.

ROCHA, Fausto. Pronuncia o Seguinte Discurso. Diário da Assembleia Nacional Constituinte n. 174, 30/01/1988. Brasília: DF: Congresso Federal, 30/01/1988, P. 6720.

____. Assembleia Nacional Constituinte. Diário da Assembleia Nacional Constituinte n. 300, 27/08/1988. Brasília: Congresso Federal, 27/08/1988, p. 13314 a 13315.